

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LIVIO SERGIO DIAS CLAUDINO

**SOB A SUPERFÍCIE DE IMAGENS E DISCURSOS:
COMO AS PECUÁRIAS BOVINAS TORNARAM-SE INSTITUIÇÕES NO SUL DO
PARÁ, AMAZÔNIA BRASILEIRA?**

**Porto Alegre
2016**

LIVIO SERGIO DIAS CLAUDINO

**SOB A SUPERFÍCIE DE IMAGENS E DISCURSOS:
COMO AS PECUÁRIAS BOVINAS TORNARAM-SE INSTITUIÇÕES NO SUL DO
PARÁ, AMAZÔNIA BRASILEIRA?**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

**Porto Alegre
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Claudino, Livio Sergio Dias

Sob a superfície de imagens e discursos: como as pecuárias bovinas tornaram-se instituições no sul do Pará, Amazônia brasileira? / Livio Sergio Dias Claudino. -- 2016.

410 f.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Imagens e discursos da Amazônia, pecuária bovina e indígenas. 2. São Félix do Xingu. 3. Dispositivos de eficiência e Emulação-força. 4. História da pecuária bovina; Máquina de guerra. 5. Thorstein Veblen; Michel Foucault; Gilles Deleuze.

~~I. Waquil, Paulo Dabdab, orient. II. Título.~~

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LIVIO SERGIO DIAS CLAUDINO

**SOB A SUPERFÍCIE DE IMAGENS E DISCURSOS:
COMO AS PECUÁRIAS BOVINAS TORNARAM-SE INSTITUIÇÕES NO SUL DO
PARÁ, AMAZÔNIA BRASILEIRA?**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

APROVADA em: Porto Alegre, 09 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil – orientador
UFRGS

Prof. Dr. Jean François Tourrand – examinador
CIRAD

Profa. Dra. Vânia Vaz – examinadora
UNICENTRO

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky – examinador
UFRGS

Prof. Dr. Octávio Augusto Camargo Conceição – examinador suplente
UFRGS

A minha avó Raimunda Dias Matos e à minha avó de acolhimento em São Félix do Xingu dona Ritinha (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Numa tese, talvez nunca se chegue ao final. Apenas essa materialidade mais superficial, exposta e visível, que é a parte escrita, deve-se obrigatoriamente dar por encerrada. O percurso foi longo, e certamente não iniciou no momento de ingresso no PGDR para realização do doutoramento. Há tanta gente, tanto apoio, tantas quedas, momentos de felicidade e euforia, tropeços, tristezas e acasos fantásticos que, por consequência, me conduziram a essa finalização. Passei por muitos lugares, plantando afetos para que o processo de pesquisa se efetivasse, não sendo possível registrar todas as pessoas: São Félix do Xingu, Marabá, Tucumã, Ourilândia do Norte e Belém, no estado do Pará, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Paris e Montpellier, na França, foram as principais cidades por onde estive em pesquisas durante esses mais de quatro anos. Em cada uma dessas muitas pessoas e instituições me acolheram, se importaram comigo e me ajudaram, com comida, respostas, dicas, abrigo, afetos diversos, sorrisos e abraços. A essas preciso agradecer.

Em primeiro lugar ao meu orientador, Paulo Dabdad Waquil, que me deu mais que apoio durante esse processo acadêmico, tornando-se um exemplo de como conduzir sem imposição, dando a liberdade suficiente para que meu desenvolvimento acadêmico pudesse fluir por caminhos que ambos não conhecíamos. Meu muito obrigado! O exemplo de superação em outros âmbitos da vida serão sempre lembrados por mim. Um agradecimento especial aos pesquisadores/professores que contribuíram diretamente com a pesquisa durante processos avaliativos: Jean François Tourrand, que também possibilitou realizar o intercâmbio na França, Guilherme Radomsky, Vânia Vaz e Octávio Conceição. Estendo os agradecimentos aos demais professores do PGDR, especialmente aqueles que tive a oportunidade de realizar algumas atividades junto, podendo conhecer um pouco mais: Jalcione Almeida, Lovois Miguel, Leonardo Xavier, Gabriela Coelho, Rumi Cubo, Mielitz Netto, Sergio Schneider e Eduardo Filippi. Agradeço também à equipe não acadêmica que faz do PGDR um lugar agradável, e que sempre resolvem nossas pendências administrativas, especialmente à dona Marlene, Eliane Sanguiné, Macarena Donoso, Danielle Finamor, Jorge e Guilherme.

Agradeço à minha eterna orientadora Laura Angélica, que sempre esteve comigo desde a graduação, hoje uma grande amiga. Também devo agradecimentos a diversos professores que compõem ou colaboraram com o NCADR da UFPA, onde a minha carreira acadêmica começou, especialmente a Gutemberg Guerra, Soraya Carvalho, Paulo Martins, Carla Rocha, Noemi Porro, Aquiles Simões, Livia Navegantes e Delma Pessanha. Agradeço também a René Pocard-Chapuis, por tantas oportunidades e aprendizado.

Em São Félix do Xingu, que conheço desde 2008, ainda antes de ingressar em mestrado, tenho o que se pode chamar de família adotiva. Por sinal, embora nada tivesse a ver com a pesquisa, foi o sobrenome em comum que fez a primeira conexão: Claudino e também Neves. Assim conheci Alexandre Claudino, Alexandrina, João Piranha, o pequeno João Victor, Andreia, Amada, Adriana, Fernandes, Junior, Karla e a dona Ritinha (*in memoriam*, a quem dedico essa tese). Esses se tornaram, de certa forma, meu ponto de referência na cidade, em todas as vezes que precisei voltar. A família é extensa, e a partir deles passei a conhecer muita gente na cidade, parentes e amigos do grupo familiar. Assim conheci os jovens Anylton, Wesley, Ketlen, Jackeline, Cacilda, que se tornaram interlocutores da pesquisa em alguns momentos e também companhias para momentos de lazer. Preciso também agradecer a tantos agricultores familiares, camponeses, lideranças sindicais, especialmente ao padre Danilo, a Celma, a professora Marly, ao Reinaldo, ao Raimundo, entre muitas outras lideranças, especialmente da ADAFAX e CPT que prestaram algum tipo de apoio com informações e bom grau de gentileza para que o trabalho de pesquisa pudesse ser conduzido.

Em Marabá contei especialmente com o apoio das amigas e familiares. Minha mãe e meu pai, Izabel Miranda e Francisco Carlos (Paraíba), minha irmã Nivea Claudino, que sempre me apoiaram e estiveram presentes. Agradeço também às minhas amigas Francirlene Santos, Iracema, Sônia Leia e Zenaide Arruda, entre muitas outras pessoas a quem sou grato por tantos momentos agradáveis de companheirismo e aprendizagem.

Em Porto Alegre a lista de agradecimentos torna-se quase impossível de ser justa. Foram muitos anos e situações, dentro e fora da universidade, que contribuíram muito para esse processo. Aos amigos de grupos sociais diversos que me ensinaram a cada dia uma lição, pessoas que guardo um carinho imenso. Joel Leal, que me abrigou em seu lar, me forneceu literatura e conhecimento, além de ouvir minhas repetitivas descobertas na tese. Vitoriano, amigo de muitos momentos. A família Ana Luísa, Fernando e Ícaro (que nasceu junto com o meu ingresso no doutorado), tão importantes para a minha vida social. Aos amigos dos momentos finais que conheci na “Housing”, especialmente Cícera Silva, Haiúrica Meireles, Carol de Nicol, Kathleen Soares e Bárbara Gemaque. Às Camila’s, Alessandra e Juliana que fizeram da Cidade Baixa um Porto mais Alegre ainda.

Aos colegas e amigos que a universidade me trouxe, toda a turma de doutorado PGDR-2012, especialmente à grande amiga Manuela Finokiet (e sua família), Angelita Bazotti, Clarice Bastarz, Irio Conti, Fabiano Escher, Keile Beraldo, Adriana Paola, que se tornaram mais que colegas de turma, mas sim companheiros de luta. Agradeço também a Sirlei Glasenapp, Cláudio Farias, Ariane Conceição, Camilo Torres, Fernanda Simonetti, Luciana da

Silveira e Marcelo Nicola pelas trocas durante o curso. Também à(o)s amigos pgdrianos Chaiane Agne, Rafaela Vendruscolo (parceiras nas discussões sobre Veblen), Alessandra Mate, Dieisson Pivoto, Alex Leonardi, Lucio Muchanga, Luciana Scarton, Lilian, Ceição, que compartilharam os principais momentos com o nosso orientador do “grupo Waquil”. Também Natalia Brasil, Lorena Fleury, Claudia Ribeiro, Fabiana Tomé, Santiago Millan, Sofia Gira (*in memorian*), Ana Paula Matei, Carlos Douglas, Carmen Janaina, pelos momentos de companheirismo. A Jonattan Castelli, Jarbas Carneiro e Gilliard (vulgo Gil), parceiro nas discussões sobre teoria econômica. Também a Priscila Malanski e Danielle Wagner, pelas discussões e amizade.

Outros amigos da UFRGS, companheiros de muitos momentos de lazer e de estudos, Stella, João Ramos, Mateus, Josi, Vânia. Desse grupo de amigos, um agradecimento especial àquele com quem passei a maior parte do tempo em Porto Alegre e também na França, Tiago Lemões, quem mais viu e ouviu sobre essa tese, dando contribuições fundamentais, especialmente no que concerne aos elementos de uma antropologia, e às minhas emoções. O melhor companheiro que eu poderia ter tido.

Às amigas estrangeiras pesquisadoras da pecuária, que compartilharam muitos momentos nessa etapa, Maëlle Gedouin e Maria Fernanda Torres. Também agradeço à escritora Monique Verité pelo acolhimento em Paris.

Agradeço à equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela formação de altíssima qualidade, especialmente a todas as pessoas que compõem o PGDR.

Ao governo brasileiro que, por meio da FAPERGS, concedeu bolsa de estudos que garantiu a minha permanência.

Ao Governo Brasileiro que, por meio da CAPES, concedeu bolsa de estudos para a realização estágio-sanduíche na França.

Ao CIRAD/Montpellier – Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, por me acolher e proporcionar formação durante o estágio, especialmente a Jean François Tourrand.

Ao AgroParisTech, pelo acolhimento em Paris durante o estágio, especialmente ao professor. Philippe Lescoat, que pacientemente ouviu durante muitos meses as explicações sobre essa tese, no escritório ou em cafés, me apresentando também a cidade.

Ao Arquivo Público Estado do Pará (APEP), à Biblioteca Pública Arthur Vianna e à Biblioteca Nacional da França (BNF), que abriram as portas para esse engenheiro agrônomo que queria fazer pesquisa histórica.

Para finalizar, o meu agradecimento para todas as pessoas que transformaram a própria vida (e a própria morte) numa luta cotidiana contra a violência das imagens, dos discursos e de outras práticas que tentam subordinar populações, corpos, territórios, solo, plantas, animais e tudo mais a meros substratos para produzir mercadorias e lucro. Essa tese inspira-se e pretende ampliar a sua luta!

RESUMO

Essa tese analisa como as imagens e os discursos produzidos sobre a Amazônia, as populações e os recursos, desde uma perspectiva histórica, permitiram tornar o sul do Pará em um dos locais de maior expansão da criação de gado bovino. No primeiro momento, passamos a considerar a pecuária como uma instituição, definida aqui como *focos de experiência em movimento*, de modo a conduzir a formulação de um referencial teórico e metodológico que fugisse das variáveis explicativas convencionais, buscando, antes, os diversos mecanismos e dispositivos que possibilitaram a justificação/legitimidade da atividade em uma região onde predominavam florestas. Para esse percurso, valemo-nos de uma abordagem multidisciplinar fecundada principalmente por reflexões de autores como Thorstein Veblen, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Veena Das, entre outros. A polifonia dessa tessitura teórica e metodológica aqui proposta favoreceu a constituição de um olhar distinto sobre a evolução da pecuária bovina no bioma amazônico, pensando-a como uma instituição, e trazendo para o escopo das análises as imagens, os discursos e outras práticas que permitiram a formação e funcionamento dessa instituição singular. Há uma ênfase para alguns mecanismos que fizeram parte dessa trama: os enunciados do “medo de perder” e da “vontade de transformar” e aquilo que aqui chamamos de “dispositivos de eficiência” e a “emulação-força”, que foram construídos na tese a partir da releitura dos escritos sobre a pecuária itinerante que saiu do Nordeste brasileiro e chegou ao sul do Pará, considerada aqui à luz do conceito de “máquina de guerra”, juntamente com a noção de “margens do estado”.

Palavras-chave: Dispositivos de Eficiência. Emulação-força. Focos de Experiência em Movimento. Xingu.

ABSTRACT

This thesis examines how the images and discourses produced on Amazon, populations and resources, from a historical perspective, allowed making the south of Para in one of the sites of greatest expansion of cattle breeding. At first we should consider livestock as an institution, defined here as moving experience outbreaks, so as to allow the formulation of a theoretical and methodological framework to flee the conventional explanatory variables, seeking rather to the various mechanisms and devices that allowed the justification / legitimacy of the activity in a region where forests predominated. For this route, we make use of a multidisciplinary approach enriched mainly by reflections of authors such as Thorstein Veblen, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Veena Das, among others. This polyphony made possible by theoretical and methodological frameworks proposed here allowed the establishment of a different look at the evolution of cattle breeding in the Amazon biome, considering it as an institution, and bringing to the scope of the image analysis, speeches and other practices that allowed the formation and operation of this unique institution. There is an emphasis on some mechanisms that were part of this plot: the statements of the "fear of losing" and "wish of transforming" and what we here call "efficiency device" and "emulation-force", as well as a reinterpretation the writings on the itinerant cattle that came out from Northeast Brazil and reached the south of Pará, considered here in the light of the concept of a "war machine" with the notion of "state banks".

Keywords: Efficiency Devices. Emulation-force. Experience Focuses on Movement. Xingu.

RÉSUMÉ

Ce travail de thèse porte sur la manière dont les images et les discours produits sur l'Amazonie, ses populations et ses ressources, ont permis de faire du sud du Pará l'un des territoires d'expansion de l'élevage bovin les plus importants. Nous avons pour cela considéré l'élevage comme une institution, définie ici comme des foyers d'expérience en mouvement, posture à la base de la formulation de notre cadre théorique et méthodologique. Celui-ci nous a permis de nous écarter des variables explicatives conventionnelles et d'identifier plutôt les différents mécanismes et dispositifs qui ont rendu possible la justification et légitimité de cette activité dans une région où les forêts prédominent. Nous avons utilisé pour cela une approche multidisciplinaire alimentée principalement par Thorstein Veblen, Michel Foucault, Gilles Deleuze et Veena Das,. La polyphonie de cette tessiture théorique et méthodologique a favorisé la mise en place d'un regard distinct sur l'évolution de l'élevage bovin dans le biome de l'Amazonie. Nous avons utilisé l'analyse d'images, de discours et d'autres pratiques qui sont à la base de la formation et du fonctionnement de cette institution unique. L'accent est mis sur certains mécanismes qui en font partie : les déclarations de « peur de perdre » et « volonté de changer », ce que nous appelons ici « dispositif d'efficacité » et « émulation-force ». Ces mécanismes ont été mis en valeur par la relecture des écrits sur les élevages itinérants partant du Nord-Est du Brésil et arrivés dans le sud du Para, qui sont considérés ici sous le concept de « machine de guerre », aux côtés de la notion de «marges d'État ».

Mots-clés: Dispositif d'efficacité. Émulation force. Foyers d'expérience en mouvement. Xingu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Outdoor digital com imagens de celebridades e exibindo frases sintéticas sobre grandes questões do rural brasileiro.....	89
Imagem 2 – Transporte de gado, Vila Taboca, novembro de 2008 (as duas fotografias na mesma localidade e época)	93
Imagem 3 – Transporte de gado em direção ao Xadá, julho de 2009.....	94
Imagem 4 – Principais cidades entre os rios Xingu e Araguaia, incluindo divisões de áreas especiais de proteção.....	96
Imagem 5 – Captura de tela da manchete ligada ao caso do assassinato de Welbert, publicada no dia 09 de agosto de 2013, antes de encontrarem o corpo.....	102
Imagem 6 – Corpo de vítima de assassinato em São Félix do Xingu durante a pesquisa em campo.....	105
Imagem 7 – Gravura no livro de Staden, cenas de antropofagia	114
Imagem 8 – Globos de Coronelli, exposição permanente BNF. Detalhe para o ritual de antropofagia	116
Imagem 9 – Reclamação de Elias da Silva sobre a invasão em área de privilégio de exploração (1879).....	139
Imagem 10 – No Baixo Xingu – Ponte Nova (Vitória)	141
Imagem 11 – Ernesto Accioli, do rio Iriri. Cearense, dono do mais importante barracão da exploração de caucho da região à época, empregando cerca de 70 trabalhadores	141
Imagem 12 – Bibio, o último civilizado do Xingu paraense. Bibio, Coudreau conheceu 12 anos antes, em outra expedição com o italiano Stradelli.....	142
Imagem 13 – A confluência com o rio Fresco. Possivelmente uma das primeiras representações do local onde se originou a cidade de São Félix do Xingu. Nessa parte Coudreau relata insistentemente a existência de Campos nas proximidades dessas montanhas	142
Imagem 14 – Imagem do interior de uma maloca “abandonada”.....	143
Imagem 15 – Artefato encontrado. Ponta de lança em pedra talhada.....	143
Imagem 16 – Joaquim e sua família	144
Imagem 17 – Três integrantes do grupo	144
Imagem 18 – Médio Xingu: indígenas domesticados.....	145
Imagem 19 – As maravilhas do mundo, álbum de figuras editado pela Nestlé e Kohler (1957-1958)	147

Imagem 20 – A conquista do Amazonas (1907), Antônio Parreiras. Óleo sobre tela. Belém, Museu Histórico do Estado do Pará.....	164
Imagem 21 – Conceição do Araguaia – 1907. Processos civilizatórios	165
Imagem 22 – Indicações para a exposição de produtos do Goiás (1866). Grifo na questão do patriotismo	178
Imagem 23 – Indicações para a exposição dos produtos de Santa Catarina (1866)	180
Imagem 24 – Indicações para a exposição de produtos do Espírito Santo (1866)	181
Imagem 25 – (da esq. para a dir.) a) capa do convite e instruções para participar da Feira de amostras de Recife em 1933; b) cartaz de divulgação da III Feira de amostras de São Paulo; c) contracapa do regulamento da Feira de amostras de São Paulo de 1933.....	192
Imagem 26 – Reprodução da capa do livro de Arthur Reis 2ª Edição, 1965 (detalhe para a forma de um olho que observa)	210
Imagem 27 – Conselhos para segurança. Detalhes para as anotações acima à direita e abaixo à esquerda sobre os cuidados em relação aos indígenas.....	212
Imagem 28 – Ilustrações no livro de Silva (1970) mostrando indígenas, fauna e flora e a relação com os militares	215
Imagem 29 – Cenas da abertura e condições da estrada. Legenda: “Antes de seguir para o horizonte, a Transamazônica defronta-se com uma secular castanheira. De maneira geral, a conservação das estradas é excelente”	219
Imagem 30 – Os resultados do trabalho do colono. Na legenda: “Os primeiros frutos da terra começam a surgir. O colono que aparece na foto com um saco nas costas colheu numa só safra 600 sacos de arroz”	220
Imagem 31 – Traçado da rodovia, ligando Atlântico ao Pacífico. Na legenda: “A transamazônica, quando concluída ligará o Atlântico ao Pacífico, conforme demonstra, apontando para o mapa o engenheiro Deutemar Kovalzuck, chefe de um dos quatro escritórios do DNER na rodovia”	221
Imagem 32 – Médico examinando um indígena. Na legenda: O dr. Amaury Pereira da Silva, médico do INCRA, examinando índio prostrado pela gripe e atacado de conjuntivite”	222
Imagem 33 – A floresta sendo aberta e os soldados que estão vencendo essa batalha.....	224
Imagem 34 – Arquivo TV Tupi - Vargas falando em exposição agropecuária.....	226
Imagem 35 – Arquivo TV Tupi - Encerramento da 2ª exposição agrícola de Campinas.....	228
Imagem 36 – Arquivo TV Tupi - Feira do gado zebu em Uberaba.....	229
Imagem 37 – Arquivo TV Tupi - De Gaulle visita exposição.....	230
Imagem 38 – Arquivo TV Tupi - Urna indígena em Ubatuba.....	232

Imagem 39 – Arquivo TV Tupi - Exposição de objetos indígenas. Detalhe para os dizeres “Morrer se for preciso, matar, nunca” de Rondon, seguido do cerimonialismo, fortemente feminino representando o “cuidado” com os artefatos	232
Imagem 40 – Arquivo TV Tupi - Índio dormem embaixo da ponte.....	234
Imagem 41 – Arquivo TV Tupi - Índios Horan e Tibiê concedem entrevista à imprensa	235
Imagem 42 – Arquivo TV Tupi - Documentário sobre hábitos de vida na região do Xingu ...	237
Imagem 43 – Arquivo TV Tupi - Agricultura em campos mecanizados.....	240
Imagem 44 – Arquivo TV Tupi - Líderes comunistas e campos agrícolas chineses.....	244
Imagem 45 – Arquivo TV Tupi - Agricultura, chineses no campo	247
Imagem 46 – Cartão postal da Secretaria Geral de Agricultura Indústria e Comércio de Belém (1934) informando que “o leite fresco produz uma criança saudável. O Brasil precisa de cidadãos saudáveis”	255
Imagem 47 – Distribuição de sementes para a lavoura de 1945.....	257
Imagem 48 – Exposição de motivos sobre apoio aos países devastados pela guerra. Estimulando a modernização	259
Imagem 49 – Exposição de motivos sobre apoio aos países devastados pela guerra. Sair do primitivismo sobrevivente ao índio	260
Imagem 50 – Exposição de motivos sobre apoio aos países devastados pela guerra. O que fazer? Impor a mecanização.....	261
Imagem 51 – Frases de Vargas do discurso do Amazonas “Olhar para o Norte e gerenciar a fixação da população”	262
Imagem 52 – Seringal de exploração no Xingu, documento de 1894	269
Imagem 53 – Autos de justificativa. Estrada que foi construída, ligando o alto ao baixo Xingu, das cidades de Paraty até Paraíso, concluída em 1897	270
Imagem 54 – Gado da Victória no baixo Xingu. Representação no Álbum do governo de 1908	273
Imagem 55 – Propriedade do Senador José Porfírio de Miranda Jr, baixo Xingu. Representação no Álbum do governo de 1908.....	274
Imagem 56 – Manchete de capa e reportagem do Jornal Gazeta do Xingu, Altamira, 9 de novembro de 1980. Acusações contra a FUNAI em São Félix do Xingu	286
Imagem 57 – Jornal Gazeta do Xingu, Altamira, 9 de novembro de 1980. Agricultura e pecuária no município de Altamira.....	288
Imagem 58 - Evolução do rebanho bovino em São Félix do Xingu (1975-2014).....	289
Imagem 59 – Fotografias (famosas) da Operação Boi Pirata II - IBAMA.....	291

Imagem 60 – <i>Banner</i> convidando para audiência pública com diversos organismos governamentais para tratar sobre o CAR, desembargar o município, etc., em 2011.....	296
Imagem 61 – Cartaz na fachada do prédio onde funciona a TNC e o MMA. Comissão municipal do <i>Pacto</i> para o fim do desmatamento ilegal.....	296
Imagem 62 – <i>Banner</i> sugerindo uma nova forma de pensar o não-desmatamento. Ações para implementação do CAR.....	297
Imagem 63 – Folheto de divulgação do projeto “Carne sustentável: do campo à mesa” da TNC	299
Imagem 64 – Ofício nº 10/09, Câmara Municipal de São Félix do Xingu – tiroteios na vila Clareane	320
Imagem 65 – a) Espaço de interação animal-máquina-operador-espectador. Várias pessoas paravam para olhar a ordenha automática. b) Espaço de interação entre os visitantes e os animais de exposição. É possível comer e beber ao lado dos animais	330
Imagem 66 – Entrevistando Tarcísio Meira no programa Globo Rural – imagens de abertura, 2013.....	333
Imagem 67 – Entrevistando Tarcísio Meira no programa Globo Rural – imagens do encerramento, 2013.....	334
Imagem 68 – Letreiro digital sobre a agropecuária brasileira na Expointer. Pelé e Murilo Benício, produtores rurais.....	336
Imagem 69 – Pelé e Benício na capa de periódicos relacionados à agropecuária em 2013	337
Imagem 70 – Cartaz de divulgação da Festa Agropecuária de Itupiranga 2013	341
Imagem 71 – Aspectos gerais do parque e distribuição dos estandes de expositores e instalação para apresentações artísticas	345
Imagem 72 – Galpão dos bovinos – local do torneio leiteiro e faixa de apresentação do torneio	346
Imagem 73 – Cenas do torneio leiteiro. Ainda não há uma padronização da ordenha. Grande expectativa nos momentos decisivos da competição	348
Imagem 74 – Vacas de exposição – duas premiadas em concursos nacionais	350
Imagem 75 – Estande do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tucumã.....	354
Imagem 76 – <i>Outdoor</i> anunciando leilão, exposto em São Félix do Xingu (2014)	357
Imagem 77 – Cartazes de diferentes leilões expostos na cidade de Xinguara (2014)	357
Imagem 78 – Cartazes de leilões ou vendas permanentes de gado expostos nas cidades de Tucumã e Ourilândia, nas ruas, paredes no parque de exposições e supermercado em 2014..	359

Imagem 79 – Cartaz antigo de leilão afixado na parada de ônibus próximo à cidade de Eldorado dos Carajás (201?), sobreposto por anúncios de atrações humanas (cantor e lutadores)	361
Imagem 80 – Bovinos em momentos do leilão Rio Vermelho FAX 2014	365
Imagem 81 – Leilão virtual Vanguarda do nelore, transmitido desde Araçatuba – São Paulo, Canal do boi, 15 de setembro de 2014 às 21h.....	367
Imagem 82 – Animais de elite passeando pelos espaços do parque e descendentes de animais famosos em exposição	369
Imagem 83 – Espaço para avaliação dos animais antes do início do leilão.....	371
Imagem 84 – Capturas de tela do vídeo da ABIEC mostrando a pecuária bovina no bioma Pantanal.....	376
Imagem 85 – Capturas de tela do vídeo da ABIEC mostrando a pecuária no bioma Amazônia, localizando e mostrando a paisagem.....	377
Imagem 86 – Capturas de tela do vídeo da ABIEC mostrando a pecuária no bioma Amazônia, mostrando fauna silvestre	378
Imagem 87 – Capturas de tela do vídeo da ABIEC mostrando a pecuária no bioma Amazônia, mostrando rebanho e vaqueiros	379
Imagem 88 – Comenda honorífica recebida pela ABIEC em 2012 pelas ações e vídeo “Brazilian beef stories”	380
Imagem 89 – Fotos no <i>Musée de l’Homme</i> na exposição sobre o futuro climático do mundo e as questões relacionadas à crise hídrica e as zonas críticas. Amazônia em destaque	403
Imagem 90 – Manifestantes do coletivo L-214 (casacos de cor laranja), grupo de defesa dos direitos dos animais, realizando abordagens e entrega de panfletos denunciando ações dos pecuaristas.....	405
Imagem 91 – Mensagem inscrita em calçada na Avenue de France (à esquerda, ao fundo a Biblioteca Nacional da França – François-Mitterrand) “Viande = Meurtre” (abaixo no centro d fotografia)	405
Imagem 92 – Intervenções contra o consumo de bovinos em obra de arte privada na rua Lima e Silva (Porto Alegre - Rio Grande do Sul)	406

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIEC	Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne
ADAFAX	Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
AJ TV TUPI	Acervo Jornalístico da TV Tupi
ANUNGA	Feira Internacional das Indústrias de Bebidas e Alimentos
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
APEX	Agência Brasileira de Promoções de Exportações e Investimentos
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPA	Boas Práticas Agropecuárias
BNF	Biblioteca Nacional da França
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CLASAS	Congresso Latino Americano de Sistemas Agroflorestais Sustentáveis
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EXPOINTER	Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários
EXPOTUOR	Exposição Agropecuária Tucumã Ourilândia
FAB	Força Aérea Brasileira
FAX	Feira Agropecuária de Xinguara
FEDERASUL	Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul
FIV	Fertilização in vitro
FNO	Fundo Constitucional do Norte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPS	Global Positioning System
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR	Imposto Territorial Rural
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
ONG	Organização Não-Governamental
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PMV	Programa Municípios Verdes
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RADAM	Radar para a Amazônia
RBS	Rede Brasil Sul de Televisão
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMMA	Secretaria de Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIM	Sistema de Inspeção Municipal
SIMBRAS	Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SRTO	Sindicato Rural de Tucumã e Ourilândia do Norte
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tucumã
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCO	Teoria da Classe Ociosa
TI	Terra Indígena
TNC	The Nature Conservancy
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo
UNRRA	United Nations Relief and Rehabilitation Administration

SUMÁRIO

1	AS PECUÁRIAS TORNAM-SE INSTITUIÇÕES	19
2	CONCEITOS E NOÇÕES PRINCIPAIS: TECENDO UMA ESTRATÉGIA TEÓRICA PARA A PESQUISA	31
2.1	O VIR-A-SER INSTITUIÇÃO: FOCOS DE EXPERIÊNCIA EM MOVIMENTO.....	31
2.2	OS DISPOSITIVOS E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES.....	43
2.3	AS IMAGENS, OS DISCURSOS, O SABER E O PODER	51
2.4	MÁQUINAS DE GUERRA E MARGENS DO ESTADO	69
3	COMO FOI FEITA A PESQUISA	77
3.1	FORMAÇÃO DE UM CORPUS DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR: TEMPOS, ESPAÇOS, COISAS E GENTES.....	77
3.1.1	Os Arquivos físicos	82
3.1.2	Arquivos digitais e televisivos.....	84
3.1.3	Entrevistas e observação em diversas cidades e situações	86
3.2	A TRAJETÓRIA COM PESQUISAS, AS ENTRADAS EM CAMPO E OS PROCESSOS DE AFECÇÕES	91
4	AS IMAGENS, OS DISCURSOS E OUTRAS PRÁTICAS QUE PRODUZIRAM A “AMAZÔNIA” E AS PECUÁRIAS E(M) SUAS MARGENS.....	110
4.1	SÉCULOS 16-18: CONHECER, CLASSIFICAR, CIVILIZAR E COLONIZAR TERRITÓRIOS E POPULAÇÕES	111
4.1.1	A pecuária que cresceu em “fuga” e a constituição de uma “máquina de guerra”	121
4.2	SÉCULO 19 E INÍCIO DO 20: REDES DE SABERES, RELAÇÕES DE PODER, PRODUÇÃO DE MARGENS E PROCESSOS DE DOMESTICAÇÃO EM DIREÇÃO AO XINGU	127
4.2.1	Conhecendo e apresentando territórios e populações.....	131
4.2.2	Esquadrinhamento minucioso da agropecuária e a constituição do poder disciplinar	151
4.2.3	Controlando os nomadismos e produzindo margens a partir de múltiplos dispositivos acumulados.....	158

4.2.4 Os dispositivos de eficiência e emulação-força em um laboratório: as Exposições.	173
4.3 DO FINAL DO SÉCULO 19 ATÉ UM POUCO MAIS DA METADE DO 20: RECONSTRUINDO A AMAZÔNIA ENTRE O “MEDO DE PERDER” E A “VONTADE DE TRANSFORMAR”	194
4.3.1 Narradores dos planejamentos e estratégias: a Amazônia abandonada que precisa ser protegida, integrada e transformada por nacionais capazes	195
4.3.2 Construindo a alteridade, produzindo as margens e mostrando na televisão (TV Tupi)	225
4.3.3 Produzindo margens e transformando a agropecuária pelos dispositivos de eficiência	248
4.3.4 Em São Félix do Xingu: constituindo o lugar, domesticando a máquina de guerra e outros processos	266
4.4 DESDE DEPOIS DA METADE DO 20 ATÉ PRÓXIMO DE NÓS: OS MULTIPLOS DISPOSITIVOS QUE CONSTITUIRAM A PECUÁRIA E(M) SÃO FÉLIX DO XINGU	282
4.4.1 Apresentando São Félix do Xingu para outra ocupação	282
4.4.2 As pecuárias bovinas em São Félix do Xingu depois de 2005: imagens, discursos e os efeitos locais	290
4.4.3 Fora de São Félix do Xingu I: o funcionamento das feiras agropecuárias, dos leilões e torneios e a efetividade dos dispositivos de eficiência e da emulação-força	327
4.4.4 Fora de São Félix do Xingu II: construindo novas imagens e discursos colocando os enunciados da sustentabilidade em ação para gerar uma boa imagem	374
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	382
REFERÊNCIAS	388
APÊNDICE A – AMAZÔNIA E PECUÁRIA NO MUSÉE DE L’HOMME – PARIS	403
APÊNDICE B – PROTESTOS DISPERSOS EM PARIS: DURANTE O SALON INTERNATIONAL DE L’AGRICULTURE OU PELAS RUAS (2015)	405
APÊNDICE C – PROTESTO DISPERSO EM PORTO ALEGRE: NÃO COMA A VACA! NÃO MATE	406

1 AS PECUÁRIAS TORNAM-SE INSTITUIÇÕES

Quem poderia prever que a maior floresta tropical do mundo¹ – considerada desde o século 16 um tipo de “paraíso terrestre” para os que por ela passavam – se tornaria, no início do século 21, uma das regiões brasileiras com a maior quantidade de pastagens cultivadas, onde a atividade que mais ocupa espaço de uso agrícola é a pecuária bovina? Nem o encantamento pelas florestas tropicais, nem o misticismo em torno de sua diversidade biológica natural, nem as lendas ou as distâncias aos grandes centros comerciais e, mais recentemente, nem os inúmeros embargos e interdições, foram capazes de deter o avanço da criação de gado para as áreas da floresta, onde os campos de pastagens cultivadas aumentam. Que processos permitiram que a atividade viesse a ter tanta força, considerando que sua expansão no sul do Pará é relativamente recente, mas uma das mais pulsantes? E, principalmente, como explicar esse aparente paradoxo de uma atividade que, de periférica, atávica e “isolada”, passou a ser a principal ferramenta de colonização oficial e não oficial, símbolo da modernidade e progresso e, pouco tempo depois, o próprio Estado que tanto a estimulou passou a organizar “forças-tarefa” para conter sua expansão?

Se, por um lado, isso parece óbvio e conhecemos bem a “expansão e as trajetórias da pecuária bovina na Amazônia”² relacionando tanto os aspectos macro quanto microsociais em sua progressão, em termos de causas e efeitos (políticas públicas, tradição, acesso aos mercados, aspectos fundiários, etc.), por outro, não parece muito claro sobre o funcionamento dessa evolução, quer dizer, entendemos bem porque a pecuária evoluiu, mas não como a atividade gradualmente tornou-se o que é, tomando como eixo de análises o que se disse e se mostrou sobre a mesma. Essa tese pretende, assim, mudar o questionamento e, com isso, tentar analisar a pecuária como instituição, abrindo uma possibilidade de pesquisas em outra direção.

¹ O termo Amazônia deveria ser utilizado no plural, pois implica considerar que a região não é homogênea como a singularidade do termo Amazônia brasileira induz. Especialmente quando se considera o avanço da ocupação moderna e recente, a delimitação de fronteiras, as transformações de origem antrópica, além dos aspectos edafoclimáticos, entre outros que dizem respeito às características naturais, falar em Amazônia pode levar a considerações generalizantes que pouco explicam as dinâmicas distintas que “lá, aqui ou nela” se desenvolvem. A exemplo da construção da imagem de que o “Brasil é o país disso ou daquilo” ou a busca pelo “perfil do brasileiro”, que se tentou com grande arbitrariedade, ressalta-se o fato de que falar em Amazônia brasileira, ao longo da história foi funcional ao exercício de dominação sobre os territórios, e serviu também para invisibilizar os grupos minoritários ou mais vulneráveis, sendo também uma forma de esconder a diversidade de dinâmicas e de espaços ambientais que configuram essa parte do país.

² Título geral de uma coletânea publicada pela Editora UNB em 2004-2005.

Instituições, conforme será aqui abordado, são resultados de processos plurais em que “diferentes formas de instituições evoluem de maneiras diferentes” (NELSON, 1995³ *apud* CONCEIÇÃO, 2002, p. 152). Elas não são dadas, nem são as mesmas em todos os lugares para coisas/atividades similares. Sua natureza é variável e, por isso, concepções muito específicas não são capazes de apreender o fenômeno. Por isso, começaremos por explorar a proficuidade analítica e necessariamente multidisciplinar, seguindo a sugestão de Nelson, transcrita por Conceição (2002), e vamos “desembrulhar e desagregar” o conceito de instituições, revelando-o a partir do objeto empírico. Ressalta-se que não há o interesse e nem a possibilidade em buscar as origens das instituições – empreendimento que ocupou teóricos evolucionistas no final do século 19, que ainda suscita muitas dúvidas (DELIÈGE, 2013) –, mas, antes, delinear o funcionamento e as condições de possibilidades de seu surgimento e de sua manutenção.

Analisar as pecuárias “na Amazônia” enquanto instituições, entendidas aqui, sinteticamente, como resultado de *focos de experiências em movimento*, foi o início de uma ruptura com algumas ideias pessoais, que me⁴ naturalizavam a atividade na região. Esse estranhamento, de certa forma, é parte consequencial de um processo que experienciei durante os últimos anos que culminaram na construção desse trabalho de pesquisa. Para mim, a pecuária – que na região sul e sudeste do Pará nem precisa do adjetivo “bovino”, pois subentende-se –, parecia algo inerente e indispensável à região, fazendo parte de um processo histórico bem encadeado, com muitos conflitos, mas sem a necessidade de legitimação oficial. Tendo nascido em Marabá (sudeste do Pará), não é estranha essa “naturalização” da atividade. Além disso, o trabalho com o tema da pecuária desde 2005, durante a graduação em agronomia, fez dessa “naturalização” um interesse particular por compreender os aspectos técnicos, como gestão e a degradação das pastagens e a questionar principalmente algumas dinâmicas sociais entre os pecuaristas (a relação com os desmatamentos, as trajetórias de migração, categorias socioeconômicas, etc.), mas sem o estranhamento, que tanto insistiram os antropólogos (DA MATTA, 1978; VELHO, 1981), necessário à problematização que ora penso fazer. Até então,

³NELSON, R. R. Recent evolutionary theorizing about economic change. *Journal of Economic Literature*, v. 33, 1995. p. 48-90.

⁴ Ao longo de todo o texto encontrará o uso da 1ª e 3ª pessoas do verbo. Isso é recurso necessário ao exercício proposto de trazer a experiência do pesquisador e do(s) interlocutor(es) ao texto. Essa proposta faz parte de um movimento mais amplo, especialmente no âmbito da antropologia – que muito fecundou o debate aqui proposto – principalmente entre os que assumem a ambígua posição de sujeito e ator, pesquisador-pesquisado, durante o ato de produção da pesquisa acadêmica (ROCHA; ECKERT, 1998), ou mesmo na tentativa de expressar a *afecção* resultante das relações que se constituem com as pessoas que fazem parte do nosso universo de pesquisa (GOLDMAN, 2006a). Uma parte do método da pesquisa e o seu desenrolar conduziram à inseparabilidade da minha experiência individual e coletiva que não é bem expressa na terceira pessoa do plural, conforme será apresentado e contextualizado no capítulo destinado à metodologia.

as principais inquietações acadêmicas se concentravam naquilo que os diversos atores e sujeitos realizam para contornar os problemas técnicos e conflitos sociais que enfrentavam.

Foi durante o ano de 2012, após ingressar no programa de doutorado em Desenvolvimento Rural, morando em outra cidade e envolvido em outros circuitos e, particularmente, durante a participação em eventos específicos do setor agroprodutivo⁵ que passei a questionar o processo de institucionalização que levou à expansão da pecuária bovina na macrorregião em que nasci. Durante os eventos, ao espreitar o que era dito e mostrado sobre a pecuária, percebi o debate intenso em torno da reconfiguração da sua imagem, fundamentada nos discursos da sustentabilidade⁶. Havia uma explícita tentativa de legitimar a viabilidade da atividade, apesar das críticas relacionadas aos desmatamentos e outras consequências ambientais e sociais, disputando-se quais os modelos de produção deveriam persistir e ser formalizados e os outros que deveriam ser banidos. Mais do que apenas os modelos técnicos, outras questões estavam em disputa, subordinando ou sendo subordinadas pelas formas como se produziam e se legitimavam os conhecimentos que eram apresentados nesses eventos, com todas as demais consequências, como os acordos ministeriais e setoriais, formulações de políticas públicas, relações com outros setores produtivos, etc. Apesar de algumas dúvidas, nesses eventos predominavam as certezas quanto às formas mais adequadas de se fazer a pecuária: intensificação; o que para mim, até então, era algo indiscutível, e o foco seria descobrir qual a forma mais adequada de intensificar a pecuária.

Olhando mais atentamente aos processos históricos, fui percebendo uma ambiguidade, que não é apenas histórica, na qual a pecuária pode se constituir tanto como uma linha de fuga (por exemplo, quando os sertanejos começaram a “escapar” do grande sistema social dominador, monopolista e escravagista açucareiro do litoral nordestino durante o período colonial rumo aos sertões, constituindo uma expressiva autonomia, utilizando o gado), quanto uma linha captura (quando se investe a lógica, e é na pecuária bovina “nos interiores” que os consideráveis mecanismos de sujeição se efetivam). E mais, enquanto que, se considerarmos as interações concretas e entendendo-a também como um sistema de classificações completo, a

⁵ Os eventos foram: o Simpósio Brasileiro de Agropecuária Sustentável, realizado em Porto Alegre; e o Congresso Latino-americano de Sistemas Silvopastoris para Produção Pecuária Sustentável, realizado em Belém do Pará. Produzi alguns textos para as disciplinas do doutorado tendo por base o material coletado durante os eventos, por meio de observação, leitura dos anais e entrevistas informais; e também outros artigos com base em documentos do governo, como os textos apresentados na Rio+20, marcando o início das reflexões nessa direção (CLAUDINO, 2012, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b).

⁶ A Embrapa, juntamente com Organizações Não-Governamentais (ONGs) ambientalistas e produtores rurais têm desenvolvido ações no sentido de capacitar jornalistas para conhecerem e melhor divulgarem as imagens da “pecuária sustentável”. Um exemplo disso é o projeto aprovado em 2010, no âmbito do macroprojeto da Embrapa: a “Construção da imagem da pecuária sustentável no Pantanal” (MAIO, 2010).

pecuária bovina se apresenta como uma categoria extremamente plástica, sendo instigante o fato de que em um momento específico falar em “pecuária na Amazônia” fez desaparecer praticamente toda a plasticidade⁷. De maneira curiosa, é como se, em momentos distintos, produziram-se imagens e discursos “radicais” que, ou estimularam ou condenaram completamente a atividade, justificando todo um aparato midiático, ambiental e moral repressivo ou estimulante, possibilitando a constituição de medidas e regulamentos específicos para expandir, comprimir ou transformar a atividade. Tomando a situação mais recente, em um dado momento, especialmente em torno das ações governamentais do “arco de fogo”, “arco do desmatamento” e “boi pirata”, já não era mais possível saber se o combate era ao desmatamento, à pecuária ou alguns tipos de sistemas, etc.

Tendo formulado essas abstrações, ainda que de maneira muito embrionária, ao longo do final do ano de 2012 e início de 2013, direcionei as buscas aos discursos e às práticas sociais da sustentabilidade, procurando entender quais os sentidos e significados que foram atribuídos à noção de sustentabilidade e suas possíveis operacionalizações, tanto nos eventos que participei quanto na literatura acadêmica, nos meios de comunicação, etc. Nesse período, alguns artigos foram escritos frutos dessas inquietações com a relação entre os discursos da “pecuária sustentável”, as relações de poder e a produção de subjetividades (CLAUDINO, 2014a; 2014b). Essas reflexões conduziram aos questionamentos acerca da construção de uma “boa imagem” da pecuária, dos discursos da sustentabilidade e das mudanças na atividade. Daí por diante, um trabalho exploratório motivou a recuar no tempo e, de maneira mais geral, a questionar se e como as imagens e os discursos foram utilizados em momentos anteriores, e se era possível entender a própria evolução da pecuária bovina em São Félix do Xingu (sul do estado do Pará) a partir das diferentes imagens e dos discursos postos em circulação, e se havia alguma relação entre esses, a atividade em si e a produção de subjetividades.

Os principais relatos indicam que o desenvolvimento da atividade no sul do Pará está relacionado com as “frentes de migração” ou “frentes de expansão pastoril” que, saindo do litoral do Nordeste no século 17 foi escapando do sistema dominador da produção de cana rumo ao sertão, movimentando-se pelos campos nativos, passando pelas províncias do Maranhão, Tocantins e Goiás, deslocando-se depois até o Pará, seguindo, em parte, os limites do rio Araguaia. Grosso modo, toda a produção intelectual que tratou dessas pessoas e dos seus respectivos sistemas de produção apontou para o isolamento, crescente e nefasta autonomia

⁷ Algumas dessas reflexões foram fecundadas pela leitura da etnografia de Taniele Rui que, tratando de situações e população bem distinta, lança luz sobre os efeitos e as estratégias de uma formulação conjunta de discursos (também midiáticos) e de ações estatais na constituição de uma “trama institucional” muito pertinente ao nosso objeto (RUI, 2014).

relacionada à produção subsistente, marcada pela exploração de baixa produtividade e extensiva; além de tratar, muitas vezes, pecuaristas como estando à “mercê das normas sociais” e atrasados. Gradualmente, no século 20, diversos discursos e imagens produzidos sobre as pecuárias que se desenvolviam nos interiores do Pará indicavam a necessidade de transformação completa dos sistemas de criação e até mesmo dos comportamentos morais e cívicos dos criadores.

Há relatos de diferentes frentes de ocupação da região sul e sudeste do Pará tendo por fio condutor a pecuária bovina, que implicaram em expressivas transformações nos sistemas anteriores. Vânia Vaz (2013) indica três:

a) a primeira, efetivada por sertanejos nordestinos de cultura pastoril, no final do século 19;

b) a segunda foi encetada por empresários e corretores paulistas que atuavam no Goiás, nos anos 1950;

c) e a terceira foi realizada por empresas agropecuárias beneficiárias de investimentos públicos, entre os anos 1964 e 1970.

Depois disso, a partir dos anos 1970, especialmente nos anos 1980, outra procedida por inúmeros atores sociais autônomos, que ocuparam e transformaram em pastagens boa parte da floresta, fomentados ou não por programas de incentivos à pecuária (CLAUDINO, 2011). Dessa forma, em termos de estratégia de governo, a pecuária bovina entra oficialmente no processo de colonização como parte dos planos para “finalmente” integrar a Amazônia ao território nacional, especialmente após os anos 1960, em nossa área de pesquisa empírica, sul do Pará (BRASIL, 1971).

Foi especialmente após os anos 1950-60 que, dependendo da microrregião, a pecuária bovina foi se constituído numa das principais atividades econômicas desenvolvidas, estando mais ou menos hegemônica. Um elemento comum entre as “frentes” de ocupação é que ocorreram pela chegada de pessoas de “fora”, vindas de outras regiões do país. Nesses movimentos migratórios deslocaram-se pessoas, animais e coisas, e com esses os conhecimentos, instrumentos e novas formas de relações sociais. A retirada da floresta – considerada símbolo do progresso, domínio sobre a natureza e ato heroico –, a implantação de pastagens, a chegada dos rebanhos e de toda a gama de novos atores, representaram a transformação e a renovação da região. A um só tempo, protegendo e transformando, efetivando um tipo de higienismo civilizatório. A legitimação dessa atividade foi tão forte que o “ser fazendeiro” ou “produtor/criador de gado” passou a constituir-se em um sonho mais ou

menos generalizado entre boa parte da população em nossa zona de estudos, conforme registros da pesquisa realizada em campo.

Depois dos garimpos de ouro das décadas de 1970 e 1980, nenhuma outra atividade alimentou tantos sonhos de enriquecimento dos mais pobres, por se mostrar “possível e acessível”, como a criação de gado. É como se ao final da “febre do ouro” paraense, descrita nos anos 1980 (FEBRE, 2013), na criação de gado se projetaram os próximos sonhos, de forma menos febril, mas muito intensa. Assim como o ouro, o gado passou a ser visto como uma nova possibilidade para realizar sonhos de prosperidade, não apenas pela reprodução biológica dos animais (que é algo que por si só desperta muito os interesses), mas também pelo seu valor simbólico associado à mudança de vida, à propriedade, ao poder e ao progresso, em diferentes escalas. Devido a essas possíveis analogias, diversos estudiosos apontaram que “o mito do fazendeiro” é um dos fatores que influenciou a evolução e expansão da pecuária no estado do Pará, afetando a decisão contemporânea de criar bovinos. Esse mito constitui-se na crença de que a posse de gado indica certa posição social e sucesso econômico, representando também a chance de quebrar o ciclo da pobreza (POCCARD-CHAPUIS, 2003; VEIGA et al., 2004).

Em pesquisa coletiva anterior, identificamos que esse mito se reforça a cada experiência de indivíduos que deixaram a sua terra natal e conseguiram adquirir muita terra e gado na região, servindo como referência aos demais acerca das possibilidades de sucesso com a criação animal. No entanto, as análises mostraram que apenas poucos entre os que possuem menos capitais conseguem ascender muito nas situações de fronteira, sendo que as benesses são apropriadas especialmente por aqueles que já possuíam mais recursos anteriormente à chegada na região, e as desigualdades tendem a aumentar (CLAUDINO, 2011; CLAUDINO et al., 2014). Apesar disso, a idealização da atividade persiste e, nas trajetórias de vida narradas, tanto pelos “bem-sucedidos” quanto pelos demais integrantes da localidade, aparecem em relevo as dificuldades, as limitações e principalmente a superação, reforçando socialmente o “mito do fazendeiro”. Essas narrativas, em geral, encobrem outros circuitos de oportunidades, não associados diretamente à pecuária ou ao trabalho, que esses “bem-sucedidos” acessaram⁸.

⁸ Durante um trabalho de campo realizado em São Félix do Xingu, entre os anos de 2009 e 2010, identifiquei alguns indivíduos que se constituem como referências coletivas do sucesso com a pecuária bovina. O seu José dos Santos, que veio da Bahia na década de 1970, é um deles. Ele chegou à região após ter vendido outra terra em sua cidade de origem, e foi ocupando terras com floresta, trabalhando com a família, e gradualmente comprando mais terra e gado. Hoje possui mais de quatro vezes a quantidade de terras e animais que tinha quando chegou, sendo considerado um médio fazendeiro. Ele conta a sua história com grande orgulho de ter superado dificuldades relacionadas ao pioneirismo, isolamento e problemas de ordem monetária, e hoje ser empregador. Por outro lado, durante essa mesma pesquisa, entre os pequenos, identificamos que apenas 2 dos 47 interlocutores conseguiram pelo menos duplicar o tamanho da terra pela aquisição de outras propriedades (CLAUDINO, 2011). Os que mais conseguem aumentar a área são os grandes e médios produtores. Além desses menores, há também narrativas de outros médios fazendeiros que popularmente são conhecidos por terem

No entanto, ao direcionar o foco para as imagens e os discursos mais recentes sobre a pecuária na Amazônia identificamos muitas transformações nas formas de fazer ver e falar sobre a atividade em si e sobre os seus atores. Uma pesquisa recente sobre as “percepções e representações dos atores sociais” envolvidos com a pecuária bovina no estado do Pará, destacou que os atores locais se sentem injustiçados e perseguidos pelo poder público e pela mídia, pois passaram de uma condição em que eram vistos como *desbravadores* da floresta, incentivados pelos sucessivos governos, para uma situação em que são vistos como *criminosos*, tendo que se adequar às novas regulamentações ambientais, como o novo Código Florestal. A pesquisa enfatizou que, se antes, ter o gado e a terra se constituíam elementos que “por si só” asseguravam *status*, atualmente “a pecuária passa a assumir uma nova imagem na sociedade, reformando o ‘mito do fazendeiro’ no qual o criador de bovinos se constituía a elite do mundo rural. A nova imagem é construída sobre noções de responsabilidade ambiental e economia verde” (VAZ et al., 2012, p.86). Em campo, muitos interlocutores também se referiram a essa mudança.

Mas não analisaremos, nessa tese, algo como a constituição de um “mito dos fazendeiros”. Essa é apenas uma possibilidade interessante, facilmente constatada em campo, mas que não explica bem a respeito dos processos mais minuciosos de constituição dessa legitimidade de uma atividade, e mais especificamente das formas de fazer essa atividade, sempre em contínuas oposições. Será mais proveitoso não se apoiar no pressuposto envolvente que sempre acompanha a ideia de “mito”, em favor de perseguir as imagens e os discursos que constituíram oficialmente para determinadas áreas específicas a pecuária como a mais eficiente e produtiva das atividades. E esse processo, conforme será demonstrado, envolveu muitos conflitos e violências contra populações que já existiam na região e entre os que chegavam e disputavam os espaços entre si. Mas essas lutas não foram apenas os conflitos armados, outra batalha tendo por dispositivos as imagens e os discursos parecem ter permitido que a própria luta armada se constituísse e até se naturalizasse, especialmente pela produção de subjetividades, tanto em relação aos comportamentos morais quanto às eficiências produtivas de cada grupo de pessoas.

ascendido socioeconomicamente na região devido a muito trabalho. No entanto, em um dos casos, foi possível identificar que na trajetória do indivíduo que a ascensão não foi apenas pela pecuária em si, mas pelas demais condições favoráveis (trabalho com o setor jurídico e forte relação com a política regional). No entanto, quando se referem a esse indivíduo, é como se qualquer um que trabalhar muito conseguirá alcançar tanto sucesso, e que as outras condições favoráveis da trajetória (provimentos e prerrogativas acessadas) não são relevantes, ou são menos importantes. A nosso ver, esses exemplos indicam alguns mecanismos sociais que servem à renovação e reinvenção do “mito do fazendeiro”.

Um dos propósitos da tese, então, é encontrar entre os arquivos os dispositivos⁹ que possibilitaram justificar as ações que foram empreendidas, entendendo-lhes o funcionamento. Conforme demonstraremos, se nos primeiros séculos dos “descobrimientos” predominou o medo dos indígenas concomitante aos relatos acerca da abundância de recursos, formando-se a necessidade de cristianizar e colonizar, durante o século 19 e ao longo do 20, antes que a pecuária bovina tivesse emergido como atividade predominante, os enunciados que agruparam as principais formulações discursivas em torno da ocupação da Amazônia foram o “medo de perder” e a “vontade de transformar”¹⁰. Se algo deveria ser feito nos territórios, seriam *os brasileiros* e de maneira enérgica, devido ao forte risco de essa ser tomada por estrangeiros. De forma mais ou menos organizada, passou-se a afirmar que essa ocupação *por nacionais* requeria a transformação das condições naturais e socioculturais mais gerais, caracterizando o segundo enunciado, a “vontade de transformar”. Tratou-se, pois, de uma reconfiguração dos processos de gestão do território e início dos controles efetivos sobre as populações.

As implicações práticas e produções simbólicas baseadas nos enunciados sugeridos acima possibilitavam, a um só tempo, classificar, separar, incitar e deslocar. A reiteração de que a região poderia ser invadida por estrangeiros e que necessitava do exercício da soberania nacional (especialmente no início do primeiro período republicano), promoveram a generalização do “medo de perder”, constituindo as possibilidades para as intervenções dos governos e de particulares. Conjuntamente, propagaram-se discursos de que a Amazônia só faria efetivamente parte do Brasil se fosse transformada, ou seja, se as suas condições ambientais e sociais fossem alteradas, pela integração por estradas e meios de comunicação, pela modernização das práticas agrícolas, pela substituição das formas e cultivos tradicionais, e extrativismos em pequena escala e transformação das relações sociais que os mantinham, pelos controles sanitários de pessoas e animais, etc. Enfim, as formas de intervenção, interdições e incitações, violentas ou não, passaram a ser legitimadas a partir desses enunciados, ao mesmo tempo em que se reconstruía uma imagem geral sobre a região, baseada principalmente em um suposto corolário da intervenção humana civilizada e civilizadora¹¹.

⁹ O termo dispositivo foi utilizado por Foucault (2014 [1979], p. 138) para demarcar “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”. Trataremos em um tópico específico sobre isso.

¹⁰ Esses termos, nessa tese, são enunciados que fazem funcionar os discursos de precauções e a constituição de projetos, permitindo ações e novos discursos em torno de si. Aqui, aparecem como categorias enunciativas que caracterizam uma época e um conjunto singular de estratégias de governo sobre a Amazônia.

¹¹ Só para exemplificar o pensamento no entorno do final do século 19, Euclides da Cunha, descrevendo o homem em “Os sertões”, afirmou: “A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desapareceremos. A afirmativa é segura” (CUNHA, 2003a, p. 52).

Porém, como regradar e classificar as pessoas, os objetos e os comportamentos mais adequados para essas empreitadas de proteger e transformar a complexa região chamada Amazônia? Como promover as formas de controle e seleção sem resumir-se à mera violência física, ou então legitimar essa última como um meio para uma finalidade produtiva? Responder a essas questões sem recorrer aos pressupostos que tomam por fundamento as ideologias, as teorias de mercado, teorias do estado ou teorias da dominação nos conduziu à necessidade de um exame minucioso de dispositivos que funcionaram no contexto dos processos de ocupação e transformação de uma parte da Amazônia, antes de tratarmos especificamente da pecuária bovina. Para responder a essas questões, foi necessário formular os conceitos “dispositivo de eficiência” e “emulação-força”, de forma a satisfazer melhor a compreensão dos processos aqui pretendidos.

O primeiro ajuda a compreender o funcionamento dos processos que levaram à seleção, classificação e separação das pessoas e dos comportamentos “adequados” para a Amazônia, legitimando e distinguindo aquilo que é considerado eficiente e capaz daqueles *outros* que são considerados como não-eficientes. Já a emulação-força é parte do dispositivo que envolve as pessoas em uma luta social que poderiam abster-se de travar, mas que é naturalizada na competição e na imitação. Enquanto que o dispositivo de eficiência serve à parametrização ou mensurações, e principalmente para as classificações, separações e agrupamentos, ocorrendo em torno de si as relações de poder para definir o eficiente e produtivo, é a emulação-força que serve como meio de incitação e envolvimento das pessoas na luta social. Eles se complementam, e é por meio das imagens e dos discursos que esses podem efetivamente funcionar e se comunicar¹². Revelar a articulação e o funcionamento entre esses dispositivos que operam, ambos, pelas comparações de processos, procedimentos, pessoas e resultados devem nos ajudar a melhor compreender como a pecuária bovina tornou-se uma instituição tão peculiar localmente e, possivelmente, antever também aquilo que está em vias de se tornar em São Félix do Xingu.

¹² É provável que se perceba alguma confusão sobre o que são as imagens e os discursos nessa tese. Sem dúvidas são recursos metodológicos que permitem mostrar um processo – a institucionalização da pecuária. Porém, são também parte principal desse processo, embora às vezes sejam apenas dispositivos que fazem funcionar outras práticas. É preciso alertar que um esforço dessa tese é chamar a atenção para a multiplicidade de possibilidades que as imagens e os discursos podem assumir nos processos de formação das instituições, no que concerne às atividades agroprodutivas. Assim, não será possível reduzir e tentar realizar recortes finalistas e definições cartesianas para o que são as imagens e os discursos, nem tampouco globalistas, e achar que tudo se define pelas imagens e pelos discursos. A forma, os meios de circulação, os modos de legitimação, etc., variam muito, e é mais profícuo investir nesses funcionamentos, já que abordamos aqui uma perspectiva arqueológica, do que nas delimitações, mesmo sabendo os riscos de perder-se na dispersão inerente a esse tipo de pesquisas.

Se as instituições resultam dos focos de experiências em movimento, atravessadas por relações de poder, saberes e subjetividades que funcionam, entre outros, por meio dos dispositivos de eficiência e da emulação-força, então a nossa investigação se direcionará para as formas de controle e classificação, não especialmente pela repressão das ações ou pelos regramentos, mas pelas premiações e pela exposição dos modelos ideais, pelos estímulos à produtividade. Não é pela restrição dos acessos, mas pela abertura dos caminhos para que “os capacitados” possam travar a luta em liberdade de forma que a seleção institucional possa ocorrer em “campo aberto”, entre aqueles que estavam com os que chegam e dos que chegam entre si. O resultado disso é a apuração dos mecanismos de eficiência produtiva, e não apenas isso, já que essa apuração é, sem dúvidas, uma importante forma de gestão, classificação e regulação da própria vida no local.

Nesses termos, convém modificar um pouco uma argumentação anterior (CLAUDINO, 2014b), onde o enunciado da sustentabilidade parecia, em si mesmo, aquilo que organizava as relações de poder e as formas de controle; atentamo-nos agora para o dispositivo que permitiu o surgimento dos discursos e práticas sociais da sustentabilidade. Ora, o aparecimento do discurso da sustentabilidade como norteador de ações só foi possível a partir das mensurações dos efeitos e consequências de ações antrópicas sobre o ambiente, como uma outra possibilidade de classificar, agrupar e separar. Não apenas como forma discursiva de reproduzir a expansão capitalista dos países centrais economicamente sobre as suas colônias (MACHADO, 2005), mas em termos de reprodução das relações de poder que classificam e que distribuem nos espaços as hierarquizações daquilo que é útil, produtivo e sustentável. A luta ocorre no âmbito da definição de quais os saberes e práticas serão legitimadas e estimuladas.

É por meio dos discursos de verdade científica (de acordo com ponderação de Foucault, discutida no próximo capítulo) que são julgados e promovidos os comportamentos, sentenças são aplicadas, investimentos são realizados, enfim, servem para direcionar as decisões relacionadas à pecuária. Encontrei na Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) registros de que em 1866¹³, na província do Pará, quando o conhecimento das ciências agrárias formais estava em constituição¹⁴, os produtores rurais eram convidados a enviar

¹³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – APEP. Secretaria da Capitânia. Ofícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. Códice 1396. Ofício nº 13 e anexo impresso. 3 de outubro de 1866.

¹⁴ O primeiro curso na área de Ciências Agrárias no Brasil foi o de Agronomia, em 1877, na Imperial Escola Agrícola da Bahia, cerca de 17 anos a primeira proposta inicial de criação da mesma. A regulamentação só veio a ocorrer em 1910 (CAPDEVILLE, 1991). Na França, a oficialização da Agronomia ocorreu pouco antes, em 1848, com a criação do Instituto Nacional Agrônomico de Versailles (ALMEIDA, 2000).

anotações de seus cultivos e práticas culturais aos representantes do poder imperial. O objetivo era que essas anotações fossem avaliadas durante as Exposições Nacionais e Internacionais, e também fomentariam os manuais agronômicos. Essas experiências dos agricultores/produtores enviadas aos concursos passavam por uma comissão julgadora que selecionava, premiava e publicava as “melhores” nos anais científicos, que seriam ensinadas nas escolas técnicas. As não aprovadas eram recusadas e incineradas diante dos presentes. De forma altamente sofisticada e legitimada, as práticas agronômicas “ideais” e mais “eficientes” eram separadas daquelas outras que tinham por destino a fogueira. Delimitava-se o que seria apoiado, financiado e estimulado, daquilo que deveria ser combatido e destruído. E se considerarmos que apenas alguns poucos letrados e bem capitalizados podiam participar desses concursos, pode-se imaginar que o ponto de seleção era muito acima da média geral.

Assim, se atualmente os saberes agronômicos e zootécnicos, atravessados pelo dispositivo da eficiência parecem, pelo menos aparentemente, inseridos no cotidiano como quase “natural” ou resultado da evolução tecnológica, trata-se de algo inscrito historicamente, possível de ser descrito, analisado, acompanhando-se a sua “colocação em discurso” (para usar o termo de Foucault), bem como é possível encontrar as relações de força que foram travadas para que se tornasse o que está. Em segundo lugar, será preciso entender como uma atividade que serviu primeiro de “linha de fuga” dos colonos-sertanejos oprimidos pelo sistema do engenho no século 17-18 veio a tornar-se um dos principais “aparelhos” utilizados para “capturar” os que antes fugiam em outros lugares e momentos. O caminho escolhido para as análises não será por entre os fatores econômicos determinantes, como imperaram nas principais teses ao longo do século 20, mas nos dispositivos que permitiram a constituição dos saberes agronômicos específicos e predominantes bem como nas relações de força que transformaram a pecuária tanto numa linha de fuga quanto de captura; e são as imagens e os discursos o nosso foco, pois é através dessas que, especialmente desde o final do século 18, ocorre boa parte da luta social na região.

Finalizando essa apresentação e problematização, é importante esclarecer que essas argumentações receberam influências significativas da leitura de muitos autores que serviram de inspiração, fertilizando o terreno mental para as formulações aqui tecidas. No início do projeto parecia ser possível centrar-se em dois autores, Michel Foucault e Thorstein Veblen, mas o encaminhamento dos trabalhos de campo e das reflexões revelou que seria mais fecundo “utilizar” os escritos dos autores apenas quando esses podem nos ajudar a ver mais, e não

menos¹⁵. Aprender a deixá-los e seguir outra direção sempre que se tornassem algo como uma camisa de forças, que se faz notar quando sentimos a obrigação de “articular, costurar, relacionar” e outros verbos estratégicos comuns empreitadas com a finalidade de superar a “incompatibilidade” de referenciais, foi também parte desse exercício analítico e narrativo.

Essa tese, em Desenvolvimento Rural, não pode comportar essa intenção. Cada referencial e cada autor foi utilizado tomando em consideração primeiramente, sempre e exclusivamente, os dados de campo, sejam eles de arquivos ou das entrevistas e também a capacidade de abstração e empatia que esses referenciais permitiam para uma tese sobre “a pecuária na Amazônia”. Isso não quer dizer que a escolha foi aleatória, pois resultou da flexibilidade teórica que a falta de formação acadêmica disciplinar possibilita, aliada com a liberdade oriunda de uma relação singular entre orientador e pesquisador-aprendiz. Disso, muitas leituras teóricas relacionadas ou não com o problema de pesquisas, intensas reflexões sobre os dados de campo associadas a uma longa trajetória de experiências de pesquisa em um mesmo local, e a ajuda de muitas pessoas, foram os maiores “articuladores” da estratégia de pesquisas e da constituição de uma trama teórica.

Por fim, pode-se dizer que a pergunta central nessa tese é: como a pecuária bovina tornou-se instituição no sul do Pará? Sendo que o objetivo geral é analisar os dispositivos e funcionamentos, a partir das imagens e discursos que foram sendo produzidos sobre a Amazônia e sobre a pecuária bovina na Amazônia, que possibilitaram que a pecuária bovina viesse a ser o que hoje está. Os objetivos específicos foram:

- a) identificar e analisar as imagens e os discursos produzidos sobre os territórios e populações amazônicas que produziam dispositivos de visibilidades e de enunciações abrindo caminhos para as atividades agropecuárias;
- b) caracterizar os dispositivos, as estratégias e os mecanismos utilizados para a produção, legitimação e circulação dessas imagens e discursos;
- c) analisar como as imagens e os discursos sobre os territórios e as populações da Amazônia possibilitaram que a pecuária bovina viesse a se tornar uma instituição na região sul do Pará.

¹⁵ Essa é uma importante sugestão no trabalho de Taniele Rui (2013).

2 CONCEITOS E NOÇÕES PRINCIPAIS: TECENDO UMA ESTRATÉGIA TEÓRICA PARA A PESQUISA

Nesse tópico apresentaremos a fundamentação teórica dessa tese.

2.1 O VIR-A-SER INSTITUIÇÃO: FOCOS DE EXPERIÊNCIA EM MOVIMENTO

Apesar da preocupação em como a pecuária bovina tornou-se instituição ser um dos pilares dessa tese, não está em jogo a origem dessa ou de qualquer outra instituição. Esse problema da origem já foi amplamente discutido durante a segunda metade do século 19 e boa parte do 20, tendo sido bem debatida pelos precursores da antropologia moderna, que depois “abandonaram” a pretensão de encontrar uma possível origem, especialmente conduzidos pela instigante reflexão do antropólogo Franz Boas (DELIÈGE, 2013). De lá para cá, em inúmeros campos disciplinares, uma infinidade de abordagens e teorias foram propostas em busca de outras respostas que fossem além das origens, tentando entender muito mais as rupturas, as continuidades, as transformações e as formas de interações recíprocas entre os indivíduos e as instituições. Em qualquer um desses percursos há uma miríade de possibilidades de filiações ou aproximações, sendo, pois, a escolha por um ou mais dos ramos de estudos institucionalistas é, em si, algo bastante arbitrário, guiando-se muito mais pela afinidade com a proposta geral e maior ou menor abertura teórica que cada escola/grupo fez, do que por quaisquer exclusividades que justifiquem a escolha.

Foi essa afinidade com os pressupostos mais gerais e a proficuidade que nos levaram a optar por algumas anotações da abordagem proposta por Thorstein Veblen para o pontapé inicial da discussão, ele que é considerado o precursor do Institucionalismo Americano¹. Para Veblen:

O desenvolvimento das instituições é o próprio desenvolvimento da sociedade. Em substância, são as instituições hábitos mentais prevalecentes no tocante a relações e funções particulares do indivíduo e da comunidade; e o esquema da vida, feito um agregado de instituições em vigor em determinada época ou em um determinado ponto do desenvolvimento de qualquer sociedade, pode, do lado psicológico, ser largamente caracterizado como uma atitude espiritual prevalecente ou uma teoria prevalecente da vida [...]. A situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando, ou envigorando um ponto de vista ou uma atitude mental herdada do passado (VEBLEN, 1965 [1899], p.179).

¹ Veblen mesmo não cunhou a expressão institucionalismo para o conjunto de sua teoria, mas a forma insistente com que entrelaçou instintos, hábitos e instituições fez com que outros propusessem o termo em referência à abordagem (MONASTERIO, 1998; SILVA, 2008a).

Veblen conseguiu elaborar um potente esquema explicativo para mostrar como determinados comportamentos e pensamentos (que podem parecer absurdos em outras sociedades e épocas) vão sendo gradualmente legitimados e, por fim, tornam-se instituições, ou seja, “hábitos de pensamento e comportamento compartilhados”. Em *A teoria da classe ociosa* (TCO), publicado em 1899, sua mais conhecida obra, o autor dissecou sobre como ocorreu a construção social das discriminações entre as funções dignas e indignas, demonstrando de que maneira os valores de decência das classes superiores passaram a ser², em alguma medida, a não necessidade de trabalho, envolta em honrarias, sendo que o ócio e a demonstração desse (pelo consumo ostentatório, pelas boas maneiras – algo como regras de etiqueta, posses, etc.) se constituíram em provas de se pertencer à uma classe superior, enquanto que o trabalho produtivo passava a ser considerado como uma ocupação das classes inferiores (VEBLEN, 1965).

Nesse texto, Veblen questionou os fundamentos das motivações humanas para a produção, a formação das necessidades, como se caracteriza a escassez e as origens do processo de acumulação. Utilizando a propriedade privada como exemplo para argumentar sobre a formação das instituições, o autor explicou que essa não surgiu pela necessidade de subsistência, mas como um mecanismo para a comparação e distinção de riquezas. Primeiramente, para distinguir quem conseguia obter mais bens e escravos das tribos rivais, que serviam como troféus comparativos entre as tribos em guerra; posteriormente, essa comparação passou a ser entre o proprietário e os demais membros do grupo – até então, a propriedade privada ainda não equivalia a troféu. Gradativamente, a posse de riquezas foi se tornando a mais importante base costumeira de estima e reputação, legitimando o desejo de riqueza (VEBLEN, 1965, cap. 2).

Essa explicação foi acompanhada, em outros trabalhos, de uma sistematização que “retira” a propensão à competição (e emulação) da pura “natureza humana”, colocando-a como um comportamento derivado de instintos, hábitos, desejos e necessidades que passam a ser legitimados socialmente, e que resultam em subjetividades importantes. Embora as citações sejam longas, consideramos fundamental o acesso à forma como o autor construiu a sua argumentação para que se possa entender a articulação que faremos com essas ideias,

² É importante ressaltar que Veblen escreve em uma época em que as principais explicações sobre as etapas históricas se baseavam nos trabalhos de Lewis Henry Morgan (1818-1881). Essa obra fundamentou a classificação dos estágios evolutivos da sociedade, indo desde o estado selvagem, barbárie e civilização (que Morgan divide em fases inferior, média e superior, diferenciados principalmente a partir dos produtos que os humanos conseguiam extrair da natureza e como eles os extraíam). Para Engels (200? [1884]), que escreve baseado na obra de Morgan, a formação da sociedade como a vemos hoje foi fundamentada na propriedade privada, no desenvolvimento da produção, no comércio e no poder do Estado, ocorrendo juntamente com a desestruturação das formas de organização familiares anteriores à instituição da monogamia.

especialmente as noções de competição e eficiência e a produção de subjetividades, com as de outras treliças teóricas dessa tese. Para Veblen (2007 [1898]):

O homem é possuidor de um senso discriminatório de finalidade, razão pela qual produzem nele desgosto as situações de futilidade. É possível que a forma como este impulso por ação provida de propósito se expresse em cada indivíduo seja bastante diferente. Entretanto, a existência deste impulso em cada representante da espécie humana não é algo idiossincrático, mas sim um aspecto genérico da natureza humana (VEBLEN, 2007, p. 190).

O comportamento teleológico é apresentado como parte do processo evolucionário que favoreceu a seleção dos seres humanos, já que esse senso de finalidade os levou a agirem com propósitos, poupando energia vital. Porém, essa discriminação de finalidade/propósitos ocorre necessariamente no confronto com os *Outros* da mesma espécie, e é assim que a forma de ver a si mesmo se dá em comparação com os demais. A eficiência comparada e legitimada socialmente assume papel preponderante. Veblen explica:

Sob as regras de conduta impostas pelo instinto para o artesanato (*instinct of workmanship*), eficiência e serventia recebem aprovação da comunidade, enquanto ineficiência ou futilidade são rejeitadas. Ao contemplar sua própria conduta e a de seus semelhantes, o homem faz juízo e sanciona ou reprovava suas atitudes e as dos outros. O grau de eficiência com que ele leva sua vida comparado ao padrão de eficiência socialmente aceito pela comunidade, de certa forma determina sua satisfação consigo mesmo e com sua situação. Uma discrepância acentuada e persistente neste sentido é responsável por extremo desconforto espiritual. O julgamento pode ser feito, desta forma, sobre a intenção do agente ou sobre a serventia de sua ação. No que se refere à serventia ou eficiência, o indivíduo não somente considera cuidadosamente os efeitos de sua própria conduta; ele está também sujeito à aprovação ou rejeição por parte dos demais membros do grupo. Não apenas a percepção imediata da realização de um objetivo é gratificante e estimulante, mas o reconhecimento de eficiência das suas ações por um semelhante é não menos gratificante ou estimulante. Sensibilidade à aprovação ou rejeição é questão de necessidade seletiva sob as circunstâncias da vida em comunidade (VEBLEN, 2007, p.197 – o grifo é nosso³).

Nessa abordagem, sob a influência de uma predisposição ao trabalho bem feito e rejeição à futilidade as pessoas conduzem suas vidas sempre em busca de aprovação pelos demais. Os modos de vida considerados improdutivos recebem desaprovação social e possíveis sanções, provocando desconforto naquele rejeitado, levando-o à reflexão das próprias ações e dos resultados consequentes, sendo que a gratificação de um trabalho só se completa quando passa pela aprovação coletiva. Mesmo sendo um esquema bem interessante, apesar de

³ Por padrão, todos os destaques e grifos constantes em citações diretas reproduzem o original. Assim, apenas quando forem inseridos pelo autor da tese serão informados com a expressão: grifo inserido ou não consta no original.

reducionista da ação-satisfação, é problemático seguir essas explicações que colocam em evidência as disposições instintivas como estando na raiz das ações. Segundo Veblen, dessas propensões inatas “brotam não só o propósito e eficiência da vida, mas também seus prazeres substanciais e sofrimentos” (VEBLEN, 1989⁴ *apud* SILVA, 2010, p. 291). Em outro texto elaborei uma discussão mais aprofundada sobre os instintos em Veblen, tentando demonstrar que a categoria, quando utilizada por esse autor, já estava completamente povoada por discursos políticos, não sendo possível considerar como algo do indivíduo (CLAUDINO, 2016). Dessa forma, não nos interessa aqui tratar dos instintos, mas da parte externa da motivação, ou seja, os efeitos de subjetividades e objetividades que se produzem em si e nos *Outros* e como se define o que é eficiente ou não. Na sequência da argumentação, Veblen desenvolve:

Sob a influência deste gosto pelo trabalho bem feito, os homens são comparados uns com os outros e suas ações com o ideal estabelecido de eficiência, e são avaliados pelo senso comum de seus semelhantes de acordo com o esquema convencional de mérito e demérito. A atribuição de eficiência a uma ação necessariamente depende da existência de evidência desta eficiência. O sucesso visível de um homem é, assim, comparado com o de outro homem, e o reconhecimento e a estima são oferecidos a um indivíduo, e não a outro, com base na comparação discriminatória destes indivíduos transformada em hábito mais do que na consideração imparcial e direta da proficiência de cada linha de ação no que se refere à realização do objetivo. A estima é oferecida, então, não mais com base na apreciação da eficácia de cada ação considerada separadamente, mas com base na comparação das habilidades dos diferentes agentes. Ao invés de se avaliar a serventia de cada forma de conduta, ocorre a mensuração da capacidade dos agentes com base no sucesso visível. O que passa a ser comparado de forma discriminatória entre os agentes é a força que o agente é capaz de despender, e não a serventia da aplicação desta força. Em pouco tempo, à medida que a estima dada à serventia em si de uma ação se confunde com a estima do indivíduo, de suas habilidades comparadas às de outros, o objeto da ação deixa de ser a eficácia pura com que o objetivo é atingido, mas sim a manifestação de força ou capacidade. Torna-se o objetivo aproximado da realização de esforço a demonstração de poder por parte do agente, não mais simplesmente a realização de uma meta que contribua para a provisão da vida da comunidade. Segue-se que, embora em sua expressão mais imediata, a norma do que prefere o homem no que se refere à economia comunitária seja uma manifestação de um impulso para o artesanato, i.e., para o trabalho de serventia, e desgosto ou repugnância pela futilidade, sob certas condições de vida associada, esta norma assume um caráter de demonstração emulativa de força. Uma vez que a imputação de eficiência e mérito discriminatório é dada com base na evidência de sucesso visível, a aparência negativa deve ser evitada sob pena de ser o indivíduo objeto de reprovação (VEBLEN, 2007, p.198).

Inicialmente a luta era travada pela definição das evidências ou métricas indicativas da eficiência, constantemente postas em comparação. Gradativamente se formava e consolidava o hábito de comparar as pessoas pelos resultados visíveis imediatos em conjunto, muito mais do que aos processos ou “linhas de ação” separadamente. Instituíam-se a comparação com base nas

⁴VEBLEN, T. The instinct of workmanship and the state of industrial arts [1914]. New Brunswick: Transaction Publishers.1989.

habilidades gerais dos indivíduos de alcançar aquilo que é determinado como mais importante socialmente; a ideia de sucesso passava a existir na medida em que o seu oposto se produz, permitindo a discriminação comparativa. Veblen destacou que o aprofundamento desses hábitos comparativos pelo estabelecimento e normalização de parâmetros regulares de comparação levou à personalização da eficiência nos indivíduos, independente da serventia daquela ação ou empenho de força.

O estudioso esteve atento aos deslocamentos que ocorrem indo desde a parametrização da eficiência, tendo em vista fins e propósitos de abastecimento coletivo, para a sua personalização, até as situações, em determinadas sociedades, em que passava a predominar a demonstração emulativa de força como meta individual. Isso proporcionava uma importante dinâmica na luta social, por meio de uma movimentação incessante dos objetos e símbolos, das métricas avaliativas, das condições e disponibilidades do ambiente, daquilo que se considerava útil e decente, das reflexões dos indivíduos, etc., influenciando diretamente as relações econômicas. Visto desse ângulo, o engajamento em lutas individuais pela estima pessoal decorre não necessariamente de alguma opressão violenta, antes, reside no desejo de buscar a aprovação pelo grupo por meio do cultivo e da prática daquilo que é valorizado socialmente. Nessa dinâmica estão os princípios da centelha dos dispositivos que promovem o comportamento emulativo que capturam os homens para a luta comparativa que poderiam não travar, mas que terminam por imiscuir-se, que chamaremos aqui de emulação-força.

No livro TCO Veblen explica como os comportamentos de *consumo conspícuo* das classes ociosas passavam a se constituir em modelo ideal e meritório nas sociedades capitalistas, contrariando as propensões ao trabalho eficaz e o desprezo pelo desperdício. Conjuntamente, a emulação passava a se dar não pelo útil, mas pelo fútil e predatório (consumir sem produzir), travestido como atos de bom-gosto e justificados como necessidades, onde a acumulação e demonstração de posse tomavam lugar como marcadores de distinção social. O que de novo acontecia nas sociedades capitalistas, sob a tensão do espírito de emulação e predação, era o fortalecimento da lógica de acumulação pecuniária e não necessariamente os empreendimentos guerreiros, mas mantendo o exercício do trabalho produtivo na escala inferior das valorizações. Mais ou menos dessa forma Veblen explicou como se desenvolveu a aversão ao trabalho, ao mesmo tempo em que as demonstrações emulativas se consolidaram⁵(VEBLEN, 1898, 2007).

⁵ Segundo o esquema de Veblen – bastante linear –, no início do estágio predatório da humanidade (o período da barbárie) eram os enfrentamentos das feras e dos homens de grupos rivais, ou seja, o caráter destrutivo, que serviam de parâmetros para distinção e uma melhor aceitação pelo grupo, fazendo da exploração a base

Porém, para que um determinado padrão de pensamento ou de comportamento se tornasse uma instituição era preciso que antes o mesmo se constituísse em *hábito*, sendo esse algo como um caminho entre a propensão instintiva e a formação das instituições (SILVA, 2010). Para Veblen, os hábitos de vida geram os hábitos de pensamento e, do conjunto, os *hábitos* que se tornam os caminhos pelos quais os humanos resolvem suas situações. E essa familiaridade do “caminho” gera certo conforto, já que o indivíduo sabe como agir, dando origem às normas. Veblen (2007, p. 196) explica:

Um dado procedimento, uma vez compreendido e assimilado mentalmente, se torna uma norma de conduta. O que é compreendido com mais facilidade, o que é consistente com o processo de vida humana e com o estoque de conhecimento acumulado é percebido pela comunidade como correto e bom.

Quando esses procedimentos não são apenas esporádicos e os indivíduos que não os seguem são eliminados, podem passar do *status* de hábitos para se tornarem propensões ou inclinações⁶.

É dessa forma que os hábitos operam a transmissão de normas de comportamentos, já que as atitudes herdadas do passado, remoto ou recente, utilizadas continuamente passam a se constituir em referenciais para os membros de determinada sociedade, levando-os a considerarem suas práticas como naturais e atemporais, convencionando-as como algo necessário; mas isso não implica em passividade dos indivíduos diante dos hábitos e das normas (VEBLEN, 1965; 2007). Como destacou Brette (2004), os humanos na concepção vebleniana têm consciência da influência que os hábitos exercem sobre seus impulsos, suas ações e seus pensamentos, estando esses conscientes do que pensam e do que fazem. Porém, não se trata de consciência ou racionalidade plenas. Veblen, com essa noção, estava refutando uma filosofia (ou teorias e abordagens) do consciente e também do inconsciente, em favor de

comparativa entre os homens. Gradualmente, desenvolveu-se uma maior distinção entre as ocupações e, sob a pressão da predação e da emulação, as atividades guerreiras ficaram no topo do mérito e as artesanais (ou industriais, quer dizer, transformações de matéria-prima em artigos de serventia) na escala inferior. Naquela ponta os guerreiros – honrados –, nessa outra, as mulheres, os jovens, os debilitados – sem honra ou capacidades muito valorizadas. Assim se formou a desvalorização social do trabalho, na explicação de Veblen. Além disso, com o desenvolvimento da cultura – material e imaterial –, quando os membros da sociedade foram divididos em classe servil e classe ociosa, ao trabalho produtivo, associou-se o significado de pobreza, além da conotação de falta de força predatória anteriormente predominante.

⁶ “All this applies with added force where the habituation is not simply individual and sporadic, but is enforced upon the group or the race by a selective elimination of those individuals and lines of descent that do not conform to the required canon of knowledge and conduct. Where this takes place, the acquired proclivity passes from the status of habit to that of aptitude or propensity. It becomes a transmissible trait, and action under its guidance becomes right and good, and the longer and more consistent the selective adaptation through which the aptitude arises, the more firmly is the resulting aptitude settled upon the race, and the more unquestioned becomes the sanction of the resulting canon of conduct” (VEBLEN, 1898, p.195).

uma que considerasse as pessoas como agentes – já que podiam provocar mudanças –, apesar de limitados⁷. Cavalieri (2009) sugere também que o conceito de hábito fora utilizado por Veblen na tentativa de livrar sua teoria de qualquer teleologia das estruturas.

Cruz (2014, p. 97) considera que na teoria de Veblen “os hábitos são desenvolvidos para a solução dos instintos; ou melhor, a partir das soluções encontradas para a satisfação de um determinado instinto ou conjunto de instintos”. Esse comentador destaca que os indivíduos desenvolvem hábitos mentais (*habits of minds*) e as sociedades desenvolvem os hábitos coletivos (*habits of thought*), que são as convenções ou instituições, sendo essas altamente conservadoras. Cavalieri (2009) também sumariza que os *hábitos* da abordagem vebleniana são maneiras de agir ou vetores de comportamento que se constituem a partir das necessidades que foram impostas pelos instintos. Brette (2004), analisando a proximidade com William James e C. S. Pierce⁸, indica que Veblen concebe os hábitos como uma propensão adquirida para agir e pensar de uma determinada maneira e de acordo com certas circunstâncias⁹. Para Brette, analisando a transmissão social dos hábitos entre os indivíduos e entre as gerações, pondera que a dinâmica proposta por Veblen enriquece a explicação de formação das instituições, pois implica considerar que não apenas as condições materiais ou técnicas influenciam a institucionalização já que outros indivíduos, por meio de instrução, da educação e da tradição, podem servir como transmissores de hábitos e de instituições¹⁰.

Silva (2010), por sua vez, analisa o conceito de hábito em Veblen a partir de uma perspectiva sociológica. Esse autor aponta que o aspecto social dos hábitos se sobressai na abordagem vebleniana, aparecendo como caracteres que se tornam imperativos da ação social que, na maior parte das vezes, fogem ao controle do indivíduo. Silva considera que, na teoria de Veblen, não existe prática social sem que estejam envolvidas disposições habituais e, como os hábitos de vida dão origem aos hábitos de pensamento, ao se perpetuarem ao longo do tempo tornam mais difíceis os processos de mudanças nas organizações sociais e políticas. Isso levou

⁷ Como ressaltou Bourdieu (1998 [1989]), todos os autores que utilizaram esse termo buscavam fugir da filosofia do consciente sem anular o agente.

⁸ Para uma discussão mais completa sobre a filosofia desses dois autores tangenciando a relação com os escritos de Veblen, consultar Brette (2004) especialmente a parte 3.

⁹ Brette (2004, p.211) “S’inspirant des théories philosophiques et psychologiques de C. S. Pierce et W. James, Veblen conçoit l’habitude comme une propension acquise à agir ou à penser d’une certaine façon dans certaines circonstances”.

¹⁰ No livro TCO, Veblen demonstrou diversas formas como os hábitos podiam ser transmitidos entre as pessoas e no interior dos grupos sociais por meio da educação formal e religiosa e também de forma mais sutil pelo exemplo normativo que circulava a partir das movimentações dos serviços entre a casa dos patrões e suas próprias comunidades, servindo como condutos de comunicação entre as classes distintas. A partir dessas correntes de transmissão até mesmo as diferenças “de temperamento” entre as classes poderiam ser obscurecidas pelos hábitos de vida que eram transmitidos e assimilados socialmente como normas de condutas, juntamente com valores de bom, de belo e de exitoso.

Silva a considerar que a proposição de Veblen é mais apropriada para perceber as continuidades do que as rupturas, podendo ser interpretada também como uma abordagem onde os seres sociais são como que arrastados por motivações que em pouco ou nada participam.

Silva (2010) propõe que Veblen associa às disposições habituais as práticas e costumes do cotidiano, valores e demais elementos que fazem parte das dinâmicas culturais, indicando que o hábito, como forma cultural, se sobrepõe aos comportamentos individuais ou às possibilidades de escolha racional individual. Para Silva, a partir da disposição habitual Veblen contempla:

Um universo de práticas sociais e, simultaneamente, permeando-o de simbolismos admitidos pelo conjunto da sociedade. Veblen trabalha o conceito de hábito para poder melhor explicar as condições em que determinadas práticas institucionalizam-se. O objetivo não é outro que não seja a definição, ao longo da história, de instituições que permitam a relação de poder e exploração entre os homens. O fenômeno da exploração apresenta-se devidamente alicerçado naquilo que o autor denomina de hábito predatório, fomentado pelo instinto de mesma natureza. [...]. [Em um esforço de síntese, Silva prossegue] A natureza social das práticas cotidianas consolida hábitos de vida; tais hábitos, por sua vez, transformam-se em hábitos de pensamento, institucionalizando costumes que têm a prerrogativa de alimentar as normas sociais (SILVA, 2010, p. 301–302).

Em outro texto, Silva (2008a) discute sobre a relação que Veblen estabelece entre as disposições habituais e a própria formação do conhecimento científico ou, como a comunidade acadêmica está susceptível à mesma dinâmica mais geral de mudanças dos hábitos. Assim, para explicar a persistência de certos padrões de “pensamento científico” (como na economia neoclássica), Veblen (1969, p.38-39¹¹ *apud* SILVA, 2008a, p. 144) apontou que:

Um ponto de vista científico é um consenso de hábitos de pensamento na comunidade, e o cientista é impelido a acreditar nesse consenso, formado em resposta a uma mais ou menos consistente disciplina de habituação na qual a comunidade encontra-se submetida; o consenso pode se prolongar e manter sua força em razão da disciplina de habituação exercida pelas circunstâncias de vida [já estabelecidas].

Veblen estava sugerido que o conhecimento científico era afetado pelas transformações mais gerais da era moderna, provocando mudanças institucionais na própria natureza da ciência, e apresentou como exemplo a forma pela qual o processo de industrialização, que seduzia as sociedades envolvidas no século 19, também cativava os cientistas. Como as condições de vida davam origem a hábitos de pensamento característicos de uma época, cristalizavam-se em instituições que corroboravam com esses novos padrões sociais de acordo com as condições mais gerais. Dessa forma, a ideia de hábitos em Veblen é bastante

¹¹VEBLEN, T. Veblen on Marx, race, science and economics: the place of science in modern civilization and other essays. New York: Capricorn Books, 1969.

abrangente e profícua, escapando parcialmente aos dualismos indivíduo-estrutura, natureza-cultura, servindo como elemento que ajuda a compreender desde as escolhas individuais até a formação de instituições.

Mais recentemente, na intenção de fugir do “paradigma estruturalista sem cair velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus*”, Pierre Bourdieu ressignificou e ampliou a noção de hábitos, produzindo o importante conceito de *habitus*. Com isso ele colocou em evidência as capacidades criadoras e ativas do agente – que para ele o termo hábito não abarca –, já que *habitus* “é um conhecimento adquirido, um *haver*, um capital, uma disposição incorporada, quase corporal”, não sendo, portanto, algo rígido e fixo (BOURDIEU, 1998, p. 61). Nesse sentido, a definição do sociólogo francês difere significativamente daquela adotada por Veblen, para quem, os hábitos estão mais próximos a costumes – oriundos em parte de instintos e em parte de normas da cultura –, do que a elementos que proporcionam ação criativa e inventiva, embora os hábitos sejam, para Veblen, uma forma de organizar as ações e de dar-lhes um sentido prático¹².

O que Bourdieu fez foi recuperar a noção aristotélica de *habitus* com a finalidade de “forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes [...] para construir uma ‘economia das práticas generalizada’ capaz de subsumir a economia, historizando”, de forma a tornar plurais certas categorias tomadas como invariantes (como mercado e interesses), “especificando quer as condições sociais da emergência dos atores econômicos e sistemas de troca quer o modo concreto como estes se encontram, propulsionam ou contrariam uns aos outros”. Para Wacquant, o *habitus* faz um tipo de mediação entre o indivíduo e a sociedade quando capta a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, sendo, pois, que o *habitus* é social e não natural, variando no tempo, lugar e pelas relações de poder; movimenta-se entre as classes sociais e entre os diversos domínios da vida social; podem ser modificados, apesar de tenderem à inércia incorporada pois reproduzem práticas que têm origem nas estruturas, produzindo certa defasagem entre o passado que os moldaram e o presente que os interpelam (WACQUANT, 2007, p. 64,66).

O mais importante da explanação teórica de Bourdieu, aos nossos objetivos, é que ele percebe como o *habitus* interfere na concepção das escolhas e na formação dos esquemas de

¹² Bourdieu (1998, p.144) cita Veblen para contrapor sua compreensão sobre consumo. Para Bourdieu, toda forma de consumo e, geralmente toda prática, gera distinção, mesmo quando essa não foi inspirada com a intenção de se tornar visível. Diferentemente, Veblen vê especificamente no consumo conspícuo a procura pela distinção. Bourdieu considera ainda que como os agentes sociais são capazes de perceber entre as distinções significativas, esses aumentam intencionalmente as diferenças que são socialmente mais distintas.

perceber o mundo, participando e implicando no compartilhamento de categorias de percepção e apreciação, concebendo, ao mesmo tempo, que há determinações sociais, mas admitindo a dimensão da experiência individual (WACQUANT, 2007). Assim, *habitus* não é apenas a réplica das estruturas, e deixam espaço para falhas, incoerências, conflitos e múltiplos contatos com outros hábitos e experiências, não havendo mesmo o imperativo de coerência com a própria sociedade de convivência.

Tendo em mente essas anotações, bem como outras reflexões teóricas a serem explicitadas ao longo desse texto e a partir do cotejamento com as análises empíricas, propomos a definição de instituições, para esse caso específico, como sendo *o resultado de focos de experiências em movimento organizados e classificados em torno de práticas e saberes constituídos e legitimados por uma coletividade que, por relações de forças e subjetividades, práticas, sensibilidades individuais e coexistências, tornam-se matrizes normativas orientadoras de comportamentos – baseadas em princípios de produtividade construídos socialmente, muito mais do que a lícito/ilícito, repressão ou restrição –, direcionando, por meio de imagens e discursos, as formas de existência que se tornam possíveis e estimuladas em torno de si*. Coloca-se em evidência o caráter coletivo e processual nunca livre de relações de saber e de poder, pois não há experiências sem esses componentes, sem esquecer a importância do indivíduo. Nessa pesquisa, a definição esboçada permite avançar na identificação e entendimento de como as imagens e os discursos possibilitam a formação desses “focos¹³ de experiência”, que legitimam as ações transformadoras que abordaremos. Nesse percurso, encaminhamos a discussão para as formas de saber que são legitimadas e que depois são tomadas como as normas de comportamento, não no sentido de regras, antes, como matrizes normativas justificadas por aquilo que resultam em termos de produtividade e eficiência definidos socialmente.

Uma definição distinta para instituições foi dada por Chaiane Agne, ao utilizar a abordagem institucionalista de Veblen para estudar as mudanças nas agroindústrias familiares de processamentos de alimentos. Sua opção foi por utilizar o termo “interpretação” ao invés de “pensamento”, fugindo da amplitude e dificuldade de operacionalização dessa terminologia. Foi perspicaz de sua parte, pois permitiu uma interessante hermenêutica da formação e mudança institucional, demonstrando como os indivíduos interpretam as suas ações (AGNE, 2014). Para o nosso estudo, a definição de instituições como formações possíveis a partir dos

¹³ Foco aqui tem um sentido usual relacionado a um ponto ou local para onde convergem ou de onde divergem coisas, ondas, feixes de luzes, algo que é central, ou seja, pode ser um ponto de concentração e também de dispersão.

“focos de experiência em movimento” parece mais profícua, pois interessa-nos o processo capilar e de captura que o Estado sempre busca efetivar, ou seja, transformar esses focos de experiências em instituições tuteladas. De outra parte, como não nos ocupamos essencialmente compreender como os sujeitos interpretam as suas ações, mas os efeitos possíveis pelas imagens e discursos que são produzidas com a finalidade de legitimar ou deslegitimar as experiências, essa noção parece mais profícua à nossa análise.

Deve ter ficado evidente que a definição de pecuária como instituição e as instituições de que fala Foucault são diferentes. Enquanto Foucault trata das instituições materializadas em mecanismos que capturam indivíduos em seu interior (como escolas, prisões, etc.), sendo elas mesmas mecanismos do Estado, a pecuária instituição que propomos, enquanto resultado de focos de experiência em movimento, é aquilo que o Estado busca agregar, estimular, capturar, instrumentalizar, normatizar, etc. Os focos de experiência em movimento podem ser pensados, às vezes, como a anterioridade de uma instituição de controle que deles se legitimará (aí sim, algo como uma Associação, um departamento, uma Secretaria, um Ministério específico, etc., com regramentos e normas específicas de participação, etc.). O Estado então concorre a todo tempo para a captura desses focos de experiência, colonizando com regramentos e com estímulos os espaços de criação resultante do hiato próprio da diversidade inerente às experiências, que são individuais e ao mesmo tempo coletivas.

Também é relevante ter em mente que *experiência* aqui não tem o mesmo sentido e amplitude que aquele dado por Foucault no conjunto de sua obra¹⁴. Estamos um pouco mais próximos a Veblen – mas não nos serve o mesmo sentido vebleniano –, na medida em que esse pensava a experiência como resultado da vida cotidiana, embora o tratamento da experiência em Veblen está muito vinculado ao conhecimento e à tecnologia, convergindo com os pragmatistas, mas com uma vertente menos instrumentalista que aqueles. Como sintetizou Brette:

¹⁴ Em *A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres* (FOUCAULT, 2001, p. 10), ele explica que seu projeto era construir algo como “uma história da sexualidade enquanto experiência – se entendermos por experiência a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”. Mais adiante ele explica que buscava entender como o ser se constitui historicamente como experiência a partir dos jogos de verdade. Ou como explicou Nicolazzi (2004, p.103; 107), dos vários usos que o termo aparece na obra de Foucault, destaca-se, primeiramente pela postura arqueológica do filósofo, experiência como algo mais estrutural ou a “fundadora e condição da história” (p.103) – por exemplo, experiência gera ciência que possibilita experiências, e assim por diante –, e posteriormente, Foucault vai se apropriando do termo para compreender formas de subjetividade, sobressaindo-se que experiência constitui-se como um campo “onde a ação torna-se possível” (p.107). Foucault estava mapeando a própria constituição do si enquanto uma experiência histórica e singular pela análise da sexualidade.

D'une part que la connaissance résulte de l'expérience au monde, et d'autre part que cette connaissance est de nature instrumentale en ce qu'elle est elle-même tournée vers l'action. Or, selon Veblen 'la connaissance technologique est une 'connaissance qui s'en tient aux faits' (Veblen 1908b¹⁵, p. 49), une 'connaissance empirique' (Veblen 1914¹⁶, p. 57) qui découle de 'l'expérience quotidienne', c'est-à-dire des 'relations matérielles immédiates des hommes aux réalités brutes' (Veblen 1908b, p. 46). [...] Il convient d'insister sur le caractère structuré qu'il reconnaît à la connaissance technologique. Veblen (1908b, p. 41) souligne que le champ de cette connaissance tend à se constituer en un système de 'généralisations issues de l'expérience', prenant par là même un caractère 'théorique' et standardisé. Bien qu'en relation directe avec le monde sensible, la connaissance technologique est donc irréductible à une donnée immédiate de l'esprit humain; celui-ci tend à en faire un ensemble structuré et cohérent (BRETTE, 2005, p. 12–13).

Aproximamo-nos mais da definição usual no português, no escopo da filosofia. Assim define experiência Antônio Houaiss (2001, p. 1287): “[...] qualquer conhecimento obtido por meio dos sentidos; forma de conhecimento abrangente, não organizado, ou de sabedoria, adquirida de maneira espontânea durante a vida; prática; forma de conhecimento específico, ou de perícia, que, adquirida por meio de aprendizado sistemático, se aprimora com o correr do tempo”. Experiência, nessa tese, para a composição conceitual de instituições, trata-se daquilo que acontece aos indivíduos, independentemente do tipo de conhecimento gerado (seja científico ou saber do cotidiano), capaz de produzir um tipo de afetação em conjunto que marcam a realização de ações de qualquer natureza. Nesse sentido, uma experiência visual ou auditiva, etc. – seja por fotos, filmes, audição radiofônica, conversa com vizinhos, ou qualquer outra – que seja capaz de ser sistematizada para alguma ação e produza um acréscimo da vivência é experiência que permite relações que constituirão as instituições.

Atentos às palavras de Jorge Bondía, anotamos também que experiência não implica seguir uma lógica de ação, não sendo apenas estímulo-resposta ou mesmo uma forma habitual de fazer as coisas. Ela refere-se ao existir e envolve também o não pensar e o não fazer. A experiência gera um saber que é sempre diferente do saber da ciência, do saber da técnica, do saber do trabalho, e que nunca pode ser capturado totalmente por essas diferentes formas de saberes, pois, é sempre um saber particular, subjetivo, relativo e pessoal, nunca se separando do indivíduo concreto em que se efetivou. Para esse autor, o saber da experiência é fruto “da relação entre o conhecimento e a vida humana [...]”. O que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece” (BONDÍA, 2002, p. 27). Aceitando essas posições, cada instituição resultante dos “focos de experiência em movimento” seria então diferente e

¹⁵ Veblen T. The evolution of the scientific point of view [1908b]. In : Veblen , T. "The Place of Science in Modern Civilisation and Other Essays. New Brunswick : London, Transaction Publishers, 1990".

¹⁶ Veblen T. The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts. [1914]. New Brunswick : London, Transaction Publishers, 1990.

singular em cada época histórica, pois resultam daquilo que não pode ser separado dos sujeitos que as vivenciaram.

Em nosso estudo, as relações entre o saber e o poder e as interfaces com a experiência se mostram melhor na legitimação de certas práticas e conhecimentos que normatizam a forma de conduzir a agropecuária, estimulando a competição em busca dos parâmetros móveis de eficiência. É por meio dos dispositivos de enunciação e de visibilidades relacionados à eficiência que algumas instituições de natureza específica perduram, servindo-se da validação dos conhecimentos e procedimentos que são considerados como mais adequados. Assim, pode-se dizer que nesse estudo, as instituições efetivam formas de captura das experiências, capturas que potencializam e empobrecem. Uma vez que a experiência depende de ser tocado por algo, deixar acontecer, a progressiva formalização e organização inerente às instituições tuteladas pelo Estado tendem para a redução das possibilidades de que experiências, no sentido amplo dado acima, possam ser concretizadas. Quer dizer, vão deixando de ser o resultado de focos de experiência encaminhando-se para tornarem-se campos de experimentos, a buscar homogeneidades, padronizações, metas de produtividades, previsibilidades, leis e regras, sendo essa uma estratégia das práticas de governo: tomar para si e para os processos de governo os acúmulos de experiências, das trocas e dos fluxos, a fim de convertê-los em elementos de produtividade. E para revelar esses processos de captura será importante entender o que são os dispositivos e a sua relação com a produção de subjetividades, tratadas adiante.

2.2 OS DISPOSITIVOS E A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Embora não seja exclusividade de sua obra, é possível que a popularidade atual do termo dispositivo se deva aos escritos de Michel Foucault¹⁷. Como lembrou Deleuze (1996, p.1), “é comum a filosofia de Foucault apresentar-se como uma análise dos ‘dispositivos’ concretos”. Também o filósofo italiano Giorgio Agamben (2005, p.9), em relativa convergência com o anterior, reitera tratar-se de “um termo técnico decisivo no pensamento de Foucault”. Embora outros como Jacques Aumont, tenham se valido muito do termo, foi a obra

¹⁷ Nascido em Poitiers, Centro-oeste da França, no ano de 1926, foi um dos mais influentes filósofos do século 20. Lecionou no *Collège de France* na cátedra de História dos Sistemas de Pensamento entre anos de 1970 até o final de sua vida, no ano de 1984. Desenvolveu suas obras a partir da crítica às instituições que ele chama de disciplinares (principalmente os hospitais e as prisões), relacionando as práticas de governabilidade, poder e subjetivação. É considerado um dos (ou o) grande céptico do século 20, pois não acreditava na verdade dos “fatos” e nem nas ideias muito generalizantes. Para alguns autores, isso não o faz um niilista, pois pensava ser possível a liberdade humana, mas não graças às forças metafísicas ou religiosas. Em resumo, pode-se dizer que o pensamento de Foucault é uma antropologia empírica que encontra sua própria coerência, originalidade e fundamentos na crítica histórica; ele foi o pensador da dispersão e da singularidade (VEYNE, 2008).

daquele que permitiu a ressignificação quando o associou às práticas e estratégias de governo. Seus escritos sobre os dispositivos geraram diversas controvérsias permitindo instigantes investigações, conforme apresentaremos abaixo, notadamente nas obras de Deleuze (1996) e Agamben (2005). Nesse tópico buscaremos caracterizar e compreender a multiplicidade e potencialidade dos dispositivos, visando construir uma base para as análises específicas da forma como os “dispositivos de eficiência” e da “emulação-força” constituem e fazem funcionar a pecuária bovina como instituição a partir das imagens e dos discursos tratados nos próximos tópicos.

Não se trata apenas de um termo que define algumas tecnologias de poder, os dispositivos possuem uma função estratégica dominante, estando sempre inscritos em relações de poder, aponta Agamben. Os dispositivos, para esse autor, são algo geral, mas não universal, embora ocupe o lugar dos universais¹⁸, como uma rede que se estabelece entre os diversos elementos que configuram as relações de poder. Pode ser, por exemplo, aquilo que torna possível distinguir o que é aceito como científico daquilo que não é em determinadas sociedades, ou seja, um conjunto de práticas, de discursos, de enunciados, etc. O italiano, investindo na origem da terminologia em Foucault, informa o empréstimo do termo positividade (*positivité*) da filosofia hegeliana, que por sua vez foi retomada por Jean Hyppolite, intérprete de Hegel e de quem Foucault foi aluno. Em Hegel, a positividade (em oposição ao “direito natural”, de origem divina e a-histórica) corresponde ao elemento histórico composto de ritos, instituições e regras impostas exteriormente aos indivíduos, que são interiorizadas na forma de crenças e sentimentos. Foucault, de sua parte, utilizou a terminologia para investigar como os dispositivos atuam nos processos de subjetivação e como as relações de poder se tornam possíveis sem o recurso aos meros exercícios de violência (AGAMBEN, 2005, p. 10).

Partindo de uma certa “genealogia teológica da economia”, Agamben discorre sobre a cisão que faz produzir sujeitos¹⁹, dando como exemplo a “estratégia” dos teólogos quando separaram Deus enquanto Ser e a sua administração, sendo que a administração podia ser

¹⁸ Esta é uma tese de Agamben que recebeu muitas críticas. Chignola (2014, p.10) argumenta que não se pode afirmar que o dispositivo seja o “último universal” da filosofia de Foucault como afirma Agamben, pois cada dispositivo é um posicionamento que se define pela singularidade.

¹⁹ Agamben remete o termo à raiz teológica do grego *oikonomia*, que se refere à administração do *oikos* ou a gestão e a economia da casa, não em um sentido epistêmico, mas prático. Para o autor, o termo *oikonomia* foi utilizado para diferenciar Deus enquanto Ser e a sua administração; assim, mantinham-no como Uno, enquanto o Cristo e o Espírito Santo, mesmo compondo a Trindade, não reintroduziam o politeísmo. Deus poderia confiar ao Cristo a administração e o governo dos homens, sem perder seu poder e sua unidade. Na tradução latina aparece como *dispositio* ocupando esse lugar semântico e originando o termo dispositivo. Agamben argumenta que essa fratura, que permitiu a divisão ao mesmo tempo em que articulou um Deus ser e a sua *praxis*, sua natureza e o modo como Ele governa o mundo, está presente nos fundamentos foucaultianos das práticas de governo.

conduzida pelo Cristo e pelo Espírito Santo, redistribuindo a *práxis* do governo, enquanto Deus mantinha-se Uno, sem retornar ao politeísmo. Essa cisão geraria um espaço que podia ser povoado com dispositivos de governo: de forma análoga, também na contemporaneidade, Agamben percebe uma separação entre o ser “vivente de si mesmo e da relação imediata com o seu ambiente”, donde os dispositivos ocupam essa cisão com instrumentos, objetos, tecnologias, etc. Partindo dessas considerações, Agamben (2005, p.13-14) passa a chamar “literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. Trata-se de dispor séries de práticas e de mecanismos que têm por objetivo fazer frente a alguma urgência e obter algum efeito.

Na perspectiva de Agamben²⁰ (2005, p.14), ao invés da produção de novas subjetividades (e sujeitos delas decorrentes), como acontece nas sociedades disciplinares que Foucault apresenta – onde os processos de sujeição ocorrem por meio de uma série de práticas que operam a criação de “corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua ‘liberdade’ enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento” – p. ex. o eu pecador, na igreja; o eu delinquente, no presídio; o eu louco, no hospício, conforme sintetizado por De Genaro (2012) –, na atualidade predomina a dessubjetivação, pois não há a recomposição de um novo sujeito em troca daquele que foi negado ou daquilo que foi capturado, apenas formas larvais ou espectrais, segundo Agamben. Por isso é que para o autor, quando se é capturado por algum dispositivo não há uma subjetivação em troca, apenas um número ou registro com o qual pode ser controlado²¹.

A força e a origem de cada dispositivo estão no desejo humano de felicidade, explica Agamben. Mas é na captura e na subjetivação desse desejo em uma esfera separada de nós mesmos que reside a potência do dispositivo, sendo que todo dispositivo é, em si mesmo, como uma máquina que produz subjetivações, servindo como forma de governar, já que separa o

²⁰ Agamben é reconhecido pela proposição do conceito de “estado de exceção”. A partir de estudos sobre política em campos de concentração o filósofo conseguiu perceber a constituição da soberania que gera o estado de exceção, por meio da separação entre os cidadãos e os seres vivos, produzindo o que ele chama de “seres matáveis”. O resultado disso, e que Foucault não poderia mostrar, é que o “estado de bem-estar” pode se transformar em uma fúria assassina (como no nazismo), representando ao mesmo tempo a soberania máxima (poder de vida e de morte legitimados) e a dessubjetivação do trabalho, a vida nua nos campos de concentração como daqueles jogados nas câmaras de gás (CHIGNOLA, 2014).

²¹ Chignola (2014) explica que o termo dessubjetivação em Agamben indica um funcionamento em que ocorre a constante retomada da vida, produzindo “vidas nuas”, sujeitos matáveis, e que qualquer tentativa de dar forma à liberdade ou qualquer alegação de direitos não teria resultados, pois levaria novamente à mesma operação e à mesma captura. A possibilidade de escapar, ou melhor, “liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum”, ocorre pela *profanação*. Profanar podia-se dizer, no direito romano, do ato de restituir o que fora tornado sagrado ao uso dos homens por meio do *sacrifício*. Enquanto que o sacrifício passa algo da esfera humana para a sagrada a “profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício havia separado e dividido” (AGAMBEN, 2005, p.13).

vivente de si mesmo e da relação imediata com o ambiente. Para o filósofo italiano, em uma perspectiva “catastrófica” – nas palavras de Chignola (2014, p.14) –, está ocorrendo a acumulação e a proliferação dos dispositivos na contemporaneidade, de forma que não há instantes em que não haja algum dispositivo agindo sobre nós. Estamos a todo o tempo sendo capturados, orientados, interceptados, motivados, modelados e controlados por inúmeros dispositivos distribuídos em toda a sociedade. O mundo seria formado, então, para Agamben, pelos seres vivos (ou substâncias), pelos dispositivos e, entre esses, os sujeitos, sendo esses últimos o resultado da relação entre os dois primeiros.

A potência do pensamento de Agamben está em mostrar como, para além das sociedades disciplinares, predomina cada vez mais os estados exceção, que a obra de Foucault não permitia apreender. Porém, como destaca Chignola (2014), quando faz a divisão e classificação dos existentes em seres vivos e os dispositivos, e um terceiro espaço que são os sujeitos, Agamben produz uma passivização implícita do sujeito, supondo a unidirecionalidade e irreversibilidade do vetor de captura, gerando uma proposta política de profanação desencarnada de sujeitos, distanciando-se da filosofia do dispositivo de Foucault, que tende a abrir outras possibilidades, vistas por outros filósofos, como Deleuze (1996).

Esse outro propõe que os dispositivos na filosofia de Foucault são como linhas de natureza diferentes, linhas essas que seguem direções e traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, sendo que qualquer linha pode quebrar, bifurcar ou se transformar, não possuindo qualquer fórmula geral. Apresentando as principais, o autor lista: as linhas de visibilidade, as linhas de enunciação, as linhas de força, as linhas de brechas, de fissuras, e as linhas de subjetividades. Cada uma dessas linhas pode se cruzar, fazendo surgir variações nos dispositivos, sendo que cada dispositivo é uma multiplicidade onde os processos que ocorrem são diferentes daqueles de outros dispositivos. Essas variações indicam que nada é universal, tudo são processos: “o Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação imanentes a dado dispositivo”. Além disso, nesses termos, a filosofia do dispositivo pressupõe o novo, e não o eterno, donde a criatividade é possível e variável segundo os dispositivos que lhe permitiram a existência. Em resumo, “todo o dispositivo se define pelo que detém em novidade e criatividade, e que ao mesmo tempo marca a sua capacidade de se transformar” (DELEUZE, 1996, p. 3–4).

As primeiras duas dimensões de um dispositivo, na filosofia de Foucault, são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação, que funcionam como máquinas de fazer ver e de fazer falar. Nesse entendimento, os objetos, os enunciados, as forças e os sujeitos são como

vetores ou tensores que permitem o fluxo dos dispositivos. Cada dispositivo tem seu próprio regime de luz, ou uma determinada maneira que cai sobre si a luz, possibilitando a distribuição do visível e do enunciável, ou seja, aquilo que se pode ver e dizer em cada sociedade e em cada época. Deleuze (2005 [1986]) pondera não ser exagero afirmar que os dispositivos são as substâncias que permitem misturar o visível e o enunciado nas formações dos saberes que constituem os campos correlatos para as relações de poder, sendo que saber, poder e verdade não existiriam sem os dispositivos. O poder seria, então, como uma terceira dimensão do espaço²² e está no interior do dispositivo, variando juntamente com este, sendo ponto de encontro de linhas que se conectam e partem novamente para outros pontos.

De maneira distinta de Agamben, o francês traça outras possibilidades para as linhas de subjetividade. Essa linha teria surgido numa crise no pensamento de Foucault, como se necessitasse modificar o mapa dos dispositivos de forma a encontrar uma saída possível às linhas de força (poder). Foucault identificou uma linha de força entre os atenienses²³ que funcionava pela constituição da rivalidade entre os homens livres²⁴. Espreitando essa linha, Michel Foucault identificou a formação de outro dispositivo que dessa se originou quando para que um homem livre pudesse ordenar sobre outro deveria ser antes o mestre de si mesmo. Isso levou-o a considerar que, nesse caso, são “essas regras facultativas do domínio de si mesmo que constituem uma subjetivação, autônoma, mesmo se esta é chamada, posteriormente, a prover novos saberes e a inspirar novos poderes” (DELEUZE, 1996, p. 2). Até então, entre os atenienses, esse “cuidado de si” ou tornar-se mestre de si mesmo, configurava-se como uma forma de viver facultativa, mas considerada bela e um pré-requisito para poder governar aos demais. Foucault explica:

Na Antiguidade, esta elaboração do si e sua conseqüente austeridade não é imposta ao indivíduo pela lei civil ou pela obrigação religiosa; trata-se, ao contrário, de uma escolha feita pelo indivíduo para a sua própria existência. As pessoas decidem por si mesmas se cuidam ou não de si [...]. Agiam, antes, de modo a conferir a suas vidas certos valores (reproduzir exemplos, deixar uma alta reputação para a prosperidade, dar o máximo possível de brilhantismo às suas vidas). Era uma questão de fazer da vida um objeto para uma espécie de saber, uma técnica, uma arte (RABINOW; DREYFUS, 1995²⁵, p. 270 *apud* MANSANO, 2009, p. 113).

²² Chignole (2014, p.8) explica que esse espaço, apontado por Deleuze, produz-se do relacionamento entre coisas e palavras “de acordo com as curvas de enunciação que se relacionam com os saberes e, nos saberes, as forças do poder se expressam na direção da relação que os une”.

²³ Deleuze (2005) explica melhor, na segunda parte desse livro, a novidade entre os gregos, e também no que consiste o Outro que está do lado de fora (o poder como relações de força) e o que é o lado de dentro (o pensamento como potência).

²⁴ Do lado dos homens não-livres ou escravos, outras subjetividades se produziam, dando origem a novas formas de poderes e saberes, conforme lembra Deleuze (2005).

²⁵ RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica (V. P. Carrero, trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Essa dimensão ética e estética do “cuidado de si” implicava uma posição política perante a própria existência. Mas não se tratava de algo com ampla adesão e de fácil acesso, pois requeria atitudes austeras perante a vida e a adoção de uma série de condutas restritivas. Quem optasse pela existência como “cuidado de si” estava investindo também em poder governar aos demais, sendo essa uma importante forma de produzir subjetividades. Continuando a sua investigação, Foucault encontrou a ruptura com essa subjetividade no estoicismo, quando aquilo que antes era facultativo passa a ser enunciado como regra: você deve se comportar de tais modos para que seja um humano! O novo discurso transformou o cuidado de si em norma de comportamento fazendo frente às fraquezas do eu, geralmente associadas ao prazer e ao mal (MANSANO, 2009).

Assim, para Deleuze (1996), o que Foucault conseguiu revelar é que a linha de subjetividade afeta a si mesma, e volta para o si próprio (*soi*), não sendo de maneira nenhuma uma determinação pré-existente que já se encontra acabada, mas está sempre por se fazer. O si próprio (*soi*) não é, assim, nem um poder e nem um saber, mas um processo de individuação que escapa aos saberes e poderes constituídos, mesmo que seja capturado logo em seguida. No entendimento de Deleuze, a subjetividade pode ser uma linha de fuga. O autor acredita que essa parte da obra de Foucault ficou por terminar, com o encerramento precoce de sua vida, restando para outros a possibilidade de encontrar as formas e variações que as linhas de subjetividades tomariam em outras sociedades. O filósofo admite que os processos de subjetivação estão sempre variando, nunca são fixos e sempre saem dos poderes e saberes de um dado dispositivo e vão se reinvestir em outros que ainda estão por “nascer”, sendo predispostos a formar linhas de fraturas. Chignola (2014, p. 9) pondera que para Deleuze, a subjetivação é um processo e um dispositivo que coincide com a “individuação, singular ou coletivo, que é definido como uma *subtração* das relações de força estabelecida por saberes e poderes que *dobra e desdobra* os padrões ou convenções de uma época ou de um específico momento histórico”.

Considerando o conjunto, Deleuze aponta que, de maneiras singulares, os dispositivos provocam as transformações do mundo, ou seja, a sua atualização constante. É no interior dos dispositivos que se encontra o poder, que é variável com os dispositivos, e a tarefa é perguntar como funcionam essas linhas ou redes de poder e de subjetivação, que estão em constante movimento e transformação. Deleuze, invocando Foucault, convida a separar, em todos os dispositivos, as linhas do passado recente e aquelas do futuro próximo; aquilo que é arquivo daquilo que é atual; a história e o devir; a parte analítica e a do diagnóstico. Não que isso permita prever o futuro, mas implica estar atento a ele, de forma a se libertar das continuidades, e assim, manifestar-se o outro “que está do lado de fora” (o poder). Voltaremos nessa parte em

momento posterior, pois diz respeito à metodologia. Por enquanto, uma definição mais objetiva de Foucault:

O que eu chamo de “dispositivo”, diz Foucault, é um caso de ‘*episteme*’ muito mais geral. O “dispositivo” é caracterizado por uma forte heterogeneidade dos seus elementos constitutivos [...]. Um dispositivo é, portanto, em primeiro lugar, o ponto de ligação de elementos heterogêneos: discursos, sim, mas também os regulamentos, soluções arquitetônicas, decisões administrativas, proposições filosóficas e morais, tecnologias. Isto se faz necessário, em um dado momento e em um campo específico, como resposta a um objetivo estratégico (CHIGNOLA, 2014, p.6).

Partindo de uma abordagem bastante distinta acerca dos dispositivos, Jacques Aumont (1993), em seu amplo estudo sobre as imagens, descreve os processos fisiológicos, psicológicos e subjetivos que decorrem do ato de ver imagens, relacionando também ao contexto sociocultural e de aprendizagem. Para Aumont (1993, p.135), dispositivo é o conjunto composto por “meios e técnicas de produção das imagens, seu modo de circulação e eventualmente de reprodução, os lugares onde elas estão acessíveis e os suportes que servem para difundi-las”. O dispositivo, aqui especificamente de imagens, tem por função concreta gerir a relação entre o espectador e a imagem, regulando a distância psíquica entre quem vê e a imagem. É no contexto de produção e reprodução de relações ou vínculos entre as imagens e os espectadores que os significados são produzidos, não estando desassociados nem dos contextos socioculturais e históricos e nem dos saberes em jogo.

Nesse texto, Aumont (1993) dedica-se a entender as funções simbólicas dos diversos dispositivos que servem como suportes e transmissores de ideologias. O autor fornece dois exemplos da constituição de sujeitos por meio de dispositivos de imagens. No primeiro, o próprio fato de algo ser considerado como arte funciona como um dispositivo, já que possibilita a separação entre aquilo que é representado como arte (logo, portadora de saber) e o espectador, especialmente nas imagens fixas. O segundo exemplo seria o cinema, em que o processo de subjetivação decorre do “centramento” do indivíduo pela impressão de realidade que produz, como se ele mesmo, o espectador, estivesse participando ou vivenciando a realidade imaginária projetada. A ênfase, nesse caso, está nos instrumentos ópticos, que permitem ver sem serem vistos, portando, assim, a ideologia do visível. O que está em jogo é a separação entre imagens e espectadores em um caso, e o envolvimento do espectador no outro. São, para Aumont, dois processos distintos de produção de sujeitos, relacionados especialmente às técnicas de produção, circulação e suportes das imagens.

Em uma entrevista recente, Aumont ponderou que algumas de suas ideias divulgadas em seus livros deveriam ser atualizadas, especialmente levando-se em consideração os escritos de outros autores, como Deleuze e Hans Belting. Para ele, Gilles Deleuze “libertou certos

modos de falar de filmes”, pois tratou diretamente do poder das imagens, ou aquilo que as imagens podem fazer, especialmente nos textos *A imagem-tempo* e *A imagem-movimento*. Também Belting, apesar de ser um historiador da arte, conseguiu demonstrar que para analisar as imagens é preciso sair da história da arte e tomar todos os tipos de imagens em suas utilizações sociais, independentemente de estarem inscritas ou circulando em quaisquer meios, pois, todas as imagens “guardam um poder”. Essas outras leituras indicam uma menor preocupação com alguma essência própria ao dispositivo, ou nas ideologias, e direcionar-se a compreender a multiplicidade ou entrecruzamentos entre os dispositivos diversos (AUMONT, 2010).

Finalizando a entrevista, o autor admite que um dos maiores equívocos de muitos teóricos, na ânsia de demonstrar a dominação, foi considerar a existência de um espectador passivo, que nunca existiu. Ele exemplificou que mesmo em uma sala de cinema, onde a possibilidade de passividade seria mais concreta, as pessoas podem estar pensando em outras coisas, refletindo, conversando com o vizinho da fileira, enfim, não há passividade total diante do dispositivo fílmico. Porém, Aumont acredita que é no cinema que reside um interessante dispositivo, que não encontra realização tão plena em outros dispositivos de imagens: o exercício de olhar. O cinema convida ao olhar e a escutar, a atentar-se, muito mais do que qualquer outro meio de reprodução técnica de imagens, sendo que ainda não se compreende muito bem como o cinema persiste, apesar de todas as tecnologias de reprodução de filmes que podem ser acessadas individualmente e de qualquer lugar. A capacidade desse não está apenas relacionada aos dispositivos de imagens e sons em si.

São abordagens distintas. Esse último preocupa-se mais com a produção de subjetividades por meio de processos simbólicos e de significação; Foucault, Deleuze e Agamben, apesar das divergências, valem-se de uma definição de dispositivos como estratégias, associando-o às práticas de governar, pois são os dispositivos que permitem ligar pontos heterogêneos, ou seja, linhas de transmissão e de contato sempre prontos a ocupar os espaços, tendo como resultados processos de subjetivação, a produção de linhas de diversas naturezas ou dessubjetivação, respectivamente. De uma forma ou de outra, como os dispositivos não operam pela mera violência, mas se sustentam nos desejos que produzem e nas trocas que permitem, nunca as relações de poder são unilaterais, sendo que o poder é em si mesmo uma relação de forças. Há trocas que ocorrem, há desejos realizados e em constante reprodução e, com o termo dispositivo, parece ser possível encontrarmos as conexões entre as imagens e discursos e os processos de institucionalização.

2.3 AS IMAGENS, OS DISCURSOS, O SABER E O PODER

Embora seja, na atualidade, quase consensual e senso comum que as imagens possam influenciar os comportamentos e pensamentos das pessoas. O como essas influências acontecem, quais as melhores metodologias ou mesmo qual a entrada mais profícua para os estudos, tornam díspares inúmeras abordagens em diferentes campos disciplinares. Não há também uma aceitação geral sobre o processo histórico que levou ao surgimento das tecnologias de produção de imagens ou das formas tecnológicas de *ver* o mundo, nem tampouco dos processos de objetivação e produção ou não de subjetividades que decorrem do ato de *ver* ou de olhar. Há, inclusive, controvérsias teóricas acerca da existência de espectadores ou observadores, pois implica em diferentes formas, posições e possibilidades de ação para um mesmo indivíduo que *vê*. Além disso, como destacou Jacques Aumont (1993), embora os estudos sobre as imagens tenham avançado bastante, ainda conhecemos pouco em relação às fases químicas e nervosas que ocorrem entre a captação da imagem pelo olho e o processamento da informação.

Não há aqui uma pretensão de um amplo estudo sobre as abordagens ou uma síntese das correntes, ou mesmo de construir um marco teórico para explicar definitivamente a forma como as imagens e discursos afetam as pessoas. Será mais importante (e possível) um sintético debate entre os escritos de autores que realizaram densas reflexões sobre as imagens. Pretende-se construir a argumentação que servirá para expressar o posicionamento sobre a relação entre as imagens e os discursos nos processos de formação dos “focos de experiências” que têm por resultados as instituições, além de estabelecer conexões entre as mesmas e os dispositivos de eficiência e a emulação-força. Dispostos de maneira mais ou menos cronológica os períodos que os estudos abrangem de forma a mostrar como, em cada época, as preocupações com os efeitos das imagens e o conhecimento sobre os processos da visão iam ocupando os espaços de discussão social. O leitor logo perceberá que inicialmente houve um encantamento com as possibilidades, passando por uma quase catastrófica concepção do “poder das imagens” nos séculos 19 e 20, enquanto que os estudos mais recentes tendem a relativizar a força de controle das populações por meio das imagens visuais.

Começamos com o trabalho do professor de História da arte Jonathan Crary²⁶ (2012). Lançado nos anos 1990, esse texto analisa as formas de se conceber a visão no século 19 produzindo algo como uma história da visualidade. Seu intento foi mostrar as rupturas que

²⁶ É professor do departamento de História da Arte da Universidade de Colúmbia – Nova Iorque.

ocorreram entre as descobertas dos instrumentos de produzir imagens e a constituição de um observador moderno, que não pode ser analisado separadamente dos modos industriais de produção e de consumo. Ao invés de seguir o caminho tradicional, pela História da Arte (pelas representações) ou das tecnologias de produção de imagens, o autor analisa o papel das novas formas de organização dos saberes e de poderes tendo como centro o observador, que é, para Crary, o meio pelo qual se materializa qualquer visão de história²⁷.

Crary considera que é irrelevante buscar, como se fossem coisas diferentes, uma história da percepção ou uma história da visão, pois, na constituição do observador:

O que muda é a pluralidade de forças e regras que compõem o campo no qual a percepção ocorre. E o que determina a visão em qualquer momento histórico não é uma estrutura profunda, nem uma base econômica ou uma visão de mundo, mas, antes, uma montagem coletiva de partes díspares em uma única superfície social. Talvez seja necessário considerar o observador como uma distribuição de fenômenos localizados em muitos lugares diferentes. Nunca houve e nunca haverá um observador que apreenda o mundo em uma evidência transparente. Em vez disso, há diferentes arranjos de forças, menos ou mais poderosas, a partir dos quais as capacidades de um observador se tornam possíveis. [...] É desnecessário assinalar que não há continuidades ou descontinuidades na história, mas somente explicações históricas. [...] O que está em jogo é bem diferente: como se periodizam ou se recusam rupturas são escolhas políticas que determinam a construção do presente. Se determinados acontecimentos e processos são excluídos ou ressaltados às custas dos demais, isso afeta a inteligibilidade do funcionamento do poder, no qual nós mesmos estamos enredados (CRARY, 2012, p. 15–16).

Sua proposta é baseada naquela de Michel Foucault, quando pretende “liberar” saberes contidos e “descobrir” as relações de forças que são travadas para a definição dos momentos que se traduzirão como *a* verdade histórica. Crary está interessado, com esse posicionamento sobre a história do observador, em abrir caminhos para a sua reflexão sem encerrar os processos de visão como determinados por ideologias que se fazem hegemônicas, nem, tampouco, pelas sucessivas máquinas e instrumentos que por fim conseguem reproduzir, pela técnica, realidades imagéticas múltiplas. Ele propõe acompanhar, por meio de alguns acontecimentos, a construção de um sujeito-observador que, ao mesmo tempo em que é localizado pode ser compreendido envolvido em contextos mais amplos de relações de poder que não se finalizam nos indivíduos.

Crary enfatiza as relações entre a arte, a literatura e as ciências em geral no processo de formulação de discursos, saberes e práticas que constituíram os sujeitos, delineando um

²⁷ O autor explica que o termo “observador” é mais adequado devido às raízes etimológicas, pois “espectar” está circunscrito a um sujeito passivo que assiste a um espetáculo, como uma obra de arte ou teatro. Observar está mais relacionado a “conformar as próprias ações, obedecer”, como quem está observando regras, normas, convenções (CRARY, 2012, p.15).

observador que é, ao mesmo tempo, causa e consequência daquilo que é chamado de modernidade no século 19. Ele pondera que o “mesmo saber que permitiu a crescente racionalização e o controle do sujeito humano em função das novas exigências institucionais e econômicas foi também uma condição de possibilidade para novos experimentos no campo da representação visual” (CRARY, 2012, p. 18). A modernidade, no entendimento de Crary, seguindo Baudrillard, caracterizou-se também pela crescente capacidade dos diferentes grupos produzirem novos signos e códigos e os colocarem em circulação, desafiando o monopólio e o controle de produção e circulação, anteriormente de posse da igreja ou das monarquias. Ora, com a proliferação das possibilidades tecnológicas de reprodução de cópias, falsas ou não, a questão da mimese (relacionado à imitação ou ao idêntico) encaminhou-se não para uma determinada estética, mas ao poder de produzir equivalências. A produção em série, por exemplo, encerrava o problema do original em relação à cópia, pois cada uma era, ela mesma, a reprodução indefinida, não requerendo assim, a semelhança absoluta.

Nesse ponto Crary (2012, p.26) tem um *feeling* interessante ao perceber que se houve alguma “revolução na natureza e na função do signo no século 19, ela não aconteceu independentemente da reconstrução do sujeito”. Para ele, o próprio indivíduo moderno, na condição de observador, foi reconstruído juntamente com as tecnologias de produção de imagens, pela imposição de visões normativas. Mas o autor não se dispõe a abraçar argumentações que colocam as pessoas como que controladas pelas imagens midiáticas – como o fez Debord²⁸ (1997 [1967]) em *A Sociedade do espetáculo* –, seu interesse está em mostrar os modos pelos quais a própria visão passou por tipos específicos de disciplinas e de formas de trabalho. Apesar das críticas a Debord, Crary aposta que é possível que os distintos modos de análises das sociedades modernas – o da vigilância que Foucault apresenta e o do espetáculo de Debord – possam coincidir no que diz respeito a essa constituição de sujeitos observadores. Para Crary, os aparelhos ópticos no século 19 participaram do processo de ordenamento dos corpos, do olhar e das atividades, nos quais as técnicas para controlar e direcionar a atenção foram impondo certas homogeneidades perceptivas, constituindo os sujeitos produtivos e aptos ao consumo “espetacular”.

Desde Arthur Schopenhauer (1788-1870) e suas teses sobre as cores, as sensações e a percepção, pondera Crary, já se notara que os observadores não eram passivos frente às sensações, mas se constituíam, ao mesmo tempo, o lugar de ocorrência e também eram centros

²⁸ Filósofo e diretor de cinema francês (1931-1994). Desde os anos 1950 esteve envolvido diretamente com a construção do pensamento e militância em torno da Internacional Situacionista (IS) – movimento artístico e cultural que propunha a constituição de uma sociedade que se livrasse do processo de alienação entre os produtores (trabalhadores) e os produtos de seu trabalho.

de produção de sensações, ou seja, o próprio sujeito era capaz de produzir subjetividades. Desde essas teses, o sujeito passou a ser pensado como tendo relativa autonomia quanto à objetividade estética dos objetos (quer dizer, o próprio belo não dependia apenas do objeto, mas de outras qualidades de quem vê), e também podia ser mapeado organicamente, abrindo possibilidades para novas formas de disciplinar os olhos, os movimentos e a atenção. Assim, a cada passo do conhecimento científico que apontava para emancipação da objetividade, alguns passos eram dados rumo à constituição de formas de controle externo, concomitante ao contexto de crescente industrialização.

As descobertas sobre as sensações ao longo dos experimentos com a visão ainda no século 19 iam tornando cada vez mais complexas as explicações para os fenômenos ópticos (CRARY, 2012), por exemplo, na *Óptica* de H. Helmholtz (1821-1894), ele explica:

Os nervos de diferentes sentidos eram fisiologicamente distintos, ou seja, somente capazes de um tipo determinado de sensações [...]. Uma causa uniforme (a eletricidade, por exemplo) provoca sensações absolutamente diferentes de um nervo para outro. A eletricidade aplicada ao nervo óptico produz a sensação de luz; aplicada na pele, provoca a sensação de toque. Inversamente, Müller mostrou que uma variedade de causas diferentes produz a *mesma* sensação em um determinado nervo sensorial. Em outras palavras, ele se refere a uma relação fundamentalmente arbitrária entre estímulo e sensação (CRARY, 2012, p.91).

Assim, as sensações – principalmente oriundas das experiências visuais, nesse caso – passaram a ser entendidas como influenciadas tanto por fatores externos como internos. Revelava-se que o aparelho fisiológico humano é inconsistente e susceptível a sofrer e provocar ilusões. E mais, começava-se a melhor entender que era possível utilizar as tecnologias visuais para o controle do “novo sujeito” perceptivo do século 19. Os nervos passaram a ser considerados como fios telegráficos capazes de transportar correntes e estímulos por grandes distâncias e para diferentes tipos de aparatos e ainda manter a integridade daquilo que era transmitido. Crary (2012, p.95) entende que, na perspectiva de Helmholtz, “o sujeito que percebe torna-se um condutor neutro, um tipo de relevo, entre outros, que possibilita ótimas condições de circulação e de trocas – de mercadorias, energia, capital, imagens ou informações”. Para tanto, fazia-se necessário que fossem desobstruídas ou excluídas as limitações que se impunham à constituição e ao bom funcionamento do “olhar para a modernidade”.

Avançando um pouco mais nessa direção, por volta de 1820, o matemático Johann Friedrich Herbart (1776-1841) acreditou ser possível quantificar a cognição por meio da formulação de leis matemáticas que governam a experiência mental. Ele propôs que o

indivíduo tomava consciência de algo após receber um fluxo caótico de dados vindos de fora que se organizavam internamente no cérebro. Dessa forma, as ideias não eram cópias da realidade externa, mas o resultado da organização, por conflito e combinação, de ideias que interagiam no interior do indivíduo. Herbart estava fundando algo como a psicologia do estímulo-resposta, apostando ser possível mensurar e controlar a magnitude das sensações (em tempo e intensidade), vindo a fomentar as teorias pedagógicas da época que tinham por objetivo a obediência e a atenção dos jovens nas escolas e dos trabalhadores nas fábricas²⁹, por meio da manipulação e controle de entrada sequencial de ideias na mente (CRARY, 2012).

Se Herbart não conseguiu seu intento de mensuração dos fluxos e combinações mentais, pelo menos abriu um importante caminho. Gustav Theodor Fechner (1801–1887), por volta dos anos 1840, alcançou êxito em quantificar a relação entre a sensação e a sua causa externa³⁰, criando unidades que facilitavam mensurar as sensações, o que sugeria a possibilidade de tornar a percepção humana calculável e produtiva. Essa formalização da percepção permitiram descrever a visão em termos de diferenças nas quantidades de experiências sensoriais mais fortes ou mais fracas. O legado de Fechner foi a hegemonia do behaviorismo e seus consequentes processos de controle e condicionamento.

Todo esse desenvolvimento e direção das pesquisas rompia, por assim dizer, um limite da interioridade dos sujeitos; a subjetividade que o separava do mundo entrava em processo de dissolução nessa constante racionalização das sensações. Crary (2012, p.146) aponta que não apenas as tecnologias de comportamento e atenção puderam ser desenvolvidas, mas todo o campo social e estatuto do sistema sensorial humano passaram a ser reformulados, permitindo “expressar como a experiência sensorial tornara-se próxima e até mesmo coincidente com um campo econômico e cultural dominado pelos valores de troca”. Durante essas décadas, por volta de 1820-1840, com o entendimento de diversos processos ópticos, como o tempo entre o processamento de uma imagem pelo cérebro e o efeito das pós-imagens, diversos experimentos foram conduzidos para entender os processos de cognição e percepção.

Aparelhos como os taumatrópios e os fenacistoscópio se popularizaram, servindo para entretenimento pelas “ilusões” que provocavam. Devido ao tempo que leva entre a captação pelo olho e processamento da imagem pelo cérebro, era possível colocar em um mesmo cartão duas imagens, nas faces opostas – por exemplo, com uma gaiola de um lado e um passarinho

²⁹ Essas ideias se originam diretamente daquelas propostas por Goethe e Schopenhauer sobre as pós-imagens, que são as imagens que ficam após o estímulo luminoso ser retirado, por exemplo, quando se olha para o sol, fechando os olhos em seguida, pode-se ver luzes de cores distintas.

³⁰ Ele descobriu, por exemplo, que havia relação desproporcional, mas previsível, entre o aumento nas sensações e o aumento nas estimulações.

do outro – que, ao girar rapidamente o cartão, provocaria a ilusão de um pássaro dentro da gaiola. Embora esses fenômenos já tivessem sido percebidos em séculos anteriores, era a primeira vez que recebiam explicações científicas, e podiam ser utilizados massivamente para desvendar fenômenos “mágicos”.

Porém, à medida que esses aparelhos iam revelando os mistérios ou mágicas ilusionistas o interesse pelos mesmos caía, pois, embora esses dessem acesso ao “real”, por exemplo pelo estereoscópio, denunciavam que esse real não era nada além de uma reprodução mecânica, que poderia ser acessada repetidamente. A perda do interesse pelos mesmos e o seu conseqüente desaparecimento, para Crary (2012), não dizem respeito à invenção e aperfeiçoamento de outros aparelhos, mas devido a essas formas deixarem de ser adequadas às necessidades e aos usos em cada época, obsolescência essa que tem haver diretamente com a incapacidade desses aparelhos de ocultarem o processo de produção dos fenômenos ópticos que provocam, pois, o processo era revelado no aparelho. Além disso, para acessar o fenômeno, o indivíduo envolvia-se fisicamente com o aparelho, privando-o da liberdade (liberdade essa alcançada pela fotografia³¹).

Enfocando outros aspectos, e com uma previsão bastante catastrófica da força das imagens, Guy Debort figurou como um importante intelectual agitador durante o movimento social que ocorreu na França em 1968³², sendo que sua obra não tratou exclusivamente de uma

³¹ Foi com a fotografia que o observador conseguiu um novo tipo de autonomia, pois permitia a separação entre o aparelho e a imagem, ocultando o próprio processo de reprodução do real. Walter Benjamin, no ensaio *Pequena história da fotografia*, publicado em 1931, indica como, em seus primórdios (por volta de 1830-1840), a fotografia fora considerada como sacrilégio, pois, diferentemente da pintura, que reproduzia a imagem dos homens que eram “a imagem e semelhança de Deus”, por meio de inspiração e genialidades concedidas pelo divino a um artista, aquela reproduzia por mecanismos técnicos. Cabe lembrar que a fotografia ainda não era considerada arte, especialmente devido a concepção antitécnica herdeira do posicionamento de que o olhar do artista era qualitativamente diferenciado e melhor que o dos demais. No entanto, essas resistências logo foram vencidas. Enquanto o quadro permanecia apenas como testemunho do talento do pintor, a fotografia trazia algo de novo e misterioso, que era a existência que não se deixava extinguir na arte do fotógrafo. O fotógrafo, no lugar do artista, apesar de suas habilidades e de previsibilidade, não era o responsável por dar vida ou alma às imagens, como nos quadros. Conforme ressaltou Benjamin, “o observador sente a necessidade irresistível de procurar nessa imagem a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem” (BENJAMIN, 1987, p. 94). A fotografia permitia revelar um inconsciente óptico, que não percebemos quando olhamos para as coisas ou pessoas em movimento. A autenticidade da imagem era tanta que, segundo Benjamin (1987), as pessoas não ousavam olhar por muito tempo para as primeiras imagens dos aparelhos de fotografia, pois a nitidez das fisionomias assustava, dando a impressão de os observadores estarem sendo vistos pelos humanos “em miniatura” ali reproduzidos. Aos poucos a fotografia foi se tornando uma forma de ver o mundo em miniatura, saindo do interior de cenários montados para as ruas, tornando-se objetos de consumo em diversas modalidades, como nos retratos, nos cartões de visitas, nos cartões postais, nos jornais, álbuns de família, etc. Ganhava também um poder enquanto documento, deixando de ser apenas um registro ou entretenimento. Por outro lado, como era possível descontextualizar o objeto fotografado, tornando impossível compreender minimamente as relações sociais e com o ambiente, Benjamin via com algum otimismo as potencialidades das fotografias, desde que essas portassem legendas ou textos que favorecesse a literalização das relações da vida.

³² Trata-se de uma greve que começou com estudantes universitários, tendo se espalhado para milhares de fábricas em maio de 1968.

analítica dos meios de comunicação (FREDERICO, 2010; VIANA, 2011), seus propósitos eram mais abrangentes. Debort elaborou uma densa crítica ao sistema capitalista, atacando principalmente o fato de que nesse sistema tudo se mercantiliza. Para ele, além da dominação econômica, as sociedades imperialistas passaram a utilizar como estratégia invadir a superfície social com o “espetáculo”, que passou a ser apresentado como uma solução revolucionária, a partir da imposição dos bens a desejar (DEBORT, 1997; VIANA, 2011).

Frente às transformações que percebia, em 1967, Debort publicou o livro *A sociedade do espetáculo*, onde alertava para o fato de que o espetáculo tornou-se o maior produto da sociedade de então, tornando-se ele mesmo “o sentido da prática total de uma formação econômico-social, o seu *emprego do tempo*” (DEBORT, 1997, p.16). Debort explicou:

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social, mediada por imagens [...]. Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a *fazer ver* (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. [...] A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende a sua própria existência e seu próprio desejo (DEBORT, 1997, p. 14, 18, 24).

Debort entendia que podia-se falar em sociedade do espetáculo a partir do momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social, formando figurativamente “camadas geológicas” de mercadorias que se sobrepunham constantemente nas sociedades onde o processo estava mais avançado. Daí por diante, tornou-se importante o consumo alienado, pois é este que em um dado momento passa a suplementar a dinâmica de produção alienada, servindo como uma engrenagem que faz funcionar todo o sistema capitalista. O autor explica que o espetáculo faz criar leis que produzem necessidades em constante aumento e que se retroalimenta sempre por *conter em si a privação*; quer dizer, ao mesmo tempo, produzindo “necessidades” e reduzindo o *valor de uso* das mercadorias. Debort via com grande pessimismo o rumo das sociedades contemporâneas: submetidas à tirania das imagens e controladas pelos meios de comunicação de massa que manipulavam e conseguiam a passividade frente às mercadorias, produzindo e incitando desejos que se confundiam com os próprios desejos das pessoas, subjugando o real pela representação.

Mas essa visão não era a única pessimista. Além de Debort, um dos célebres críticos do uso e manipulação de imagens pelos meios de comunicação foi Theodor Adorno (1903-

1969), influente filósofo da escola de Frankfurt. Mesmo não havendo o contato entre eles³³, e, apesar de divergirem, em termos de compreensão sobre o papel das imagens (e da arte) no processo revolucionário – Debort perseguia a superação da cisão entre a arte e a vida, ou seja, o desejo de realizar a arte na vida, e com isso modificar o mundo, enquanto que Adorno tinha uma visão modernista que pretendia a autonomia da arte e o afastamento da realidade empírica –, ambos fazem uma caracterização similar da sociedade moderna, dando ênfase aos meios de comunicação, às imagens e como essas passam a ser predominantes e operar nos funcionamentos do desejo.

Adorno criticou a visão otimista de Walter Benjamin, sobre as possibilidades revolucionárias de alguns meios técnicos que reproduziam imagens e sons. Para Adorno, no caso do cinema, Benjamin não conseguiu perceber os antagonismos que residem no próprio conceito de técnica, pois esse possui uma origem histórica e está sujeito a desaparecer. A técnica só exerce forte poder sobre a sociedade devido principalmente ao fato de que quem arquiteta as circunstâncias que estabelecem e possibilitam esse poder são os grupos economicamente privilegiados na sociedade, fazendo com que a racionalidade técnica esteja totalmente identificada com o próprio poder que se exerce. Por esse motivo, Adorno insistia que o rádio e o cinema não deviam ser tomados como arte, pois não eram muito mais que negócios explorados pela “indústria cultural”³⁴(ARANTES, 1996). Vale lembrar que também para Debort a técnica era apenas um momento da vida social e não estava neutra em relação aos demais aspectos da sociedade (FREDERICO, 2010, p.185).

Em um texto chamado *O ataque de Veblen à cultura* (publicado no livro *Crítica de la cultura y sociedade I*, em 1977), Adorno (2008) destacou o pessimismo de Veblen, e teceu comentários que colocam em xeque a coerência da teoria e até mesmo a sanidade mental do institucionalista³⁵. Adorno (2008, p.63) ponderou:

³³ Alguns autores indicam que um não teve contato com a obra do outro, apesar da contemporaneidade; a obra de Adorno só foi traduzida tardiamente para o francês, e Adorno nunca se referiu a Debort (FREDERICO, 2010). Frederico (2010) afirma que foi Debort quem primeiro apontou para o fato de que a cultura já era uma principal mercadoria na sociedade do espetáculo, apesar de que em 1940 Adorno já falava em indústria cultural.

³⁴ O termo foi utilizado pela primeira vez em 1947 no texto *Dialética do iluminismo* (Horkheimer e Adorno), numa tentativa de substituir a expressão “cultura de massas”, pois essa tenta induz se tratar de algo que surge das próprias massas. Uma vez que essa indústria traz consigo as características do mundo industrial moderno, é também portadora da ideologia dominante, produz o sentido de todo o sistema mais geral frustrando o projeto iluminista (que seria de libertar os homens do medo produzido pela magia e pelos mitos), pois prendem os homens ao engodo da dominação técnica (ARANTES, 1996).

³⁵ Adorno (2008) acusa a Veblen de hipostasiar (transformar algo em substância), por indicar uma espécie de domínio total, onde toda a cultura da humanidade se converte em uma caricatura do horror. O crítico afirma ainda que Veblen tinha fascínio pela miséria (*desdicha*) e, por isso, atacou a cultura. Chama-o de misantropo, tendo por consequência enxergar rastros de sangue das injustiças até mesmo nas imagens de felicidade; como se a possibilidade de esperança estivesse na condição primitiva do homem, quando eram mais pacíficos. Adorno chega mesmo a considerar que Veblen é vítima de *spleen*, condição caracterizada por uma melancolia extrema,

[...] En innumerables passajes es clarísima la intención de denunciar como barbárie a la modernidade cuando plantea con vigor la pretensión de cultura. Precisamente los rasgos en que la modernidad se revela digna del ser humano porque se ha escapado de la utilidad desnuda son para Veblen vistigios de épocas muy antiguas.

Segundo o crítico, essa emancipação do “reino das utilidades” são, para Veblen, o índice de inutilidade provocado pelo fato das instituições culturais e disposições antropológicas não mudarem ao mesmo tempo e de acordo com os modos econômicos de produção, onde a cultura se volta contra a “utilidade”. Apesar das críticas, o frankfurtiano reconhece que Veblen teve sensibilidade capaz de perceber e de constituir uma teoria do consumo pioneiramente, pois conseguiu captar a falsa individualidade das coisas muito antes que os procedimentos técnicos efetivamente o conseguissem.

Adorno, assim como Debort, estava preocupado com a construção de uma sociedade em que o real estava sendo vivido a partir das representações. Ele indicava que a consciência dos trabalhadores era tolhida por meio da indústria cultural, já que essa capturava os indivíduos nos seus momentos de lazer, quando, teoricamente, deveriam se constituir nos momentos em que se escapa do processo de sujeição ao trabalho na fábrica. Para Adorno, a indústria cultural operava de maneira fraudulenta ao prometer o que não cumpre, gerando o desejo por meio de imagens que não encontram uma saída que corresponda ao prometido. Esse divórcio entre o desejo e a sua realização converte o desejo em privação, reprimindo e sufocando-o, num processo incessante de exposição de novos objetos de desejo. Vista desse ângulo, a indústria cultural cria necessidades, tornando o consumidor um mero objeto da própria indústria, sendo que o motor desse processo é o próprio desejo de posse individual, reforçado socialmente pelo progresso técnico e pela ciência, também controlados pela indústria cultural (ARANTES, 1996).

Outro especialista mais recente em estudos sobre imagens, Jacques Aumont (1993), relativiza força das imagens e indica que é mais importante considerar que o próprio fato de olhar e interpretar imagens é aprendido socialmente. Sua abordagem é construtivista e o mesmo pondera que ao longo da história praticamente todas as sociedades tiveram forte vínculo com as imagens, sendo que essas nunca foram produzidas de forma aleatória e sem intuítos. Sempre possibilitaram múltiplas formas de mediação entre o espectador e a realidade, especialmente devido à sua ligação com o simbólico. Para Aumont (1993, p.80), assim como as demais

tendente à autodestruição, onde a acusação é uma forma de defesa. O filósofo de Frankfurt destaca que, diante de Veblen, os ornamentos se tornam ameaças, pois são velhos modelos de repressão; as decorações das fundações são vestígios de épocas passadas ou traços de regressão de quem não produz e não trabalha, desmentindo a mentalidade favorável do progresso.

produções culturais, as imagens visam estabelecer uma relação humana com o mundo, principalmente a partir de três modos:

a) o simbólico: primeiramente em termos de representação/contato com o sagrado, mas que se ampliou para valores laicizados como democracia, liberdade, etc.;

b) o modo epistêmico: pois as imagens trazem informações visuais sobre o mundo, propiciando conhecimentos, inclusive sobre aspectos não-visuais;

c) o modo estético: quando tem a finalidade de agradar ao espectador, de lhe provocar sensações.

Aumont acredita que o “olhar imagens” é construído socialmente, podendo ser aprendido e ensinado, sendo que a maioria das habilidades de percepção vai se desenvolvendo ao longo do tempo e das experiências visuais. Para ele: “o que vivenciamos como a maior ou menor luminosidade de um objeto corresponde, na verdade, à nossa interpretação, já modificada por fatores psicológicos, da quantidade real de luz emitida por um objeto ou refletida por ele”. Assim, até mesmo as imagens concretas “representam a realidade de maneira convencional, que corresponde ao que é aceitável socialmente”. Por exemplo, os primeiros telespectadores do cinema nunca reclamaram pela falta de cores, pois esses já estavam acostumados com as imagens em tons de cinza das gravuras e fotografias dos períodos anteriores (AUMONT, 1993, p.22, 27).

Não olhamos de forma regular para as imagens, pois nosso olho fica se movendo para qualquer direção, não sendo possível definir exatamente para onde o indivíduo olhará, mas, se houver comandos anteriores, o olho buscará imediatamente o ponto de comando. Isso foi intensamente trabalhado pelas indústrias de comunicação ao longo de todo o século 20 e ainda no 21 em busca de produzir os mais eficientes mecanismos de comando. Bastante atento ao cinema, o autor ponderou que as cenas nesse acionam os mesmos mecanismos de percepção requeridos para constatação do movimento real, quer dizer, “o movimento do cinema, não é distinto, fisiologicamente falando, do movimento que percebemos no mundo real, se constituindo numa perfeita ilusão que repousa nas características inatas de nosso sistema de visão” (AUMONT, 1993, p.51).

Porém, para os efeitos de percepção e ilusão, deve-se levar em conta tanto o saber de quem observa quanto o efeito de crença que a imagem é capaz de produzir, enquanto tentativa de representação da realidade (AUMONT, 2010). As mesmas imagens não produzirão os mesmos efeitos em todos os espectadores ou observadores já que o olhar imagens é um processo que pode ser socializado, depende da cultura, das finalidades, de treinamento e de

situações históricas e regionais, das relações de poder, de quem é representado e de sua posição, etc. Esse posicionamento construtivista, em relação ao ato olhar abre possibilidades e pode revelar mecanismos sobre como as transformações nos meios técnicos de comunicação vão gradualmente se tornando habituais e como vamos acostumando-nos com as novas formas imagéticas de representar o mundo tecnicamente (o que pode condizer, ao menos nesse ponto, embora com abordagem diferente, daquilo que Crary aponta sobre o condicionamento e controle de um observador moderno).

Outro posicionamento, em publicação recente, foi feito por Christian Malaurie (2014). Retomando estudos clássicos sobre imagens (como W. Benjamin, G. Debord, R. Barthes, J. Baudrillard, G. Simmel, E. Goffman, L. Marin, J. Davallon, M. de Certeau, etc.), analisa seus usos contemporâneos a partir da noção de *l'image de peu*. O objetivo do autor foi mostrar que na contemporaneidade, ou no período que chama de hipermodernidade³⁶, em que a produção e circulação de imagens pode ser totalmente mediada por aparelhos técnicos, não se deve falar apenas em espectadores-observadores sem considerar que esses são também produtores de imagens. Para isso, o autor traça uma genealogia dos discursos e da medialização das imagens (uso de suportes técnicos), propondo uma compreensão do ponto de vista estético e antropológico, a partir da noção de *l'image de peu*, como uma forma de escapar da relação convencional estabelecida entre valor estético e valor monetário.

A potência dessa obra está em mostrar que as novas possibilidades de indivíduos comuns produzirem e colocarem em circulação imagens modifica o regime e a força das determinações do simbólico, pois:

L'image de peu opere pour chaque membre d'une communauté au niveau sensori-moteur, avant d'être, sur le plan symbolique, porteuse de sens. En ses usages, l'image de peu constitue une marque qui traduit l'emploi ou le réemploi singulier tant au niveau individuel (le je) que collectif (le nous) du stéréotype. [...] La *stéréotypie* de l'image de peu constitue donc à la fois un point de résistance à toute formes de création et, en même temps, paradoxalement, un point à partir duquel chaque sujet peut décider à sa manière un art de l'écart et de l'entre-deux, un art singulier de risquer (MALAURIE, 2014, p. 9).

Assim, Malaurie considera as possibilidades de resistências que podem se constituir do fato de pessoas comuns produzirem e colocarem em circulação imagens antes mesmo que os sentidos dessas possam ser capturados pelas empresas de mídias, valendo-se do duplo sentido possível dos estereótipos da própria imagem do *peu* ou imagens ordinárias. Por outro lado, o

³⁶ A hipermodernidade, no texto de Malaurie, é considerada como o tempo histórico que emergiu após os anos 1960 tomando a forma do que hoje se chama mundialização.

autor mostra como a indústria cultural vale-se também dessas mesmas imagens do ordinário e do comum, não necessariamente como forma de alienar as massas, como nas teorias convencionais sobre mídia e manipulação, mas convertendo essas imagens em produtos culturais que são apresentados como Eventos, como conteúdo do mundo vivido que testemunham o familiar e o exótico do cotidiano. O resultado é a produção de uma atualidade constante em imagens que afetam a própria temporalidade, o surgimento e aquilo que chamamos de história, lembrando a densa reflexão que fez Michel de Certeau.

Ao escapar da discussão sobre grande valor ou pequeno valor, pela terminologia *peu* e do ordinário, Malaurie consegue sintetizar um debate que está em pleno florescimento, revelando uma outra posição dos sujeitos observadores em relação aos usos das possibilidades técnicas de reprodução de imagens, e também acerca da capacidade de manipulação e alienação pelos meios de comunicação. Nem os observadores são apenas espectadores, como também produtores e possuem capacidades de agência, nem as mídias possuem todo o controle sobre a produção e circulação das imagens, mas também não cessam de agir. Os agentes dessas últimas estão sempre em busca de capturar para si e para seus usos essas mesmas produções do cotidiano, transformando algumas imagens do *peu* em eventos significativos. Trata-se de uma luta constante, sendo que a técnica nunca para de servir tanto aos processos de autonomia quanto aos de dominação, ou, como talvez diria Deleuze, a produzir linhas de fuga e linhas de captura.

Essa breve revisão mostra que, ao longo do tempo, foram diversas e discordantes as considerações sobre a força das imagens e sua relação com as técnicas nos processos de dominação. Se, entre os primeiros teóricos, havia certo fascínio com as possibilidades, cruzando por uma fase de terror/medo do horror que as mesmas poderiam causar, chegando ao ponto de se pensar que a realidade passaria a ser vivida por meio ou conduzida pelas representações, passou-se a certa relativização desse poder de influenciar, pois há processos individuais de aprendizado e percepção que interferem na forma de ver as imagens, e talvez estejamos agora, pelo menos para esse último autor revisado, vivenciando um momento em que praticamente todos podem manipular e pôr em circulação imagens, mesmo que de maneira restrita, sem que essas sejam prisioneiras de sentidos constituídos anteriormente. Mas também outros grupos traçam estratégias para capturar essas imagens em circulação para os fins de seus propósitos³⁷. Enfim, ainda se trata de campo amplo de possibilidades analíticas, devendo se

³⁷ Vale destacar que não há homogeneidade ou linearidade como pode parecer nessa síntese. Um exemplo é o trabalho de Baitello Junior (2014), que traz a horripilante cena do devorar imagens e ser devorado por elas sintetizando o que o autor considera como a era da iconofagia. É perceptível a imobilidade com que os

constituir em um dos principais e incontornáveis temas desse século – inclusive, e que não consideramos aqui, já são fortes os ramos específicos de estudos como a Antropologia e a Sociologia das imagens.

Tendo em vista essas anotações, algo como um resumo dos olhares filosóficos sobre as imagens, passemos agora para a abordagem bastante distinta das anteriores, que não trata das imagens e nem dos efeitos diretos, mas faz algo como uma análise dos regimes de visibilidade, na obra de Foucault. Esse nunca analisou as imagens sem colocar em relevo a relação dessas com os discursos, com os textos e com os enunciados, sempre insistindo na diferença de natureza entre visível e enunciado³⁸. Se bem que alguns aspectos de seus estudos sobre imagens estejam sendo discutidos mais na atualidade³⁹ – sendo ainda um campo em exploração –, é fato que a base de sua principal discussão sobre a sociedade disciplinar recai sobre a constituição de uma visibilidade e de um tipo de olhar (a arquitetura do *panóptico*, por exemplo) que desde um ponto de invisibilidade organiza, individualiza e torna os outros visíveis, conforme demonstrado por Foucault em *Vigiar a punir*. Ou seja, a questão do olhar nunca esteve distante da análise foucaultiana, mas é por meio e em associação aos discursos que esse poder de governar pode ser exercido, pode ser legitimado, não sem a produção de saberes e verdades.

Mas não se deve confundir as visibilidades de que fala Foucault com as imagens, essas que chegam pela percepção dos sentidos, como as formas de objetos que se podem ver ao contato com a luz, ou com um certo ponto de vista predominante em alguma época ou sociedade (em Foucault, “o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função

consumidores de imagens se encontram no esquema elaborado por Baitello Junior, exatamente na posição “sentado”.

³⁸ Para melhor compreender a existência material dos discursos é necessário distingui-los das enunciações. Essas ocorrem todas as vezes que alguém emite um conjunto de signos, sendo, portanto, singular, ou seja, não pode ser repetida; sempre se tratará de uma outra enunciação. Por outro lado, um enunciado pode ser repetido, mesmo por pessoas diferentes, em tempos e espaços distintos, podendo ainda se tratar de duas enunciações distintas de um mesmo enunciado. Machado esclarece que a materialidade repetível do enunciado é de ordem institucional, sendo que, uma frase dita no cotidiano, ou escrita em um romance, ou contida nos textos constitucionais ou como parte das liturgias, não constitui um mesmo enunciado, “sua identidade depende de sua localização em um campo institucional. A instituição constitui a materialidade do que é dito e, por isso, não pode ser ignorada pela análise arqueológica” (MACHADO, 2006, p. 152). O exemplo clássico de Foucault é o da sequência de letras do teclado ASDFG, que não são uma palavra, nem frase, mas, quando aparecem nos manuais de digitação ou datilografia são exemplos de um enunciado (Conferir Deleuze, 2005, p.14). O próprio enunciado é um acontecimento, e a análise do campo discursivos, ou dos acontecimentos discursivos não busca fazer aparecer um outro discurso, ou algo que possa estar nas entrelinhas, mas de compreender os enunciados em suas singularidades, determinar as condições de possibilidades de seu surgimento, a quais outros se liga, quais outros enunciados exclui, ou, fazer um jogo dos aparecimentos e dispersões (FOUCAULT, 2008).

³⁹ A título de exemplo, em meados de 2015 foi realizado no *Collège de France* (Paris) um seminário intitulado *Michel Foucault et la peinture*, ministrado por Catherine Soussloff, no qual a palestrante destacou que ainda há muito a explorar sobre as imagens na obra do filósofo francês (Nesse seminário o autor da tese teve a oportunidade de participar). (Disponível em: <<http://www.college-de-france.fr/site/john-scheid/guestlecturer-2015-05-12-14h30.htm>>. Acesso 25 dez. 2015).

derivada da visibilidade⁴⁰). As visibilidades são, para ele, “formas de luminosidade, criadas pela própria luz e que deixam as coisas e os objetos subsistirem apenas como relâmpagos, reverberações, cintilações”. Essas podem até mesmo permanecer invisíveis enquanto forem buscadas nos objetos, nas coisas ou naquilo que é sensível, pois só podem tornar-se visíveis quando alcançamos as condições que tornaram possível ver e fazer ver em cada formação histórica. Por exemplo, Foucault não se preocupou com os hospitais ou prisões como tais, mas porque esses são, antes, “lugares de visibilidade dispersos numa forma de exterioridade, remetendo a uma função extrínseca, a de isolar, a de enquadrar...”, sendo então que as visibilidades não se definem pela visão, mas por outros complexos que trazem a luz (DELEUZE, 2005, p.62, 69).

Embora sempre em relação, as duas formas, o visível e o dizível, não se confundem e não podem se conter uma à outra; o enunciado nunca conterá o visível e o visível nunca conterá o enunciado, mas pode haver um não-lugar (DELEUZE, 2005) ou entre-lugar (FRANÇA, 2005), quando um nega a outro. Foucault conseguiu demonstrar, analisando a obra de René Magritte, essa possibilidade do entre-lugar ou não-lugar, pois o pintor mostra o que não se pode dizer e diz aquilo que não se pode mostrar, fazendo das imagens uma constituição mais do que o real. No texto *Isto não é um cachimbo*, Foucault expressa que, ligados à moldura, texto e desenho se tornam cúmplices pelo poder de enunciação das palavras, ou pelo poder ilustrativo do desenho, pois estão ligados por sua semelhança aparente. Ambos vieram de outro lugar, que não o quadro, ambos possuem potências de ser igualmente verdade, mas Magritte lança um contra o outro (FOUCAULT, 1988), quando “dissociou a semelhança da similitude e joga essa contra aquela”⁴¹.

Como ponderou Rodrigo Orellana, Foucault revelou na pintura de Magritte que o enunciado – *Isto não é um cachimbo* – subtrai, pelo menos por alguns instantes, a nomeação e a própria imagem das palavras. Então: “Se seguimos o sentido do discurso, o poder representativo da imagem é negado (a palavra nega a figura) e, se, pelo contrário, seguimos o sentido da imagem o que é evidenciado é a falsidade do enunciado (a figura verdadeira valida o erro da palavra)”. O que Magritte faz é valer-se do vazio que opera no embaralhamento entre as

⁴⁰ Deleuze (1996, p. 66).

⁴¹ Foucault explica: “Enquanto que a semelhança tem um ‘padrão’: elemento original que ordena e hierarquiza a partir de si todas as cópias, cada vez mais fracas, que podem ser tiradas. Assemelhar significa uma referência primeira que prescreve e classifica. O similar se desenvolve em séries que não têm nem começo nem fim, que é possível percorrer num sentido ou em outro, que não obedecem nenhuma hierarquia, mas se propagam de pequenas diferenças em pequenas diferenças. A semelhança serve à representação, que reina sobre ela; a similitude serve à repetição, que corre através dela. A semelhança se ordena segundo o modelo que está encarregada de acompanhar e de fazer reconhecer; a similitude faz circular o simulacro como relação indefinida e reversível do similar ao similar” (FOUCAULT, 1988, p. 60–61).

palavras e as imagens, na desautorização de uma sobre a outra, criando um universo próprio, em que por baixo não há nada; apenas na superfície há a representação, que se comunica através desse vazio, fazendo com que uma certa ausência possa surgir no quadro (ORELLANA, 2014, p. 25).

Em outra reflexão, no livro *As palavras e as coisas*, Foucault mostrou que existe uma relação infinita entre a imagem (visível) e a palavra (linguagem), não por alguma imperfeição ou déficit de qualquer uma das formas em relação à outra, mas, “[...] por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem [...]” (FOUCAULT, 1999a, p. 11). Ambos, visível e enunciado, estão sempre em relação, produzindo coisas. Para o caso da prisão, que é uma estratégia de visibilidade, Deleuze (1996, p.75) destacou que a própria forma de visibilidade prisão renova os enunciados da delinquência, com a possibilidade desses enunciados engendrarem visibilidades que reforçariam a prisão: “São os enunciados e as visibilidades que se atacam diretamente como lutadores, se combatem e se capturam, constituindo a cada vez a ‘verdade’”.

Deleuze (1996, p.59-60, 76) chama a atenção para o fato de que na obra de Foucault, quando trata dos estratos ou formações históricas, sempre houve um primado do enunciável sobre o visível, ou as formações discursivas sobre as formações não-discursivas. Mas primado não quer dizer redução: “o enunciado só tem primado porque o visível tem suas próprias leis e uma autonomia que o põe em uma relação com o dominante [...]. Em Foucault, os locais de visibilidade não terão jamais o mesmo ritmo, a mesma história, a mesma forma que os campos de enunciados”, e completa: “[...] o enunciado só tem primazia graças à espontaneidade de sua condição (linguagem), que lhe dá uma forma determinante. O visível, por sua vez, graças à receptividade da sua (luz), tem apenas a forma do determinável”. Extrai-se disso que, em Foucault, existe a sugestão de “fazer germinar e proliferar os enunciados, em virtude de sua espontaneidade, de tal modo que eles exerçam sobre o visível uma determinação infinita”, pois são os enunciados que fazem ver, mesmo que fazendo ver algo diferente do que dizem.

O resultado dessa luta entre o visível e o enunciado são os saberes, que Foucault, com a sua epistemologia, e não uma fenomenologia, revela: “não há nada antes do saber, porque o saber define-se por suas combinações do visível e do enunciável próprias para cada estrato, para cada formação histórica” (DELEUZE, 1996, p.60). O saber seria então um tipo de agenciamento prático ou um dispositivo tanto de enunciados quanto de visibilidades, inseparável de suas condições de possibilidades de existência. O saber não está, então, separado

das experiências perceptivas, dos valores do imaginário, nem das opiniões, mas ele não é a ciência e nem a literatura ou outras formas de conhecimento, mas existe das relações entre as diferentes práticas que constituem cada estrato ou formações históricas. E é por meio da *Arqueologia do saber* que Foucault se propõe a captar as regras que estruturam o dizer, o saber e o fazer em cada estrato ou formação histórica⁴².

Para Orellana (2014, p. 33), Foucault tinha certa paixão pelas visibilidades, talvez por buscar “[...] minar o regime de visibilidade através de uma escrita que multiplica as afirmações diferentes e intensifica a experiência visual [...]”, como uma forma específica de fazer resistência. Orellana continua: “[...] a imagem adquiriria um novo poder que a conduziria a combinar-se com o texto e que se materializa em uma modalidade de escritura visual, cuja tela de fundo equivaleria a um *ethos* crítico e a uma prática da liberdade”. Esse seria, para o intérprete, a saída que a obra de Foucault parecia buscar a fim de escapar desse regime de visibilidade opressora que ele mesmo bem delineara.

Também nas análises mais específicas sobre os discursos, sua preocupação principal era descobrir os mecanismos de construção e, especialmente, compreender como esses se constituem em dispositivos de poder. Para Foucault:

O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso – a psicanálise mostrou-o –, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque – e isso a história desde sempre o ensinou – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos (FOUCAULT, 2004 [1970], p.3).

Entendendo os discursos como sendo ferramenta e ao mesmo tempo o objeto pelo qual se luta, Foucault identificou que em todas as sociedades os discursos eram controlados, selecionados e classificados, com a finalidade de exorcizar-lhes o poder e a força. Em outras palavras, pelos discursos era possível a construção de sistemas de separação entre aqueles possuidores da verdade, que causam respeito e/ou terror, e os demais. Segundo o filósofo, essa partilha ao longo da história, entre os discursos de verdade e os demais, fora motivada pela vontade de verdade, ou vontade de saber. Nessa constituição, as bibliotecas, os livros, as editorações, as escolas, etc., foram alguns dos meios utilizados para apoiar a institucionalização

⁴² Na análise do quadro de D. Velázquez (*Las meninas*), em *As palavras e as coisas* Foucault encontra algo como um modo de olhar o mundo, onde a pintura tenta justamente ocultar o seu sentido, fazendo cruzar olhares, descentrar o centro, ocultando o motivo, criando pontos de entrada e fuga da luz, etc. A pintura converte-se, pelas penas e palavras de Foucault, “no rastro de um *regime epistêmico*” (ORELLANA, 2014, p. 9).

das “verdades”, que possibilitavam a determinados tipos de saberes serem dispostos e valorizados nas sociedades e, conseqüentemente, constrangerem as demais formas de conhecimento ou de verdades (FOUCAULT, 2004). Como apontou Weizenmann (2013, p.83), Foucault estava sinalizando para as vinculações que ocorrem entre “o saber que orienta as práticas institucionais e o poder que as perfila”, pois, como expressou Francisco de Souza (2011), é no interior das instituições que as práticas disciplinares operam.

Embora a ênfase na questão do poder, Foucault (2014 [1979], p.99) não estava preocupado com uma teoria do poder – especialmente por considerar que não era nem possível fazê-la, pois entendia que o poder depende das relações que se produzem entre os sujeitos –, mas no entendimento das mecânicas que o permitem. Ele criticou as interpretações do poder que viam-no apenas como formas de repressão da natureza, dos instintos e dos indivíduos; para ele, era fundamental questionar:

[...] de que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos? [...] que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos?. [...] Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade (FOUCAULT, 2014, p.99).

Ele entendia que estamos constantemente em busca da verdade, pois essa fornece algumas recompensas, ao mesmo tempo em que nos submete, tornando-se ela mesma em lei; é por meio dos discursos da verdade que são decididos, transmitidos e reproduzidos, pelo menos em parte, os efeitos do poder (FOUCAULT, 2014). Nesse sentido, as verdades aceitas são produtos sociais e institucionais, operados a partir de um certo regime de práticas que formam um dispositivo de saber-poder, que não existe no real, fora dessa partilha entre verdadeiro e falso (VEYNE, 2010), ou como expressou Deleuze (2005, p.72): “a verdade é inseparável do processo que a estabelece”, mas não há verdade, e sim “jogos de verdade”. Entendendo o poder dessa forma, Foucault direcionou seu programa de pesquisas para encontrar os mecanismos que fazem funcionar o poder nesse jogo de produção de verdades, revelando, especialmente por meio da arqueologia do saber, as inter-relações discursivas e as interações com as instituições, demonstrando como os saberes aparecem e se transformam, e com eles as próprias instituições (WEIZENMANN, 2013). Ele fez isso ao se afastar de diversas concepções de poder, conforme citação abaixo:

Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses. Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa tornar-se sábio. Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1999b, p. 31).

No entanto, cabe ressaltar que Foucault (2015) não entendia o poder como algo que pode ser controlado ou que seja englobante. Para ele, o poder está em todos os lugares, em todas as relações, e as instituições que asseguram a sujeição (como o Estado, as escolas, as prisões, e as outras formas institucionais de dominação que se tornam regras, etc.), são apenas pontos terminais. Ele pondera: “parece que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização [...], poder é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2015, p. 100–101). Parafraseando Francisco de Souza (2011, p.203-204):

Nas democracias, o poder se volta para o direito de vida, enquanto biopoder. Trata-se de mudar a qualidade da vida, de tirar proveito das energias vitais, de ampliar as capacidades da vida para dar aos indivíduos uma utilidade social. [...] Não se trata de ampliar o poder do governo por meio da eliminação física do súdito. Trata-se agora da ampliação do poder pela via da ampliação da capacidade produtiva dos indivíduos. O poder no mundo moderno é um poder que pretende dizer às pessoas como elas devem viver suas vidas e pretende oferecer a elas os meios através dos quais essa vida é possível e desejável (FRANCISCO DE SOUZA, 2011, p.203-204)

A passagem do poder soberano para o poder disciplinar e para o biopoder seria uma das principais constatações da obra de Foucault com consequências nas análises da atualidade. Um poder que não podia ser apreendido em sua negatividade e finalidade repressiva, mas sempre pela sua positividade e capacidade de estimular a produzir, estando sempre a sugerir como se deve conduzir a vida. Por isso que a lei e o regime jurídico recebem outra atenção de Foucault, que não a de primazia, pois, na analítica do poder disciplinar é a norma e o regulamento que se tornam as táticas e estratégias do exercício do poder, já que “a norma faz com que o direito se dobre sobre si mesmo na medida em que promove a difusão da atividade de julgar no conjunto de sociedade. A lei passou a funcionar num contínuo de aparelhos cujas

funções são reguladoras” (FRANCISCO DE SOUZA, 2011, p. 202). Ou, nas palavras do próprio Foucault (1985d⁴³, p. 284 *apud* FRANCISCO DE SOUZA, 2011, p.202), “a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige e deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas”. Nessa analítica, o filósofo mostra como ocorre a passagem da regra facultativa para a norma de comportamento, tornando-se essas mesmas procedimentos de governo⁴⁴. Foi primeiramente com a *Arqueologia do saber* que Foucault fez suas incursões para revelar as regras de formação dos discursos, e como esses se constituem em mecanismos de poder, conforme veremos na parte metodológica desse texto.

Retomaremos essa parte teórica nos resultados, apresentando empiricamente alguns indícios dos processos de institucionalização da pecuária bovina na Amazônia a partir das imagens e dos discursos que foram paulatinamente sendo produzidos e postos em circulação, sempre com essa conotação positiva e estimulante. No próximo item serão apresentados os últimos elementos teóricos que permitirão melhor compreendermos o processo ambíguo que aqui chamamos de institucionalização da pecuária bovina, à luz de outros autores e abordagens, que têm em comum pensar tanto a resistência quanto as práticas de controle do Estado não a partir de um centro-periferia ou da opressão, mas de estratégias que podem ser aplicadas em todas as direções, fundamentadas nos conceitos de “máquinas de guerra” (Deleuze e Guattari; Pierre Clastres) e “margens do Estado” (Veena Das e Débora Poole).

2.4 MÁQUINAS DE GUERRA E MARGENS DO ESTADO

Nesse item faremos uma incursão breve acerca desses dois conceitos/noções do tópico, lançando bases para as discussões que serão apresentadas adiante. Esses foram “encontrados” durante o processo de análise dos resultados, no último ano de elaboração da tese, cada um atendendo àquilo que os arquivos e trabalhos de campo iam revelando. O encontro com o termo “máquina de guerra”, de Deleuze e Guattari, ocorreu consoante à leitura de textos sobre a história da pecuária no Pará, quando encontrei alguns documentos que apontavam para a “fuga” de criadores desde o Nordeste brasileiro em direção ao Centro e Norte do país, chegando até a região dos rios Araguaia, Xingu e Tocantins, notadamente no trabalho de Vânia Vaz (2013),

⁴³ FOUCAULT. M. A governamentalidade. In: Foucault, M. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal 1985d.

⁴⁴ Já tratamos anteriormente, no tópico sobre dispositivos, que Foucault mostrou como, entre os atenienses, houve uma passagem de uma regra facultativa para uma norma de comportamento, quando o “cuidado de si” torna-se uma condição para governar também aos outros.

que retoma fontes historiográficas e autores clássicos do pensamento social brasileiro identificando os “sertanejos de cultura pastoril”.

Apesar de nenhum dos historiadores proporem a definição de “máquina de guerra” para o caso da pecuária que se deslocou desde o Nordeste, parece pertinente por permitir ver naquela pecuária, dita de subsistência, uma interessante estratégia de luta e resistência. Não que seja a mesma categoria de nômades de que falam os filósofos, mas é que o funcionamento dessa pode ser analisado de outra forma, não como economia atrasada e isolada. Como veremos, a pecuária itinerante que fugiu do Nordeste, escapando de um sistema hegemônico da exploração açucareira guarda alguma similaridade com a constituição de uma máquina de guerra de que trataram Deleuze e Guattari (1997).

A partir disso, e continuando as análises sobre as imagens e os discursos que foram sendo produzidos sobre a Amazônia, sobre o Pará, sobre a pecuária bovina, sobre os pecuaristas e sobre os grupos indígenas, percebemos a constituição de discursos e imagens que tendiam a deslegitimar gradualmente certos territórios, populações e costumes abrindo o caminho para intervenções transformadoras, a começar por essa pecuária em movimento que saiu do Nordeste. Foi então que a leitura de algumas etnografias sobre a constituição de territórios e populações como “margens do estado” veio a propiciar um terreno fértil para a discussão do modo pelo qual funcionam os processos de legitimação e deslegitimação de populações, atividades, formas de fazer específicas, etc., em detrimento a outras que competem para ocupar as posições. Dessa forma, faremos um encaminhamento gradual atentando para aspectos de distribuição temporal e espacial desses conceitos para o nosso objeto de estudos, começando pela ideia de “máquina de guerra”.

Como bem explicado por Deleuze e Guattari, foi pensando nos pecuaristas nômades e baseando-se na tese do antropólogo Pierre Clastres sobre os ameríndios (CLASTRES, 1979), que eles desenvolveram o conceito de “máquina de guerra”. Assim se expressaram os filósofos:

Não surpreende, pois, que a máquina de guerra seja a invenção dos nômades pecuaristas: a pecuária e o adestramento não se confundem nem com a caça primitiva, nem com a domesticação sedentária, mas são precisamente a descoberta de um sistema projetor e projétil. Ao invés de operar por uma violência a cada golpe, ou então de constituir uma violência ‘de uma vez por todas’, a máquina de guerra, com a pecuária e o adestramento, instaura toda uma economia da violência, isto é, um meio de torná-la duradoura e até ilimitada. ‘A efusão de sangue, o abate imediato são contrários ao uso ilimitado da violência, isto é, de sua economia’ (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 63).

Para os filósofos franceses, uma das características da máquina de guerra é o tipo de manejo dos sistemas de defesa e de ataque, que são, também, um conjunto de estratégias de

ação e de reação. Nisso, entendem que há diferenças entre armas e ferramentas, pois as “armas têm uma relação privilegiada com a projeção. Tudo o que lança ou é lançado é em princípio uma arma, e o propulsor é seu momento essencial”. Já a ferramenta, “seria muito mais introceptiva, introjetiva: ela prepara uma matéria à distância para trazê-la a um estado de equilíbrio ou adequá-la a uma forma de inferioridade”; uma é mais de defesa e revide, a outra de enfrentamento da resistência. A máquina de guerra nômade, por valer-se da velocidade, possui os dois sistemas: “a um só tempo um revide e uma resistência”, sendo, concomitantemente, projetor e projétil. Além disso, o “aprender a desfazer, e a desfazer-se, é próprio da máquina de guerra: o ‘não-fazer’ do guerreiro, desfazer o sujeito” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 62, 68, 71).

Esse conjunto de características, segundo Deleuze e Guattari, proporciona aos nômades a capacidade de lutar contra forças de capturas, especialmente por usarem a seu favor a velocidade, seja para seguir o fluxo das matérias e recursos, para lutar, para combater ou para proteger-se pelos deslocamentos, pela fuga, pelo uso da força dos animais e pelo uso dos metais, com a condição de permanente desterritorialização, já que são “matéria em movimento” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 86). Mas, apesar de velocidade e movimento serem características determinantes das estratégias nômades, nem todos os que se deslocam praticam o mesmo tipo de movimento, gerando diferentes conceitos. Deleuze e Guattari explicam:

Seguir o fluxo de matéria é itinerar, é ambular. É a intuição em ato. Certamente, há itinerâncias segundas onde se prospecta e se segue, já não um fluxo de matéria, mas, por exemplo, um mercado. Todavia, é sempre um fluxo que se segue, ainda que esse fluxo não seja mais o da matéria. E, sobretudo, há itinerâncias secundárias: neste caso, são as que decorrem de uma outra "condição", mesmo se dela decorrem necessariamente. Por exemplo, um *transumante*, seja agricultor, seja pecuarista, muda de terra segundo o empobrecimento desta ou segundo as estações; mas ele só segue um fluxo terrestre secundariamente, já que, primeiramente, opera uma rotação destinada desde o início a fazê-lo retornar ao ponto que deixou, quando a floresta estiver reconstituída, a terra descansada, a estação modificada. O *transumante* não segue um fluxo, traça um circuito, e, de um fluxo, ele segue apenas aquilo que passa dentro do circuito, mesmo que este seja cada vez mais amplo. O transumante só é itinerante, portanto, por via de consequência, ou só se torna tal quando todo seu circuito de terras ou de pastagens está esgotado, e quando a rotação está a tal ponto ampliada que os fluxos escapam ao circuito. O próprio comerciante é um transumante, pois os fluxos mercantis estão subordinados à rotação de um ponto de partida e de um ponto de chegada (ir, vir, importar-exportar, comprar-vender). Sejam quais forem as implicações recíprocas, há grandes diferenças entre um fluxo e um circuito. O *migrante*, nós o vimos, é ainda outra coisa⁴⁵. E o *nômade* não se define inicialmente como *transumante* nem como *migrante* ainda que o seja por via de consequência. A

⁴⁵ “O nômade não é de modo algum o migrante, pois o migrante vai principalmente de um ponto a outro, ainda que este outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado. Mas o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para ele alternâncias num trajeto. Os nômades e os migrantes podem se misturar de muitas maneiras, ou formar um conjunto comum; não deixam, contudo, de ter causas e condições muito diferentes” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.42).

determinação primária do nômade, com efeito, é que ele ocupa e mantém um espaço liso: é sob este aspecto que é determinado como nômade (essência). Só será por sua vez transumante, itinerante, em virtude das exigências impostas pelos espaços lisos. Em suma, sejam quais forem as misturas de fato entre nomadismo, itinerância e transumância, o conceito primário não é o mesmo nos três casos (espaço liso, matéria-fluxo, rotação). Ora, é somente a partir do conceito distinto que se pode julgar a mistura, quando ela se produz, e a forma sob a qual se produz, e a ordem na qual se produz (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.79-80, grifos no original).

A distinção entre uns e outros é relevante, sendo que cada vez e em lugares diferentes podem surgir as mais diversas composições e formações que afetam a própria conceituação de máquinas de guerra que, por fim, são, antes de mais nada, estratégias de ataque e revide, ou se preferir, de combate e defesa, mas que não têm a guerra por objetivo⁴⁶. Seu objeto é o “espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga”, e a máquina de guerra é um agenciamento construído sobre linhas de fuga⁴⁷ (ZOURABICHVILI, 2004, p. 33) que combate a formação do Estado. Em resumo, a potência desse conceito, para essa tese, está em mostrar o desenvolvimento de estratégias que não parecem ser, *a priori*, naquilo que resultam. Sempre se atribuiu aos nômades (e isso inclui os dos desertos, das florestas, das águas, etc.) ora a condição de fragilidade, vulnerabilidade e atraso, ora o uso extremado da violência, do roubo, rapto e outros (des)qualificativos. O que Deleuze e Guattari, juntamente com Clastres, conseguem mostrar é a maneira muito original como os nômades podem desenvolver um conjunto de estratégias de conjurar a formação do Estado entre eles, e ainda combatem outros Estados (ou formas-Estado), conforme enunciado: “a máquina de guerra tem por inimigo o Estado, a cidade, o fenômeno estatal e urbano, e assume como objetivo aniquilá-los” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.87).

Mas seus movimentos sempre produzem efeitos ambíguos, pois, ao mesmo tempo em que essa “matéria em movimento” ocupa sem permanecer os espaços lisos, abre o caminho para os Estados estriarem esses mesmos espaços para a sedentarização; e então, suas forças ou suas estratégias são utilizadas contra eles mesmos. Pode acontecer que “quando o Estado se apropria da máquina de guerra, esta muda evidentemente de natureza e de função, visto que é dirigida então contra os nômades e todos os destruidores de Estado” ou passa a ser utilizada para destruir ou impor seus fins a outros Estados. Essa captura da máquina de guerra pelo

⁴⁶ Isso é decisivo para entender a expressão utilizada, “dado que a guerra (com ou sem batalha) propõe-se o aniquilamento ou a capitulação de forças inimigas, a máquina de guerra não tem necessariamente por objeto a guerra [...] Se a guerra decorre necessariamente da máquina de guerra, é porque esta se choca contra os Estados e as cidades, bem como contra as forças (de estriagem) que se opõem ao objeto positivo; por conseguinte, a máquina de guerra tem por inimigo o Estado, a cidade, o fenômeno estatal e urbano, e assume como objetivo aniquilá-los. É aí que ela se torna guerra: aniquilar as forças do Estado, destruir a forma-Estado” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 87).

⁴⁷ Para melhor entendimento sobre os termos “agenciamentos”, “linhas de fuga” e “máquina de guerra” pode-se consultar o texto *O vocabulário de Gilles Deleuze* (ZOURABICHVILI, 2004).

Estado ocorre, segundo Deleuze e Guattari, enquistando “uma sociedade de guerreiros (provenientes de fora ou saídos de dentro), ou então, ao contrário, constituí-la segundo regras que correspondem à sociedade civil como um todo”. Isso pode ser feito pela territorialização, atribuindo terra aos nômades ou colônias em suas mais variadas formas, com regimes fiscais e tributários, etc., de forma que “cada vez que um Estado se apropria da máquina de guerra, tende a aproximar a educação do cidadão, a formação do trabalhador, o aprendizado do soldado” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.67, 88).

Mas as capturas nunca são permanentes, embora inevitáveis, havendo sempre a possibilidade de reconstituição ou de renascimento das máquinas de guerra em outros lugares, a partir de outros agrupamentos:

Sem dúvida, o aparelho de Estado tende a uniformizar os regimes, disciplinando seus exércitos, fazendo do trabalho uma unidade de base, isto é, impondo seus próprios traços. Mas não está descartado que as armas e as ferramentas entrem ainda em outras relações de aliança, se são tomadas em novos agenciamentos de metamorfose. Ocorre ao homem de guerra formar alianças camponesas ou operárias, mas, sobretudo, ocorre ao trabalhador, operário ou camponês, reinventar uma máquina de guerra. Os camponeses deram uma importante contribuição à história da artilharia durante as guerras hussitas, quando Zisca arma com canhões portáteis as fortalezas móveis feitas de carros de boi. Uma afinidade operário-soldado, arma-ferramenta, sentimento-afeto, marca o bom momento das revoluções e das guerras populares, mesmo fugidio. Há um gosto esquizofrênico pela ferramenta, que a faz passar do trabalho à ação livre, um gosto esquizofrênico pela arma, que a transforma num meio de paz, de obter a paz (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 71).

Voltando ao nosso tema, veremos mais adiante algumas similaridades entre o conceito de máquina de guerra e a pecuária itinerante que “fugiu” do Nordeste no século 17 e 18, e como ela foi transformada em outra coisa a partir de múltiplos dispositivos de controle e assujeitamento. Tendo como principais táticas a produção de imagens e discursos que deslegitimavam as populações e os territórios, os pecuaristas vindos dos Nordeste vieram à visibilidade como estando às margens do estado, o que justificava as ações ambíguas de controle de circulações, estímulos à produtividade e a negação dos sistemas de criação considerados improdutivos, praticado por pecuaristas não completamente civilizados. E assim, a noção de margens do Estado parece fundamental.

Para essa noção tomamos como referência as ideias de Veena Das e Deborah Poole (2008), em obra coletiva. Nessa, as autoras propõem uma antropologia do Estado a partir de uma série de etnografias que têm em comum a reflexão sobre as práticas, linguagens e lugares que são caracterizados como as margens do Estado, sendo que “a margem é o lugar a partir do qual (é possível) entender o Estado’ e é também o lugar de reconfiguração do Estado – pois, ‘as

margens não são inertes” (DAS, 2012, p. 337). As etnografias naquela coletânea rejeitam a imagem mais convencional de que o Estado tende a se enfraquecer ou a se desestruturar em suas margens territoriais ou sociais, onde pretensamente não seria possível instalar a ordem, e mostram, ao contrário, que as práticas e políticas investidas nas margens moldam as práticas de regulação e disciplinamento daquilo que chamamos de “o Estado” (DAS; POOLE, 2008, p.19). Assim, o Estado precisa das margens para se fazer e se refazer⁴⁸, tanto quanto a regra precisa da exceção; há uma relação estreita entre a violência e a função reguladora do Estado⁴⁹, sendo que as margens do estado são “[...] *localizados en terrenos del lenguaje y la práctica [...] simultáneamente sitios en donde la naturaleza puede ser imaginada como salvaje y descontrolada y donde el estado está constantemente redefiniendo sus modos de gobernar y de legislar*” (DAS; POOLE, 2008, p.24).

São os discursos e outras práticas investidas sobre as margens, apresentados como territórios e populações onde se exerce pouco controle e que se justificam os usos da violência, que o Estado pode constituir práticas de governo que se espraiam para além daquilo que passa a ser considerado como margens. Embora as análises não se limitem ou sejam separadas em eixos, os trabalhos naquela coletânea apontam três enfoques para pensar as margens em relação ao Estado: o primeiro privilegia “la idea de margen como periferia em donde están contenidas aquellas personas que se consideran insuficientemente socializadas en los marcos de la ley”, particularmente grupos indígenas e outros considerados como “pouco civilizados”. Com essa produção, o Estado, por meio de seus agentes, pode atuar para transformar os sujeitos que estão fora da lei, colocando-os dentro da lei. O segundo enfoque gira em torno das noções de “legibilidad e ilegibilidad”, tendo em vista que “la mayor parte del estado moderno está construido a partir de prácticas escritas. Reconocemos que las prácticas de relevamiento documental y estadístico del estado están al servicio de la consolidación del control estatal sobre los sujetos, las poblaciones, los territorios y las vidas”. E o terceiro enfoque propõe pensar a margem “como el espacio entre los cuerpos, la ley y la disciplina. Después de todo, el poder soberano ejercido por el estado no es ejercido sólo sobre el territorio sino que también es ejercido sobre los cuerpos. De hecho, uno puede sostener que la producción de un cuerpo

⁴⁸ Retomando os estudos de Max Weber, Kant e Hegel, as autoras propõem: “En esta visión de vida política, el estado es concebido como un proyecto siempre incompleto que debe ser constantemente enunciado e imaginado, invocando lo salvaje, lo vacío y el caos que no sólo yace por fuera de los límites de su jurisdicción, sino que además es una amenaza desde dentro” (DAS; POOLE, 2008, p.23).

⁴⁹ No Brasil, a noção de margens do Estado tem fecundado muitos trabalhos especialmente no campo da antropologia urbana, por exemplo: para discutir as situações de conflito como nas ocupações urbanas pelos sem-teto de áreas “abandonadas” (MIAGUSKO, 2014); para estudar a ação coletiva em comunidades periféricas de grandes cidades em luta contra a violência do Estado (FELTRAN, 2010); ou para analisar a forma como os discursos e práticas de direitos humanos são produzidas para e com as margens (LEMÕES, 2015).

biopolítico es la actividad originaria del poder soberano”. Assim, leis, disciplinas e corpos conformam formas de gestão da vida, nesse caso, formas específicas de ocupar as margens (DAS; POOLE, 2008, p. 24–25).

Não se trata, em nosso caso, de aprofundar uma investigação sobre a constituição do Estado – ou ocupação das margens ou das brechas das margens pelo Estado ou por sujeitos – a partir de uma etnografia de suas práticas e linguagens específicas como fizeram e propõem o conjunto de autores. A potência dessas investigações para a nossa tese está em possibilitar avançar na compreensão da forma como são legitimadas através de imagens e discursos e por meio de algumas práticas de gestão as transformações naqueles espaços e populações que são tratados como margens. Quer dizer, antes de propor a transformação, integração e legitimar o uso da violência na Amazônia, múltiplos dispositivos de linguagens e práticas foram investidos para justificar tais ações, e, constituir enquanto espaços marginais parece ter sido a principal estratégia. Dito em outras palavras: esse arcabouço, mesmo se utilizarmos apenas alguns elementos, deve possibilitar entender como as imagens e os discursos produzidos sobre a Amazônia, sobre as populações nativas e aqueles outros “sertanejos de cultura pastoril”, suas práticas (agrícolas ou não) puderam servir como campos das mais severas transformações que o Estado empreendeu no século 20, justificada principalmente por um tipo peculiar de racionalidade produtiva, que aqui é operado pelo que chamamos de dispositivo de eficiência.

De outra parte, em termos teóricos, o uso do conceito de margens deve permitir escapar de três noções que hegemonicamente foram utilizadas para pensar territórios e populações da Amazônia: “frentes”, “fronteira” e “periferia” (sempre em referência a um centro), que não são capazes de explicar completamente as dinâmicas e entrelaçamentos que ocorrem na contemporaneidade. As margens se movem, tanto no interior quanto na exterioridade do que se pode considerar como centro ou periferia do estado, e não precisam de um referente concreto. Como dito acima, o encontro com essa noção mais específica e com a obra dessas autoras se deu durante a análise dos documentos que tratam da pecuária bovina praticada nos séculos 19 e 20, mas esse encontro não foi casual, pois trata-se de uma abordagem que bebeu muito da fonte de Foucault (e de Agamben), mas, pelo denso trabalho etnográfico, tem permitido ir além das categorias propostas por esses filósofos ao dispor diferentes histórias particulares de formas de sociabilidades onde desejos, esperanças, medos, estratégias e resistências configuram experiências singulares do exercício do poder nas margens.

Em nossa pesquisa, o uso desses conceitos simultaneamente, desde uma perspectiva da história recente, deve permitir interpretar por outro ângulo a pecuária que saiu do Nordeste e

depois chegou ao Pará e à nossa área de estudos, entendendo esses movimentos como parte de estratégias de luta contra os controles das formas de governo, sendo possível serem pensados como a máquina de guerra, e, por outro lado, mostrar como ocorreram os processos mais sutis de captura utilizando as imagens, os discursos e outras práticas como principais dispositivos para produzir alguns tipos de populações, práticas e territórios como margens do estado, carentes de intervenção que precisam urgentemente ser transformados.

3 COMO FOI FEITA A PESQUISA

O arcabouço conceitual-metodológico dessa pesquisa desenha-se a partir da construção de um *corpus* com diferentes materiais e técnicas de pesquisa – observação participante, entrevistas, análise de filmes, fotografias, textos impressos, documentos manuscritos e textos digitais – a fim de acessar detalhes que não seriam percebidos por meio de fontes menos variadas, além de possibilitarem uma tessitura analítica mais ampla e polifônica. Seguindo uma reflexão já convencional em estudos dessa natureza, Bauer e Aarts (2002) propõem a expressão *corpus* quando a totalidade de fontes for composta por textos, imagens e entrevistas, sendo que a construção do *corpus* é feita primeiro pela seleção preliminar dos materiais, seguida da análise da diversidade e ampliação até que não se descubra mais variabilidade. No caso dessa tese, uma limitação foi o fato da abrangência espacial e temporal tornar impossível, mas felizmente desnecessária, abranger toda a variabilidade. O objetivo é muito menos de esgotar as possíveis imagens e discursos e muito mais mostrar como participam no processo de institucionalização da pecuária; é mostrar que além de sua dispersão nos diferentes suportes, no tempo e no espaço ou em relação aos grupos envolvidos, há elementos transversais que permitem certa regularidade que não são sinônimos de continuidades, mas sim de funcionamentos, aproximando-nos da *Arqueologia do saber* proposta por Foucault, mas sem perder de vista outras abordagens antropológicas, conforme apresentaremos nesse capítulo.

3.1

3.2 FORMAÇÃO DE UM CORPUS DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR: TEMPOS, ESPAÇOS, COISAS E GENTES

Antes de avançar sobre a formação do *corpus* da pesquisa é bom ressaltar algumas dificuldades inerentes à amplitude espacial e temporal da pesquisa, que não foram definidas *a priori*, impondo algumas interrogações sobre os limites da pesquisa historiográfica e antropológica: como delimitar o objeto de estudos quando se pesquisa muitos grupos, a partir de diferentes formas de expressões orais, escritas e visuais, abrangendo também fluxos que percorrem em diferentes escalas espaciais ao longo de um período muito amplo? Embora construindo uma fundamentação à base das leituras de Veblen, Foucault e Deleuze, que possuem abordagens bem articuladas com a história, cada um à sua maneira, e considerando a pretensão de utilizar o aporte da Arqueologia do saber, a dificuldade persistia tendo em vista

que a pesquisa incluía dados de arquivos e uma expressiva quantidade de entrevistas e observação participante, que os referenciais desses autores não permitem avançar muito.

A essas dificuldades somou-se a falta de formação acadêmica formal em qualquer dessas competências mais específicas, da história e da antropologia. Obviamente que o enfrentamento dessas questões consumiu muita energia na busca por leituras que pudessem oxigenar as reflexões, mas em nenhum momento há a pretensão de assumir uma posição (legitimada) no campo da história, da antropologia ou mesmo da agronomia. Por mais de um ano essas questões metodológicas e também conceituais perturbaram bastante. Seja ao mexer nos arquivos recentes ou antigos, ao realizar os trabalhos de campo ou ainda vendo a circulação de muitos “arquivos” na internet, na televisão, nos jornais, e em outras mídias, a barreira que parecia separar muito bem aquilo que era arquivo daquilo que é atual estava se esvanecendo, da mesma forma que ofuscava as distinções entre os fluxos do local e do não-local, impedindo a delimitação mais sistemática de um contexto, mesmo que geográfico.

A constatação de que as mídias mobilizam frequentemente imagens fotográficas ou fílmicas e métricas antigas, remetendo também a lugares Outros, seja para alertar sobre o futuro, seja para louvar o “progresso” ou apenas para marcar espaços de memória, e sabendo que essas provocavam agenciamentos nas decisões sobre a pecuária na Amazônia (no Pará, em São Félix do Xingu, etc.), de um lado aumentava o embaçamento quanto às delimitações e, por outro, apontava para um encaminhamento. Muitos textos, como o Dutra (2005), Bolle; Castro e Vejmelka (2010) Castro (2010) já alertaram para os múltiplos agenciamentos que a mídia faz das imagens e dos discursos do período colonial para produzir categorias “amazônicas” contemporâneas e sugerir formas de gestão.

Essas dúvidas e constatações me levaram ao encontro do casal de antropólogos Jean e John Comaroff, que propõem a antropologia histórica¹ como meio de conectar os fragmentos que se pode ter acesso através da pesquisa empírica aos contextos que são histórica e culturalmente determinados. A ideia dos autores é afastar-se da primazia dada aos indivíduos e também possibilitar movimentar-se no tempo e no espaço, a fim de dar conta de estudos nas sociedades que não podem mais ser consideradas como ilhas étnicas (COMAROFF; COMAROFF, 2010). Para o casal, mais do que interpretar gestos, palavras e piscadelas (em alusão às anotações consagradas de Clifford Geertz), “precisamos situá-los no interior dos sistemas de signos e relações de poder e significado que os animam. A preocupação última é

¹ Esses autores consideram que antropologia e história nunca deveriam ter se separado enquanto disciplinas, pois, “uma teoria da sociedade que não seja também uma teoria da história, ou vice-versa, dificilmente pode ser considerada uma teoria” (COMAROFF; COMAROFF, 2010, p. 16).

com a interação entre tais sistemas [...] e as pessoas e eventos que os geram; um processo que não precisa privilegiar nem o eu soberano, nem estruturas asfixiantes” (COMAROFF; COMAROFF, 2010, p. 12).

Porém, a ação de situar nos contextos, que não é livre de subjetividades, envolve tanto aquilo que é considerado como passado quanto o contemporâneo mais abrangente, sendo que os contextos não existem simplesmente, “eles precisam ser analiticamente construídos à luz de nossos pressupostos acerca do mundo social” (COMAROFF; COMAROFF, 2010, p. 14). O trabalho de pesquisa, nessa perspectiva, não consiste apenas na descrição densa de uma cultura, como que isolada, pois os significados das ações mais localizadas não estão autônomos de outras forças mais abrangentes². Pode-se “fazer” etnografia em arquivos e também estudos antropológicos mais amplos das forças e formações nacionais e internacionais (como os colonialismos, os evangelismos, os movimentos sociais, o desenvolvimento regional, etc.).

É claro que não é simples constituir relações entre os fragmentos e os contextos deslocados no espaço e no tempo. Mas, sem isso, quer dizer, sem essas conexões, os fragmentos biográficos, as ações pontuais e os objetos comuns perdem a sua potência de elementos subversivos capazes de demonstrar as relações e os significados mais amplos que lhes deram a vida. É esse trabalho analítico que torna possível mostrar como as realidades são construídas, sem se prender a explicações binárias e a diferenças tipológicas e sem precisar “ligar-se nem a situações face a face, nem a um tipo de sujeito social” (COMAROFF; COMAROFF, 2010, p. 40). Desde essa perspectiva, os fenômenos observados não são nem microsociologias e nem histórias, mesmo que baseados nas atividades cotidianas, periféricas ou rurais, sempre estão envolvidos em constituições mais amplas; por outro lado, mesmo os processos macro-históricos, como formações de Estados, revoluções, guerras, etc., são fundamentados em atividades concretas (“têm os pés no chão”, para usar o termo dos autores).

A potência das anotações do casal, para os efeitos de nossa própria tese, encontra-se não na ênfase à busca dos significados das práticas sociais ou aos contextos, já que nessa tese não é isso que foi feito, mas sim seguir os fluxos de imagens e discursos e não os seus significados. O que interessa é a persistente tentativa de percorrer os fluxos dos objetos e práticas tornadas cotidianas e valorizadas, atentando-se para como os aparentemente simples objetos e outras expressões do cotidiano ganham força social capazes de torná-los motrizes de

² Em uma anotação crítica mais geral às vertentes principais no seio da própria antropologia, os autores resumem: “Se entendermos nossa tarefa como um exercício de tradução intersubjetiva, de falar pelos outros e a partir de seu ponto de vista, nossa arrogância nos causará infinitas dificuldades morais e filosóficas. E se acharmos que a tarefa consiste na análise formal de sistemas sociais ou estruturas culturais, concebidas estatística ou logicamente, fugimos completamente da questão da representação e da experiência” (COMAROFF; COMAROFF, 2010, p. 17).

processos mais amplos. Por exemplo, os autores explicam a colonização entre os africanos *Tswana* utilizando diferentes eventos, objetos, decretos, discursos e motivações socialmente construídas, analisando desde as mudanças nos processos de produção de mercadorias agrícolas – com a introdução do arado –, passando por panfletos da época até correspondências dos missionários. Em outro estudo (COMAROFF; COMAROFF, 2001), expandindo muito no tempo e nos espaços (transitando entre arquivos e depoimentos), os antropólogos analisaram como as questões relacionadas à soberania nacional, às fronteiras e à discriminação contra imigrantes em estados pós-coloniais na África do Sul foram transpostas para o debate sobre a “natureza”. O ponto de partida dessas análises foi um incêndio em área florestal e a forma como ele foi tratado pela mídia local. Seguindo o fluxo dos discursos, os autores mostraram como as plantas exóticas (estrangeiras, “culpadas” pelo incêndio) puderam receber um tratamento político que desembocou nos discursos e práticas sociais discriminatórias aos estrangeiros humanos, culpados por outros problemas, como a falta de emprego.

De uma maneira geral, esses autores traçam relevantes anotações metodológicas pertinentes para a nossa investigação, que vão complementar, em termos práticos, embora com linguagem e procedimentos distintos (fluxos), a análises arqueologias propostas por Foucault (regularidades):

- a) não confiar nos registros documentais pré-concebidos;
- b) é recomendável buscar “traços textuais”, que podem ser encontrados em jornais, publicações oficiais, mas também em panfletos, romances, canções populares e outros textos, trabalhando sempre dentro e fora dos registros oficiais;
- c) não intentar uma busca por eventos bem encadeados, mas principalmente no conjunto de argumentos produzidos pelos diferentes grupos para as suas ações;
- d) aceitar e conviver com o fato de que o termo “observação participante” conota a inseparabilidade entre o conhecimento e aquele que o produziu, sendo o observador também um instrumento de observação;
- e) prestar atenção à trajetória de bens cotidianos e de coisas valorizadas pode mostrar a constituição de campos sociais complexos.

Essas anotações da antropologia histórica foram muito úteis durante a busca e seleção dos materiais, apoiando principalmente a construção de uma narrativa que está a “seguir fluxos” de acontecimentos e práticas mais abrangentes que convergem e afetam sistemas mais

locais. Mas foi também com o aporte da *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2008), mais voltada à busca de regularidades discursivas em diversos níveis, que avançamos na compreensão da constituição dos enunciados, nas relações de poder e na formação dos saberes que aqui nos interessam. Para Foucault, mais do que considerar os objetos em si, é a rede de relações entre vários campos discursivos e não-discursivos que permitem dizer e fazer aparecer os objetos em um campo de exterioridade que devemos direcionar a nossa busca, sendo que os discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, e não um conjunto de signos que remetem a conteúdos ou representações (FOUCAULT, 2008, p.55).

Como aponta Roberto Machado (2006), o método arqueológico de Foucault não deve ser tido como um número de procedimentos invariáveis a serem utilizados na produção do conhecimento, pois uma das características da arqueologia é a multiplicidade de definições e a mobilidade das pesquisas, que são instruídas pelos documentos pesquisados. Os discursos devem ser analisados antes de serem classificados (como poéticos, literários, científicos, etc.), sendo necessário, para isso, definir um campo de possibilidades temáticas ou as regras de formação dos temas possíveis. Nessa abordagem:

Um discurso é um conjunto de enunciados que têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. Trata-se de um conjunto finito, de um grupo limitado, circunscrito, de uma sequência finita de signos verbais efetivamente formulados. [...] Ela [a arqueologia] estuda os discursos reais, efetivamente pronunciados, existentes como materialidade (MACHADO, 2006, p. 153).

As análises recaem não nas palavras, nos signos ou nos objetos das palavras, mas sim no sistema de relações que existe e que determinam os discursos em suas características próprias. Dessa forma, quando considerado como “prática discursiva”, reconhece-se que os discursos envolvem um conjunto de regras anônimas e históricas, situadas em tempos e espaços bem determinados, que definiram para certas áreas e situações econômicas, políticas, geográficas, etc., as condições de existência da função enunciativa (MACHADO, 2006, p. 153). Buscam-se as regularidades discursivas em diversos níveis, a saber: entre o nível dos objetos, entre o nível dos tipos enunciativos, entre o nível dos conceitos e entre o nível dos temas ou estratégias. É pela identificação das relações entre esses diferentes níveis que é possível a passagem da dispersão para a regularidade. Ressalta-se que sempre há dependência entre todos os níveis para a formação dos discursos, não sendo possível isolá-los, mas sim privilegiar algum desses níveis. Nesse sentido, os discursos serão articulados com os acontecimentos não-discursivos que ocorrem nas ordens econômicas, técnicas, sociais,

políticas, etc., tornando-se imprescindível descrever os jogos de relações entre as formações discursivas (enunciados) e as não-discursivas (visibilidades) (FOUCAULT, 2008).

Essa Arqueologia do saber pode mostrar justamente como e porque a prática política faz parte das condições de emergência, de inserção e de funcionamento dos discursos de categorias específicas (como as categorias médicas, as de agricultores, as de juristas, etc.) (MACHADO, 2006, p.148-149). É por esse caminho que os documentos recebem nova conotação. Em Foucault, os documentos passam a ser tratados como “monumentos”, e não mais como matéria inerte que possibilita conhecer o que os homens disseram ou fizeram. É no próprio tecido documental que são definidas as unidades, as séries, e as relações que se vai privilegiar (FOUCAULT, 2008). A arqueologia “procura determinar as condições de existência dos discursos tomados como acontecimento em relação a outros acontecimentos, discursivos ou não” (MACHADO, 2006, p. 154). Para Foucault (2008, p.7), a história é definida como o trabalho e a utilização de uma “materialidade documental” (livros, textos, técnicas, objetos, costumes, imagens, etc.) que apresenta sempre e em toda parte em qualquer sociedade, formas de permanência, espontâneas ou organizadas; trata-se de uma determinada maneira de dar *status* e elaboração à massa documental que não se separa da própria história.

Dessa forma, as dificuldades relatadas no início do tópico, sobre o trabalho com diferentes tempos históricos, a diversidade de grupos e as escalas variadas foram, de certa forma, superadas durante o processo de análises e a produção narrativa fecundadas pelas anotações desses autores. Cada um, a seu modo, chamou a atenção para o fato de que é mais importante atentar para os fluxos e também para as regularidades dos discursos e das imagens e revelar como essas permitem constituir práticas e outros discursos aparentemente distantes daquelas que lhes deram origem, distantes em relação ao tempo, ao espaço e também aos grupos para as quais foram pensadas ou direcionadas na sua formação primeira. Tendo dito isso, podemos tratar daqui por diante mais especificamente sobre os tipos de materiais coletados.

3.2.1 Os Arquivos físicos

Boa parte da pesquisa documental dessa tese foi realizada na Biblioteca e Arquivo Público do Pará (APEP) e no Arquivo e Biblioteca Pública Arthur Vianna. Iniciei as buscas em julho de 2013 sem muita clareza do tipo de informações que encontraria e nem mesmo o período a ser recortado. Essa “liberdade” parcial permitiu explorar de forma intensiva todas as “caixas-arquivo” disponíveis que tratavam especificamente da agricultura e pecuária paraense,

fazendo com que o primeiro recorte temporal se desse em função da disponibilidade de fontes nesses dois Arquivos mais importantes do Estado. Foi possível coletar, por meio de fotografias, centenas de documentos oficiais, especialmente comunicações dos ministérios como ofícios, decretos, atas, memorandos, pedidos informais de produtores solicitando ou criando novas regras para a importação dos animais, seleção das raças, delimitando as zonas de procedência adequadas, os critérios sanitários, a documentação das Exposições, etc., abrangendo o período entre 1860 e 1970, que dão conta do desenrolar das prioridades dos governantes, do que se disse e mostrou sobre as populações (especialmente indígenas), sobre a pecuária e a agricultura e como se estruturaram aquilo que aqui chamamos de dispositivos de eficiência e a emulação-força.

A necessidade de recuar ainda mais no tempo, em busca dos primeiros enunciados e imagens sobre a Amazônia, seus territórios e populações, conduziu a uma busca direcionada aos relatos dos viajantes, incluindo naturalistas, missionários, etnólogos e outros, abrangendo o período que vai do século 16 até o século 19. Para isso, expandindo um pouco mais o material, busquei obras disponíveis na internet, e também obras raras e outros textos e imagens durante o estágio sanduíche, que foi de fevereiro a novembro de 2015, em Paris – França. As obras físicas foram acessadas principalmente na Biblioteca Nacional da França (BNF), Paris, mas também em algumas exposições com acervos que incluíam a exploração da Amazônia³. Na BNF busquei documentos do período da colonização e uma farta iconografia, principalmente das inúmeras expedições de europeus pela Amazônia. Além da BNF, uma parte da pesquisa em obras francesas sobre expedições foi acessada no enorme acervo pessoal da escritora Monique Vérité (onde fiquei morando durante a permanência em Paris).

Esses registros fotográficos de obras raras ou de difícil acesso foram numerados e catalogados em caderno de campo (com os registros de citação, síntese do assunto e número da foto que consta nos arquivos eletrônicos), e posteriormente catalogados em planilha no programa Excel, de onde foi possível realizar a triagem dos documentos a serem utilizados na tese. Por isso, em algumas citações, apresento a página no caderno de campo (diferenciando pelo ano, por exemplo, Caderno de campo 2013, 2013a, 2014), e o número do registro fotográfico (ex. 7687, 7990-7994). A ideia é devolver para o APEP um arquivo digitalizado com esses registros fotográficos, já sistematizados.

³ Por exemplo, a “*Exposition – Les frères Humboldt – L’Europe de l’esprit*” que ficou aberta de 01/09/2015 a 18/12/2015, em Paris (Centre Sarrailh – Crous de Paris). (Disponível em: <<http://www.culture-crous.paris/event/exposition-les-freres-humboldt-leurope-de-lesprit/>>. Acesso em 18 fev. 2016); e a Exposição permanente “*Les globes du Roi-Soleil*”, BNF – Paris (Disponível em: <<http://expositions.bnf.fr/globes/>>. Acesso 18 fev. 2016).

Além desses, identificamos e selecionamos algumas obras acadêmicas consideradas relevantes para a construção social do pensamento sobre a Amazônia e das ações práticas desenvolvidas de forma oficial, extraoficial ou então representativas de posicionamentos da época, especialmente ao longo do século 20 e início do 21. Foram escolhidos textos devido à sua circulação mais ou menos ampla ou pela sua oficialidade em relação à produção oficial do Estado. Entre os principais autores, em ordem cronológica, estão: Euclides da Cunha; Ignácio Rangel; Arthur Reis; Renato da Silva; Marseno Alvim Martins; Flávio Alcaraz Gomes; Henrique Paulo Bahiana; Ricardo Lessa. Foi fundamental identificar a construção de uma problemática da Amazônia, das suas populações e de seus recursos, que lhes foram contemporâneas. O objetivo foi colocar em evidência como os conhecimentos produzidos e posicionamentos adotados pelos escritores estão em forte relação com as imagens e os discursos produzidos e que circulam em outros campos, ao mesmo tempo em que seus escritos também fomentam outras imagens, novos discursos e inúmeras práticas.

3.2.2 Arquivos digitais e televisivos

Completando essa parte dos documentos de arquivos, realizei uma busca e seleção de mídias televisuais do acervo da Cinemateca Nacional⁴, especificamente a base de vídeos do Acervo Jornalístico da TV Tupi (AJ TV Tupi). Privilegiei essa base de dados por terem sido, de certa forma, mecanismos “oficiais” (ou extraoficiais) dos sucessivos governos para divulgar notícias, documentários e panfletagem partidária para a população durante algum tempo. Além disso, os materiais são de fácil acesso e utilização, pois no site é possível selecionar termos-chaves de busca, se constituindo numa excelente ferramenta de pesquisa. Foram úteis os noticiários que apresentam as Exposições, as notícias da agricultura, os planos para a Amazônia e a apresentação das populações amazônicas, entre as décadas de 1960 a 1980 (período correspondente do acervo), encontrados utilizando-se os termos “Amazônia”, “Agricultura”, “Xingu”, “Pecuária” e “índio”. Esses permitiram compreender um instigante momento de utilização das mídias televisivas para a produção de enunciados e visibilidades que apresentavam a modernização da agropecuária brasileira como o único caminho a seguir e os principais modelos a serem acompanhados, enquanto mostrava a miséria em que viviam as populações nativas na Amazônia.

⁴Endereço eletrônico disponível em <<http://www.cinemateca.gov.br>> (acervo total de 5716 vídeos da TV Tupi; 40833 entre filmes e cartazes de filmes, entre outras produções. Acesso em 20 de mai. 2013).

Explorando o momento mais contemporâneo, em agosto de 2013 encontrei o vídeo *The brazilian beef stories*, que passou a circular em 2011, e que fez muita diferença no encaminhamento da pesquisa. Trata-se de uma produção da ABIEC (Associação Brasileira de Exportadores de Carne) que apresenta a pecuária bovina em três biomas do país. Para o *case* da Amazônia, o vídeo articula a ideia de produção em grande escala e a preservação ambiental, utilizando especialmente imagens da fauna e flora local e a fala de importantes pesquisadores brasileiros. Esse vídeo rebate as críticas que associam a pecuária ao desmatamento e à degradação ambiental na Amazônia e indica alguns modelos de produção bem-sucedidos, constituindo-se em um excelente exemplo daquilo que estamos chamando de produção de imagens e discursos da pecuária bovina na Amazônia⁵. Foi um pontapé para a busca das imagens e discursos que de agora em diante serão apresentadas, remontando às primeiras narrativas da colonização

A internet também foi utilizada para a busca de arquivos que apoiassem o estudo empírico recente, incluindo vídeos sobre a pecuária bovina atual. Em muitos casos utilizei as redes sociais para coletar opiniões e comentários postados em vídeos ou fotografias, além de “seguir” as postagens de diversas instituições e outras organizações envolvidas direta ou indiretamente com a pecuária bovina ou com a cidade de São Félix do Xingu por meio de uma página pessoal no Facebook. Também, em outros momentos, depois de perceber a relevância dos rodeios e dos leilões de gado para a questão tratada, passei a acompanhar os mesmos pela internet e pela televisão. Esse seguir fluxos de imagens e de discursos foi fundamental para perceber como as questões mais gerais apresentadas nos meios de comunicação atravessam o tecido social, legitimando ou normatizando certas formas de conduzir a pecuária bovina em São Félix do Xingu, especialmente fazendo funcionar os dispositivos de eficiência e emulação-força, conforme constatado em campo.

⁵ Esse vídeo foi exibido inicialmente no ano de 2011, e se tornou algo como uma “carta de apresentação” da pecuária nacional. Apenas pelo canal do YouTube em português, com legenda em inglês, o filme já tinha com mais de 13.000 visualizações (em 13/01/2016), sem contar outras versões com legendas em diversos idiomas. O vídeo circulou entre mais de 1000 jornalistas e em dezenas de feiras pelo mundo. Esse foi divulgado na ANUNGA, uma feira mundial de alimentos, e é utilizado também para a abertura de apresentações sobre a produção bovina brasileira no exterior. Em 2012 foi ganhador do prêmio APEX (Agência Brasileira de Promoções de Exportações e Investimentos), na categoria posicionamento e imagem setorial no exterior. O vídeo possui tradução ou legendas em 9 idiomas (incluindo mandarim). ABIEC e Apex-Brasil “Assista o vídeo: ABIEC na Anuga/2011”, postado em outubro de 2011; duração: 6:59 (<<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-productiva/giro-do-boi/assista-o-video-abiec-na-anuga2011-75290/>> acesso em 09 mar. 2014). Disponível também no YouTube (<<http://www.youtube.com/watch?v=mGuhaYV2JKI>>. Acesso 09 mar. 2014).

3.2.3 Entrevistas e observação em diversas cidades e situações

É um pouco difícil estabelecer um limite de dias de trabalho de campo, pois o mesmo consistiu em idas e vindas e passagem por várias cidades, começando por Porto Alegre, e ainda uma trajetória anterior (em 2008-2009), inseparável dessa pesquisa⁶, além da continuação por meio de contatos pelas redes sociais na internet e mensagens instantâneas trocadas com diversos interlocutores. Considerando-se apenas o período após o ingresso no doutorado, foram dois momentos de campo no Pará. O primeiro em 2013, que deveria se constituir em um exploratório, e durou mais de 2 meses, entre agosto e outubro – nas cidades paraenses de Marabá, Belém e São Félix do Xingu (mas antes desse, a entrada em campo aconteceu no Rio Grande do Sul, durante a Expointer 2013, conforme será relatado adiante). Durante esse trabalho, entrei em contato com pesquisadores e técnicos de instituições locais e internacionais que trabalham com a temática da pecuária, pecuaristas locais, comerciantes de gado e moradores da cidade de São Félix do Xingu, entre outros. Utilizei diário de campo para tomar nota das conversas que serviram à elaboração de um “caderno de campo” que serviu por todo o percurso posterior dessa pesquisa. Também foi durante essa incursão em campo que a maior parte do referencial histórico foi coletado nos arquivos e bibliotecas públicas.

Como já comentado acima, passei a circular em diversos locais onde poderia encontrar as imagens e os discursos da pecuária bovina (da Amazônia ou de São Félix do Xingu) sendo produzidas, sendo transformadas, circulando ou agenciando decisões. A atenção direcionava-se ao ver e ao ouvir (ROCHA; ECKERT, 2008), aos gestos (GEERTZ, 2008 [1973]), mas também aos cartazes e *outdoors*, aos fluxos dos objetos considerados importantes, aos símbolos (COMAROFF; COMAROFF, 2010), às expressões de consumo e emulação, aos hábitos, às vestimentas e adornos, às festas (VEBLEN, 1965), que pudessem ter alguma relação com a problemática em questão. Durante essa circulação, realizei entrevistas e observação (participante ou não) nas cidades paraenses de São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia, Xinguara, Marabá, Belém e Itupiranga. Em outras cidades não paraenses, como em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e em Paris, apenas fiz observação durante eventos relacionados à agropecuária, sendo importante destacar que não se trata de uma pesquisa comparativa. Circular e observar os eventos em outras cidades serviu para coletar informações sobre as dinâmicas dos mesmos e principalmente para entender a dispersão dos dispositivos aqui

⁶ Uma parte dos resultados, e também a constituição metodológica, derivam dessas experiências anteriores. Alguns dados coletados no âmbito do projeto do GEOMA em 2008 e 2009, que não foram tratados na dissertação ou em outros artigos, aparecem aqui no tópico sobre as imagens e discursos locais. Mais informações sobre o protocolo de coleta desses dados pode ser obtido na minha dissertação de mestrado (CLAUDINO, 2011).

tratados em pleno funcionamento. Permitiu também lançar um olhar para fora do local de maneira empírica e verificar as possibilidades que estão se constituindo para a pecuária de uma maneira geral, fomentando elementos que serão discutidos no último tópico dessa tese. Em resumo, o trabalho empírico foi feito em diversas ocasiões, como:

- a) parques de exposições;
- b) eventos acadêmicos e técnicos;
- c) protestos sociais e comícios;
- d) gabinetes de representantes políticos e de técnicos locais;
- e) locais privados de sociabilidades (restaurantes, bares);
- f) residências;
- g) transportes coletivos;
- h) locais de uso comum, especialmente as praias ou beiras de cais das balsas;
- i) bibliotecas e museus.

Com exceção das bibliotecas e dos museus, nos demais locais (no Pará) fiz entrevistas mais ou menos formais (ou apenas observação), às vezes utilizando um bloco de anotações (nem sempre – algumas entrevistas bem importantes foram realizadas enquanto tomávamos banho no rio Xingu), quando possível fazia fotografias⁷. Não formulei questionários estruturados, mas tinha em mente e anotadas em um papel um grupo de perguntas que eram adaptadas para cada situação. Por exemplo, a pergunta, o que mudou desde as ações de controle dos desmatamentos foi uma pergunta feita a toda(o)s a(o)s interlocutor(a)es. Assim, ao falar com um veterinário, sempre direcionava as perguntas para algo mais específico de sua área de atuação, como sobre os controles sanitários, genética, etc., ao falar com alguém da Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA), direcionava as perguntas para as questões ambientais, não questionando de maneira mais aprofundada os aspectos técnicos da pecuária. Algumas vezes gravei as entrevistas e também as palestras. Em quase todas as cidades, além das entrevistas e observação, fiz coleta de material impresso com registros do passado ou do presente, em bibliotecas e museus, acervos pessoais de moradores antigos ou empresas jornalísticas.

De modo mais específico, a entrada para a questão das imagens e dos discursos tinha ocorrido a partir da participação em eventos, acadêmicos ou não, conforme mencionado na

⁷ Evitei fazer uso excessivo da fotografia na cidade de São Félix do Xingu, já que sentia um desconforto de fotografar, mesmo no interior de repartições públicas. Chamava muito a atenção para mim e causava muitas desconfianças, por isso tentei ser bastante discreto (as sucessivas operações relacionadas a crimes ambientais, crimes contra a vida, etc., reforçam esse ambiente de desconfiança). Já nas exposições, sentia-me mais à vontade para fotografar.

introdução, especialmente depois dos dois eventos em 2012, que despertaram o olhar mais atento para as exposições agropecuárias. Isso levou-me à decisão de iniciar o trabalho de campo em agosto de 2013, durante a **Expointer**, em Esteio (região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul). Foi proposital deixar para ir ao Pará após participar desse grande evento, já que isso forneceria um referencial importante sobre a organização, a seleção e exposição dos animais, o funcionamento dos concursos, os fluxos de imagens, os direcionamento dos discursos, as dinâmicas de participação, etc. Nesse evento, além de visitar os espaços de exposição, fazendo registros fotográficos e recolhendo folhetos, acompanhei um seminário *O valor do Agronegócio no Brasil*, oferecido na Casa RBS, e promovido pelo Grupo Zero Hora e Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul), que tratou dos entraves e possíveis encaminhamentos do agronegócio brasileiro⁸. Ali pude verificar com mais clareza a utilização dos conhecimentos científicos e das celebridades para a configuração dos discursos sobre o agronegócio e a pecuária, não apenas em termos de *marketing*, mas para a defesa de projetos específicos.

Duas evidências dessa articulação que marcaram esse campo foram a recepção do famoso ator e produtor rural Tarcísio Meira⁹ que, ao chegar às instalações da Casa RBS, silenciosamente provocou um pequeno alvoroço, sem que isso causasse a interrupção da palestra. A outra evidência foram os *outdoors* digitais instalados no parque, nas proximidades do local de palestras, que exibiam o famoso futebolista Pelé e o ator Murilo Benício, e frases de efeito sobre a agropecuária brasileira (Imagem 1). Depois, persegui o fluxo das veiculações midiáticas dessas celebridades e encontrei várias palestras, entrevistas, capas de revistas, etc., que apresentam esses personagens como ligados ao cenário de sucesso dos empreendimentos agropecuários, constituindo-as como porta-vozes de opiniões importantes como as decisões relacionadas ao Código Florestal (logo, desmatamento), à reforma agrária, entre outras, sempre mesclando carisma, trajetórias de vida e posicionamentos políticos dessas celebridades.

⁸ Programação do dia 24 de agosto de 2013 disponível em: <<http://www.expointer2013.rs.gov.br/lista/468/2013-08-24>> (acesso em 02 fev. 2016).

⁹ Conferir a chamada no link <<http://economia.uol.com.br/agronegocio/album/2013/08/29/veja-as-novidades-da-expointer2013.htm#fotoNav=3>> (acesso em 02 fev. 2016).

Imagem 1 – Outdoor digital com imagens de celebridades e exibindo frases sintéticas sobre grandes questões do rural brasileiro



Fonte: Trabalho de campo (2013).

Já no estado do Pará, em outubro de 2013, participei da **Festa Agropecuária de Itupiranga**, onde fiz observação da forma de organização e arquitetura dos espaços, o perfil dos animais, as dinâmicas locais de seleção e participação no evento, as relações entre os agricultores patronais e as instituições ligadas à agricultura familiar, realizando também entrevistas com alguns técnicos da Emater local, em busca de informações sobre as mudanças no cenário da produção bovina e das novas “imagens” da pecuária bovina.

Já em São Félix do Xingu, fui também ao parque de exposições local por diversas vezes em muitos campos, mas não foi possível presenciar as exposições nesses 2 últimos anos de pesquisas. Já tinha participado no ano de 2009, de onde tenho alguns registros. Por outro lado, participei mais intensamente em outras duas exposições agropecuárias nas proximidades de São Félix do Xingu, em 2014. A **ExpoTuOr**, que é organizada e promovida por organizações sindicais e prefeituras das cidades de Tucumã e Ourilândia, e também da Feira Agropecuária de Xinguara (**FAX**), que está entre as maiores do estado do Pará. Nos parques, ficava a maior parte do tempo, durante o dia e a noite, instalado próximo às baias dos bovinos,

acompanhando os torneios leiteiros, realizando entrevistas informais com os tratadores, com os proprietários dos animais ou com os técnicos. Além desses, realizei entrevistas mais formais com os organizadores e representantes de associações ou órgãos sindicais. Como nem todas as atividades acontecem ao mesmo tempo foi possível também observar os rodeios, os leilões e algumas das atrações musicais.

Essa circulação gerou algumas limitações, quando comparada ao trabalho realizado na cidade onde já tenho uma rede de interlocutores já formada. Em Tucumã, Ourilândia e Xingua ou Itupiranga, não havia nenhuma rede formada. Eu era um estranho que se apresentava em situações de eventos como estudante de uma Universidade do Rio Grande do Sul, fazendo um trabalho de pesquisa sobre a pecuária bovina. Em alguns casos enfrentei muita resistência, sendo colocado à prova por alguns interlocutores. Duas situações, durante uma dessas exposições foram mais marcantes: na portaria, no dia de abertura da Exposição, ao falar que eu era estudante fazendo pesquisas e que gostaria de saber como conversar com os organizadores, o tratamento foi bastante ríspido, e eu ouvi de uma das organizadoras do evento, de forma grosseira e desdenhosa: “vai ter muitos falando igual a você... hoje já veio um dizendo que estava fazendo pesquisa, você é o segundo” [...], “pode comprar o ingresso, entrar e falar com quem você quiser!”.

A outra situação foi quando um dos informantes, que tem curso superior em zootecnia, depois de dois dias em que eu acompanhava a movimentação com o gado leiteiro, sempre conversando e tomando algumas notas, me perguntou: “então essa tua pesquisa é só de bate-papo?”. Aí eu ri fartamente e expliquei em tom bem humorado que fazia dois anos que eu recolhia dados e que já tinha pesquisado a degradação das pastagens em São Félix do Xingu e Tucumã, que resultaram na escrita de uma dissertação de mestrado. Ele também riu, comentou que sou um agrônomo que faz pesquisas de modo diferente dos outros agrônomos que ele conhece. Enfim, foram duas situações que deixavam claro que entre o que eu dizia, o que as pessoas esperavam e o que elas podiam pensar havia uma grande distância.

Ao longo desse movimento nas exposições tive então que aceitar o fato de que essa circularidade em diversos espaços me impulsionava a “manter o pé” sempre em São Félix do Xingu e, ao mesmo tempo, entender que o mais importante era a dinâmica dos eventos e não necessariamente algo como a biografia das pessoas ou mesmo a descrição densa dos acontecimentos ou comportamentos. Deveria concentrar-me em seguir o fluxo das imagens e dos discursos nos momentos mais públicos (pois esse era o objeto), por exemplo, nas entregas de premiações, nas explicações que os técnicos presentes davam aos produtores, nos comentários sobre os animais, nos olhares dos visitantes aos animais, nos cartazes, etc. Mais do

que nos outros momentos em campo, ouvir sem perguntar deveria ser colocado em prática, afinal, eu estava em lugares que todas as conversas giravam em torno dos bovinos, precisava apenas ficar atento. Mesmo não se tratando de encontros fortuitos, não haveria tempo e nem a possibilidade de constituir relações mais profundas como as de São Félix do Xingu. A metodologia deveria adaptar-se a essa limitação.

Além dessas exposições agropecuárias no Brasil, participei ainda de duas outras Exposições que ocorreram na França. Uma durante o *Salon International de l'Agriculture* francês, em fevereiro de 2015, onde tive a oportunidade de acompanhar o evento durante 5 dias, produzindo fotos, recolhendo panfletos, e ainda observando protestos sociais dentro e fora das instalações, torneios, premiações, etc. A outra foi uma exposição no *Musée de l'Homme* em Paris, que, em sua reabertura (depois de quase uma década fechado para reorganização), trazia uma sessão especial sobre o futuro climático do mundo, onde desmatamento e gado na Amazônia apareciam em destaque como problemáticas a serem enfrentadas urgentemente (APÊNDICE A). Enquanto esse último evento mostra, desde “fora”, algumas imagens sobre a pecuária na Amazônia, o que por si só é relevante para a nossa investigação, pois trata-se de um debate já relativamente avançado no Brasil, o *Salon de l'Agriculture*, por outro lado, embora não tendo nenhuma relação com a pecuária em São Félix do Xingu permite antever uma luta entre imagens e discursos, que é distinta, mas parecida com aquelas que estão tomando corpo no Brasil, que é sobre bem-estar animal e a busca de simetria na relação homem-animal e veganismo (APÊNDICE B), relevante para as reflexões que não foram possíveis de serem desenvolvidas nesse tese, mas apontam para caminhos profícuos de novas pesquisas para quem pretende analisar essas dinâmicas (lutas sociais) colocando em relação imagens, discursos e outros dispositivos fundamentais à formação de instituições, que podem ser vistos pelas ruas de cidades como Porto Alegre, por exemplo (APÊNDICE B).

3.3 A TRAJETÓRIA COM PESQUISAS, AS ENTRADAS EM CAMPO E OS PROCESSOS DE AFECÇÕES

Comecei a trabalhar com o tema da pecuária bovina na Amazônia ainda durante a graduação em agronomia, quando passei a nutrir o desejo de atuar mais especificamente com a produção animal. Não sabia exatamente quais e nem o quê, muito menos se faria pesquisas. Em meados de 2005, dirigi-me à professora Laura Angélica Ferreira e expressei essa vontade. Ela informou sobre um projeto de pesquisas em andamento que tratava das mudanças na genética e alimentação de bovinos leiteiros em estabelecimentos familiares, e que havia a possibilidade de

me enquadrar, sem bolsa, nessa pesquisa. Assim começava a minha trajetória de pesquisas, na localidade de Murumuru, distante uns 15 km da casa de meus pais, onde ainda morava (Marabá, sudeste do Pará). Defendi a monografia em 2007, marcando definitivamente meu campo temático de pesquisas.

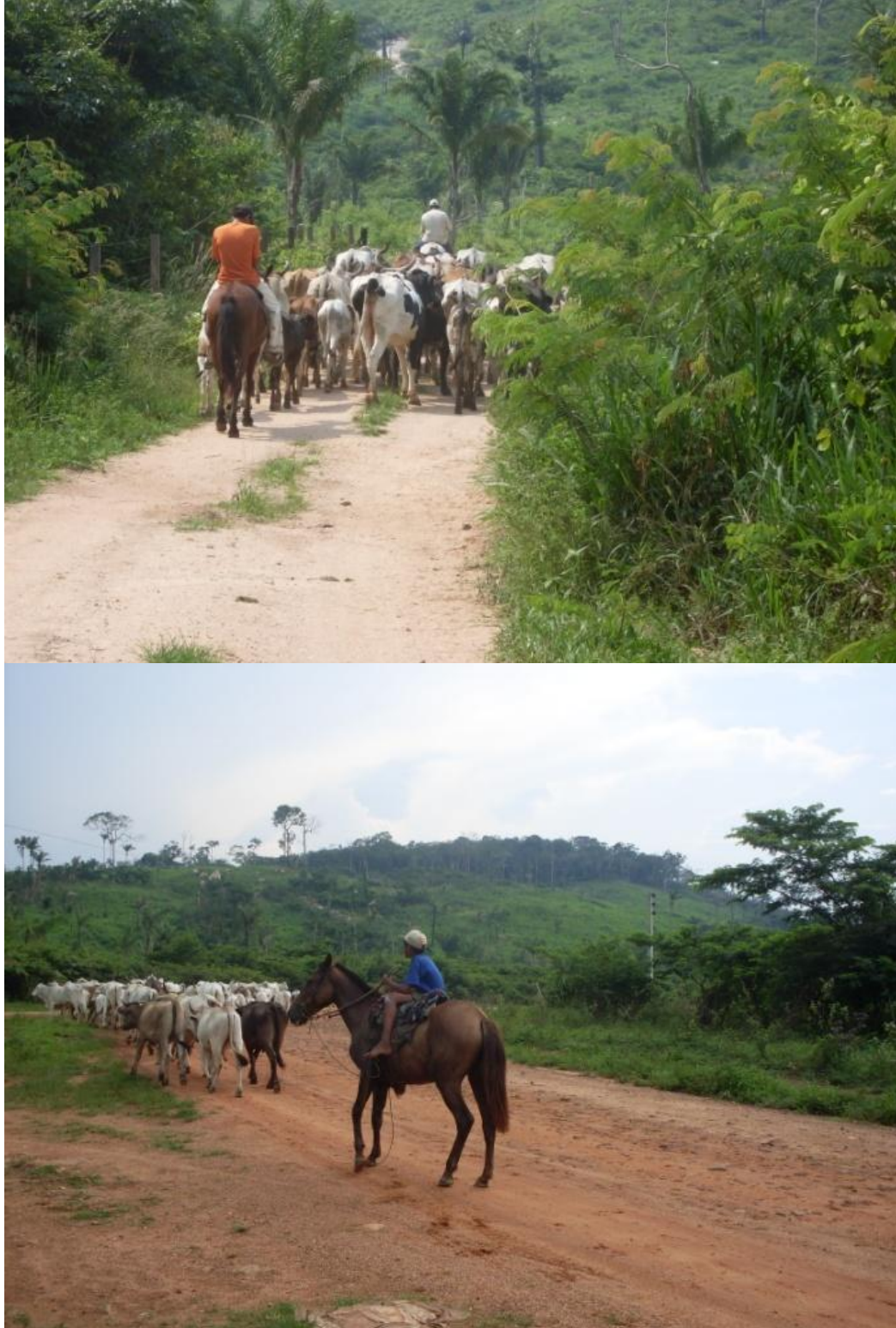
Não demorou muito para eu perceber que trabalhar com o tema da pecuária (na região) produzia diferentes reações e alguns estigmas, vindos de dentro ou de fora da academia. Isso podia ser sentido pela “atmosfera de debates” que sempre associavam, de maneira mais ou menos indistinta, a pecuária bovina à opressão aos agricultores familiares, camponeses, indígenas, extrativistas, etc., e aos desmatamentos. E, obviamente, não é necessário ser um especialista para saber que a relação de causalidade faz sentido, mesmo que guardadas algumas ressalvas. Isso, por si só, já deixava claro que a “imagem” da pecuária variava muito entre os diferentes grupos, devendo ser entendida sempre no plural. Por outro lado, ter uma imagem negativa entre alguns grupos não significava uma completa retaliação ou interdição da atividade, pois a mesma crescia a passos largos.

Em 2008, mais ou menos 1 ano após da conclusão da graduação e sem saber direito o que iria fazer, fui convidado a realizar uma pesquisa “no município que tem mais gado do Brasil”; um local que eu não conhecia e poucas vezes tinha ouvido falar, mas que muitos diziam: “É longe, muito longe, e é muito perigoso, tem muitos fazendeiros, muitos pistoleiros!”. Outros brincavam: “Tu vais virar fazendeiro lá!”. Foi mais ou menos assim que tive os primeiros contatos com São Félix do Xingu. Não é preciso ter qualquer leitura anterior para chegar em São Félix do Xingu e perceber o quanto a pecuária bovina é predominante. A paisagem, com seus infindáveis campos de pastagens pelas beiras de estradas, o fluxo de carretas transportando os animais, a quantidade de *outdoors* exibindo produtos para bovinos e o próprio o cheiro na cidade, fariam com que qualquer pessoa, mesmo a mais distraída e até se caísse ali de paraquedas, perceberia que se trata de um local em que se cria muito gado (Imagem 2; Imagem 3). O mais difícil seja, talvez, não ver coisas de gado implicado em todas as relações. Mas também não se pode dizer algo como apontou Evans-Pritchard sobre o *Nuer* que “têm tendências para definir todos os processos e relacionamentos sociais em função do gado”, pois todos os assuntos convergiam para falar dos bois e vacas (EVANS-PRITCHARD, 2005 [1941], p.27¹⁰ *apud* LEAL, 2014, p.14). Obviamente que o meu contato com a cidade se deu, desde a primeira vez, em função de pesquisas relacionadas à criação, não sendo difícil de supor que isso interfira no olhar assim determinado. Por outro lado, a convergência de tantos

¹⁰ EVANS-PRITCHARD. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva. 2005.

pesquisadores e pesquisas sobre a pecuária em São Félix do Xingu é posterior ao avanço da atividade, tendo se tornado intensa principalmente depois dos anos 1990.

Imagem 2 – Transporte de gado, Vila Taboca, novembro de 2008 (as duas fotografias na mesma localidade e época)



Fonte: Trabalho de campo (2008).

Imagem 3 – Transporte de gado em direção ao Xadá, julho de 2009



Fonte: Trabalho de campo (2009).

O momento dessas primeiras incursões em campo foi também um dos períodos mais conflituosos em termos de ações do Estado, manifestações populares, tudo em torno do controle dos desmatamentos, da pecuária, da regulamentação dos regimes fundiários, da criação de Parques e Reservas Ecológicas, Terras Indígenas (T.I), etc. Mas era também um tempo e local de esperança por terra, ainda. O ideário que meus amigos próximos tinham da possibilidade de tornar-me fazendeiro não era por acaso. Era uma efervescência que instigaria até o mais apático dos investigadores. Nessa época, uma cena muito frequente era encontrar a todo tempo membros de ONG's nacionais e internacionais, policiais das forças nacionais ou do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), pesquisadores, e outros representantes institucionais dividindo espaço nas poucas churrascarias da cidade e falando em sotaques de português muito variados.

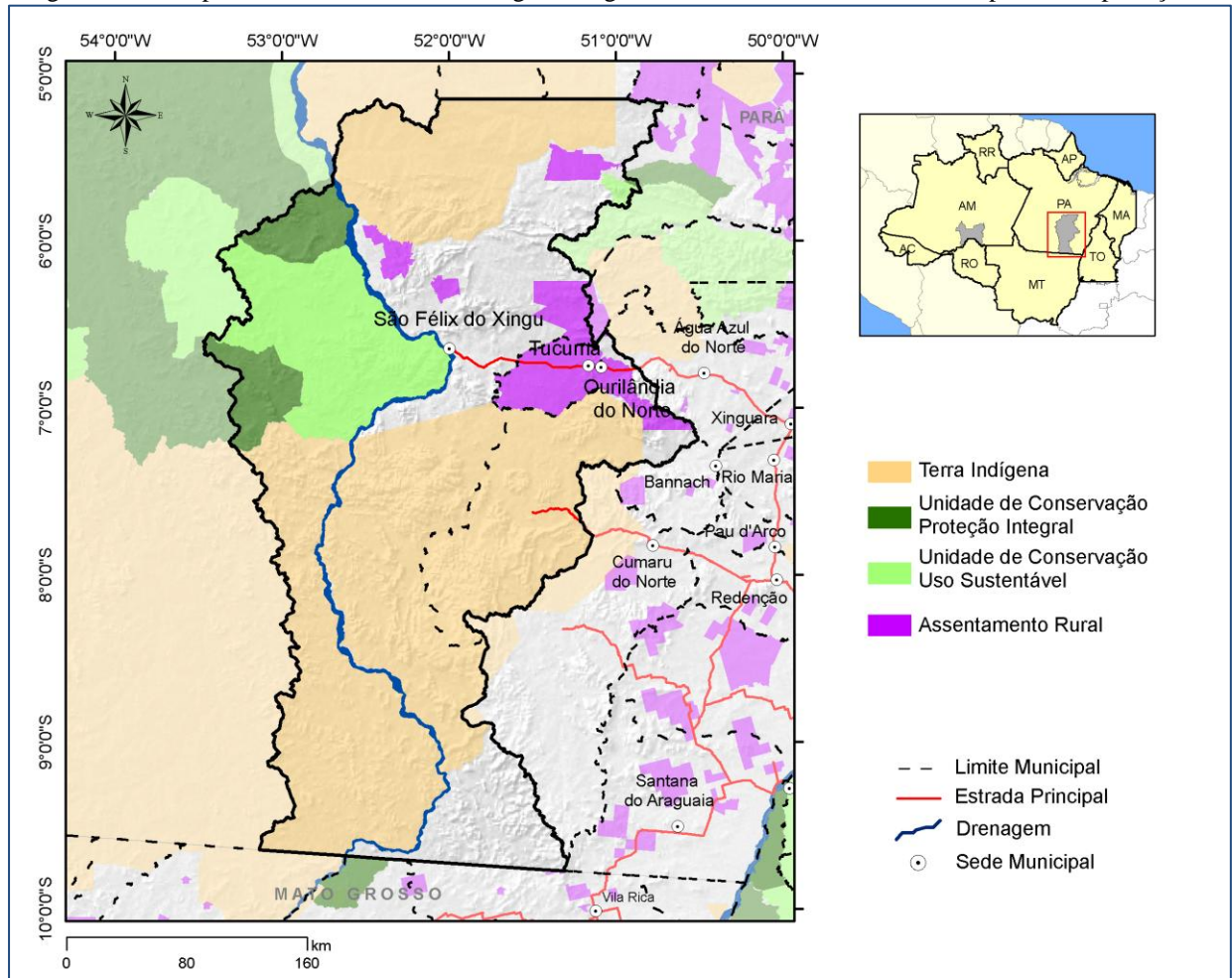
Mas meu objetivo lá estava muito bem definido. No âmbito de um dos projetos da Rede Geoma, teria que entrevistar utilizando questionários estruturados com perguntas abertas e fechadas, fazer fotografias e marcar um ponto de GPS (Global Positioning System) em cada lote que a entrevista fosse realizada. A meta era 60 estabelecimentos, abrangendo

proporcionalmente os pequenos, os médios e os grandes criadores de gado. O trabalho deveria ser realizado em torno de 4-5 meses, a partir do mês de julho ou agosto de 2008, finalizando antes que as chuvas começassem (por volta dos meses de novembro ou dezembro). Antes de iniciar o trabalho mais individual, acompanhei a equipe de pesquisadores coordenadores a um campo exploratório, de pouco mais de uma semana, que tinha por finalidade preparar o questionário, fazer contatos com representantes das instituições locais e me apresentar, testar e ajustar em campo as ferramentas de pesquisa. Depois de duas experiências em equipe, mudei-me para São Félix do Xingu e fiquei instalado em um pequeno quarto mobiliado numa das ruas principais da cidade durante uns quatro meses (Imagem 4). Como a área geográfica de abrangência era muito ampla, uns 200 km, considerando uma linha reta tendo São Félix do Xingu como centro, algumas vezes passava a semana inteira instalado em pousadas em algumas vilas (Taboca, Tancredo, Carapanã, entre outras).

Finalizei esse trabalho em dezembro de 2008. Em julho de 2009 fui contratado para outro trabalho em São Félix do Xingu, permanecendo cerca de um mês realizando entrevistas sobre manejo das pastagens e apoiando um trabalho que incluía marcar pontos de GPS nos estabelecimentos, que seriam comparados com as entrevistas que eu realizava sobre o manejo das pastagens¹¹. Durante esse trabalho as pessoas envolvidas ficavam sabendo que dava para monitorar até mesmo a qualidade dos pastos a partir dos satélites. Todos entendiam mais ou menos que a partir das respostas sobre o manejo dos pastos, “os pesquisadores” de Belém comparariam com a forma como esses pastos aparecem nas imagens de satélite. Sempre ouvia “piadas” sobre o monitoramento que avançava rumo a São Félix do Xingu. Isso me fez associar, alguns anos depois, a constituição da máquina do *panóptico* (FOUCAULT, 1999b), onde o controle e a disciplina passam a ser exercidos quando se condiciona a possibilidade de que todos os sujeitos possam estar sendo vigiado.

¹¹ Dessa vez, as entrevistas foram mais focadas apenas no manejo das pastagens, ao nível das parcelas, coletando também várias fotografias em cada uma delas, sendo acompanhado por um agrimensor que coletava os pontos em GPS de todas as divisões dos pastos. Assim teríamos dados de manejo que podiam ser comparados com as imagens de satélite, revelando se diferentes formas de manejo produziam distintos gradientes de coloração nas imagens, entre outras informações.

Imagem 4 – Principais cidades entre os rios Xingu e Araguaia, incluindo divisões de áreas especiais de proteção



Fonte: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (2009?).

Certamente, essas experiências e as demais que se seguiram em São Félix do Xingu possibilitaram reflexões que agora estão mais amadurecidas nessa tese. Além disso, foram nesses primeiros momentos que surgiram as redes de contatos com interlocutores que tornaram possível o trabalho mais próximo ao etnográfico (embora não considere ter feito uma etnografia, muito menos uma geertziana). Obviamente, fiz muitos conhecidos que, após algum tempo tornaram-se amigos e, em certa medida, confidentes de angustias e segredos, vinculados ou não à pecuária bovina, aos grileiros, aos madeireiros, aos sonhos e perspectivas, entre outras coisas, tanto deles quanto minhas. Conforme considerado pelas antropólogas Ana Rocha e Cornélia Eckert, falando sobre a investigação e as interpretações resultantes do encontro de subjetividades: “pesquisador e sujeitos pesquisados vivenciam, no tempo de duração do trabalho de campo, uma espécie de jogos de interação e de negociações de interesses, onde informações são trocadas assim como afetividades, angústias, tensões, frustrações, etc.” (ROCHA; ECKERT, 1998, p. 119). Longe de tornar essas relações em empecilhos à pesquisa em si, essas em muito ajudaram, pelo menos no que diz respeito a acessar algumas informações

que sem a proximidade jamais seriam possíveis. Por outro lado, a proximidade implicou limites quanto ao uso daquilo que vi e ouvi. Jogar com esses limites e lidar com as afecções talvez sejam as tarefas mais difíceis.

José de S. Martins já destacou a necessidade de posicionamento quando se trabalha em regiões de fronteiras onde predominam diversas formas de “violências”. Nessas situações, como bem lembrou o sociólogo, se o investigador optar pela neutralidade não poderá acessar os dados mais importantes de nenhum dos grupos em conflito, já que para isso é preciso tomar alguma posição para ter o mínimo de confiança¹²(DE SOUZA MARTINS, 2009). Por outro lado, em nosso caso, trabalhar especificamente com as pessoas envolvidas com a pecuária bovina não permite um posicionamento muito claro separando “vítimas e algozes”. Outras formas de “posicionamento” tiveram que ser traçadas no decorrer mesmo do campo e *à posteriori*, pois, apesar de não morar nas proximidades, mantenho contato frequente com muitos que um dia foram interlocutores, especialmente por meio de comunicação eletrônica, faço parte de grupos comuns na internet e troco mensagens instantâneas ainda depois de defender a tese e penso retornar para passeios e também restituição da pesquisa. Alguns posicionamentos me colocariam em situação de risco.

Porém, nas primeiras pesquisas, de 2008 e 2009, devido à natureza técnica, foi possível aparentar certa “indiferença” quanto às questões relacionadas ao conflito e violência, que eu obviamente utilizava para me proteger. Não posso negar que sentia medo, um tipo de angústia ao pilotar a moto por estradas sem pessoas ou casas à vista, trechos que eu não conhecia e nunca tinha passado, sem saber ao certo até onde levavam ou quem poderia estar pelo caminho. Sentia medo de possíveis assaltantes de moto, ou de alguém que duvidasse que eu realmente fosse um estudante da universidade e “contratado” da Embrapa, sentia medo de encontrar animais ferozes, especialmente onça, sentia medo de cair nas pontes, de furar um pneu ou de que a moto “desse prego”, sentia medo de ser atropelado em uma curva e sentia medo até de uma chuva forte com muitos raios e que eu não tivesse onde me esconder. De certa forma, posso afirmar que o medo me acompanhou pelos cerca de 10.000 km percorridos em motocicleta durante essas primeiras incursões em campo. Felizmente nada disso aconteceu.

¹² Martins vai mais longe, e afirma “É praticamente impossível desvendar os segredos mais profundos da situação de fronteira, sua dimensão sociológica mais densa e significativa, com os instrumentos habituais da investigação reduzidos à ficção da neutralidade ética e da indiferença profissional e fingida do pesquisador. Em face dos confrontos radicais do humano e, sobretudo, em face da morte constantemente presente, é impossível pesquisar e conhecer por meio da hipocrisia convencional e pasteurizada das recomendações de manual. Sem aceitar a radicalidade do confronto que define a situação social da fronteira não se pode desvendar as fundamentais revelações sociológicas que essa radicalidade pode fazer” (DE SOUZA MARTINS, 2009).

É preciso explorar um pouco mais isso. Embora todos esses “medos” tenham um fundamento em situações reais, que muitos já passaram e eu apenas tinha ouvido falar, algo acontecera de tal forma que mesmo aquelas mais belas paisagens que eu jamais havia sentido e a calma dos lugares não movimentados, associados ao meu estado de contentamento com a pesquisa, não conseguiam me passar tranquilidade. Apesar de que em praticamente todas as situações fui muito bem acolhido, mesmo sob constante desconfiança – pois eu era um estranho vindo de algum lugar e dizendo que era estudante-pesquisador –, causando sempre suspeitas, minha sensibilidade esteve repleta de angústia; angústia que não era individual, mas coletiva. As imagens e os discursos que eu recebera sobre São Félix do Xingu e sua periculosidade me afetaram de maneira significativa, e não apenas isso.

Por muitas vezes eu ouvi confissões tímidas das opressões sofridas por pequenos posseiros instalados nas proximidades de médias e grandes fazendas. Ouvi muitos relatos de pessoas assassinadas nas estradas, ouvi muitas histórias tristes. Sempre me apertava o peito quando ao me despedir alguém me dizia: *Cuidado!* Apesar de não tentar me aproximar dessas questões, sem realmente me posicionar, certamente carrego o *ethos* que aparece na minha fala, na minha roupa, na minha cor e nos traços denotativos de certa condição social que indicam ou pelo menos sugerem uma identificação com aqueles localizados nas posições não privilegiadas socioeconomicamente. Especialmente por transitar sempre entre espaços sociais e de produção agropecuária tão diversos (desde pequenos até muito grandes estabelecimentos, representantes políticos, etc.) durante essa primeira pesquisa, foi notável a diferença do conforto que sentia em diferentes casos. A minha identificação com alguns em detrimento a outros, que apesar do esforço de camuflar, se escancarava.

Outro ponto dessas experiências a ser destacado aqui na metodologia foram as distintas reações por parte dos interlocutores nos diferentes trabalhos de campo (2008-2009 e 2013-2014). Essas distinções parecem dizer respeito à disciplina científica a que eu era associado (e às atuações ou funções que essa posição/disciplina ocupavam no imaginário local) e à vinculação institucional, ou mais precisamente à idealização da instituição. Em 2008 e 2009, sempre me apresentava como engenheiro agrônomo ocupado com o problema das pastagens, vindo da Universidade Federal do Pará (UFPA), nascido em Marabá e contratado por um projeto da Embrapa (raramente eu falava do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que era quem concedia a bolsa, em parceria). Imediatamente eu era vinculado aos problemas técnicos (ou às possíveis soluções) e era recebido como alguém que poderia “ajudar”, sendo recorrentemente interpelado a “dar dicas técnicas” sobre diversas situações nas plantas ou no

solo¹³. Já em 2013 e 2014, quase nunca me apresentava como agrônomo e sempre falava primeiramente que era um “pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nascido em Marabá e que morava em Porto Alegre para fazer o doutorado”.

Comparando os dois momentos, foi perceptível que na primeira vez havia uma identificação mais imediata com a questão técnica abrindo uma receptividade, seguida de certa decepção de ser de tão perto, sendo que a maioria não sabia que em Marabá era possível fazer esse curso de educação superior. No segundo momento, não havia uma identificação com a questão técnica, mas logo uma simpatia por ser alguém que “pelo menos” mora no Sul. Diversas vezes ouvi frases do tipo: “mas você que tá vindo lá do Sul sabe como é [mais desenvolvido]!”, ou, “o que é que você está fazendo nesse *fim de mundo*?”. Enunciações que não ouvi nas pesquisas em 2008-2009. Ao mesmo tempo, a vinculação a uma instituição “*que é do Sul*” era seguida por um tipo de incompreensão da pesquisa quando eu explicava que estudava “como a pecuária bovina foi evoluindo e se tornou o que ela é hoje”. Por diversas vezes fui questionado se era antropólogo, sociólogo ou repórter: *o tipo de gente que faz esse tipo de pesquisa*.¹⁴ Assim, tive a oportunidade de refletir acerca das diferentes posições que os técnicos e os pesquisadores ocupam no imaginário e também sobre a potência do “que vem de fora”.

Essas constatações, desde a experimentação do medo, que se modificou juntamente com as situações nos trabalhos de campo em 2013-2014 – que tratarei mais adiante –, até a percepção das diferenças de tratamento e expectativas por parte dos interlocutores, foram fundamentais para as proposições postas e, mesmo que não apareçam de forma explícita, percorrem as páginas desse texto. Não se pode fazer de conta que essas experiências não participaram na forma de compreender algumas dinâmicas sociais, como a importância do dito, do não dito e das visualidades para a construção de subjetividades que estão direta ou indiretamente envolvidas com a criação de bovinos em São Félix do Xingu. Longe de querer associar o medo aos lugares “remotos”, a uma terra sem-lei ou a qualquer tipo de barbarismos, o que se pretende é dar um lugar ao termo abrindo espaço para análises socioantropológicas

¹³ Em diversas situações era convidado a ir até os pomares, hortas ou jardins para observar insetos ou plantas com alguma clorose ou outras disfunções e dizer o que poderia ser aquilo e como solucionar.

¹⁴ Uma situação nesse sentido aconteceu em São Félix do Xingu, durante um comício eleitoral para governador, em agosto de 2013, quando corajosamente um grupo protestava com cartazes e palavras de ordem contra a coligação que discursava. Aproximei-me, mostrando interesse nos dizeres das faixas, sendo prontamente percebido pela meia dúzia de manifestantes, que aumentaram o tom das vozes a fim de chamar a minha atenção. Conversamos por algum tempo. Sabiam que se tratava de um “estranho” ao local. Ao final da conversa, que foi gravada, ela perguntou de que jornal eu era. Devido ao barulho, apesar de eu ter dito, ela não entendeu que era “apenas uma pesquisa de doutorado”. Quando expliquei o que estava fazendo ela frustrada perguntou: “*Mas isso aqui que eu te falei não vai servir para nada?*” Expliquei que sim, na pesquisa, mas não com algum efeito imediato na reivindicação política, pois eu não tenho poder. Foi decepcionante, para mim e para ela.

entendendo a sua potência no que concerne às dinâmicas sociais, especialmente ao que nos interessa, a institucionalização da pecuária bovina.

Como bem anotou o antropólogo Marc Augé (2013, p.8), “mais do que nunca, o mundo inteiro tem medo”, obviamente que em diversas intensidades e de coisas diferentes. Augé, tratando mais especificamente do contexto europeu, fala da forte relação entre o medo e a difusão acelerada de imagens, distribuição essa que pode funcionar como forma política de controlar, gerir e administrar a vida das populações. Não é gratuita a nossa insistência de colocar o “medo” como categoria analítica importante, tanto o “medo de perder” como um enunciado relevante para entender o processo de gestão geopolítica da Amazônia desde o final do século 19, quanto esse medo socializado da violência em meio rural em São Félix do Xingu que é experimentado pelos indivíduos. Embora sejam diferentes em termos de conteúdo, efeitos e funcionamentos, podem dizer muito sobre a formação das instituições. Por exemplo, o preço da terra em São Félix do Xingu já foi, e ainda o é, enormemente móvel em função do “medo” e da violência, conforme relatado por um(a) interlocutor(a), de 23 anos e que mora em São Félix do Xingu¹⁵:

“Naquela época [final dos anos 1980 – início de 1990], nós tínhamos uma terra, a mãe de tudo sabia plantar, e a terra ficava bonita, pois eles [os pais] trabalhavam bastante. Mas terra ainda não tinha valor. Um vizinho que tinha mais terra começou a implicar, começou a ameaçar, ele queria comprar a terra, o pai não queria vender a mãe era crente e disse para ele que não precisava perder a vida. O pai decidiu por vender a terra, mesmo sem querer, e com o dinheiro conseguiu comprar uma casa de tábuas em São Félix do Xingu, no brejo, e mais dois lotes, sendo um onde hoje é o centro da cidade”.

Insistindo mais um pouco sobre esse assunto, foram os trabalhos de campos de 2013 e 2014, quando São Félix do Xingu havia mudado e eu também, que me impulsionaram a observar mais atentamente essas questões. Alguns episódios da violência estavam ganhando uma cobertura da mídia, como o caso de Welbert, e o tipo de investigação que eu pretendia conduzir o olhar das pessoas para a violência e o medo, convidando, sem que eu assim sugerisse, aos interlocutores falarem de suas experiências. O principal episódio tinha ocorrido pouco antes da minha chegada nesse campo, e as investigações policiais ainda estavam em curso, em agosto de 2013, envolvendo um jovem de 26 anos que trabalhava em uma grande

¹⁵ Jalcione (nome fictício). Entrevista realizada em uma loja de São Félix do Xingu, 26 de setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p.136.

fazenda¹⁶. Tratava-se de um (conjunto de?) assassinato(s), que ninguém falava em voz alta, envolvendo importantes fazendeiros, políticos locais ou regionais e peões ou outros funcionários.

O episódio começou com a morte de um jovem tratorista chamado Welbert (26 anos). Em campo os relatos ainda estavam um tanto quanto desencontrados, mas convergiam para a mesma versão que apareceu em muitas denúncias na internet. Contaram-me que quando Welbert foi “pedir as contas” para sair da fazenda, chegaram a um acordo que lhe renderia a quantia de R\$ 18,000.00. O rapaz foi na data marcada para receber o valor e nunca mais foi visto. Diferentemente de outros peões, esse tinha uma família com alguns recursos, e quando sentiram sua falta começaram a investigar desde Belém, envolvendo a Polícia Federal. A versão que eu ouvi em campo informava que as investigações conduziram a um mandato que autorizava o esgotamento de uma represa nessa grande fazenda. Segundo a versão popular, as águas, quando baixaram, revelam o que se desconfiava: um local de desova de corpos humanos, que ninguém sabia ao certo quantas (entre 8 e 10) ou há quanto tempo estavam lá. O fundo da represa, agora sem água, revelava muitos segredos que não são novidades, mas que dificilmente ganhavam repercussão.

Esse acontecimento circulava de maneira muito discreta, por toda a cidade, mas como que gritava no contexto da pesquisa, agenciando muitas das entrevistas. O momento era de comoção um tanto quanto generalizada associada ao anseio por punição dos culpados por uma parte da população e, ao mesmo tempo, uma enorme tensão política. Depois, acompanhando as informações na internet, a outra versão é que havia denúncias de um cemitério clandestino na fazenda, que se chamava Lagoa do Triunfo e em outras reportagens Vale do Triunfo, e que o

¹⁶Durante todo o trabalho de campo, quase todos os informantes em algum momento comentaram o episódio de assassinato do peão em uma importante fazenda do grupo Santa Bárbara (de Daniel Dantas). A história que contam é que esse jovem trabalhou por um tempo para esse grande grupo de fazendeiros, e, no momento de receber as contas, teve que entrar para a justiça para receber. No dia de receber os R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) referente à dívida, foi assassinado. O caso ganhou repercussão nacional após a Polícia Federal encontrar supostos 8 corpos em uma represa em uma das fazendas. Segue o link de um vídeo com o Deputado Protégones falando do caso na Câmara dos Deputados, com a seguinte apresentação “Publicado em 24 de set de 2013. Em sessão hoje (24), no Plenário da Câmara dos Deputados, discursi sobre a investigação da Comissão Externa da Câmara, relacionada ao assassinato do trabalhador rural Welbert Cabral Costa cometido na fazenda - Agropecuária Santa Bárbara - do Banqueiro corrupto Daniel Dantas, em São Felix do Xingu, no Estado do Pará. O desaparecimento do trabalhador rural resultou na descoberta de um cadáver dentro da fazenda de Dantas. O corpo que foi encontrado com sinais de tortura era do próprio Welbert, que foi morto por ter reclamado os seus direitos trabalhistas. Na condição de Relator da Comissão, iniciei diligências e providências e concluí que a Justiça Comum do Estado do Pará e a Polícia Civil, não têm condições de chegarem aos mandantes do crime. Por isso, solicitei junto ao Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo que se faça a federalização destes delitos, para que outros supostos corpos que se encontram na propriedade do banqueiro, sejam resgatados” (<<http://www.youtube.com/watch?v=R1o2mHHCqQU>> acesso 15 mar. 2014).

corpo foi encontrado no interior da fazenda, cerca de 20km da guarita de entrada¹⁷. De fato, as informações eram desencontradas, mas parecia proposital o desencontro, convergindo em uma espécie de murmúrio que denunciava a violência que se ocultava nas águas e no solo da cidade, no interior das porteiras. O caso ganhou alguma repercussão da mídia crítica (Imagem 5)¹⁸ e, como um fio de novelo, esse evento levou a que muitos interlocutores relatassem suas próprias angústias e sofrimentos com a violência, que eram inseparáveis da evolução da pecuária bovina local.

Imagem 5 – Captura de tela da manchete ligada ao caso do assassinato de Welbert, publicada no dia 09 de agosto de 2013, antes de encontrarem o corpo



Fonte: Repórter Brasil (2013)¹⁹.

Nesse campo tornou-se praticamente impossível falar de pecuária bovina em São Félix do Xingu e os interlocutores não associarem à violência, e mais, não como algo esporádico e eventual, eram trajetórias inteiras repletas de angústia, como em alguns relatos que apresentaremos no capítulo final dessa tese, como por exemplo, a entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2013, que afetaria definitivamente as escolhas metodológicas e a decisão de abordar a questão do medo e da violência. Essa ocorreu em um dos sítios, quando encontrei o

¹⁷ Um jornal investigativo acompanhou o caso e publicou uma série de reportagens sobre o caso, que podem ser acompanhadas nesse link: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/08/policia-encontra-corpo-de-welbert-cabral-costa-em-fazenda-de-grupo-ligado-a-daniel-dantas/>> (Acesso em 12 jan. 2016).

¹⁸ No mesmo site, a foto aparece com a seguinte legenda “Área por onde se estende fazenda da Agropecuária Santa Bárbara, em São Félix do Xingu (PA). Enquanto predominava a dúvida sobre onde poderia estar o corpo, essa imagem sugeria os segredos que poderiam estar submersos.

¹⁹Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/08/onde-esta-welbert/>> (acesso em 12 jan. 2016).

Sr. Paulo²⁰, um dos entrevistados com mais de 80 anos, que conheci em 2008 ao fazer trabalho de campo nessa área. Dessa vez ele estava muito doente – com vômitos e tonturas – devido a um acidente e a uma cirurgia feita alguns meses antes. Contou-me que é filho de um militar que era capataz de fazendeiro, e trabalhou como ‘escravo’ dos 11 aos 21 anos de idade, sendo sempre muito duramente castigado pelo pai. Sua esposa, que também é muito idosa, está agora com muito mais habilidades que ele, deixando-o muito deprimido, conforme ele mesmo se manifestou, e que transcrevo no capítulo analítico sobre a violência. Como escrevi no caderno de campo:

Foi uma entrevista onde ele se emocionou muito ao contar sua história, de lembrar dos sofrimentos e das humilhações que ele e outros amigos passaram. Ele parecia estar desabafando comigo ao fazer aquelas declarações, parecia um balanço de suas próprias angústias. Eu também me emocionei, embora não tenha demonstrado com lágrimas. Foi sem dúvidas a conversa decisiva durante o meu trabalho de ‘campo exploratório’, me levando ao mesmo tempo a querer continuar, mas também a tomar algumas precauções de segurança física desse momento em diante (Caderno de campo 2013, p.152).

Depois desse encontro, nesse dia não consegui sair para outras entrevistas. Voltei para a casa e fiquei triste; disse aos meus anfitriões que estava com dor de cabeça e que precisava descansar. Parecia realmente que o meu projeto de pesquisas estava se desfazendo. O medo que eu sentia em 2008-2009 estava se modificando completamente. Comecei a ter cuidado com minhas anotações, fotografias e cadernos. Continuei as investigações sobre “as imagens e os discursos”, as transformações que São Félix do Xingu havia passado desde a criação de uma lista de desmatadores, desde o enunciado do “arco do desmatamento” e “arco de fogo”, etc. Terminei esse primeiro campo com a difícil decisão de aprofundar ou não nesse debate da violência e medo. Mas era tarde e já não havia como simplesmente fazer de conta que essa teia de acontecimentos não se interconectava com o meu tema de estudos. Como anotaram Rocha e Eckert (1998, p. 107) “o método etnográfico aponta para uma ética de interação, de intervenção e de participação construída sobre a premissa da relativização, onde os temas da interpretação e da crise de identidade pessoal do [pesquisador] despontam como centrais”.

No retorno à Porto Alegre, passei muitos dias triste, algumas vezes chorei e fui acometido por uma sensação de impotência gigantesca. Não sabia exatamente o que fazer. Eu também estava me transformando e sendo afetado²¹, no sentido atribuído por Favret-Saada, e que nos explica Márcio Goldman:

²⁰ Paulo (nome fictício), pecuarista familiar, entrevista realizada em sua propriedade, 29 de setembro de 2013, Caderno de campo 2013, p.148-153 (fiz muitas omissões para impedir qualquer identificação).

²¹ Experiência também compartilhada pela pesquisadora Lorena Fleury (2013) quando estudou conflitos em torno da construção da Usina de Belo Monte, também no Pará.

Nos termos de Favret-Saada, trata-se assim de ser afetado pelas mesmas forças que afetam o nativo, não de pôr-se em seu lugar ou de desenvolver em relação a ele algum tipo de empatia. Não se trata, portanto, da apreensão emocional ou cognitiva dos afetos dos outros, mas de ser afetado por algo que os afeta e assim poder estabelecer com eles uma certa modalidade de relação (GOLDMAN, 2003, p. 465).

Passei muitos dias pensando sobre mim e a minha condição de nativo, e principalmente no estranhamento que agora sentia a situações que eu sabia que existiam, mas nunca havia sido confrontado assim, tão de perto. Comecei a seguir na internet alguns jornais locais ou regionais do sul do Pará, e encontrei vídeos referentes à morte do jovem Welbert; muitas vezes tive que interromper o trabalho de pesquisas na internet quando encontrava vídeos sobre casos de violência em São Félix do Xingu e, com lágrimas, saía para caminhar, telefonar para amigos de dentro e de fora da universidade, com o objetivo de desabafar e compartilhar experiências que pareciam, em alguns momentos, insuportáveis. Decidi continuar, sem me interessar em casos particulares ou específicos de alguma violência, pensando também em proteger a mim e aos interlocutores.

Cerca de um ano depois desse trabalho de campo, no final de agosto de 2014 eu chegava a São Félix do Xingu novamente. A primeira interação foi realizada dentro do micro-ônibus que fazia o trajeto entre Marabá e Tucumã (pouco mais de 400 km). Sentei-me ao lado de uma senhora de 57 anos, evangélica, de pele morena clara e cabelos compridos e lisos, que carregava uma televisão de 14 polegadas, daquelas com tubo comprido, enrolada a um lençol. Era um presente dado por um dos filhos. Ofereci-me para levar a televisão, e o fiz durante mais de 2/3 da viagem. Chamemo-la de Joana²². Ela era muito comunicativa e foi uma conversa bastante agradável, que durou umas 4-5 horas. Passando direto ao assunto que estamos tratando: ouvi relatos tenebrosos de assassinatos cometidos por assaltantes e outros criminosos nos vilarejos às proximidades do rio Xingu, em geral em busca de gado, renda do gado, outros objetos ou dinheiro. Ela contou muitos casos de roubos seguidos de morte, e detalhou pelo menos três casos que ocorreram há menos de cinco anos que terminaram em linchamento ou tentativa de linchamento. Ela convive com o medo e a violência, e me envolveu com tantas experiências de sua constância na região e seus rituais de proteção, tratados mais detalhadamente no item 4.4.2.3.

Depois dessa viagem em que conheci Joana, cheguei a São Félix do Xingu e comecei a me acomodar para continuar o trabalho de pesquisas. Alguns dias após minha chegada, por volta das 19h, tive acesso a uma informação de um assassinato que fora perpetrado há 5

²² Joana (nome fictício). Entrevista realizada no interior do micro-ônibus, saindo de Marabá até a cidade de Tucumã, dia 20 de agosto de 2014. Moradora do PA São Sebastião. Caderno de campo 2014, digitalizado.

minutos, em um bar próximo de onde estávamos. Dirigi-me para o local, juntamente com alguns moradores, deparando-me com a seguinte cena: um homem negro, aparentando menos de 50 anos, caído com as pernas na calçada e o corpo no chão da rua, e muito sangue em volta. Ao redor, dezenas de pessoas, muitas crianças, inúmeros palpites, raras expressões de comoção ou surpresa, uma certeza: era um *“braçal que trabalhava aí pra dentro das matas”*. As roupas, as marcas do labor impressas pelo corpo e o fato de não ser alguém conhecido na cidade confirmavam isso. Fiz algumas fotos com o celular, ao mesmo tempo em que o delegado da cidade também as fazia, e afugentava as pessoas de perto, perguntando rispidamente se eles eram investigadores (Imagem 6). Era só mais um caso de violência difícil de ser classificada em rural ou urbana. Tentei descobrir mais um pouco, passei os próximos dias buscando alguma informação pontual, procurei na mídia local, e nada encontrei. Nenhuma das pessoas que falei sabia o que aconteceu em seguida, se houve investigação ou quais os motivos do assassinato. Todos tinham palpites variados, que incluíam rixas por terra ou gado, acerto de contas (e aqui cabe qualquer coisa relacionada à vingança), crimes passionais, entre outros. Também até hoje não sei.

Imagem 6 – Corpo de vítima de assassinato em São Félix do Xingu durante a pesquisa em campo



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Mas essas experiências de ser afetado iam além do medo – pois se fosse apenas isso se dissiparia tão logo me afastasse da cidade ou das pessoas. Também não eram apenas os resultados da observação, de algum tipo de envolvimento ou mesmo de empatia. Eu não estava lidando apenas com “as representações dos atores” ou com um jogo de manipulação de símbolos: eu também era um nativo lá, e não apenas isso, eu podia me encontrar nas cenas de alteridade narradas²³. Mas essa compreensão da afecção só foi ocorrer durante a fase final de escrita da tese, quando da retomada de inúmeros cadernos de campo e de outras anotações dispersas realizadas desde o mestrado, apoiado também por leitura de etnografias e outros textos, especialmente de Veena Das (DAS, 2011, 2012; DAS; POOLE, 2008), Márcio Goldman (2003, 2006) e também os de Cornélia Eckert e Carla Rocha (1998) e a tese de Lorena Fleury (2013).

Entre essas anotações encontrei um caderno que havia começado a escrever em 2010, intitulado *Anotações sobre a vó...*. Trata-se de um manuscrito onde eu transcrevia algumas entrevistas gravadas e outras notas sobre a trajetória da minha família materna. Esse caderno e a forma narrativa da breve pesquisa biográfica tinham sido estimulados pela professora Noemi Porro (UFPA), que estudava grupos de mulheres conhecidas como “quebradeiras de coco babaçu”. Dessa forma, eu tinha feito, no contexto do mestrado (realizado entre 2009-2011), um intenso movimento de entrevistas gravadas com familiares, especialmente a avó, tias e tios, em busca dos motivos que os fizeram migrar desde o Piauí na década de 1970, rumo ao Norte do país. Coincidentemente, esse movimento de entrevistas e reflexões acerca da minha família aconteceu ao mesmo tempo em que eu analisava as trajetórias de migração dos pecuaristas que estavam na época em São Félix do Xingu, nos anos de 2008-2009.

Sem o saber ou premeditar, o passado ia se revelando com essa “pesquisa familiar” concomitantemente com o desenrolar da pesquisa de mestrado, também abordando migrações (CLAUDINO, 2011). O conjunto de narrativas, dos pecuaristas familiares de São Félix do Xingu e da minha família, punham em destaque os deslocamentos, 2, 3, 4 ou 5 vezes, antes de, ao final da vida, encontrarem um pouso de permanência naquela localidade. Em muitas narrativas apareciam o gado, o fazendeiro, o desalojamento ou expulsão, a migração de 30 dias caminhando, as coisas em lombos de animais, as privações, os filhos, outros familiares e bens materiais e imateriais que ficavam para trás, a violência e as mortes. Todos esses

²³ Afecção aqui tem um sentido próximo ao proposto por Favret-Saada em suas reflexões nos estudos sobre feitiçaria no Bocage francês, mas diferencia-se bastante, pois na experiência da antropóloga a afecção se dá quando se “aceita ocupar um lugar e ser afetada” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 159), enquanto que no jogo da afecção que experienciei se deu mais pela condição de nativo, pelas experiências familiares e o pelo grau de exposição à violência, fazendo uma maior aproximação com aquilo de que trata Veena Das (2011).

deslocamentos, familiares dispersos, diferentes formas de opressão e perspectivas encontravam-se em espaços tão diversos, em trajetórias distintas, mas como algumas semelhanças. Passei ao menos os últimos 2 anos (2014-2015) a tentar descobrir porque aquela narrativa do Sr. Paulo, do seu passado trazido à tona, teve um efeito tão forte sobre mim e sobre ele, que ambos, silenciosamente, choramos, e de tal forma que eu não podia mais ser o mesmo em São Félix do Xingu e São Félix do Xingu já não era a mesma para mim. Talvez eu já não era mais o mesmo.

Foi assim que cheguei a alguns escritos antropológicos que me ajudaram a revelar essas relações familiares. Uma parte dessas transformações pode ser explicada por aquilo que Goldman (2003, p. 469) pondera, quando diz “que o ato de escrever modifica aquele que escreve. Na antropologia, a leitura das notas e dos cadernos de campo, a imersão no material coletado e, principalmente, a própria escrita etnográfica revivem o trabalho de campo, fazem com que sejamos afetados de novo”. Aquelas anotações familiares, relativamente distantes no tempo e aparentemente deslocadas da questão central da pesquisa de doutorado parecem ter provocado efeitos inesperados. Quem sabe, o encontro de um solo para a reterritorialização do próprio pesquisador, no momento de escrita. Outra parte dessa afecção talvez encontre uma resposta naquilo que Veena Das revelou em uma entrevista:

Por isso a etnografia como gênero me parece ser uma forma de conhecimento na qual venho a reconhecer minha própria experiência em uma cena de alteridade. Afinal, é da natureza da vida cotidiana que a significância dos eventos não seja dada no momento de sua ocorrência e é da natureza da experiência que seu significado nos diga respeito. Portanto, encontrar minha voz na companhia de outros é busca para uma vida inteira. Ao estar atento à vida dos outros, também damos sentido a nossas vidas, ou pelo menos é como sinto (DAS, 2012, p. 343–344).

Nesse caso singular, o que estava em questão parece ser uma experiência de trajetórias, que, mesmo não vividas pessoalmente, aconteceram na minha família próxima e transmitidas na forma de experiências narradas (mas também vista nas raras fotografias) que aos poucos abriam-se como experiências do passado de outros que eu acessava nas pequenas tentativas de entrevistas com a minha avó, tias e a minha mãe. Todas ex-quebradeiras de coco babaçu, deslocadas de diversos lugares em diversos momentos (inicialmente dos sertões do Piauí, no início dos anos 70) e deslocadas também da atividade extrativista, por conta de opressões fundiárias e expansão das fazendas de gado. Elas vieram a encontrar novas atividades nos centros urbanos; meus interlocutores, na pecuária em São Félix do Xingu. Mas esses últimos ainda estão a travar a luta com diversos dispositivos e formas de poder-saber que interpelam pelo controle do espaço e também das formas de fazer a pecuária.

A escolha do Sr. Paulo em narrar aquele evento, da década de 1980, entre suas memórias, frente à questão que eu tinha colocado acerca do desenvolvimento da pecuária bovina e as mudanças recentes, tinha uma potência de significação que não poderia ser desprezada, e parecia estar muito circunstanciada pelo momento de apreensão pelo esgotamento da suposta represa e os “mortos” lá submersos. Mas os assassinatos, a provável represa esgotada, os cadáveres, os fazendeiros, os peões, tudo aquilo, não eram exatamente eventos contingenciais. Também, como lembrou Das, falando de eventos de violências persistentes e o sofrimento das vítimas:

Aquilo que me parecia ser ritmos normais da vida familiar estava profundamente enraizado na violência de grandes eventos que teriam se desdobrado na vida cotidiana, quanto em momentos de levantes políticos em que o sofrimento das vítimas não estava sendo reconhecido (DAS, 2012, p. 343).

O murmúrio das pessoas sobre o episódio nos espaços públicos entre alguns informantes foi expressivo e indicava a proximidade com o perigo. Mas eu não sabia o que aquilo significava. Comecei a tratar a partir do medo e da afecção, como fiz nesse trabalho. Mas outras transformações aconteceram em mim, influenciando para além do tratamento teórico-analítico e da narrativa que se produziu tangenciada por essas experiências de violência e medo. Após esse trabalho de campo, especialmente tendo em vista que muitos passaram a ser amigos na rede social Facebook, *sem perceber* parei de postar conteúdos envolvendo a bancada ruralista, os governantes locais, a violência no campo, etc., reduzindo minhas postagens sobre coisas ligadas ao meio rural de maneira mais direta, o que era predominante antes na minha militância pela internet (até mesmo cancelei momentaneamente a conta no Facebook antes de ir ao campo, e criei outra conta com um nome diferente). Não entendo ainda o que se passou, mas algo me aconteceu, e talvez a categoria medo e afecção ainda sejam as melhores formas de expressar essa experiência individual e coletiva. Passei a militar em outros temas nas redes sociais. Era como se eu guardasse para a tese alguma energia que, de repente, iria explodir. Mas, caso explodisse, eu não seria mais o mesmo em São Félix do Xingu; era como se dependendo daquilo que eu colocasse nessa tese a minha segurança estaria em risco. Mas, na realidade, eu não sei de nada, absolutamente nada secreto que possa ter força de modificar qualquer investigação criminal. Talvez, esse sentimento esteja muito mais relacionado ao medo, afecção e a essa força que se sabe poder possuir, de falar a partir do texto, de um texto institucional que ocupa um lugar estratégico nas tramas do próprio poder que lá se investe.

É preciso deixar claro que a pesquisa não se concentra nos conflitos por terra ou questões trabalhistas, e muito menos a quaisquer casos específicos de crimes contra a vida humana. Não aprofundaremos a questão da violência, como o fez José de Souza Martins na pesquisa que resultou no livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* (2009 [1997]), e por isso, não precisamos adotar tão drasticamente todas as medidas de engajamento e posicionamento que ele propõe. Há mais ambiguidades quando se estuda a pecuária a partir dos grupos “que chegaram” que quando se toma diferentes grupos étnicos nativos e todos os demais, dificultando fazer uma definição clara e permanente de “vítimas” ou “algozes”, como foi possível à Martins. Assim, essa narrativa do medo e da violência deve ser tomada, para os propósitos de entendimento da tese, como a descrição de acontecimentos que são inseparáveis tanto da imagem da pecuária em São Félix do Xingu quanto dos processos de evolução e formação dessa enquanto uma instituição e ainda da própria afecção pela qual passou o pesquisador.

Nesse sentido, convém remarcar que o processo de afecção é inseparável de algumas escolhas analíticas aqui efetuadas, por diversos motivos. Tornou-se impossível falar em “evolução da pecuária em São Félix do Xingu” sem que os interlocutores remetesse suas narrativas – notadamente aqueles mais antigos no local e que se sentiam mais à vontade para conversar comigo – às situações de medo, violência e cuidado, seja ao narrar os acontecimentos pretéritos ou para me alertar sobre perigos presentes e futuros. Essa insistência contribuiu para que o meu olhar investigativo se direcionasse para esse fenômeno como parte integrante da constituição das imagens e discursos acerca da atividade, e também da própria trajetória da pecuária bovina regionalmente. Além disso, desde um ponto de vista metodológico, a descrição e a aceitação desses eventos e afecções como parte do próprio processo de produção do conhecimento abre possibilidades de repensar estratégias de pesquisa em situações com esse tipo de conflito, em que a vida dos envolvidos, incluindo a do pesquisador, passam por algum tipo de perigo, algo que ainda não foi bem incorporado nos estudos sobre desenvolvimento rural, pelo menos no Brasil. Conforme entrevista realizada a um pesquisador da Embrapa²⁴, que estuda na Amazônia desde a década de 1990, é muito difícil conseguir bolsistas e outros pesquisadores que queiram trabalhar por muito tempo em São Félix do Xingu, pelo medo de violência, sendo que, após o esvanecimento das ações governamentais, pós-2012, o fluxo de pesquisas e recursos foi direcionado para outros locais, como Paragominas, onde, além de outros motivos, há maior sensação de segurança.

²⁴ Geraldo (nome fictício), pesquisador da Embrapa. Entrevista realizada em Belém do Pará, 29 de setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p. 27-30.

4 AS IMAGENS, OS DISCURSOS E OUTRAS PRÁTICAS QUE PRODUZIRAM A “AMAZÔNIA” E AS PECUÁRIAS E(M) SUAS MARGENS

Por que desencavar os primeiros discursos e as imagens que remontam aos processos de “colonização” da Amazônia se a tese é sobre imagens e discursos da pecuária bovina, especialmente de São Félix do Xingu? Há relações entre as primeiras apresentações e narrativas sobre a Amazônia do descobrimento e as formas mais recentes de ocupação dos espaços pela pecuária bovina? Esse capítulo pretende colocar em revista as formas pelas quais a Amazônia apareceu nos cenários de discussões nacionais e internacionais desde o século 16, destacando principalmente aquilo que se sobressaiu: as populações, os recursos naturais e as possibilidades de transformar e tornar útil o território e as pessoas. Longe de pretender buscar continuidades, pois não se trata disso, já que o processo só é contemporâneo a si mesmo, interessa-nos o fato de que, uma vez produzidas imagens e discursos, essas sempre permanecerão como possibilidades para diversos usos. A pesquisa em arqueologia mostra bem isso, a cada descoberta novas interpretações e agenciamentos dos vestígios arqueológicos são retomados para novos engajamentos, novas constituições de identidades, novas lutas políticas.

Inúmeras teses recentes informam como as primeiras “visões” sobre a Amazônia dos descobrimentos têm sido reatualizadas nos processos de colonização das últimas décadas. Willi Bolle (2010, p.53), por exemplo, considera que o pensamento mitológico acerca do Eldorado e das guerreiras amazonas são como “chaves” para compreender as dinâmicas das políticas do Estado e os empreendimentos econômicos particulares recentes, incluindo as iniciativas “eco” (business; turismo, etc.) e também no mundo das artes. Já Edna Castro pondera que as promessas de riquezas inexploradas e inesgotáveis que marcaram o mito fundador da Amazônia foram retomadas na constituição dos projetos de expansão desenvolvimentista do século 20, onde as enunciações “Amazônia celeiro do mundo, de matas e tesouros infindáveis”, juntamente com as matrizes conceituais “civilização, integração e progresso” retroalimentam uma contínua produção de novos mitos (CASTRO, 2010). Dutra (2005), por sua vez, analisando a produção discursivo-imagética em programas de televisão, constata que a mídia retoma narrativas coloniais em novos discursos que polarizam de um lado os recursos e de outro os habitantes, dando visibilidade aos primeiros e invisibilizando aqueles que se convencionou chamar de “povos das florestas”, criando formas contemporâneas de seduzir espectadores através do imaginário idílico fortemente arraigando, reforçando-o.

Percorrendo esse trilheiro, nessa tese, o retorno aos primeiros discursos e imagens sobre a Amazônia aponta que a pecuária bovina em nossa região de estudos, que concentra a

maior parte das reservas indígenas do país, não pode ser compreendida sem tomar em conta a intersecção entre a criação de gado e a miríade de transformações que isso impôs e a forma de conceber as populações indígenas em oposição aos objetos da colonização. É possível afirmar que a pecuária não seria o que é, na região do médio Xingu, sem o confronto com os indígenas. O gado sempre representou a diferença. Ter gado, em alguns momentos, pode até mesmo significar não ser índio legítimo, como ouvi diversas vezes em campo: “eles têm até gado, não são mais índios!”.

Analisando os processos de “descobrimientos” e colonização do Brasil, e mais especificamente da Amazônia, fica evidente que muitas narrativas antecedem mesmo às investidas pragmáticas nos territórios. Quando essas ocorreram, o interior dos discursos já estava povoado de regras que definiram as possibilidades de emergência das enunciações, das práticas e também das hierarquias que deram posições para os sujeitos ocuparem, distribuindo os *status*, como bem anotou Foucault (2008). Não houve empreitada sem a constituição de saberes e de relações de poder por meio de descrições diferenciadas das populações que entraram em disputa, seus costumes e suas práticas, os recursos e seus usos, e novos circuitos de possibilidades de usos práticos e simbólicos desses recursos. Em algumas palavras, para compreender como a pecuária bovina tornou-se predominante, é preciso entender o que se disse e mostrou para justificar a colonização, pois aí encontraremos os dispositivos que compõem o jogo das diferenças que legitimaram as investidas sobre o território em estudos: como as populações e seus costumes, os recursos e seus usos, e as possibilidades de um “novo” território são apresentadas. Falar sobre populações originárias para tratar da institucionalização da pecuária não é apenas uma estratégia retórica.

4.1 SÉCULOS 16-18: CONHECER, CLASSIFICAR, CIVILIZAR E COLONIZAR TERRITÓRIOS E POPULAÇÕES

As primeiras e mais marcantes imagens e os mais incisivos discursos sobre o Brasil dos descobrimientos versavam sobre os indígenas e a suntuosidade da “natureza”. Enquanto a natureza fascinava pela fartura e, por isso, uma descrição encantadora, os grupos indígenas contatados tanto do litoral quanto ao longo do rio Amazonas recebiam outros olhares e descrições.

Curiosamente, os primeiros grupos a ganharem fama internacional foram os Tupinambás, conhecidos pelos rituais antropofágicos. Grandes obras foram publicadas ainda nas primeiras décadas do contato dando a ver as populações originárias da *Terra Brasilis*. A de Hans Staden

Nus, ferozes e antropófagos (STADEN, 1979)¹, seguida dos textos clássicos que também descreviam a antropofagia *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil, autrement dite Amérique*, Jean de Léry² (1578) e a do frade franciscano francês André Thevet³ *La cosmographie universelle d'André Thévet, cosmographe de Roy*; além das cartas dos missionários, mas essas eram de circulação restrita. Guardadas as diferenças, todas tinham em comum a descrição dos grupos indígenas que inspiravam terror. A mais famosa foi a obra de Staden que, publicada em 1557, alcançou sucesso imediato, tendo sido traduzida para muitos idiomas em seus primeiros anos. Até hoje as descrições e iconografia dessa(s) obra(s) fomenta(m) produtos literários, como romances, versões para o cinema, para o teatro, entre outras⁴. Não é para menos, afinal, embora já se soubesse da existência de antropófagos no “Novo Mundo”, naquela época, tratava-se da emocionante história de um alemão que foi ele mesmo prisioneiro, presenciou o ritual de antropofagia de que foi vítima outro cristão, mas

¹ O título completo do livro é *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo, a América: e desconhecidos antes e depois do nascimento de Cristo na terra de Hessen [Alemanha], até os últimos dois anos passados, quando o próprio Hans Staden de Homberg, em Hessen, os conheceu, e agora os traz ao conhecimento do público por meio da impressão deste livro* (STADEN, 1999).

² Pouco mais de 20 anos depois, outra obra parecida fez muito sucesso. Foram os escritos do protestante francês Jean de Léry, “*Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil, autrement dite Amérique*” (1578). O livro descreve a alimentação e as práticas agrícolas, as formas de matrimônios e a poligamia, além dos rituais de guerra e de antropofagia dos Tupinambás, etc. Primeiramente Léry faz uma descrição dos corpos dos indígenas para informar que não há nada que os distinga de outros humanos, não sendo nem monstruosos e nem frágeis, embora aparentemente ter mais força e muita vitalidade. Depois explica que não havia disputas por terra e nem comandos de reis ou príncipes, assim, as práticas de guerra e de canibalismo não tinham outro motivo que não fosse a vingança. Ele explicou que os Tupinambás, e outros grupos, tinham a tradição de capturar os inimigos e comê-los, vingando os antepassados que também foram capturados e comidos. Não lhes faltava de alimentos ou disposição ao trabalho e nem eram bestas humanas: o ritual fazia parte de uma cerimônia de guerra, que incluía “engordar” e insultar aquele que seria devorado durante uma grande festividade, plena de bebidas e danças (LÉRY, 1994, 2002). Tentando afastar-se dos julgamentos morais, ao final do capítulo em que falou da antropofagia, Léry chamou a atenção para crueldade em sua própria sociedade. Usou como exemplo o dia de São Bartolomeu, da França de 24/08/1572, onde milhares foram mortos e seus corpos em pedaços foram como que ofertados publicamente, devidos aos conflitos religiosos. Léry tentou demonstrar que antropofagia existia em toda parte, e a desumanidade dos selvagens deveria ser relativizada. Apresentando-os como um povo risonho, nu e selvagem, convidava a olhar para o “canibalismo” dos negociantes que sugavam o sangue dos concidadãos ou mesmo dos usurários que consumiam os meios de vida das viúvas e órfãos de sua época. Apesar do esforço de relativização, a imagem da antropofagia ainda predominava e durante todo esse período destacou-se o medo e a exotização dos indígenas, conforme apontou Lestringant no prefácio de uma versão francesa (LÉRY, 1994).

³ Em relação aos franceses, Thevet (frade franciscano), foi o primeiro a descrever o canibalismo dos tupinambás, e também o mito do herói civilizador. Seu testemunho foi contestado pelo protestante Jean de Léry, esse que fez de sua “Viagem” uma sátira indireta da Europa dilacerada pela guerra de religiões. Sendo também ele o portador da tese do bom selvagem que influenciou a literatura de Montaigne até Rousseau (LEROI-GOURHAN et al., 1947).

⁴ O filme brasileiro Hans Staden, da Lapfilme, lançado em 1999 (92 min.; direção e roteiro Luiz Alberto Pereira) “conta a história de Hans Staden, viajante alemão que, em 1550, naufragou no litoral brasileiro. Depois de algum tempo, foi capturado pelos índios Tupinambás e levado para a Aldeia de Ubatuba onde seria devorado num festim antropofágico. Mas com sorte e astúcia ele poderá escapar do seu destino” (apresentação do trailer do filme disponível no YouTube). Tem também a peça *Nus, ferozes e antropófagos*, da Companhia brasileira de teatro, estreada em 2014 na França, tendo sido apresentada nos dois países (informações disponíveis em: <<http://www.companhiabrasileira.art.br/nus-ferozes-e-antropofagos-apresentacao/>>. Acesso em 13 jan. 2016).

conseguiu escapar de ser comido, e trazia ao conhecimento do público “civilizado” essa experiência horripilante (DUVIOLS, 1979).

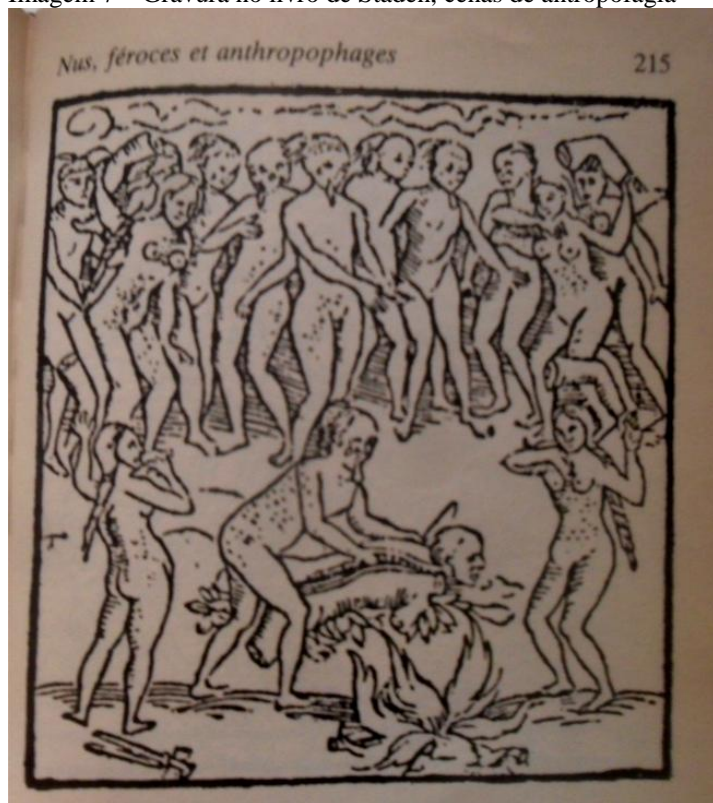
Obviamente que o público aguardava ansiosamente o lançamento da obra. Pouco se conhecia e tudo que pudesse surgir de novo, de similar ou de exótico com o imaginário europeu rapidamente se fixava como as possibilidades desse continente americano pleno de mistérios. Cada discurso e imagem sobre essas novas terras fixavam-se como verdades provisórias que não conheciam fronteiras bem delimitadas. Paisagens de mar e florestas, isolamentos e distâncias, guerras e cerimônias pagãs se confundiam. Se os indígenas do litoral faziam isso, imaginem os dos interiores? Não era possível definir quem praticava os rituais daqueles outros que não o faziam, e nem que tipos humanos ou feras habitavam os interiores. Hostis, antropófagos ou não, de qualquer forma, todos eram “selvagens”, pagãos e viviam nus naquela imensidão distante.

Mas a obra de Staden portava uma particularidade: as gravuras. Na época, os livros com imagens eram raros, e esse as continha em abundância (50); além disso, seu conteúdo era chocante aos leitores: um verdadeiro espetáculo. Segundo Jean-Paul Duviols (1979, p.10, 12), analista da obra de Staden, as imagens grafadas desempenharam um papel muito importante na leitura do texto, influenciando toda a iconografia posterior sobre a América, da mesma maneira que as descrições antropológicas o fizeram (como no caso da cartografia que deu origem aos Globos de Luis XIV). Texto e imagens mostravam, descreviam e narravam cenas de uma América angustiante e selvagem; em conjunto revelavam o desconhecido em movimento com uma vivacidade que ultrapassava de longe os antigos escritos de aventura (Imagem 7).

A experiência do cativo inundava as palavras e os traços das gravuras. Essas últimas forneciam informações quantitativas e qualitativas que não tinham por objetivo conduzir o olhar à contemplação da beleza ou do terror, mas ao duplo jogo da “imagem-texto”. Davam a ver o nunca visto – assim como posteriormente as Exposições – e anunciavam as características do conflito que se desenrolaria entre o “Velho e o Novo Mundo”. Os grafismos, segundo Duviols, seduziam pela novidade e, ao mesmo tempo, eram fontes de precisão topográfica dos eventos. Conduziam o leitor pelos lugares, tornando-os familiares, com uma evidente preocupação em mostrar a verdade dos relatos e dos eventos. As imagens, organizando uma sequência visual dos discursos, introduziam a dimensão temporal que se juntava à dimensão espacial informando, às vezes, o que o texto não podia dizer, fornecendo, nas palavras de Duviols “un cadre et une forme que le texte écrit vient remplir. La gravure offre un moule au texte qui s’y coule” (DUVIOLS, 1979).

Até então, predominavam as representações dos ameríndios como sendo povos da Índia ou associando-os às lendárias guerreiras Amazonas. Essas novas representações, especialmente a de Staden, abriam novas possibilidades de enunciações e visibilidades, onde o medo ocupava um lugar especial: “La peur qu’elle inspirait exigeait qu’on la représentât sur étal de boucher, avec une abondance de désordre et de membres dispersés” (DUVIOLS, 1979, p. 12). Apesar de todas as possibilidades para os cristãos, o novo continente era hostil e diabólico. O relato da destruição de um corpo humano e a sua ingestão por pessoas aparentemente calmas e risonhas davam às cenas características profundamente chocantes para o espectador europeu do século 16, fazendo com que as crueldades na própria Europa parecessem até menores que a dos ameríndios⁵. Apesar de tentar destacar também a vida cotidiana dos Tupinambás, a obra de Staden terminou por possibilitar uma condenação moral para com os indígenas.

Imagem 7 – Gravura no livro de Staden, cenas de antropofagia



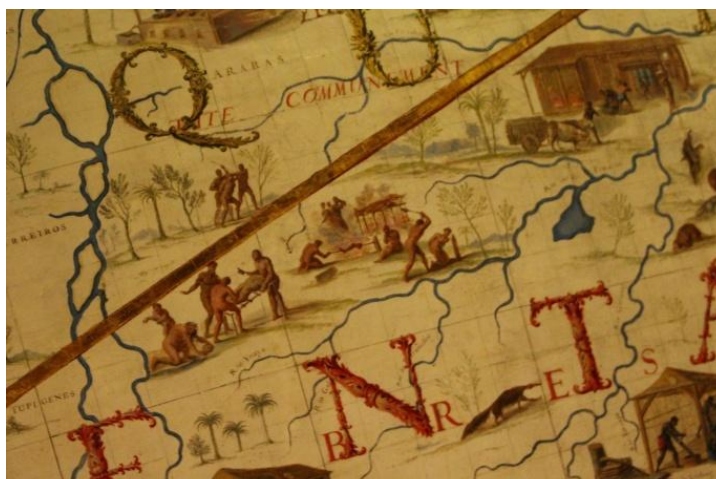
Fonte: Staden (1979).

⁵ O termo “canibalismo” está ligado ao momento específico de “descobrimto” da América, embora já existisse, foi principalmente a partir dos escritos sobre os Tupinambás do Brasil que a palavra “antropófago” se difundiu. Na Europa, especialmente na França e na Alemanha, nos séculos 9 e 10, bandos de matadores profissionais percorriam as campanhas e matavam os viajantes e vendiam sua carne nos mercados (FABER; ARMELAGOS, 1980 *apud* BOULAY, 2001). Também há registros de que mesmo após a idade média a prática continuou na Europa, dando origem a muitas lendas, como a do lobisomem. É possível encontrar uma infinidade de registros sobre casos recentes de canibalismo entre vítimas de acidentes de aeronaves que ficam isolados (BOULAY, 2001).

Além desses livros, mais literários e etnográficos, as cartas dos jesuítas enviadas desde o Brasil para Portugal foram outro foco de representações. Os escritos dos missionários, abrangendo o período de 1549-1570, demonstram que o entusiasmo dos primeiros tempos de contato – onde transparecia a perspectiva de um futuro radiante em que o Brasil se abria como um espaço infinito ao cristianismo – vai gradualmente dando lugar à “représentation d’un monde de peur et de joie, d’exaltation et de cruauté [...]. La peur d’Être dévoré, récurrente dans ces textes, est donc à la fois concrète et symbolique” (LABORIE, 1998, p. 25–26). O temor de serem devorados é constante e, assim como outros intérpretes da colônia à época, os jesuítas começaram a gradualmente reduzir as diferenças entre os grupos como sendo apenas de indígenas pacíficos ou agressivos. E essa simples distinção abria as possibilidades de se combater, utilizar seus serviços, transformar ou eliminar os diferentes grupos e os seus costumes e práticas.

As imagens abaixo dos Globos de Coronelli, feitos em Paris entre 1681 e 1683 e oferecidos ao rei Luis XIV, são um exemplo disso. Trata-se da peça mais monumental dos acervos da BNF e oferecem uma representação sintética do céu e da terra, como uma cartografia completa e mais avançada da época. O destaque à antropofagia que ocupa a maior parte do Brasil, e ainda predominam nas representações atuais destinadas às pessoas com deficiências visuais e auditivas, evidenciam a visão geral do Brasil Central das proximidades do curso do rio Tocantins e Araguaia (Imagem 8). Na tela interativa de explicação da representação, atribuída em 1722, assim está escrito: “Des sauvages anthropophages. Tous les sauvages de l’Amérique sont anthropophages. Herrera parle de quelques-uns de la province de terre ferme qui mangent leurs morts, jusqu’à leurs plus proches parents, celle de leurs ennemis crue et toute palpitante et enfin qui tiennent boucherie de chair humaine” (BNF; CORONELLI, 1722).

Imagem 8 – Globos de Coronelli, exposição permanente BNF. Detalhe para o ritual de antropofagia



Fonte: Dados de pesquisa, Exposição permanente, BNF (2015)

Nesses primeiros momentos, o foco da maioria dos expedicionários se direcionava aos recursos “disponíveis” e às suas possibilidades, não apenas para explorar, mas também para colonizar. Assim foi na primeira travessia europeia no rio que foi chamado, desde então, de Amazonas, encetada entre os anos 1541-1542 por Francisco de Orellana e o frei Gaspar de Carvajal, saindo de Quito⁶. Bolle (2010) nos mostra como essa viagem pioneira de descobrimento serviu como texto fundador da Amazônia, já apresentando um projeto de colonização que incluía a dominação sobre os indígenas. O relator da expedição capricha a pena nas descrições vantajosas da terra, dos produtos naturais com propriedades medicinais e mercantis e, também, nas possibilidades de encontrar um lugar encantado de onde brotava ouro de um lago⁷. Como ponderou Bolle, depois de relatar as dificuldades e as lutas armadas contra os indígenas⁸, Carvajal destacou em seu relatório “os recursos e a opulência da região, com vistas à futura colonização” (BOLLE, 2010, p. 45).

O projeto da expedição era claro: “fazer com que aquela terra e aquela gente bárbara sentissem respeito aos que a conheceram [...] porque isso equivaleria a servir a Deus Nosso Senhor e ao Rei Nosso Senhor”, a fim de que futuramente se “pudesse estender com mais facilidade a sagrada república, a fé cristã e a bandeira de Castela” (BOLLE, 2010, p.45). Bolle enumera alguns indicativos, a partir do relato de Carvajal, de que o projeto de colonização da região do Amazonas já estava bem elaborado, entrelaçando a descrição da fertilidade das terras, da existência de pastagens, das minas de ouro e das mulheres guerreiras (Amazonas). Essas, que na descrição da expedição, eram “muito brancas e altas, de longos cabelos loiros e musculosas” dominavam grande parte das tribos das regiões e recebiam tributos em serviços ou outras formas. Não era apenas o que hoje entendemos por mito, mas a indicação de que ao longo das margens do Amazonas já “havia implantado um tipo de colonização” (BOLLE, 2010, p. 48). Assim, os diversos grupos indígenas já estariam acostumados ao exercício do poder por parte das mulheres brancas e altas... como os europeus. Era só tirar o poder das mãos dessas

⁶ Orellana foi inspiração para o filme *Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal* (*Indiana Jones and the Kingdom of the Crystal Skull*), de Steven Spielberg, 2008 (BOLLE, 2010).

⁷ Os massacres e pilhagens que os espanhóis fizeram das riquezas dos Incas, e também no Novo México e em Quito, comandados pelo sanguinário Francisco Pizarro, davam substância ao mito do *El Dorado* que começava a tomar forma (BOLLE, 2010). Dois séculos depois, o viajante La Condamine, afirmou que os indígenas, ao perceberem a loucura dos europeus pelo ouro, passaram a criar narrativas do *El Dorado*, sempre distante de suas próprias terras, afastando assim os hóspedes indesejáveis.

⁸ Em uma parte do relato, Carvajal, anunciando um conflito armado, informa que os indígenas “vinham aos gritos, tocando tambores e trombetas de pau, ameaçando de nos comer” (BOLLE, 2010, p.42). Os indígenas foram derrotados pelos “bravos heróis” espanhóis, que tomaram o porto e saquearam os alimentos.

guerreiras, que eles mesmos, em sua pequena expedição, já demonstraram poder vencer, e tomar posse das riquezas e estabelecer o governo.

Dessa forma, seja entrando pelo Nordeste, Norte e Oeste, diferentes frentes de descobrimento, colonização e catequização avançavam para aquela parte da colônia. Essas movimentações disseminavam o mito do ouro fácil, das terras férteis e paradisíacas, dos indígenas bravios e antropófagos. As disputas, não apenas pelos recursos, mas pela legitimidade das ações, estavam apenas começando. Muitos grupos distintos se encontravam no território: os indígenas, os missionários e os viajantes mais esporádicos de diversos países (como Portugal, Espanha, França, Holanda), alguns homens e crianças abandonadas pelos navios para procurar madeiras, outros pobres e os condenados que eram enviados em um regime de condicional (conhecidos como os “degredados”), os colonos ricos que possuíam terras, os funcionários reais e os escravos (LABORIE, 1998). Inúmeros mapas e relatos das expedições direcionavam os caminhos, descreviam os recursos e classificavam as populações e os seus costumes. Nesse ínterim, o relato do expedicionário Orellana no Amazonas “constituía-se uma bem elaborada ‘construção discursiva’ – bastante persuasiva para poder despertar [...] o gosto de colonizar a Amazônia” (BOLLE, 2010, p. 48).

O indígena passou a ser tratado como um *problema* a resolver, pela força e pela fé. E, não há força social e nem fé sem discursos. Dependendo de seu temperamento, esses poderiam apoiar o trabalho dos colonizadores ou impedir, e a intensidade dos medos que provocavam legitimavam as formas de ação, seja a catequização, a escravização ou a eliminação nas “guerras justas”. Só seriam tolerados e aceitos aqueles que tivessem comportamento moral, sexual ou de trabalho parametrizados com as normas predominantes vindas dos colonizadores (especialmente clericais). A proibição do massacre e escravização dos indígenas, promulgada pela rainha da Espanha, Isabelle a católica, em 1503, não se aplicava aos antropófagos e nem para as situações de “guerra justa”, abrindo a brecha para o comércio de indígenas que eram prisioneiros das tribos inimigas (EXPLORATEURS, 1997). Afrouxando ainda mais as possibilidades de escravização, o alvará de 28 de abril de 1688 permitia que fossem escravizados os indígenas capturados em guerras ou ações de resgate “justas”, sendo que as anotações feitas pelas tropas serviam como comprovação da condição de cativo, o que possibilitou o comércio ilegal de escravos indígenas (SOUZA E MELLO, 2007).

A colonização prosseguiu e, como é de conhecimento geral, muitas outras expedições aconteceram no decurso dos primeiros três séculos ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, mas nenhuma que percorresse todo o Xingu. Entre as expedições posteriores pelo Amazonas, a mais célebre é a do francês Charles Marie de La Condamine, realizada entre os anos de 1735-

1745, também partindo de Quito e atravessando o Amazonas, seguindo a mesma rota que Orellana fizera dois séculos antes. Ele tomou as medidas do rio e a profundidade, corrigindo algumas numerações dos anteriores, mostrando um interesse especial pela fauna, flora (com forte interesse pelos venenos e poções indígenas), tendo sido pioneiro em descrever e dar a conhecer aos europeus, de maneira mais sistemática, as propriedades do látex (EXPLORATEURS, 1997). La Condamine encontrou os indígenas menos agressivos que para com Orellana, depois de dizimados pelas doenças e pela captura para escravização. Para ele, Orellana havia exagerado nos relatos da bravura e ponderou que os canibais ou indígenas muito bravos tinham deixado as margens do rio, deslocando-se para os interiores (BOLLE, 2010).

Apesar dos espanhóis terem sido os primeiros a “descobrir” o Amazonas e a navegar sobre suas águas, foi essa a expedição que se consagrou como aquela que atravessou e realmente produziu um verdadeiro saber, sendo considerada a primeira viagem científica a se valer de aparelhos de cartografia e de observação bem sofisticados. Ao final de sua missão, La Condamine, tinha todos os elementos para produzir mapas, gráficos, etc., resultados das observações de plantas e seus usos, da geografia, da fauna, dos habitantes e de seus costumes. Na literatura brasileira ele é visto de forma amigável pelas informações que produziu sobre a região, sendo até mesmo elogiado por Euclides da Cunha⁹(LEROI-GOURHAN et al., 1947).

La Condamine esteve determinado a confirmar a veracidade dos escritos dos antigos exploradores sobre as mulheres guerreiras. Capturado pelos mitos das amazonas e do Lago de Eldorado, enunciados por Orellana, pelo frei Gaspar de Carvajal e também pelos padres Aucuña e Fritz, La Condamine passou a reavivar esses mitos, fazendo-o circular por todas as povoações por onde passou em busca de informações. Ele, durante uma boa parte de sua jornada, fez desses mitos seus objetos de busca, realmente encantado com as possibilidades. Ao final, pode perceber que eram fatos sociais, provindos da ânsia europeia de remontar mitos clássicos e também das condições das mulheres indígenas, às vezes vivendo como escravas dos homens que constantemente partiam em guerra. De qualquer forma, desde seu barco “piroque” ou de um maior, “Il nous décrit un espace hostile et inconnu. Il découvre les îles par les contours, de manière superficielle. Il parcourt d’immenses forêts, sous un climat constamment pluvieux, à travers des torrents, franchissables par des ponts de lianes ou des rivières traversées

⁹ La Condamine elaborou uma vasta cartografia desde o rio que era chamado de Maranhão até o Peru, passando pelo rio Amazonas (LA CONDAMINE; NOUAILHAT, 1991 [1745]). Muitos de seus mapas encontram-se atualmente disponível on-line na biblioteca Nacional da França (<http://gallica.bnf.fr/>). Pode-se constatar a qualidade e minúcia das descrições do cartógrafo, sendo esse o motivo dos elogios de Euclides. Ele parece ter sido o primeiro a descer o rio Amazonas até chegar a Belém do Pará, entre os anos de 1743 e 1744.

à gué”, tendo sido seus escritos confirmados por Humboldt et Bonpland, em 1799 (MULLER-WIRTH, 2008, p. 114).

Pode-se dizer que os textos de La Condamine fazem parte da transição entre o novo racionalismo e o racionalismo do século dito clássico. Esse novo racionalismo se baseava sobre campos empíricos, com regras lógicas e critérios racionais, propondo que o conhecimento da natureza se dava pela descrição e classificação das espécies, indicando que o Amazonas é “um outro mundo, acessível, mas diferente, hostil e exótico” (MULLER-WIRTH, 2008, p. 115). Um certo aprendizado sobre como lidar com esse novo mundo desenvolvia-se gradualmente à luz dos conhecimentos naturalistas, missionários, entre outros, provocando mudanças constantes nas regras, nos enunciados, enfim, na forma de ver e de falar sobre e com as populações na Amazônia. O aprendizado não era apenas acerca dos elementos naturais.

Em termos de experiências em relação às populações, parece que o século 18 constituiu-se como um certo laboratório desse jogo da diferença e do “fazer querer” (LOPES, 2000¹⁰ *apud* DUTRA, 2005). Desde a metade daquele século, o rei de Portugal envia a Francisco Xavier de Mendonça (capitão-general do Pará e Maranhão) as instruções para que nenhum indígena fosse feito de escravo “por nenhum princípio ou pretexto” (LOPES, 2000 *apud* DUTRA, 2005 p. 63-64). Esses deveriam ser atraídos voluntariamente e deveriam ter a liberdade para decidir se engajar nos empreendimentos da coroa portuguesa, mas recebendo uma justa compensação pelos seus trabalhos. Essas instruções deveriam ser repassadas de forma a convencer os colonizadores das vantagens de se ter “homens” que lhes queiram servir, sem a necessidade de força bruta, ou seja, “uma empreitada que contasse com a colaboração do indígena” na submissão de seus corpos e almas, valendo-se do jogo da diferença entre colonizador e colonizado. Esse processo de persuasão equivalia a uma “racionalização do programa de colonização” em que a legitimidade se daria pela “premissa da suposta incompetência para [o outro] autodeterminar seu destino” (LOPES, 2000 *apud* DUTRA, 2005 p. 64). Isso não quer dizer que as ações violentas deixaram de existir, mas a experiência dos colonizadores nos séculos anteriores já havia ensinado que mais do que força e violência, naquela região era preciso construir estratégias para o engajamento.

¹⁰ LOPES, E. Ler a diferença. In: BARROS, D. L. (org.). Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos. São Paulo: EDUSP/FADESP, 2000, p.11-26.

4.1.1 A pecuária que cresceu em “fuga” e a constituição de uma “máquina de guerra”

Concomitantemente ao processo descrito acima, e sem nenhuma relação aparente, um movimento em outra parte do país crescia, saía do litoral nordestino e “conquistava o sertão” pela pata do boi. Trata-se da pecuária bovina que foi “expulsa” do litoral e gradualmente foi tomando direções diversas e conquistando autonomia, que chegaria região do Xingu no século 19. É aqui que começaremos a explorar empiricamente o conceito de “máquina de guerra” para tentar lançar um outro “foco de luz” sobre uma pecuária dita de “subsistência” que foi interpretada em seus sentidos mais negativos.

As principais explicações sobre a história da pecuária no país informam que a mesma emergiu induzida pela economia dos engenhos de cana que se expandia. A alta rentabilidade do sistema açucareiro levou à especialização e os empresários não queriam desviar seus fatores de produção, reduzindo ao máximo o uso de área para outras atividades, mesmo aquelas destinadas à alimentação dos escravos. Um grande esforço fora despendido para evitar o surgimento de qualquer setor que concorresse com a economia metropolitana, inclusive, e principalmente, a pecuária bovina. Porém, ao mesmo tempo em que se expandia a economia açucareira aumentava a necessidade de animais para transporte e tração e também ficava evidente a incompatibilidade das duas atividades em um mesmo espaço (FURTADO, 2005 [1959]). Assim, a pecuária foi proibida de ser praticada no litoral, mas crescia e com dinâmicas peculiares nos interiores, como expressou Simonsen:

Não havia o arame, o grande elemento pacificador e protetor da cultura dos campos. Daí uma das razões da retirada dos currais de criação para o sertão brasileiro, longe dos engenhos, dos canaviais e dos mandiocais e em terras mais pobres que não poderiam ser aproveitadas para as culturas exigidas pelo número crescente dos engenhos do litoral. Uma Carta Régia de 1701 proibia mesmo a criação a menos de 10 léguas da costa. Os currais foram, então, penetrando e ocupando o interior. Começaram pelo sertão da Bahia (SIMONSEN, 1937, p. 198).

Daí por diante as atividades se separaram e se distinguiram radicalmente. A economia açucareira era fixada (mas algumas matérias-primas, como a madeira para os engenhos, obrigavam o deslocamento) e a pecuária ia ficando cada vez mais móvel, como expressou Furtado: “a ocupação de terra era extensiva e até certo ponto itinerante [...], sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente” (FURTADO, 2005, p. 65). Além disso, enquanto os engenhos dependiam de muito capital de giro, de muita mão de obra e reposição de maquinários, a pecuária dependia de pouco capital, baixa demanda por mão de obra, e ainda fornecia alimentação e matéria-prima (couro) para fabricação de muitos produtos,

tornando-se cada vez mais uma atividade de *subsistência*, com baixa dependência dos mercados e governos, criando uma categoria à parte, influenciando a forma como ocorreu a entrada nos interiores do país.

Completando o corolário de explicações sobre como uma parte dessa pecuária itinerante transformou-se em atividade de subsistência, a sistematização de Celso Furtado é uma das mais conhecidas. O economista explicou que essa subsistência derivou da decadência do sistema canavieiro, principal setor de trocas monetárias com a pecuária, associada a fatores favoráveis como o próprio crescimento vegetativo do rebanho, a quantidade de terras livres com pastos, a incorporação gradual de mão de obra dispensada das principais atividades econômicas no litoral, a distância do litoral, que aumentava o isolamento e os sistemas de partilha das crias que substitua a moeda, o que permitia incorporar o excedente populacional sem a necessidade de renda monetária; e, apesar do aumento vegetativo, não aumentava em produtividade, provocando a involução econômica (FURTADO, 2005).

Já Nelson W. Sodré (1990 [1962], p.122-125), dividiu as relações entre o sistema açucareiro e a pecuária em três fases: na primeira o engenho depende do gado, e o senhor do engenho é também o criador de um pequeno rebanho; na segunda fase, o crescimento dos rebanhos e das lavouras levou à generalização da separação, e o gado vai sendo deslocado para o sertão, porém, embora separadas, o proprietário do engenho é também o dono do gado; a terceira fase é o rompimento, separação completa entre as atividades. O gado ganha o sertão, e as populações que cuidam do gado trazem para comerciar no litoral, e levam o pouco que precisam. Em algum tempo, começam as trocas internas entre agricultura e pecuária e a atividade vai se fechando mais ainda, reaparecendo também, no processo, certa acomodação do colonizador com os indígenas; geram-se relações feudais no pastoreio, pela incompatibilidade com o trabalho escravo. Na decadência do sistema do engenho “reaparecem, com o pastoreio sertanejo, áreas isoladas sem dependência direta da metrópole, ou dos mandatários desta, autônomas, desligadas de qualquer acomodação com a coroa. No sertão não há poder público; o poder privado ali é exclusivo”. Segundo Sodré, o fato de não competir com nenhuma atividade metropolitana ou da colônia contribuiu para que não recebesse sanções que a coroa impunha a todas as formas de concorrência colonial: “a pecuária era, na verdade, um campo livre, ao sabor da iniciativa dos que dispunham de condições necessárias para enfrentá-la”.

Sodré (1990), e muitos outros, atribuíram a conquista do sertão a essa dinâmica da atividade pastoril, tendo grande peso o tipo de relações de trabalho que se desenvolviam nos campos. Furtado (2005) destacou que essa forma nem escravagista e nem assalariada – pois os pagamentos dos serviços eram em partilhas das crias (por exemplo, 1 cria a cada 3, ou outros

esquemas) – tornava possível a muitos, depois de algum tempo de trabalho, iniciarem a sua própria criação, ocupando também pastagens livres. Alguns indígenas começavam a se adaptar na lida com os animais, tendo até mesmo se agradao, especialmente por utilizarem cavalos para o manejo dos animais. Mas Furtado, e outros, notaram que os indígenas eram tanto incorporados quanto combatidos no desenrolar das atividades pastoris, e isso dependia de muitos fatores. Como explicou Simonsen:

Era mais fácil aos criadores, do que aos senhores de engenho, estabelecerem um *modus vivendi* pacífico com os índios. O trabalho das fazendas de criar era incomparavelmente mais suave e mais adaptável ao temperamento dos índios do que o rude labor dos engenhos em que o autóctone perecia em pouco tempo. Daí, as alianças com diversas tribos selvagens, que permitiam a mais rápida expansão dos currais. Isso não impediu, no entanto, que se tornassem necessárias várias guerras de expulsão e de extermínio a muitas tribos, que se opuseram à expansão dos currais, ou que vieram a hostilizá-los (SIMONSEN, 1937, p. 198).

Apesar da baixa rentabilidade (principalmente da venda de gado no litoral e da exportação de couro) e ocupando insignificante parcela da população, a criação tornava-se mais atrativa para os colonos pobres do que a economia centralizada dos engenhos. Assim, dependendo praticamente de terra com pastagens, água e sal, uma “pecuária itinerante” que se desenvolvia por deslocamentos seguindo o fluxo das matérias-primas (e não o dos mercados), foi sendo recorrentemente captada pela metáfora das “ondas”, como no texto de Vânia Vaz (2013). Mas parece, e é isso que vamos explicar melhor em tópico posterior, que entre alguns grupos de pecuaristas havia mais do que o “seguir o fluxo das matérias”. Conforme bem captado por Vânia Vaz, baseando-se em documentos de religiosos e também autores clássicos do pensamento social brasileiro (como Werneck Sodré, Celso Furtado, Caio Prado Júnior e outros), os sertanejos de cultura pastoril tinham aversão às normas jurídicas, ao poder político formal e também às regras de condutas impostas pelos missionários, apesar das demonstrações de fé (VAZ, 2013).

Ainda sobre algumas características específicas dos grupos, em referência ao texto de Sodré, Vaz (2013, p.24) destacou que “o caráter móvel do regime pastoril não permitiu que deixassem vestígios arquitetônicos, entretanto sempre propagaram sua cultura através de suas vestes, instrumentos de trabalho e utensílios pessoais, produzidos por meio de sua grande matéria prima: o couro”. A historiadora complementa:

Outras características, desse processo itinerante, do desbravamento de territórios por meio da pecuária, mantiveram-se do período colonial até as últimas décadas que antecederam a Proclamação da República Brasileira. Exemplos desses processos contínuos foram o contato/ e ou conflitos com as tribos indígenas e o afastamento das

áreas já delimitadas como territórios de alguns grandes latifundiários, os quais no final do século de XVII, já ocupavam, bem como disputavam entre si, grandiosas porções de terras inclusive nos sertões do Maranhão e Goiás (VAZ, 2013 p.25).

Alguns estavam em constante movimento, como que em fuga incessante, criando rotas, fazendo caminhos, territorializando-se ao se desterritorializarem¹¹. O próprio sistema de partilha em que o sertanejo recebia parte das crias, não parava de produzir linhas de fuga (para utilizarmos o termo deleuziano), pois tornava possível constituir o próprio rebanho sobre as pastagens que estavam ou se tornavam livres com a sua passagem¹². Não se está dizendo, e isso realmente não é o mais importante, que essas populações tinham, como os Tuaregues ou os Toubou do Saara, a ancestralidade nômade (BAROIN, 2003); diferem também dos *transumantes*, pois o movimento não é cíclico; também não parece ser o caso, para alguns deles, da definição mais costumeira de migrantes que, diferentemente dos nômades, buscam a fixação pelo deslocamento, ou seja, vão de um ponto a outro, mas a meta é a fixação¹³. Deleuze e Guattari (1997, p.71) fazem uma excelente reflexão sobre a constante reinvenção da máquina nômade, que não exclui misturar-se com outros grupos, estabelecer relações, inventar ferramentas e novas armas, revidar, fugir ou renascer em outro lugar: “Ocorre ao homem de guerra formar alianças camponesas ou operárias, mas, sobretudo, ocorre ao trabalhador, operário ou camponês, reinventar uma máquina de guerra”.

A cada “onda” e nas “fugas” ou no processo mesmo de incorporar e combater, o movimento dessa pecuária tornava-se como uma “máquina de guerra” que abria espaços (deixava-os *lisos*) propiciando a estruturação das formas de sedentarização, que, por sua vez, possibilitavam formas de governo e muitas consequências à circulação, ou, para utilizar termos de Deleuze e Guattari, o *estriamento* dos espaços. Não é o caso de todos, mas a pecuária “de passagem” abria um terreno que depois era ocupado, e a sua finalidade primeira nem era a guerra contra os indígenas ou outros que já estivessem nos espaços e nem era permanecer (não estamos falando aqui dos sanguinários bandeirantes). Parecia realmente um movimento sem

¹¹ “A própria determinação dos sertanejos que se embrenharam pelos mais difíceis e longos caminhos, já construídos ou a construir, os motivava na constante penetração pelo interior do Brasil. À medida que desbravaram territórios, se distanciaram das normas e condutas estabelecidas pela sociedade que se avigorara cada vez mais nos núcleos urbanos” (VAZ, 2013, p.25).

¹² Furtado (2005, p.67) destacou a importância desse sistema de partilha para a autonomia de muitos vaqueiros, se constituindo também numa forma de atração para a atividade: “aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado. À semelhança do sistema de povoamento que se desenvolveu nas colônias inglesas e francesas, o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria”. Esse sistema também foi confirmado para o Pará por Moreira Neto (1960 *apud* VAZ, 2013).

¹³ Essa diferenciação é feita por Deleuze e Guattari (1997). Para uma discussão sobre migrantes e campesinato no Pará, consultar a obra de Jean Hébert *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia* (Belém: Edufpa, 2004).

motivação adequada ao seu próprio momento e à sociedade circundante, conforme veremos adiante na discussão sobre como o controle dos nomadismos se deu a partir da produção de discursos e imagens que deslegitimavam todas as formas de assim circular e utilizar os territórios.

De certa forma, reconheceu-se posteriormente que o processo itinerante, iniciado ainda no final do século 17, tinha sido, em partes, responsável por significativas transformações nos territórios por onde passavam e tornado possíveis os povoamentos. Parcial porque, como demonstrou Fábio Silva (1982, p. 23), o debate que ocorreu nos anos 1960 em diante, tomando por base as relações de produção e as atividades econômicas realizadas, passou a diferenciar as “frentes pioneiras” das “frentes de expansão”¹⁴. Embora os sertanejos nordestinos criadores de gado fossem considerados como pioneiros, pela cronologia de presença, não deveriam ser “enquadráveis na categoria frentes pioneiras”, pois “esses movimentos expansionistas, até meados do século 18, não originaram zonas pioneiras”, uma vez que (dessa parte o autor vale-se de citação direta de Leo Waibel), “no sertão brasileiro, as condições de vida primitiva e sem organização, que transitoriamente encontramos em todas as ‘frontiers’, tornam-se um aspecto permanente”, assim, distintamente desses sertanejos itinerantes envolvidos com a criação animal, “o pioneiro procura não só expandir o povoamento, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida” (WAIBEL, 1979¹⁵ *apud* SILVA, 1982, p.22-23).

O que aparece no texto de Silva, que faz uma excelente discussão sobre “frentes”, é a convergência teórica entre as ideias de frente de expansão e o campesinato, em oposição à frente pioneira, essa última caracterizada pelas relações capitalistas de produção. E aqui reside um questionamento que gostaria de propor, para encaminhar a ideia de máquina de guerra. O corpo teórico predominante acerca do surgimento do campesinato no Brasil – pensado na tríade terra, família e trabalho –, tem na condição de posse a principal estratégia contra o monopólio da terra, daí os posseiros figurarem como precursores da pequena propriedade (a partir da metade do 18) (GUIMARÃES, 1968). Esses, por sua vez, resultaram de diversos declínios das atividades econômicas predominantes do império (açúcar, mineração, café, etc.), que liberaram contingentes que multiplicaram os roçados e os pequenos sistemas criatórios, estabelecendo-se em uma infinidade de arranjos (colonatos, fundos de pastos, moradores, etc.). Porém, por suas características produtivas, o campesinato sempre tende ao enraizamento, à posse, à pequena

¹⁴ O debate sobre as frentes na Amazônia foi travado principalmente por cientistas sociais de diversas formações, mas de orientação marxista como José de Souza Martins, Otávio Velho, Leo Waibel, Jean Hébert; Rosa Acevedo, Lucio Flavio Pinto, entre muitos outros.

¹⁵ WAIBEL, L. As zonas pioneiras do Brasil. In: WAIBEL, L. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: FIBGE, 2 ed., 1979, p.279-312.

propriedade ou mesmo a formas coletivas de gestão dos recursos, voltadas primeiro ao atendimento das necessidades da família, com pouco fluxo externo, mas se baseando nas atividades agrícolas e na pequena criação.

Guilherme Delgado, falando sobre o tratamento teórico sobre o que ele chama de setores de subsistência no período colonial, incluindo a agricultura, a pecuária e o extrativismo, assim se expressou:

O setor de subsistência é quase sempre definido negativa ou residualmente, supostamente porque não é núcleo estruturante da economia; não possui dinâmica própria, mas depende da grande lavoura; e situa-se à margem da economia dirigida aos mercados – e esta inexoravelmente tenderia a absorvê-lo e dominá-lo. O chamado setor de subsistência aparece, assim, como uma espécie de contraponto à modernidade, ao setor moderno, dinâmico, capitalista. Tais alegações são encontradas em diversas obras que tratam do assunto. [como em] Caio Prado Jr., Celso Furtado e Raimundo Faoro (DELGADO, 2004, p. 7).

Mais adiante, no mesmo texto, em um exercício de síntese sobre o tratamento dado às atividades de subsistência, Delgado assim resume sobre esses três autores citados acima:

[a] Todos eles reconhecem a dimensão territorial e demográfica do setor de subsistência, utilizando-se de indicadores diretos ou indiretos que mostram a maior parte da população e do território albergados nesse setor [...]. [b] reconhecem outras relações de trabalho na economia de subsistência que não a do trabalho escravo [...]. [c] Por fim, a grande propriedade territorial, oriunda do sistema de sesmarias, é peça integrante fundamental do setor de subsistência nas abordagens históricas desses três autores clássicos (DELGADO, 2004, p. 12).

Além desses autores de que trata Delgado, em todos os textos consultados sobre essa pecuária itinerante parece que uma parte dos criadores conduzindo rebanhos desaparece ou são difíceis de captar (talvez o texto de Vânia Vaz, já em 2013, é quem consegue melhor sugerir uma diversidade maior de grupos e a sua dispersão). Vale notar a referência de Deleuze e Guattari (1997, p.74), quando dizem que os nômades sempre atrapalham nas definições sobre quem inventou o quê e como ocorreram os fluxos tecnológicos e de materiais entre um império ao outro: “razão a mais para assinalar, nesse exemplo, as dificuldades que encontram os arqueólogos e os historiadores modernos. Um certo ódio ou desprezo aos nômades não poupa nem sequer os arqueólogos”. Continuando o texto, ainda sobre a antiga questão das tecnologias e seus fluxos: “afinal de contas, o que torna as discussões tão difíceis (tanto para o caso controverso do estribo como para o caso seguro do sabre) não são apenas os preconceitos sobre

os nômades, é a ausência de um conceito suficientemente elaborado de linhagem tecnológica¹⁶”.

É possível que agora tenhamos esboçado elementos suficientes que nos permitirão compreender como a pecuária e a própria Amazônia, com seus múltiplos e singulares territórios e populações tomam novas direções a partir do século 19 em diante, quando um novo tipo de racionalismo vem se acoplar em toda a rede de saberes em contínua formação, que são utilizados para atacar diretamente os nomadismos. Novas e sofisticadas formas de ver, de mostrar, de falar e de agir estiveram em pleno florescimento, como apresentaremos em seguida.

4.2 SÉCULO 19 E INÍCIO DO 20: REDES DE SABERES, RELAÇÕES DE PODER, PRODUÇÃO DE MARGENS E PROCESSOS DE DOMESTICAÇÃO EM DIREÇÃO AO XINGU

Desde o final do século 18, e especialmente a partir do século 19, as investidas sobre os territórios amazônicos passaram por algumas transformações que vão além do distanciamento das narrativas dos primeiros exploradores e fortalecimento das relações comerciais. Houve um processo singular de acumulação e especialização de saberes científicos, cada vez mais descritivos e classificatórios. Como bem destacou Muller-Wirth (2008), a viagem de La Condamine marca um novo racionalismo baseado sobre campos empíricos, com regras lógicas e critérios racionais. Esses construíram novas condições de possibilidades para olhar, mostrar e falar sobre as populações locais e suas práticas, sobre os aspectos geográficos, geológicos, climatológicos e agroecológicos, ao mesmo tempo em que se intensificavam as atividades de navegação e as ramificações viárias por terra, configurando intensas movimentações e modificações nas formas de exercício do poder. Foi também no ano de 1850 que um dispositivo jurídico-formal (a Lei de Terras) veio acionar a possibilidade de fracionamento das terras, incorporando-as ao mercado.

Mesmo ainda sendo, até 1889, oficialmente o regime monárquico, desde bem antes muitas transformações já tornavam a forma de poder soberano incompatível, ou melhor, pouco econômico. Não que toda a mecânica do poder soberano tenha deixado de uma vez por todas de

¹⁶ Em português, o termo nômade tem um sentido extremamente pejorativo, especialmente em português. Assim define o Michaelis online atual: “nômade *adj. m+f (lat. nomade)* - Diz-se das tribos e raças humanas que não têm sede fixa e vagueiam errantes e sem cultura.*sm. pl.* Povos pastores sem residência fixa”. O nomadismo, assim, é definido por aquilo que se supõe não ter: casa, cultura, terra, trabalho (vagabundos). Mas o sinônimo é itinerante. Muito próximo à definição francesa. Como dito anteriormente, a falta de vestígios arquitetônicos parece condizer bastante com essa ideia de “não ter residência fixa” (Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/escolar/italiano/definicao/italiano-portugues/nomade_25647.html>. Acesso em 07 mai. 2016).

funcionar, mas outras tecnologias foram integradas, mudando a forma como o poder se exerce, seus mecanismos, suas superfícies de suporte, os instrumentos e os dispositivos desse exercício¹⁷. As imagens e os discursos sobre a Amazônia e suas populações receberiam novos “focos de luz” (usando a terminologia deleuziana), e a gestão imperial já era questionada na mídia impressa¹⁸.

Apesar da manutenção das missões de catequização, dos barracões de aviamento, dos padrões e dos coronéis que caracterizaram o período de extração das drogas do sertão, borracha, etc., até o início do século 20, de certa forma exercendo um tipo específico de soberania, no que concerne às atividades produtivas desenhava-se uma forma disciplinar de poder bem mais sutil e econômica, enfatizando o estímulo à produtividade, o disciplinamento dos corpos e das técnicas para melhor aproveitamento do tempo, a aglomeração populacional e a individualização dos trabalhos. A intensa trama dos novos saberes permitiu a formação de outros discursos. A questão principal passou a ser não mais, como enfatizado nos séculos anteriores, se as populações eram moralmente degradadas, alcoólatras ou canibais, ou se o território é inóspito e insalubre, embora isso não terminasse de uma vez por todas, mas passou-se a debater quais as possibilidades de disciplinamento ao trabalho produtivo e quais as capacidades que cada grupo ou indivíduos possuíam para transformar os espaços e, como por consequência, quais delas se constituíam impedimentos para o avanço do processo de expansão, e que tipo de intervenções e controles seriam mais efetivos, envolvendo o mínimo de violência física ou combates diretos.

Porém, essas formas de gestão não poderiam se constituir antes de se estabeleceram as métricas comparativas e nem antes que se escrutinassem as possibilidades naturais ofertadas pela Amazônia, por um lado, e, pela “civilização”, por outro. É nesse momento que se fortalecem novas sugestões sobre a preguiça, a indigência, a vagabundagem, a mendicância e o

¹⁷ O conselheiro da província do Pará, Jerônimo Coelho, em 1850, deixa evidente em seu Relatório entregue ao presidente da província, Angelo Custódio Correa, a forma de governo: “Da parte dos meus governados sempre a minha autoridade recebo provas do maior acatamento; [...] lancei mão de todos os meios de inspirar-lhes confiança, e de provar-lhes a minha solicitude em manter-lhes segurança, justiça, e socêgo.[...] A minha linha de conducta para todos, ou premiando ou castigando, dentro da esfera das minhas attribuições legais, foi essencial e puramente administrativa. Com pesar, e na ultima extremidade, em razão do meo cargo, e para bem do serviço publico, alguma vez me vi obrigado a praticar um ou outro acto de severidade e rigor, mas cumprindo esse penoso dever tive sempre o cuidado de attenua-lo com a brandura, que empregava no modo da execução” (p.4. o grifo é nosso). (APEP - Secretaria do Governo. Relatório Estadual n. 2. Relatório do presidente da província Jerônimo Francisco Coelho. 1848-1850. Fotos 7608-7612. Caderno de campo 2013, p.79).

¹⁸ A preocupação com a mídia e seus possíveis efeitos era constante, como expressou no mesmo relatório o presidente da província: “Existem montadas trez typographias nesta Capital, que tem publicado vários periodicos, uns que já cessaraõ, e outros, que ainda continuaõ, alguns inoffensivos, e puramente noticiosos, poucos sobre doutrina, nenhum sobre questões politicas, um ou outro mais ou menos apaixonado, desabrido ou injusto, em opposiçaõ aos meus actos, quazi todos, embora emitindo opiniões mutuamente desencontradas na fôrma e estilo”. (APEP - Secretaria do Governo. Relatório Estadual n. 2. Relatório do presidente da província Jerônimo Francisco Coelho. 1848-1850, p.5. Fotos 7608-7612. Caderno de campo 2013, p.79).

temperamento violento – não apenas dos indígenas, mas de outros grupos, como os sertanejos migrantes – que se arrastaria lentamente, à medida que se aprofundavam, por um lado, as teorias racialistas baseadas no “evolucionismo social” e, por outro, os conhecimentos agrônômicos que indicavam as potencialidades dos solos, dos climas, das novas tecnologias, etc., formando um feixe de discursos que possibilitavam configurar as diferenças entre uns e os outros. E não apenas a agronomia, pois a agrimensura, a geografia, a climatologia, a estatística, a demografia e a zootecnia, que começavam a tomar forma regionalmente, podiam dizer e fazer ver, com muita “certeza”, quais as quantidades de produtos que podiam ser colhidos, quantas pessoas poderiam habitar cada parte da província, quais os produtos vegetais e animais que poderiam ser mais adequados para cada parte, provocando a completa racionalização dos espaços.

Os indígenas, e todos os que se relacionavam intimamente com esses, continuavam a ser descritos como bravos em alguns casos, mas passavam a ser vistos também como essencialmente preguiçosos: improdutivos (não que esse estereótipo tenha sido inventado aí, mas é que desse momento em diante foi possível conhecer cientificamente as potencialidades dos territórios, das novas técnicas de produção, justificar as diferenças raciais, etc.). As imagens e os discursos predominantes anteriormente sobre a “nus, selvagens e antropófagos”, bravos ou dóceis, bobos como crianças ou espertos, classificações essas que destacavam algumas características morais passíveis de intervenções, ora mais simbólicas e de cunho religioso, ora mais violentas, vão dando lugar a outras classificações, e criando novas posições, tendo como eixo a ideia de produtividade, eficiência, competitividade e capacidade de transformar e proteger o território. É quando surgem também inúmeras especializações para lidar com essas populações, conduzir seus fluxos, escrutinar suas produções, gerir novas frentes de ocupação, fazer marketing pró-imigração estrangeira, promover novas tecnologias de produção agropecuária, etc.

As imagens predominantes nos relatos de catequização, em que os indígenas são representados ao redor de um missionário e de uma cruz ou vestidos como ocidentais vão misturando-se cada vez mais à sua apresentação em colônias agrícolas. Mesmo que desde os primeiros trabalhos missionários foi-se acumulando conhecimentos sobre as atividades agrícolas indígenas, essas não apareciam colocadas em posição de competição com as demais. No século 19, no Pará, seus modos de vida vão deixando de despertar a curiosidade geral, e esses passam a ser retratados como empecilhos à passagem dos investidores ou então, se bem “domesticados”, podem figurar como bons colaboradores; ao mesmo tempo, seus artefatos de lutas, caças, rituais ou do cotidiano vão ganhando algum destaque e um enorme fluxo, para

servirem como peças destinadas à decoração de residências, de instituições governamentais ou de museus. Inversão essa que tinha por efeito, talvez não proposital, tirar a força combativa, tornar visíveis os seus segredos e dar uma visibilidade que enfraquece, servindo como parte de todo o processo de “domesticação”¹⁹.

Mesmo tendendo à uma certa homogeneização, no nível microrregional, cada grupo passou a receber diferentes atribuições quanto aos seus comportamentos, e isso pode ser visto no vasto trabalho de Von der Steinen. Ao mesmo tempo, uma parte específica do saber volta-se principalmente àquilo que se tornava o objeto principal das ciências agrônômicas: o solo e suas potencialidades; não apenas naquilo que é especialmente atributo da natureza, mas naquilo que pode ser alvo de intervenção. Se não é possível afirmar categoricamente o momento de “nascimento”, ao menos se pode demonstrar as condições de consolidação do que aqui se chama de “dispositivo de eficiência”, no emaranhado institucional e formação de saberes. Conforme será demonstrado abaixo, as métricas vão se definindo, as estatísticas e tabelas sobre as produções municipais, individuais, etc., vão se intensificando cada vez mais, há novos incentivos, sementes são ofertadas, maquinários que são subsidiados, novos regimes alternados de “punição e premiação” vão se constituindo, etc., feiras, exposições e os conhecimentos antropológicos gradualmente vão substituindo os missionários em suas formulações. Enfim, uma rede de transformações e de saberes que permitiam qualificar os territórios e indivíduos para figurarem no cenário de modernidade que despontava.

É também nesse momento que outro arranjo vem se acoplar às estratégias que aqui chamamos de “dispositivo de eficiência” e a “emulação-força”: as Exposições (universais, nacionais e regionais). O princípio não era o mesmo das feiras, que já existiam há muito tempo. Essa nova forma incluía, além da espetacularização, a produção formal do conhecimento. As Exposições permitiam mostrar a capacidade individual e coletiva de possuir e manipular produtos, processos, fórmulas, comportamentos, produtividades, etc., constituindo-se, para além das funcionalidades políticas e mercadológicas, um verdadeiro laboratório do saber, com suas dinâmicas de seleções, classificações e hierarquizações. Nessas Exposições, apesar de não o parecer, o espetacular tinha um lugar circunscrito, que não era, certamente, o fundamento dos eventos. Batatas ou abóboras gigantes e animais com peso desproporcional ou puérperas com número excepcional de filhotes serviam apenas momentaneamente para marcar o espaço da normalidade pelo anormal. As Exposições, no século 19, tornaram-se o lugar do possível, do técnico, do eficiente e daquilo que pode ser emulado; tornou-se primordialmente uma força que

¹⁹ Essa ideia de “domesticação” deriva do texto de Piero C. Leirner (2012).

acumula dispositivos funcionais para homogeneização, classificação e estímulo à produtividade e competição, jogando com o duplo efeito das forças centrípetas e centrífuga.

A análise atenta à documentação periférica interministerial (como atas, circulares, memorandos, ofícios, etc.), abrangendo a segunda metade do século 19, possibilitou delinear ao menos cinco exercícios fundamentais na produção de margens e processos de domesticação, direcionadas especificamente à constituição de uma província agroprodutiva:

- a) formar uma rede de saberes que desse a conhecer as populações com os seus costumes e temperamentos, seus artefatos, suas tecnologias de produção e suas capacidades produtivas;
- b) caracterizar, classificar, personalizar e distribuir em zonas as produções, sejam as extrativistas, as de cultivos agrícolas ou das criações de animais, delineando os aspectos agropedoclimáticos, hidrográficos, faunísticos e da flora;
- c) controlar os nomadismos;
- d) organizar e direcionar a demografia desejável;
- e) um amplo exercício de mostraçãõ do ideal.

Cada um desses exercícios era interdependente, e gerava muitos outros, cada vez mais específicos, provocando também o surgimento e fortalecimento de agentes e ações especializadas para a atribuição de posições para determinados lugares e grupos, de acordo com um certo conjunto de afinidades e aptidões. Exploraremos cada um desses itens transversalmente nos próximos tópicos.

4.2.1 Conhecendo e apresentando territórios e populações

A Amazônia, de uma maneira geral, sempre foi singularmente, um espaço de muitas possíveis transgressões, de nomadismos, de fugas, de esconderijos e de insurgências contra os poderes imperiais²⁰. Os rios e suas cachoeiras, as árvores, o clima e uma enorme variedade de insetos, doenças e animais perigosos, além dos indígenas à espreita, tornavam aquela região uma das mais “selvagens” – aqui o sentido é não pejorativo, e remete a um estado de não domesticação, sendo, pois, um excitante campo de possibilidades – que o império português tinha de lidar. Além disso, desde o ponto de vista da constituição de um território

²⁰ Entre as mais importantes insurgências, basta falar da Cabanagem (no Pará), nos anos de 1835-1840, que teve como protagonistas as populações mestiças, indígenas, negros escravos ou fugitivos, e pobres (RICCI, 2006).

agroprodutivo, o conjunto de singularidades regionais fez surgir inúmeras estratégias para controlar o território que não podiam ser apenas copiadas de outras experiências, e nem serem reduzidas a uma história geral dos ciclos econômicos ou das trajetórias tecnológicas, como se cada uma, mesmo que interdependente, tenha podido constituir as transformações desde um possível lado de fora; como se nunca se tivesse de lidar com toda a diversidade local e suas microtransgressões aos modelos de governo.

Os movimentos direcionados a conhecer territórios e populações nos interiores da Amazônia do sul do Pará se intensificaram principalmente após 1850. Alguns inquéritos, partindo do ministério da agricultura, direcionados aos presidentes da província do Pará, definiam como prioridades conhecer as vias de circulação hidrográficas (profundidade, direção das correntezas, períodos de trafegabilidade, etc.) e de estradas por terra. A intenção era, urgentemente, facilitar o transito de mercadorias e pessoas pelos rios que ainda continuavam a ser domínio do “selvagem”, pelo menos em algumas partes²¹. As cachoeiras e as variações de trafegabilidade, que acompanhavam o regime de chuvas e, principalmente, os indígenas, se constituíam empecilhos aos fluxos e aos estabelecimentos demográficos desejáveis. Todas as incursões por água eram arriscadas e de difícil locomoção, mas havia muito interesse em transformar o Xingu em uma rota de comércio. Esse que era, destacadamente, um dos mais perigosos e menos conhecidos, e até mesmo as suas coordenadas geográficas não estavam bem definidas próximo da última década do século 19.

Uma exploração mais intensa já tinha ocorrido a sudeste da província, na área abrangida pelos rios Araguaia e Tocantins, já explorados como vias comerciais, saindo de Belém rumo à província de Goyas²² e Mato Grosso. Apesar de difícil, a travessia nos rios Tocantins e Araguaia era superada pelos barqueiros que conheciam os trajetos e os meios de conduzir as embarcações, de forma que, no século 19, grandes embarcações (botes mineiros) “navegavam os rios Araguaia e Tocantins fazendo o transporte de couros secos provenientes de Goiás para comercializar no Pará. No regresso, vinham carregados de sal e outros gêneros daquela província”. As viagens eram anuais, feitas quando os rios estavam cheios e duravam em torno de seis meses para completar o percurso de ida e volta. Uma das dificuldades era que alguns grupos indígenas resistiam, e até mesmo impediam a passagem por alguns locais, por

²¹ APEP - Secretaria da Capitania, ofícios do ministério dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas. Circular de 12 set. de 1866. Códice 1396. Caderno de campo, 2013, p.73.

²² O ofício de 20 de abril de 1866, da diretoria central do Ministério dos negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, trata da viagem que um comerciante faria, partindo de Belém rumo ao Goyas, pelo rio Araguaia em um arco carregado de sal e 30 tripulantes. Destaca-se a importância da mesma ao fortalecimento dos laços comerciais entre as províncias e constituição de uma rota de comercio (Secretaria da Capitania, ofícios do ministério da agricultura. Códice 1396. 20 de abril de 1866. Foto 7423.

vezes entrando em confronto direto (ERTZOGUE, 2014, p. 50). Mas esse não era o único problema. Como destacou o general Couto de Magalhães, em seu relato empolgante de convite à exploração, além das cachoeiras, os locais eram desertos, causando temor nos viajantes que não tinham para onde pedir ajuda em caso de acidentes, doenças ou deserções da tripulação, que eram frequentes (muitos remadores eram indígenas e fugiam)²³.

Para superar as dificuldades referentes aos isolamentos, uma das soluções adotadas, no século 19, foi a construção e fortalecimento de alguns presídios militares ao longo das margens dos rios Araguaia e Tocantins. Como se referiu Jerônimo Coelho, desde a província do Pará em 1850:

A fundação desses Presídios muito concorrerá para animar e regularizar as comunicações fluviais entre esta Província e a de Goyaz pelo rio Araguaia, cuja navegação é na actualidade difficil e arriscada, pela falta de pontos intermediários ou estações, onde os viajantes encontrem proteção contra algumas tribus de índios bravios, socorros nos casos de enfermidades, que costumaõ a sobrevir em taõ morosa navegação, e que sirvaõ de depósitos de viveres e outros misteres próprios para o consumo e commodo das viagens²⁴.

A meta era, ao mesmo tempo, assegurar as rotas comerciais e estabelecer as condições para o povoamento. E assim, desses presídios militares se formaram algumas vilas e depois cidades, que nasciam como pontos de passagem ou de abastecimentos e proteção²⁵. Além do

²³ Foi o General José Vieira Couto de Magalhães que, em 1852 empreendeu a primeira viagem considerada profissional pelos rios Araguaia, resultando em um mapa e planos para a utilização da navegação comercial dos rios Araguaia e Tocantins; sendo ele também um dos responsáveis pela desobstrução de cachoeiras ao longo do Araguaia, quando conseguiu do governo (no Pará) a possibilidade de importar um navio da Inglaterra apropriado para quebrar pedras (1886); a possibilidade de tráfego e o fortalecimento dessa navegação a vapor foram importantes durante a guerra contra o Paraguai. Nesse relato, Magalhães destacou o problema das cachoeiras e também dos espaços desertos em algumas margens do Araguaia. O livro é um empolgante registro e convite à ocupação da região, pela descrição da piscosidade dos rios, da abundância de caças, de pastos, de árvores e da fertilidade dos solos, da hospitalidade dos habitantes (donos das fazendas), além do já adiantado processo de catequização dos indígenas; em seu relato sempre remete aos campos naturais com bovinos, mais ou menos bem nutridos; descreve os indígenas canoeiros, e a perseguição desses contra os brancos, depois de um episódio de assassinato contra eles (p.99-106); descreve aldeias e costumes do Chavantes e Carajás; reporta um quilombo no lago Dumbá, de onde muitos ouviam o rufar misterioso e fantasmagórico de tambores, mas o general não acreditava muito, pensando ser parte de alguma lenda (p.159-160); indica que algumas áreas são muito boas para ouro, e que a criação animal pode se desenvolver bem; dá diretrizes para o regulamento dos presídios militares; além da necessidade de unir o litoral com o centro sobre o risco de fragmentação do império, os presídios seriam uma forma de acudir em caso de evasões da tripulação; segundo o relato, o problema da navegabilidade não é da marinha, ou proteção, mas de expansão econômica; e sugere que os indígenas não fiquem apenas ociosos, redirecionando a catequese para que os indígenas sirvam de tripulação, substituindo “a catequese de brindes” por trabalhos como remadores, afirmando ironicamente “nem me digam que isso é bárbaro, pois não obrigamos os cidadãos a serem soldados e marinheiros, submetendo-os a castigos corpóreos e a um regulamento verdadeiramente sanguinário? Terão os índios mais direitos que o cidadão brasileiro? Esta medida empregada com discrição chamá-los-ia bem depressa à verdadeira civilização, isto é, ao amor pelo trabalho, pela família e pela ordem” (MAGALHÃES, 1957, p. 192–1993,196).

²⁴ Secretaria do Governo. Relatório Estadual n. 2. Relatório do presidente da província Jerônimo Francisco Coelho. 1848-1850. (Foto 7608-7612. Caderno de campo 2013, p.79).

²⁵ “Na segunda metade do século XIX, não havia mais qualquer risco externo à integridade do Brasil, mas a implantação de presídios continuou, em vista da necessidade de se defender os colonos contra as investidas dos

combate aos indígenas e possíveis outros “invasores”, embora nessa época a questão do enfrentamento contra os estrangeiros não era mais tão importante, serviam também como pontos de manutenção das embarcações. Eram os indígenas que resistiam às tentativas de estabelecimentos de povoações, por vezes atacando os pontos de construção dos presídios. Nesse período houve grande interesse do império em melhorar a navegação, aproveitando tecnicamente as vias da bacia dos rios Araguaia e Tocantins, com o fim de estabelecer uma comunicação comercial do centro do Brasil com o litoral, expandindo a povoação e o controle da região, sendo que a navegação a vapor por esses rios foi inaugurada em 1886 (ANDRADE; BASTIANI, 2012).

Já em diversas partes do rio Xingu, o processo foi um tanto distinto, sendo a exploração um pouco mais tardia, embora com algumas dinâmicas similares. Não são abundantes os registros de viagens nesse rio até a metade do século 19. Algumas expedições de missionários já tinham acontecido, como a dos jesuítas, pelo baixo Amazonas, durante o processo de “domesticação” dos indígenas Jurunas, por volta de 1637, e a do padre alemão Rochus Hundertpfund que, em 1750, tinha ido até o 4º latitude Sul, e alertado sobre os grupos canibais²⁶, mas nunca uma travessia completa (THIEME, 1993; VON DER STEINER, 1942 [1886]). Em geral, esses expedicionários sempre traziam a notícia das grandes cachoeiras²⁷ e corredeiras, além de grupos indígenas belicosos e canibais²⁸, desestimulando as investidas.

índios locais durante a promoção do povoamento e do desenvolvimento da navegação”. A navegação dependia do povoamento (ANDRADE; BASTIANI, 2012, p. 6).

²⁶ Em sua viagem pelo rio Amazonas (1743-1744,) La Condamine, ao passar por um canal natural que o liga ao Xingu, informou: “É este o mesmo rio que o P. d’Acuña chama Paranaíba, e o P. Fritz denomina Aoripana na sua carta; Xingu é o nome índio duma cidade onde se encontra uma missão, algumas léguas acima. Ele desce, assim como o Tapajós, das minas do Brasil; tem uma cachoeira sete ou oito dias acima de sua foz, o que não impede de ser navegável durante mais de dois meses, quando se sobe. Suas margens abundam em duas espécies de árvores aromáticas, chamadas cuxiri (*Dicypellium carvophyllatum*) e puxiri (*Acroclidium puchury-major* e *Nectandra puchury-majo*). Seus frutos são pouco mais ou menos do tamanho de uma azeitona. Ralam-se como a noz-moscada e têm a mesma serventia. A casca do primeiro tem o sabor e cheiro do cravo-da-índia, que os portugueses chamam “cravo”; isto fez com que os franceses de Caiena chamassem, por corrupção, à árvore que produz tal casca, bois de crabe, ou seja, “pé de caranguejo”. Se as especiarias que nos chegam do Oriente deixassem algo a desejar neste gênero, estas seriam mais conhecidas na Europa. Entram na composição de diversos licores fortes na Itália e na Inglaterra” (LA CONDAMINE, 2000, p. 99–100).

²⁷ “Em um atlas Jansson, aparecido em 1666, em Amsterdã, que teria sido cuidadosamente desenhado, a partir de 1630, acha-se um afluente da direita do rio Amazonas – o Xingu. Correspondendo exatamente à realidade, o rio está desenhado com a parte superior inteiramente livre de ilhas, enquanto daí em diante ele se apresenta coalhado de inúmeras ilhotas e acaba com “storting van’t water”, isto é, cachoeiras. Mesmo após dois séculos, os conhecimentos não eram mais exatos em relação ao curso do rio Xingu, mas o pouco que se sabia parece, curiosamente, ter sido sempre a única base para se descrever em geral o afluente do rio Amazonas” (VON DER STEINER, 1942 [1886], p. 25)

²⁸ Como apontou Steiner, “as poderosas correntes, assim como o medo aos índios (dos quais o padre José de Moraes relata, referindo-se à grande tribo dos Jurunas: ‘eles são, sem dúvida alguma, selvagens e comem carne humana’), evitaram a penetração para o sul, de modo que os conhecimentos exatos que possuíam não ultrapassavam o 4º grau” (VON DER STEINER, 1942 [1886], p. 25).

Uma das expedições conhecidas no século 19 foi a de Adalberto, príncipe da Prússia (1811-1873), que era então almirante da frota de seu país. Sua viagem exploratória foi desde a foz do Xingu até as proximidades de Piranhaquara, em 1842²⁹. Embora não se trate de uma expedição que rendeu publicações de grande impacto, o empreendimento desse viajante foi importante para as investidas futuras. Como considerou Steinen, “ele conseguiu adiantar-se a uma altura que nenhum branco havia alcançado, fornecendo assim as primeiras notícias exatas, dignas de figurarem um em um mapa. [...] [além disso] os colonos do lugar ainda não haviam esquecido a viagem do príncipe”, quando o próprio Steinen fez sua expedição (VON DER STEINEN, 1942, p.28). Além da formulação de outros conhecimentos, constituição de relações e memórias, tendo o príncipe Adalberto um grande interesse por as armas e estratégias de caça e guerra, seu livro de viagem apresenta, com intensidade e um razoável detalhamento, algumas características do arsenal de caça e guerra dos Jurunas, falando dos tipos, dos tamanhos, das diferentes formas, dos materiais utilizados – madeiras, fibras, ossos, espinhas, pedras, penas, etc. –, do peso, dos segredos e especificidades de cada um dos tipos de flecha, etc.³⁰. Seu livro também retoma a historiografia e os relatos dos outros viajantes e faz um esboço da hidrografia, das lendas, do clima (faz medições da temperatura do ar e da água em muitos pontos), dos animais, das plantas e das populações humanas, apontando os produtos comercializados (incluindo a abundância de seringais e dos produtos bovinos), relatando também os conflitos entre alguns grupos indígenas sendo alguns canibais (ADALBERTO, 2002 [1847]).

Embora não tanto popular, abriu caminho para as posteriores, sendo lido e citado pelos viajantes que o sucederam. Como aparece nos relatos das expedições realizadas pelo etnólogo e etnógrafo alemão Karl Von den Steinen (em 1884 e a segunda em 1888), sendo que a inaugural é tida como a primeira viagem completa pelo rio. Steinen, que para alguns antropólogos, pode ser considerado o iniciador dos métodos de investigação científica dos povos “primitivos” na etnologia brasileira, foi pioneiro “a sair em busca de estudos essencialmente etnológicos”, que tiveram grande importância também geográfica. O etnólogo estava interessado em estudar as diferenças culturais para compreender como ocorrera a evolução cultural da humanidade – tese que ocupou todos os antropólogos de sua geração pós-1850³¹. Sua tarefa era coletar dados e

²⁹ Adalberto revelou que o interesse pelo Xingu não foi apenas por ser um dos menos conhecidos, mas pela possibilidade de acessar, desde as margens do rio grupos, indígenas ainda não “domesticados” (Jurunas e Taconhapés), e também porque queria conhecer as já famosas cachoeiras.

³⁰ Por exemplo, fala da flecha que tem um oco na ponta para que ao ser lançada contra uma árvore faça um apito, de forma a assustar as aves, tornando-as visíveis; trata sobre o veneno nas flechas; sobre o andar sorrateiro na mata, etc.

³¹ Fortemente baseado nos trabalhos do alemão Adolf Bastian (1826-1905), buscava descobrir se as diferenças culturais resultavam de condições psíquicas ou devido à influência do meio ambiente. Como outros evolucionistas sociais, a principal hipótese era de que se a “psique” era mais ou menos a mesma, as diferenças

testemunhos das origens da humanidade o mais rápido possível, já que os grupos “primitivos” estavam desaparecendo, seja pelo extermínio, pelo contato ou pela assimilação. Escolheu o rio Xingu por acreditar que ali poderia encontrar grupos em estágios “primitivos” (THIEME, 1993, p. 38).

Apesar do interesse pessoal mais voltado ao estudo etnológico, sua viagem de exploração também respondia aos interesses estratégicos de expansão dos domínios comerciais e políticos do império³². Em Cuiabá, ele e demais integrantes de sua expedição foram considerados como “engenheiros” que descobririam um caminho mais direto para a província do Pará, de forma a facilitar a comunicação com o mercado internacional, especialmente para a comercialização de gado para o Amazonas, onde o preço era de duas a três vezes mais elevado que na região central do país. Porém, sua primeira missão trouxe uma notícia não muito boa aos administradores do império: “O Xingu não oferecia condições para a navegação comercial e o terreno acidentado não se prestava para instalação de uma ferrovia” (STEINEN, 1885, p.228 *apud* THIEME, 1993, p.52). Por outro lado, constituía-se em um riquíssimo laboratório de estudos para Steinen; para o império, demandaria formas de exploração e de domínio diferentes daquelas adotadas na bacia dos rios Araguaia e Tocantins.

Steinen produziu uma vasta bibliografia sobre os grupos indígenas ao longo dos dois trabalhos, e sua obra contém uma significativa iconografia das populações e seus modos de vida. Cabe destacar que ele fez descrições densas sobre a agricultura e práticas de criação de animais dos diferentes grupos, arriscando inúmeras comparações e classificações entre os indígenas xinguanos e outros localizados mais ao centro do país³³. Descreveu práticas de pesca, caça e preparo dos alimentos; sobre as técnicas de tecer e fiar; suas habitações; seus modos de dormir e de comer; a matemática e suas formas de raciocínio; identificou os grupos mais ou menos belicosos, etc. Seu maior interesse foi na linguagem, tendo ele feito uma enorme contribuição ao conhecimento e sistematização das línguas indígenas da região, além de ser um dos responsáveis indiretos pela criação do Parque Indígena do Xingu (ENCICLOPÉDIA

deveriam ser buscadas nos diferentes ambientes e, como os grupos iam evoluindo, em escala ascendente e linear, era necessário resgatar as “origens” da humanidade nesses grupos considerados primitivos.

³² No retorno da primeira viagem foi recebido com honrarias no Rio de Janeiro, e incluído no quadro da Sociedade Brasileira de Geografia. Foi elogiado pelo Barão de Teffé, sendo chamado por esse de “apóstolo da civilização”, pois tinha saído da Alemanha, com tantos custos e dificuldades, não em busca do “ouro das cabeceiras desconhecidas do Xingu”, mas apenas de “coordenadas geográficas” (THIEME, 1993, p.52).

³³ Em referência aos Bororos: “Eram caçadores e coletores sem o conhecimento da agricultura. O milho que consumiam em forma angus e mingaus fora introduzido pelo branco, a mandioca, e as canas plantadas pelos soldados da colônia, sistematicamente plantadas, faltando-lhes toda a compreensão para as leis do crescimento e maturação”, enfim esses eram miseráveis quando comparados aos Xinguanos e sua agricultura bem desenvolvida (THIEME, 1993, p. 78). Claro que muitas dessas afirmativas aparecem contestadas em muitos trabalhos que, inclusive, a biógrafa (Thieme) faz questão de destacar.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E ISA, 2016). Em sua segunda viagem consegui montar uma esplendorosa coleção de artefatos destinados a enriquecer o museu de Berlim, levando também parte da cultura material para compor acervos museológicos em outras partes da Europa (THIEME, 1993).

No intervalo entre as viagens desses dois expedicionários ao Xingu foi dada a primeira concessão para exploração comercial das terras e recursos naturais ao longo do rio, indicando os planejamentos e estratégias de governo. Trata-se do decreto 6.954, de 28 de junho de 1878, em que um grupo encabeçado por Elias José Nunes da Silva, tenente coronel e importante aviador (credor) à época³⁴, recebe os privilégios para explorar o vale³⁵. O decreto delimita a área de exploração (desde as primeiras cachoeiras inferiores do rio Xingu, no Pará, até as cabeceiras no Mato Grosso), as atividades a serem realizadas e as obrigações gerais, como a construção de portos e estradas por terra, estabelecer a navegação comercial e de passageiros, apoiar a catequização, não utilizar trabalho escravo indígena sem antes consultar os responsáveis pela catequização, organizar a mineração, encaminhar os fósseis encontrados ao Museu Nacional, entre outras determinações que indicam formas específicas de gerir as margens e estabelecer projetos, como segue:

I. “Fica concedido a Elias da Silva [e outros, citados na nota de rodapé], privilegio exclusivo para explorarem e extrahirem productos naturaes existentes na parte do valle do rio Xingú comprehendido entre as cachoeiras inferiores deste rio, na provincia do Pará e suas nascentes no Mato Grosso; e bem assim para a linha de navegação por vapor que estabelecerem e mantiverem na secção do mesmo rio, superior ás mencionadas cachoeiras, devendo o serviço desta linha começar logo que estejam concluidos os trabalhos da construcção da estrada de que falla a clausula seguinte. Os concessionarios poderão transferir esta concessão com approvação prévia do Governo Imperial, á companhia ou sociedade que formarem, ou a qualquer companhia ou sociedade existente; e neste caso aos concessionarios competirão os encargos estabelecidos nesta concessão.

³⁴ Elias e Cia. foram importantes agentes econômicos durante a época de exploração da borracha, financiando atividades de aviamento ou de construção de estradas (DA SILVA; DE LIMA LEANDRO; MARCONDES, 2015).

³⁵ Decreto nº 6.954, de 28 de junho de 1878. Concede privilegio a Elias José Nunes da Silva e outros para explorarem e extrahirem productos naturaes em toda a região comprehendida entre as primeiras cachoeiras inferiores do Rio Xingú, na Provincia do Pará, até as suas nascentes na de Mato Grosso. Attendendo ao que requereram Elias José Nunes da Silva, José Leocadio de Souza, Miguel da Cunha Penalber, Domingos Soares Ferreira Penna, Joaquim José de Assis e José Joaquim Nunes Motta e convindo promover o aproveitamento das riquezas naturaes das Provincias do Pará e Mato Grosso, Hei por bem conceder-lhes privilegio exclusivo pelo tempo de 20 annos para por si ou por meio de companhia ou empreza que organizarem, explorarem e extrahirem os productos naturaes existentes na parte do valle do Rio Xingú, comprehendida entre as primeiras cachoeiras do mesmo rio na Provincia do Pará e suas nascentes na de Mato Grosso, sob as clausulas que com este baixam assignadas por João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1878, 57º da Independencia e do Imperio. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6954-28-junho1878-547768-publicacaooriginal62581-pe.html>>. Acesso em 20 jan. 2016.

Os concessionarios obrigar-se-hão por termo:

II. 1º A estabelecerem e manterem dentro do prazo de dous annos por meio de barcos de vela, uma linha de navegação no rio Xingú que ficará sob a inspecção do Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, o qual opportunamente expedirá as precisas instrucções para sua regularidade quér desta, quér da navegação a vapor. 2º A construirem dentro do prazo de cinco annos uma estrada de rodagem na margem da secção encachoeirada do rio, sendo permittido aos concessionarios cobrarem, pelo uso dessa estrada, o pedaggio que de accôrdo com elles fôr estabelecido pelo Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. A planta desta estrada, levantada na escala de 1:4.000 e os perfis longitudinaes na escala de 1:4.000 para as distancias horisontaes e 1:400 para as verticaes serão submettidos á approvação do mesmo Ministro, a qual considerar-se-ha concedida, si dentro do prazo de quatro mezes, contado da data da apresentação destes estudos ao Presidente da provincia, não forem alterados pelo Governo. 3º A começarem os trabalhos da construcção da estrada dentro do prazo de dous annos e a concluir-os no de cinco annos. 4º A apresentarem ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas relatorio semestral da exploração e trabalhos, especificando nelles a quantidade, qualidade e natureza dos productos que extrahirem. 5º A remetterem para o Museu Nacional todos os fosseis que encontrarem, os mineraes, vegetaes e animaes, ou desconhecidos ou pouco vulgares, que puderem obter, guiando-se em sua preparação e acondicionamento pelas instrucções que lhe serão enviadas pelo Director Geral do mesmo Museu. O transporte destes objectos correrá por conta do Estado. 6º A satisfazerem as despezas que o Governo Imperial fizer com a catechese e civilisação dos indios do valle do Xingú, ficando entendido que estas não excederão annualmente de 10:000\$000 (dez contos de réis). 7º A não empregarem os serviços dos indios nos trabalhos da empresa, senão mediante contracto com elles feito, e approvedo pelo encarregado da catechese. III A lavra das minas de ouro, prata e outros metaes preciosos e dos mineraes, com excepção dos diamantes, que os concessionarios descobrirem, lhes será concedida sob as clausulas do estylo, desde que mostrarem-se habilitados para manterem os respectivos serviços na conveniente escala. IV As tabellas dos fretes e passagens, na linha da navegação a cargo da empresa, e bem assim a das taxas para o pedaggio poderão ser executadas provisoriamente com autorização do Presidente da provincia, mas depois de approvadas pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas não serão alteradas sem prévio accôrdo das partes interessadas. V. O privilegio durará 20 annos, contados da data da sua approvação pela Assembléa Geral, á qual será opportunamente submettido. VI Os prazos fixados nas precedentes clausulas serão contados da mesma data da approvação legislativa. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Junho de 1878.

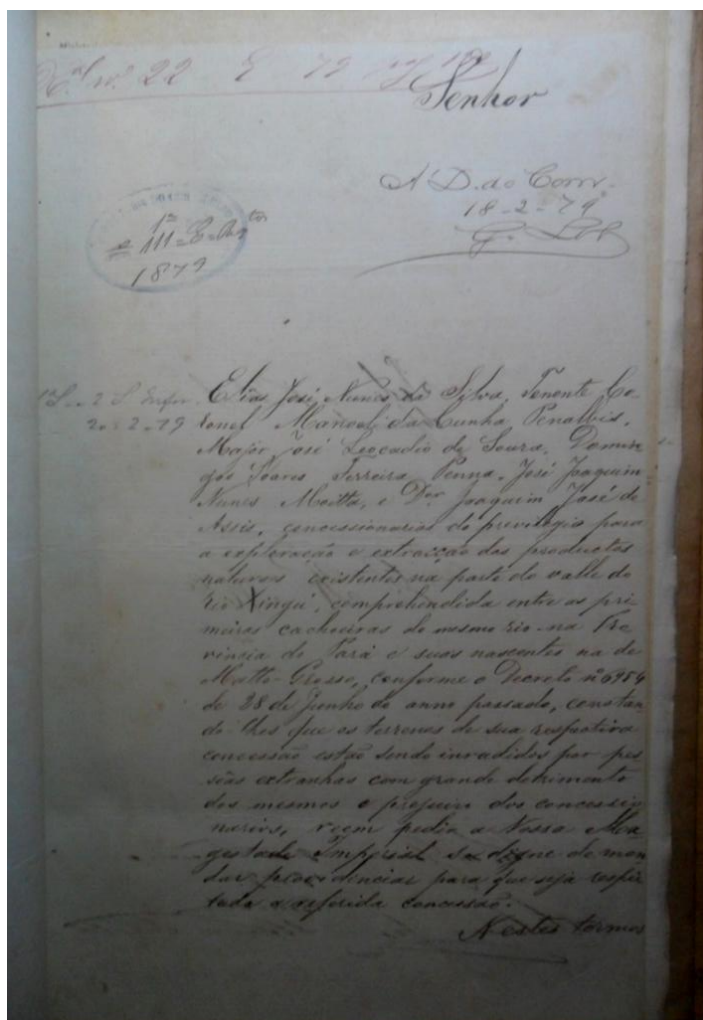
Apesar desse denso “contrato”, parece que os planos não foram muito adiante. As resistências à exploração foram frequentes conforme aparece sugerido no Requerimento de Elias da Silva encaminhado um ano depois ao Ministério da Agricultura. Nesse, Elias da Silva e companhia demandam providências para que não sejam prejudicadas outras concessões de exploração e reclama de invasões que estão ocorrendo, como segue:

Elias José Nunes da Silva, tenente coronel; [... e os outros] concessionários do privilégio para a exploração dos productos naturaes existentes na parte do Valle do rio Xingu, comprehendida entre as primeiras cachoeiras do mesmo rio na provincia do Pará e suas nascentes na de Mato Grosso, conforme Decreto nº 6954 de 28 de junho do anno passado, constando-lhes que os terrenos de sua respectiva concessão estão sendo invadidos por pessoas extranhas com grande detrimento das mesmas e prejuízo

dos concessionários, veem pedir a Vossa Magestade Imperial (se digna) de mandar providencias para que seja respeitada a referida concessão³⁶(foto abaixo).

Tudo indica que foi um projeto que não vigorou muito, pois, nem mesmo consta nas anotações dos viajantes que consultamos e nem na obra do historiador regional Luiz Ferreira de Santana (2007), que demarca como 1889 o ano de fundação de São Félix do Xingu. Por outro lado, se efetivamente esse decreto e todo o planejamento não teve as transformações a que se propunham, ao menos indicava os caminhos possíveis e o que se pretendia, pela exploração de recursos naturais – muito mais do que a agricultura – por meio do sistema de aviamento, permitindo-nos também importantes considerações sobre o que se dizia e viam enquanto potencialidades regionais, as estratégias e as táticas de governo.

Imagem 9 – Reclamação de Elias da Silva sobre a invasão em área de privilégio de exploração (1879)



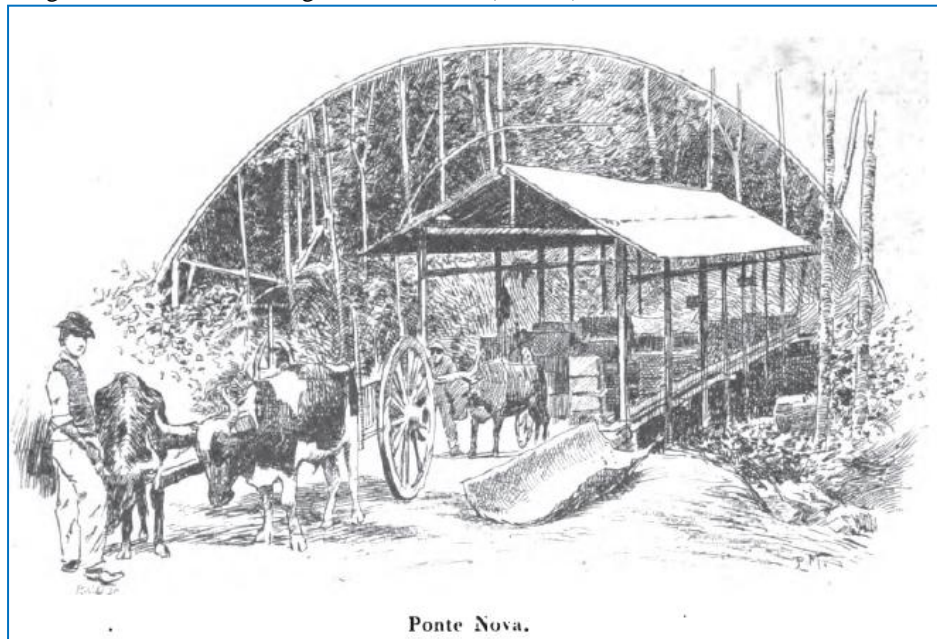
Fonte: APEP (2015).

³⁶ APEP - Avisos do ministério da agricultura. Área do Governo: Avisos do Ministério da Agricultura, commercio e obras públicas. n. 1667. Fundo: Secretaria da presidência da província. Requerimento de José Elias Nunes da Silva para explorar produtos naturais. 10 de março de 1879. (Fotos 7835-7840, Caderno de campo 2013, p.85).

Ainda naquele século (no ano de 1896), a expedição mais conhecida e de maiores efeitos, foi a do explorador francês Henri Coudreau, contratado pelo governo do Pará. Foi a viagem que melhor definiu a hidrografia e geografia, além da localização dos campos nativos e grupos indígenas. Ele foi fazendo correções nos escritos de Steinen, indicando, inclusive que o rio Fresco (onde surgiu a atual cidade de São Félix do Xingu) não aparece no mapa elaborado por Steinen, sendo que até então era um rio completamente desconhecido e que “*personne n’a explore*”. Uma das justificativas desse desconhecimento é que, segundo os seus informantes Jurunas, tratava-se de um rio muito perigoso, pois era a passagem dos Carajás ainda “selvagens”; os próprios indígenas apresentavam certo medo de transitar pelo rio Fresco. Foi Coudreau quem indicou: “*cette terre semitempérée est plus riche en caoutchouc que le Xingú équatorial. [...] Et parmi ces collines ou abonde le caoutchouc, des petites campines comme, par exemple, sur les plateaux des morros do Fréchal*”. O explorador descreveu também que alguns dos Jurunas “vagabonds” ou Carajás queimavam os campos do interior entre rios, deixando-se perceber pelo fumaça e seu odor de palhada queimada, indicando um manejo da vegetação de campos (COUDREAU, 1897, p. 59, 65).

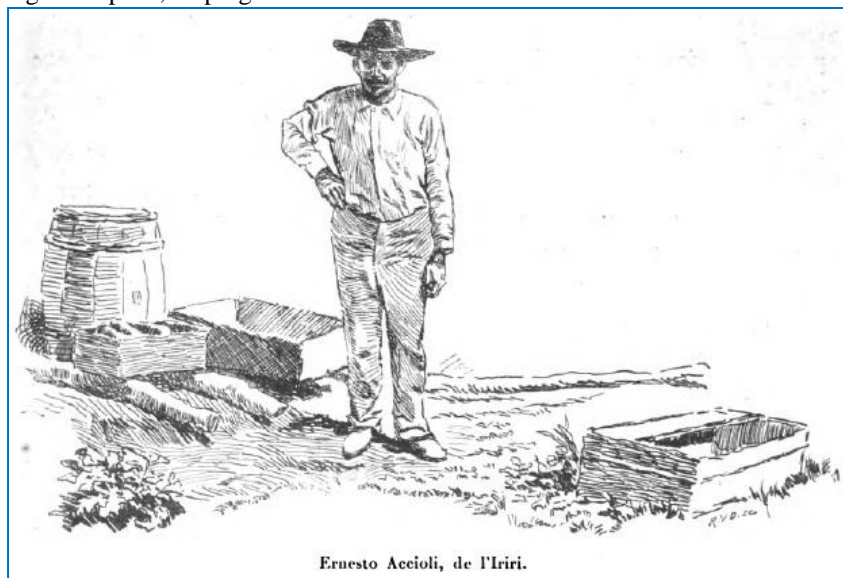
Coudreau aos poucos foi coletando artefatos encontrados nas malocas abandonadas, ou por onde passava, produzindo imagens dos locais e artefatos, incluindo armas, vasos, etc. Em conclusão de seu relato, informa que as condições de vida são difíceis, tanto para o extrativista que vai trabalhar nos seringais virgens, quanto para o colono que quiser implantar a agricultura, pois ninguém ainda não o fazia. Porém, aponta que há muitas calúnias e desinformações que apenas desencorajam os empreendimentos, sendo que os obstáculos estão bem caracterizados e que os interessados em investir na colonização sabem quais são, tendo também o Estado o poder de superar tais empecilhos (COUDREAU, 1897). Destacou também que é difícil realizar um levantamento estatístico das circulações de mercadorias no interior da província, pois as informações são desencontradas, havendo fluxos que não passam pelos canais formais, os Fortes. Abaixo algumas imagens tiradas desse texto de Coudreau (Imagens 10-18).

Imagem 10 – No Baixo Xingu – Ponte Nova (Vitória)



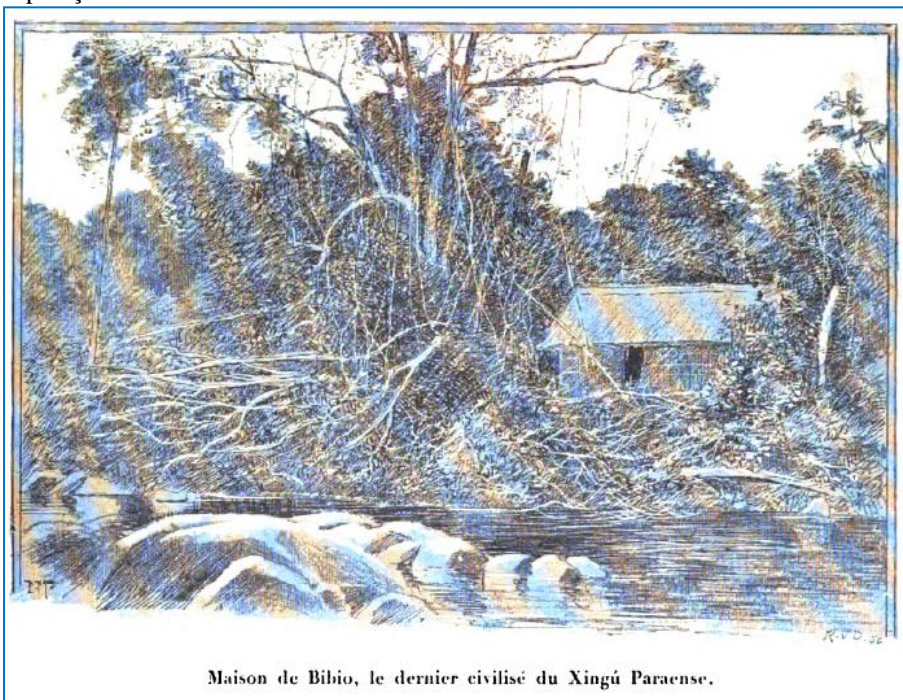
Fonte: Coudreau (1897, p.9).

Imagem 11 – Ernesto Accioli, do rio Iriri. Cearense, dono do mais importante barracão da exploração de caucho da região à época, empregando cerca de 70 trabalhadores



Fonte: Coudreau (1897, p.29).

Imagem 12 – Bibio, o último civilizado do Xingu paraense. Bibio, Coudreau conheceu 12 anos antes, em outra expedição com o italiano Stradelli



Maison de Bibio, le dernier civilisé du Xingu Paraense.

Fonte: Coudreau (1897, p.55).

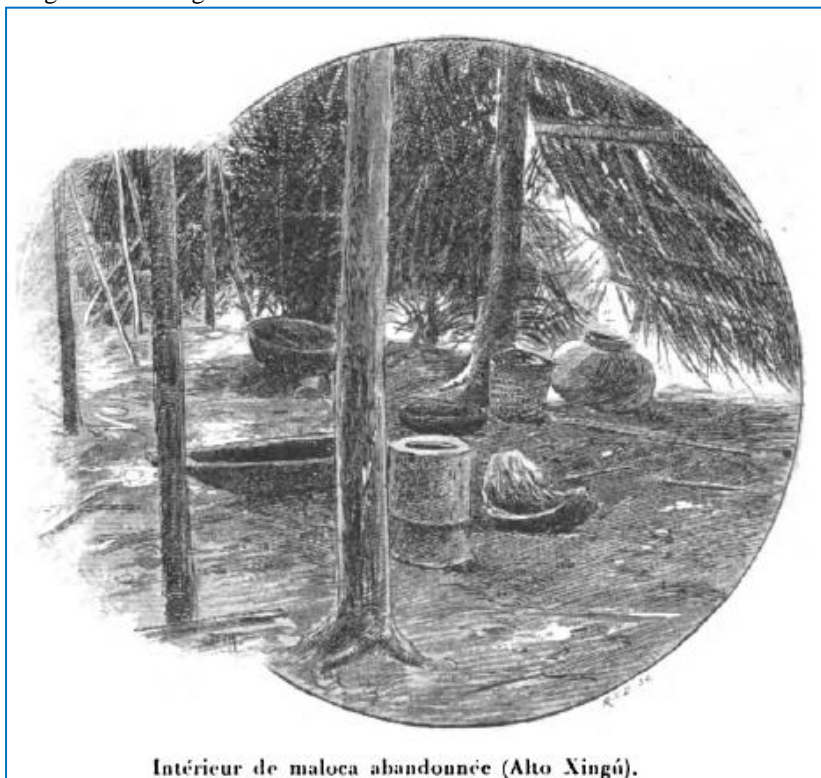
Imagem 13 – A confluência com o rio Fresco. Possivelmente uma das primeiras representações do local onde se originou a cidade de São Félix do Xingu. Nessa parte Coudreau relata insistentemente a existência de Campos nas proximidades dessas montanhas



Le confluent du Rio Fresco.

Fonte: Coudreau (1897, p.57).

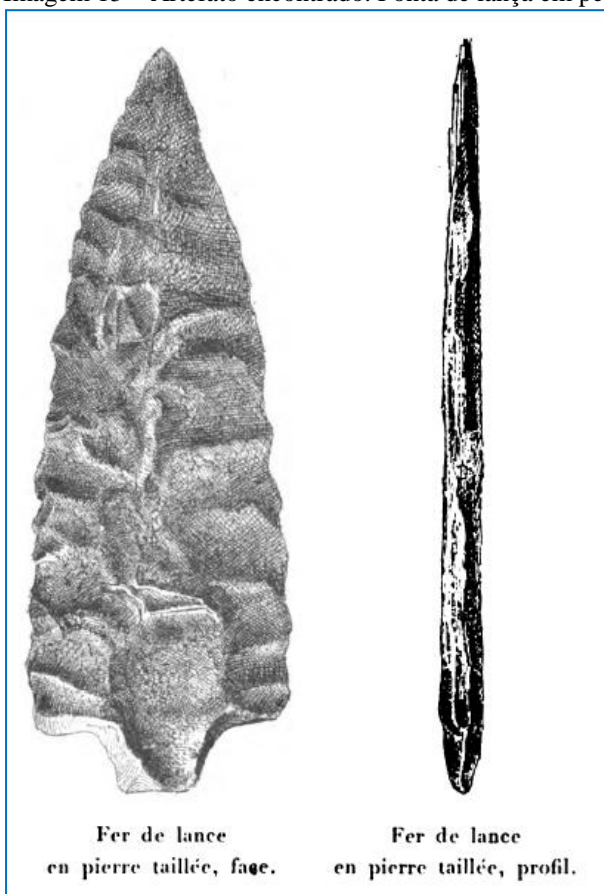
Imagem 14 – Imagem do interior de uma maloca “abandonada”



Intérieur de maloca abandonnée (Alto Xingú).

Fonte: Coudreau (1897, p.67).

Imagem 15 – Artefato encontrado. Ponta de lança em pedra talhada

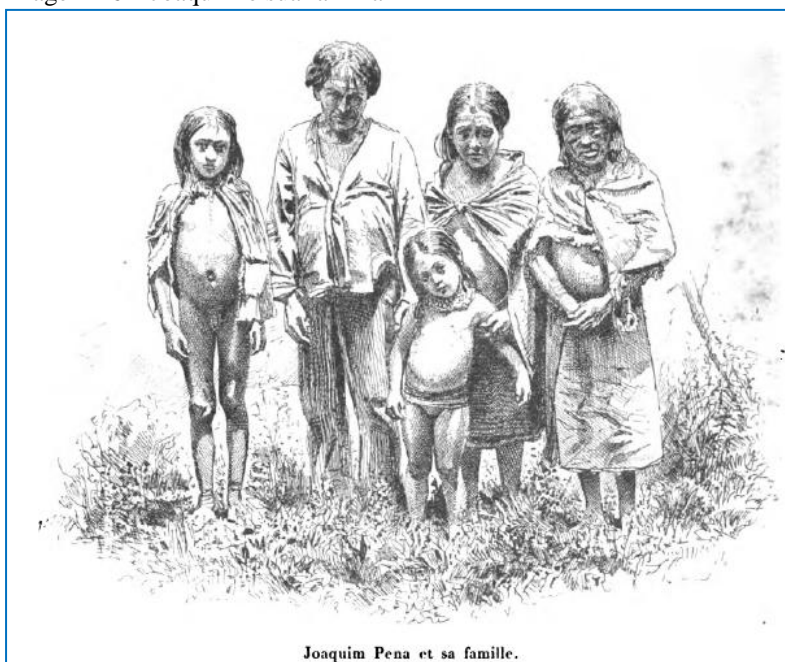


Fer de lance
en pierre taillée, face.

Fer de lance
en pierre taillée, profil.

Fonte: Coudreau (1897, p.71).

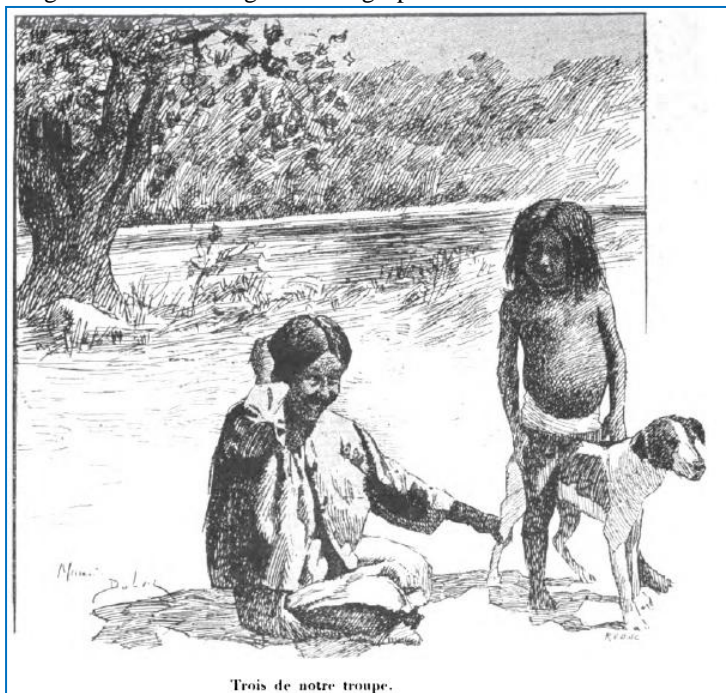
Imagem 16 – Joaquim e sua família



Joaquim Pena et sa famille.

Fonte: Coudreau (1897, p.80).

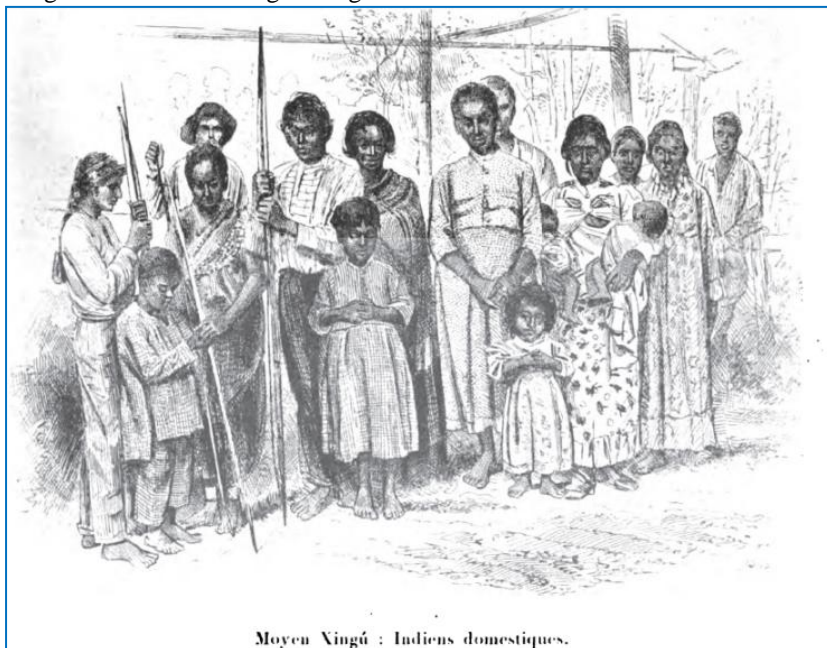
Imagem 17 – Três integrantes do grupo



Trois de notre troupe.

Fonte: Coudreau (1897, p.91).

Imagem 18 – Médio Xingu: indígenas domesticados



Moyen Xingú : Indiens domestiques.

Fonte: Coudreau (1897, p.143).

Analisando esse conjunto de registros, vemos a constituição de um campo em que os missionários primeiro, seguidos por outros viajantes mais “curiosos”, estudiosos dos domínios das ciências naturais e ciências humanas, comerciantes, aviadores e funcionários do governo, cada qual valendo-se do caminho aberto pelos anteriores, iam tecendo novas relações com os territórios e suas populações, formulando novos conhecimentos e possibilitando distintos planejamentos e outros focos de luz sobre as pessoas e os territórios. As expedições – com suas especificidades – permitiram a produção de informações muito variadas que se tornaram um mapa fundamental à efetivação do domínio colonial, incluindo aqui a materialidade da ocupação e a construção de imagens e discursos³⁷. As possibilidades de comparação entre os diferentes territórios, os distintos grupos indígenas e as múltiplas funcionalidades iam se tornando cada vez mais consistentes.

Há duas questões importantes que é preciso tratar sobre os conhecimentos que se formavam sobre os indígenas e suas práticas agrícolas e o fluxo de instrumentos e ferramentas da cultura material. Esses registros das expedições realizadas nas imediações do rio Xingu, ao longo do século 19, também se tornaram uma rica fonte para a formação do conhecimento agrônomo formal que avançava; seja para amparar-se nele ou para negá-lo. Além de

³⁷ Como referiu-se Von der Steinen (1942 [1886], p.28) sobre a viagem de Adalberto: “Animado provavelmente pelos dados que o príncipe fornecera, o presidente do Pará, em 1844, divulgava um relatório em que considerava o rio Xingu como a via de comunicação mais natural com Mato Grosso, justamente até o ponto em que os índios e as correntes não dificultavam a navegação sobre o mesmo”.

relatórios, cartas, outros manuscritos e palestras produzidas pelos viajantes, missionários e etnólogos, os objetos da cultura material passaram a integrar vários circuitos acadêmicos, museológicos ou das economias de mercados. Instrumentos e ferramentas de caça, de pesca, de agricultura, de guerra, etc., apesar dos destinos imprevisíveis, em geral, tornavam-se peças para exposição ou decoração, em lugares públicos, privados ou mistos – nas residências, estúdios de artistas, jardins particulares, museus, feiras, salões governamentais, locais de ensino, etc. –, como ainda hoje se pode constatar nos países colonizadores ou mesmo nos centros urbanos de cidades colonizadas.

Não se pode esquecer que, com finalidades diversas, dependendo do local e usos, a forma expositiva dos objetos nos museus tem por finalidades principais informar, proporcionar conhecimento e até lazer (CHELINI; LOPES, 2008), envolvendo o delicado jogo das memórias e do esquecimento. Como ponderou Mário Chagas, os próprios museus podem ser vistos como “lugares’ dos projetos revolucionários” onde as memórias (selecionadas) poderiam ficar a salvo dos esquecimentos. O surgimento da lógica dos museus são, para esse pesquisador, projetos de exaltação da civilização, elogios à nação e demarcação de posições da classe burguesa enquanto produtores dos valores clássicos ocidentais e, por isso, privilegiam as obras de artes consagradas e os artefatos de povos “primitivos” e dos países colonizados³⁸. Chagas ainda destaca que o próprio esquema disciplinar dos museus funciona pela constituição de relações de poder a partir do agrupamento de seres, coisas e imagens, pela atribuição de sentidos, nomeações e funções específicas, fazendo com que as coisas venham a se constituir como “memórias da natureza e da vida, excluídos do campo das relações, [...] enquadrados nas gavetas naturais da ordem da repetição” (CHAGAS, 2002, p. 39).

Fazer circular e ao mesmo tempo imobilizar, retirando os objetos indígenas de seus usos e de seus sistemas simbólicos, demonstrava de maneira eficaz o domínio sobre aqueles vencidos, já que suas armas – tão temidas – eram então expostas³⁹. Como principais pressupostos de que os indígenas “estavam desaparecendo” ou sendo assimilados, recolhiam-se mais e mais objetos⁴⁰ que, de fato, eram também despojos de povos “em vias de extinção” ou tratados como “vencidos”; seus bens ganhavam novas pátrias. Ao mesmo tempo, em não sendo

³⁸ Ele fala isso em referência ao museu do Louvre (Paris), inaugurado em 1793, e tratando também de outros três museus criados na mesma época. No caso da França, parte do acervo museológico foi constituído pelo confisco de bens nacionais que estavam em posse da realeza pós-Revolução e, no “espaço neutro” dos museus, poderiam ser resguardados e restituídos ao público, recebendo também outros significados (CHAGAS, 2002).

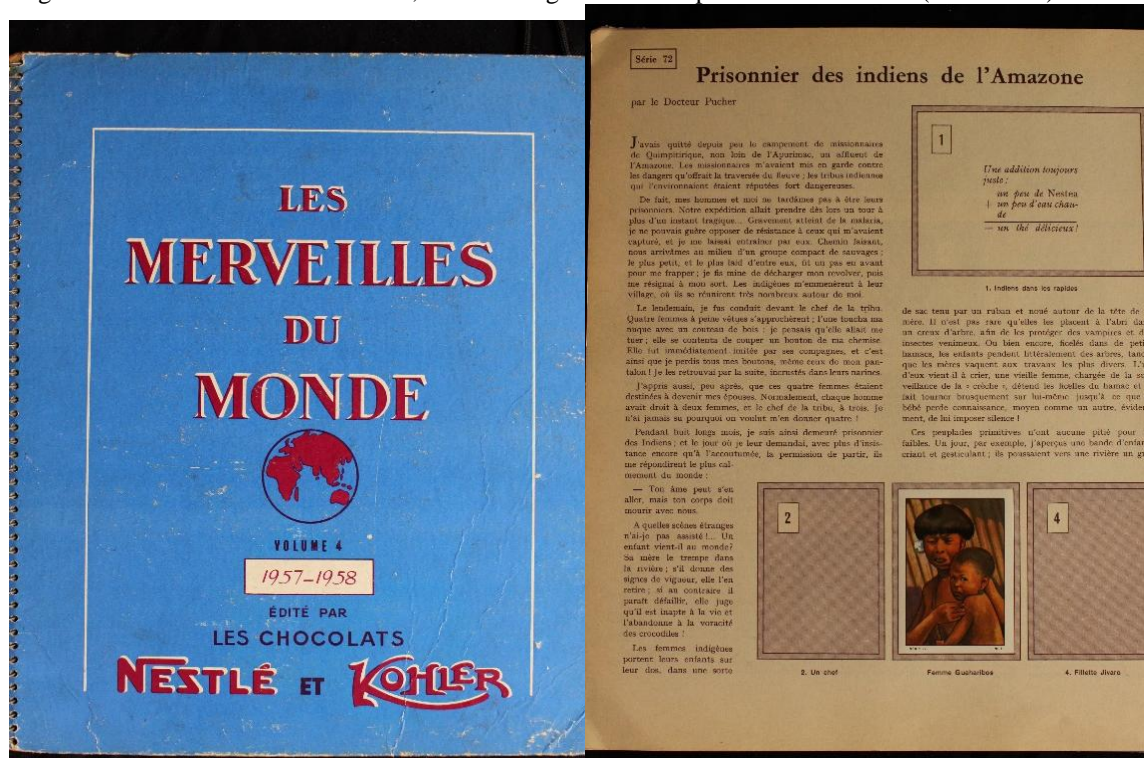
³⁹ E isso pode ser visto na vasta iconografia que persiste até hoje. Por exemplo, quando se remete aos indígenas pensa-se sempre no arco e na flecha, não sendo sem propósitos que o famoso quadro pintado por Ferreira, A conquista do Amazonas, no ano de 1907, o arco aparece quebrado.

⁴⁰ Essa foi uma mobilização importante capitaneada pelos expoentes da antropologia moderna, ao exemplo de James Frazer, Franz Boas e o próprio Van der Steinen.

propriamente achados arqueológicos, pois estavam em uso e contínua produção, a circulação dessas armas e instrumentos de guerra, de caça, de agricultura, de pesca, etc., permitiam a formulação de conhecimentos sobre os mesmos. Seus segredos podiam ser revelados. Desde os venenos e poções indígenas, que tanto interessaram a La Condamine no século 18, os modos de fabricar as armas, os materiais (que interessaram a Adalberto da Prússia) e os respectivos locais onde se achavam as fontes, a força corporal aplicada nos disparos das flechas, as distâncias que podiam alcançar, etc., quase tudo se tornava visível, podia ser mapeado e calculado.

Os símbolos, as armas, as ferramentas agrícolas e as poções venenosas poderiam receber um lugar em alguma galeria, em livros didáticos, em manuais de culinária ou de sobrevivência na selva que inundaram as livrarias no século 20⁴¹, e, principalmente, serem usadas contra os grupos. Como nas imagens abaixo, em um livreto de figurinhas (do tipo álbum que a cada compra de um produto, ganha-se mais uma figura), editado pela indústria de chocolates Nestlé e Kohler, em 1957-1958, contam a história de um prisioneiro de uma tribo indígena amazônica, e descreve a miséria de suas vidas, notadamente na figura da criança chorando, e seus costumes exóticos (Imagem 19). Em uma lacuna, um quadrado acima na figura à direita, uma receita de chá quente!

Imagem 19 – As maravilhas do mundo, álbum de figuras editado pela Nestlé e Kohler (1957-1958)



Fonte: Álbum Nestlé e Kohler (1957-1958). Acervo pessoal da Mme Vérité, Paris (2015).

⁴¹ Um outro exemplo será apresentado em tópico posterior, com as imagens produzidas para o livro “Amazônia: paraíso e inferno”, que é um tipo de manual de sobrevivência na selva (SILVA, 1970).

A insistência nesse ponto, que pode parecer um devaneio frente à questão que nos ocupa, é devido ao fato de que todos esses conhecimentos, tanto dos sistemas simbólicos quanto dos elementos da cultura material, foram utilizados nas lutas travadas durante os processos de colonização, tanto nas práticas pragmáticas de guerrilha quanto na produção de imagens e discursos. A interdição ao acesso a territórios de recursos, o envenenamento proposital de fontes de água ou a contaminação de utensílios e vestimentas com doenças (valendo-se dos conhecimentos e das relações estabelecidas com os missionários e outros viajantes)⁴², e ainda a produção iconográfica e discursiva que colocava os indígenas como perigosos, preguiçosos, ou colaboradores, etc., foram todas estratégias utilizadas pelos colonizadores, apoiando-se nos redes pretéritas que gradualmente se formavam sobre os diferentes grupos. Os conhecimentos sobre as práticas agrícolas e de caça permitiram a construção de discursos que colocavam a agricultura indígena – itinerante, rotativa, etc. – como incipiente, atrasada, ou, até mesmo, como a responsável pelos desmatamentos, formação de pastagens em boa parte da Amazônia. Enfim, a ampla rede de saberes que se formava sobre as pessoas e seus artefatos podiam e sempre foram utilizados de formas imprevisíveis.

Tratando sobre o papel dos geógrafos, em uma entrevista dada por Foucault à revista de geografia e geopolítica francesa *Hérodote*, o(a) editor(a) destaca que o trabalho de inventário e catalogação feito pelos geógrafos foi de suma importância no exercício do poder, pois “o poder não tem necessidade de ciência, mas de uma massa de informações, que, por sua posição estratégica é capaz de explorar”. E ainda complementa: “os viajantes do século 17 ou os geógrafos do 19 eram, na verdade, agentes de informação, a qual era diretamente explorável pelas autoridades coloniais, os estrategistas, os negociantes ou os industriais”. Ao final dessa entrevista, Foucault assume: “cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir [...] das táticas e estratégias do poder [...] que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios [...]. A geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo” (FOUCAULT, 2014, p. 258, 261).

Cada viagem de exploração realizada por estudiosos ou missionários, apesar das boas intenções, e de, em casos específicos, produzirem efeitos como a criação de áreas de proteção

⁴² Muitas referências a essas estratégias etnocidas são relatadas. Por exemplo, a guerra bacteriológica que praticada por seringalistas no Acre, que para as tribos mais amigáveis e já acostumadas com o contato, eram distribuídas roupas infectadas com rubéola (GHEERBRANT, 1993). Renato da Silva (1970, p. 247), lembra: “As tropas que saíam em busca de índios brasileiros para escravizar, tinham o costume de colocar armadilhas e não poucas vezes envenenar a água. Alguns colonos portugueses, diabólicamente, dependuravam nas matas camisas e outras peças de vestuário infeccionadas, pertencentes a doentes de varíola, a fim de alastrar a peste entre os selvagens”.

(que também não deixam de ser formas de controle dos nomadismos e dispositivos de controle e visibilidade), trazia consigo a condição de diminuir cada vez mais as possibilidades de esconder-se ou fugir – essa que é uma estratégia fundamental de resistência e enfrentamento nômade. A empolgação para “tirar do isolamento” e da selvageria movia muitos viajantes bem-intencionados que produziam inúmeros mapas de localização das fontes de recursos naturais, das armas, das linguagens, da agricultura e pecuária e dos modos de vida que vieram a servir como valiosos tesouros nos processos de conquista e depois de atração para outros colonos desejáveis.

Como expressou Moreira Neto (1960⁴³, p.12 *apud* SILVA, 1982, p.59):

Os contatos pacíficos com os Kayapó, acostumados ao trato com os neobrasileiros desde a fundação da missão de Santa Maria Nova, em 1859, foram preciosos para a rápida expansão da pecuária pelos campos naturais que nessa altura prolongavam-se quase até a margem do Araguaia. Esses contatos foram facilitados pela presença de índios que se expressavam fluentemente em português e haviam sido alunos do Colégio de Isabel, fundado no Araguaia por Couto Magalhães. Penetrações sucessivas foram feitas nos campos que se prolongavam do Arraias e fazem junção com as pastagens naturais do Pau d’Arco. Trilhos indígenas foram as primeiras estradas boiadeiras e suas aldêias, disseminadas pelo Arraias e Pau d’Arco, as primeiras fontes de suprimentos e bases de fixação nos campos do interior. [...] Toda a área tribal ocupada pelos Irã-amrãire Kayapó foi convertida em pastagens. Suas roças usuais nas matas ciliares do Arraias e do Pau d’Arco foram ampliadas e postas a serviço da frente expansionista.

Ainda no início do século 20, houve uma frente de trabalho para desmitificar discursivamente a insalubridade da região, promovendo a atração de estrangeiros para formar uma nova população. A leitura dos dois Álbuns do governo (o de 1899⁴⁴ e o de 1908⁴⁵) deixa muito evidente a grande preocupação em desmistificar que o clima da região é insalubre, que havia muitos insetos tornando insuportável a vida civilizada, que se podia morrer de insolação, que havia antropófagos, que a mortalidade por doenças infecciosas era elevada. Boa parte dos números e argumentos que passaram a compor os Álbuns têm fundamento nesse escrutínio. O Álbum de 1908⁴⁶ (p.5) é aberto com a expressão “*O Valle do Amazonas em futuro não muito remoto será um centro de civilização e o celeiro do mundo inteiro*”, rememorando a frase de A. Humboldt, dita no texto *Viagem a regiões equinoxiais* (publicado em 1800). Como nas

⁴³ MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau d’Arco. Belém: Boletim do MPEG, n. 10. Nova Série, INPA, CNPq. 119p, 1960.

⁴⁴ APEP – Álbum ilustrado do governo: Álbum do Pará 1899, administração de José Paes de Carvalho. Secretaria do Governo. Parte descritiva: Dr. Henrique Santos Rosa; fotografias e composição de F.A. Fidanza. Caderno de campo 2013. Fotos 7197-7277.

⁴⁵ APEP – Álbum do Estado. Álbum ilustrado do Governo: Álbum do Pará 1908. Secretaria do Governo. Caderno de campo 2013. Fotos 7285-7316.

⁴⁶ APEP – Álbum do Estado. Álbum ilustrado do Governo: Álbum do Pará 1908. Secretaria do Governo. Caderno de campo 2013.

citações abaixo, ao longo de todo o texto do Álbum de 1908 há um enorme esforço em comparar a Amazônia à outras regiões onde é possível estabelecer contingentes de populações civilizadas em boas condições:

É tempo de fazer desaparecer de uma vez, pela eloquência das estatísticas e das constatações científicas, a lenda das molestias tropicaes. As moléstias como a saúde não dependem absolutamente das latitudes.” (p.16.). “O clima do Pará é quente, mas a sua temperatura não sóbe jamais á altura thermometrica de muitas cidades de Europa em pleno verão. É quente, mas o calor é suportável por ser muito suavizado pelas chuvas, pela proximidade dos rios e pelos ventos alizados ou de Leste, que sopram constantemente⁴⁷.

O álbum apresenta em seguida as medições dos “observatórios metereologicos” do ano de 1906. Continuando o texto, utilizam exemplos de doenças que tinham sido quase erradicadas, como a febre amarela, apontando que, por outro lado, malária também estava presente na Itália e a febre typhica em Madrid, estando essas doenças em qualquer parte do mundo, sendo que em muitas regiões da Europa são ainda mais mortíferas que no Pará. Destaca que no estado não tem sífilis, como na Europa. Explica que no Pará, apesar de informações contrárias, ninguém morreu de insolação, e que o medo dos europeus é infundado. Aponta índices de mortalidade em cidades e países como México, Veneza, Calcutá, Lima, etc., como sendo maiores que nas cidades brasileiras, incluindo o Pará. Por fim, considera: “*Somos, portanto, felizes de poder, com a verdade destes algarismos estatísticos, destruir de vez a lenda pernicioso, tão injustamente repetida, contra a salubridade de nossa terra*” (p.18)⁴⁸. Palavras essas que expressam o convite para uma chegada de colonos vindos de outros países civilizados.

Além disso, se olharmos os mapas resultantes da iconografia cartográfica dos séculos 19 e início do 20⁴⁹ perceberemos alguns efeitos interessantes: a gradual mostraçã de possibilidade de fluxos controlados e direcionados pelas novas vias terrestres e fluviais; por outro, a lenta e insistente fixaçã (ao menos nos documentos) ou sedentarizaçã daqueles que se movem, no caso as populações indígenas e outros grupos migrantes e itinerantes, que passam a ser registrados fixamente nos mapas. Esses últimos embora não apareçam na cartografia, aparecem nos relatos de missionários, que iremos reportar adiante. Pode-se dizer que antes da

⁴⁷ APEP – Álbum do Estado. Álbum ilustrado do Governo: Álbum do Pará 1908. Secretaria do Governo. Caderno de campo 2013.

⁴⁸ APEP – Álbum do Estado. Álbum ilustrado do Governo: Álbum do Pará 1908. Secretaria do Governo. Caderno de campo 2013.

⁴⁹ Pode-se verificar, por exemplo, as diferenças entre as cartas do final do século 19 e aquela que aparece no mapa do governo do Pará 1908, há uma proliferaçã de identificações de territórios indígenas devidamente localizados em grandes grupos.

instalação oficial do primeiro barracão de aviamento (por volta de 1900), que marcou oficialmente o início da “história” de colonização local (SANTANA, 2007), uma espessa rede saberes e de relações com a região do médio Xingu e seus habitantes foi tecida, nos quais inúmeros fragmentos de imagens e de discursos dispersos e difusos produzidos ao longo de pelo menos dois séculos retroalimentaram-se continuamente, antes que os processos de estabelecimentos se efetivassem.

4.2.2 Esquadrinhamento minucioso da agropecuária e a constituição do poder disciplinar

Em paralelo a essas investidas mais direcionadas a conhecer o território e as populações “selvagens”, outra frente de conhecimentos e catalogações se desenvolvia especificamente sobre as atividades agropecuárias não-indígenas da província. Para se exercer o governo era preciso saber cada vez mais. Não apenas tabelas com os dados referentes às produções e exportações coletados nos portos das capitais, como já era habitual; era preciso localizações, nomações e descrições de processos. Os documentos transcritos abaixo mostram uma intensa demanda de informações, registros e relatórios, além dos mapas detalhados que dessem conta das produções, das técnicas, dos fluxos, das substâncias e outros dados que possibilitariam um esquadrinhamento de toda a atividade agropecuária, de maneira rápida e menos onerosa possível. Estavam em gestação novas formas documentais (“poder da escrita” como refere-se Foucault em *Vigiar e punir*) de registrar a produção e seus fluxos, mesmo nos pontos distantes dos centros de controle administrativos, favorecendo a tecnologia social e a lapidação dos dispositivos de eficiência.

Assim o presidente da província do Pará foi instigado a produzir informações por meio de uma comunicação enviada desde o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 28 de agosto de 1866:

Sendo de reconhecida conveniencia á marcha administrativa do ministerio a meu cargo saber-se a extensão da propriedade e o seu valor approximado; área quadrada das terras possuídas cultivadas e incultas de cada municipio, bem como a quantidade dos productos agricolas colhidos annualmente, com distincção de suas especies, das quantidades consumidas desses productos pelos lavradores, e das que remetem aos mercados para vender; torna-se indispensavel que V. Ex^a expeça suas ordens as Comarcas municipaes dessa provincia a fim de que organizem mappas por freguesias, de conformidade com os modellos inclusos, e sobre estes confeccionem o do seu municipio [...]. Para melhor facilitar a organização do mappa geral da produção agricola do imperio convem que os dos municípios sejam acompanhados de relatorios, nos quaes se descreva não só a uberdade das terras e as principaes culturas melhor ensaiadas, como também a relação que existe das sementes plantadas e as colheitas

dos annos regulares: convirá alem disso demonstrar o estado da viação e os meios de transporte entre os centros produtores e os principais mercados onde são expostos á venda os productos, declarando-se o seu preço no logar da producção, e o custo dos fretes de transporte por arroba. [...] Sob estas bases cumpre que N. Ex.^a expeça suas ordens, recomendando muito a organização dos mappas de que se trata, visto serem de suma(?) [Palavra não compreendida – doravante p.n.c.] conveniencia á marcha regular da administração⁵⁰.

Não importava mais ao governo apenas o produto bruto das ações, que desde muito tempo apareciam nos registros de exportações do império, como se pode verificar nas “séries históricas oficiais”⁵¹. Era preciso saber onde, quem e como eram produzidos os gêneros agrícolas em todo o território, e não apenas os resultados. Todos os questionamentos são justificados por servirem aos propósitos da “marcha regular da administração”, ou seja, uma gestão mais econômica, mais incisiva e mais focada nos fluxos entre a aplicação de recursos e os seus efeitos. Mais e mais dados e informações quantitativas e qualitativas, desde a economia doméstica até as experimentações realizadas pelos agricultores/lavradores passaram a compor os registros. Essas informações permitiam saber as etapas, as técnicas e procedimentos, os agentes ou grupos que eram mais ou menos produtivos e em quais “pontos” do percurso entre o cultivo e a venda algo se perdia. Um tipo de desenho muito bem elaborado que dava a ver desde as pessoas, as sementes, as plantas, os solos e os animais, localizando-os em meio à extensão do território.

Parece que desse momento em diante, cada vez mais se invertiam os rituais de tornar visível, como observado por Foucault, impondo-se um regime de “visibilidade obrigatória” em que ao invés do rei são os súditos que devem ser vistos. Certamente não se tratava de uma forma de poder que dizia “não”, antes, ao contrário, concerne a relações de poder que estimulam e incitam a falar, a aparecer diante da luz, a produzir coisas. Foucault, em *Vigiar e punir*, explicou que o poder disciplinar tem por princípios básicos a distribuição espacial dos indivíduos, e o controle é exercido não mais especialmente sobre os resultados das ações (como no poder soberano, pela cobrança de impostos, por exemplo), mas sobre o desenvolvimento das mesmas, sendo que a disciplina é uma técnica de poder que consiste na vigilância constante e infinita dos indivíduos, atenta aos usos e desvios do tempo. Conforme resumido por Maia (1995), podemos pensar a mudança no modo de governo como a passagem de um poder que se sustenta mais na ação sobre os corpos e seus atos, do que exatamente sobre os produtos

⁵⁰ Secretaria da Capitania, officios do ministério dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas. Circular de 28 de agosto de 1866. Códice 1396. (Fotos 7441-7443, Caderno de campo 2013, p.73).

⁵¹ Conferir: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: 1990. Para um trabalho bastante detalhado sobre a economia imperial no período de 1822 a 1889 consultar Abreu e Lago (2010).

retirados da terra; não é mais uma questão apenas tributária ou das finanças do governo. O poder disciplinar não se manifesta ou se aplica diretamente sobre os outros, mas sobre suas ações, “é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidades [...]; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável [...]. [é] Uma ação sobre ações” (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Olhando atentamente esses registros documentais da província paraense pode-se ver surgir – talvez como parte ou por extensão das tecnologias de poder investidas sobre os corpos e as populações, analisadas por Foucault – algo como um novo objeto de atuação do poder, que serviria como um vasto campo de possibilidades de produção de subjetividades, em que os exercícios de governo se direcionam as atividades agropecuárias. Tudo indica que as tecnologias de controle e disciplina típicas das fábricas e demais “instituições disciplinares” (FOUCAULT, 1999b, p. 165), foram sendo reinventadas regionalmente no que concerne às produções agropecuárias, alcançando inúmeras partes da vasta Amazônia, atravessando inúmeros esconderijos, linhas e estratégias de fuga.

E a incitação a aparecer nos registros, transcrita acima do documento de 1866, não foi única ou isolada. Outras ações concomitantes e bem mais sofisticadas têm mais a nos mostrar. A primeira refere-se a um documento recebido pelo presidente da província do Pará em julho de 1871, cinco anos depois do documento anterior, onde se lê:

Estando o Governo resolvido a auxiliar, quanto couber em suas forças, a agricultura nacional, facilitando aos lavradores aquisição de sementes e mudas de que careçam para melhorar as culturas existentes ou ensaiar novas, cumpre que V. Ex^o, ouvindo as Camaras municipaes d’essa Provincia, remetta a esta Secretaria de Estado a relação das sementtes ou mudas de plantas que forem requisitadas pelos respectivos municípios (dos quaes enviará também uma lista nominal) indicando a espécie, qualidade e quantidade das mesmas sementes ou mudas as quaes lhes serão gratuitamente concedidas pelo Governo, mediante a seguinte clausula.

Os lavradores a quem forem distribuídas sementes ou mudas ficão obrigados a communicar a essa Presidencia por intermédio da competente municipalidade quaes os resultados que obtiverem da plan-[outra folha – doravante o.f.]-tacao d’essas sementes ou mudas, declarando a época em que teve lugar, os meios de que lançaraõ mão para o seo completo desenvolvimento e os processos empregados para o preparo dos productos, afim de poderem ser usados.

Não duvidará o Governo Imperial alem da remessa de sementes e mudas, encarregar-se também de mandar vir e remeter a essa presidência, por conta dos lavradores, as machinas e instrumentos arativos aperfeiçoados que desejem introduzir em seus estabelecimentos, assignando elles um termo em que se obriguem a receber as encomendas que tiverem feito, prestando previamente fiança idônea pelo preço das ditas machinas e instrumentos, sendo contemplado o custo do transporte.

Sob as mesmas condições, facilitará o Governo a aquisição de animaes domésticos das raças estimadas, afim de melhorar as existentes.

Remetterá V.Ex^a a esta secretaria [o.f] de Estado, em tempo opportuno e semestralmente, logo que for possível regularisar-se este serviço todas as informações que puder colher relativamente aos assumptos de que aqui se trata.

Finalmente, declaro a V. Ex^o que, no caso de não poderem por em pratica todas estas providências, tão salutaes para o progresso da agricultura e da industria da criação no corrente exercício, é altamente conveniente que sejam ellas effectuadas no exercício vindouro⁵².

Aqui não se tratava apenas, como no documento de 1866, de instigar a aparecer, mas de favorecer para que cada um que tiver acesso aos mecanismos possa, individual e nominalmente, demandar ao império as condições para incrementar a sua produtividade e, em contrapartida, na relação que se constitui, fazer os governos saberem os procedimentos adotados. Ao ofertar a distribuição de sementes, mudas, animais e o pagamento do frete para a aquisição de maquinários, uma relação de força mais profunda se estabelecia na troca: saber o que cada um pode produzir com aquilo que lhe era oferecido pelo governo; passos fundamentais de um poder eminentemente positivo, calcado no estímulo à produtividade, muito mais do que nas restrições e punições; um passo largo às possibilidades de comparação – e à formação do que aqui chamamos de “dispositivo de eficiência” e produção da “emulação-força”. Antes de ser um procedimento que tinha por finalidade a padronização futura, conseguia, de imediato, a classificação das pessoas e das suas práticas, bem como dos insumos e dos lugares.

Esse “poder de organizar” só podia funcionar se os súditos fossem oferecidos como objetos individualizados de observação a um poder que só se manifesta pelo olhar. Como bem destacou Foucault, também em *Vigiar e punir*, e referindo-se aos exames, os processos de escrita e de dados individuais para o acompanhamento de tempo e espaço terminam por tornar-se um saber sobre os indivíduos. O indivíduo torna-se objeto descritível, analisável, servindo para mantê-lo em seus traços singulares, evoluções e aptidões, produzindo também um sistema comparativo de fenômenos globais em uma população. Essa *lista nominal* demandada à província paraense, justificada para controle e ressarcimento, permitia a composição de um banco de dados que não ficava apenas nos registros das províncias, ou câmaras municipais, pois iam para as instâncias superiores.

Diferentes eram as motivações práticas dessa catalogação e de registros. O mercado internacional se aquecia e crescia cada vez mais o interesse pelos produtos naturais tropicais, estimulado pelo desenvolvimento industrial nos países europeus, que necessitavam de matérias-primas para movimentar suas indústrias. Além disso, a constante preocupação com os movimentos revolucionários recentes – como aquele da Cabanagem que ocorreu entre 1835-

⁵² Área do governo - Secretaria da presidência da província. Ofícios do ministério dos negócios da agricultura, comercio e obras públicas. Informe de recursos para a distribuição de novas sementes e animais – experimentações. 22 de julho 1871. Códice 1450. (Fotos 7936-7939, Caderno de campo 2013, p.86).

1840 – aumentavam as tensões, e conhecer e premiar as elites de produtores locais se constituía uma forma do Estado se aproximar e controlar as províncias. Outra preocupação da época, evidenciada em centenas de documentos interministeriais disponíveis no APEP, era a questão escravagista. A recente lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibia o tráfico de escravos (que já era inconstitucional desde 1830 na Inglaterra), afetava diretamente os produtores e donos de terras no estado. Diversos documentos da década de 1870 solicitam cadastramento de escravos e dos donos de escravos, gerando uma enorme tensão e conflitos na província. A reorganização da produção local e os ideais da modernidade agitavam as classes dominantes da época, fortalecidas pelo denso contato que os governantes locais tinham com países europeus, especialmente França e Alemanha.

De forma mais estratégica, os registros individualizados possibilitavam encontrar, em meio à massa disforme e pouco controlada, aqueles que poderiam ser melhor explorados, suas aptidões melhor distribuídas, suas condutas serem honradas e premiadas, e seus resultados poderiam circular de maneira controlada nos espaços formais. O conhecimento tecnológico podia ser legitimado e difundido. Vistos ainda em outra face, esses registros, colocados lado a lado, indivíduo a indivíduo, grupo a grupo, município a município, província a província permitiam a estruturação das comparações necessárias aos “dispositivos de eficiência” e “emulação-força” que aqui tratamos. Mesmo aqueles que não participassem das distribuições de insumos ou das listagens tipo censos, seriam afetados. Oficialmente já não poderia haver um “lado de fora” e, mesmo os indígenas, podiam ser incluídos nas mensurações. As terras e suas efetivas fertilidades, as repartições climáticas, as práticas e técnicas, as espécies e variedades vegetais e animais, sejam elas cultivadas ou nativas, desejáveis ou indesejáveis, tudo começava a ser englobado nas tramas desses poderes que se formavam por essa via improvável; um laboratório de saberes para as ciências agrárias regionais. No próximo item, retomaremos essa discussão da formação do conhecimento e da tática de “fazer falar”, premiar e mostrar no contexto das Exposições (universais, nacionais, regionais) daquele século, tão importantes à estruturação de dispositivos de controle e normatização.

Ainda nesse período fortaleceu-se o uso de dados estatísticos da população, das atividades comerciais ou não⁵³, das instituições⁵⁴ com muitos detalhes e máxima

⁵³ Pode-se ver outras tentativas de censos mais específicos realizados sobre as atividades comerciais dos centros mais importantes economicamente, como por exemplo, em 1866, o recebimento pela província de 300 mapas destinados a facilitar a coleta de dados para organizar a estatística comercial do império, a ser preenchido e enviado até o final do corrente ano, onde se lê: “*É por isso uma tentativa do governo imperial emprehende, e que espera será a base de (palavra não legível - doravante p.n.l.) trabalhos mais importantes sobre esses serviços, que tanto interessa ao bem estar das nações. E por isso parece me que será conveniente para facilitar-lhe o trabalho e dar lhe mais rapidez, limitando-a à capital dessa província, e a algumas das suas cidades mais*

homogeneidade/padronização possíveis⁵⁵. Como transcrito do Relatório e Trabalhos Estatísticos da Diretoria Geral de Estatística do império em 1873 (BISSIGO, 2013, p. p.1):

A estatística não é menos necessária à vida pública dos povos, do que à sua existência privada; é por meio dos seus trabalhos e investigações que os grandes interesses do Estado são esclarecidos e aprofundados. A ausência deste meio de governo caracteriza a ignorância e a barbárie de uma época, de um país, ou de uma administração.

Fazia dois anos que essa diretoria fora criada, e tinha por meta a realização do primeiro censo geral do império, já que a ausência de números exatos causava uma “cegueira” sobre a população e de suas condições de vida (BISSIGO, 2013, p.2) e de produção.

Uma tentativa anterior de censo tinha ocorrido 20 anos antes, mas fracassou devido às resistências e manifestações que homens e mulheres livres e pobres de algumas províncias do Nordeste brasileiro que acreditavam que os registros civis e censos possibilitariam sua escravidão pelo império. O episódio ficou conhecido como a “guerra dos maribondos”, pelo barulho que a chegada da multidão causava (SAAVEDRA, 2015). É claro que essa resistência gerou experiências a serem aplicadas nas tentativas governamentais futuras. O que interessa é destacar que os censos agropecuários – conforme demanda feita pelo barão de Itaúna (Cândido Borges Monteiro – 1812-1872), então ministro dos transportes e da agricultura – à província paraense passaram a ser estrategicamente fundamentais, envolvendo em torno de si mais do que apenas o levantamento de informações e formas de planejamento, mas a distribuição de micropoderes locais para a realização dos serviços de coleta. No documento abaixo transcrito,

comerciais. Essa porém, fica dependente das maiores ou menores dificuldades que V. ex. encontrar na execução dele”. Pedese a mais completa exatidão e fidelidade nas informações, por meio dessa circular enviada para o fornecimento de mapas estratégicos das cidades comerciais do Pará. (APEP – Ofícios do ministério da agricultura. Secretaria da Capitania, ofícios do ministério da agricultura (código 1396). Rio de Janeiro, Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas, a 23 de jan. 1866. Foto 7419-7420, Caderno de campo 2013, p.72).

⁵⁴ Sobre o censo das instituições, um impresso de 20 de julho de 1872, demanda os registros sobre instituições, como sua data de criação, quantidades, valores arrecadados, etc., incluindo os institutos agrícolas e associações agrícolas criadas e seus funcionamentos e ações na província. APEP – Ofícios do ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas circular impressa. Área do governo - Secretaria da presidência da província, 20 jul. 1872. Código 1472 (Foto 7960, Caderno de campo 2013, p.88).

⁵⁵ Em concomitância com os objetivos de parametrização, uma circular de 1866, demandou as providências quanto ao cumprimento da lei 1157 de 26 de junho de 1862. Lei nº 1.157, de 26 de Junho de 1862, que “Substitue em todo o Imperio o actual systema de pesos e medidas pelo systema metrico francez”. Nessa lei, as províncias receberiam tabelas comparativas, que seriam ensinadas nas escolas com as novas medidas lineares de peso, superfície e capacidade. Tinham um prazo de 10 anos para adaptar em todo o império, e o descumprimento na adoção do padrão implicava nas penas de até 1 mês de reclusão e multa de até 100\$000. (Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-1157-26-junho1862-555244-publicacaooriginal74401-pl.html>>. Acesso em 20 dez. 2015). Em outro documento, de 1866, solicita-se informações quanto ao avanço da aplicação do ensino comparado e remete às normativas que implicam em penalidades para quem não cumprir, em um prazo determinado, a utilização dos pesos e medidas do sistema internacional vigente (APEP - 13 de outubro de 1866. Ofício n. 12. Secretaria da Capitania, ofícios do ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas. Circular de 28 de ago. de 1866. Código 1396. Foto 7447, Caderno de campo, 2013).

de 1872, pede-se um tipo de censo geral da agropecuária, comércio, estradas, catequese, etc., onde se lê:

Ilm. e Exm. Sr. Desejando o governo, por todos o meios ao seu alcance, colher esclarecimentos e dados seguros sobre o estado da lavoura, as fontes de riqueza nacional, houve por bem Sua Magestade o Imperador que se recommendasse aos presidentes de província para nomeação de uma ou mais commissões escolhidas entre os agricultores, comerciantes e outras pessoas idôneas, as quaes, colhendo todas as informações que lhes possam [ministrar?] os próprios interessados, ou que se encontram em documento dignos de confiança, enviem suas opiniões sobre tão importante assumpto e apresentem um relatório fundamentado em que se considerem os seguintes quesitos:

- 1º As espécies da grande e pequena cultura da província;
- 2º Extensao aproximada nas terras cultivadas e importância dos estabelecimentos ruraes que nellas existem.
- 3º Número aproximados de braços applicados na lavoura;
- 4º Processos empregados na cultura, preparo dos productos e seu atraso ou aperfeiçoamento.
- 5º Quaes os núcleos coloniaes existentes na província, seu estado e o que delles se pode esperar;
- 6º O estado da viação, especialmente entre os principais centros commerciais e districtos mais productivos da província;
- 7º As associações existentes que tenham por fim promover a introdução de colonos ou trabalhadores livres e condições sob as quaes teem realizado ou pretendem realizar esse fim;
- 8º As associações de credito que auxiliam a lavoura e condições com o que fazem;
- 9º A dívida de que está onerada a lavoura da província e sua amortização annual;
- 10º O estado em que se acha a catechese dos indígenas e necessidades que cumpre ainda satisfazer para auxiliial-a⁵⁶.

Toda essa demanda por informações, estímulos à produtividade, à transformação da produção e à formulação de conhecimentos agrícolas específicos fazia parte do projeto geral de gestão menos centralizada das províncias. Com os números e outros dados qualitativos e com os micropoderes distribuídos, tornava-se possível traçar metas, planejar as ações de forma mais direta e incisiva, e controlar as resistências que se davam pelos desvios dos fluxos de recursos, contrabandos, pontos de esconderijos, etc., eliminar o que fosse considerado improdutivo e atacar diretamente os nomadismos. Como lembraram Deleuze e Guattari (1997, p. 64):

A aritmética, o número, sempre tiveram um papel decisivo no aparelho de Estado: já era o caso na burocracia imperial, com as três operações conjugadas do recenseamento, do censo e da eleição. E com mais forte razão, as formas modernas do Estado não se desenvolveram sem utilizar todos os cálculos que surgiam na fronteira entre a ciência matemática e a técnica social (todo um cálculo social como base da economia política, da demografia, da organização do trabalho, etc).

Para esses filósofos, os números servem para dominar a matéria (que podem ser as produções, os efetivos dos rebanhos, o número de pessoas, etc.), controlando suas variações e

⁵⁶ APEP - Offícios do ministério dos negócios da agricultura, comercio e obras públicas. Área do governo - Secretaria da presidência da província. 4 de junho de 1872. Códice 1472 (Foto 7961-7966, Caderno de campo 2013, p.88).

seus movimentos. E é claro que isolados os números não podem fazer funcionar os dispositivos de controle, faz-se necessária a sua legitimação, bem como a constituição de métricas que permitam, legitimamente, separar e classificar. Por outro lado, os números também podem ser utilizados contra o próprio exercício de controle: dividir-se para tomar caminhos de fuga; agrupar-se com outras populações para resistir ou atacar, etc., como fazem os nômades e sua “máquina de guerra”, que se valem igualmente dos agrupamentos numéricos e das distribuições para ocupar territórios, como bem apontaram Deleuze e Guattari. Tendo dito isso, podemos então passar para a próxima parte em que trataremos especificamente do controle dos nomadismos, retomando a ideia de “máquina de guerra”.

4.2.3 Controlando os nomadismos e produzindo margens a partir de múltiplos dispositivos acumulados

Principalmente desde a segunda metade do século 19, tornou-se uma meta governamental a formulação de estratégias de controle mais minucioso dos nomadismos, das migrações e da itinerância na Amazônia, valendo-se não restritamente dos conhecimentos, mas utilizando-os como meios de fortalecerem as formas de controle. Estava muito evidente a potência que os nômades tinham, tanto os indígenas quanto os sertanejos de cultura pastoril, garimpeiros e outros grupos que viviam a escavar solos e subsolos, a perambular pelas águas, a coletar plantas, a caçar animais, a seguir o fluxo de pastagens e tudo mais. Especificamente, sabia-se muito bem que a pecuária bovina itinerante tinha sido a principal forma de penetrar alguns territórios antes dominados apenas pelos grupos indígenas, favorecendo outros assentamentos populacionais posteriores. Porém, essa mesma capacidade de deslocar-se e constituir autonomia desde muito se mostrava como um problema para os alcances dos poderes imperiais, do ponto de vista político, econômico e religioso.

O *estabelecimento* era uma meta, era uma forma de controlar e gerir os números, as circulações, os movimentos e também de estimular e estruturar um povoamento desejável (não era interessante simplesmente construir uma muralha com guaritas ou algo do tipo, como foi feito posteriormente nas reservas indígenas ou de proteção ecológica e em algumas áreas de empresas mineradoras, como foi o caso do projeto Tucumã no início dos anos 1980). As revoltas populares da Cabanagem e da Balaiada, que ocorreram nas décadas de 1830-40, indicavam que era extremamente perigoso aos governos deixarem circular todo aquele contingente de camponeses, mestiços, escravos, fugitivos e indígenas que podiam a qualquer

momento se “acoloiar” e voltar-se contra o governo⁵⁷. Porém, os confrontos diretos e sangrentos como aconteceram nas províncias do Maranhão e do Pará, no contexto dessas lutas, mostraram que a violência física excessiva tinha como consequências um enorme desgaste político e econômico, voltando-se contra o funcionamento do próprio reino, sendo, portanto, pouco econômica. Era preciso desenvolver outras formas de gerir as relações de poder, controlar as populações e usar sua força de trabalho sem recorrer à mera violência; fazia-se necessário desenvolver mecanismos que fossem mais produtivos e positivos e que pudessem, ao assegurar certo controle das circulações e de recursos, atrair e constituir outra população.

Um desses mecanismos foi, sem dúvidas, a Lei de terras de 1850 (nº 601 de 18/09), que fazia obrigatória a mercantilização da terra, ao mesmo tempo tornava ilegais as pequenas posses sem a compra ou outras formas bastante restritas de aquisição⁵⁸. Essa lei possibilitou diversas investidas de indivíduos, de pequenos grupos com considerável capital ou ao governo, por meio dos planos de colonização, provocando uma repartição da terra e a sua atribuição oficial a pessoas de outras províncias ou outros países, estruturando diferentes ocupações com finalidades agropecuárias ou especulativas. Como tratado no tópico anterior, um esquadramento minucioso do território, das populações e da agricultura estava ocorrendo, de forma que pouco a pouco para cada pedaço da terra uma aptidão, um cálculo de produtividade e potencialidade podia ser aplicado, seja em relação aos aspectos agroclimáticos ou dos conflitos sociais com os grupos indígenas existentes⁵⁹. Gradualmente podia-se definir quem seriam os

⁵⁷ Uma excelente discussão sobre a cabanagem pode ser encontrada no texto de Magda Ricci, onde a autora lança a tese de um movimento revolucionário que teve a força de produzir um sentimento de identidade entre povos de cultura e etnias diferentes. Segundo a autora, “a revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em

1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da

Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas” (RICCI, 2006, p. 6). Outras discussões mais gerais podem ser encontradas no livro de Marcio Silva (SOUZA, 1994, p. 109–125), e também no livro de Alvez Filho; de Souza Júnior; Neto (2001).

⁵⁸ As terras não poderiam mais ser concedidas no sistema de sesmarias, tornando-se oficialmente uma mercadoria. Apenas quem tinha capital, ou que forjasse documentos de posse poderia tornar-se proprietário. “D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte: Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.”

⁵⁹ Como pode ser visto em algumas comunicações retratavam, por exemplo, os problemas enfrentados por 350 imigrantes cearenses que chegavam para a colônia agrícola de Benevides, e as suas dificuldades para derrubar as matas e da qualidade da terra (APEP - Secretaria da capitania. Ofício 43. Série Ofícios do Ministério da Agricultura. Correspondência do processo de chegada de agricultores à uma colônia. 28 jan. 1876. Códice 1590. Fatos 7822-7825, Caderno de campo 2013, p. 84 e 96).

colonos mais ou menos adequados para cada espaço, quais as potencialidades de pessoas e territórios, quais os correspondentes produtos e tecnologias agrícolas seriam melhor adaptadas, bem como as melhores formas de governos locais. Sem isso, a Lei de 1850 teria pouco efeito em transformar as terras em mercadoria.

As divisões e classificações por afinidades, a legalização da propriedade e os esquemas de produtividade implicaram, ou melhor, favoreceram de forma gradual, além da evidente concentração de terras, outro efeito: o controle dos nomadismos e deslocamentos, tanto dos indígenas quanto de outros grupos que se movimentavam pela região. Em sua dimensão mais concreta, isso se deu pela instituição dos aldeamentos para uns, colônias, pequenos estabelecimentos e grandes propriedades privadas para outros (utilizando-se ou não de recursos públicos); em outra dimensão, mais prático-discursiva, fortalecia-se a insistente deslegitimação de todas as formas de vida social nômades, ou aquelas que ocorrem pelos deslocamentos nos espaços não controlados, ilegalizando a própria circulação. Embora algumas barreiras físicas (como os presídios militares) e o combate direto e violento tenham sido utilizados, não menos importantes foram os efeitos das imagens e dos discursos produzidos sobre as formas de uso dos espaços não sedentárias ou semisedentárias. Os indivíduos e as suas práticas nômades, itinerantes ou migrantes passaram, de forma mais persistente, a serem apresentados como improdutivos, ilegais e possivelmente perigosos (à segurança nacional e à segurança sanitária, acusados de realizarem feitiços ou práticas similares⁶⁰, serem raptos de mulheres e crianças⁶¹, violentos, etc.). De fato, tratou-se da produção de margens pelos discursos estatais de ilegalidade, da periculosidade (DAS; POOLE, 2008) e da improdutividade que passam a impor certa fixação e disciplinamento, justificando também os controles mais rigorosos de todos os espaços e pessoas enquadradas nessas margens.

Como advertiram, além de Foucault, Deleuze e Guattari:

⁶⁰ Desde o período colonial a magia, o curandeirismo, a feitiçaria, entre outras práticas religiosas e rituais foram fortemente combatidas no Brasil (DA SILVA, 2011). A crença nos poderes mágicos, tanto de negros, indígenas e outros sempre foi forte no país, sendo que no século 19 uma frente de combate às práticas de curandeirismos foi formada pelos médicos, que pretendiam o monopólio dos tratamentos e da própria definição de doença, enquanto outra frente fora formada por juristas, que viam associação entre criminalidade e as práticas curativas, colocando em questão para além das práticas e a força dos objetos envolvidos, aspectos de justiça, punição e disciplina envolvendo disputas de grupos sociais diversos (COUCEIRO, 2008). Marcio de Souza descreve brevemente alguns processos durante a era pombalina e o projeto modernizador (SOUZA, 1994, p. 65–68). Ainda na atualidade, segundo Silva (2010, *apud* LEIRNER 2012), é comum entre militares afirmarem que o artesanato indígena carrega feitiçaria, sendo, portanto, mau agouro comprá-lo.

⁶¹ Esse discurso é muito recorrente em praticamente todas as narrativas sobre povos nômades, especialmente dos indígenas e ciganos, permanecendo mesmo na atualidade. Uma interessante história pode ser encontrada no texto que Santana (2007) escreve sobre indígenas no Xingu, que será apresentado.

[sobre as sociedades disciplinares] Fixar é um dos primeiros objetivos da disciplina; é um processo de antinomadismo (FOUCAULT, 1987, p. 241).

Para qualquer Estado, não só é vital vencer o nomadismo, mas controlar as migrações e, mais geralmente, fazer valer uma zona de direitos sobre todo um "exterior", sobre o conjunto dos fluxos que atravessam o ecúmeno. Com efeito, sempre que possível o Estado empreende um processo de captura sobre fluxos de toda sorte, de populações, de mercadorias ou de comércio, de dinheiro ou de capitais, etc. Mas são necessários trajetos fixos, com direções bem determinadas, que limitem a velocidade, que regulem as circulações, que relativizem o movimento, que mensurem nos seus detalhes os movimentos relativos dos sujeitos e dos objetos (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 59).

Para controlar o nomadismo dos indígenas no sul do Pará, o maior investimento ao longo dos séculos 18-19 foram os aldeamentos, o fortalecimento do *estabelecimento* e também a criação das colônias agrícolas, seguindo, parcialmente, os modelos aplicados primeiramente na província de Goiás⁶². Nessa província, a decadência da exploração de ouro e o início do ciclo da expansão agropecuária levaram a uma revisão das políticas de pacificação; não poderiam mais continuar com o método dos bandeirantes sanguinários de “limpar e desinfestar” os territórios; era necessário, ou mais econômico, desde o final do século 18 e no início do século 19, “ir às selvas com padres e índios mansos buscar irmãos. [...] O método deveria ser através da persuasão e da dádiva”, usando-se, mais do que nunca, “uma tribo na conquista e pacificação de outra”⁶³. Passou-se à implantação de aldeamentos que “funcionavam como prisão para os índios ou confinamento para que a colonização pudesse espriar-se sem limites”, e também como forma de usar-lhes suas forças, valer-se de seus conhecimentos e habilidades (RAVAGNANI, 1986, p. 131,139).

Porém, mesmo essa tática de formação dos “quartéis-aldeamentos”, das décadas de 1740-50 na província de Goiás, foi sendo revista (por volta de 1770), dando lugar à criação de uma “exemplar escola de catequese que atraísse o indígena [...], um aldeamento modelo [...] que estivesse sob a proteção e às vistas imediatas do governador”, algo que fosse agradável e “fizesse inveja aos índios silvestres [...], servindo de universidade aos que se quisessem aldear”. As primeiras tentativas foram ostentatórias, utilizando-se a arquitetura e construções que incluíam igrejas, armazéns, manufaturas, etc., mas, em pouco tempo, tornaram-se campos extremamente controlados por destacamentos militares, que vigiavam e impunham regras e rotinas de trabalho e produção bastante duras, forçando ritmos que não faziam parte do

⁶² Conforme relata o trabalho de Vaz (2013), os dominicanos passaram por Minas Gerais, Goiás até chegarem à província do Pará no ano de 1896, tendo depois constituído o centro de catequese onde hoje é a cidade de Conceição do Araguaia.

⁶³ Isso representou uma enorme economia de armas, mantimentos, munição, transporte, etc., pois, com o trabalho praticamente gratuito dos indígenas “mansos” nas expedições, obtinham-se valiosos intérpretes, conhecedores dos rios e das matas, remadores, caçadores, construtores de canoas, etc. (RAVAGNANI, 1986).

cotidiano dos indígenas ali “aquartelados”. Lá, alguns recebiam patentes militares, mas o comando era sempre dos não-índios (RAVAGNANI 1986, p.122-123).

Resumindo as ações educadoras dos missionários no século 19, Marta Amoroso aponta que, apesar da multiplicidade de sentidos que o serviço religioso alcançava em cada local e contexto:

A escola para índios e a catequese no século XIX eram emblemáticas da política da brandura e dos bons tratos dirigida à população indígena. Isso se traduz[iu], na prática, na violência assimilacionista que pretendia atingir e modificar a estrutura das sociedades e culturas indígenas. Catequese foi sinônimo de empresa colonial, de força, de coerção, de imposição aos índios do medo e do respeito às autoridades coloniais. Mas foi também sinônimo de economia de mercado, comunicação dos povos, estradas transitáveis e escoamento dos produtos da lavoura dos índios. Possibilidade de as comunidades indígenas se comunicarem com o Brasil (AMOROSO, 1998, p. 112).

Todo o investimento na educação e disciplina, no entendimento dos administradores, “amansava” e preparava os indígenas para o que estava sendo considerada a verdadeira força da civilização: o trabalho e a ordem, como aparecem no texto de Couto Magalhães, anteriormente citado – as marcas do positivismo. Ainda no século 18, fortes críticas foram levantadas contra os missionários, acusados de abusos de poder e exploração da mão de obra indígena, etc., mas o texto de Magalhães indica também a culpabilização dos missionários pela indisciplina ao trabalho, sugerindo substituir “a catequese de brindes” pelo trabalho baixamente remunerado (MAGALHÃES, 1957 [1863], p. 163). Então, desde o ponto de vista da organização dos aldeamentos, essas perspectivas direcionadoras ao trabalho balizaram as ações missionárias que atuaram também nas regiões do vale do Xingu pós-1850.

Isso pode ser visto na farta documentação interministerial do período, da qual selecionamos duas. A primeira foi a solicitação feita pelo barão de Itaúna (ministro dos transportes e da agricultura na época), para atendimento e apoio aos missionários das regiões mais conflituosas da província do Pará – pois os indígenas estavam reclamando das violências sofridas contra eles e seus bens – onde reforça a importância que os missionários tinham nos processos de mediação das relações de poder e instituição dos aldeamentos. Nos dizeres do comunicado, de 1872, o serviço de catequização deveria ser apoiado, “*vistas as vantagens moraes e sociais que o pais auferirá de tão importante serviço*”, de forma que se pudesse conseguir o “*estabelecimento*” e a “*prosperidade das aldeias*”⁶⁴. Além dessa demanda, quatro anos depois, foi aumentado o crédito da província do Pará na verba “catechese”, com a quantia

⁶⁴ APEP – Offícios do ministério dos negócios da agricultura, comercio e obras públicas. Área do governo - Secretaria da presidência da província. 12 junho 1872. Códice 1472. Fotos 7958-7959, Caderno de campo 2013, p.88.

de 503\$478 réis, atendendo ao § 16 do artigo 8 da Lei do orçamento para 1875-1876, conforme documento enviado ao ministério da agricultura, em setembro de 1876⁶⁵, que solicitava também a maior economia possível na aplicação dos recursos para a compra de “*brindes e outros objetos*” utilizados na catequese. Essas comunicações indicam tanto o papel da catequese quanto o enorme esforço que fora feito para que se efetivasse o mais rápido e economicamente os processos de contato e pacificação no interior da província paraense.

Os resultados da catequização, obviamente, não se restringiam a uma melhor possibilidade administrativa local, mas também deveriam demonstrar para o exterior que gradualmente a terra dos bravos selvagens ia se transformando em um território “domesticado”, possibilitando, com isso, maior atração de imigrantes desejáveis. Como destacou Nonato de Castro (2010), o governo republicano necessitava construir seus símbolos, produzir identificações entre a população e os seus feitos heroicos; a pintura histórica se mostrou uma boa direção para isso. Não foi ao acaso que em 1907, o governador do Pará, Augusto Montenegro, encomendou ao renomado pintor Antônio Parreiras o quadro conhecido como “A conquista do Amazonas”, que, além de ficar exposto, foi reproduzido no Álbum do Governo (1908)⁶⁶, servindo como um cartão postal da província aos estrangeiros, disponibilizado nos navios e portos (Imagem 20). Segundo a própria descrição da imagem no álbum do governo, escrita por Ernesto Mattoso, na obra que foi “*encomendada para a glorificação do seu paiz*”:

O thema é uma das expedições de exploração e conquista, em que se expandia o gênio aventureiro, que tanto caracterisava a raça luzitana desses famosos tempos. O quadro representa um episodio de expedição organizada por Jacomo Raymundo, Governador da capitania do Maranhão, cujo comando confiou a Pedro Teixeira. A téla reproduz o momento em que na aldeia chamada Franciscana, em 1639, o escrivão João Gomes de Andrade, lê o acto de posse d’aquellas terras. No grupo do centro está o capitão-Môr Pedro Teixeira, seu ajudante Favilla, o escrivão Andrade e outros. A direita, frades, missionários e franciscanos e o chronista da expedição, Christovão da Cunha; aventureiros, fidalgos, etc. À esquerda vários índios, entre os quaes um velho com suas armas partidas, demonstrando-se aniquilado, sem forças para reagir contra a invasão de sua terra; outro, moço e altivo, parece confiar na revindicta, cuja premeditação indica pelo olhar e gesto. Em outro plano mais afastado, com o brasileiro Bento Rodrigues, diversos índios e índias, entre ellas uma, de pé, formosa, como que confiante em sua belleza de rosto e fórmas, para tirar vingança dos invasores, pelo amor apaixonado, que conta inspirar-lhes. Ao fundo, de um lado, vê-se as velas e mastros das caravelas dos conquistadores e no primeiro plano, á direita, as pirogas dos indígenas.

⁶⁵ APEP – Secretaria da capitania. Ofício 439. Série Ofícios do Ministério da Agricultura. Aumento no crédito para a catechese na província do Pará. 18 de set. de 1876. Códice 1590. Foto 7829, Caderno de campo 2013, p.96.

⁶⁶ APEP – Álbum do Estado. Álbum ilustrado do Governo: Álbum do Pará 1908. Secretaria do Governo. Caderno de campo 2013.

Imagem 20 – A conquista do Amazonas (1907), Antônio Parreiras. Óleo sobre tela. Belém, Museu Histórico do Estado do Pará



Fonte: Google imagens (2015).

Nesse mesmo Álbum (1908), algumas páginas depois do capítulo em que aparece o quadro “A conquista do Amazonas”, as imagens abaixo são apresentadas. Também tinham por efeito mostrar os resultados do processo disciplinatório na colônia agrícola de Conceição do Araguaia – um dos locais mais “distantes” e selvagens da província. O conjunto de seis fotografias apresenta uma interessante disposição: os alunos indígenas vestidos, civilizados e acompanhados de um missionário e, ao lado, velhos “índios do Araguaia”, seminus e expondo armas-ferramentas; abaixo imagens do arraial de Conceição do Araguaia, com pessoas passeando vestidas com trajes modernos, casas não-indígenas e missionária(o)s caminhando por ruas largas e bem recortadas (Imagem 21).

Imagem 21 – Conceição do Araguaia – 1907. Processos civilizatórios



Fonte: Álbum do governo (1908, p. 316).

De forma similar à tela clássica *A conquista do Amazonas*, essas fotografias da colônia de Conceição do Araguaia mostravam um episódio de conquista versão anos 1900, onde as transformações nos autóctones e no espaço físico dão testemunho da “domesticação” e principalmente da possibilidade de vida civilizada no “interior” da Amazônia. Como se sabe, nos séculos 20 e 21, além da catequização, outras estratégias de controlar e impedir a circulação dos grupos indígenas foram adotadas, notadamente a criação de reservas e áreas de preservação de diversos tipos, especialmente na região do Xingu. O importante aqui é destacar

que as ações estatais adotadas em relação a esses grupos, especialmente depois da segunda metade do século 19, na província do Pará, sempre foram ambíguas. Sempre se efetivaram com um misto de cuidado, proteção, punição, disciplina, isolamento, integração, evidenciando um processo de domesticação do selvagem que precisava a todo tempo ser reforçado por imagens e discursos. A bibliografia sobre a questão do indígena no Brasil nesse período é imensa e demonstra a divergência de opiniões quanto a integrar, separar, catequizar, respeitar as tradições, etc.⁶⁷.

Mas as medidas de restrição da circulação não se investiram apenas sobre os indígenas. Havia outro grupo de “in subordinados” que avançava para o sul do Pará no século 19, desde uma frente de migração que já tinha passado, ao longo dos séculos 17-19, pelos estados do Maranhão, Goyas e atual Tocantins: os sertanejos de cultura pastoril, que conduziam seus rebanhos em pastagens naturais, apresentados em tópico anterior. Alguns entre os que, inicialmente fugindo da opressão e dominação do sistema econômico e político açucareiro que predominava no litoral, iam ocupando, sem permanecer nos interiores e desenvolviam estratégias nômades que não paravam de ser reinventadas no “interior do país”. A leitura atenta dos relatos históricos acerca desses grupos indica que há aqueles que não eram apenas pecuaristas comerciais, interessados em alcançar mercados e nem migrantes em busca de um local para fixar-se. Alguns movimentos pareciam ter outras motivações e ganhavam cada vez mais autonomia.

A força ou as estratégias que estavam servindo para controlar alguns grupos indígenas ou outros colonos migrantes pela catequização, aldeamento, colônias e estabelecimento, pareciam não funcionar quando aplicadas a alguns “sertanejos de cultura pastoril”, como os chama Vaz. Quanto mais os missionários tentavam se aproximar, mais eles se afastavam, mais eles ganhavam os interiores, e tanto mais se misturavam quanto guerreavam com e contra os indígenas⁶⁸. Quanto mais se estruturavam as cidades, pequenos centros e possibilidades de apossar-se de alguma terra de maneira definitiva, mais eles se distanciavam, combatendo, por assim dizer, a própria formação da cidade. Conforme aparece no trabalho de Vaz (2013):

Frei Ângelo elaborou um plano arquitetônico para a cidade: organizou o traçado das ruas e as disposições das praças. Os missionários conseguiram a criação de uma escola primária, uma sub delegacia, um juiz de paz para regularizar os casamentos perante a lei’ (SANTOS, 1996, p. 114)⁶⁹. Ao mesmo tempo em que a organização e

⁶⁷ Para um panorama da questão, seguindo o fluxo dos estudos de Antônio Parreira, pode-se consultar o trabalho de Stumpf (2014).

⁶⁸ Furtado (2005), Simonsen (1937), Moreira Neto (1960 *apud* VAZ, 2013).

⁶⁹ SANTOS, E. A. Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930). Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1996.

praticamente a normatização da conduta social afastaram os sertanejos pecuaristas do povoado, demais famílias tentaram chegar a Conceição do Araguaia [por volta de 1902-1904] justamente pelo controle dos religiosos, uma mescla de conforto religioso, esperança e o afastamento de conflitos violentos.

[...] a igreja tanto agregou os cristãos mais devotos como afastou os sertanejos mais rudes, principalmente aqueles que não eram habituados a fazer reverências às figuras eclesiásticas, muito menos favoráveis às normas estipuladas pelos religiosos, em especial à abstenção de bebidas alcoólicas e festas com danças (MOREIRA NETO, 1960). (VAZ, 2013, p.38-39).

O que parece destacar-se em algumas teses sobre essa pecuária sertaneja que saiu do Nordeste (Vânia Vaz, e outros como Celso Furtado, Werneck Sodré, Fábio Silva, que retomam também os escritos dos missionários), é que determinados (talvez indeterminados) grupos pareciam sempre escapar às tentativas de fixação governamental e também das generalizações teóricas. Além de fugirem da opressão de um sistema econômico e político, também fugiam do sistema religioso dominador, traçando linhas de fuga a partir de uma condição possivelmente pensada como transitória de migração, tornando-se talvez, ao longo dos séculos, como um movimento por ele mesmo, incorporando certos hábitos nômades, que foram interpretados pelos viajantes, missionários, agentes do estado e outros pesquisadores como insubordinação.

Suas dinâmicas geralmente foram reduzidas (nos discursos predominantes) a apenas “seguir fluxos” das matérias (águas, pastagens, sal) ou dos mercados, pois não tinham condições de desenvolver tecnologias que possibilitassem a sedenterização (esse argumento esteve na raiz das investidas posteriores de transformar e controlar a pecuária itinerante) ou a fugir dos conflitos por terra. Embora tudo isso seja relevante, não se pode esquecer do processo de disciplinamento e de antinomadismo que foi sendo adotado. É justamente esse olhar atento às tecnologias sociais de controle que nos pode permitir perceber como as linhas de fuga (itinerância) transformam-se em linhas de captura e opressão (formas reguladas e controladas pelo Estado, também utilizadas nos processos oficiais de colonização, que se expandem e comprimem incessantemente). A invenção e a inversão da itinerância e nomadismo, nesse caso, foram formações institucionais no sentido produzir e de capturar “focos de experiências em movimento”, sendo a invenção para se livrar dos controles e a inversão uma condição para a tutela estatal.

Dois citações abaixo exemplificam a forma como os grupos de pecuaristas itinerantes eram percebidos e descritos (embora os autores tenham escrito no século 20, valem-se de registros pretéritos e captam algo como um pensamento social predominante), distintos dos grupos indígenas, mas também representados nos meandros da ilegalidade, irracionalidade, autonomia e enorme força cultural:

Eram indomáveis mercê da natureza de vida que levavam, mercê das condições em que conduziam a existência. Prescindiam do auxílio do Estado, do amparo do Estado, das leis que são o reflexo da ação tutelar do Estado. Bastavam-se e tinham aversão mesmo à influência das autoridades em que viam em todos os tempos, mais do que a justiça, o mando incondicional, ao serviço de interesses pessoais, mais do que a polícia, a repressão aos ímpetos que eram uso e vulgares hábitos, mais do que a proteção, refreamento aos seus ímpetos primitivos e semibárbaros (SODRÉ, 1998 [1939]⁷⁰, p. 221 *apud* VAZ, 2013 p. 24).

A extensa apropriação e a marginalização das áreas pastoris, a ausência de um poder público, o ritmo vegetativo em que descambaram aquelas áreas, leva à configuração de uma fisionomia peculiar, em que aparecem as questões de terras, resolvidas pela violência, as questões de família, conduzindo a conflitos locais duradouros, e, finalmente, a um banditismo endêmico, pontilhado de fanatismo em alguns casos. As parcas necessidades da população pastoril são satisfeitas com os recursos próprios. As trocas da área pastoril com a área mineradora e com a área agrícola reduzem-se. Aquela, na sua fase de declínio, cria os seus próprios rebanhos, dispensando o concurso do sertanejo” (SODRÉ, 1990 [1962]).

A marginalização da atividade pastoril não foi apenas geográfica, existiu também uma repulsa em compartilhar socialmente do mundo “civilizado”, caracterizando então, este sertanejo como “sertanejo arcaico”, por sua religiosidade pueril, mas com tendências ao messianismo fanático e principalmente por sua rusticidade no comportamento, com tendência à violência (RIBEIRO, 1995, p.354 *apud* VAZ, 2013 p. 24).

Esses escritos demonstram a representação predominante de arcaísmo da atividade, da rusticidade de seus praticantes e de certa dose de violência em seus comportamentos. Uma revisão cuidadosa de textos sobre essa pecuária itinerante (Celso Furtado; Werneck Sodré; Caio Prado; Moreira Neto; Fábio Silva) evidencia que as atenções sempre se voltaram para encontrar vestígios de permanência, de transformações capazes de indicar certa civilização ou mesmo formas de governo que se desenvolvessem nas franjas dos poderes imperiais e depois republicanos. Mas sempre o que se encontrou foi apenas um modo de vida simples, transitório, em certa medida autônomo e bastante autossuficiente; sempre foram vistos, não apenas na literatura acadêmica, mas também no trato político, como arcaicos e baseados em economia de subsistência, nos seus sentidos negativos – não necessariamente pejorativos, mas em oposição ao positivo, improdutivo e desconectado dos fluxos de mercado capitalistas.

Moreira Neto (1960, p. 6 *apud* SILVA, 2008, p. 10–11), falando sobre os sertanejos do Araguaia paraense, explicou:

Voltada para si mesma e para a solidão dos enormes territórios que ocupa, a criação de gado, sem contar com a participação mais íntima no comércio e nas fontes de riqueza da colônia, tende a desenvolver um sistema de economia fechada, autossuficiente, em que as trocas em espécie se avultam em importância sobre a circulação de moeda.

⁷⁰ SODRÉ, N. W. Panorama do Segundo Império. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

Como alertou Pierre Clastres, sobre o caso dos ameríndios, toda a argumentação sobre as sociedades consideradas arcaicas baseou-se em afirmar que lhes faltava escrita e que suas economias eram de subsistência, o que significa, na leitura acadêmico-social:

Viver na fragilidade permanente do equilíbrio entre as necessidades alimentares e os meios de as satisfazer. Uma sociedade de economia de subsistência é aquela que consegue alimentar os seus membros apenas o estritamente necessário, e que se encontra assim a mercê do mínimo acidental natural (seca, inundação, etc.), já que a diminuição dos recursos se traduziria mecanicamente pela impossibilidade de alimentar toda a gente. Ou, noutros termos, as sociedades arcaicas não vivem, mas sobrevivem, a sua existência é um combate interminável contra a fome, pois são incapazes de produzir excedentes, por carência tecnológica e também cultural. Não há nada mais obstinado do que esta visão da sociedade primitiva, e ao mesmo tempo nada mais falso (CLASTRES, 1979, p. 11–12).

No caso dos sertanejos criadores no entorno do rio Araguaia, Vaz (2013, p. 28, 31) indica haver relatos que pontuam, ao mesmo tempo, fartura e fome. É o caso do texto de Magalhães que “confirmou a abundância de comida e demais derivados oportunizados pela criação de bovinos”, além da autossuficiência para produzir “utensílios de trabalho, geralmente em madeira e couro” (distintamente dos agricultores e garimpeiros). No entanto, nesse mesmo texto, Magalhães destaca que “uma das maiores preocupações de alguns grupos desses habitantes de áreas tão remotas, [era] a fome”. Vaz reitera que nos relatos missionários, que faziam grandes marchas para lugares distantes, aparece em relevo que um dos “grandes temores do sertanejo que vivia de forma muito isolada e distante, [era] a fome”. Fartura e fome, isolamento e recursos, excelentes enunciados para investir na ambiguidade transformadora.

Adjacente a essa ideia da economia de subsistência estão outras a discutir: a de classificar tudo que é interior como “sertão” e a de que todas as formas de uso e ocupação itinerantes representam um desapego pela terra. Esses enunciados guardam muita afinidade, favorecendo imagens e projetos para todos os lugares onde estivessem sertões, sertanejos, economias de subsistência como coisas a transformar. O texto de Silva (1982), baseando-se em Furtado, é interessante nesse sentido quando diz:

No caso das frentes de expansão, pode-se dizer que o sertão brasileiro é uma consequência da penetração dos colonos que, não encontrando oportunidades econômicas estáveis para sobreviver junto ao pólo dinâmico do litoral, vão se embrenhando e se marginalizando na mata adentro (SILVA, 1982, p. 28).

O próprio surgimento do campesinato, às vezes, é atribuído a essa ocupação dos espaços por criadores de gado, a partir do “sistema de partilhas que caracterizou as relações de produção nas fazendas pecuárias nordestinas”, uma vez que:

Possibilitou um incremento da onda expansionista, na medida em que o colono tornava-se independente e tinha que procurar terras novas para se estabelecer. É, portanto, a partir desse quadro que começa a se formar o campesinato brasileiro, elemento básico do povoamento do interior do território (SILVA, 1982, p. 29).

Em seguida, fazendo uma diferenciação entre as frentes camponesas e as capitalistas, no que concerne aos meios de deslocamento, Silva aponta que:

A fronteira camponesa, tende a se deslocar por etapas, aproveitando, geralmente, o curso navegável dos rios ou a abertura de novas estradas rodoviárias ou ferroviárias, onde o custo de transporte pode viabilizar o deslocamento do campesinato (SILVA, 1982, p. 32).

Essas citações nos conduzem a alguns questionamentos. Em primeiro lugar, pode-se interrogar essa afirmativa, que se tornou um lugar comum, de que o deslocamento e a produção de um “sertão” surgem pela falta de “oportunidades econômicas estáveis” para sobreviver no litoral, como aparecem nas teses de Furtado, Caio Prado e outros, respingando na interpretação de Silva na década de 1980. Não que seja irreal o argumento, mas ele homogeneiza o múltiplo. Tanto os relatos de Moreira Neto (citados por Vânia Vaz e também por Fábio Silva), quanto os de W. Sodré, de maneiras um tanto distintas, e que influenciam a leitura que V. Vaz faz bem mais recentemente, parecem indicar comportamentos e estratégias específicas, que extrapolam a argumentação de que a “penetração” e a constituição de um sertão sejam apenas por falta de oportunidades de integração nas atividades econômicas mais dinâmicas. Ao contrário, a leitura desses últimos indica que alguns sertanejos faziam o que podiam justamente para se afastar dessas “oportunidades econômicas estáveis”, pois elas sempre envolviam formas de controle. O deslocamento não era, nesses casos, apenas um refluxo da decadência de economias principais, era outro tipo de movimento.

Em segundo lugar, já se gastou muita tinta para mostrar o quanto a categoria tipológica “sertão” e “sertanejo” sempre foram chamadas para qualificar, no final do século 19 e durante uma parte do século 20, aquilo que se considerava como atrasado, isolado, distante de onde era dinâmico, marcando consideravelmente a obra de autores como Euclides da Cunha, W. Sodré, entre outros. Praticamente todos os que pensaram o desenvolvimento do Brasil nessa época utilizaram a categoria sertão mais ou menos nesse sentido, a favor dos planos políticos de integração, constituição de uma nacionalidade e modernização do interior. Como dissertaram Martins e Anselmo (2014, p. 30), todo o interior do Brasil em algum momento foi pensado e representado como sertão, ou “a área a ser desbravada, a área incógnita,

o mundo selvagem, o idílico, as origens do ser nacional: um tão vasto campo de possibilidades de entendimento”. Tratou-se sempre de um interior que não pode ser caracterizado como espaço materializado, possuindo tais e tais características naturais ou sociais, mas uma permanente construção envolvendo valorações que dependem das possibilidades históricas predominantes:

O sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação. [...] Tem-se o sertão como um qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão. Na verdade, tratam-se de sertões, que qualificam caatingas, cerrados, florestas, campos. Um conceito nada ingênuo, veículo da difusão da modernidade no espaço (MORAES, 2009, p.97-98 *apud* MARTINS; ANSELMO, 2014, p.30).

Soma-se a essa produção discursiva de sertões e sertanejos, aquela de que seus deslocamentos significam falta de apego para com terra. Comparativamente aos proprietários e outros posseiros, a resistência à constituição de posses, realização de infraestruturas e a impermanência, etc., terminaram por ser interpretadas como uma relação fraca com a terra, justificada pela abundância das mesmas e de frouxos mecanismos legais de interdição dos fluxos. Como expressou Silva (1982, p.89):

Esta desestima pela terra que os fazendeiros e criadores menores do Pau d’Arco herdaram da cultura colonial nordestina, praticada por seus ancestrais nos sertões dos Pastos Bons, e, que foi totalmente transposta para os campos paraenses, não era um fenômeno restrito dos sertões do Araguaia.

Essas avaliações, no texto de Silva, derivam tanto da leitura de Moreira Neto, nos anos 1960, quanto do relatório de feito para o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP), *A economia do Estado do Pará*, em 1978, por Roberto Santos, e também aparecem em W. Sodré, em seu ensaio sobre a cultura pastoril, publicado na década de 1940, que foi analisado por Marco Martins e Rita Anselmo (2014).

De fato, todos os discursos posteriores ao final do século 19 sobre a pecuária bovina na parte sul do Pará indicaram as metas de constituir vias de integração ao mercado, construção de mecanismos para tirar do isolamento geográfico, do atraso tecnológico, da insubordinação jurídica, do primitivismo social e, ambigualmente, aproveitar a fartura e superar a fome, vencer a hostilidade e valer-se da hospitalidade⁷¹. Vimos florescer, na virada para o século 20, no que

⁷¹ Sobre hostilidade e hospitalidade, como informa Vaz: “Leonardi (1996) discute que esse afastamento característico de pequenas comunidades ou até de famílias, não gerou em determinados casos apenas a hostilidade, mas que também oportunizou em muitas situações, com ainda mais veemência, a hospitalidade e as

concerne à criação bovina na região em estudos, inúmeras tentativas de transformar essas condições, como a organização de eventos específicos, contratação de pessoas especializadas em pecuária para atuarem na província, criação de políticas públicas, desenvolvimento de tecnologias para a intensificação da produtividade, etc., que trataremos no próximo capítulo. Basta dizer que até mesmo os missionários, em sua fazenda instalada nas proximidades de Conceição do Araguaia, na primeira década de 1900, depois de reconhecerem a “baixa produtividade” daqueles sistemas itinerantes, estiveram envolvidos em ações de melhoramento genético, que depois serviram de exemplo aos fazendeiros vizinhos das possibilidades de ampliar os rebanhos em quantidade e qualidade. Como informa Vaz:

Frei Domingos não deixou que apenas algumas cabeças de bovinos ficassem livres pela ampla pastagem, passou a realizar pequenas mudanças na qualidade do rebanho [...]. Começou então a organizar, com gosto e perícia, a nova propriedade, levantando o rancho e o curral. Os primeiros elementos equinos e bovinos foram trazidos do sertão goiano, sobretudo de Porto (Porto Nacional), uns comprados, outros oferecidos por amigos. Mais tarde frei Domingos deveria chegar ou mandar até Descoberto, à procura de espécimes do famoso gado “curraleiro” e “caracu”. Soltos nas campinas virgens da fazendinha de Santa Rosa, haviam de aperfeiçoar-se, multiplicar-se e tornar-se o principal recurso alimentário e pecuniário da Missão (AUDRIN, 1946⁷², p. 83 *apud* VAZ 2013, p.38).

Assim, independentemente da forma mais ou menos nômade que a pecuária de origem nordestina tenha se desenvolvido na região em estudos, ela foi fortemente combatida ao longo do século 20; combatida na prática, combatida também na teoria, combatida nas imagens e nos discursos. Recapitulando, pelo menos três discursos principais desse combate nos interessam, pelos efeitos que produziram. O primeiro construía algo como uma psicologia do sertanejo de cultura pastoril itinerante, apresentando-o, de maneira negativa, como insubordinado, fugidio, violento, etc., mas também como possivelmente hospitaleiro e ingênuo. O segundo direcionava-se aos espaços qualificando-os como sertões, interiores, que necessitavam de transformações. O terceiro, que funciona com os outros, direcionou-se às técnicas e tecnologias de exploração do solo, das pastagens, dos animais. Ao longo de todo o século 20, talvez antes, no Nordeste, mas não vem ao caso, um incessante combate à forma móvel, que desde cedo ganhou o adjetivo ‘extensiva’ foi sendo incessantemente confirmado e esquematicamente comprovado, tornando verdade que tais sistemas eram, de fato, improdutivos. É sobre esse suporte que se construíram os discursos de modernização da atividade nas décadas posteriores.

relações de confiança e amizade” (VAZ, 2013, p.28, 31). [LEONARDI, V. P. B. Entre árvores e esquecimentos. História Social nos sertões do Brasil. Brasília: Editora UnB/Paralelo 15 Editores, 1996.].

⁷² AUDRIN, J. M. Entre índios e sertanejos do Norte. Rio de Janeiro: Edições Púgil, 1946.

Bem, temos aqui três bons motivos para transformar totalmente os sistemas itinerantes ditos de subsistência: pastores insubordinados e fora das normas sociais; locais e sistemas sociais pouco desenvolvidos, visto serem “sertões”; técnicas de exploração rudimentares e antieconômicas (um outro que poderia ser incluído diz respeito à questão sanitária das populações do sertão, do qual a referência à expedição de Oswaldo Cruz é repleta de significância). Sobre cada um desses aspectos um vasto conjunto de ações jurídicas, agronômicas, zootécnicas, agrimensura, terapêuticas, engenharias, etc. Ou seja, um conjunto de discursos e outras práticas que fizeram parte de um processo mais amplo de produção desses espaços, comportamentos e populações como margens que precisavam ser alcançadas e transformadas, margens essas decorrentes e implicadas na própria ação do estado e seus agentes, estreitando as relações entre violência e ação ordenadora do estado (DAS; POOLE, 2008), também favorecidas pelos conhecimentos (científicos ou não) que aos poucos se desenvolviam. É o fato de se constituírem lentamente como margens, no sentido atribuído por Das e Poole, que veio a permitir investidas tão violentas e ao mesmo tempo organizadoras e “protetoras” durante o século 20 e 21. Podemos dizer, para o objeto em análises, que a produção de margens e os processos de domesticação, de que trata Piero Leirner (2012), se misturam e se completam.

Veremos isso de forma mais clara quando analisarmos o século 20, atentos a como múltiplos dispositivos vieram a se investir sobre a pecuária itinerante e os “sertões” de maneira mais prática, fomentados e fomentando imagens e discursos, que fizeram da “máquina de guerra” pecuária bovina um dos principais instrumentos governamentais de ações para a transformação em diversos locais, ao mesmo tempo expandindo e oprimindo, abrindo e fechando espaços. Tendo em mente a ideia de margens, de domesticação e de dispositivos de eficiência podemos avançar na compreensão de como as intervenções direcionadas a certas populações e territórios ditos marginais gradualmente vão se constituindo normas aplicadas não mais apenas às margens, mas a toda a população. Mas antes, será importante analisar a constituição de importantes dispositivos que permitiram estabelecer divisões e classificações, normatizações, estimular a competição e ainda constituir um vasto campo para a produção de saberes fundamentais aos sistemas agropecuários.

4.2.4 Os dispositivos de eficiência e emulação-força em um laboratório: as Exposições

As Exposições realizadas no século 19 e pelo menos até a metade do 20 possibilitaram novas estratégias de visibilidade, bases para a formulação de saberes agronômicos, fazendo

parte, à nossa vista, dos mecanismos que Foucault designou como novo regime de poder disciplinar, tendo como resultados muitos funcionamentos de poder e também constituição de subjetividades⁷³. Conforme será apresentado nesse tópico, isso se deve às seguintes características:

- a) nesses eventos, de maneira distinta dos censos, foi possível fazer outro tipo de individualização, distribuição, recortes e seriação de pessoas, comportamentos, insumos e práticas, constituindo-se um laboratório continuado da produção de saberes das ciências agrárias, de sujeitos e da constituição de práticas de governo;
- b) de maneira correlacional, o conjunto de conhecimentos e métricas acumuladas sobre pessoas e territórios (nas margens e fora dela) possibilitaram, de modo mais econômico, a formação e legitimação dos “dispositivos de eficiência”, principalmente por exporem o ideal, em detrimento ao pouco produtivo;
- c) as exposições foram um dos locais mais apropriados para, na transição das sociedades industriais, fazer funcionar a “emulação-força”, essa que opera por legitimidades ambíguas, estimulando, ao mesmo tempo, a distinção e a emulação, tornando a competição o principal mecanismo de funcionamento do evento.

Tratou-se de um dos poucos espaços, no século 19 e parte do 20, onde foi possível elaborar uma não-presença, que não pode ser confundida com ausência, justamente por sua produtividade, já que toda a negatividade permanecia no seu exterior⁷⁴. Se consideradas como um referencial, as Exposições opera(ra)m pelo exercício de dupla força, sempre positivas: i) a centrípeta, quando convergem para si as experiências que são escolhidas e legitimadas e, ii) a centrífuga, quando tornam disponíveis e postos em circulação o acúmulo selecionado. Como discutido anteriormente, enquanto na exterioridade desses eventos, intensificavam-se os processos de produção de imagens e discursos que constituíram lugares, pessoas e práticas

⁷³ Nesse tópico, exploraremos apenas as que aconteceram entre os anos 1860 e 1935, especialmente as nacionais e regionais, analisando principalmente regulamentos, recomendações e concursos que aparecem nos documentos coletados no APEP, concernentes à participação paraense, deixando para os próximos capítulos para analisar as exposições mais recentes.

⁷⁴ A distinção aqui entre os termos pode ser compreendida melhor se entendermos que ausência supõe um lugar, uma posição a ser ocupada e que se faz notar o ausente. Nas Exposições, ao contrário, ao longo dos processos seletivos (municipais, regionais, nacionais, etc.), os indivíduos vão deixando de ser ausentes e tornando-se não-presenças, pois já não há um lugar a ser ocupado. Se algum expositor é lembrado pela ausência, possivelmente é devido à similaridade que guarda com aqueles outros que estão lá; provavelmente esse ausente ocupa também uma posição elevada na estrutura social próxima. Legitima-se nas exposições as não-presenças, e isso é muito importante a se considerar quando discute-se processos de institucionalização, pois, mais do que entender como aqueles expositores foram selecionados é necessário questionar como se legitima aquilo que é selecionado e premiado, de tal forma que se constroem as diferenças e distribuem as posições.

agropecuárias como sendo margens a serem transformadas, as Exposições tornavam-se o local destinado àquilo que se pretende manter e reproduzir, algo como um centro-sem-margens. Sua própria dinâmica provocava um intenso processo de expurgação ou decantação do improdutivo e do inadequado, e mostraçãõ daquilo que seria considerado como *a* elite. No caso da agropecuária, que aqui nos ocupamos, podemos dizer que as Exposições (enquanto um referente) foram assaz importantes ao processo de produção de margens para os exercícios do poder positivo e produtivo do Estado.

De acordo com Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire, as Exposições Universais do século 19 se constituíam no único espaço capaz reunir uma enorme quantidade de gente para fins educativos e de distração, servindo para o doutrinamento e também unificação da população. Como expressam os autores:

A ce titre, les expositions jouèrent un rôle primordial, car elles devaient simultanément glorifier et domestiquer l'empire. Elles devenaient un réel terrain de propagande servant à la justification de l'acte imperial et tentant d'impliquer davantage le public autour des notions de fierté et de grandeur nationales (BLANCHARD; LEMAIRE, 2002, p. 46).

Os visitantes podiam circular por pavilhões que lhes permitiam ver povos e costumes exóticos, mas também as máquinas e implementos agrícolas e industriais, sendo que havia o interesse em educar, pelas apresentações etnológicas e pelas máquinas, e de divertir, pelo exotismo das coisas e pessoas ali expostas. Nesses eventos era possível reproduzir os efeitos massivos de sensações e contatos com produtos, máquinas, animais, pessoas, etc., de lugares distantes, onde os visitantes podiam cheirar, tocar, sentir no paladar, movimentar-se, escolher o que queriam ver, etc. Aliado a isso, havia também uma intensa construção de *verdades* científicas e de poder político que ritualmente permeavam todos os espaços materiais e simbólicos das exposições, com os concursos, as comissões de jurados compostas por renomados cientistas, as presenças ilustres de naturalistas, de governantes, etc. Por fim, uma empolgante atmosfera de competição que, por seus regulamentos, idoneidade e boa-vontade dos jurados, tornavam as disputas bastante saudáveis à vista de todos⁷⁵.

Desde a metade do século 19, começando por Londres (1851), as Exposições Universais na Europa serviam para demonstrar o que se considerava progresso, modernidade e globalização, fazendo parte do conjunto de lugares-referência de fortalecimento do pensamento

⁷⁵ Para discutir um pouco mais sobre esse 'observador moderno', Crary (2012) é um dos autores que avança na questão entre um novo regime de visualidades e a própria revolução industrial, apontando que nesse período transformaram-se não apenas os sistemas de produção, mas constituiu-se também um novo tipo de observador, ávido e treinado para o consumo dos elementos da modernidade, no qual as Exposições servem de exemplo.

iluminista no contexto da Revolução Industrial. Ali esse pensamento tomava corpo e forma, materializando-se nas máquinas, conhecimentos e matérias-primas de diversos locais lá reunidas. Cada país ou colônia convidada pelos promotores recebia instruções sobre quais produtos eram bem-vindos, quais os procedimentos e comportamentos eram necessários. Essas instruções eram repassadas para as províncias que, geralmente, preparavam exposições menores nas capitais a fim de selecionar aqueles que participariam da Exposição Nacional e depois da Universal. Nessa época, a província do Pará recebeu atenção especial para comparecer, devido à abundância de recursos naturais madeireiros, não-madeireiros, minerais, artesanato indígena e da fauna que eram inéditos ou pouco conhecidos no comércio internacional, sendo de grande interesse para o governo imperial, como veremos a seguir.

A 1ª Exposição Nacional brasileira foi realizada em 1861, no Rio de Janeiro⁷⁶. O objetivo era reunir os mais diversos produtos naturais e aqueles concernentes à indústria, a fim de selecionar os “representantes” do país na Terceira Exposição Universal que aconteceria em Londres no ano seguinte. Nas duas universais anteriores (Londres, 1851 e Paris, 1855), embora o Brasil não tenha participado como expositor, enviou engenheiro ou comissários para observar e produzir relatórios sobre os eventos. Para alguns autores, como Sandra Pesavento e Hermetes Araújo, além de servir como um primeiro inventário dos recursos naturais e da indústria do Brasil, esses eventos foram importantes para a constituição dos discursos liberais que coadunavam com a ordem escravagista vigente, servindo para fortalecer o jogo político das elites cafeicultoras. Isso era possível devido à ênfase dada aos progressos técnicos ali expostos, que eram louvados sem se questionarem o tradicionalismo político e as formas de produção existentes, possibilitando escamotear as reais condições de trabalho e produção no país⁷⁷(ARAÚJO, 1998; PESAVENTO, 1997).

A 2ª Exposição Nacional aconteceu em 1866, e nessa o estado do Pará participou ativamente. Em fevereiro daquele ano, o presidente da província recebeu 200 exemplares do regulamento geral, além de um regulamento específico indicando como proceder para

⁷⁶ Essa foi inaugurada em “dezembro de 1861 e permaneceu aberta durante 45 dias, atraindo mais de 50.000 visitantes. Esta primeira “festa nacional do trabalho e da indústria” não teve instalações próprias, e o edifício colonial da Escola Central de Engenharia Militar, um lugar emblemático da conquista territorial do latifúndio, a acolheu. Os 9.962 objetos expostos foram espalhados nas 24 peças do edifício, e os 732 expositores da Província do Rio de Janeiro e da capital formaram o grupo majoritário entre o total dos 1.136 participantes, ocupando 85% dos 3.000 m² do espaço destinado à exposição. Modesta nas suas dimensões e parcial na representação do conjunto do país, ela foi, entretanto, considerada como um passo decisivo no caminho do progresso industrial” (ARAÚJO, 1998, s.p.).

⁷⁷ Sobre essa exposição, não encontrei no Arquivo Público do Pará documentos que indicassem a participação dessa província.

exposição de plantas e animais vivos⁷⁸, destacando-se a importância dos produtos naturais locais, e enfatizando a relevância de dar grande publicidade ao evento. Junto a esses, foram recebidos também impressos com recomendações para a exposição dos produtos de outras províncias, que deveriam servir de modelos aos expositores paraenses se organizarem. Essas recomendações dizem muito a respeito de como era considerada a participação nas exposições e quais as possibilidades: ênfase no patriotismo, produção de conhecimentos formalizados, estatísticas provinciais e estímulo à competição, conforme veremos abaixo. Favorecendo os meios de participação, foi destinado à província paraense, pelo presidente do ministério dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas, o valor de 1:000\$000 (um conto de réis), a ser aplicado em uma exposição prévia regional, sendo que a prestação de contas desse recurso deveria recair na rubrica “*melhoramento da agricultura da província*”⁷⁹.

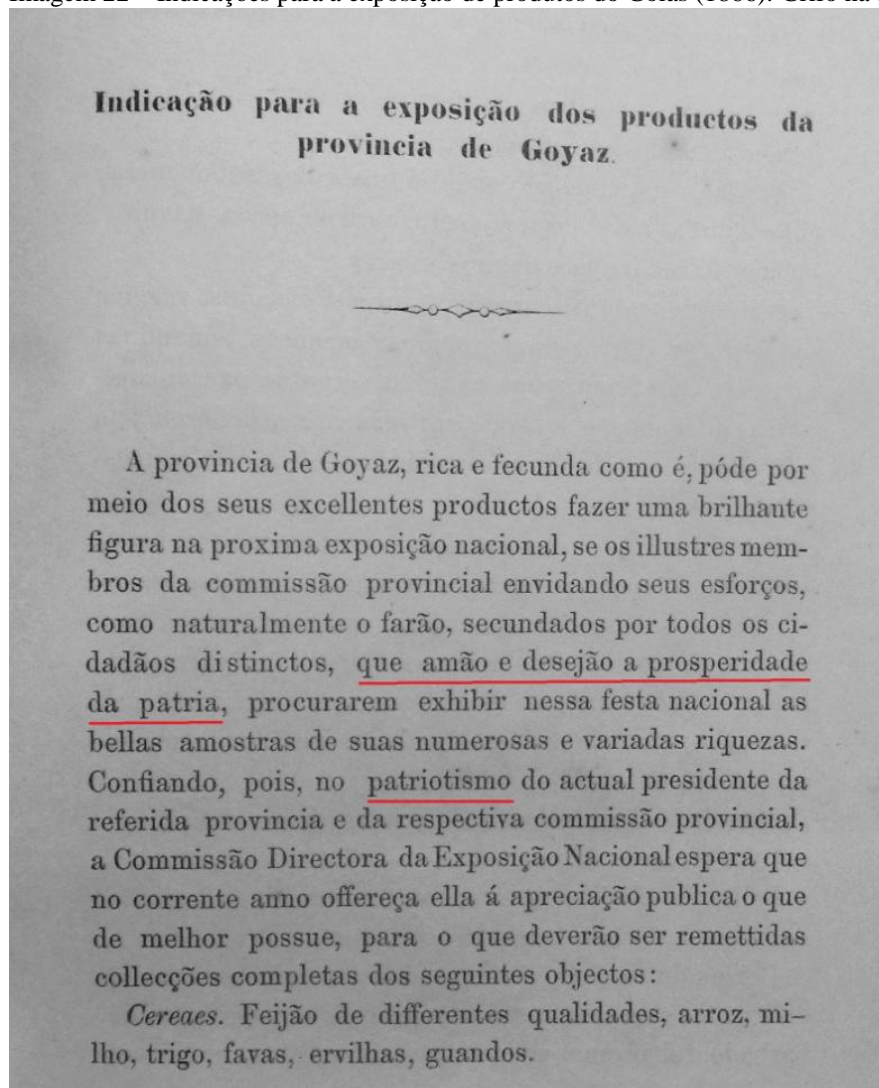
A recomendação para a província do Goyas, que fora estimulada a enviar, além de outros, os produtos bovinos como os couros, solas, sebos e graxas, os chifres, as unhas, as carnes secas, os chouriços, os chorumes, os queijos e as manteigas, revela a questão do patriotismo, como segue⁸⁰ (Imagem 22): (optamos pela fotografia de parte do documento oficial, com uma marcação nos enunciados principais).

⁷⁸ APEP. Secretaria da Capitânia. Ofícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. Códice 1396. Circular nº 3, 27-02-1866 (Foto 7421, Caderno de campo 2013).

⁷⁹ APEP – Secretaria da Capitânia. Ofícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. Códice 1396. Circular nº 4, 27-02-1866 (Foto 7422, Caderno de campo, 2013).

⁸⁰ APEP – Secretaria da Capitânia. Ofícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. “Indicação para exposição dos productos da província de Goyas”. Códice 1396. 02-1866 (Fotos 7423-7433, Caderno de campo 2013).

Imagem 22 – Indicações para a exposição de produtos do Goiás (1866). Grifo na questão do patriotismo



Fonte: APEP (1866).

Esse destaque no texto da imagem nos faz lembrar os apontamentos de Blanchard e Lemaire, quando analisaram a formação de uma “cultura colonial” na França dos séculos 19 e início do 20. Passando em revista as Exposições (incluindo os zoológicos humanos), os autores demonstraram que a colonização passou a ser confundida com o amor patriótico e, quem fosse contra, em alguns momentos, podia ser até mesmo considerado antinacionalista⁸¹. A produção dessa “cultura colonial” na França foi muito além de um anúncio propagandista de estado, tratando-se de uma impregnação no imaginário popular que não teve necessariamente haver com a colonização em si, mas com muitos outros ideais como o de civilização, modernidade e

⁸¹ Referindo-se a 1931, no contexto da exposição de Vincennes, a paisagem política na França é quase unânime, partilhando um sentimento de que “l’empire est nécessaire à la France, la France est une puissance coloniale, et être anticolonial c’est être antifrançais” (BLANCHARD; LEMAIRE, 2002, p. 14). Essa argumentação está desenvolvida no último capítulo do livro, intitulado “L’union nationale: la ‘rencontre’: des droites et des gauches à travers la presse et autour de l’exposition de Vincennes” (BLANCHARD, 2002).

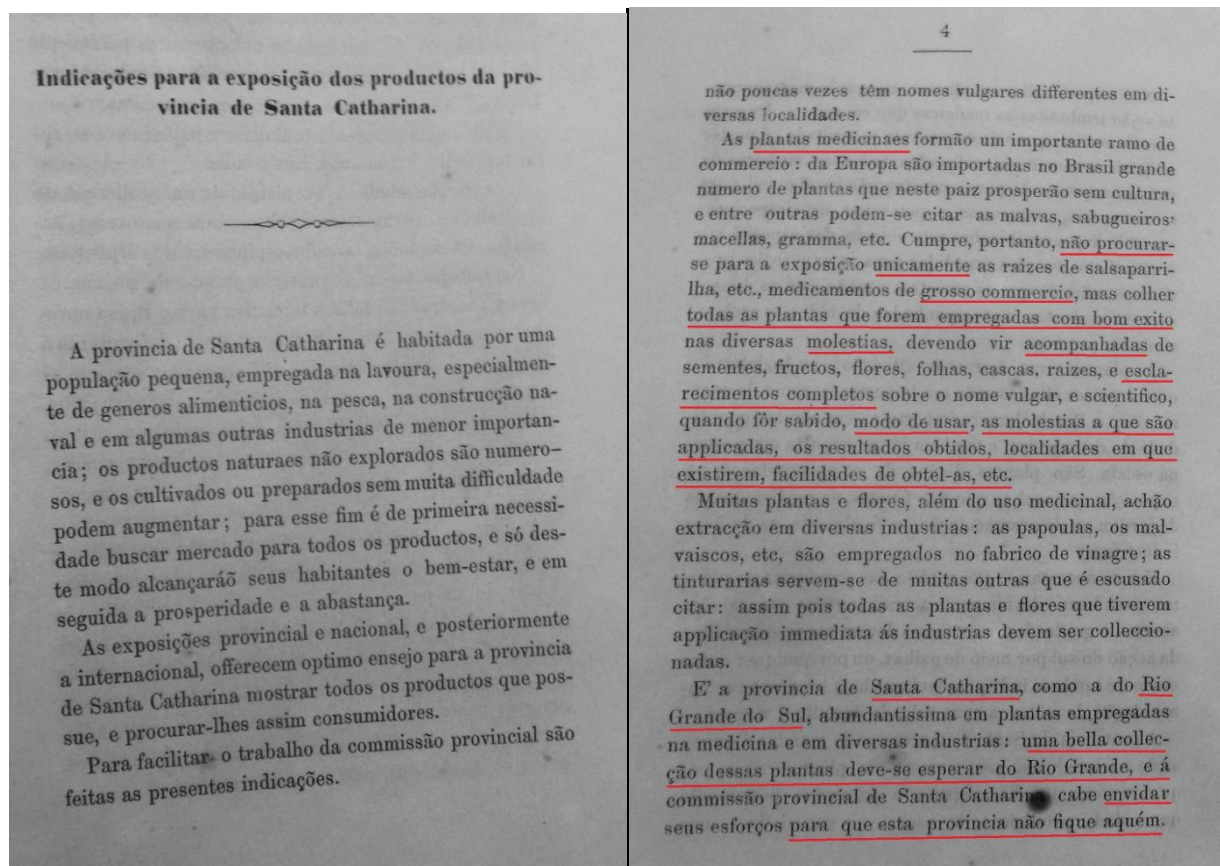
progresso (BLANCHARD; LEMAIRE, 2002). Em nosso caso, podemos identificar claramente a transposição do ato de participar ativamente da Exposição para a ideia de progresso, modernidade e patriotismo; possivelmente as “sementes” daquilo que se tornaria a “cultura da modernização da agricultura” brasileira que se naturalizou e se expandiu na metade do século 20.

Nas recomendações para Santa Catarina, por sua vez, podemos identificar a demanda pelos dados estatísticos com fins administrativos, a formalização de conhecimentos tradicionais e o estímulo à competição, no caso, com a província do Rio Grande do Sul, conforme imagens abaixo. Os representantes de Santa Catarina foram estimulados a levarem, entre outros produtos, plantas vivas, tendo em vista a grande procura por espécies ornamentais, condimentares e medicinais pelos importadores. Nas recomendações nada fala de gado vivo, mas destaca peles, manteigas e queijos, e ainda completa: “*não devem ser esquecidos os vestuários e armas dos indígenas*”, que já integravam o mercado de exóticos (Imagem 23). Além dessas recomendações, o documento exorta:

A comissão provincial fará toda a diligencia em coligir os esclarecimentos mais completos que puder obter sobre a estatística da província, em referencia á todos os ramos da administração: rendas, colonias, população livre e escrava, exportação e importação, produção, preços, salarios, vias fluviaes e terrestres, distancias, terras disponiveis, etc., etc. Confia a comissão directora da exposição nacional que as presentes indicações sejam devidamente attendidas, conjunctamente com as instrucções geraes expedidas para todas as provincias. Sala das sessões da Comissão Directora da Exposição nacional, em 16 de Março de 1866⁸².

⁸² APEP – Secretaria da Capitânia. Offícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. “Indicações para exposição dos productos da província de Santa Catharina”. Códice 1396. 02-1866. Caderno de campo 2013.

Imagem 23 – Indicações para a exposição dos produtos de Santa Catarina (1866)



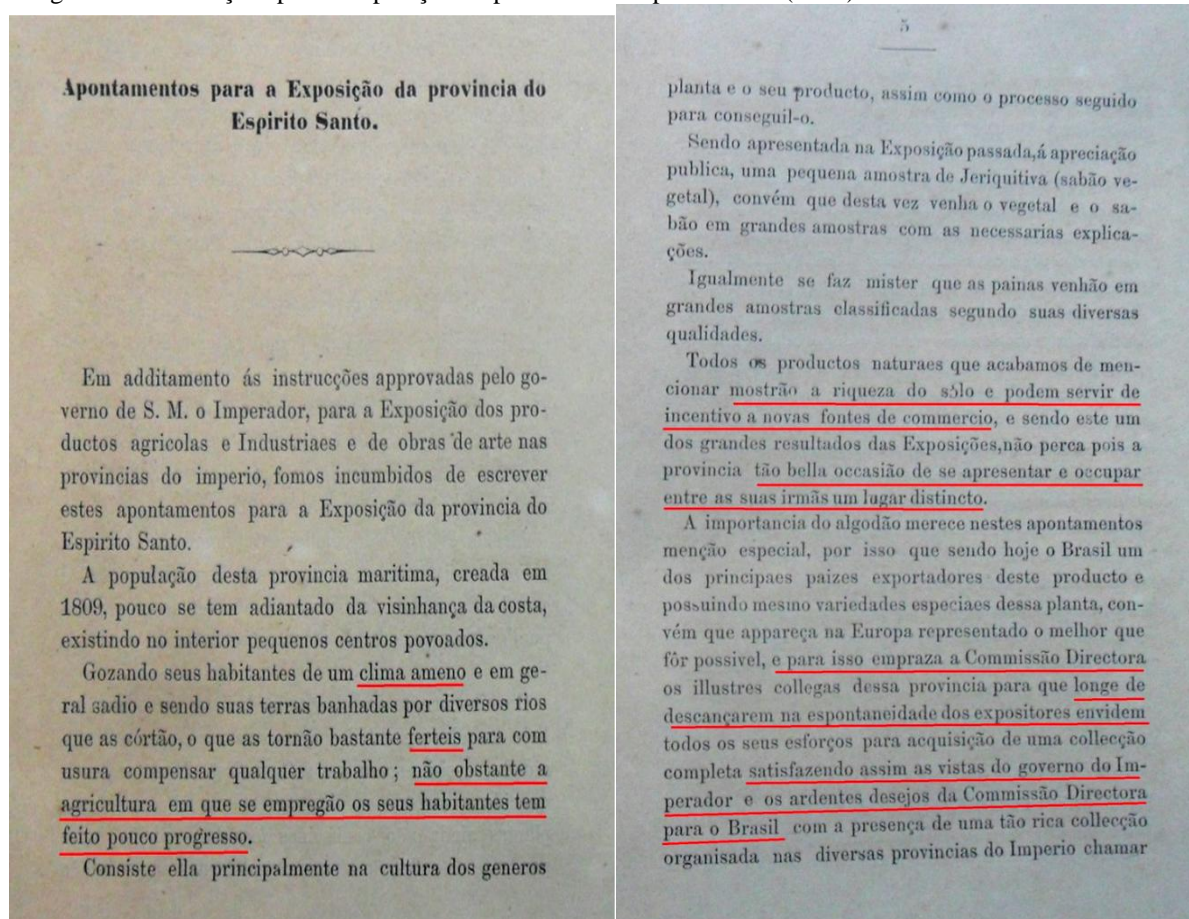
Fonte: APEP (1866).

Além de todo o inventário administrativo, como evidenciado na citação anterior, esse texto em destaque mostra que não se tratava somente de apresentar os produtos a serem intercambiados, como nas feiras de comércio, mas de constituir um grande catálogo com as informações gerais, não apenas das plantas e outros produtos naturais benéficos, mas de noticiar com “*esclarecimentos completos*” sobre os modos de usar, para que servem, a localização, as quantidades, os acessos, etc. Para isso, certamente as viagens dos naturalistas, as relações com os indígenas “pacificados” devem ter sido muito úteis nesses levantamentos. Sem os conhecimentos tradicionais não seria possível a identificação desses recursos e nem a formação desse grande mapa-catálogo-receituário.

Por último, para a província do Espírito Santo, como podemos verificar nas imagens abaixo, antes de recomendar os produtos que deveriam ser apresentados na exposição, a comissão destaca que o clima da província é ameno e que há boas condições de fertilidade, que, no entanto, não estão sendo bem aproveitadas, pois a agricultura não vinha fazendo o progresso que poderia. Uma admoestação incisiva acerca da necessidade de transformar a agricultura local. Essa falta poderia ser compensada pela exposição de produtos naturais, destacam-se os

de origem vegetal, especialmente as plantas condimentares, que demonstrariam as riquezas do solo da província e abririam novas possibilidades de comércio⁸³ (Imagem 24).

Imagem 24 – Indicações para a exposição de produtos do Espírito Santo (1866)



Fonte: APEP (1866).

Do conjunto dessas recomendações é possível considerar que os efeitos que a pré-seleção dos produtos, dos processos, das pessoas, etc., e a deslegitimação oficial da forma como ocorriam os sistemas de produção locais permitiam naturalizar tanto a não-presença quanto o caminho a ser seguido, qual seja, a modernização. Aqui se encontra uma excelente estratégia de constituição de relações de poder e subjetividades, e produção de saberes, sendo as exposições um tipo de laboratório de seleção de tecnologias técnicas e sociais. A eficiência e a competição tornam-se o motor desse processo de transformação pela modernização da agricultura. A modernização tecnológica, que tinha por vitrines as Exposições, passava a fazer parte do cotidiano das pessoas, não deixando, naquele momento, qualquer espaço para contrapor-se, pois isso equivaleria até mesmo a antipatriotismo. Quem amasse o Brasil, deveria

⁸³ APEP – Secretaria da Capitânia. Offícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. “Apontamentos para exposição da provincia do Espirito Santo”. Códice 1396. 02-1866. Caderno de campo 2013.

impingir todas as forças para fazer a transformação dos sistemas locais atrasados e, levar o que se tinha de “melhor” para expor significava amar o país.

No Pará, a exposição regional concernente foi realizada entre de abril e maio de 1866. Esse teve despesas mais elevadas que o previsto, mas não excederam os 10:000\$000 (dez contos de réis), que foram financiados⁸⁴. Para essa província, os produtos da pecuária não eram prioridade, antes, estimulava-se a demonstração de peles de animais selvagens ou amostras de animais vivos da fauna local. A mesma teve um visitante ilustre que, *à posteriori*, produziu um interessante relato. Trata-se do renomado naturalista suíço-estadunidense Jean Louis Rodolph Agassiz (1807-1873), conforme Ofício de 19 de junho de 1866⁸⁵, que assim se expressou em seu livro:

Quando estive no Pará, na minha volta aos Estados Unidos, acabava-se de inaugurar uma exposição de produtos do Amazonas como preparação para a grande Exposição Universal de Paris. Apesar de tudo o que eu, durante a minha viagem, já havia admirado da riqueza e variedade dos produtos do solo amazônico, fiquei assombrado quando os vi assim reunidos em conjunto. Destaquei, entre outras, uma coleção de cento e dezessete espécies diferentes de madeiras preciosas, cortadas dentro de uma área de menos de meia milha quadrada (75 hectares); entre essas amostras, havia algumas de cor escura, rica em veias, muito suscetível de receber um belo polido, tão admiráveis como o pau-rosa ou o ébano. Havia grande variedade de óleos vegetais, notáveis todos pela sua limpidez e pureza, muitos objetos fabricados com fibras de palmeira e uma infinita variedade de frutas. Um império poderia considerar-se rico com a posse somente de uma dessas fontes de indústria que abundam no vale do Amazonas! E, no entanto, a maior parte dessas maravilhosas riquezas apodrecem no solo, vão formar um pouco do húmus ou tingir as águas a cujas margens esses produtos sem conta se perdem e decompõem! Porém, o que mais me surpreendeu foi ver que grande extensão da região se presta perfeitamente à criação do gado. Belos carneiros pastam as ervas das planícies ou sobre as colinas que se estendem entre Óbidos e Almeirim, e raramente comi carne melhor do que em Ererê, no meio dessas colinas. E com isso tudo, os habitantes de uma região tão fértil sofrem fome; a insuficiência dos gêneros de alimentação é evidente, mas provém unicamente da incapacidade dos habitantes em aproveitar os produtos naturais da terra. Como exemplo, citarei um fato: vivendo nas margens de um rio em que abunda a mais delicada pesca, os amazonenses fazem grande uso do bacalhau salgado importado do estrangeiro. Ao percorrer o rio imenso, perguntava-me a mim mesmo qual seria o melhor plano para desenvolver os recursos naturais dessa região incomparável. A abertura do Amazonas às nações amigas constitui, sem dúvida, o primeiro passo no bom caminho. Essa medida basta para mostrar que extraordinários progressos tem feito o Brasil. Realmente, não há ainda meio século que a política estreita e ciumenta do governo português interditava ao maior viajante dos tempos modernos [referindo-se a Alexandre de Humboldt] a entrada do vale amazônico, ao passo que, hoje, um naturalista, viajando como ele para fins científicos, recebe a mais simpática acolhida e todos os favores possíveis da novel nação tornada independente. Mas a livre concorrência é o complemento indispensável da liberdade concedida, e só é possível onde não exista monopólio. Considero, pois, como prejudiciais aos seus mais sérios interesses todos os favores excepcionais concedidos pelo governo brasileiro a companhias particulares. Há também um outro obstáculo imediato para o progresso da região e que importa fazer desaparecer o mais breve possível, tanto mais que não

⁸⁴ APEP – Secretaria da Capitânia. Ofícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. À diretoria central, s/n. Códice 1396. 27-07-1866 (Foto: 7448, Caderno de campo 2013).

⁸⁵ APEP – Secretaria da Capitânia. Ofícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. Códice 1396. 19-06-1866. (Foto 7438, Caderno de campo 2013).

compete ao Império, os encargos da transformação necessária (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 464–466, o grifo é nosso).

Enquanto cientista renomado, suas palavras guardam uma força interessante de pautar possíveis rumos político-econômicos da província. Falar da abundância de recursos naturais e que os mesmos estavam apodrecendo enquanto “os habitantes de uma região tão fértil sofrem fome; e que a insuficiência dos gêneros de alimentação é evidente, mas provém unicamente da incapacidade dos habitantes em aproveitar os produtos naturais da terra”, é uma chamada à transformação. Não que seja a biografia de Agassiz que importe ou mesmo que esses enunciados valham apenas para a região em análises, pois, como já vimos, o mesmo discurso não se aplicava apenas ao Pará ou Amazônia, era muito mais geral. Tinha muito mais relação com a forma predominante de ver os recursos, as populações e seus modos de explorar os espaços, o desenvolvimento da agricultura e do comércio. Todos esses, na época, eram enunciados gerais que apareciam aqui e ali.

Seguindo outro fluxo dos regulamentos dessas exposições, encontramos dois mecanismos utilizados na formação dos saberes das ciências agrárias, que configuraram e também fizeram funcionar o que aqui chamamos de dispositivos de eficiência e a emulação-força. O primeiro diz respeito ao concurso de produtos e de memórias dos cultivos e práticas agrícolas, que ficou aberto desde outubro de 1866 até outubro de 1867, conforme constam no ofício nº 13 e anexos impressos, de 03 de outubro de 1866 (disponível no APEP)⁸⁶ e também publicado no jornal *Correio Paulistano* e disponível na internet⁸⁷, do qual transcreveremos algumas instruções dos artigos que mais interessam às argumentações dessa tese:

Sua Magestade o Imperador ha por bem que a concessão dos premios aos lavradores que apresentarem, na próxima exposição de productos nacionaes, melhores qualidades de algodão, fumo, chá e seda, e aos que escreverem memórias sobre a cultura desses productos, na conformidade do disposto no art. 6º das instrucções de 26 de novembro de 1861 para a policia de exposição nacional, que teve lugar naquelle anno, seja regulada pelas seguintes INSTRUCÇÕES. [Art. 1, 2, 3...]. Art. 4º Os lavradores expositores dos artigos que tratão estas instrucções, deverão provar, dentro do praso marcado no art. 2º, com attestado das camaras municipaes respectivas, que se occupão habitualmente com a cultura de qualquer dos artigos com que concorrerem. A este attestado juntaráõ uma breve noticia dos processos que empregão com mais vantagens no amanho da terra, dos instrumentos agrícolas que utilizam, dos systemas de plantação, capinas e colheitas; do seu preparo e acondicionamento para serem enviados ao mercado; dos animaes e insectos que costumão atacar a semente, a planta e o producto já colhido, remettendo se fôr possível, um exemplar de cada um desses

⁸⁶ APEP – Secretaria da Capitânia. Ofícios do Ministério dos negócios, da agricultura, commercio e obras públicas. Códice 1396. Ofício nº 13 e anexo impresso. 3-10-1866 (Foto: 7450-7451, Caderno de campo 2013).

⁸⁷ *Jornal Correio Paulistano* de 30 de outubro de 1866 (Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_02&pagfis=2798&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso 17 jan. 2016).

insectos, ou descrevendo-os (assim como os animaes damninhos), tanto em relação à sua estructura configuração, como em referencia aos seus usos e costumes; da natureza e extensão dos danos por elles causados á planta ou ao seu producto nas principaes phases do seu desenvolvimento; das épocas e condições athmosphericas em que costumão apparecer e propagar-se; dos meios aconselhados pela experiencia para os destruir ou afugentar, e do gráu de efficacia destes. [parágrafo, doravante pgf.] Nesta noticia indicarãõ tambem a qualidade, natureza e circumstancias do terreno em que a plantação se desenvolve com mais vantagem; especificando a qualidade da terra pela sua côr e composição apparente, pelo seu gráu de humidade ou seccura, sua relação com o sol, istp é, se é soalheira ou arsombrada (Noruega), e se é exposta á ventos e quaes os que commumente reinão. Será conveniente que remettão não só amostras da terra que tiver produzido os artigos da concurrencia, colhida em differentes pontos da respectiva plantação ou roça e em qualidade sufficiente para se proceder ás necessarias analyses chimicas; mas tambem, tanto quanto fôr possível, amostras das folhas, flores, e fructos dos arbustos productores, os quaes deverão remeter acondicionados convenientemente [Art. 5...]. Art. 6º Os autores de memorias ou monographias acerca da cultura destes generos agricolas apresentarão seus trabalhos, escriptos de modo que sejam bem legiveis. Estes trabalhos serão enviado á actual commissão directora da exposição nacional, fechados e lacrados, tendo no sobrescripto as seguintes palavras – Memoria sobre a cultura de (o nome do producto sobre que ella versa); e mais abaixo o pseudonymo adoptado pelo autor. Acompanharão ás memorias cartas dirigidas á mesma commissão com declaração no sobrescripto dos pseudonymos, nas quaes se declararão os nomes dos autores. Art. 7º Estas memorias poderãõ ser escriptas em qualquer lingua, e o governo imperial fará traduzir para a lingua vernacula as escriptas em linguas estrangeiras que forem premiadas ou ainda que offerecerem algum interesse, fazendo-as publicar pela imprensa. [Art. 8º...]. Art. 9º Alem de qualquer observação e estudo que a respeito da quizerem fazer os autores das memorias de que se trata, deverãõ occupar-se com especialidade e tanto quanto for possível. 1º Das melhores qualidades de sementes que convém cultivar no Brasil; dos paizes donde são oriundas e dos meios a empregar para as obter; dos lugares do Imperio onde mais facilmente poderãõ ser introduzidas; dos meios de acondicionamento para seu transporte, a fim de que não percam a força reproductiva; do amanho e bonificação da terra para sua plantação; dos estrumes mais convenientes para adubal-a e do preparo destes e dos meios de os obter, tendo attenção a difficuldade do transporte dos estrumes animaes, e a elevação do seu preço; das capinas necessarias para que a planta adquira seu desenvolvimento e possa melhor produzir, do modo de fazer a plantação e dos cuidados que se devem dar á planta durante o tempo do crescimento, das epocas mais convenientes para a plantação e colheita; o espaço do terreno que deverá occupar a plantação de uma certa quantidade de sementes, dos instrumentos aratorios que devem ser empregados nas differentes phases da cultura; dos terrenos preferiveis para ella, indicando-os tanto pelas suas qualidades apparentes e circumstancias externas, como pelos seus componentes chimicos. [Art. 10º...]. Art. 11. Serão nomeados opportunamente, sobre proposta da commissão directora da exposição nacional, commissões especiaes compostas de tres membros cada uma, para julgar os concursos de que tratam os arts. 1º e 2º, as quaes procederãõ da seguinte maneira. Das duas classes concurrentes, dos expositores e dos escriptores, apresentarão ao jury da exposição tres nomes dos que julgarem mais dignos de obterem os premios entre todos os concurrentes; classificando-os em 1º, 2º e 3º lugar, e juntando a esta classificação uma exposição dos motivos da preferencia. Art. 12. Conformando-se o jury da exposição com a classificação daquellas commissões, em sessão solemne procederá á abertura das cartas que pertencerem as memorias preferidas para se conferir a seus autores o premio a que tiverem direito. As cartas dos autores das memorias que não forem premiadas serão queimadas na mesma occasião perante o jury. Art. 13. Todas as memorias que entrarem em concurso e bem assim as observações escriptas dos lavradores que tambem concorrerem com os productos de que se trata, são propriedade do governo, que as poderá fazer publicar no periódico da sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e nos jornaes e gazetas que entender conveniente. Art. 14. Os productos que entrarem em concurso deverãõ ser remetidos em quantidade sufficiente não só para as analyses e experiencias necessarias, mas tambem para serem enviadas á exposição universal de Paris. Art. 15.

Aos expositores que obtiverem o primeiro lugar será concedido um premio de um conto de réis (1.00\$000); aos que forem classificados em segundo de quinhentos mil réis (500\$000), e aos de 3ª classe uma menção honrosa. Aos autores das memorias classificadas em primeiro lugar serão conferidos premios de um conto e quinhentos mil réis (1.500\$000), aos que obtiverem o segundo lugar o de oitocentos mil réis (800\$000) e finalmente os de terceiro lugar uma medalha de ouro. Art. 16. A concessão de qualquer dos premios de que falla o artigo anterior não inibe o expositor concurrente de haver qualquer outro premio a que por ventura tenha direito no concurso geral. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1866 – Manoel Pinto de Souza Dantas.

Temos então, no contexto das Exposições, eficazes formas de separar e classificar, dizendo ao mesmo tempo aquilo que deve ser negado e ser eliminado de maneira muito sofisticada. Esse mecanismo parece bastante distinto daquele que apresentamos no tópico anterior, pela composição dos mapas gerais da produção das freguesias e da oferta de meios para que os produtores pudessem melhorar seus cultivos, com a condição de exporem suas práticas. É somente aqui que o ritual de legitimidade vem encontrar sua estadia mais confortável. A atestação das câmaras municipais, as muitas possíveis comissões especializadas de avaliação e julgamento, incluindo um júri, o anonimato provisório pelos pseudônimos, tudo isso autorizava a idoneidade do processo de seleção e classificação, expulsando as possíveis acusações de favorecimentos e corrupções. A eficiência produtiva, comprovada empiricamente pelas amostras e respaldada pelas comissões de especialistas, passava a ocupar um lugar que parecia ter sempre sido seu por um tipo de direito adquirido.

A minúcia das informações solicitadas, que iam desde todas as práticas culturais, mecanização, adubação, passando por estudos pedológicos e de química do solo, entomológicos, transportes e estudos de mercados, etc., expunham a que nível se pretendia chegar quanto ao conhecimento agrônomo em formação. Tornavam possível a composição de grandes acervos de amostras de solos, de plantas e de suas partes, das raízes às flores, vastas coleções de insetos, desenhos e croquis. Tratava-se de uma empolgante “feira de ciências” e mostrava que direções e tipos de ventos seriam soprados rumo à transformação dos espaços pela agricultura. Ainda não havia por aqui o que conhecemos como agrônomos, sendo que o primeiro curso na área de ciências agrárias no Brasil foi o de Agronomia, em 1877, na Imperial Escola Agrícola da Bahia, tendo sido oficializado em 1910 (CAPDEVILLE, 1991). Segundo Capdeville, havia muita indiferença das elites quanto ao ensino superior agrícola, pois a agricultura destinada à exportação exigia pouca diversificação, poucos cuidados com o manejo do solo e contava com muitas terras novas. Em geral, aqueles que exerciam os trabalhos

agrícolas não necessitavam de qualificação, pois era uma atividade sem prestígio que qualquer um poderia exercer⁸⁸.

Para além da difusão de implementos agrícolas, o evento da Exposição parece ter sido uma intensa via de captação e estruturação dos conhecimentos agronômicos, apesar disso ainda não constar nos textos de história da agronomia (esse pode ser um trabalho futuro: encontrar as anotações, atas, registros desses concursos e seguir os fluxos de suas publicações, seus efeitos sobre a formação desse campo científico). Afinal, não era esse o objetivo direto dos concursos. O efeito imediato era a legitimação do saber produzido a partir das práticas e observações dos produtores, e a comissão da exposição mediaria a divulgação desses conhecimentos, possibilitando também a criação de categorias de escritores especialistas em descrição de práticas agrícolas, insetos-praga, instrumentos, etc. Cabe destacar que quem participava das exposições não eram os pequenos agricultores, mas principalmente os grandes, pois esses podiam mobilizar recursos particulares e públicos para suas inscrições e viagens. Além disso, o domínio da escrita, que permitia produzir memórias de cultivos, não era algo generalizado, muito menos entre a população mais pobre e trabalhadores do campo. Ou seja, os escritores de memórias, que fundamentaram a própria forma e direção dos conhecimentos técnicos – herdados pela agronomia e zootecnia – faziam parte de uma elite que acompanhava os ideais iluministas da época, e viam, nas formas locais, o arcaísmo e primitivismo.

E ainda, as premiações eram consideravelmente volumosas, sendo que para os escritores de memórias dos cultivos o valor do prêmio era bem maior que para aqueles que ganhassem apresentando os próprios produtos. Por fim, todo o ritual de deslegitimação pela fogueira daquelas outras anotações não premiadas. Queimar os textos não selecionados na frente dos jurados guardava o sigilo dos participantes perdedores, mas, simbolicamente desclassificava aqueles conhecimentos, não os oficializava. Isso funcionava como princípios para a normatização, homogeneização e classificação dos saberes agronômicos, sendo também um processo de distinção das pessoas e grupos. De maneira gradual, selecionavam-se aqueles aptos a participar, sendo que a distinção das formas de fazer e das técnicas tornavam-se também distinções virtuais daquilo que pode ou não persistir e ser estimulado. Desse ponto em diante, o princípio que legitimava o corte começava a ser a produtividade e eficiência, não sobre o volume bruto, mas sobre a economia dos procedimentos.

⁸⁸ Em 15 anos essa primeira escola foi fechada devido à baixa procura e poucos investimentos. A situação continuou assim em todo o país durante até aproximadamente os anos 1910, quando priorizou-se a criação de Estações Agronômicas (como a de Campinas), responsáveis pelo melhoramento de sementes, maquinários e controle de pragas (CAPDEVILLE, 1991).

Além disso, aqui podemos retomar as anotações de Veblen quando trata dos mecanismos de distinção das classes superiores e seus modelos daqueles das outras classes, bem como da transmissão desses valores para a sociedade. As exposições permitiam passar de uns para outros aquilo que seria considerado ideal, eficaz e também belo. A modernidade industrial poderia ser ali festejada e premiada e aqueles estudos e produtos vencedores tornados públicos e publicados em jornais, revistas, anais e manuais de práticas agrônômicas. Alguns modos de ação (e de pensamento se quisermos utilizar a terminologia vebleniana) encontravam ali um terreno fértil e formal para a institucionalização. Da mesma forma, esse se constituía também um sofisticado meio para a produção de subjetividades pautadas nos julgamentos sociais de eficiência, como apontou Veblen (2007, p.197) quando disse: “o grau de eficiência com que ele leva sua vida comparado ao padrão de eficiência socialmente aceito pela comunidade, de certa forma determina sua satisfação consigo mesmo e com sua situação”.

Mas esses processos de legitimação não cessavam aí e não paravam de convergir para si e no seu contexto outros funcionamentos. A documentação referente ao convite dirigido à província do Pará para a Exposição Universal de Berlim indica bem um intenso acoplamento de questões. Em janeiro de 1886, pouco menos de duas décadas após a Exposição de Paris⁸⁹, a província do Pará foi convidada e estimulada a selecionar e organizar os produtores para enviarem produtos para a exposição organizada na Alemanha, a ocorrer nos meses de setembro e outubro daquele ano. Todos os países da América do Sul estavam convidados a apresentarem seus produtos naturais, havendo grande interesse na constituição de fornecedores de matérias-primas, conforme abaixo⁹⁰:

⁸⁹ No intervalo entre essas exposições, em 31 de maio de 1872 o presidente da província do Pará recebeu outro comunicado do barão d'Itaúna, Candido Borges Monteiro, que no momento era ministro dos negócios da agricultura, informando sobre a Exposição Universal que ocorreria em Vienna d'Austria no ano seguinte. O comunicado ressalta a importância da participação dos produtores paraenses em tal evento, e que fundos de crédito seriam disponibilizados para cobrir as despesas da província com a participação dos produtores na exposição (APEP – Área do governo. Secretaria da presidência da província. Ofícios do Ministério da agricultura, commercio e obras públicas. Códice 1472. Circular s/n. 31-05-1872. Foto: 7952-53). O valor creditado à província para as despesas com a exposição foi de 4:000\$000 (quatro contos de réis) (APEP – Área do governo. Secretaria da presidência da província. Ofícios do Ministério da agricultura, commercio e obras públicas. Códice 1472. Circular nº 6. 06-09-1872. Foto: 7967). É nesse período que se discute a separação dos ministérios, que passou a se chamar apenas de ministério da agricultura. Desenhava-se internamente a cisão entre as indústrias e a agricultura, ao mesmo tempo, que mundialmente, os países da América do Sul ganhavam relevância principalmente por seus recursos naturais.

⁹⁰ APEP – Área do governo. Secretaria da presidência da província. Avisos do Ministério da agricultura ao presidente da província 1886. Códice 1875. Circular de 26-01-1886 e Anexo impresso da circular de 26-01-1886 (Fotos: 7849-7854).

A Sociedade Central de Geographia Commercial de Berlim [...] commetteo ao Centro de Lavoura e Commercio a honrosa incumbencia de superintender todos os trabalhos preparatorios a bem da organisação da Secção Brasileira na Exposição Sul-Americana, que se abrirá a 1º de Setembro proximo futuro na cidade de Berlim; sendo seu intuito offerecer ao publico allemão elementos seguros de apreciação quanto a produção, solo, clima, riquezas naturaes, meios de communicação e tudo mais que puder contribuir para exacto conhecimento da economica das regiões da America Austral. [pgf.]. Durante a exposição, que se prolongará de 1º de Setembro a 31 de Outubro de 1886, effectuar-se-hão conferencias de caracter economico acerca dos paizes representados e seus principais productos. [pgf.]. Todas as materias primas serão submettidas á analyses scientificas, sob a direcção de especialistas e em seguida á experimentações industriaes, confiadas á pessoal de provada competencia; colligindo-se em relatórios o resultado das analyses e experimentações e divulgando-se pela imprensa, de modo a formar-se um registro completo de seguras e uteis informações sobre os productos, condições climatologicas, e methods agricolas e industriaes dos diversos paizes Sul-Americanos.[pgf.] O programa d'esta exposição é, antes de tudo, commercial, porque visa pôr ao alcance das industriaes allemães as materias primas das vastas regiões da America Meridional, em parte desconhecidas da Europa ou incompletamente utilizadas. E está no nosso interesse corresponder bizarramente aorepto e não poupar esforços, para que a representação do Brazil affirme indefectivamente a vitalidade das suas forças productoras e a immensa variedade das suas riquezas naturaes, porque as relações commerciaes de dois paizes expandem-se e consolidam-se, quando cada um possui e exhibe elementos para constituir-se, a respeito do outro, simultaneamente exportador e importador.[pgf.] Sobreleva-se que, a exposição brasileira na Allemanha, coincidindo com o movimento, que ali começa a manifestar-se em prol da emigração para as províncias do Brasil Austral, é para inspirar-nos interesse todo especial.[pgf.] Serão, portanto, duplamente louvaveis os esforços desenvolvidos em promover e garantir a condigna representação do Brasil na exposição, de que se trata. [pgf.] Pelo que fica exposto comprehendem-se as vantagens, que devem advir, especialmente ás classes agricolas e industrial d'este Imperio, aproveitando a oportunidade que, com tantas facilidades, se lhes offerece, afim de concorrerem com os elementos, de que largamente dispoem, ao grande torneio americano organizado em Berlim.[pgf.] O Governo Imperial já assegurou o seu apoio a bem da realisação de projecto tão util á expansão das relações commerciaes do Brasil com a Allemanha, recommendando-o á solicitude das Camaras Municipaes e promettendo, além do transporte gratuito dos productos destinados á exposição nas ferro-vias do Estado, ou subvencionadas pelos cofres geraes e provinciaes e isenção dos direitos de exportação quaesquer outras providencias especiaes e convenientes á collecta dos productos e á organisação de informações adequadas aos fins da exposição [...].

Interessante notar como esses eventos ainda vinham a constituir tanto as possibilidades de que já tratamos, qual seja, a de formação dos saberes e sua divulgação/legitimação, a seriação das especialidades e de critérios de seleção cada vez mais “industriais” para os resultados da agricultura e o poder da homogeneidade pelos regulamentos, mas também a possibilidade da constituição de uma população desejável. Como se sabe, a vinda de alemães para o Brasil tinha começado lentamente no início do século 19, primeiro na Bahia, mas que expressivamente se encaminhava ao Sul do país. Direcionar uma parte desse fluxo de europeus para o Norte era algo que constava nos planos governamentais, como mostramos no tópico anterior sobre o que consta nos Álbuns do Governo do final do século 19 e início do 20. Ainda

em maio do ano de 1866, outro Aviso reforçava a importância de se empenharem em providenciar:

[a] Maior quantidade e variedade de materias primas, para serem sujeitadas em Berlim a analyses chímicas e a experimentações industriaes, bem como reunir productos, informações e dados que sirvam a tornar conhecido o Imperio, por apreciação exacta das suas producções e riquezas naturaes, condições climatologicas das diversas zonas, methodos empregados na agricultura e em outros ramos de trabalho nacional, e de tudo o mais que puder contribuir para esclarecimento e direcção da industria e do commercio allemão⁹¹.

Tanto a exposição quanto os preparativos para dela participar se constituíam formas “laboratoriais” de observação, de classificação, hierarquização, de produção de conhecimento, de distinção e de inúmeras distribuições de pessoas e coisas. Foucault observou algo similar no funcionamento das instituições disciplinares (escolas, prisões, manicômios), onde a disciplina, as regras, a individualização e classificação das aptidões, permitiam ao mesmo tempo conhecer e controlar os comportamentos dos indivíduos. Gradualmente os conhecimentos adquiridos vão se tornando formas legítimas de procedimentos de coerção, e essa progride principalmente sobre mecanismos de disciplina, que têm por fundamento aumentar a eficácia e a eficiência de aplicação das técnicas. Ele chama a isso de “economia de poder” (FOUCAULT, 1999b).

Aos poucos, ao longo do século 20, essas vitrinas do ideal foram cada vez mais se expandindo e se autonomizando, tanto em relação aos eventos nacionais quanto internacionais e também entre os setores, especializando-se regionalmente. Além disso, foram se tornando cada vez mais os espaços não apenas de consumo visual – esse que passou a ser gradativamente substituído pelos meios técnicos de reprodução de imagens impressas e, mais tarde, televisivas – e passaram a se constituir em espaços de trocas mercantis, propaganda, lazer, conexão entre as populações rurais e urbanas, etc. A movimentação posterior indica essas mudanças. Pelos documentos encontrados, a participação da província paraense retomou o fôlego na década de 1930⁹², ganhando cada vez mais autonomia em relação aos eventos nacionais, mas sem perder as relações com os muitos outros que aconteciam dispersos.

Em um novo foco de experiências com feiras e exposições, no ano de 1933 começou a circular pelos portos do país a Feira Internacional de Amostras Flutuante, promovida pelo governo brasileiro, partindo do porto de Belém do Pará. Cada estado da federação foi convidado a oferecer 4 mostruários com seus produtos da agricultura, pecuária e indústria. Um mostruário ficaria exposto na feira permanente em Santos (São Paulo), dois iriam para os

⁹¹ APEP – Área do governo. Secretaria da presidência da província. Avisos do Ministério da agricultura ao presidente da província 1886. Códice 1875. Circular de 17-05-1886 (Foto 7855, Caderno de campo 2013).

⁹² Não encontrei documentos no APEP referentes ao período de 1900-1930 tratando diretamente das exposições, coincidindo com o período próximo da Primeira Guerra.

navios que circulavam nos portos do Norte ao Sul do país, e o quarto percorreria os portos mundiais. Os navios seriam equipados para servir “provas” de café, cacau, carnes de gado e de peixes aos visitantes nos portos. Nas paredes seriam afixadas informações estatísticas, as quantidades comercializadas e também as características dos produtos, possibilitando um amplo conhecimento sobre as mercadorias e suas regiões de origem, um tipo de catálogo. Ao final dessa Feira Flutuante, que duraria 45 dias, seriam publicados o catálogo oficial dos produtos, o mostruário, o repositório dos estudos econômicos e financeiros e também um guia dos exportadores e importadores do Brasil⁹³. Não se tratava, nesse caso, de um centro fixo, mas de uma vitrine móvel indo de lá para cá anunciando e permitindo aos consumidores provarem o que cada local tinha de melhor. Uma reinvenção da Feira-Exposição.

Ainda em 18 de fevereiro de 1933, o então diretor geral da Agricultura, Indústria e Comércio do Pará, o agrônomo Luiz Fernando Ribeiro, enviou ao Major interventor Federal no estado um comunicado da Câmara do Comércio sobre a participação paraense nas feiras e disse, entre outras críticas, que:

O Estado do Pará, já inúmeras vezes tem-se feito representar em diversos certamens do Brasil e do Velho Mundo, sem entretanto, lograr resultados e isto pelo modo como se organizavam as comissões compostas quase sempre de diplomatas que entre discursos e taças de champagne pouco se preocupavam com os interesses econômicos do Estado que representavam e cujas possibilidades desconheciam.

Nesse mesmo comunicado, Luiz Fernando informa que o estado do Pará, patrocinado por particulares e outros interessados, possui mostruário permanente de produtos e um representante comercial em Los Angeles. Destacou que as feiras são mecanismos necessários para quem quer ser conhecido, são meios de ir aonde a palavra oficial não consegue alcançar. Ele entendia que as feiras servem como a própria representação do país, de seus recursos, de seus conhecimentos, de suas técnicas, e de suas possibilidades mercantis⁹⁴.

Um ano depois, em 1934, Luiz Fernando, emite um comunicado sobre a *feirinha* local. Essa fora organizada para receber turistas que realizavam a 2º visita aos portos. Ele relata com satisfação o sucesso da *feirinha*, pois conseguira em poucos dias e com poucos recursos econômicos mobilizar muita gente para expor seus produtos. Os principais produtos expostos foram os fabricados em madeiras, peles de animais, artes indígenas e cerâmicas, os doces, as frutas e as farinhas paraenses, *encantando os turistas*. Mas teceu duras críticas à atuação das

⁹³ APEP – Secretaria do governo. Série Ofícios (Agricultura). Período: 1930-1934. Caixa 186. Comunicado nº 350. 08-02-1933 (Foto: 7488).

⁹⁴ APEP – Secretaria do governo. Série Ofícios (Agricultura). Período: 1930-1934. Caixa 186. Ofício nº 298. 18-02-1933 (Foto: 7486-87).

comissões brasileiras na Feira Internacional de Chicago ocorrida algum tempo antes, onde o Brasil não conseguiu mostrar a relevância dos produtos nacionais, não constando nem mesmo no catálogo geral da feira⁹⁵.

Luiz Fernando era realmente um entusiasta acerca do potencial das Feiras e Exposições. No dia 15 de junho de 1934, de posse de um contrato firmado entre uma empresa que promovia eventos (*Eichenbeiger Thompson e Cia. Ltda.*) e o governo da Bahia, para realização anual de Feira de Exposição de Amostras, Luiz Fernando, elaborou uma proposta, que foi encaminhada ao interventor federal, sugerindo a efetivação de uma feira fixa anualmente no Pará. A proposta era a de que a exposição ocorresse durante a maior festa religiosa do estado (o círio de Nazaré), começando no mês de outubro e se estendendo até novembro. Entre as cláusulas sugeridas, havia o convite a bandas musicais, que poderiam ser militares ou civis, e outros divertimentos para estimular a participação dos moradores do estado e dos *forasteiros*. Propunha-se também o pagamento para entrada, com valores diferenciados para adultos e crianças, havendo cortesias para dirigentes locais. Propõe-se toda uma estruturação de transporte e hotelaria para recepção dos turistas, incluindo isenções fiscais e tributárias para aqueles que servissem ao evento, etc.⁹⁶. Ou seja, toda uma estruturação que encaminhava os eventos à regularidade e à automanutenção financeira, promovendo a emancipação em relação ao evento nacional.

Era um movimento que acontecia em vários estados, como se pode ver pelos convites recebidos pelo governo paraense para participar expondo seus produtos em outras exposições, como a 1º feira de Amostras de Recife, que se realizaria no mês de dezembro de 1933⁹⁷; a 3º Feira de Amostras de São Paulo, a ser realizada em agosto-setembro daquele ano⁹⁸. No caso dessa última, juntamente com o convite havia uma cartilha com os regulamentos concernentes ao evento, para melhor apresentação dos produtos, e na contracapa do convite um estímulo à participação com os dizeres: *“As feiras de amostras constituem o meio mais eficaz para ampliar o movimento commercial de uma casa. O industrial que apresenta nas feiras os produtos de fabrica e o commerciante os artigos que vende, adquirem sem duvida alguma, uma grande superioridade sobre os concurrentes”* (Imagem 25).

⁹⁵ APEP – Secretaria do governo. Série Ofícios (Agricultura). Período: 1930-1934. Caixa 186. Ofício nº 685. 05-06-1934 (Foto: 7494-96).

⁹⁶ APEP – Secretaria do governo. Série Ofícios (Agricultura). Período: 1930-1934. Caixa 186. Ofício nº 730. 15-06-1934 (Foto: 7497-7502).

⁹⁷ APEP – Secretaria do governo. Série Ofícios (Agricultura). Período: 1930-1934. Caixa 186. Avulso. Convite à Feira de amostras de Recife. 11-1933 (foto: 7489).

⁹⁸ APEP – Secretaria do governo. Série Ofícios (Agricultura). Período: 1930-1934. Caixa 186. Ofício do presidente da feira de amostras de São Paulo ao interventor federal no Pará. 20-04-1933 (Foto: 7477).

Imagem 25 – (da esq. para a dir.) a) capa do convite e instruções para participar da Feira de amostras de Recife em 1933; b) cartaz de divulgação da III Feira de amostras de São Paulo; c) contracapa do regulamento da Feira de amostras de São Paulo de 1933



Fonte: APEP – Secretaria do governo. Série Offícios da Agricultura (1933).

Nas localidades mais distantes, quando não era possível participar fisicamente com produtos e representantes, o interventor federal podia solicitar fotografias que indicassem os progressos realizados em cada localidade. Era uma possibilidade de tornar visível os avanços

mesmo nos lugares de mais difícil acesso. É o que aconteceu na municipalidade de Altamira (Pará), que solicitou recursos financeiros para a confecção de duas fotografias, a serem enviadas para uma Exposição demonstrativa das possibilidades e realizações econômicas do Pará em São Paulo, 1933⁹⁹. Privilegiavam-se fotos de prédios públicos ou de instalações produtivas, mesmo particulares. As fotografias seriam expostas durante as feiras de amostras, e se constituíam registros informativos verídicos, intermediados e financiados pelo Estado, a serem apresentados aos visitantes e demais interessados, mostrando como era e como estava se tornando o cenário dos novos municípios paraenses. Ainda nessa época, a legitimidade documentária da fotografia seguia firme. Apenas muito tempo depois, por volta dos anos 1960, que os teóricos (especialmente Marcelin Pleynet) passaram a atacar veementemente o fato de que a crença na legitimidade da visão fotográfica não permitia levar em consideração o fato de que a forma de ver é direcionada culturalmente e que cada fotografia não é, pois, um completo registro da realidade, mas, uma perspectiva dessa realidade (AUMONT, 1993, p. 181). No caso em análise, a fotografia se constituía um documento oficial, servindo como demonstração visual do serviço público que se realizava nos municípios, também convidando à colonização. Ela representava o ausente, assim como apareciam nos Álbuns ilustrados do governo e as suas fotografias representativas.

Enfim, espera-se ter conseguido demonstrar a possibilidade de olhar para as Exposições como campos fecundos para a formulação de saberes sobre pessoas, produtos e territórios e também como locais onde certos focos de visibilidade e enunciações permitiram aos dispositivos de eficiência se naturalizarem concomitantemente aos comportamentos emulativos. As exposições parecem ter sido, desde há muito, o local favorável a que ao mesmo tempo em que os processos de mostração distinguiam pessoas e processos, também produziam margens funcionais à própria constituição dos regulamentos, tanto pela naturalização do que se considerava eficiente quanto pelos efeitos de não-presença. Vale destacar que a competição nesses ambientes, mais do que uma avaliação de performances, tornava-se um sistema concreto de organização das próprias relações sociais e, embora o que estivesse mais evidente fosse o ganho individual, pela distinção devido ao mérito, justificava-se também pela enunciação do progresso coletivo da nação. Como distingue Pascal Duret (2009), numa sociedade de classes, a competição remete a uma luta coletiva por melhorias para um grupo social, enquanto que nas sociedades de indivíduos, notadamente nas pretensamente democráticas, a competição se impõe

⁹⁹ APEP. Secretaria do governo. Ofícios (prefeituras do interior). Período: 1933. Caixa 200. Avulsos. Prefeitura de Altamira. nº 1526. 30-10-1933 (Foto: 8154).

como ferramenta para a construção de si, como instrumento de individualização e autonomização¹⁰⁰.

4.3 DO FINAL DO SÉCULO 19 ATÉ UM POUCO MAIS DA METADE DO 20: RECONSTRUINDO A AMAZÔNIA ENTRE O “MEDO DE PERDER” E A “VONTADE DE TRANSFORMAR”

Os enunciados do “medo de perder” e da “vontade de transformar” foram fundamentais para justificar os estados de vigilância, a legitimidade dos controles e os investimentos massivos em recursos para transformar. Seriam, se seguirmos a sugestão do esquema de Foucault em *Vigiar e punir*, algo como elementos estratégicos que permitiram “analisar e repartir”, pela instauração do modelo de controle político da “peste”, que funciona por meio do policiamento tático e meticuloso, pelo bom treinamento e criação de recortes que individualizam, diferentemente do modelo da “lepra” que funciona pelo fechamento, separação e pouca distinção entre a massa. Ambos são tecnologias de governo, ou maneiras de exercer o poder sobre as pessoas, de controlar as relações e de desmanchar as perigosas misturas. Indígenas com estrangeiros podiam ser perigosos (muitas vezes até mesmo os missionários eram considerados possivelmente inimigos), indígenas com outros colonos, colonos com outros colonos, viajantes aventureiros ou em expedições científicas passaram a ser alvo de suspeitas e interdições.

É preciso destacar que para avançarmos nas análises aqui pretendidas será preciso abandonar as noções tradicionais de Estado, pois podem não dizer muito a respeito da forma como esse se manifesta e atua na Amazônia. A reiteração dos enunciados “estado ausente”, da “terra sem lei”, “sertão”, “vazio demográfico”, etc., fazem parte das práticas de governo que reproduzem incessantemente em todos os locais aparentemente distantes dos controles estatais (LEIRNER, 2012). É preciso estar atento às práticas de gestão das formas de vida e dos processos de produção. E nisso, o gado é um excelente demonstrativo de atuação estatal, ou melhor, a pecuária bovina, com o seu complexo sistema que inclui o desmatamento, a implantação da pastagem, a criação do gado, formação de estrutura viária, propriedade privada, etc. Antes mesmo de se tornar oficialmente o meio pelo qual a colonização se faria “pela pata do boi”, dos anos 1960, a pecuária já tinha passado de uma fase em que era uma linha de fuga

¹⁰⁰ Uma discussão aprofundada sobre a competição pode ser encontrada no livro de Duret (2009), que percorre as principais teorias sociológicas que explicam a competição e seus resultados nas sociedades de indivíduos, tendo como campos de reflexão as empresas, o campo das artes, da ciência e do esporte.

que os sertanejos de cultura pastoril (descritos por Vânia Vaz) adotaram para escapar dos controles estatais e da opressão dos poderosos dos engenhos (numa possível periferia do sistema, ainda em condição itinerante), para se tornar gradualmente uma máquina do próprio governo, onde a forma de gestão fora fundamental na investida sobre o território.

4.3.1 Narradores dos planejamentos e estratégias: a Amazônia abandonada que precisa ser protegida, integrada e transformada por nacionais capazes

A partir de alguns textos que consideramos marcantes, seja devido à afiliação com o Estado e a consequente “oficalização” ou em virtude da ampla divulgação e popularidade, apresentamos nesse tópico quais foram as principais imagens e discursos produzidos sobre a Amazônia desde o final do século 19, em busca das enunciações e formas de visibilidades principais. Não que esses os textos tenham feito, por si mesmos, a constituição de novos olhares sobre a região, antes, ao contrário, são produções de sujeitos também imbricados nas mesmas tramas que compõem as práticas governamentais sobre a Amazônia. Claro que, dependendo de alguns aspectos particulares, como a capacidade individual de transitar entre a ciência, a literatura ou outras artes possam ter permitido, para alguns, diferentes possibilidades de que suas obras viessem a interferir nas posteriores. Todos os textos aqui apresentados podem ser vistos a partir dessas múltiplas possibilidades enquanto sínteses de formas específicas de ver e falar sobre a Amazônia, como também de constituir ou direcionar projetos de transformação da mesma. Possibilitavam, mesmo que minimamente, uma base para ação ou inação.

Especialmente ao final do século 19 e ao longo de todo o século 20, diversos estudiosos e narradores foram designados para analisar, registrar, julgar e divulgar as ações de ocupação e transformação em diversas partes da Amazônia, se constituindo em porta-vozes do governo, responsáveis pela produção de discursos e imagens sobre a região. Como já demonstrado anteriormente, a “vontade de transformar” a região a que nos referimos se sobrepunha em praticamente todas as iniciativas desde pelo menos após os anos de 1850, quando decretos de exploração, viagens exploratórias, relatórios das possibilidades de tráfego por terra e água, etc., tornaram-se mais frequentes. Porém, parece razoável ponderar que o enunciado moderno “medo de perder”, mesmo não sendo recente, só pode vir à existência após a constituição de todo o processo de esquadramento de pessoas e territórios descritos anteriormente, quando se tornou qualificável e quantificável que havia pouca gente para muito espaço e muitos recursos. Em conjunto, parecem ter sido essas duas enunciações (medo de

perder e vontade de transformar) que permitiram, a um só tempo, separar e distinguir pessoas e comportamentos especialmente no século 20, além de assegurar a legitimidade das ações de intervenção, mesmo em locais onde a apropriação dos espaços foi mais recente, como em São Félix do Xingu.

Assim, não é por acaso começamos a discussão pelos textos de Euclides da Cunha¹⁰¹, um dos mais célebres escritores brasileiros que afetaram as teorias de interpretação social no século 20. Nicolazzi indica que Euclides influenciou o pensamento de autores como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Antônio Cândido, tornando-se uma sombra difícil de ser ultrapassada ao longo de todo o século 20 entre aqueles que se propunham à compreensão sociológica do Brasil. Para esse comentador, o carioca – nascido no morro do Cantagalo, Rio de Janeiro – demarcou um campo de pesquisas no Brasil, sendo considerado como o precursor da sociologia nacional, quando ultrapassou a tênue fronteira entre a literatura e a pesquisa social (NICOLAZZI, 2010). Até então eram os escritos literários que se ocupavam da representação da realidade nacional. Para Nicolazzi (2010, p. 255–256), que chama Euclides de “escritor-engenheiro”, a sua obra é feita “como um “consórcio entre ciência e arte”, e foi utilizada [...] “também como definidor[a] de posturas intelectuais distintas”. Definia porque, à vista de alguns intelectuais da época, Euclides n’ *Os sertões*, conseguiu trazer a literatura para a realidade, rompendo um mundo particular da literatura, que à época tinha como grande expoente Machado de Assis. Dessa forma, Euclides foi colocado em oposição à Machado como formador de um jeito particular de envolver letras e política¹⁰² (ATHAYDE, 1924¹⁰³ *apud* NICOLAZZI, 2010).

¹⁰¹ Entre as diversas atribuições, era militar, engenheiro, sociólogo, jornalista. Diversas biografias apontam que ele fora físico, naturalista, filósofo, geógrafo, historiador, zoólogo e botânico. Lima (2000) relata que Euclides foi aluno do positivista Benjamin Constant, em 1883, sendo ele mesmo favorável à implantação da República (que ocorreu em 1889).

¹⁰² Sobre Canudos: “O conflito, que se estendera por quase um ano, terminou com a perda de 5 mil soldados e o massacre da segunda maior cidade da Bahia, com 5.200 casas e cerca de 25 mil habitantes. Prisioneiros foram degolados e seus cadáveres empilhados e queimados. Mulheres e crianças foram estupradas e traficadas. Algumas das prisioneiras, que uma foto da época mostra cadavéricas e esqueléticas, foram levadas pelos soldados para o Rio de Janeiro, onde foram morar no morro da Saúde. Surgiu daí a palavra favela, como referência à planta da caatinga e à encosta em que as forças do exército se haviam instalado para bombardear Canudos” (VENTURA, 1993, p. 42). Onde descreve o massacre em Canudos, na Bahia, ocorrida no final da década de 1890, envolvendo Antônio Conselheiro, que foi acusado – erroneamente – de fazer parte da estratégia monárquica contra o regime republicano que recentemente fora proclamado no Brasil. Euclides participou, em 1897, como membro da comitiva do Ministério da Guerra enquanto engenheiro militar e tenente reformado, e como correspondente e articulista do jornal *O Estado de São Paulo*, a fim de relatar os acontecimentos e fazer uma descrição das condições de geoclimáticas e sociológicas do local (CUNHA, 2003 [1898]). Embora já não fosse mais o jovem totalmente empolgado com os ideais da República, pois a devastação brutal de Canudos pelo Exército republicano, do então presidente Prudente de Moraes (1841-1902), em 1897, levou Euclides a perceber alguns problemas relacionados ao fanatismo patriótico, e que ele viria a denunciar em seu livro (VENTURA, 1993). Para estudos aprofundados sobre *Os sertões*, pode-se consultar (GOMES, 2005); para biografias completas do autor pode-se consultar (LIMA, 2000).

E essa foi uma diferença fundamental que elevou o patamar de Euclides, pois, na primeira metade do século 20 a construção literária esteve amplamente empenhada em buscar “ultrapassar o absentismo” predominante por meio da “tomada de posição”, a fim de colocar a “literatura numa posição de *inventário da sociedade*, espécie de documento privilegiado do social”, e foi bem o que o escritor carioca fez (NICOLAZZI, 2010). Tratava-se também de um momento de fundação da historiografia no Brasil e, devido ao fato do autor de *Os sertões* conferir um “papel decisivo à geografia como elemento modelador das diferenças regionais, defendendo o expansionismo territorial e o sertanismo, Euclides se transform[ou] numa espécie de escritor-modelo do Estado Novo” (VELLOSO, 1988¹⁰⁴, p.258 *apud* NICOLAZZI, 2010).

O próprio Gilberto Freyre afirmou que, com sua literatura, Euclides traçou um retrato em profundidade integrando totalmente o homem à paisagem de tal forma que não seria possível mais serem separados. Nas palavras de Freyre: “Euclides nunca põe diante de nós simples e perfeitas fotografias nem de [...] seringueiros e de seringais. [...]. Mesmo porque seu forte nunca foi procurar acentuar as cores dos homens e das paisagens; e sim as suas formas”. Completando esses elogios, continua: o perfil antropológico do sertanejo que Euclides elaborou “nem três Nina Rodrigues reunidos teriam sido capazes de levantar” (CUNHA, 1966, p.28; FREYRE, 2011, p. 80 [1944]). A brasilidade de Euclides sempre fora exaltada, especialmente devido à sua obra demonstrar a preocupação com os problemas dos interiores do Brasil, desde os sertões nordestinos até os espaços recônditos da Amazônia, sendo ele um “revelador da realidade brasileira”. Para Freyre, Euclides, o “caboclo, além de engenheiro” e ecologista social foi um marco indispensável às obras de integração da Amazônia ao país (FREYRE, 2011, p. 74).

Com essa soma de elogios, respaldados por inúmeros expoentes da *intelligentsia* brasileira ao longo de todo o século, não é de se estranhar que sua obra ainda ecoe em importantes decisões políticas atuais. Euclides tem sido objeto de inúmeras exposições e conferências, por exemplo, a Exposição em memória ao centenário de seu nascimento (BIBLIOTECA NACIONAL, 1966), e outra que ocorreu em 2009, no Rio de Janeiro. Na apresentação do catálogo dessa última exposição, o presidente da Associação Biblioteca Nacional, Muniz Sodré, reiterou que a “sombra” de Euclides ainda está projetada nas discussões atuais em temas como o “da transposição do Rio São Francisco [...], do eterno drama da seca, da biodiversidade e suas fronteiras, [e] o lugar da Amazônia no quadro de um

¹⁰³ ATHAYDE, T. Política de letras. In: CARDOSO, V. (org.). À margem da história da república (ideias, crenças e afirmações). Inquerito por escritores da geração nascida com a república. Rio de Janeiro: Laemmert, 1924.

¹⁰⁴ VELLOSO, M. P. A literatura como espelho da nação. In: Estudos Históricos. V. 1, n. 2, 1988, p. 239-263.

crecimento sustentável” (DA CUNHA; FABIO, 2009). Quer dizer, a obra euclidiana ainda agencia discursos e decisões políticas.

Voltando nossa argumentação à primeira metade do século 20, pode-se constatar que a atividade dos intelectuais esteve direcionada ao estabelecimento de um olhar introspectivo para os problemas nacionais, tanto no plano da literatura quanto da interpretação histórica, em busca de “decifrar” a nação; e nesse momento os escritos de Euclides serviram de inspiração a esse olhar para o interior. Conforme relata Nicolazzi (2010), Freyre retomou constantemente os escritos de Euclides, por exemplo, na conferência à Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 29 de outubro de 1940, Freyre optou por falar sobre “a atualidade de Euclides da Cunha”. Nessa época, os escritos euclidianos passaram por uma revitalização, estabelecendo-se como exemplos para a geração de intelectuais implicados nos “problemas brasileiros, ao mesmo tempo em que propiciava elementos para a defesa erudita dos projetos políticos de expansão para o oeste e para o interior do país” (NICOLAZZI, 2010, p. 266).

Freyre tentou explicar que o próprio espírito de Cunha era como o dos bandeirantes ou os desbravadores interioranos, nômades e conquistadores, por isso a sua maior atenção ao sertanejo “expatriado” em sua própria pátria (FREYRE, 2011; NICOLAZZI, 2010). Nesse sentido, a potencialidade da obra de Euclides residia nesse olhar interessado pelo Brasil do interior, o Brasil distante, contraposto ao do “litoral”. Dessa feita, as noções de tempo e distância em Euclides passaram a fundamentar e se constituir elas mesmas em objetos de estudos. Distância, que não era apenas geográfica, entrelaçava-se à noção de tempo, que não era cronológico, e formavam um conjunto que permitia analisar os diversos *sertões* brasileiros como sempre atrasados e afastados. Em contrapartida, como a interpretação de tempo em Euclides tendia a rupturas e não às continuidades, a “civilização” poderia ser induzida nesses lugares afastados (NICOLAZZI, 2010). Como bem destacou Ventura:

Euclides da Cunha escrevia em favor do homem e do meio-ambiente. Mas pregava a marcha inexorável do progresso e da civilização, ao defender a absorção do indígena e do sertanejo pelas raças e culturas tidas como superiores. Sonhava com a integração dos sertões à história, cujos limites e fronteiras estariam em contínua expansão (VENTURA, 1993, p. 45).

Mas a experiência traumática em Canudos já indicava que a ação do governo (republicano) deveria levar “civilização” por meios estruturantes como educação e integração, e não pela destruição e combate daqueles localizados “às margens da história”, como o Exército fizera (NICOLAZZI, 2010). No arraial de Canudos, o escritor chegou com a visão do “homem

do litoral”, comparando os sertanejos a símios e cobras (CUNHA, 2003 [1897]), mas após alguns contatos com populares nordestinos, segundo Lima (2000, p.19), houve uma mudança no pensamento de Euclides e esse surpreendeu-se com a força e robustez dos sertanejos, que passaram a ser vistos pelo escritor como “um contingente humano a ser incorporado à nação”; algo de bruto e mais próximo das origens primitivas, porém necessários ao país. Evidentemente que essas experiências foram importantes para a relação que o escritor estabeleceu posteriormente com os grupos na Amazônia.

Freyre, por exemplo, considerava que o “brasileiro-ideal” de Euclides era o sertanejo completado pelo seringueiro, sendo esse “ser ideal” como um meio termo entre o burguês e o proletário, não podendo ser reivindicado como representante de uma classe ou de outra. Era “nos admiráveis caboclos do Norte” que ele via o futuro da Amazônia, pois esses seriam capazes de sobrepujar os estrangeiros que tentassem se estabelecer nas terras dos seringais (CUNHA, 1966, 1994; FREYRE, 2011). Porém, para isso, nas palavras de Freyre, era preciso que “o engenheiro amparasse, sob o comando de um governo consciente de sua missão, aqueles bravos, na sua obra de integração da Amazônia ao conjunto nacional brasileiro; e os amparasse pondo-os em intimidade permanente com o resto do país “através de comunicações fáceis”: além de estradas de ferro, “a aliança das ideias, de pronto transmitidas e traçadas na inervação vibrante dos telégrafos” (CUNHA, 1966, p. 23). Vale lembrar que a questão principal à época era como conduzir o processo de miscigenação de forma a garantir o progresso social, econômico, cultural do país.

Não restam dúvidas de que esse escritor marcou a constituição do pensamento e da intervenção sobre a região ao longo de todo o século 20. Sua presença na Amazônia ocorreu durante a expedição por ele coordenada para a demarcação das fronteiras entre Brasil e Peru, no estado do Acre, em 1904. Porém, mesmo antes da expedição já escrevia sobre a região e indicava que pretendia elaborar seu “segundo livro vingador”, movido pelo desejo nacionalista, onde desconstruía o ideário idílico que mantinham vivificados os discursos sobre uma Amazônia mitológica e sem nacionalidade (CUNHA, 1994; VENTURA, 1993). O brilhantismo da obra *Os Sertões*— lançada no final de 1902 e já um grande sucesso em 1904 —, assegurava um lugar de destaque para esse expedicionário, que se considerava um “Jeremias” daqueles tempos¹⁰⁵, fazendo provável alusão ao fato de fazer denúncias sobre o seu próprio povo¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Carta a Coelho Neto, escrita em Manaus em 10/03/1905 (CUNHA, 1994).

¹⁰⁶ Jeremias (665-586 A.C.) foi um profeta da mitologia hebraica que pregou contra os pecados de seu próprio povo, prevendo a ira de Jeová sobre os mesmos.

Euclides foi nomeado chefe da comissão brasileira, que tinha por meta realizar um reconhecimento cartográfico da cabeceira do rio Purus, durante a qual escreveu muitos artigos sobre diversos aspectos da vida local, indo além de sua missão de mediador de conflitos e demarcador de fronteiras (LEÃO, 1966). Os registros dessa expedição estão dispersos em forma de correspondências diversas, em relatórios, em mapas cartográficos, em prefácios de livros, artigos de jornal, livros e depoimentos¹⁰⁷. Rumo à Manaus, Euclides passou algumas horas por Belém, aos 26 de dezembro de 1904, no museu paraense de História Natural¹⁰⁸ em companhia do zoólogo Emilio Goeldi (1859-1917) e do botânico Jacques Huber (1867-1914)¹⁰⁹. Fora uma mediação importante, já que era o momento em que o escritor ainda estava vendo a região pelo olhar dos outros (SANTANA, 2000; VENTURA, 1993). Aquela cidade de ares modernos contrastava com os relatos dos escritores e viajantes europeus e também brasileiros sobre a incapacidade de “civilização” na Amazônia. Nas palavras de Ventura (1993, p. 44), após esse contato com os estudiosos e depois da leitura de textos de Huber, é como se para Euclides, “o rio se converteu em ‘mundo maravilhoso’, que estimulava a imaginação e a expressão artística. ‘Última página’ do Gênese, a Amazônia se oferece ao homem como livro aberto à decifração, cuja escrita ainda não se completou”.

Mas, ao apresentar a situação da fronteira, ele informou: “o destino oscila entre extremos invariáveis: ou a extinção completa da nacionalidade, suplantada pela numerosa população adventícia que assume todas as modalidades [...], ou um desdobramento heroico para o futuro, uma entrada atrevida na Amazônia” (CUNHA, 1994, p.6). No livro *Um paraíso perdido*, que reúne artigos escritos por Euclides sobre a Amazônia¹¹⁰, o apresentador da obra, Leandro Tocantins diz que “Euclides encontrou um outro Brasil que ele fixa em palavras e imagens, como se fosse um escultor, um pintor, a quem não faltasse o generoso solidarismo social. Um novo Brasil em que a mestiçagem étnica afirma a presença do homem e sua vitória sobre o meio” (CUNHA, 1994, p.12). E realmente, as palavras de Euclides configuraram a visão sobre a Amazônia, servindo como uma espécie de imagem oficial do “paraíso perdido”, “terra sem História” e “à margem da história”, frases de sua autoria e nome de um dos seus livros.

¹⁰⁷ No site da Academia Brasileira de Letras alimenta uma plataforma com a produção acadêmica, as fotografias, correspondências, etc., de Euclides, e também referências de outros materiais produzidos sobre a sua obra. O material específico da missão ao Purus encontra-se no Arquivo do Itamarati e pode ser consultado as referências nesse link: <<http://www.euclidesdacunha.org.br/>>. (Acesso em 29 abr. 2015).

¹⁰⁸ Atual Museu Paraense Emilio Goeldi.

¹⁰⁹ Para a biografia resumida de Goeldi e de Huber consultar o site do Museu Paraense Emilio Goeldi (<<http://www.museu-goeldi.br/portal/content/biografias>>. Acesso: 29 abr. 2015).

¹¹⁰ Os artigos foram publicados até 1909, principalmente como correspondências ao jornal supracitado, e virou um livro apenas em 1986.

Suas teses, nos diversos artigos escritos nessa expedição à região do Alto Purus permitem visualizar seu envolvimento/engajamento na questão principal da época, qual seja, a brasilidade do Brasil, também vistos na obra *Os sertões*. Sua obra pode ser considerada basilar como “mito (re)fundador” que inaugura a intervenção estatal no período republicano. Inúmeras ações políticas decisivas foram tomadas a partir dos escritos sociológicos e literários e das propostas de Cunha, desde os acordos do tratado de Petrópolis – que incorporou o estado do Acre ao Brasil e não à Bolívia – até investimentos em saneamento, saúde, educação e transporte na Amazônia. Não que Euclides tenha conseguido romper com toda uma tradição de escritos oriundos da colonização e com os mitos sobre monstros e perigos, mas seus discursos e a sua missão trouxeram ou mesmo já indicavam um contexto de transformações, que se fortaleceu ao longo daquela metade de século. Isso coincidiu com certa ânsia por interpretações nacionais, e, nada mais coerente que o olhar de um dos autores considerado o mais brasileiro dos brasileiros para fazê-la.

Enquanto que seus textos sobre fronteiras e história dos países baseavam-se em fontes escritas, a descrição das situações locais que Euclides fez baseou fundamentalmente em observação e conversas. Isso, por um lado, tornava vulnerável a “cientificidade” de suas constatações, em contrapartida, tornava seus escritos repletos de sua experiência, memórias de quem viu, de quem esteve lá nos interiores, tanto da Bahia quanto da Amazônia. Daí derivou certa força política e interpretativa de sua obra, justamente por descrever e interpretar o ainda desconhecido, o não relatado, mas que fora visto e muito bem registrado em diários e anotações, em cartas a particulares, etc. (VILLAS BÔAS, 2004 *apud* NICOLAZZI, 2010). Ao narrar os tempos e espaços distantes, Euclides produziu as imagens de que a ruptura temporal entre *sertão* e *litoral* poderia ser desfeita no futuro, sendo necessário acelerar o tempo do *sertão*, fazer com que os personagens atrasados, sejam os jagunços ou os seringueiros, avancem e se reorganizem. Como lembrou Nicolazzi, o hiato entre sertão e litoral era também um corte entre civilização e barbárie. O futuro poderia ser acelerado nesses espaços longínquos pelo processo de transformação tanto das condições físicas do ambiente, de seus isolamentos, e principalmente das condições morais arcaicas que colocavam os sertanejos como prisioneiros em sua própria pátria.

Ventura (2012) considera que o conjunto dos escritos de Euclides revela a imagem central de deserto, tanto para a Bahia quanto para a Amazônia; deserto esse que significava o isolamento e a ocupação rarefeita. Ventura completa:

É o vácuo, é o hiato, a elipse, o parêntese. Terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie, da incultura. Paragem desolada e sinistra que os viajantes evitavam e que os cartógrafos excluía de suas cartas. A primeira parte de *À margem da história*, com os ensaios amazônicos, tem justamente o título de *Terra sem história* (VENTURA, 1993, p. 44).

A figura do sertanejo era muito similar, na Bahia e na Amazônia, um “expatriado em sua pátria” que beiravam o limite da brutalidade. Porém, Euclides via os seringueiros com mais simpatia e, por meio de reportagens em jornal de Manaus e do Rio de Janeiro, denunciou a exploração dos trabalhadores nos seringais organizada por um esquema criminoso que aprisionava sem muros, pelo endividamento dos trabalhadores (VENTURA, 1993). Mas, além da denúncia da exploração social, Euclides tinha por missão pessoal desfazer os mitos alimentados pelos cronistas e viajantes europeus, seja da exuberância extrema seja da condição inóspita da Amazônia, acusando-os de usarem a cartografia para enganar¹¹¹. Ele mesmo declarara a seu amigo Coelho Neto, em março de 1905, três meses após seu desembarque em Manaus: “num livro, *Um paraíso perdido*, [...] procurarei vingar a Hiléia maravilhosa de todas as brutalidades que a maculam desde o século 17. Que tarefa e que ideal!” (CUNHA, 1994, p. 227).

Ao perceber, denunciar e “vingar-se” das imagens e discursos que “maculavam” a Amazônia, Euclides apontava que algumas áreas nas margens estavam vulneráveis à ocupação por estrangeiros, que era preciso planos de integração à nação e encaminhar esses espaços e populações ao desenvolvimento e progresso. E ele não estava sozinho. Em paralelo, e com algumas atividades concomitantes – colaboração em uma revista do colégio militar –, o General Rondon construía um vasto trabalho nesse processo de interiorização, integração e de desvelamento dos sertões da Amazônia. Seus principais trabalhos giraram em torno da construção de linhas telegráficas, entre os anos de 1900 e 1915 que, como se referiu o biógrafo Coutinho, mas foi muito mais do que um trabalho de engenharia:

Ao mesmo tempo, a Comissão realizou uma série enorme de verificações e descobertas científicas, desvendando os segredos dos pantanais, executando estudos geográficos, fazendo determinações precisas de coordenadas de pontos que poderiam servir de base a futuras operações geodésicas, assim como efetuando classificações na flora e na fauna. Como resultado, a vastíssima região do sul do Mato Grosso, após

¹¹¹ Já nos ocupamos anteriormente em apresentar alguns dos principais relatores da Amazônia, e Euclides, em diversos textos, fez questão de elencar suas críticas aos viajantes que produziam mitos sobre a região. Afirmou que o mito do *Eldorado* deslumbrante surgiu da fantasia de Walter Raleigh, e que as “paragens lendárias” são produtos da imaginação de Acuña e dos companheiros de Orellana. Por outro lado, elogiou o trabalho cartográfico de La Condamine (CUNHA, 1994 [1898], p. 21). No texto *Peru versus Bolívia* (CUNHA, 1970 [1907]), Euclides, referindo-se à cartografia peruana, acusa alguns desenhistas e cronistas (Abraham Artelius, Joan Martins e outros) de produzirem falsos mapas, indicando acidentes geográficos inexistentes, terras ermas e amplas cheias de seres anormais e extravagantes, valendo-se da cartografia para enganar.

esses seis anos de penetração da Comissão Rondon, torna-se uma das maias conhecidas do território nacional, não só sob o ponto de vista cartográfico, como também quanto à população, riquezas naturais do solo, capacidade de produção, recursos e vias de comunicação (COUTINHO, 1969, p. 78).

E realmente, a biografia de Rondon, apesar de inúmeras críticas, é repleta de exemplos de certa sensibilidade pessoal com a questão da exploração e massacre dos indígenas que aconteciam naqueles “sertões” – embora esse olhar para as formas de integração do indígena à nação também estava em ampla discussão, não havia consenso, e em Rondon ocorreu uma espécie de síntese das ações de integrar, separando, para civilizar. Em diversas vezes, durante o trabalho de construções de infraestruturas interveio em ações de ataques contra os indígenas, dirigindo denúncias acerca da exploração, da miséria, do desalojamento, etc., fazendo também um levantamento das terras que estavam tendo mais conflitos, demandando a formalização do direito de propriedade aos grupos indígenas, etc. Como se referiu Coutinho (1969, p.79):

Estavam sendo *caçados* e exterminados por um ‘coronel’ porque matavam – para comer – reses de uma fazenda. Só à custa de energia, pertinácia e paciência, foi possível obter do Govêrno que reprimisse tais caçadas. Mais difícil foi convencer o chefe sertanejo de que suas proezas eram assassínios execráveis...(COUTINHO, 1969, p. 79).

Devido a isso, Rondon, considerado o civilizador dos sertões – título criado pelo IBGE em 1939 – tinha êxito, pois propunha não a matança como os demais bandeirantes, mas a transformação dos grupos:

Aprendendo a plantar e a criar, iam deixando aos poucos, aquelas tribos visitadas pela Comissão Rondon, a vida nômade de caçadores, por terem junto de casa tudo quanto necessitavam para a subsistência; e só retornariam aos hábitos antigos episódicamente, mas não obrigados por nenhuma necessidade. Habitando-se, assim, à fixidez de residência, ficariam cada vez mais em condições de receber a influência civilizadora, amizade, proteção e conselho dos brancos; e, passado algum tempo, receberiam Rondon não com flechadas, mas com palavras de louvor: (Nosso chefe chegou/O grande chefe borôro) (COUTINHO, 1969, p. 92).

Rondon também utilizava o trabalho indígena, e o aproveitou para o sucesso das missões, porém, tinha essa sensibilidade e fez algumas ações que tornaram a expedição, que era de finalidade técnica, em algo mais – sendo amplamente funcional às práticas de governo do Estado –, o que lhe rendeu uma biografia heroica, de espírito humanitário, tendo ele recebido muitas premiações, sendo até mesmo sugerido como candidato ao prêmio Nobel da Paz, em 1957. Ele participou da famosa expedição de Theodore Roosevelt à Amazônia, entre 1913-1914, que traria mais conhecimentos cartográficos, botânicos, hidrográficos, antropológicos,

etc. Às suas atuações atribui-se a criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (1939), que passou a direcionar algumas políticas indígenas específicas. Enfim, uma biografia singular, sendo que o nome do Estado de Rondônia é uma homenagem ao Marechal; tornou-se algo como uma vitrine ou um modelo a ser mostrado na televisão, sendo célebre seu aforismo: “Morrer se for preciso, matar nunca!”.

Se, enquanto no debate acadêmico da época e nos “lemas” do governo e sertanistas, discutiam-se as possibilidades de integração do indígena para a constituição da nacionalidade brasileira, movimentando as principais teorias racialistas, nos interiores, a matança seguia bastante naturalizada. Todas as justificativas anteriores de ausência de alma, desumanos, antropófagos, violentos, vagabundos, etc., ou as dos direitos de propriedade (ainda) funcionavam muito bem. Os massacres legitimados continuaram frequentes na região do Xingu no século 20, conforme descrito em historiografia local (SANTANA, 2007) e em relatos de interlocutores idosos que tiveram pais ou avós “matadores de índio brabo”, com os quais conversei.

O livro de Santana (2007) está repleto de relatos odiosos de lutas, de mortes, de raptos de mulheres e crianças que parecem muito com os mitos contados na região nos séculos anteriores sobre a animalidade dos indígenas, a preguiça, a selvageria. No capítulo 5 desse livro, intitulado *Índios, uma história sangrenta*, conta o autor que os “a tribo dos Kayapós se constituiu obstáculo para a ocupação”, tendo o autor muita sorte de não ter tido familiares mortos nos ataques. Ele informa que esse grupo vivia recuado nas matas, e os casos de luta com brancos antes da fase de crise da borracha foram poucos. Porém, depois da crise, com a queda demográfica os “beijões” – como são comumente chamados – começaram a atacar.

Segundo o narrador, os pontos preferenciais eram barracas com mulheres e crianças: “Quando muito pequena a criança era brutalmente assassinada [...]; quando maior de cinco anos de idade era levado para a aldeia do grupo raptor: sendo criado naquele ambiente de selvageria. Tornando-se adulto, acabava sendo chefe de grupos Kayapós”. Daí ele relata um grande ataque que ocorreu em 1937, na cidade de Nova Olinda, chefiado por um desses brancos que foram raptados quando adolescente. Segundo Santana, nesse ataque, o branco chefe pediu paz e se instalou na cidade com 818 índios: mas eram muito preguiçosos “que por plena convicção são inimigos do trabalho”, e comiam demais, devastando as lavouras. Os moradores da cidade, depois de verem que não conseguiam alimentar tantos indígenas, foram para São Félix do Xingu e acionaram também o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e missionários para dar solução ao problema, que não foi encontrada.

Juntam-se a essas narrativas, tidas como verídicas, as lendas populares. É interessante notar como em São Félix do Xingu há um entrelaçamento entre umas e outras remetendo aos indígenas. Assim explicou Santana sobre a lenda do capelôbo:

Até a década de 1950, era geral o comentário que o capelôbo era uma transformação (ou uma metamorfose) do índio quando ficava muito velho. E assim, diante das ocorrências de presença daquele monstro canibal, o mesmo era identificado como três nomes: capelôbo, curupira e pé-de-garrafa¹¹². Dando-se destaques para as mutações e metamorfoses que o capelôbo é transformado de índio velho, temos tradicionalmente que a transformação ocorre apenas com o índio homem e não com a mulher índia [...]. Quando um índio velho virava um capelôbo, aquela aldeia ficava muito prejudicada; diante daquela situação, os caciques adotaram medidas sentenciosas: quando um índio ficava muito velho era exterminado a pauladas pelos guerreiros daquela tribo, com exceção da índia mulher (SANTANA, 2007, p.112).

Ao longo desse trecho do livro, Santana data, nomeia e localiza lugares e pessoas que viram ou foram vítimas de algum monstro desse tipo¹¹³, descrevendo até mesmo cenas de antropofagia. Finalizando sua narrativa – depois de questionar que tipos de coisas podem ainda estar escondidas naquelas matas e buracos de grutas do Xingu – com a expressão: “Este modesto historiador, também afirma com fidedignidade, que nas florestas e águas da grande região do Xingu também existe dois grandes mitos, o capelôbo e a boiuna, ‘não é utopia, não é produto da fantasia’! Sim é produto da realidade” (SANTANA, 2007, p.114).

Para não ficar apenas com os relatos desse historiador regional, e perceber como essas mesmas narrativas também atravessaram os discursos militares posteriores, podemos tomar o texto de Renato da Silva (1970), escrito em cooperação com a Força Aérea Brasileira (FAB) e publicado pela Biblioteca do Exército em 1970, sendo considerado um manual de sobrevivência na selva. Nesse manual, referindo-se aos Caiapós, enuncia¹¹⁴:

Em seus ataques, tocaias sinistras ou mesmo quando sondam o inimigo, dificilmente deixam rastros! Na impossibilidade de apagar os rastros, dada a urgência de uma fuga, despistam, correndo de costas, levando assim ao êrro os que lhes vão no encalço, tomando a direção oposta! Ou então, quando são muitos, apóiam-se sòmente nos calcanhares, levantando os dedos dos pés. No rasto tão pequeno deixando pelo primeiro índio caiapó, todo o resto passará, repisando-o, deixando, no chão, uma

¹¹² “Capelôbo e curupira é da língua Tupi-Guarani, que traduzido para o português têm o seguinte significado: capelôbo é um homem coberto de com longos cabelos; curupira tem o calcanhar para frente os dedos para trás. Pé-de-garrafa é termo vernáculo regional que significa um rastro em forma de fundo de garrafa” (SANTANA, 2007, p.112)

¹¹³ Exemplos de ocorrências: Morro do Bicho, 1903, onde um capelôbo tentou devorar um seringueiro chamado Manoel Bandeira; barracão Porto Alegre de propriedade de Constantino Ferreira Viana (o patrão de barracão que trocou duas viúvas – de maridos vitimados por malária – por sacos de farinha), 1917, onde foi devorado por um capelôbo o seringueiro Pedro Santiago de Oliveira; e mais dois casos ocorridos nos anos 1940, onde só houve aparição, mas os seringueiros Inocêncio Pereira da Silva e Rozeno Alves de Oliveira, moradores de São Félix do Xingu, conseguiram fugir e fazer os relatos (SANTANA, 2007).

¹¹⁴ Utilizarei sempre a grafia do texto original, não fazendo atualizações, acompanhando assim as variações.

rodela do tamanho do fundo de um copo. O que deu margem à lenda do “bicho-garrafa”, tão temido entre os crédulos sertanejos (SILVA, 1970, p. 251).

Explicando os rastros, o autor retoma diversas dessas narrativas contadas localmente, dando uma explicação da estratégia de guerrilha dos indígenas, e aproveita para abrir um hiato ou vácuo, que produz margens, sobre a antropofagia (que só seria preenchido com o conhecimento minucioso de todos os grupos), continuando um jogo de perguntas e respostas que compõem parte do livro, o autor pergunta:

Existem ainda, no Brasil, índios antropófagos? [...]. Certos índios do Brasil ainda levam, realmente, partes do corpo de suas vítimas, mas não são para devorar e sim como troféus de guerra! Como são as cabeças para os Jívaros do Alto Amazonas [...]. Atualmente, as tribos conhecidas não devoram seus inimigos, porém, como ainda existem na Amazônia índios cujos costumes se ignoram, é possível que alguns dêles ainda pratiquem o antropofagismo! (SILVA, 1970, p.252)

Essas narrativas e acontecimentos sempre legitimaram o assassinato de indígenas, tornando-se famosos aqueles que conseguissem “abater” o maior número desses. Porém, embora esses assassinatos tenham continuado, muitos deles promovidos pelos governos locais (logo, representantes do Estado)¹¹⁵, outras ações promovidas pelo mesmo Estado aconteceram. Ainda em 1943, e como herança dos trabalhos de Rondon, uma das ações mais importantes direcionadas para a região do rio Xingu, embora atingisse mais diretamente o Mato Grosso, foi a famosa Expedição Roncador-Xingu. Essa era parte do Programa Marcha para Oeste, promovido pelo governo Vargas, na qual participaram os irmãos sertanistas Villas Boas. Sendo considerada a epopeia brasileira do século 20, pois fez algo como a abertura do Brasil central à colonização, produzindo para isso uma densa massa de informações e imagens sobre os territórios e populações xinguanos. Um dos resultados diretos foi a criação do Parque Nacional do Xingu, em 1961. Nessa expedição participou um dos que se tornaria, um pouco depois, o principal sertanista da região do médio e baixo Xingu, Francisco Meirelles.

¹¹⁵ Apenas para se ter uma ideia da naturalização do extermínio recente de indígenas, em 1961, um breve relato envolvendo políticos locais paraenses: “Os índios Xikrin mataram garimpeiros no rio Xingu, nas proximidades de Altamira. O prefeito da cidade anunciou a formação de um grupo armado para matar esses índios, caso não houvesse providências do governo federal” (ROCHA FREIRE, 2008, p.100). Diante disso, apesar dos poucos recursos, Francisco Meirelles organizou uma expedição de pacificação e foi procurar indígenas de diversas tribos próximas. E os trabalhos de Meirelles continuaram, sendo que, entre 1964 e 67, durante o governo de Jarbas Passarinho, Meirelles iniciou uma investigação sobre tentativa de ataques indígenas ao destacamento da Aeronáutica na Serra do Cachimbo. As investigações do sertanista provaram que se tratava de um grupo pacífico que tentava contato com a base militar, mas que foram rechaçadas a bala e sobrevoado de avião. Meirelles explicou que os militares entendiam que aquele contanto era “prenúncio de um ataque indígena de maior vulto ou temendo pela presença de guerrilheiros na área – havia quem dissesse que Che Guevara estava lá” (ROCHA FREIRE, 2008, p. 101).

Conforme assume Santana (2007, p.55), esse sertanista “conseguiu dominar um grande grupo de Kayapós, que estavam aldeados no divisor de águas do Xingu e Iriri”. Meireles atraía indígenas recentemente contatados e levava-os para outras áreas, livrando-os de conflitos com os seringalistas. Porém, embora suas ações fossem humanistas e indicavam a boa vontade, ele também não contava com amplo apoio daqueles que poderiam efetivamente ajudar e, a maioria dos indígenas “resgatados” terminava morrendo nesses aldeamentos, seja de doenças, de fome, falta de espaço, etc. A falta de apoio pode ser vista, por exemplo, pelo fato de que “durante a década de 50, os jornais do Pará eram veículos dos interesses dos seringalistas, produzindo matérias que desqualificavam os agentes indigenistas (Cícero Cavalcanti, Telésforo Fontes, Gama Malcher, etc.)”, e também sempre ocultavam as denúncias de assassinatos praticados pelos seringalistas e fazendeiros, e superdimensionavam quando as mortes eram causadas pelos indígenas (ROCHA FREIRE, 2008).

Essa fora uma época em que se lançavam novos focos de luz a todos os “interiores e sertões” do país e, para o caso específico da região, os enunciados do “medo de perder” e da “vontade de transformar” foram utilizados como dispositivos de gestão das populações e dos territórios. A bibliografia sobre a região nas próximas décadas começou a inventariar as possibilidades da internacionalização da Amazônia, e dos perigos da mesma estar sendo ocupada por estrangeiros. Embora isso não fosse novo, como afirma Aragão (1989), pois desde pelo menos desde 1850, Estados Unidos, França e Inglaterra vinham questionando o abandono da região com argumentações de que a mesma era importante ao progresso da humanidade e que o Amazonas deveria ter navegação internacional livre, algumas argumentações só vieram se intensificar na passagem de um século para o outro, especialmente após o início do período republicano. Porém, as duas grandes guerras vieram a modificar algumas dinâmicas de integração, sendo que, conforme ponderou Leandro Tocantins, a produção de borracha ganhou um impulso para a economia guerreira pela relevância estratégica do látex às dinâmicas bélicas. Mas, logo ao final das guerras, a economia nacional, que até então esteve quase sempre direcionada ao exterior, tornava-se cada vez mais nacional e gradualmente se encaminhava para o Oeste e Norte, algo como um neocolonialismo interno, dada às características de subordinação ao desenvolvimento econômico do Sudeste, especialmente do polo industrial de São Paulo (TOCANTINS, 1982), que também se justificavam pelos perigos da ocupação estrangeira.

Rodrigo Medeiros (2012), que fez uma imersão profunda nos discursos da “internacionalização da Amazônia”, elaborou uma instigante tese que vai desde o período colonial até o presente¹¹⁶. Para o autor, a internacionalização da Amazônia é:

Uma referência narrativa que nomeia práticas e orienta ações para o *governo* (e a criação) do *território amazônico* e de *pessoas*. Isto é, trata-se de referência narrativa que define *práticas territoriais*. As narrativas históricas, políticas, midiáticas e militar-administrativas brasileiras e estadunidenses acerca da **Amazônia** creem e querem fazer crer que há uma continuidade natural no transformar do *território amazônico* em algo **útil** de acordo com seus próprios desígnios [...]. Isto é, a **internacionalização da Amazônia** é uma porta para acessarmos de que modo são instituídos *governos* para o *território* da Amazônia [...]. Na perspectiva desta tese, são narrativas históricas, midiáticas e técnico-burocráticas que tecem práticas territoriais. É justamente a invenção de *territorialidades* específicas que dá concretude às narrativas acerca da **Amazônia** e de sua **internacionalização**, edificando posicionamentos de todos os matizes políticos (MEDEIROS, 2012, p. 13–14,17,23).

Para os objetivos dessa tese interessam outras narrativas, e não necessariamente a “internacionalização”, embora desse termo não se possa fugir quando se analisa a constituição de discursos e imagens sobre a Amazônia ao longo do século 20. Assim, após o período de guerras, diversos trabalhos foram publicados indicando a preocupação, não mais com as fronteiras geográficas entre países vizinhos, mas com as “invasões” de estrangeiros no interior da floresta. Um desses textos, bem conhecido, foi o livro do jurista, cientista social, historiador, sociólogo e ex-governador do Amazonas Arthur Reis (1965 [1960]), intitulado *A Amazônia e a cobiça internacional*, onde ele chama a atenção para como os estrangeiros ocupavam diferentes partes da Amazônia (Imagem 26). A partir de um estudo historiográfico das diversas viagens

¹¹⁶ Perseguindo o fluxo dos discursos, Medeiros demonstra como, em cada época, tanto eram construídas narrativas singulares quanto eram retomadas fragmentos de discursos e imagens anteriores, sempre favoráveis às diferentes formas de lidar com o território amazônico, possibilitando a composição cronológica de pelo menos cinco divisões históricas, a saber: “(1) período colonial (1530-1822), momento em que arranjos políticos se coadunam com ações de expansão territorial para assegurar a posse de terras no rio das Amazonas e na América Meridional para a Coroa Portuguesa; (2) Império e primeira República (1822 – 1930), acordos internacionais tendem a consolidar a posse e estabelecer os confins (consolidar as fronteiras) por meio de tratados bilaterais (entre as repúblicas vizinhas e o Brasil), ao mesmo tempo em que internamente se busca evitar motins políticos para se manter a unidade territorial; (3) período que abrange a revolução de 1930 (Estado Novo de 1937) e o período democrático-populista (1945-1964), momento de intensificada institucionalização do território amazônico (definição em lei da Amazônia Legal, Plano de Valorização Fiscal para a Região Amazônica, criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA; para ficar apenas em alguns exemplos), ou seja, momento em que se procura integrar o território amazônico à dinâmica socioeconômica do Sul-Sudeste do país, procurando tornar a Amazônia útil ao progresso do país; (4) período militar (do golpe de 1964 até a redemocratização em 1985), desenvolver para garantir a soberania, a segurança nacional, sintetizado no *slogan* “integrar para não entregar”, dentro de uma doutrina de uma *geopolítica desenvolvimentista* (período intenso de regulamentação governamental para a região); (5) redemocratização (desde 1985), a Constituição Federal de 1988 inaugura período de crescente visibilidade, mesmo que precária, lenta e com idas e vindas, de atores sociais marginalizados no processo de tomada de decisão do Estado, tais como movimentos sociais, povos indígenas, seringueiros, trabalhadores rurais, ribeirinhos, sindicatos de operários, camponeses sem terras e atingidos por empreendimentos de grande porte, intelectuais-ativistas em ONGs, além disso crescente democratização e profissionalização de serviços prestados pelos Ministérios Públicos estaduais e federal, além de defensorias” (MEDEIROS, 2012, p. 35).

científicas ou missionárias, projetos e programas internacionais ou mistos realizados em diversas partes da região, o autor vai questionando se realmente cada um dos visitantes era movido apenas pela curiosidade ou outros sentimentos solícitos para com o Brasil, ou se outros interesses catalisavam os intensos movimentos empreendidos por não-portugueses desde a época colonial.

Para Reis, além de outras vias, os institutos de pesquisas e viajantes “curiosos” (ingleses, franceses, holandeses, estadunidenses) escondiam propósitos de dominação sobre a região. Era preciso urgentemente, em sua opinião, a intervenção nacional sobre uma Amazônia “percorrida por legiões de homens de ciência, disputada desde há quase quatro séculos”, que precisava ser vista por olhos brasileiros, pois esses ainda não tinham tomado consciência de si próprios. Voltando a sua atenção para as questões demográficas com o fim de direcionar o seu próprio projeto para a Amazônia, o autor conclui:

A Amazônia constitui, por decisão do Congresso Nacional, ao fixar a área em que seriam investidos anualmente três por cento da renda tributária, quando a ampliou para incorporar aos benefícios da lei populações sub-desenvolvidas e espaços desérticos, dois terços do Brasil. Dois terços, atente bem para esses algarismos os nossos leitores: Pois esses dois terços da pátria permanecem em condições precaríssimas com apenas 3.500.000 habitantes. Os outros 56.500.000 do total da população do Brasil ocupam os restantes 1/3! Ora, esse quadro negativo não é ignorado lá fora. Dai o interesse que se constata à volta de sua sorte, de seu aproveitamento. As pressões demográficas, as pressões da fome, as pressões do interesse econômico em torno das matérias-primas regionais, podem conduzir a soluções profundamente humilhantes para o Brasil. Os perigos que rondam a Amazônia entram pelos olhos da cara. Não afirmamos sem fundamentos (REIS, 1965, p. 213).

Imagem 26 – Reprodução da capa do livro de Arthur Reis 2ª Edição, 1965 (detalhe para a forma de um olho que observa)



Fonte: Reis (1965).

Nesse mesmo período estava sendo gestada a doutrina da Segurança Nacional, responsável pela promoção da reorganização política no Brasil em bases autoritárias. Tencionava-se enquadrar o país em um modelo de expansão capitalista, no qual a função do estado passaria a ser, entre outras coisas, a de promover e assegurar a perenidade desse modelo político, construindo em torno de si um completo programa de ação, especialmente no período pós Segunda Guerra. A geopolítica passou a ser, então, algo como a ciência do projeto nacional, com inúmeras consequências para os rumos da Amazônia. Nessa época, o medo foi muito funcional às práticas de governo, especialmente o medo comunista, sendo que os meios de comunicação de massa foram amplamente utilizados para a difusão e articulação das práticas de governo (DOCKHORN, 2002). Nesse caso, o comunismo passou a ser tratado como uma possível invasão interna de práticas e ideias contrárias e prejudiciais ao regime político e econômico que se pretendia manter e fortalecer. Fluxo enunciativo esse que não esteve de maneira alguma distante da Amazônia, ao contrário, justificou amplamente as ações de

controle, pois lá, e principalmente lá, muitos “esconderijos” eram possíveis¹¹⁷, não sendo ao acaso que foi na região dos rios Araguaia e Tocantins que ocorreu a maior guerrilha brasileira de resistência camponesa do período militar.

Em 1970, também sob a égide desses conjuntos de discursos e propostas (ocupar, proteger, transformar, integrar – territórios, populações indígenas, mercados, etc. –, colonizar, modernizar, civilizar, combater o comunismo, etc.), as ações dos governos militares foram intensificadas na região. Um certo aprendizado sobre como viver, ou melhor, sobreviver e prosperar na Amazônia se difundia. Toda uma gama de novos conhecimentos e regras de segurança direcionadas aos possíveis novos visitantes, que viessem por via aérea – muito frequentes – em favor de sua própria segurança e vida, constituíram instigantes imagens e discursos sobre as populações e territórios amazônicos. Um exemplo foi o livro editado pela Biblioteca do Exército, publicado pelo jornalista e publicitário Renato da Silva *Amazônia: paraíso e inferno*. Considerado como a obra pioneira desse gênero para a região, foi o primeiro de uma série de textos sobre a Amazônia pela mesma editora naquele início de década. Esse começa com uma breve contextualização histórica, seguida de dicas sobre que tipos de vestimentas utilizar, como se comportar diante de animais ferozes ou peçonhentos, e dos indígenas, como se alimentar, como caçar, como nadar, etc., conta também lendas e mitos e desmistifica algumas afirmativas em uma série de perguntas e repostas. Ao final, reforça o papel do Exército e da Força Aérea Nacional no controle das fronteiras e explica que o conjunto de recomendações extremas e os controles rigorosos na região praticados por essas instituições se justificam por haver estrangeiros infiltrados realizando tráfico de recursos naturais “no Pará, [onde] grupos de contrabandistas disfarçados de ‘cientistas’ estrangeiros ‘pesquisam e trabalham’” (SILVA, 1970, p. 333).

Primeiro vejamos como foram produzidas as recomendações desse manual de sobrevivência na selva, a quem se destinam e quem delas não precisa fazer uso:

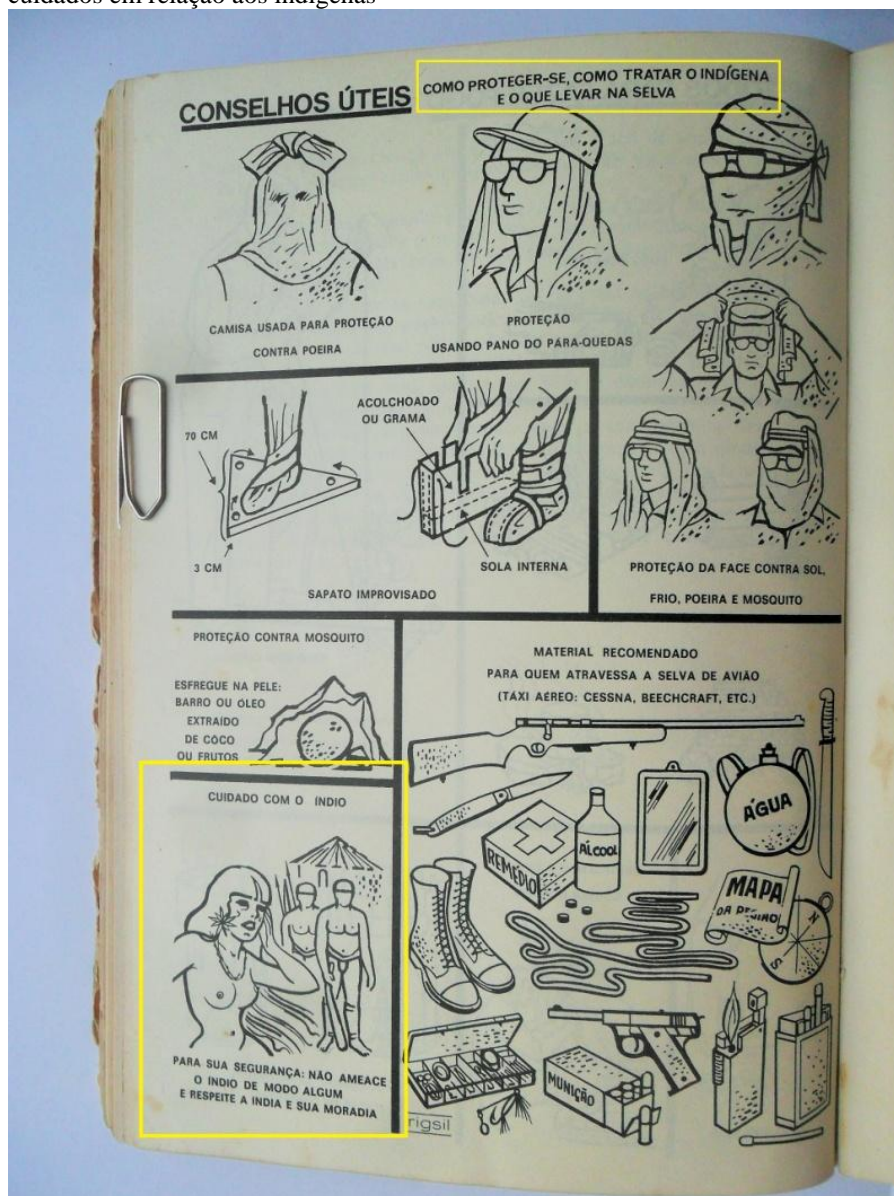
Os conselhos emitidos nesse livro baseiam-se nas experiências daqueles que da selva voltaram, nos dados fornecidos pelo SAR – Serviço de Busca e Salvamento, da FAB, e resultados de testes feitos nas selvas, durante a guerra, pela Força Aérea Norte-America. Êstes conselhos não servem para os experimentados sertanistas, nem para os valentes mateiros, seringueiros e caboclos, profundos conhecedores do nosso sertão.

¹¹⁷ Não surpreende, pois, que no texto que citaremos mais abaixo, de Marseno Martins (1971, p.153-155), ele tenha feito questão de relatar em detalhes o diálogo com uma mulher rondoniense que ele chama de “ideóloga” marxista a quem ele explicou “o que era materialismo dialético e outras observações” sobre Marx, Lenine, proletariado, etc. Além disso, conforme nota de rodapé anterior, o ataque de militares a grupos indígenas pacíficos foi justificado por suspeitarem da presença de comunistas e até da possibilidade de “que Che Guevara estava lá”, nas proximidades da Serra do Cachimbo (ROCHA FREIRE, 2008, p. 101).

Servem para os inexperientes que por força das circunstâncias se veem face a face com as agruras da selva bruta (SILVA, 1970, p. 31).

Após essas primeiras indicações, o autor segue informando o que se deve levar de bagagem e diversos materiais de sobrevivência e primeiros socorros, etc., e destaca: “ao encontrar índios, lembre-se: *índio não gosta de ameaças, é amigo de quem lhe dá presentes e... afaste-se das índias*. Cuidado ao brincar com a indiazinha; a índia casa cedo, a que é simples menina, para você, poderá ser a espôsa prometida de algum índio” (SILVA, 1970, p. 35). Em seguida faz um detalhamento sobre alimentos possíveis na selva, coisas que são venenosas, como e o que comer, como improvisar ferramentas e acampamentos, etc. (Imagem 27).

Imagem 27 – Conselhos para segurança. Detalhes para as anotações acima à direita e abaixo à esquerda sobre os cuidados em relação aos indígenas



Fonte: Silva (1970).

Mais ao final do livro, retomando a questão, fica notável que o problema dos indígenas é o contato com a civilização, ou, pelo menos, da forma que foi feita. Há uma evidente tentativa de indicar que, desde o ponto de vista do Exército, é necessário desconstruir mitos predominantes sobre os “selvagens puros (que não têm contato com a civilização)”, pois “o índio que ainda não entrou em contato direto com o civilizado é sadio, forte, como criança grande e alegre, brincando de viver” (SILVA, 1970, p.222). Por outro lado, os:

Índios que [antes] eram destemidos senhores de vasta região hoje agonizam, roídos por doenças, alcoolismo ou são eliminados pelos brancos [...], índios que no passado viviam serenamente, eram honestos, atualmente se degeneram. Crimes, roubos, antecipações sexuais, adultérios são hoje acontecimentos comuns em suas tribos. [...] Índios (como os Carajás) que em seu tempo de esplendor possuíam admirável destreza física [...], hoje são doentes, jogam, bebem... e roubam! (SILVA, 1970, p.223).

Assim continua o autor:

É certo que a sociedade precisa conquistar territórios, porém a ocupação deverá ser através do pacifismo, conforme era o sonho do grande sertanista Rondon. É preciso que etnólogos estudem a melhor maneira de incorporar o índio à nossa civilização, sem choques de culturas, sem prejudicar a independência do povo etc. A época da conquista à força já passou, e não se pode mais obrigar o índio, ao ter contato com a civilização e seus costumes, a assumir a posição de pária numa sociedade que não é a dele. O problema ainda existe, está à espera de urgente e inteligente solução pacífica, evitando que as poucas raças restantes desapareçam (SILVA, 1970, p. 223).

Mais adiante, fazendo uma descrição das guerras e combates indígenas, expressa:

Os ferozes caiapós (como identificação usam uma rodela de madeira no lábio inferior), combatentes terríveis que na verdade se chamam cralaús, compreendem a grande família formada pelos djorés, gaviões, paracanãs, gorotirés, curnatiras, surinis, craós, suiás, paracatiras e acás. Habitam zona imensa de Mato Grosso e Pará. Na região do Xingu, são os senhores absolutos da selva. Mesmo os temidos xavantes ficam muito atrás em ferocidade. [...] Embora algumas dessas tribos caiapós já tenham aceito o convite com a civilização, e por isso estão desaparecendo (como os craós, por exemplo, famosos por suas mulheres bonitas), grande parte deles distanciam-se, soberbos, de qualquer contato civilizado, seja este branco, mulato ou negro (SILVA, 1970, p. 251).

Continuando uma sequência de perguntas e respostas, no intuito de desfazer mitos, o autor trata sobre o Parque Nacional do Xingu, revelando um instigante projeto laboratorial:

O que é exatamente o Parque Nacional do Xingu? O Parque Nacional do Xingu é uma entidade vinculada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais. Trata-se de um dos mais interessantes laboratórios de pesquisas naturais do Brasil, quer pelo seu aspecto humano, quer pela sua condição privilegiada para o estudo da fauna e da flora. As populações indígenas, de origens geográficas e culturais várias, fizeram dessa região do Xingu um refúgio seguro, cuja posse o Parque lhes

garante. [...] São objetivos do Parque manter a população índia em sua cultura pura, e ao mesmo tempo preservar a fauna e a flora da região. Que também é rica em ouro, cobre, chumbo, cassiterita, diamantes, cristais de rocha, pedras preciosas etc. ‘O processo de integração do índio na sociedade moderna precisa ser lento, caso contrário o silvícola se tornará um marginal!’ São palavras de Orlando Villas Boas (SILVA, 1970, p. 253).

Se o indígena não pode entrar rapidamente para a civilização, não pode também viver indefinidamente afastado dela. Somente ingressando aos poucos e com método, na sociedade brasileira, êle será, no futuro, um elemento útil, produtivo e não um pária. No Parque, estabelecem um sistema de controle e vigilância. Preparam os silvícolas biológica e culturalmente para um futuro com a nossa sociedade (SILVA, 1970, p. 254).

E argumentando sobre São Félix do Xingu, e seus possíveis recursos minerais, afirma:

Que relação tem essa parte do Brasil com a frase: “o país que tem ferro não tem carvão, e o que tem carvão, não tem ferro”? Sempre se pensou assim, no entanto em São Félix do Xingu (Estado do Pará) existe uma particularidade que poucas vezes acontece no mundo: o ferro e o carvão se encontram juntos! Isso pode ser considerado como um régio presente do céu e representa privilegio do mais alto valor. [...] Existe ainda no Xingu um fato impressionante, pois, além de se encontrar ao mesmo tempo ferro e carvão, estão ambos na superfície do terreno, o que permite a exploração a céu aberto, mais econômica e mais fácil do que quando se é obrigado a usar galerias de minas! A Amazônia, ‘futuro celeiro do mundo’, bem administrada, poderá um dia pagar toda a dívida do Brasil e torná-lo um dos países mais ricos do globo. Isso se dará quando acabarem os costumeiros e comodistas argumentos: ‘muito distante’, ‘insalubridade’, ‘má qualidade do produto’ etc. (SILVA, 1970, p. 268).

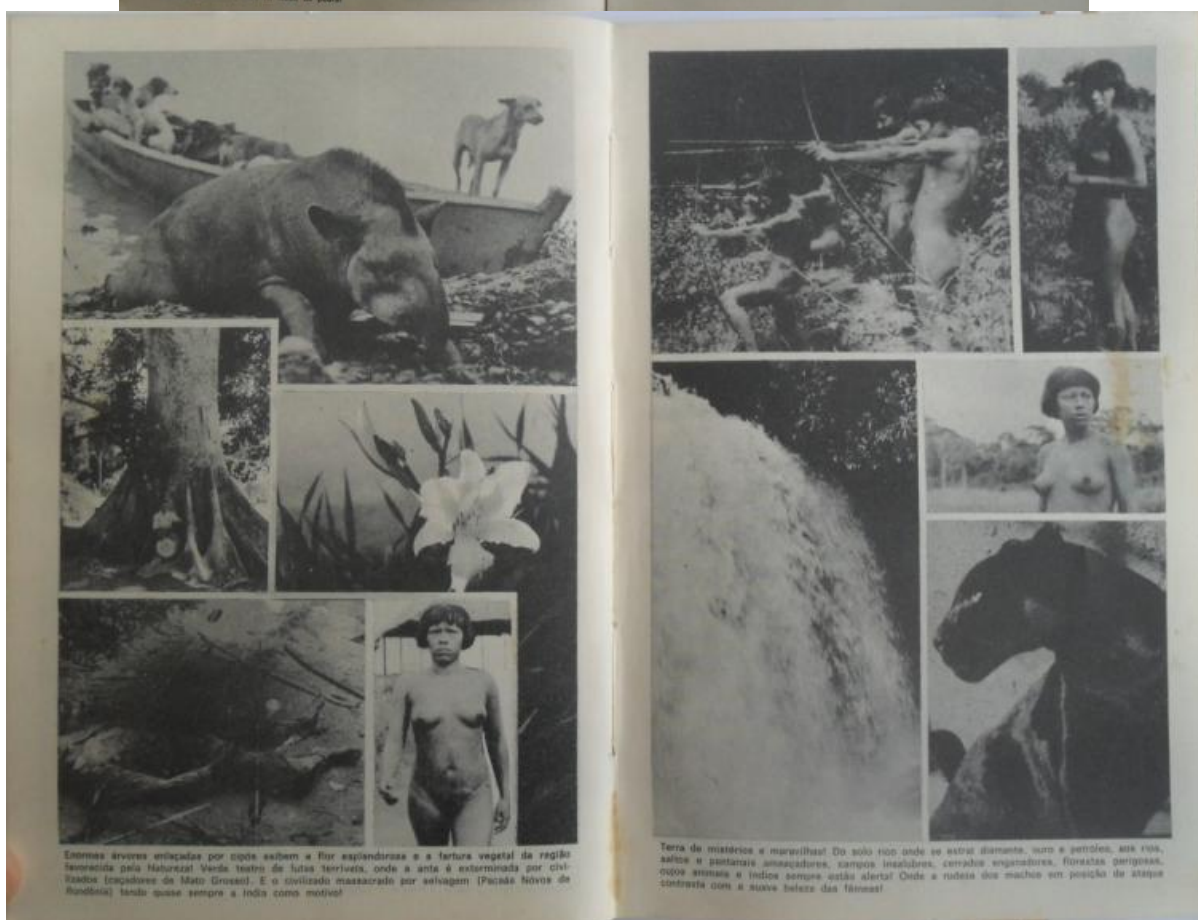
Há também um conjunto de fotografias que apresentam cenas exóticas aos olhos dos leitores, mostrando tanto fauna e flora quanto traços de relações sociais dos indígenas entre si e com os brancos (Imagem 28).

Imagem 28 – Ilustrações no livro de Silva (1970) mostrando indígenas, fauna e flora e a relação com os militares



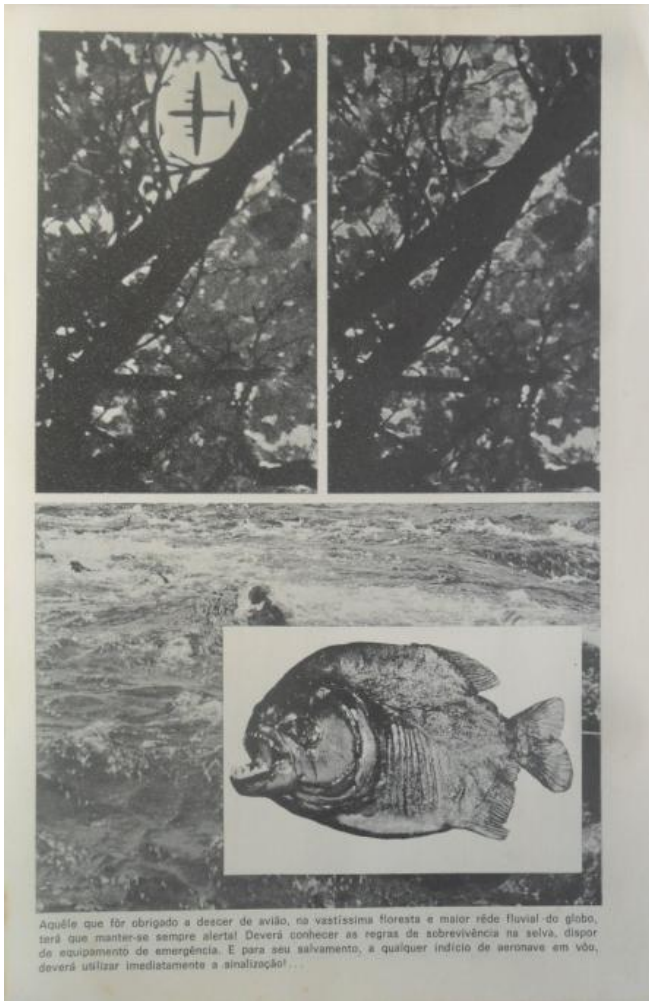
Representantes de algumas tribos indígenas, estendendo roupas. Em cima: um casal visitando o Posto Indígena Lacerda Villas Boas, descansa sob o char vigiando de São Carlos: outros três visitantes estrangeiros de povos primitivos, que vivem inteiramente nus (homens, mulheres e crianças) e vivem ainda na vida de pedra!

Dança do lutado, os índios do Xingu exibem a saúde perfeita de que são provedores, por não manterem contato com a civilização! Na foto menor: magros e desolados representantes de selvagens que se cercaram à fronteira branca e seus costumes, conservam intacta a linguagem rústica do selvagem para dentro!

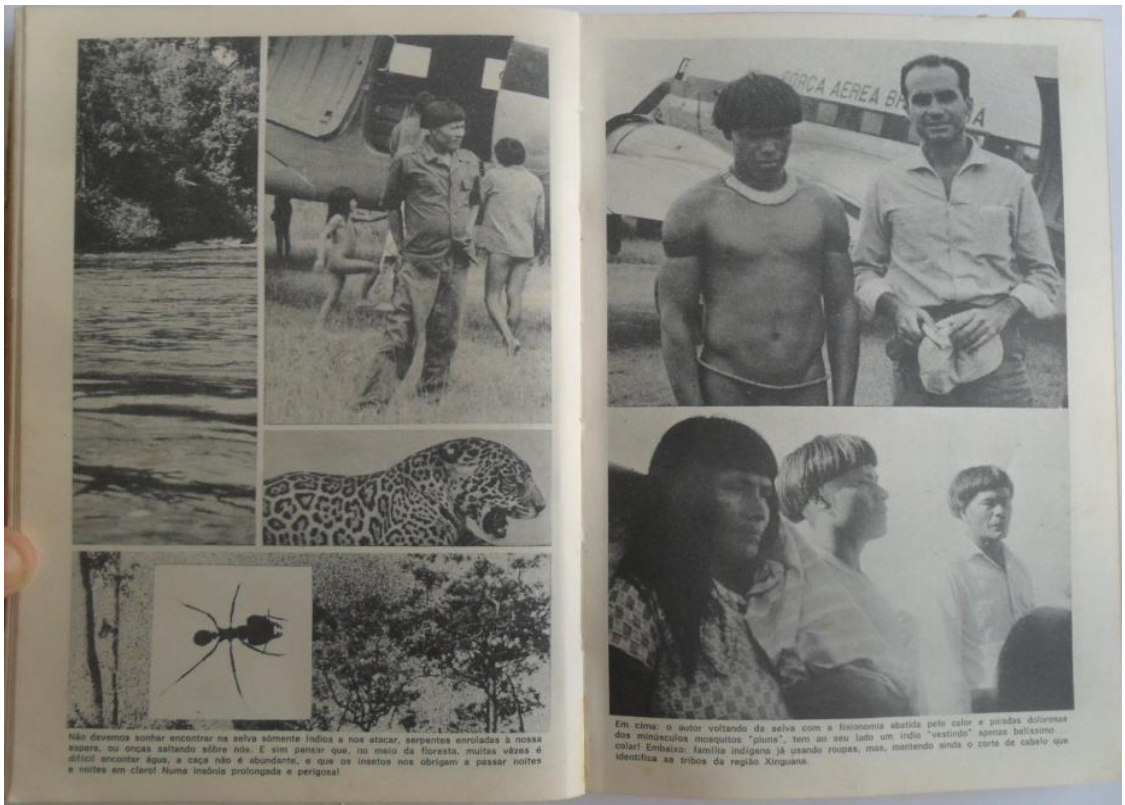


Enormes árvores entocadas por cipós exibem a flor esplendorosa e a fartura vegetal da região favorecida pela natureza! Vendo teatro de lutas terríveis, onde a anta é exterminada por civildões (capangas de Mato Grosso). E o civilizado massacrado por selvagem (Pensão letivos de Rondônia) sendo quase sempre a índia como moçuca!

Terra de mistérios e maravilhas! Do solo rico onde se extraí diamante, ouro e petróleo, até rios, açúes e pastagens amacalhadas, campos inundados, cercados, engradados, florestas parquês, oucos armados e índios sempre estão alertas! Onde a rudeza dos machos em posição de ataque contrasta com a suave beleza das fêmeas!



Aquêle que fôr obrigado a descer de avião, na vastíssima floresta e maior rede fluvial do globo, terá que manter-se sempre alerta! Deverá conhecer as regras da sobrevivência na selva, dispor de equipamento de emergência. E para seu salvamento, a qualquer indicio de aeronave em vôo, deverá utilizar imediatamente a sinalização!



Não devemos sonhar encontrar na selva adormidos índios a nos atacar, serpentes enroladas à nossa espera, ou onças saltando sobre nós. É sim pensar que, no meio da floresta, muitas vezes é difícil encontrar água, a caça não é abundante, e que os insetos nos obrigam a passar noites e noites em claro! Numa insônia prolongada e perigosa!

Em cima: o autor voltando da selva com a fisionomia aberta pelo calor e perdida autonomia dos minúsculos mosquitos "piuns", tem ao seu lado um índio "vestido" quase belíssimo... colar! Embaixo: família indígena já usando roupas, mas, mantendo ainda o corte de cabelo que identifica as tribos da região Xinguana.

Pelo exposto, o que começa sendo apresentado como um simples manual de sobrevivência na selva é bem mais que isso, pautando as principais questões da época relacionadas aos indígenas, direcionando as táticas da política agrícola e mineralógica, etc. Obviamente que isso revelava as estratégias elaboradas para a ocupação dos territórios do Xingu e, desconstruir, por ambiguidades, alguns discursos contemporâneos ou pretéritos sobre os indígenas e as condições locais fazia parte dos projetos. Assim, ora eram apresentados como possivelmente perigosos, mas nem tanto, ou para ser mais preciso, apenas alguns grupos eram realmente muito perigosos. Ora apareciam como “crianças grandes” e brincalhões de pouco controle emocional, que podem fazer bem ou mal dependendo daquilo que o “branco” faça a eles, jogando-se sempre com as múltiplas possibilidades dos estereótipos. Enfim, particularmente o Xingu mostrava-se como uma região que ainda era preciso diversificar as formas de domínio, seja pela criação de áreas de reservas para controle, aprendizado e aculturação dos povos nativos, seja por investimentos de transformação mais direcionados nas áreas que aos poucos iam se tornando integradas, direcionando o fluxo dos migrantes para os espaços já “domesticados”.

Um ano depois dessa publicação, a Biblioteca do Exército lançou outro livro intitulado *A Amazônia e nós*, publicado pelo major Marseno Alvim Martins (1971), resultados das experiências durante os serviços de engenharia e construção no território de Rondônia, entre os anos de 1966 e 1969. Ele inicia o texto afirmando: “Talvez não haja no mundo área tão paradoxal como a Amazônia. Foi, durante muitos séculos, proporcionalmente, a mais esquecida parte da federação; hoje é, possivelmente, a mais lembrada”. Para explicar o paradoxo, argumenta que até o espaço sideral está em vias de conquista, e a Amazônia, apesar dos seus muitos recursos e de muitos projetos já tentados, “vive problemas que pouco diferem de quando o país foi descoberto há 469 anos: o índio, dificuldades mesológicas, baixíssima densidade demográfica, deficiência de comunicações etc. Finalizando o primeiro capítulo com a previsão de construção da Transamazônica, revela sua empolgação com a missão: “A Amazônia ainda é, praticamente, virgem. [...] é um gigante desconhecido, por motivos óbvios, faz-se mister conhecê-lo. Assim encarada, valeria aqui plagiar a mitologia grega, comparando-a com a Esfinge de Tebas: OU A DECIFRAMOS OU ELA NOS DEVORA!”. O texto vai descrevendo as ações e episódios durante as etapas de construção/manutenções rodoviária que ligaria o centro do país ao Acre, mostrando especialmente as ações militares nos difíceis trechos por onde esses tinham que se aventurar (MARTINS, 1971, p.13-14, 65).

Já em 1972, o jornalista porto-alegrense Flávio Alcaraz Gomes (1972), formado em direito pela UFRGS, publicou o livro *Transamazônica: a redescoberta do Brasil*. Esse foi fruto de uma contratação para acompanhar por alguns dias e relatar a abertura da estrada, patrocinado por uma empresa de aparelhos eletroeletrônicos (*Springer Admiral*) e apoio do governo de Médice¹¹⁸. No texto, o autor se denomina como o “repórter comprometido com o governo militar, [que] descreve as belezas da estrada”, apontando para os “derrotistas”, que faziam “oposições à construção da transamazônica, aqui no Brasil e no exterior”¹¹⁹, que o projeto ia bem (GOMES, 1972, p.27). No prefácio, o ministro da Agricultura, na época Cirne Lima, afirmou que o momento da abertura da estrada representava a “emoção da conquista [...], o homem encontrando seu destino”. Entrar na floresta significava subjugar “o ex-inferno verde”, deixar seu “ventre fértil à mostra”, e finalmente conquistar a terra do “homem que ninguém vê, sem face e sem história”¹²⁰ (GOMES, 1972). Além dele, também um dos engenheiros da construção da estrada afirmou: “até 1970, toda essa imensa região [...] estava praticamente abandonada, entregue apenas a índios, animais selvagens, seringueiros, caçadores de peles e extratores de castanhas. Era território brasileiro, mas carente de soberania” (GOMES, 1976, p.46). O livro retratava algo como a celebração e mostraçãõ de uma grande conquista, servindo como um convite para dela também participar, pois os perigos estão sendo todos vencidos (Imagem 29).

¹¹⁸ Só da primeira edição foram impressos 120.000 livros. Houve pelo menos mais uma edição além dessa.

¹¹⁹ As principais críticas vindas do exterior se referiam aos impactos que a ocupação humana traria ao meio ambiente.

¹²⁰ Note que “terra sem história” fora uma frase de um livro de Euclides da Cunha quase 70 anos antes.

Imagem 29 – Cenas da abertura e condições da estrada. Legenda: “Antes de seguir para o horizonte, a Transamazônica defronta-se com uma secular castanheira. De maneira geral, a conservação das estradas é excelente”



Fonte: Gomes (1972).

Numa tentativa de traduzir em palavras a trajetória dos colonos, assim escreveu Gomes (1972, p.40):

Sou colono da Transamazônica. A mulher e os filhos eram meus – a terra não. Todos me assustaram quando eu vim para cá. Eram os índios, as onças, os mosquitos. Mas vim. Nunca tinha andado de avião nem sabia o que era um pedaço de terra só meu. Hoje conheço as duas coisas. É bom. Onças eu não vi. Índios só aparecem no quilometro 90. Cercaram a casa do Paulo, rondaram a noite inteira, mas não fizeram nada. No outro dia, ele deu por falta das galinhas e do milho que tinha colhido. Mas não se assustou.

Para o colono, ali seria a terra da esperança e da prosperidade. E, até mesmo os temíveis índios não passavam de ladrões de galinhas que atacam na calada da noite, fazendo apenas muito barulho. As lavouras iam muito bem, palavra garantida por dois agrônomos entrevistados pelo jornalista, sendo que um deles era especialista em solos. Segundo os técnicos, as vantagens para a agropecuária lá são muitas, mas os solos devem estar sempre bem protegidos, devido à arenosidade e ao regime de chuvas, recomendando-se culturas que fazem boa cobertura, como arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e capins. Era realmente um convite à colonização, às possibilidades de mudar de vida pela conquista da terra própria e pelas farturas naturais. Mas, como expressou Flavio Gomes, falando sobre agricultura e saúde: o “amazonense, é antes de mais nada, um verminoso” e a agricultura dos caboclos é primitiva e

degrada o solo, pois os mesmos cultivam por três anos e *abandonam* a terra (GOMES, 1972, p.65), indicava que não seriam esses que poderiam fazer o novo começo. Para esse jornalista, consoante às estratégias de governo da época, a vinda de colonos do Sul do Brasil, especialmente os gaúchos, que, “por acaso”, estavam instalados “em zonas de fertilidade boa” (GOMES, 1972, p.81), é que possibilitaria as transformações planejadas, que já estavam acontecendo (Imagem 30).

Imagem 30 – Os resultados do trabalho do colono. Na legenda: “Os primeiros frutos da terra começam a surgir. O colono que aparece na foto com um saco nas costas colheu numa só safra 600 sacas de arroz”

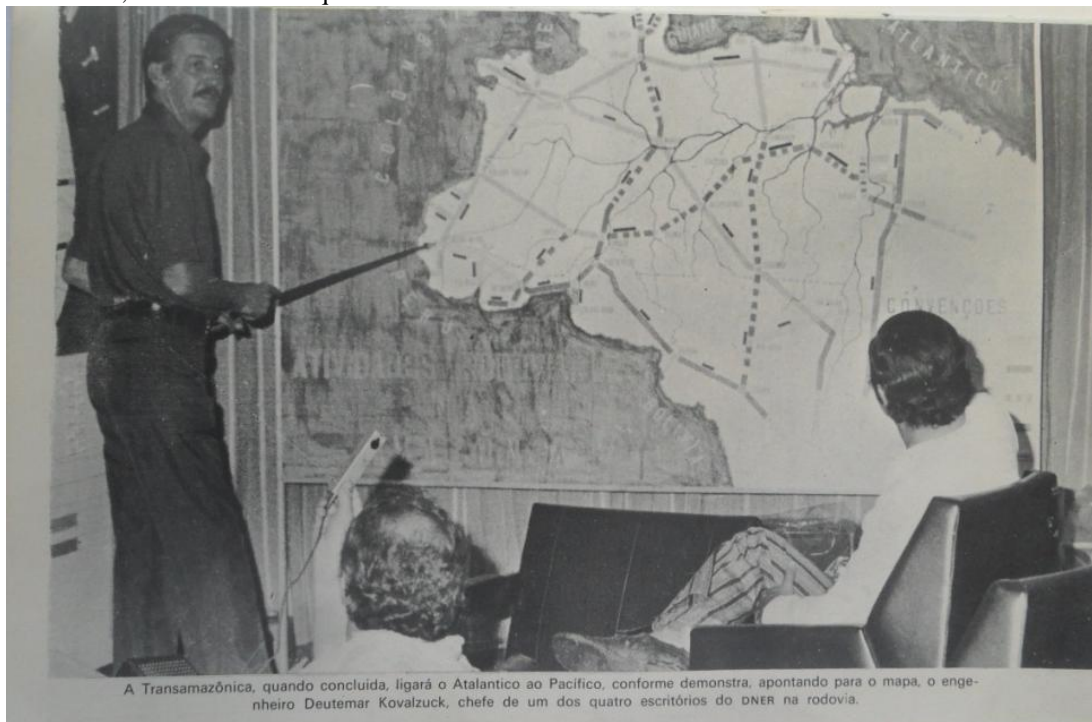


Os primeiros frutos da terra já começam a surgir. O colono que aparece na foto, com um saco nas costas colheu numa só safra 600 sacas de arroz.

Fonte: Gomes (1972).

Todo o livro está repleto de cenas de heroísmos. Mais do que nos outros textos, esse deixa claro que era como se ali não houvesse história, não houvesse cultura, não houvesse saber acumulado e adequação das práticas agrícolas ao local. Sem qualquer constrangimento afirmase que era necessário aos governos promoverem o resgate da região por meio de um higienismo social, tanto de sujeitos como de suas práticas, por processos de acultramento distinguindo os elementos adequados e ideais à região, que cumprissem, a um só tempo, o dever de proteger de invasores estrangeiros e de transformar, e o recorte rodoviário seria fundamental nesses processos (Imagem 31).

Imagem 31 – Traçado da rodovia, ligando Atlântico ao Pacífico. Na legenda: “A transamazônica, quando concluída ligará o Atlântico ao Pacífico, conforme demonstra, apontando para o mapa o engenheiro Deutemar Kovalzuck, chefe de um dos quatro escritórios do DNER na rodovia”



Fonte: Gomes (1972).

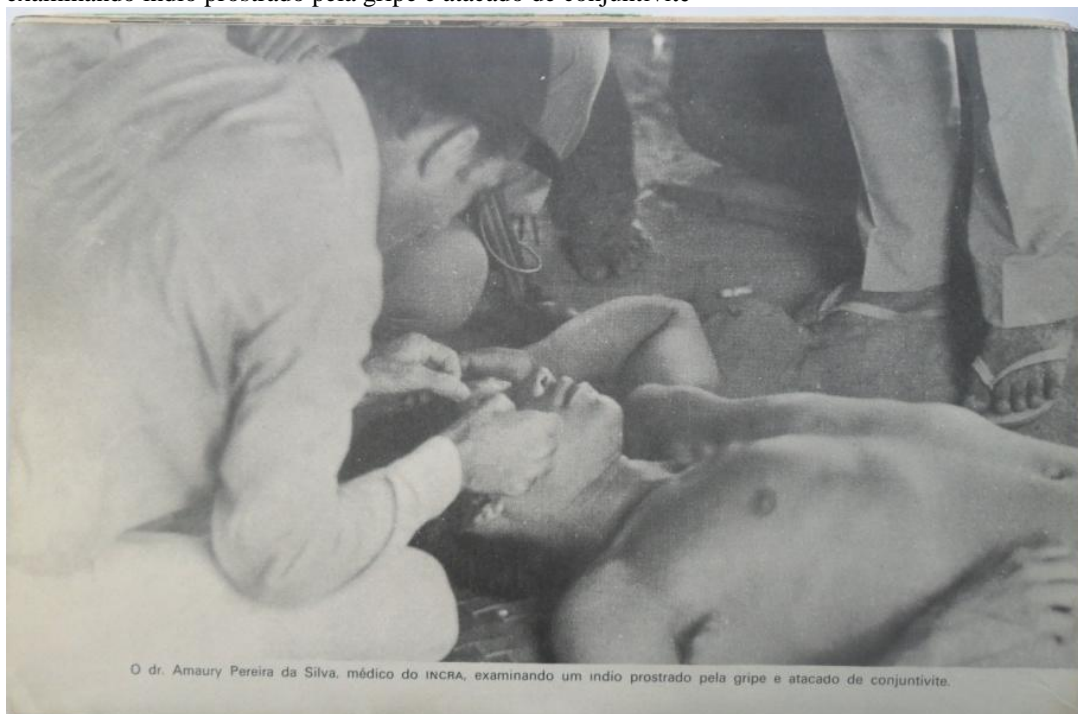
E aqui, de maneira mais aprofundada que nos textos citados anteriormente, mas em direção similar, o indígena recebe outra apresentação. Não a de bravos e perigosos, mas a de doentes, debilitados e em vias de extinção. O capítulo 12, intitulado *Os índios*, assim começa: “É uma cena degradante. O cacique e mais três índios, todos fortes e aparentemente saudáveis, estão deitados no chão, de barriga para cima [...], suspirando, gemendo, o olhar fixo no teto da maloca”. Era gripe, simplesmente gripe. “Semana passada *moreram* oito. Ta tudo *morendo*...”, disse Kokranô, o cacique da tribo vizinha. E, Gomes, testemunha ocular, “ali em meio ao episódio final da extinção de uma raça, sinto uma enorme vergonha de ser homem branco e civilizado” (GOMES, 1972, p.94-95). Depois de falar um pouco sobre a miséria dos índios Gaviões, aponta que:

À medida que os índios são absorvidos pelo século XX, há consequências mais ou menos comuns e padronizadas. Os homens são vitimados pelo alcoolismo e as mulheres pela prostituição [...]. A extinção completa da nação indígena, desde o seu primeiro contato com os homens civilizados, é uma questão de apenas tempo. Geralmente muito curto tempo (GOMES, 1972, p.96).

Para Gomes, o processo de contato estava errado, pois “entre nós, do século XX, e eles, da idade da pedra polida, há um abismo de centenas de séculos. [...] Os índios brasileiros não são mais do que crianças” (GOMES, 1972, p.97). Por fim, após criticar os trabalhos de pacificação pela atração de indígenas para “a civilização”, recomenda:

Deixemos os índios onde eles estão. Não nos metamos com eles. Se, por força de lei, há mais de seis milhões de hectares de reservas que lhes foram destinados – para que atraí-los para o nosso meio e para a nossa cultura? Deixemo-los longe, bem longe da luz elétrica, da tevê em cores, da poluição, do congestionamento, da gripe, do imposto de renda e de todas as belezas de nossa civilização. Afinal de contas, eles são os donos da nossa terra. E também por isso devem merecer o nosso respeito (GOMES, 1972, p.98).

Imagem 32 – Médico examinando um indígena. Na legenda: O dr. Amaury Pereira da Silva, médico do INCRA, examinando índio prostrado pela gripe e atacado de conjuntivite”



O dr. Amaury Pereira da Silva, médico do INCRA, examinando um índio prostrado pela gripe e atacado de conjuntivite.

Fonte: Gomes (1972).

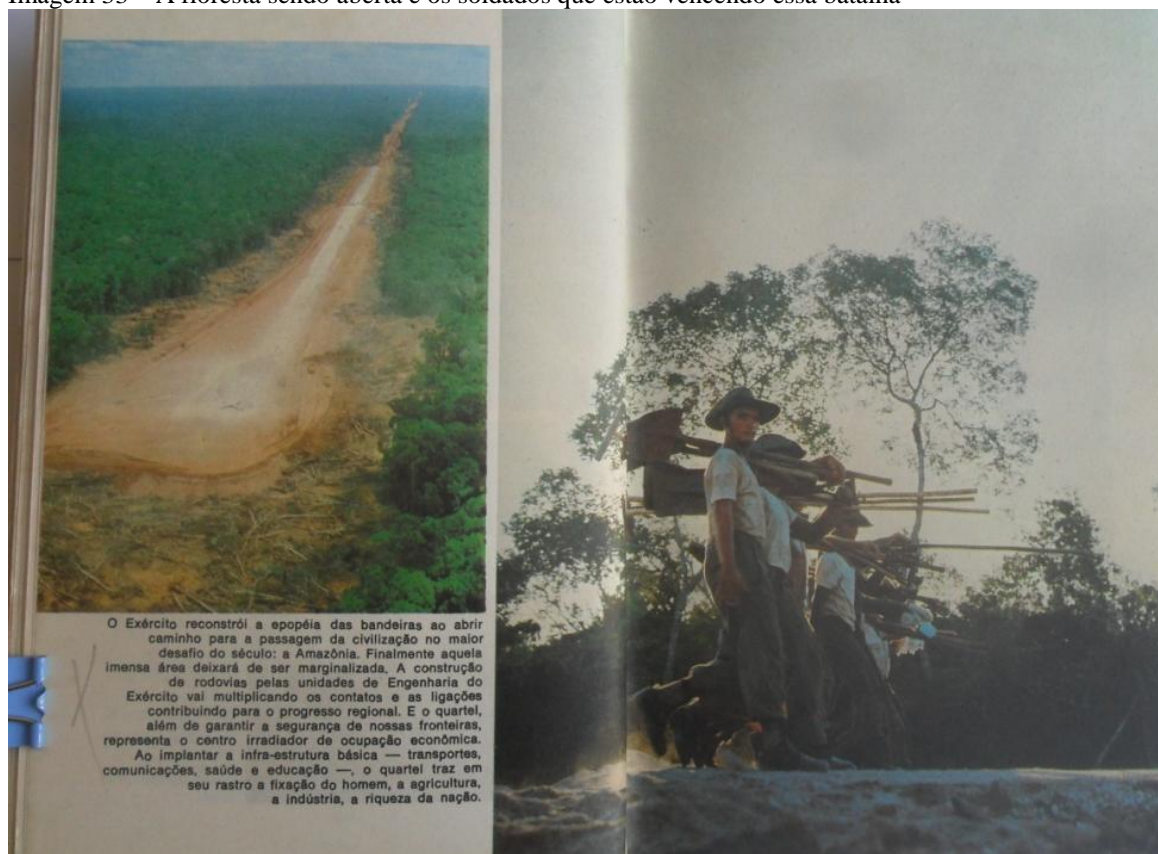
Fica escancarado no texto que a terra já estava sendo “limpa” dessas formas primitivas de vida e de exploração da natureza; fica explícito um prenúncio de que aquilo que amedrontava não passava agora de uma velha brasa que já não pode queimar, seu fogo se extinguiria praticamente sozinho, antes mesmo que os pretensos aventureiros pudessem lá chegar. Não haveria sequer a necessidade de guerrear com esses “antigos donos da nossa terra”. A Amazônia, representada ali em uma das partes mais simbolicamente selvagens, estava agora sendo transformada completamente. O medo de perder tomava outros caminhos de dispersão, mas, sem dúvidas, aqueles indígenas doentes não podiam mais fazer mal algum, e, nem mesmo, poderiam proteger a terra de invasores, nacionais ou não. O desejo de transformação a que nos referimos, e que parece ter tomado forma e direção moderna lá pelo final do século 19, parecia que encontrava ali, na ação da colonização e tornado visível na empolgante narrativa, seu ponto de êxtase. A vinda de indivíduos do Sul e Sudeste do Brasil, mas também do Nordeste, se constituíam em meios de possibilitar essa renovação, essa higienização social, a

efetivação do “desejo de transformar”. Nada poderia dar errado. Oficialmente, para assegurar essa “higiene”, antes de embarcar nas comitivas de colonização as pessoas eram examinadas por médicos a fim de certificarem-se de que os colonos não estavam levando doentes e doenças para a Amazônia, para aquilo que se podia considerar o mais saudável “novo começo”. Para Flávio Gomes (1972, p.103), os exames médicos ainda não estavam sendo suficientemente rigorosos.

Dois anos depois desse texto, em 1974, o escritor, jornalista, químico e “homem de ciência”, Henrique Paulo Bahiana (1974) publicava, sob os auspícios do governo militar, o livro *As forças armadas e o desenvolvimento do Brasil*. O autor vai apresentando a atuação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica nas regiões de fronteira, demonstrando o papel dessas instituições militares para além da proteção territorial, antes, como propulsoras do progresso nacional e como interventoras do desenvolvimento social. Nesse livro ele ressalta o papel dos militares para as áreas de saúde, educação, saneamento, estruturas viárias, comunicação, pesquisa e desenvolvimento, etc., destacando, em textos e fotografias, que a Amazônia precisava e estava sendo salva, integrada, domesticada, pois (Imagem 33):

Na batalha do desenvolvimento nacional destaca-se o esforço empreendido pelo Exército na região amazônica com a implantação de estradas pioneiras [...]. Seus soldados trabalham na selva virgem e realizam a epopeia da integração rodoviária da Amazônia Ocidental ao Centro-Sul do país”. “O Exército reconstrói a epopeia das bandeiras ao abrir caminho para a passagem da civilização no maior desafio de século: a Amazônia. Finalmente aquela imensa área deixará de ser marginalizada. A construção de rodovias pelas unidades de Engenharia do Exército vai multiplicando os contatos e as ligações contribuindo para o progresso regional. E o quartel, além de garantir a segurança de nossas fronteiras, representa o centro irradiador de ocupação econômica. Ao implantar a infraestrutura básica – transportes, comunicações, saúde e educação –, o quartel traz em seu rastro a fixação do homem, a agricultura, a indústria, a riqueza da nação” (BAHIANA, 1974, legenda das fotos entre as páginas 31 e 32).

Imagem 33 – A floresta sendo aberta e os soldados que estão vencendo essa batalha



Fonte: Bahiana (1974).

Pelo exposto, gradualmente a Amazônia passa a ser mostrada primeiro como um problema a ser vencido, com territórios a serem demarcados e protegidos, populações (selvagens) a serem civilizadas ou resgatadas da miséria e de condições sub-humanas de existência, etc. Com o passar do tempo e o correr das ações, os projetos vão tomando diferentes formas, por meio da criação de instituições formais específicas para cuidar dos povos, da colonização, do controle dos indígenas, das produções, da economia, etc., necessitando cada vez mais mostrar para os brasileiros das outras regiões (e não para os estrangeiros, como predominou antes) que a região estava sendo transformada, seus obstáculos vencidos; animais perigosos e indígenas enfurecidos já não amedrontavam tanto: estavam controlados, seja cercados nos parques, seja integrando-se na nacionalidade ou então doentes, debilitados e morrendo.

Aquela região que antes parecia estar abandonada, ou melhor, às margens do Estado, podia agora ser palco das mais intensas presenças desse Estado. A Amazônia e seus perigos naturais, animais e humanos, desde os primeiros anos do século 20 até mais ou menos 1980, gradualmente era mostrada mais como vencida, rasgada, caída ao chão. Os primeiros passos da transformação já estavam sendo dados. Era preciso apenas que mãos firmes e habilidosas se

dispusessem a moldar cada reentrância, ir aonde o governo, pelo Exército e outras instituições militares ou estruturantes não podiam ir, afinal, essas realmente nunca se diziam estar lá para ficar, sempre estiveram de passagem, tendo por fim apenas estruturar e conduzir fluxos¹²¹. Seriam os homens comuns que fariam da Amazônia a Amazônia brasileira. Ao gado um papel central e quase sempre ambíguo, conforme analisaremos ao final desse capítulo, antes será importante considerar o que alguns mecanismos de produção de imagens e sons mostravam sobre a Amazônia e suas populações em contraste com outras partes do mundo, nesse mesmo período acima analisado.

4.3.2 Construindo a alteridade, produzindo as margens e mostrando na televisão (TV Tupi)

A começar pela década de 50, nosso fluxo agora será pelas vias televisivas. Será relevante aos nossos objetivos mostrar o que se falava e projetava sobre a Amazônia, suas populações, sobre a agropecuária brasileira e de outras partes do mundo. O fato da base de dados ser bastante restrita permite ir mais a fundo em uma dispersão maior de temas. Esse tópico é complementar aos anteriores, mostrando o que de específico os recursos técnicos televisivos estrategicamente possibilitavam mostrar e dizer. A primeira emissora de TV do Brasil, e também da América do Sul, foi a TV Tupi, que começou a funcionar em abril de 1950. Nas primeiras transmissões o sinal não ia muito além de alguns quilômetros, limitando as possibilidades de atingir grandes públicos, sendo um produto exclusivo das mais altas elites (LINS, 2013).

Ainda no período experimental, cinco meses depois da primeira exibição, o então presidente Getúlio Vargas fez o seu primeiro discurso televisivo, informando que voltaria para a política. Isso já indicava que a televisão seria intensamente utilizada como um dispositivo político, ocupando boa parte do espaço que era destinado ao rádio¹²². Numa perspectiva histórica, a televisão veio a ocupar o lugar do rádio, sendo que já havia o hábito de ouvir notícias sobre a guerra, inflação, agricultura, etc., pronunciamentos do governo, e também atrações esportivas e culturais, pelas ondas radiofônicas. Porém, enquanto aquele requeria apenas a audição, a televisão atingia o sentido visual e, de maneira muito mais significativa,

¹²¹ Uma instigante discussão sobre o Estado que, mesmo lá, e intensivamente lá, sempre se diz ausente na Amazônia pode ser encontrada no texto de Piero Leiner (2012).

¹²² Em nossa pesquisa encontramos um vídeo sem voz e sem data, onde Getúlio Vargas aparece em uma exposição agropecuária, andando pelo parque e depois discursando. Provavelmente aconteceu em 1952, dois anos antes de sua morte.

provocava emoções que não eram possíveis pelo rádio, esse último que tentava, por meio de sonoplastias e personalizações de vozes, fortalecer a relação com os ouvintes.

Para os resultados aqui apresentados, conforme informado na parte mais metodológica, foi feita uma busca de filmes por meio de algumas palavras-chaves (“pecuária”, “agricultura”, “xingu”, “amazônia”, “indígenas”, “índios”). Ficou muito evidente que, para os termos “pecuária” e “agricultura”, destacam-se as apresentações de exposições e reuniões de grupos ligados à agropecuária, nacionais ou internacionais. Um deles, (provavelmente) gravado em 1952, aparece Getúlio Vargas visitando e discursando em uma feira de exposição, acompanhado de muitos assessores e solenidades (hasteamento de bandeiras, cumprimentos)¹²³. Esse evento foi a abertura da 19ª Exposição Agropecuária de Porto Alegre (Imagem 34). No discurso, ele ressaltou o papel da pecuária como estratégia para o desenvolvimento da economia e determinou que dali por diante promoveria a criação de uma rede de frigoríficos e matadouros, como entrepostos para assegurar que o “Brasil há de tornar-se um grande exportador de carne e produtos derivados”, depois de atender ao consumo interno¹²⁴.

Imagem 34 – Arquivo TV Tupi - Vargas falando em exposição agropecuária



Fonte: AJ TV Tupi (s.d).

¹²³ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Arquivo: Getúlio Vargas falando em uma exposição agropecuária. Jornal não identificado. Sem data. 3 min.

¹²⁴ Biblioteca da Presidência da República. Discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas, inaugurando a exposição agropecuária de Porto Alegre, 20/09/1952.

Outros dois vídeos referem-se ao IX Congresso Internacional de pastagens, realizado em São Paulo em janeiro de 1965^{125/126}. Os filmes mostram os coordenadores do evento, as bandeiras hasteadas detrás da mesa e uma plenária, onde é possível perceber a quantidade de participantes de diversas nacionalidades. Segundo o jornal *Correio da Manhã* (1965), 49 países estavam representados e essa fora a primeira vez que o evento ocorria no Brasil (o anterior fora realizado na Inglaterra)¹²⁷. Nessa mesma página do jornal, encontra-se uma matéria do engenheiro agrônomo Rubens Tellechea Clausell, intitulada *Estatuto da Terra*, onde o mesmo tece fortes críticas ao projeto de criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), argumentando que o instituto deve virar “cabide” de emprego, além de lançar bases para a criação de mecanismos de desapropriação que incidem sobre novos impostos aos proprietários¹²⁸.

Outros vídeos de Exposições mostram principalmente as formalidades, pompas e personalismos que configuram esses eventos. Um deles é o vídeo do encerramento da 2ª Exposição Agrícola de Campinas, que, filmada de cima, podia-se ver pessoas passeando pelos corredores do parque e a entrega de troféus junto à mesa diretora do evento¹²⁹ (Imagem 35).

¹²⁵ Cinemateca brasileira. Acervo Jornalístico TV Tupi – AJ TV Tupi. 9º Congresso Internacional de pastagens. *Jornal Ultratícias*; 07/01/1965; 31 seg.; 16mm BP – Branco e Preto.

¹²⁶ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Congresso Internacional de pastagens. São *Jornal Ultratícias*; 08/01/1965. 46 seg.; 16 mm; BP.

¹²⁷ Biblioteca Nacional Digital. *Jornal Correio da Manhã*. 3º Caderno. “49 países reunidos em S. Paulo no IX Congresso de Pastagens”. São Paulo, 8 de janeiro de 1965. p.8-9.

¹²⁸ *Correio da Manhã*. “Estatuto da terra”. São Paulo, 9 de janeiro de 1965. Rubens Tellechea Clausell.

¹²⁹ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Encerramento da 2ª exposição agrícola de Campinas. *Jornal Diário de São Paulo*. 18/09/1961. Campinas, sp; 39 seg. 16 mm. Bp.

Imagem 35 – Arquivo TV Tupi - Encerramento da 2ª exposição agrícola de Campinas

Encerramento da 2a. Exposição Agrícola de Campinas

Jornal Diário de São Paulo

18/09/1961



Descritor
Exposiçã

Descritor
Exposiçã

Campinas
16mm, BF

Fonte: AJ TV Tupi (1961).

Em outro vídeos, há também uma gravação da Convenção Nacional da Agricultura, que ocorreu em 1965¹³⁰, onde aparece um palestrante discursando para uma plenária lotada de homens. E, em 1968 há uma gravação em que apresentam a feira de gado Zebu em Uberaba – provavelmente durante I Concurso intensivo de julgamento de Zebus – onde é possível ver primeiramente políticos conversando, a vista panorâmica do parque e em seguida o desfile de animais¹³¹ (Imagem 36).

¹³⁰ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Convenção Nacional da Agricultura. São Paulo. Jornal Ultratícias; 12/02/1965; 31 seg.; 16mm. BP.

¹³¹ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Feira de gado Zebu em Uberaba. Uberaba. Jornal não identificado; 09/05/1968; 54 seg.; 16mm. BP.

Imagem 36 – Arquivo TV Tupi - Feira do gado zebu em Uberaba

Feira do gado zebu em Uberaba

Jornal não identificado

09/05/1968



Fonte: AJ TV Tupi (1968).

Em um tipo de giro internacional, ainda em 1965, foi ao ar um vídeo que mostra a visita do general, político e presidente da França Charles de Gaulle à exposição na Semana da Agricultura francesa¹³². Nesse, após a cena demorar-se um pouco sobre a fachada do prédio de exposição, De Gaulle desembarca do carro oficial do governo; a guarda montada aparece em destaque, sendo que logo em seguida o presidente é apresentado acompanhado de muitas pessoas visitando as instalações. Em seguida, o destaque é para o perfil de bovinos de corte. O vídeo apresenta o estadista passando pelas estalagens dos bovinos, ovinos e depois sendo cumprimentado por mulheres que serviam aperitivos na exposição (Imagem 37).

¹³² Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. De Gaulle visita exposição. França. Jornal Factorama. 12/03/1965; 1 min.; 16mm, BP.

Imagem 37 – Arquivo TV Tupi - De Gaulle visita exposição

De Gaulle visita exposição

Jornal Factorama

12/03/1965



De Gaulle visita exposição

Jornal Factorama

12/03/1965



De Gaulle visita exposição

Jornal Factorama

12/03/1965



Esse material é importante na medida em que complementa os outros registros documentais históricos, demonstrando como esses ambientes se constituem lugares-referências para a promoção de sujeitos políticos e representação do um mundo rural. Eles retratam também o momento em que o segmento da produção agropecuária ganha mais autonomia em relação aos eventos universais, tanto no Brasil como no exterior. E o mais importante, essas produções visuais apresentavam um campo idealizado, que não era a realidade para a maioria, demonstrando também como a agricultura brasileira seguia se modernizando e quais os modelos a serem seguidos. Sabemos que é justamente nesse período que se inicia e fortalecem os movimentos de modernização do campo e essa mostração legitimava o avançar do processo de modernização como algo bom, pomposo e representativo do progresso, aqui e no exterior.

Mas esses fragmentos também têm outra finalidade aqui, qual seja o de permitir comparar com outros grupos que eram mostrados na mesma época e na mesma emissora, a TV Tupi. Ao mesmo tempo, nesse mesmo acervo, entre os anos de 1964 e 1968 aparecem alguns vídeos sobre indígenas. Em resumo, os vídeos apresentam a miséria da vida social em que se encontravam esses grupos, dentro ou fora das aldeias, e a representação de medidas de salvamento e acultramento, seja por meio de ações sociais com os grupos sobreviventes ou pela institucionalização de seus objetos enquanto patrimônio material (achados arqueológicos e museu do índio). Algo muito próximo da ambígua produção textual e imagética apresentada no tópico anterior, a partir dos textos escritos.

Entre as ações de salvamento, destacam-se duas reportagens que mostram uma urna indígena que foi encontrada por arqueólogos em 1964¹³³, sendo que, em 1965 ocorre uma exposição com objetos indígenas, em São Paulo (Imagem 38). Nessa, a gravação começa exibindo uma foto do marechal Rondon, seguida de uma inscrição em um quadro com os dizeres: “morrer se for preciso; matar, nunca”¹³⁴, que o tornou célebre. E, no outro vídeo, exibido em 1968, apresenta o prédio que sediará o museu do índio em São Paulo¹³⁵. Destaca-se a pompa no momento de inauguração do museu, com muitos estadistas (Imagem 39). Os dois vídeos, colocados lado a lado, revelam a tentativa de mostrar que havia um grande cuidado com os objetos indígenas, e que já se preparavam gavetas e prateleiras específicas para colocá-los, lá onde deveriam estar: uma posição a ser ocupada por serem exóticos e um lugar no passado.

¹³³ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Urna indígena em Ubatuba. Jornal não identificado; e, Encontrada urna indígena. Jornal Repórter Esso. Ambos em 08/04/1964.

¹³⁴ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Exposição – objetos indígenas. Jornal Diário de São Paulo. 02/02/1965. São Paulo. 34s.

¹³⁵ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Museu do índio a ser inaugurado em um mês no bairro do Caxingui. Jornal não identificado. 18/01/1968. São Paulo. 31s.

Imagem 38 – Arquivo TV Tupi - Urna indígena em Ubatuba

Ubatuba

Urna indígena em Ubatuba

Jornal não identificado

08/04/1964



Fonte: AJ TV Tupi (1964).

Imagem 39 – Arquivo TV Tupi - Exposição de objetos indígenas. Detalhe para os dizeres “Morrer se for preciso, matar, nunca” de Rondon, seguido do cerimonialismo, fortemente feminino representando o “cuidado” com os artefatos

Exposição - objetos indígenas

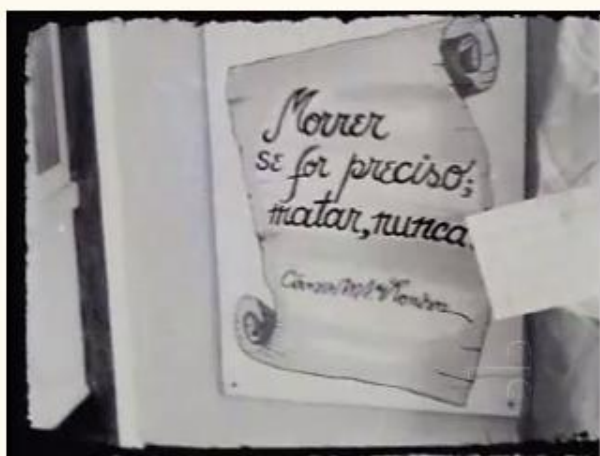
Jornal Diário de São Paulo

02/02/1965

Exposição - objetos indígenas

Jornal Diário de São Paulo

02/02/1965



Fonte: AJ TV Tupi (1964).

Com relação à representação da situação social, há três vídeos, sendo dois que foram gravados na cidade de São Paulo, em janeiro de 1965, e outro em uma aldeia no Xingu, em 1968. Em São Paulo, no dia 07 de janeiro de 1965, um vídeo curto apresenta índios vivendo embaixo de uma ponte¹³⁶, onde aparecem dormindo, fazendo refeições em fogareiros improvisados, notadamente utilizando algumas peças de vestimenta militar; ao final do vídeo, aparecem exibindo flechas, como que para confirmar sua “indianidade” (Imagem 40).

¹³⁶ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Índios dormem embaixo da ponte. Jornal Ultranotícias. 07/01/1965. 31s. 16mm. BP.

Imagem 40 – Arquivo TV Tupi - Índio dormem embaixo da ponte

Índios dormem em baixo da ponte

Jornal Ultranotícias

07/01/1965



Índios dormem em baixo da ponte

Jornal Ultranotícias

07/01/1965



Fonte: AJ TV Tupi (1965).

No outro, de 02 de janeiro de 1965, alguns indígenas são entrevistados, depois realizam uma refeição sobre uma mesa, utilizando talheres e copos; em seguida vão assistir a um jogo de futebol¹³⁷ (Imagem 41). Os dois vídeos, vistos em conjunto, revelam efeitos do contato, mostrando processos de aculturação e incorporação que teve êxito e outro que

¹³⁷ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Índios Koran e Tibiê concedem entrevista à imprensa. Jornal Ultranotícias. 02/01/1965.

falhou. Em um os indígenas vestem camisas de futebol, comem com talheres, bastante integrados, têm seu grupo nomeado (Koran e Tibiê). Os outros, em condições de vida miserável na rua, apesar das vestimentas, ainda possuem muita indianidade, visto pelos arcos e flechas; mas não são mais do que miseráveis “índios que dormem embaixo da ponte”.

Imagem 41 – Arquivo TV Tupi - Índios Horan e Tibiê concedem entrevista à imprensa



Fonte: AJ TV Tupi (1965).

O terceiro vídeo é mais longo e foi gravado em uma aldeia no Xingu, tendo ido ao ar em 1968. Chama-se *Documentário sobre hábitos de vida na região do Xingu*. O vídeo começa com uma mulher indígena com um dos seios à mostra, em frente a algumas malocas. Imediatamente aparecem homens brancos vestindo uniformes militares, examinando uma criança indígena com estetoscópio. Após alguns segundos, enquanto ocorre o exame, a câmera é deslocada para mostrar uma anciã indígena muito magra, seios à mostra, alimentando aves e cães; todos na cena são magros e com aspecto doentio, lembrando personagens de *Vidas Secas* de Graciliano Ramos; nem mortos, nem vivos, apenas pedintes. As cenas seguintes ocorrem no centro habitacional da aldeia; um deslizar vagaroso, de um canto a outro, iniciando-se por uma cruz em madeira, indicando a presença cristã; em derredor, casas de palha distintas das malocas, pois possuem telhados de duas águas. Novamente no centro da aldeia, um aglomerado, muitas crianças magras e doentias, mulheres sentadas ao chão, animais e alimentos, tudo em um mesmo plano; uma certa movimentação intensa, mas deprimida e enfadonha. Depois dessa, as próximas cenas mostradas ocorrem em um campo de pouso. Uma aeronave da Força Aérea Brasileira simula uma aterrissagem, e dessa, militares fardados descem ao encontro de seus companheiros na aldeia. Em seguida, um militar aparece mostrando discos de vinil e uma radiola para as crianças na aldeia, que, de curiosas, parecem brincar e algumas timidamente arriscam sorrisos¹³⁸, conforme pode-se acompanhar na sequência de imagens abaixo (Imagem 42).

¹³⁸ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Documentário sobre hábitos de vida na região do Xingu. Jornal Não identificado; 24/01/1968; Xingu. 4 min 52s. 16mm. BP.

Imagem 42 – Arquivo TV Tupi - Documentário sobre hábitos de vida na região do Xingu

Documentário sobre hábitos de vida na região do Xingu

Jornal não identificado

24/01/1968

**Descritore**

Índio

Xingu - BR
16mm, BP**Documentário sobre hábitos de vida na região do Xingu**

Jornal não identificado

24/01/1968

**Descritores**

Índio

Xingu - BR
16mm, BP

Documentário sobre hábitos de vida na região do Xingu

Jornal não identificado

24/01/1968



Descritores

Índio

Xingu - BR

16mm, BP

Documentário sobre hábitos de vida na região do Xingu

Jornal não identificado

24/01/1968



Descritores

Índio

Xingu - BR

16mm, BP

Fonte: AJ TV Tupi (1968).

Esses vídeos (com suas imagens e os discursos; enunciados e visibilidades), evidentemente assemelham-se aos apresentados anteriormente. O que interessa é a singularidade dos discursos que os atravessam. Naqueles a pompa, o glamour e o sucesso; nesses a fome, a miséria e a misericórdia. Cenas, que de tão distintas se completam, pois uma justifica a outra. Enquanto a agricultura mundial e brasileira progredia, o índio na cidade era amparado por caridades e, mesmo aqueles na “floresta” mais rica de recursos naturais precisam de ajuda. O movimento ascendente do Brasil pelo progresso seria também o seu movimento. Um representava o modelo exitoso em ascensão, do progresso técnico e do gado de elite, o

outro, o tradicional completamente decadente, particularmente por não conseguirem “evoluir”, e talvez por preguiça, tanto na cidade quanto nas matas. Mas as oposições que configuram o substrato do “olhar para e sobre a Amazônia” e ao gado não se encerram aí. É melhor pensar não apenas em invisibilidade e ocultação, tese principal de Dutra (2005), mas também em muita visibilidade e exposição.

Em 1968, começam a aparecer na televisão mais indicações específicas sobre a agricultura e pecuária, no acervo consultado. Em fevereiro desse ano, o general Afonso Albuquerque, ministro do interior no governo Costa e Silva, que fora designado como chefe superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), é entrevistado em São Paulo para falar sobre a internacionalização da Amazônia – debate intenso sobre a temida perda da Amazônia para outros países¹³⁹, que tratamos acima.

Já em março desse mesmo ano foi ao ar uma reportagem apresentando a pecuária bovina no Pantanal, no estado do Mato Grosso. As imagens mostram manejos dos rebanhos no curral, nas estradas e processos de vacinação¹⁴⁰. Nessa mesma época, diversos vídeos mostram o ministro da agricultura Ivo Arzua, e às vezes o ministro do exército Aurélio Lira Tavares¹⁴¹, falando que os investimentos em agricultura iam muito bem, que o governo garantiria preços mínimos aos produtores, ampliaria financiamentos, criaria mecanismos de estocagem, reduzindo o preço final ao consumidor^{142/143}. Nesse mesmo período, algumas dezenas de vídeos apresentam a agricultura em países capitalistas (como EUA) associada a muitas máquinas, mecanização; ao mesmo tempo, expõem diversos implementos agrícolas, especialmente tratores em geral, colheitadeiras e reboques como equipamentos possíveis e já em utilização nos campos brasileiros¹⁴⁴. Nesse último vídeo aparecem diversas fases do cultivo, preparo da área e do solo, utilizando equipamentos moto-mecânicos, incluindo aeronaves para pulverizações e exposições em locais públicos, conforme sequência de fotos abaixo (Imagem 43).

¹³⁹ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Ministro do interior Gal. Afonso de Albuquerque Lima, fala sobre internacionalização da Amazônia. Jornal não identificado. 10/02/1968; São Paulo. 2min.24s. BP.

¹⁴⁰ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Pecuária no Pantanal. Jornal não identificado. 11/03/1968. Mato Grosso. 1min. 11s.

¹⁴¹ Esse fora um típico intelectual a serviço do governo militar. Foi membro da academia brasileira de letras, tendo sido indicado a presidente do Brasil em 1969. Tornou-se então embaixador na França. Publicou inúmeros livros sobre temas militares, escrevendo também canções militares.

¹⁴² Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. General Lira Tavares e Ivo Arzua na Câmara Federal. Jornal não identificado. 16/02/1968. Brasília. 1min. 2s. 16mm. BP.

¹⁴³ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Ivo Arzua. Jornal não identificado. 20/03/1968 (Rio de Janeiro) e 23/03/1968 (São Paulo). É o mesmo discurso gravado e reproduzido em datas e cidades diferentes.

¹⁴⁴ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Agricultura – campos mecanizados. Jornal não identificado. 19/01/1968. (s.l). 1min. 39s. 16mm. BP.

Imagem 43 – Arquivo TV Tupi - Agricultura em campos mecanizados

Agricultura - campos mecanizados

Jornal não identificado

19/01/1968



Agricultura - campos mecanizados

Jornal não identificado

19/01/1968



Agricultura - campos mecanizados

Jornal não identificado

19/01/1968



Agricultura - campos mecanizados

Jornal não identificado

19/01/1968



Agricultura - campos mecanizados

Jornal não identificado

19/01/1968



Agricultura - campos mecanizados

Jornal não identificado

19/01/1968



Agricultura - campos mecanizados

Jornal não identificado

19/01/1968



Agricultura - campos mecanizados

Jornal não identificado

19/01/1968



Fonte: AJ TV Tupi (1968).

Enquanto esse sucesso era apresentado para o Brasil e outros países capitalistas, algumas reportagens mostravam a China comunista e sua agricultura semifeudal. Em fevereiro de 1968, foi exibido um vídeo filmado em um campo de cereais com centenas de trabalhadores

chineses, colhendo e transportando nos ombros cargas por uma ladeira (lembrando a cena de um formigueiro em ação dos garimpos a céu aberto); em seguida aparecem lideranças chinesas de alto escalão em momentos diplomáticos¹⁴⁵, mostrando antes a fotografia de Josef Stalin em um quadro, enquanto estadistas olham para cima, como se admirassem a imagem (Imagem 44).

Imagem 44 – Arquivo TV Tupi - Líderes comunistas e campos agrícolas chineses



¹⁴⁵ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Líderes comunistas e campos agrícolas chineses. Jornal não identificado; 22/02/1968. China; 1min. 16 mm, BP.

Líderes comunistas e campos agrícolas chineses

Jornal não identificado

22/02/1968



D
A

C
1

Líderes comunistas e campos agrícolas chineses

Jornal não identificado

22/02/1968



D
A

C
1

Líderes comunistas e campos agrícolas chineses

Jornal não identificado

22/02/1968



Fonte: AJ TV Tupi (1968).

Novamente, no mês de abril daquele ano, outro vídeo apresenta chineses em cenas de colheita de algum cereal, lembrando cenas de campos de concentração de trabalhos forçados ou apenas trabalhos coletivos. Ao que parece, a intenção é valorizar a representação de que a forma da agricultura em coletividade é pouco desenvolvida e impede o avanço do progresso mecânico experimentado em países capitalistas ¹⁴⁶ (Imagem 45).

¹⁴⁶ Cinemateca brasileira. AJ TV Tupi. Agricultura – chineses no campo. Jornal Não identificado, 15/04/1968. China. 16mm, 1 min 09seg.

Imagem 45 – Arquivo TV Tupi - Agricultura, chineses no campo

Agricultura - chineses no campo

Jornal não identificado

15/04/1968



Agricultura - chineses no campo

Jornal não identificado

15/04/1968



Fonte: AJ TV Tupi (1968).

Essa breve apresentação desses vídeos do acervo da Tv Tupi indica a larga utilização da televisão no Brasil, desde os seus primeiros momentos, à defesa de projetos amplamente conhecidos na literatura das últimas décadas. Queremos destacar alguns pontos dessa pequena amostra, e referem-se à forma como se constroem os imaginários sobre os desconhecidos –

pessoas, lugares e coisas. No caso dos indígenas, que foram mistificados em momentos anteriores enquanto bravios e perigosos, aparecem nas únicas cenas que encontramos, enquanto grupos vulneráveis carentes de tutela. Há, por um lado, a “desmistificação” do medo desses enquanto perigosos na Amazônia, expandindo as possibilidades de pessoas comuns se dirigirem até lá. Ao mesmo tempo, a ação do governo se dava de forma muito forte e imperiosa – ou como diria Flávio Tavares (2004), com tanta pompa e luminosidade que causam o deslumbramento – seja pelo salvamento dos indígenas que acessavam o mais sofisticado do mundo dos brancos – como comer acompanhados de diplomatas ou participar de jogos de futebol profissional –, ou pelas ações sobre a indústria e agricultura tributária de subsídios, financiamentos e maquinários bastante ostentatórios.

As máquinas, os recursos, os discursos do desenvolvimento, a apresentação de cenas de países com agricultura atrasada (e com outro regime político), a força do exército em treinamento, salvamento e, particularmente, as exposições agropecuárias – no Brasil e no mundo –, símbolos de progresso e do Brasil como grande possibilidade de expansão das fronteiras, aparecem nesses vídeos de maneira a legitimar o momento favorável à transformação dos territórios e populações. A Amazônia “precisava” ser ocupada e transformada, mas não por indígenas e suas práticas primitivas, e nem por regimes comunistas de propriedade. Ambos eram apresentados como falidos e incapazes de promover as transformações e o progresso que se visualizava. Mesmo sendo realizados desde fora, esses discursos convergiam para a Amazônia, juntamente com o gado.

4.3.3 Produzindo margens e transformando a agropecuária pelos dispositivos de eficiência

As ambíguas imagens e discursos que até aqui foram apresentadas, sejam sobre a Amazônia, as populações, a agricultura, etc., permitiram mostrar um intenso processo de investimentos em transformar a região e suas condições gerais, não deixando nada intacto. Tudo passou a ser constituído enquanto possibilidade do desabrochar para a nova terra. Entre o final do século 19 e o início do 20 muitas mudanças aconteceram nos espaços amazônicos, impulsionadas por ondas ou ciclos de exploração de produtos naturais, especialmente a borracha, mas outros também que aos poucos começavam a se tornar importantes. O esquadramento racionalizante iniciado no século anterior continuava, agora com as expedições mais específicas de integração e colonização, e acontecia também o estímulo à produtividade e a constituição de normas sanitárias, que tomavam fôlego no que concerne à

pecuária bovina. Dessa forma, de um lado, o aprofundamento dos conhecimentos que permitiram selecionar e classificar (estimular ou restringir) e, do outro, a formação de grupos de pressão pela normatização de regras que conduziram à elitização das práticas, associando estrategicamente o “medo de perder” à “vontade de transformar”.

E havia muitos planos para a região naquele início de século. O dinamismo econômico chamava a atenção dos planejadores e gestores, interessados no desenvolvimento de transportes, integrações, explorações dos rios, dos recursos naturais, da pecuária, de colonização, etc., propondo colocar o Pará no cenário das imigrações mundiais, conforme pode-se ver na empolgante narrativa apresentada no Álbum do governo de 1908, nas páginas 20 a 22¹⁴⁷:

O Pará não aguarda para desenthesourar as suas riquezas, população, capitães e tempo. [...] Para augmento da população ha incentivos naturaes que deslumbram: os capitaes, hão de forçosamente affluir para onde avultar o premio do trabalho; o tempo não se mede mais em nosso século. Tudo é, pôr em evidencia esta opulentissima região de uberdade quase inverosimil, estes thesouros inertes para cuja colheita basta estender os braços e apanhar com as mãos![p.21]. Quando a navegacao, que hoje é feita pelo grande rio e seus afluentes, atingir o ponto maximo, que é limitado pelas cachoeiras, será o caminho de ferro que irá ligar os centros produtores das diversas regiões, estados entre si e países com os estados brasileiros. [...] Que grandezas não acarretaria para o Pará uma estrada de ferro que partindo da capi[p.22]tal do Estado acompanhando o Moju, atravessasse o Tocantins em Alcobaça, e d’ahi cortando a região das nascentes do Jacundá, Pacajá e outros buscasse o rio Xingú nas proximidades do rio Cariahy e margeasse o Xingú, até Matto Grosso, e outra que do Cariahy descambando para o Sul, depois de atravessar o Xingú, buscasse o Tapajós, passando pelos vastos campos entre um e outro rio, attingindo assim o extremo Sul do território paraense, onde futuramente se virão ligar, sem duvida, as linhas de S. Paulo e Minas.

A estrada de ferro Tocantins e Araguaya, já em construção, trará brevemente ao Pará os productos valiosos dos centros dos Estados de Goyas, do Maranhão e de parte do Matto Grosso.

As outras estradas, essas de que acima falamos, cujo tronco para o Xingú se poderia chamar Pará-Rio e a outra do Xingú ao Tapajós, que se poderia chamar Pará-Andes, viriam unir o Pará aos Estados de Matto Grosso, Minas, S. Paulo e Rio, pela linha Belém-Xingú, e Matto-Grosso e Bolívia pela linha Belém-Xingu-Tapajós.

Atravessando zonas riquíssimas de seringaes e mil outros productos de valor, e campos de incomparável fertilidade para todas as culturas, que estupenda importancia commercial deverá ter o Pará, quando essas ferrovias ahi levarem centenas de milhares de colonos para o povoamento de tão vastas e opulentas regiões!

Se hoje é isso um projecto que pôde parecer singularmente audacioso, apesar de sensato e previdente, AMANHÃ será elle um projecto necessario, não sómente ao interesse commecial do Pará, mas também e sobre tudo no interesse dos povos, cuja população superabundante obriga a procurar terra boa, onde possam viver e crescer.

A expansão colonial das grandes potencias está a tocar o seu termo e fatalmente a immigração dos povos se fará para a America do Sul, para o Pará sobre tudo, onde a civilização já existente, o seu clima e as suas riquezas naturaes remunerarão o trabalho de milhões de homens, sem os perigos de toda espécie, que a cada passo se encontram nas regiões longínquas da Ásia ou da África.

É pois para a America do Sul, é principalmente para o Pará, que têm de affluir com os povos, os capitães, em busca de avultados interesses.

¹⁴⁷ APEP – Álbum do Estado. Álbum ilustrado do Governo: Álbum do Pará 1908. Secretaria do Governo. Páginas 20 – 22. Fotos 7288-7292, Caderno de campo 2013.

O dinheiro não tem patriotismo: como os caudalosos rios que despejam sempre no Oceano, elle corre para os pontos onde avulta o interesse.

Essa empolgante narrativa do *Álbum do governo de 1908* é convidativa para a exploração de riquezas, bastando apenas que se estendessem as mãos para apanhar e fazer valer os esforços. A meta era a atração de capitais, de pessoas e de infraestruturas para tornar possível a exploração racionalizada. Durante esse período, como analisado anteriormente, as principais ações foram a construção de vias telegráficas, algumas estradas e principalmente o fluxo de trabalhadores para a atividade gomífera; mas os interiores continuavam sem demonstrar a consolidação, especialmente devido à sazonalidade e à vulnerabilidade das atividades extrativistas aos humores dos mercados internacionais e ao pouco investimento de capitais para a consolidação urbana dos espaços de exploração extrativista. A competição com a borracha asiática viria mostrar que era preciso, para alcançar esses projetos, constituir o desenvolvimento em bases mais fixas. Assim, fica claro que a empolgação dessa narrativa de 1908 toma outros contornos 30 anos depois, como se pode ver no *Álbum do Pará de 1939*, cada vez mais interiorizada, relatando erros e acertos que os períodos de alta e baixa da exploração gomífera tinham deixado como aprendizado, mas também comemorando o que se considerava como progresso. Mais do que propaganda, o *Álbum do Pará de 1939*¹⁴⁸, na página 9, lembra um diagnóstico:

A civilização que se esboça na bacia amazônica, forjada aos impulsos e recúos da índole nacional, fructo das acções e reacções intermitentes do nosso sangue, é um esforço que exalta o ímpeto potencial e a capacidade constructora da raça brasileira”. Essa região ainda em formação, “impregnada de todos os nossos antecedentes atávicos, assimiladora de progresso [...] ao clima social de sua lenta evolução [...] constróe, na epiderme de um mundo em formação, os alicerces de um amplo dominio do espirito nacional.

A retomada de um ciclo de exploração de látex, coincidente com a Segunda Guerra, não poderia ser desfrutada da mesma maneira. Justificavam-se as mudanças estruturais. Novos tipos de contato com os grupos locais, que aparecem com os sertanistas; novas formas de investigar a natureza, como pela criação de reservas destinadas a preservar, deixando todos os outros espaços livres; novas estruturas viárias que permitissem finalmente interiorizar; investimentos de crédito; novas tecnologias de aproveitamento produtivo dos espaços. É no bojo dessas propostas e transformações que começamos a ver com maior nitidez como os discursos de transformação afetaram a pecuária bovina. Mas, até esse momento, assim como nos *Álbuns anteriores* (o 1899 e o de 1908), a indústria pastoril aparecia mais prospectiva dos

¹⁴⁸ APEP – Secretaria de Governo. *Álbum do Pará*. Organizado sob os auspícios do governo do estado e com apoio da Associação Commercial do Pará, sendo interventor federal S. Excia. O Sr. Dr. José Carneiro da Gama Malcher. Organizador e editor Hildebrando Rodrigues. Belém. 1939. (Fotos 7390-7410, Caderno de campo 2013).

campos naturais, sem, no entanto, dessa vez, no *Álbum do Pará de 1939*¹⁴⁹, deixar de abrir uma brecha para possibilidades de mudanças no aproveitamento de áreas com a implantação de pastagens, como segue, nas páginas 29 e 30:

O Pará possui campos e varzeas propícias à criação de larga monta e já ocupamos um lugar de invejável relevo entre os criadores de todo o Paiz. Ainda hoje, apesar do atraso em que a rotina nos deixou, em matéria de cruzamentos, robustecimento de pastagens e introdução dos processos científicos da pecuária industrializada, os nossos rebanhos representam, em número, uma das mais vultuosas parcelas da população bovina dos campos brasileiros. [...] Os nossos vastos campos, ainda pouco povoados, abrangem uma extensão de 300.000 quilômetros quadrados, ou seja uma área de trinta milhões de hectares. Espalhados por várias zonas do Estado, os principais pontos da indústria pastoril paraense concentram-se nas seguintes regiões: [...] Campos dos rios Tocantins e Araguaia [...] com superfície aproximada de 40.000 quilômetros quadrados. [...] Há, no Pará, uma extensão vastíssima de campos que nos habilitam a desenvolvermos a pecuária em larga escala, até ao extremo de atingirmos um lugar de destaque entre os maiores exportadores de gado do mundo [...]. Graças aos esforços pertinazes do dr. Vicente Chermont de Miranda, André Goeldi e dr. Jacques Huber, estudiosos devotados do assunto, podemos oferecer aos nossos leitores o arrolamento e classificação de mais de 300 espécies de forrageiras, que valorizam a nossa terra [...].

Essa descrição das possibilidades, mostrando tudo o que se tem e ainda o muito que se pode fazer é acompanhada de sugestões sobre como melhor aproveitar os espaços, diagnosticando também os grupos que já utilizavam da pecuária (conforme página 31):

Somos possuidores, conforme acabamos de vêr, de áreas, vastíssimas e ricas de pastagens, propícias ao desenvolvimento de uma indústria pastoril vigorosa [...]. Os oitocentos mil bovinos que se perdem na imensidão das distâncias do nosso território, quase selvagem, entregues ao cuidado simplório dos nossos vaqueiros rudes, são somente a principal de uma grande indústria que o homem amazônico pode realizar, em dias futuros, com segurança e decisão. Os males que afligem as iniciativas individuais do vale são a falta de capital circulante e a ausência dos conhecimentos técnicos que exige uma indústria racional.

Vaqueiros rudes que cuidam simploriamente, território selvagem, falta de capital e ausência de conhecimentos técnicos era o que configurava, nesse discurso, a pecuária regional. E, além desses, outros problemas se revelavam relacionados à propriedade, transmissão de patrimônio e gestão técnica, a saber (página 31 do *Álbum do Pará 1939*):

Nossas propriedades pastoris constituem patrimônio de heranças consecutivas, que entregaram, automaticamente, o domínio de uma indústria, que requer aptidão vocacional, a indivíduos alheios e, muita vez, refractários ao desvelo, à pertinácia, ao

¹⁴⁹ APEP – Secretaria de Governo. *Álbum do Pará*. Organizado sob os auspícios do governo do estado e com apoio da Associação Commercial do Pará, sendo interventor federal S. Excia. O Sr. Dr. José Carneiro da Gama Malcher. Organizador e editor Hildebrando Rodrigues. Belém. 1939. (Fotos 7390-7410, Caderno de campo 2013)

amor da natureza e ao estudo persistente que a criação requer dos seus profissionais. Morando nas cidades [...] são meros gosadores dos proventos que lhes advêm de uma industria primitiva e deficiente, dirigida por vaqueiros e ‘encarregados’ displicentes e semianalfabetos.

Mas, além das implicações em termos de gestão das propriedades individuais exploradora da “*industria primitiva e deficiente*” pelos “*vaqueiros e encarregados displicentes semianalfabetos*”, os resultados coletivos também estavam sendo questionados. A falta de produtos, vistas também pelas indicações estatísticas, legitimava a necessidade de investimentos e possíveis soluções: [depois de comparar as produções de outros Estados – página 32 do Álbum de 1939]

Quanto a nós, o que produzimos em nossos campos pastoris, é insuficiente para as necessidades mais imediatas do Estado e para os reclamos de um grande porto, como o de Belém, acessível aos navios de todos os paizes.

Importamos, ainda, de outros Estados, a manteiga, o xarque, o leite condensado e uma infinidade de subproductos que os nossos próprios recursos poderiam supprir, com o desenvolvimento do trabalho constante e racional. Há poucos mezes, o Pará lutou contra a falta de carne verde para o consumo de nossa população. [...] O governo, com serenidade e tino, examinou a fundo a questão, levantou estatísticas sobre a produção bovina, confrontou a produção com o movimento de consumo e de exportação, e concluiu por verificar a insuficiencia dos nossos rebanhos para attenderem, simultaneamente, ás exigencias do nosso proprio consumo e dos pedidos dos importadores das Guyanas [...]. O governo decretou restricções á exportação e o fornecimento de carne ás populações paraenses voltou á normalidade, sem, entretanto, apresentar grandes sobras.

Obviamente que havia muito a ser feito para o desenvolvimento dessa indústria, considerando-se o aumento demográfico e a demanda por carne e outros produtos bovinos. Assim, “*para o seu desenvolvimento e completo aproveitamento, o caminho a seguir é o da technica adoptada, com êxito, em outros pontos do Brasil, salvaguardando-se, entretanto, as excepções oriundas da diversidade de climas, de recursos de transporte, de volume de capital, etc*”. Daí por diante, o trabalho feito por José Ferreira Teixeira *Estudo resumido do problema da pecuária do Pará* viria a servir como base para as mudanças, onde foram resumidas 11 medidas a serem adotadas para a transformação da indústria pastoril, conforme resumido no Álbum do governo (1939, p. 32-33):

1º - O aperfeiçoamento physico das manadas crioulas pela seleção, cruzamento, alimentação, gymnastica funccional. Nesse primeiro item o illustre fazendeiro paraense inclúe o melhoramento zootechnico dos rebanhos, pelo methodo do cruzamento contínuo, firmado na escolha dos reproductores de ambos os sexos. Esse cruzamento tem como objectivo ‘adaptar a raça á qualidade e quantidade do alimento que se proporciona’. Deve-se, pois, assim, tambem, assegurar a ‘alimentação completa nos animaes em todos os periodos de sua existencia e sobretudo na infancia, quando o organismo se forma’.

- 2º - A escolha das raças e a qualidade dos reprodutores que devemos importar para melhoria dos nossos rebanhos, obedecendo ao critério de acurada observação científica, que determinará as raças que nos convêm, a melhor maneira de sua aquisição, os meios mais benéficos de transporte de reprodutores e a instalação de uma FAZENDA MODELO, para criação experimental de reprodutores no Estado.
- 3º - As estações de Monta do Governo [...] para melhoramento dos rebanhos.
- 4º - Incrementar o problema forrageiro, visando a cultura de gramíneas e leguminosas de maior valor nutritivo, base fundamental de uma criação aperfeiçoada. A criação de prados artificiais.
- 5º - O aparelhamento das fazendas. Abrigos para o gado. Galpões e curraes cercados. Aguadas naturais e artificiais. Os aramados (tapumes divisorios) no perímetro das fazendas. Os aramados internos da propriedade. Atenção ao problema das secas e das invernadas.
- 6º - A defesa sanitária dos animais. Organização e custeio do serviço sanitário animal nos centros pastoris do Estado. A prophylaxia contra carrapatos, problema urgente e indispensável.
- 7º - O transporte bom, rápido e barato, de gado e passageiros, como factor essencial á existência de uma industria prospera.
- 8º - Defesa da propriedade. Marcas. Código de Polícia Rural. Necessidade de uma nova regulamentação.
- 9º - A industrialização da pecuária. É necessário criar o gado aperfeiçoado em peso e qualidade de carne para assegurar o commercio nacional e internacional dos productos da pecuária.
- 10º - Industria de laticínios. Possibilidade de sua instalação no Pará.
- 11º - Defesa econômica e commercial. Crédito Agrícola. Associações rurais de fomento e crédito. Cooperativas de produção e venda.
- [...] Um pouco de boa vontade, seria o início da transformação dos nossos methods rotineiros em largos caminhos da segura prosperidade que a industria racionalizada offerece aos seus impulsionadores.

Essa proposta sugere a completa reformulação da atividade, quer dizer, iniciar ou fortalecer processos de transformação que afetariam todo o sistema de criação, indo bem além das porteiras e cercas que, por sinal, ainda não pareciam existir como algum tempo depois. Depois do melhoramento animal – pela genética e os tratamentos alimentares – o *aparelhamento das fazendas*, desde os galpões até as marcações e cercas compunham as primeiras medidas para transformar a pecuária estadual, vindo também como 8º elemento a *defesa da propriedade* e as mudanças na legislação. Essas recomendações, ou pelo menos todas as que conduziam a mudanças no manejo genético, alimentar e sanitário, atingiam diretamente os fluxos e as circulações, e se justificavam como princípios de produtividade relativa e segurança. Aqui uma evidente constituição de margens e seu conjunto de justificativas: eficiência e segurança – pessoal, coletiva e nacional.

Atentando-nos ao caso específico e efetivo da produção e comercialização do leite nesse período, outros documentos demonstram a constituição eficaz do estímulo ao consumo e ao mesmo tempo da fiscalização de suas qualidades, que são inseparáveis de decisões políticas e práticas de governo mais gerais. De um lado, as ações de propaganda, acoplando a questão nutricional à grande preocupação do momento, que era a constituição de uma nação. Não é sem propósitos que o bilhete postal da Secretaria Geral da Agricultura Indústria e Comércio de

Belém, de 1934¹⁵⁰, exiba os dizeres de que o Brasil que precisava de cidadãos saudáveis e, como o leite fresco produzia uma criança saudável, alimentar as crianças com leite fresco confundia-se mesmo com um dever civil (Imagem 46). De outro lado, junto a esse postal, um documento demandava ao laboratório de análises de saúde pública a repassar para o Serviço de Indústria e Comércio de Leite e seus derivados o material de exames do leite, já que essa última instituição ia “*iniciar a fiscalização do leite nos cafés, bars e estabelecimentos outros de venda de leite nesta capital*”¹⁵¹. Pode-se ver a constituição estratégica de uma normatividade do consumo que amparava e possibilitava cada vez mais o aprimoramento das normas e formas de fiscalização e controle, sendo o Estado, em ambas as práticas (consumo e fiscalização), o responsável a dizer o que, por que e como se alimentar, impondo controle rigoroso sobre os possíveis desvios.

¹⁵⁰ APEP - Secretaria do Governo. Série Ofícios (Agricultura anos 1930-1934) Caixa 186. Cartão postal (bilhete). 1934 (Foto 7518, caderno de campo 2013, p.77).

¹⁵¹ APEP - Secretaria do Governo. Série Ofícios (Agricultura anos 1930-1934) Caixa 186. Ofício 15 de 14 de agosto de 1934 (Foto 7518, caderno de campo 2013, p.77).

Imagem 46 – Cartão postal da Secretaria Geral de Agricultura Indústria e Comércio de Belém (1934) informando que “o leite fresco produz uma criança saudável. O Brasil precisa de cidadãos saudáveis”



Fonte: APEP (1934)

Não que as ações profiláticas tenham surgido aí, pois, ainda no final do século 19 muitas leis foram produzidas para controlar a transmissão de doenças entre os animais ou para os humanos, estabelecendo-se um controle rigoroso de entradas e saídas. Na capital, Belém, desde 1897, uma completa reestruturação do matadouro municipal, “*a bem da hygiene e até da civilização*”¹⁵² (página 78), estava acontecendo, fazendo gerar leis, regulamentos e aberturas de contratos para regularizar as questões sanitárias. Um exemplo disso foi a lei Municipal nº 185 de 15 de março de 1898¹⁵³, que deu “*providencias sobre injeções de tuberculina nas vaccas que abastecerem de leite a população*”, sendo que a resolução do conselho era a de que: (art.

¹⁵² Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, pelo intendente senador Antônio José de Lemos. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/relatorioapresen00lemouoft/relatorioapresen00lemouoft_djvu.txt>. Acesso em 05 fev. 2016.

¹⁵³ APEP - Secretaria da Agricultura e Pecuária. nº 1 (encadernados). Certificado de inspeção e classificação de produtos agrícolas. 1931. (Foto 7787, Caderno de campo 2013, p.84).

1º) nos meses de janeiro e julho as vacas deveriam ser examinadas e vacinadas, ficando assim, (art. 2º) “*proibida a retirada de vaccas para qualquer outra parte, salvo depois de licença concedida pelo Intendente*”, pois a punição em caso de descumprimento (§ único) seria uma “*multa de cem mil réis por cada animal*”. E, no art. 6º, quando confirmada a sorologia negativa, os médicos atribuiriam um certificado para cada vaca, pago pelo proprietário (no valor de cinco mil réis), sendo que, (art. 7º) “*os proprietarios das vaccas são obrigados a collocar em bolsa de coiro, em testeiras ou em medalhas pendentes do pescoço dos animais os certificados destes, afim de exhibil-os quando exigidos pelas auctoridades municipaes ou pelo consumidor*”, sob pena de multa, também para o caso de exibir um certificado de outra vaca. Além dessa lei, e como resultado dela, foi promovido o contrato de um veterinário de Paris para melhorar esses serviços, e também uma série de modificações nos locais dos estábulos, que passaram a ser interditados na capital, deslocando-se para as periferias, e dando também regulamentos sobre os vendedores de leite¹⁵⁴. Assim, a fiscalização do leite vendido nos cafés e restaurantes, etc., é apenas parte desse processo cada vez mais rigoroso e seletivo.

E as transformações na agropecuária não pararam de proliferar, sendo que, na década de 1940 muitas outras ações começaram a ser implementadas. Pode-se ver no “Relatório de 1944 do Fomento Agrícola do Pará”, do Ministério da Agricultura¹⁵⁵, muitas atividades e seus efeitos. A fotografia abaixo (Imagem 47), por exemplo, mostra a distribuição de sementes pelo governo para a implantação das lavouras; mas além das sementes, foram distribuídas também mudas e estacas e outros materiais agrícolas. O relatório informa ainda sobre as atividades que estavam sendo desenvolvidas nos 9 campos agrícolas do Estado. Esses campos eram fundamentais para o alcance de uma das principais metas do governo, que era conquistar a confiança dos agricultores para as ações governamentais relacionadas ao subsídio para a modernização da agricultura. Não era ainda comum que os agricultores menos capitalizados pegassem financiamentos, sendo isso apontado como uma resistência às mudanças que precisava ser vencida pelo governo. Insistiu-se muito para que o acesso ao crédito e a aquisição

¹⁵⁴ “A experiência demonstrou a necessidade de fazer retirar para os arredores da capital os estábulos do gado que suppre de leite a população, excepto quando construídos por um plano especial e sob as mais rigorosas condições hygienicas. Assim o compre-hendeu o legislador municipal, expressando no Código de Policia a prohibição de abegoarias de gado vaccum dentro do perímetro urbano e obrigando a sua construcção a condições de perfeita hygiene. O mesmo Código obriga também o vendedor de leite a completas medidas de asseio pessoal e de limpeza e boa saúde de seus animaes” (p.88-89) (Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902. Pelo intendente senador António José de Lemos. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/relatorioapresen00lemouoft/relatorioapresen00lemouoft_djvu.txt>. Acesso em 05 fev. 2016).

¹⁵⁵ APEP - Área do governo. Secretaria do governo. Série: Offícios. Relatório Secção de Fomento Agrícola do Pará. 1944-1947. Cx. 272. Ano 1944. (Fotos 8069-8101, Caderno de campo 2013, p.91).

de equipamentos e insumos se tornassem corriqueiros na agricultura brasileira de pequena escala.

Imagem 47 – Distribuição de sementes para a lavoura de 1945



Fonte: APEP (1944).

Além dessas ações mais específicas do fomento, o outro “Relatório Estadual da Situação Econômica”¹⁵⁶, também de 1944, indica prioridades no tratamento da questão agrícola. O relatório começa dando ênfase à reestruturação econômica para suprir os problemas de abastecimento de alimentos gerados pela Segunda Guerra, devido ao bloqueio da navegação pela costa associado à (página 5):

Situação precária da produção pecuária e agrícola, aquela esgotada e deprimida e esta insuficiente para atender às nossas necessidades internas [...]. Por outro lado, o aumento no consumo de gêneros alimentícios pelo afluxo de trabalhadores, que eram encaminhados para o trabalho dos seringais ou para as obras de defesa nacional.

Em outro trecho o texto continua informando (página 9):

Há um contraste flagrante entre a grandeza e a exuberância do meio e a situação de insuficiência econômica em que vive o homem por estas terras marginais dos grandes rios que formam o sistema amazônico e de florestas sem fim. Não é pequeno o

¹⁵⁶ APEP – Governos estaduais. Relatórios de órgãos do governo. Situação Econômica. Separata do relatório apresentado ao senhor Presidente da República pelo Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata – Interventor Federal no Pará. 1944 N. 23 (Fotos 8334-8396, Caderno de campo 2013, p.100).

número de pessoas que atribuem a um clima desfavorável [...]. Dêse preconceito não fugiu Euclides da Cunha. Para êle o homem amazônico é o intruso que chega antes da terra ter realizado a sua formação.

Retomando a retórica vista nos discursos anteriores que contrapõem a insalubridade climática, o relator diagnostica: “*O caso amazônico é um problema de povoamento antes de tudo*” [página 9]. E, para os locais já povoados, como os vales do Tocantins, o problema tinha sido, para ele, a “*penetração desordenada, fora de qualquer método sistemático de colonização*” [página 10].

Segundo o relator, a agricultura também estava muito aquém daquilo que poderia se manifestar, sendo necessário transformar todas as bases de produção, por meio de “*intervenção oficial mais ampla, por uma legislação adequada e medidas convenientes a um melhor aproveitamento dessas riquezas e à preservação do seu próprio patrimônio*”, usando-se também “*fomento intensivo das possibilidades agrícolas e pecuárias*”, de forma que se pudesse “*sair do empirismo, ou antes do primitivismo dessa exploração, em busca de uma técnica apropriada que venha a multiplicar as forças de produção*”. O texto continua: “*Por isso a criação por V. E. do Instituto Agrônomo do Norte [...]*” [página 13], foi a grande contribuição para o desenvolvimento da agropecuária regional, consolidando bases para uma exploração racional e tecnológica. Para o caso específico da pecuária, um convênio firmado em 1943 com o Ministério da Agricultura e a Interventoria incluíam: a instalação de uma fazenda experimental para criação; estações de monta; estudos agrostológicos a fim de selecionar e difundir as espécies forrageiras mais adaptadas; e o fornecimento de reprodutores a preço de custo. Essas ações alcançariam “*uma velha aspiração do nosso Estado*” [página 82], especialmente por meio dessa estação experimental, que era modernizar a pecuária estadual.

Mas as ações de interiorização “científica e modernizante” continuavam se tornando cada vez mais sofisticadas. Por exemplo, justificando o intuito de aprofundar a autonomia dos municípios, ainda em 1945, foi proposta pelo Departamento de Agricultura do Governo do Estado a criação dos Conselhos Agrícolas Municipais que, distribuindo posições de decisão aos conselheiros, fariam funcionar a agricultura e pecuária dos municípios. Esses conselheiros, por decisão coletiva, poderiam até mesmo “*solicitar a designação de um agrônomo ou de um veterinário para estudar in loco e resolver questões cuja solução exija a presença de um profissional*”¹⁵⁷. Porém, essa abertura para uma gestão mais localizada não pode ser confundida com grandes possibilidades de heterogeneidade, pois, conforme já demonstrado antes, os

¹⁵⁷ APEP - Área do governo. Secretaria do governo. Série: Ofícios. Proposta de criação dos conselhos agrícolas municipais. 1944-1947. Cx. 272. Ano 1945. (Fotos 8014-8015, Caderno de campo 2013, p.90).

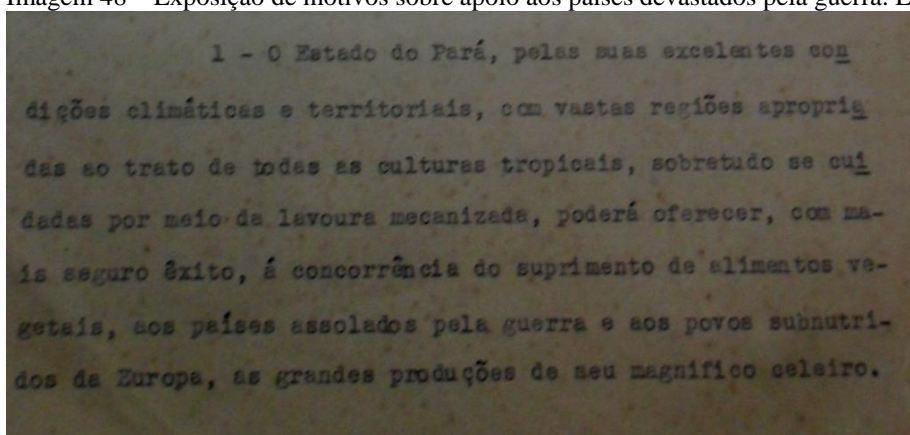
modelos a serem adotados já estavam bem estabelecidos, sendo que a mecanização e o aumento das escalas de produção eram as metas a serem alcançadas em todas as partes possíveis.

Com o fim da Segunda Guerra ocorreu uma aceleração desse processo de transformação da agropecuária paraense que viemos tratando até aqui, mas não sem antes produzir uma vasta deslegitimação dos sistemas “não modernos” de produção. Uma comunicação instigante foi feita pelo Serviço de Apoio ao Cooperativismo do Departamento da Agricultura do Governo do Estado. Nesse, chamado *Exposição de motivos*, de 26 de setembro de 1945¹⁵⁸, são apresentadas as possibilidades do Pará prestar serviços de apoio aos países devastados pela Guerra, no âmbito da *United Nations Relief and Rehabilitation Administration* (UNRRA – órgão nascido em 1943, fruto da Nações Unidas). A justificativa era a de que (Imagem 48):

1 - O Estado do Pará, pelas suas excelentes condições climáticas e territoriais, com vastas regiões apropriadas ao trato de todas as culturas tropicais, sobretudo se cuidadas por lavoura mecanizada, poderá oferecer, com mais seguro êxito, á concorrência do suprimento de alimentos vegetais aos países assolados pela guerra e aos povos subnutridos da Europa, as grandes produções de seu magnífico celeiro.

O documento prossegue indicando que para atender a essa tarefa seria necessário dar ao trabalho agrícola “*organização técnica racional*” [...] “*para o cultivo do arrôz, do feijão, do milho, dos legumes, dos tubérculos, e de uma numerosa variedade de frutos alimentícios* [...]”. Mas havia uma grande ressalva para alcançar essas produções de maneira satisfatória, conforme o documento continua qualificando, no item 4:

Imagem 48 – Exposição de motivos sobre apoio aos países devastados pela guerra. Estimulando a modernização



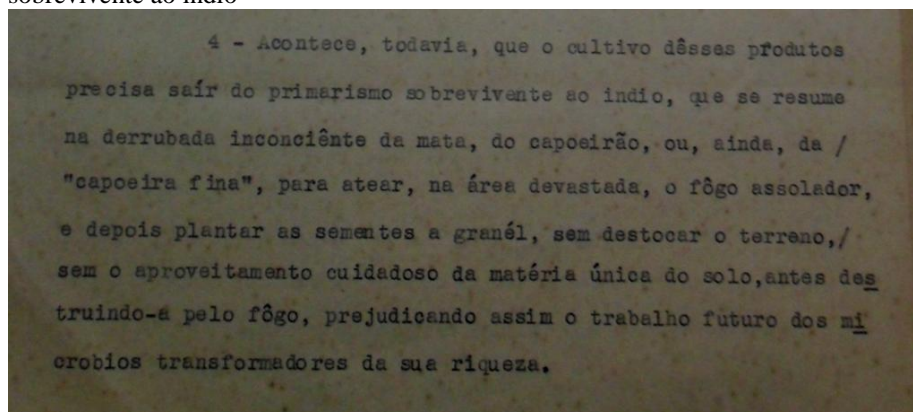
Fonte: APEP (1945).

¹⁵⁸ APEP - Área do governo. Secretaria do governo. Série: Ofícios. Exposição de motivos. 1944-1947. Cx. 272. Ano 1945. (Fotos 8017-8026, Caderno de campo 2013, p.90).

4 – Acontece, todavia, que o cultivo desses produtos precisa sair do primarismo sobrevivente ao índio, que se resume na derrubada inconsciente da mata, do capoeirão, ou, ainda, da / ‘capoeira fina’, para atear, na área devastada, o fogo assolador, e depois plantar as sementes a granel, sem destocar o terreno, / sem o aproveitamento cuidadoso da matéria única do solo, antes destruindo-a pelo fogo, prejudicando assim o trabalho futuro dos microbios transformadores da sua riqueza.

Continuando a descrição dos sistemas indígenas (Imagem 49), informa que desse “trabalho rudimentar, surge a erosão [...], e as terras ficam sem valor, tomadas pelaservas invasoras, enquanto o seu causador procura outros terrenos, onde continua a sua faina devastadora”, já que esse desconhece as tecnologias de adubação, e não dispõe de maquinários de preparar o solo e nem as melhores sementes. Distintamente da agricultura moderna, que visa o rendimento econômico, esses “maus tratos” para com a terra, dessa “incipiente” agricultura podem até mesmo ser chamados de “criminoso trabalho”.

Imagem 49 – Exposição de motivos sobre apoio aos países devastados pela guerra. Sair do primitivismo sobrevivente ao índio

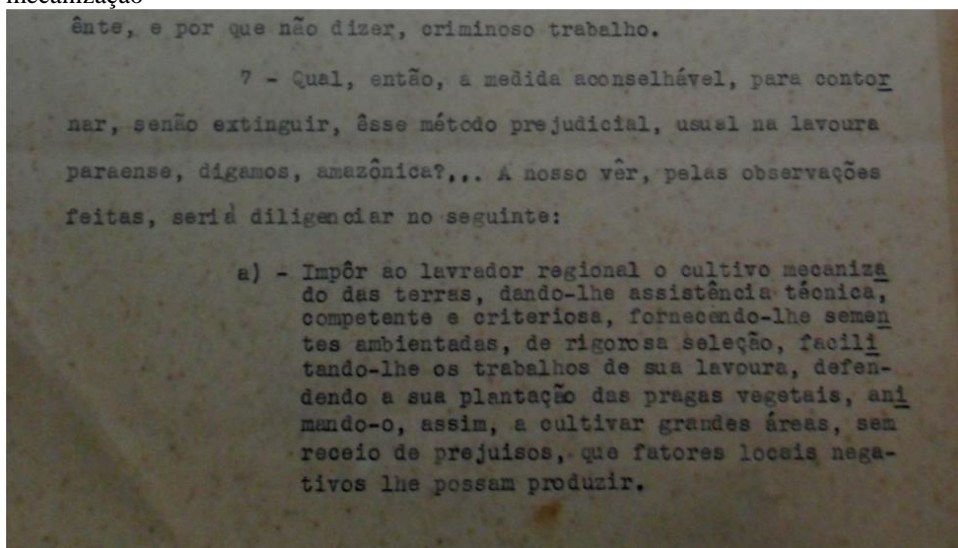


Fonte: APEP (1945).

Surge dessa argumentação a questão (Imagem 50):

Qual, então, a medida aconselhável, para contornar, senão extinguir, esse método prejudicial, usual na lavoura paraense, digamos, amazônica?... [...]: a) – Impôr ao lavrador regional o cultivo mecanizado das terras, dando-lhes assistência técnica, competente e criteriosas, fornecendo-lhe sementes ambientadas, de rigorosa seleção [...], defendendo a sua plantação das pragas vegetais [...], animando-o, assim, a cultivar grandes áreas [...].

Imagem 50 – Exposição de motivos sobre apoio aos países devastados pela guerra. O que fazer? Impor a mecanização



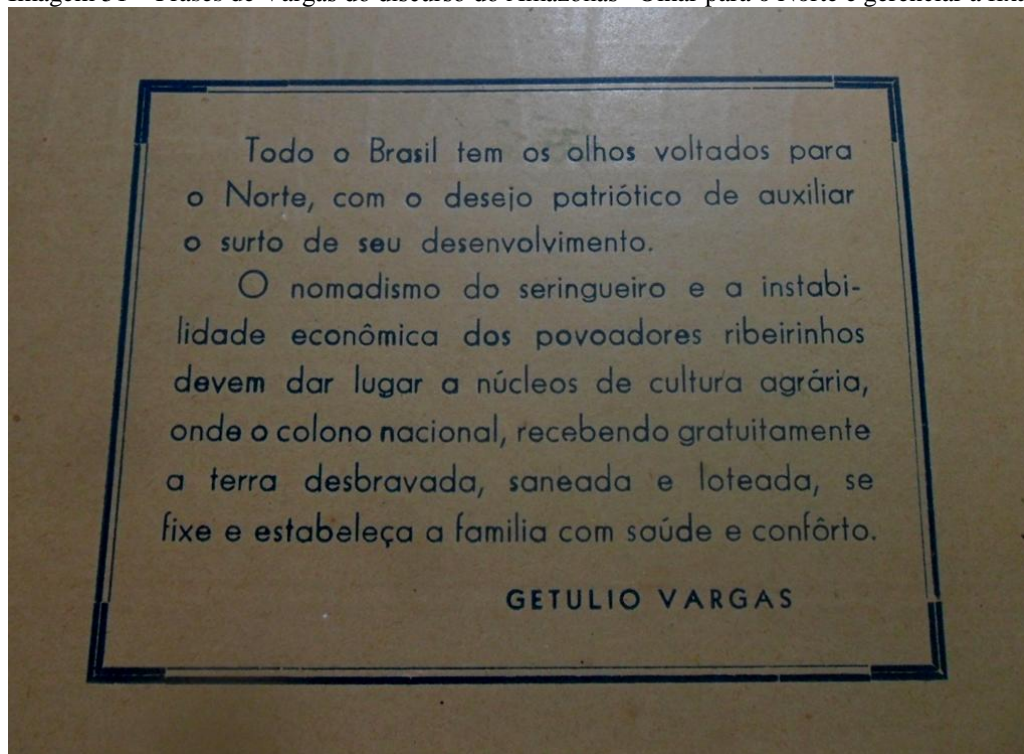
Fonte: APEP (1945).

O documento segue enumerando as possíveis soluções a adotar para constituir a modernização da agricultura e ao mesmo tempo a “fixação” do homem no campo, incluindo a disponibilização de crédito, a melhoria nas condições de vida no meio rural, a abertura de estradas, a implantação de usinas de armazenamento, beneficiamento e de meios de transporte regular para os produtos, o fortalecimento e a criação de cooperativas, entre outras medidas. Como demonstrado, esses feixes de discursos que tinham por motivo apoiar aos países desolados pela Guerra terminam por tornar-se valiosos instrumentos táticos contra a agricultura tradicional indígena, constituindo os dispositivos de eficiência legitimados por um bem maior, a saber, o apoio humanitário, que só seria possível com a modernização da agricultura.

Mas, como já é bem conhecido, esses discursos da transformação vinham de todas as direções. Um desses enunciados, muito próximo ao anterior, são as palavras célebres de Getúlio Vargas, pronunciadas publicamente em 1940, no famoso *Discurso do rio Amazonas*, e que estamparam capas e contracapas de pastas ministeriais, como a da figura abaixo, do Departamento de Obras, Terras e Agricultura, onde se lê alguns trechos: “*Todo o Brasil tem olhos voltados para o Norte*”, mas, para isso, “*o nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional...*”¹⁵⁹ (Imagem 51).

¹⁵⁹ APEP - Área do governo. Secretaria do governo. Série: Ofícios. Frases de Vargas. 1944-1947. Cx. 272. Ano 1946. (Fotos 8045, Caderno de campo 2013, p.90).

Imagem 51 – Frases de Vargas do discurso do Amazonas “Olhar para o Norte e gerenciar a fixação da população”



Fonte: APEP (1946).

Como se sabe, diversas instituições foram criadas para efetivar as transformações e modernização da Amazônia em geral, especialmente da agricultura, justamente com aquelas direcionadas aos programas de incentivos fiscais e isenções, como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e a sua substituta, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966. Os próximos anos vieram mostrar o quão efetivas foram as investidas. Um balanço das ações e outros encaminhamentos podem ser vistos no discurso proferido em 1967, pelo governador Alacide Nunes, durante o encerramento do 7º Congresso Nacional dos Municípios¹⁶⁰, realizado em Belém. Seu relato viria a *“suscitar aspectos da realidade municipal, vivida na imensidão amazônica, onde o vazio demográfico, a escassês da tecnologia e a teimosa presença do homem, nos atraem e tonificam o ideal do desenvolvimento”*. O grande problema destacado no discurso são os desequilíbrios regionais em termos de desigualdades, especialmente no que concerne ao Amazônia e ao Nordeste, onde não está havendo prioridade para o desenvolvimento do setor industrial. Assim, os desequilíbrios estariam relacionados aos investimentos massivos em algumas regiões, provocando o esvaziamento de outras.

¹⁶⁰ APEP - Governos municipais. 20. Relatórios de órgãos do governo. Integração e desenvolvimento municipal (Discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Tem. Cel. Alacid da Silva Nunes, governador do Estado do Pará, por ocasião da solenidade de encerramento do VII Congresso Brasileiro dos Municípios, realizado em Belém, em 21 de julho de 1967). (Fotos 8319-8333, Caderno de campo 2013, p.100).

Enumerando algumas das principais causas internas do baixo desenvolvimento, Alacid Nunes, diagnostica e sugere, na página 6:

De um modo geral, a vida econômica dos municípios está alicerçada em atividades tradicionais. O extrativismo, quase sempre predatório, e a agricultura rudimentar, apresentam baixa produtividade. [...] A baixa produtividade do trabalho, aliada à rarefação demográfica, estimulam a instabilidade profissional. [...] Como enfrentar o problema? Duas medidas se impõem desde logo. A primeira consiste na adoção de melhor tecnologia produtiva: ensinar o homem a aproveitar melhor sua força de trabalho, aumentando-lhe a produtividade. [de forma que] conseguir-se-ia liberar parte da mão de obra [...]. A outra medida a adotar, seria a intensificação das pesquisas de recursos naturais, do que adviria a ampliação do rol de recursos econômicos efetivos. À falta de conhecimentos tecnológicos e de pesquisas aplicadas, muitas oportunidades são perdidas.

Mas além dos condicionantes econômicos provocados por essa “*agricultura rudimentar*”, outros elementos envolvidos ao baixo desenvolvimento estão, segundo o governador, os fatores psicológicos (página 8):

As populações interioranas tendem a oferecer maior resistência à mudanças estruturais condicionantes do desenvolvimento. A renúncia às práticas tradicionais não se consegue senão com grande esforço de parte dos líderes do processo. E a causa principal da resistência reside, exatamente, na falta do desejo consciente de progredir. Os resultados do desenvolvimento todos o deveriam querer, porque são palpavelmente benéficos. Mas a decisão de aceitar-lhes os ônus implica renunciar às comodidades de uma vida sem ambições. Enquanto os nossos compatriotas responderem aos problemas que lhes são propostos com o ‘não paga a pena’ que já se tornou famoso, devemos temer pelos resultados do esforço a que nos propomos. É necessário, portanto, adotar uma política agressiva de catequese, para que a mentalidade das massas aceite a luta com decisão e coragem.

E assim, depois de muito se investir em planos para a transformação regional, como já demonstrado antes, era preciso, na opinião dos gestores, para além das transformações estruturais, econômicas e produtivas, promover mudanças que afetassem a psicologia das populações, atingindo seus hábitos tradicionais, de pouca ambição, que estavam interferindo no avanço daquilo que se considerava progresso. Essa série de discursos que atravessavam territórios, populações, indivíduos, coisas, não paravam de produzir seus efeitos onde quer que fossem investidos. E os anos seguintes, especialmente nesse período de ditadura militar, vieram a mostrar que o combate aos hábitos não ambiciosos e pouco competitivos ou daquelas tentativas de resistências (camponesas ou não) aos grandes empreendimentos na Amazônia

seriam fortemente atacadas com educação doutrinária, formações técnicas, repressões de diversos tipos, e muita bala¹⁶¹.

Durante os próximos anos, muito foi feito em prol de transformar a agropecuária nas diversas partes do estado do Pará. Um olhar atento aos textos dos documentos descritos nesse capítulo permite verificar um direcionamento das ações até esse período anterior à ditadura militar para os pequenos empreendimentos, mesmo que a ênfase seja na modernização, essa parece ser mais focada na fixação e constituição de propriedades pequenas e médias. Isso foi constatado também no trabalho de Francisco Costa, quando trata da *Formação agropecuária da Amazônia*, ao identificar a tendência de “formação de um campesinato de grandes proporções que viria a se robustecer nos anos 50 do século XX, com a definitiva transformação da região, com a abertura da Belém-Brasília” (COSTA, 2012, p. 36). Para esse autor, na década de 60 esse cenário de investimentos no campesinato se reverteria, e o foco de aplicação de recursos passou para os grandes empreendimentos. Costa faz um interessante trabalho estatístico correlacionando os números de assassinatos rurais na Amazônia e a influência dos grandes projetos, demonstrando que os mesmos crescem mais ou menos na mesma proporção que os incentivos fiscais destinados às grandes empresas. O que demonstra, por outra via – a estatística – aquilo que em campo ficou evidente, e que aparece na metodologia dessa pesquisa: a correlação entre a pecuária dos grandes empreendimentos, o medo e a violência em São Félix do Xingu.

Embora os anos 1950 e 1960 tenham sido relevantes não só para o planejamento, mas também para algumas ações efetivas, seria especialmente na década seguinte que os projetos transformadores da agropecuária seriam investidos com maior potência¹⁶². Conforme já bem tratado na literatura, o período de governo militar foi marcado pelas mudanças no direcionamento das políticas, com transformações a partir dos grandes projetos de mineração e agropecuários, que incluíam construção de rodovias, portos, hidroelétricas, mas também assentamentos rurais e outras ações mais pontuais voltadas para o campesinato (CASTRO, 2010; COSTA, 2012; HÉBETTE, 2004; LESSA, 1991; SCHMINK; WOOD, 2012), desde que esse pudesse ser efetivamente transformado, adequando-se aos planos de desenvolvimento. Se

¹⁶¹ Uma série de documentos referentes ao combate de todas as possíveis ameaças camponesas pode ser encontrada na pasta do Ministério da Aeronáutica do período de 1967-1986, que foi recentemente liberada para consulta pública no APEP. São traduções de reuniões de padres, confissões de espíões, balanços de mortes e outros documentos sigilosos da época, que tive acesso (APEP - Ministério da aeronáutica. Série: Informes Aeronáutica. 1967-1976. Localização: 062_A2/I Comar).

¹⁶² Dois dos principais planos e organismos criados nesse período para o desenvolvimento da Amazônia foram a SPVEA e a SUDAM, que efetivaram o mais amplo pacote de incentivos e isenções fiscais na região. Seus processos legais de implantação, objetivos e dispositivos jurídicos podem ser consultados no trabalho de Raimundo Ferreira (1989).

ficarmos apenas no texto institucional, por exemplo, do I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974, é possível constatar que o foco das ações passou por mudanças:

A estratégia de desenvolvimento mobiliza o país para fortalecer a competição nacional [...]. Por outras palavras, realiza a integração nacional, não permitindo ficarem à margem do processo de desenvolvimento regiões como o Nordeste e a Amazônia. Os setores diretamente produtivos – indústria e agricultura – acionam o processo desenvolvimentista (BRASIL, 1971, p. 19).

Nesse mesmo texto, a *Estratégia agrícola* indicava que “na área do Programa de Integração Nacional” uma das metas era “expandir a fronteira agrícola, para incorporar [...] novas áreas da Região amazônica e no Planalto Central”. Para isso, seria prioridade o “desenvolvimento de setores com alta elasticidade-renda, nos níveis de renda das regiões brasileiras, principalmente em relação à pecuária de corte e de leite”, sendo que: “A política de desenvolvimento agrícola se fundar[ia], essencialmente: 1) No sistema, já montado, de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica no setor agrícola; 2) Na disseminação do uso de insumos modernos [...]; 3) No programa, já em curso, de pesquisa agrícola em grande dimensão [...] (BRASIL, 1971, p. 24-25).

Vale destacar que dentro do programa de integração, para o Nordeste a ideia principal era a de “desenvolvimento” enquanto que para a Amazônia a meta era a ocupação. Assim:

A estratégia para a Amazônia, que é de integrar para desenvolver, assentará em duas linhas mestras, complementares e interdependentes: I – Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira [...]. II – Ocupação econômica e desenvolvimento, para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver os excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região. A integração se realizará principalmente: - com a construção da transamazônica, da Cuiabá-Santarém e de outras rodovias de articulação com as demais regiões [...] (BRASIL, 1971, p. 29).

Foram incluídas nessas estratégias a criação de suportes educacionais e de saúde, e também um trabalho de aerofotogramétrico, por meio do Programa RADAM, ou Radar para a Amazônia, que apontaram a região do Xingu como uma das que possuíam solos e subsolos mais ricos do estado. E assim, localmente, para cada microrregião ia se estabelecendo dinâmicas singulares para efetivação desses planos, embora concorressem pela adequação mais geral dos programas. A microrregião do Xingu se tornaria nos próximos anos um dos mais dinâmicos polos de atração migrante, estimulada pela produção mineral, madeireira e das fazendas de criação de gado. Novas imagens e discursos seriam lançados sobre a microrregião

produzindo outras visibilidades e enunciações, constituindo miríades de possibilidades àqueles que para São Félix do Xingu se direcionassem, definindo também a vida daqueles que lá já estavam.

4.3.4 Em São Félix do Xingu: constituindo o lugar, domesticando a máquina de guerra e outros processos

Já demonstramos a constituição mais específica da agricultura paraense enquanto tradicional, logo, de baixa produtividade que precisava ser transformada. Agora a nossa atenção será direcionada para a constituição de São Félix do Xingu enquanto um lugar a ser explorado e povoado, atentando especialmente para as relações dessa formação histórica com a pecuária. Aqui será necessário retomar diversas anotações dos capítulos anteriores, especialmente sobre os sertanejos de cultura pastoril que vieram se deslocando desde o Nordeste do país e da constituição da “máquina de guerra”, a fim de analisar o processo mais estratégico para onde se investiram os discursos que produziram algumas populações e seus territórios como possivelmente úteis à produção bovina e margens que precisavam ser integradas, transformadas, tornadas produtivas e eficientes. Ou seja, veremos de maneira mais específica e localizada os investimentos que vimos no tópico anterior, agora com a pecuária e sobre São Félix do Xingu, desde o final do século 19 até a metade do 20.

De todas as mercadorias e demais produtos que circulavam pelos rios da bacia do Xingu, o gado, desde cedo, não fora destinado às embarcações, como as demais, mesmo na época do inverno (SANTANA, 2007, p.94). O fato de serem criados soltos tornava-os arredios, impossibilitando o trânsito pelas embarcações (SANTANA, 2007; VAZ, 2013). Sua passagem foi acontecer por terra em meio a “picadas”, trilhando antigos caminhos já frequentados por indígenas, missionários e outras populações ribeirinhas. Foram trazidos por criadores, em busca de pastagens e mercados (pois atendiam aos trabalhadores nos seringais), que cruzaram ou margearam rios pouco tempo antes. Vaz, em tópico chamado *A chegada dos sertanejos no sul do estado do Pará*, informa:

A trajetória natural de expansão de novas terras para o rebanho, unida à necessidade de fuga dos conflitos fomentados por grandes latifundiários, na região goiana de Boa Vista do Tocantins, no final do século XIX, fez com que alguns grupos cruzassem o rio Araguaia e chegassem à margem paraense. Entre os relatos deixados pelos dominicanos e outros estudos realizados por viajantes e observadores, esses pequenos grupos passaram a se exilar na margem paraense do rio Araguaia, entre os anos de

1892 a 1896¹⁶³. [...] Mas a trajetória e os traços culturais desse grande grupo de sertanejos nordestinos pecuaristas, que se dispersaram ocupando áreas interioranas em todo o período colonial, tornaram-se relevantes para mostrar a origem de muitos costumes e práticas sociais, bem como as formas de manejo do gado que persistiram por várias gerações, inclusive quando alcançaram o sul do Pará (Vaz, 2013, p. 40).

O seguir fluxos e desviar-se ou fugir dos obstáculos teriam levado alguns grupos de criadores que vieram do Nordeste a encaminhar-se para as terras paraenses, margeando os rios Araguaia e Tocantins, dispersando-se. Entre as disputas, destacaram-se o domínio por territórios, como descreve a historiadora:

A onda pastoril que se expandia na margem paraense do rio Araguaia foi parte de um movimento migratório com grupos de nordestinos e goianos, outros pioneiros seguindo e criando outras rotas chegaram às margens do rio Itacaiúnas, onde somaram também as populações indígenas e ribeirinhas na constituição do Burgo Agrícola do Itacaiúnas¹⁶⁴. [...] A vanguarda da frente pastoril, que se instalou primeiramente às margens do Araguaia e afluentes, aproximou-se da população indígena local para aproveitar-se de seus trilhos, caminhos bem rústicos traçados em meio à floresta [...]. Mesmo que as mortes violentas, em decorrência das disputas por terra e poder político, assustassem a população sertaneja, a conquista de novas áreas de pastagens naturais foram imprescindíveis para que os sertanejos pudessem manter seus rebanhos. A população sertaneja traçou uma rota de fuga, para enfim se instalar em alguma área ainda livre, deixando para trás o território goiano. Esse determinado grupo que se arriscou a cruzar o rio Araguaia, com embarcações bem precárias, encontrou uma nova área, onde se mesclaram alguns elementos do sertão, do cerrado, além de uma densa floresta. [...] Não havia recurso e nem experiência prática para transpor os obstáculos de grandes matas fechadas que foram encontradas nessas áreas de transição de vegetações. Assim, a chegada à margem paraense do rio Araguaia, ocorreu de forma tímida e com mínimas intervenções pelo vastíssimo território. A formação do primeiro núcleo populacional, nomeado de Santana da Barreira, ocorreu por volta de 1882. Essas famílias deixaram para trás as relações comerciais mais constantes, as redes terrestres de melhor acesso e os núcleos urbanos em crescimento em Goiás (VAZ, 2013, p.42-43).

Assim teve início a trajetória dessa pecuária no sul do Pará, diferente de outras áreas paraenses em que a pecuária bovina era mais antiga, como a no baixo Amazonas e Marajó, onde o gado era criado desde o século 17 (VEIGA et al., 2004). Essa era mais recente e sempre estivera fomentando ou sendo fomentadas pelas dinâmicas de exploração de recursos naturais, especialmente a extração de látex, garimpos, castanhas, etc. Assim, as “frentes” não seguiam sozinhas, sempre houve um entrelaçamento entre a produção de animais e outras atividades. Como ressaltou Moreira Neto (1960 *apud* Vaz, 2013, p.46), para a região do Araguaia:

¹⁶³ A autora informa que a segunda metade do século 19 foi marcada pela intensificação das disputas pela posse da terra em muitas áreas do território goiano, especialmente em decorrência da Lei de Terras, desencadeando a proliferação de posses irregulares (VAZ, 2013, p.40).

¹⁶⁴ Atual cidade de Marabá. A bibliografia sobre a formação dessa cidade é vasta, e dá conta dos diversos ciclos econômicos que configuraram as dinâmicas locais, tendo a exploração de castanha, caucho e metais preciosos como atividades principais, embora pecuária e agricultura tenham sido bem relevantes (DE LAGENEST, 1958; EMMI, 1999; JADÃO, 1984). Também dessa cidade partiram expedições para exploração de látex na região do Xingu (MORAES, 1998).

A pecuária acompanhava uma tímida lavoura de subsistência, praticada nas vazantes ou nas matas ciliares que bordejavam os cursos d'água permanente. Esta fornecia ao sertanejo um mínimo de produtos agrícolas indispensáveis à sua manutenção e a dos materiais de transporte: mandioca, milho, feijão, cana. Eram diminutas em extensão; as roças individuais dificilmente ultrapassariam a área de um hectare, em que geralmente só se plantava uma vez.

Em São Félix do Xingu foi parecido, embora não tenha passado por missões de catequização permanentes que antecedessem aos padrões da borracha. Alguns documentos indicam o constante foco de interesses privados e alguns investimentos realizados, por exemplo, em estradas e áreas de seringais, ainda nos anos 1890, como transcrito abaixo. O primeiro documento trata da reclamação de posse de uma área de seringal, demandada por herdeiros de Dorotheu Marques, onde se lê: *Exploração em 1º 1894. Seringaes do alto Xingú de propriedade do falecido Dorotheo Marques dos Reis, pertencem hoje aos seus herdeiros[...]*¹⁶⁵. Esse documento, datado em 1914 e assinado pela esposa do falecido, na cidade de Altamira, segue delimitando os locais dos seringais, informando que esses seringais se localizam nas margens esquerda e direita do rio Xingu (Imagem 52).

¹⁶⁵ APEP – Série Dossiês. Departamento das municipalidades. Seringal de exploração no Xingú. 1894. (Foto 7820, Caderno de campo, 2013, p.96 continuação da p. 84)

Imagem 52 – Seringal de exploração no Xingú, documento de 1894

exploração - em 1894

Seringal do alto Xingú, de propriedade de
 J. D. Dorotheo Marques dos Reis, pertencendo
 hoje aos seus herdeiros, pinheiros do Baixo
 Xingú, a lida com Sapucaia, o lado do
 Baixo, e lado de cima com Pirambogara e
 Cauda o dito Seringal a margem esquerda
 do Rio Xingú. Altamira 8 de Outubro
 de 1914. Por Lucia Marques dos Reis.

Pinheiros C. C. Cunha
 Corro também o seringal de Sapucaia
 na situação na mesma margem
 esquerda limitando pelo lado de
 cima com seringal 'Machia' e pelo
 lado de baixo com seringal
 Cataguara como da mesma forma
 o 'Machia' margem esquerda
 limitando-se pelo lado cima
 como seringal 'Yatambá' pelo lado
 de baixo com o Pirambogara.

Fonte: APEP (1914).

Já o segundo documento é também uma demanda da mesma família, mas trata sobre a construção de uma estrada, onde se lê (Imagem 53):

A pedido da Sra D. Lucia Marques dos Reis, recamam nos abaixo assignados a bem da verdade e para os fins legaes, que a estrada por denominação (estrada nova), foi aberta pelo finado Dorotheo Marques dos Reis, ligando o baixo Xingú ao Alto, partindo do Alto-Xingú do lugar denominado Paraty, indo terminar no[?] lugar denominado Paraty, baixo-Xingú, a[quela?] estrada foi terminada em 1897. São Vicente - Xingú. Municipio de Alta Mira, 22 março de 1912¹⁶⁶ [abaixo as assinaturas].

¹⁶⁶ APEP – Série Dossiês. Departamento das municipalidades. Juízo de direito da comarca de Xingú. Autos de justificativa. 1914. (foto 7819. Caderno de campo, 2013, p.96, continuação da p. 84).

Imagem 53 – Autos de justificativa. Estrada que foi construída, ligando o alto ao baixo Xingu, das cidades de Paraty até Paraíso, concluída em 1897

Apellido de Sr. D. Lucia Marques da Reis,
 declarando por abaixo assignado a bem se fundado
 e para os fins legais, que a estrada por denomina-
 ção (estrada nova), foi aberta pelo fidei-
 comissário D. Carlos da Reis, ligando o baixo-
 Xingu, ao Alto, partindo do Alto-Xingu, do
 lado denominado Paraty, sendo terminada no
 lugar de nome Paraíso, baixo-Xingu, cuja
 estrada foi terminada em 1897.
 Sr. Vicente Xingu, Municipio de Altamira e do Estado de
 Minas Gerais, Comerciante
 João Evangelista Pereira de Mendonça
 Arago de Joaquim Alves dos Santos
 Manoel Rodrigues Barbosa
 Manoel Ferreira de Moura
 João da Silva Cravos
 Arago de Pedro e da Sr.
 Henrique Tianna de Araújo
 Arago de José Quirino da Silva
 Henrique Tianna de Araújo

Fonte: APEP (1914).

Mas esses registros e essas pessoas não aparecem na narrativa do historiador local Luiz Santana (2007), que escreve o que ele entende como a formação de São Félix do Xingu. Em seu livro informa datas, locais, grupos sociais, primeiros contatos com indígenas e formas de colonização por meio dos barracões de aviamento, apontando outras pessoas:

Em 1889, uma expedição organizada com um grupo de 22 nordestinos, chefiados por Manoel Ferreira dos Anjos (Mestre Caratinga), a mando de Agrário Cavalcante, um dos fundadores da Missão da Imperatriz (atual Altamira), alcançou a região do Alto-Xingu e exatamente no dia 1 de novembro de 1889, penetrou a embocadura de um pequeno rio, afluente da margem direita do Xingu. [...] Desde das grandes cachoeiras, até a entrada neste rio, a expedição havia enfrentado graves perigos: os índios que habitavam as terras altas e próximas das margens do rio Xingu; as tribos dos Xipaias e Jurunas, ocupavam as terras ribeirinhas; enquanto que os temíveis Kayapós e

Assurinís, viviam nas terras recuadas. Ao chegarem na praia [de Todos os Santos] a expedição encontrou um grande número de índios jurunas, ali aldeados, que não ofereceram resistência e sim aceitaram a paz, oferecida pelos civilizados (brancos). Eles alertaram os expedicionários, para que não continuassem a viagem, pois corriam perigo se alcançassem as terras onde estavam os Kayapós. O chefe da expedição consultou seus companheiros e resolveram retroceder. A expedição tinha um índio juruna, como interprete, tendo em vista qualquer encontro que houvesse com os nativos e donos da grande região. [...] O objetivo da expedição era verificar a possibilidade de exploração das árvores da borracha, seringueiras e caucheiras, pois naquela época era o produto matéria-prima que representava a principal fonte de divisas e a sustentação do vale amazônico. Como verificou-se a grande existência de árvores de borracha, logo após o retorno da expedição, começou a chegar no Alto-Xingu, inúmeros grupos de seringueiros e caucheiros, chefiados por patrões: termo este usado para designar todos aqueles que aliciavam trabalhadores (brabos) para a exploração da borracha. Quem chegava ia se localizando nas margens dos rios e igarapés [...]. Os patrões foram situando-se de espaço a espaço a seu livre-arbítrio, grandes extensões de terras, onde houvesse abundância de seringueiras e caucheiras de imediato eram ocupadas pelos fregueses: esta era a denominação dada para os seringueiros e caucheiros que trabalhavam por conta de um patrão. A primeira coisa feita era instalar o barracão aviador, que também servia de residência do patrão, depósito de grande quantidade de mercadorias e da borracha produzida na época do verão, que somente era transportada no inverno (SANTANA, 2007, p. 6–7).

O texto continua descrevendo que predominaram nordestinos que alcançavam a região depois de “um longo e penoso itinerário”, que envolvia o aliciamento e o endividamento daqueles que passaram a ser chamados de “brabos” (os fregueses). Para conseguir mais brabos, os patrões forneciam dinheiro para alguns de seus gerentes e esses se dirigiam aos estados do Nordeste a fim de aliciar trabalhadores para a exploração do látex, “falando apenas na região amazônica, sem falar no Xingu, que apesar de seu nome significar Casa de Deus, era tido como um terror, comparado ao inferno em oposição ao céu” (SANTANA, 2007, p. 8-9). Aos poucos o movimento nessa virada de século crescia, seguindo a demanda de látex, que era exportado, tendo o mercado monopolizado pelo maior patrão da época, também apelidado de “o manda-chuva do Xingu”, senador José Porfírio de Miranda Junior, coronel da Guarda Nacional, sediado no baixo Xingu. Esse comandava uma grande área por meio de gerentes locais espalhados na região.

Um desses gerentes encarregados de José Porfírio veio a ser o “fundador” de São Félix do Xingu. Chamava-se Tancredo Martins Jorge, e chegou à região no início de 1900 para administrar o local próximo de onde hoje é São Félix do Xingu¹⁶⁷, tendo comandado, na ponderação de Santana, cerca de 2000 seringueiros. Esse, sendo “católico praticante, trouxe uma grande imagem de São Félix de Valois: um frade francês, que foi martirizado por indígenas na África, ao qual a crença religiosa atribui poderes para defender as pessoas do

¹⁶⁷ Até 1914, o barracão de Tancredo estava instalado na ilha de São Félix. Nesse mesmo ano, uma enchente causou muitos prejuízos e também houve o maior fluxo de pessoas e mercadoria já estava acontecendo na confluência entre o rio Xingu e rio Fresco, Tancredo decidiu mudar para o local, colocando um barracão que ficou conhecido como São Félix da Boca do Rio, atual São Félix do Xingu (SANTANA, 2007).

ataque de índios” (SANTANA, 2007, p.10), não sendo escolhido por acaso, obviamente, para ser o padroeiro da cidade¹⁶⁸.

A pecuária bovina já se encaminhava para lá por meio dos “sertanejos de cultura pastoril”, coincidindo com o surto econômico do látex¹⁶⁹ no sul do Pará (VAZ, 2013). Segundo Santana (2007), a partir de 1910, na procura por áreas e caminhos em busca de árvores para borracha estruturou-se o trânsito por um trecho que era chamado de estrada tropeira, que, apesar do nome, não passava até então grandes boiadas, apenas animais de carga. Porém, com o encontro de outras áreas ricas em seringa e caucho, nas proximidades de Conceição do Araguaia e de onde hoje é Redenção, foram instalados muitos barracões e criatórios de gado que atendiam aos sertanejos que passavam desde o Araguaia e o Tocantins com as boiadas em direção ao Xingu, rio Fresco e Iriri, no grande fluxo da exploração gomífera. Quem tinha as pastagens nessas paragens (os criatórios) cobrava uma taxa de permanência dos rebanhos para os que transitavam.

Como o transporte de gado pela via fluvial era inviável, os patrões se organizaram para construir uma picada partindo da localidade denominada Novo Horizonte (margeando o Rio Fresco pela esquerda até o povoado de Nova Olinda, de onde atravessavam e seguiam até São Félix do Xingu – na época chamado São Félix da Boca do Rio). Como informa o historiador local: “a partir de 1911 passou a ser intenso o transporte de grandes boiadas. Gado para cria e para o consumo desta cidade, que a esta altura, do grande movimento, já estavam preparadas grandes pastagens nas adjacências do povoado de São Félix da Boca do Rio”. Tendo em vista o desenvolvimento da pecuária bovina nessa região “passou a ser grande interesse dos patrões da borracha a compra de gado. Em São Félix da Boca do Rio tinha intermediário para compra e venda; tanto assim que grandes boiadas chegavam e de imediato prosseguiram através das picadas, subindo ou descendo” (SANTANA, 2007, p. 94–95). Assim, não apenas o gado de passagem, mas também o gado dos patrões ia constituindo os rebanhos locais.

Uma indicação de que os patrões da borracha também eram fazendeiros de gado são as fotografias do rebanho bovino de José Porfírio, “o manda chuva do Xingu”, que aparecem no Álbum do Governo de 1908 (Imagem 54). Essas fotografias representam o progresso da região do Xingu, e, não por acaso, as fotos escolhidas expõem a criação bovina de Porfírio (Imagem

¹⁶⁸ Até 1938, no encerramento das novenas da festividade religiosa ao padroeiro da cidade, que vai de 11 a 20 de novembro, o hino era acompanhado de “de um grande e ensurdecedor disparos de rifles calibre 44”. Depois desse período foi substituído por foguetes (SANTANA, 2007, p.127).

¹⁶⁹ “Nos valles do Tapajós, do Xingú, do Tocantins, do Araguaya, em Obidos, Alemquer e alguns outros encontra-se o *Caucho* (*Castillóa elástica*) e desses municípios desde 1898 que se tem feito exportações, começando pela que fizeram nesse mesmo anno, 10.000 kilos” (APEP – Álbum do governo 1908 (op. cit.)- p.198. Foto 7359).

55). Como pode-se verificar na imagem abaixo, o gado aparece pastejando nos arredores de uma suntuosa residência, separados dessa por uma cerca indicando um manejo sedentário possível e já praticado na região. Essas talvez sejam as primeiras fotos de rebanhos bovinos dessa região a serem publicadas pelo governo¹⁷⁰. Se não se pode dizer que o gado de São Félix do Xingu veio de Altamira, sem dúvidas parte dos modelos de sucesso e eficiência, regramentos, normatizações e direcionamento intervencionista vinham, especialmente pelo domínio político que Porfírio tinha na região.

Imagem 54 – Gado da Victória no baixo Xingu. Representação no Álbum do governo de 1908



Fonte: APEP (1908).

¹⁷⁰ No Álbum ilustrado do governo de 1899, pouco se fala de pecuária bovina, muito menos da região do Xingu. Mas pode ser que algumas imagens tenham circulado em outros meios como os jornais impressos.

Imagem 55 – Propriedade do Senador José Porfírio de Miranda Jr, baixo Xingu. Representação no Álbum do governo de 1908



Fonte: APEP (1908).

Ao mesmo tempo em que ocorria esse estímulo propagandista para ocupação da região no início de século 20, apresentado antes, cada espaço ao longo dos rios e terra da ia sendo percorrido por diversos grupos, passando por inúmeras dinâmicas de transformações movimentadas pelas explorações de recursos naturais. Até o final da Primeira Guerra, a região do Xingu teve um grande dinamismo econômico advindo da exploração de borracha, mas também do comércio de peles de animais selvagens. Porém, logo após essa Guerra – com a competição da borracha asiática – a região passou por sua pior fase econômica do século. O historiador Santana (2007, p.35) caracteriza o período de 1919 até 1924 como “a grande crise do Xingu”, sendo que em São Félix da Boca do Rio, com mais de 500 habitantes na época, “o dinheiro ficou tão escasso que o pagamento de trabalhos e a compra de mercadorias, de necessidades urgentes, passou a ser feito na base da troca”. Continua o historiador: “havia bastante gado, porém os criadores que também eram patrões, deixavam de abater o gado de corte para o consumo da população sob a justa alegação de que não dava para vender a carne na base da troca¹⁷¹”. E assim, seus rebanhos, em plena crise da borracha, cresciam.

¹⁷¹ Santana (2007, p.36) explica o sistema de troca: Se a bala de 44 valia 500 réis, uma bala era passada para o caçador em troca de um quilo de carne, o caçador ia ao comércio e trocava a bala por um quilo de açúcar, o

Com a sobrevivência comprometida, muitas pessoas deixaram a localidade e foram se instalar nos campos de Conceição do Araguaia. Conta o historiador que cerca de 80% da população emigrou, em busca também das promessas de garimpo, inflando a vila Novo Horizonte (a leste do município de São Félix do Xingu, distante uns 200 km, na margem direita do rio Fresco), no local chamado de Solta (hoje Redenção). Porém, nesse período, apesar do fraco movimento, a entrada e saída de boiadas estiveram constantes, principalmente no verão, quando vacas leiteiras e novilhas de cria eram deslocadas para São Félix do Xingu pela “Estrada do boi”. Uma parte dos animais ficava para o consumo local e outra parte ia para os barracões dos patrões situados ao longo das margens do Xingu, que aproveitavam o baixíssimo preço para comprar rezes.

É o que outras fontes historiográficas explicam para toda a região dependente desses sistemas extrativistas que declinaram: o dinamismo econômico da pecuária caía junto com as possibilidades de comércio, mas o rebanho com pouco abate seguia crescendo. Como explicou Moreira Neto, para a cidade de Conceição do Araguaia, esse período de falência da borracha:

Deixou o núcleo urbano de Conceição com um comércio relativamente estável e ocupado por uma população densa. Comerciantes, exploradores de cauchais, intermediários de todos os tipos especularam com a baixa do gado que se seguiu à liquidação dos mercados extrativista regional. Datam desta época os grandes fazendeiros – comerciantes que iniciam estabelecimentos de criação no Pau d’Arco. Um, desses que, por volta de 1910, se havia estabelecido na “corrutela” da Gameleira como um transportador de caucho com uma tropa de muas que trouxera do Grajaú, no Maranhão, transformou-se mais tarde, em pequeno comerciante e “aviador”. Iniciado o período de decréscimo da atividade extrativista, aplicou grande parte dos lucros na compra do gado desvalorizadíssimo (MOREIRA NETO, 1960, p. 15 *apud* VAZ, 2013, p. 49).

Esse processo ia mostrando que o fortalecimento da pecuária se constituía numa boa oportunidade de manter-se na região e até mesmo de acumular um patrimônio considerável, mesmo em épocas de crise das outras atividades. Para Vaz (2003, p. 50-51), “de certa forma, pode-se dizer que o primeiro ciclo de extração de goma elástica garantiu a fixação da população sertaneja de perfil pastoril nessa área”, pois, desde Conceição do Araguaia, “as frentes capacitadas e aparelhadas dessa atividade deslocavam-se constantemente, principalmente em direção ao rio Xingu, contribuindo então para a formação de pequenos núcleos” populacionais que, em decorrência das crises da exploração de látex deixavam “áreas previamente já percorridas, para serem exploradas pela atividade pastoril”.

comerciante trocava duas balas por uma pele de porco-do-mato, mercadoria de algum valor na época. O regatão passava, trocava peles por mercadorias.

Nesse período pós Guerra, enquanto São Félix do Xingu decrescia demograficamente Conceição do Araguaia e redondezas aumentava. Foi só a partir de 1925 que a economia regional começou a se recuperar, e a descoberta de novas áreas de exploração de caucho ao longo do Xingu, quando a borracha elevou o preço, dinamizaram novamente o movimento de extratores de látex e também a criação de gado¹⁷². Essa situação mediana se modificou no início dos anos 1940, com a deflagração da Segunda Guerra quando a interdição ao comércio de borracha asiática fez aumentar a procura pelo produto amazônico, elevando a exploração gomífera novamente ao posto de ocupação principal. Essa foi uma época de muitos investimentos governamentais para essa atividade, sendo criado até mesmo o Banco de Crédito da Borracha, que depois se tornaria o Banco da Amazônia (BASA). Nesse momento se deslocam para o Xingu novos atores sociais, os chamados Soldados da Borracha – trabalhadores aliciados em outros estados do país para trabalhar nos seringais durante a Segunda Guerra (SANTANA, 2007).

Esse novo processo de evolução econômica veio acompanhado de outras mudanças na pecuária bovina, especialmente no que diz respeito aos aspectos técnicos e dos regimes de propriedade. Como destacou Vaz (2013, p.44), localmente, as divergências quanto aos manejos da pecuária entre os sertanejos de origem nordestina começaram a surgir em território paraense principalmente a partir da década de 1940, após contatos com produtores de outras áreas (como Marajó e Carolina do Maranhão), “onde a pecuária já empregava outros procedimentos” e que os pecuaristas do Xingu “tentaram reproduzir algumas técnicas, inclusive a implementação de pastagens artificiais”. Mas, todos os investimentos dependiam, também, da delimitação da propriedade privada com cercas. A partir desse momento, todo aquele aprendizado governamental adquirido nas épocas anteriores, todos os contatos feitos e mapeamentos já realizados, além dos empolgantes planejamentos de ocupar os interiores com colonos novos poderiam, enfim, tornar regras os usos sedentários e a transformação desses espaços.

Mas antes, era preciso transformar em outra coisa aquela pecuária bovina que tinha aprendido a ser uma “máquina de guerra” (como na concepção de Deleuze e Guattari), que fugia e combatia a todo custo os controles estatais. Como expressou Vaz, ainda sobre a caracterização de alguns grupos:

Estas famílias, em sua maioria de tradição nordestina, trouxeram para a Amazônia brasileira toda a experiência da cultura sertaneja pastoril, sendo que parte de seus costumes e tradições com relação à alimentação, religião e principalmente ao trabalho

¹⁷² Além disso, a partir de 1927, a castanha do Pará se tornava produto importante da exportação do Xingu (SANTANA, 2007).

foram moldadas e readaptadas. Porém foram quase que inflexíveis quanto ao isolamento social do grupo e tinham total aversão às normas jurídicas e ao poder político, o qual se desenvolvia em todo o território nacional (VAZ, 2013, p. 46).

Se algo tinha funcionado para possibilitar a ocupação dos “sertões” de forma mais eficaz, com mais flexibilidade do que os esquemas de ocupação gomíferos, esse era, sem dúvidas, o sistema de expansão da pecuária bovina. Mas não poderia ser essa que foge e escapole sempre das “normas jurídicas e ao poder político”. Precisava vir a ser uma pecuária controlada, com fluxos bem direcionados, que estivesse sempre às vistas e amplamente conectada com toda a rede de relações comerciais, políticas, militares, etc. É a partir desse momento que todo o progressivo investimento em produção de margens, pelos discursos e imagens até aqui tratados, sobre territórios, populações, comportamentos, práticas, etc., encontrariam finalmente um momento/locais adequados para a plena frutificação no Xingu. Os inúmeros investimentos jurídicos que constituíam normas de sanidade, forneciam isenções, estimulavam a modernização, a fixação e estabelecimento, aos poucos podiam ser materializados. Os enunciados já descritos acima, do Álbum de 1939 e dos inúmeros relatórios aqui citados, iam produzindo muitos efeitos.

Por exemplo, localmente, podemos constatar uma ação no sentido de alargar os caminhos para a indústria pastoril no Xingu pela Resolução nº 41, de 2 de outubro de 1939, do Departamento administrativo do Pará, que *“aprova o decreto nº 20, da prefeitura de Portel, sobre a isenção de impostos de indústria e profissão, os vendedores e comparadores de gado quando destinado ao consumo da população do município”*¹⁷³. Tratou-se de uma medida emergencial para conter a falta de carne verde (fresca) no município, sendo que, embora se admita que o problema era muito mais grave, pois dizia respeito às questões estruturais (especialmente a falta de estradas e redução no fluxo de embarcações ainda devido ao declínio da exploração gomífera), a isenção de impostos favoreceria condições de pelo menos estimular a oferta local, e abria interessantes precedentes para outras ações públicas. Por exemplo, fomentava a ideia da construção de uma estrada de rodagem *“do Xingu à margem esquerda de Anapú”*.

Se seguirmos as pistas indicadas no trabalho de Vaz (2013), foi a partir do ano de 1950, mais ou menos, que a microrregião começou a receber um novo tipo de investidores em pecuária bovina. É o que a autora chama de 2º frente de ocupação, efetivada por empresários e corretores que já atuavam no Goiás. Conforme já apresentado nos capítulos anteriores, diversas

¹⁷³ APEP – Departamento das municipalidades. Série Dossiês. Isenção de imposto para vendedores e compradores de gado, quando destinado ao município de Portel, 1939 (Fotos 7813-7818. Caderno de campo 2013, p. 84 continua na p. 96).

investidas em conhecer o território e abrir vias de colonização, bem como a formulação de algumas políticas de incentivos e créditos já estavam sendo implementadas, além da construção de estradas e outras vias de acesso sendo facilitadas. O caminho estava sendo aberto para a pecuária, por assim dizer, por meio das possibilidades de a expandir para além dos campos nativos. E mais, não eram apenas criadores conduzindo rebanhos, com um tipo de relação singular com a terra, que faziam do próprio deslocamento a sua forma de relação, tratava-se, segundo Vaz, de empresários e corretores que já viam as possibilidades de investir capitais na apropriação fundiária. A explicação geral para o deslocamento dessas frentes de investidores que terminaram por se ocupar da pecuária foi resumida em três pontos: os fatores políticos relacionados à “segurança nacional” e economia; as dinâmicas populacionais que configuraram os fluxos de locais com excedentes para os desertos de gente, e; o desenrolar de um “processo de colonização oficial, fundamentado na noção de propriedade” (MELLO, 2008¹⁷⁴, p.26 *apud* VAZ, 2013, p.63). Outros fatores relacionados às incertezas e às características individuais, como o desejo por aventuras e a vontade de mudar de vida (TOURRAND et al., 2012¹⁷⁵ *apud* VAZ, 2013) também fazem parte do conjunto de explicações que têm amadurecido mais recentemente.

Obviamente que não se tratava de grupos que, por características especiais, tenham surgido na região, antes, ao contrário, o conjunto de discursos, imagens e outras práticas que convergiam para a região dos rios Araguaia e Xingu é que permitiam que esses grupos pudessem vir à existência enquanto novos pecuaristas. Assim, as imagens e os discursos parecem ter antecedido a chegada desses pecuaristas, quer dizer, antes que se pudesse efetivamente começar a transformar as áreas de florestas em vastos campos, o desenvolvimento dessa pecuária singular foi constituído por múltiplos focos de enunciações e de visibilidades dispersos durante muito tempo, como já bem demonstramos. Claro que não sem antes deslegitimar, ou melhor, produzir focos de visibilidades e enunciações que constituíam as formas locais de uso e exploração dos espaços como essencialmente tradicionais, atávicas e improdutivas, ou seja, ineficientes para o momento histórico.

Conforme indica Vaz (2013), ainda no final dos anos 1950, alguns conflitos geracionais começaram a ocorrer, seja em razão das mudanças no manejo alimentar ou genético e outras transformações nas tecnologias de produção, ou pela formalização das propriedades,

¹⁷⁴ MELLO, N. A. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006[?].

¹⁷⁵ TOURRAND, J. F. et al. Pionnier d Amazonie: une vision particulière de l incertitude. In: ANCEY, V. (Org.). Agir en situation d incertitude. Brussels, Belgium: P.I.E. Peter Lang, Ecopolis, v. 17, 2012.

não necessariamente em São Félix do Xingu, mas nas proximidades de Conceição do Araguaia.

Como explica Vaz:

Como tentativa de implementação de novas técnicas, Moreira Neto (1960) destaca o desenvolvimento de pequenas áreas de pastagens artificiais, sendo utilizado um capim diferenciado até então, denominado pelos sertanejos de capim Jaraguá. Outra tentativa de mudança na produção pecuária foi por meio da aquisição de animais “enraçados”, em especial pela espécie Zebu.

Tais tentativas de mudanças causavam grande repulsa para os fazendeiros mais antigos, pois a necessidade de contrair débitos para tais alterações caracterizava uma situação desonrosa para os tradicionalistas. Essa mesma resistência, segundo Ianni (1978)¹⁷⁶ e Moreira Neto (1960), quanto aos processos de mudanças, ocorria para as especulações da movimentação de algumas companhias interessadas em obterem terras de forma oficial na região, eram distintas duas opiniões. O grupo mais jovem visualizava como positivo as mudanças nos sistemas de apropriação do solo, queriam repetir um padrão que já existia em regiões vizinhas, por outro lado o grande grupo de vanguarda sentia-se ameaçado, justamente porque tal mudança colocaria em risco a continuidade da pecuária naquele padrão de ocupação dos pastos naturais.

[...] Um grande número de fazendeiros era totalmente desfavorável a qualquer tipo de oficialização e documentação de seus estabelecimentos, por dois fatores distintos: um econômico, devido à dificuldade financeira de alguns; outro cultural, devido à total aversão quanto às questões governamentais e jurídicas, tal como seus antepassados repugnavam.

Outra mudança drástica, no sistema pecuário foi nas relações de trabalho, principalmente na forma de pagamento pelos serviços. [...] Esta nova frente de empresários e corretores passou a incorporar estes trabalhadores em suas fazendas, como funcionários. [...] quando o vaqueiro passou a ser um trabalhador assalariado e não mais um “parceiro” de produção do fazendeiro, modificou definitivamente as possibilidades que até aquele momento uma família comum tinha: dedicar-se a uma pecuária familiar, com um rebanho formado pelas novilhas dos “pagamentos” e, dependendo da situação, podiam ampliar a quantidade de bovinos (VAZ, 2013, p.56-58).

Se tomarmos esses fatores como indicadores dos processos minuciosos que vieram a transformar a pecuária bovina na microrregião, pode-se ver que eram mais do que apenas conflitos de gerações, quer dizer, não se tratava somente de mentalidades conservadoras contra outras mais progressistas ou explicações similares, antes, tratou-se também de movimentos de resistência que faziam frente justamente àquilo que desmantelaria as estratégias de máquina de guerra – que opera pelo movimento e velocidade – e fazer de certos aspectos dessa máquina nômade a principal ferramenta de combater os próprios deslocamentos. A pecuária que aprendeu a combater e a tornar lisos os espaços, deixando-os de alguma forma livres para ocupações sedentárias, era agora perseguida e capturada, por assim dizer, pelos seus próprios rastros profundos deixados nos solos por onde passava e pela condição indispensável de produzirem experiências que podiam ser apreendidas em formas tutelares e replicadoras típicas do Estado.

¹⁷⁶ IANNI, O. A luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

É nesse momento que todo aquele investimento enunciativo produtor de margens veio a encontrar uma espécie de estufa de reprodução, permitindo replicar-se infinitamente e a promover a efetiva domesticação da máquina de guerra que viemos até aqui apresentando. Aos poucos e taticamente, aquelas linhas de fuga de que tratamos:

- a) pela forma de pagamento por meio do sistema de partição de crias, veio dar lugar à captura pelo assalariamento dos peões;
- b) a linha de fuga “terra com pastos livres” veio a tornar-se linha de captura pela constituição das propriedades;
- c) a linha de fuga resultante do pouco controle dos procedimentos de criação e do baixo uso de recursos externos veio a dar lugar a um amplo conjunto de incentivos e financiamentos, instrumentos, maquinários, sementes e outros insumos que capturavam como condição de permanecer atuante no mercado;
- d) aquela linha de fuga caracterizada pela baixa regulação estatal dos procedimentos sanitários deu lugar a uma série infundável de exames e testes de patologias, criação de zonas de proteção, qualidades de produtos que podiam levar à interdição de sua comercialização, etc.

Todos esses processos que viemos aos poucos demonstrando convergiam para a domesticação da pecuária itinerante que vivia dos próprios deslocamentos e distanciamentos dos controles, mesmo que isso implicasse em menor produtividade e restrições de acessos. Mas nem todos esses processos se efetivaram de uma vez e em todos os lugares.

O que se falou sobre as instituições como focos de experiências em movimento pode ser visto dessa forma, ou seja, dar direções e legitimar aquilo que já se processa pelo conjunto de experiências móveis. Seria então da natureza do Estado capturar esses focos de experiências e transformá-los em algo legitimado, estimulado, produtivo, controlado e direcionado. A funcionalidade das instituições, ou pelo menos da que nos ocupamos, deriva desse processo e é por isso que a ideia de instituições como regras formais ou informais, tão comum em algumas abordagens institucionalistas, não permite explicar como algo que de tão livre torna-se o meio pelo qual fornece as ferramentas de sua própria captura. Não são das regras e normas que surgem esse tipo de instituições, mas do próprio movimento das experiências quando encontram um meio de agrupar-se em uma coletividade e tornam-se posteriormente alvo de investidas legitimadoras estatais. Não que todas as instituições resultem apenas do Estado, mas esse foi o caso da pecuária bovina predominante atualmente na microrregião de São Félix do Xingu.

Antes de passar para o próximo capítulo, alguns dados gerais sobre a microrregião do Xingu nos ajudarão a compreender mais adiante porque e como esse seria um lugar a ser transformado. Essa microrregião, segundo as informações do diagnóstico realizado pelo IDESP em 1968, na zona do Xingu (Altamira, Senador José Porfírio e São Félix do Xingu), era uma das menos desenvolvidas em termos de infraestruturas, indicando os aspectos a serem transformados nas próximas décadas. Só para se ter como exemplo, em 1966, dos 20 logradouros com iluminação pública das três cidades, apenas 4 estavam em São Félix do Xingu, enquanto que de um total de 409 domicílios com iluminação elétrica, apenas 20 se localizavam nessa. Também nessa cidade, até esse ano, não havia registrada nenhuma estrada municipal ou estadual, em compensação já tinha instalado um campo de pouso de táxi-aéreo, localizado no posto de Gorotire. O único posto de saúde localizava-se em Altamira. Não havia também redes estatais de abastecimento de água ou esgoto em São Félix do Xingu. Na época, 1 escola de ensino primário atendia 113 alunos matriculados, sendo que não havia no município escola de ensino médio (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IDESP, 1968).

Em termos de produção e aspectos fundiários, esse diagnóstico indica que não havia em toda a zona estabelecimentos “excepcionalmente grandes” (acima de 10.000 ha), sendo que a área média era de 45,67 ha. Os estabelecimentos tinham como responsáveis os ocupantes¹⁷⁷, em 83,61% dos casos, equivalente a 79,0% da área total (os dados referem-se aos três municípios, e o número absoluto de ha de terras captado pelo censo foi de 73.574 ha). Em relação à produção extrativista vegetal, São Félix do Xingu explorava 3 produtos principais: borracha de seringa, caucho e castanha. E em termos de produtos agrícolas, destacava-se a produção de arroz, feijão, milho e mandioca, sendo que o arroz ocupava mais área que as demais. Em São Félix do Xingu, a área cultivada calculada pelo instituto foi de 52 ha. Para esse mesmo ano (1967) o rebanho bovino no município era de 80 cabeças, enquanto que Altamira já registrava um rebanho de 2.954 cabeças, sendo que a principal finalidade dos rebanhos era para a criação e corte, mas São Félix do Xingu não registrou nenhum abate nesse ano de estudos (IDESP, 1968).

Tendo em vista esses números, pode-se vislumbrar que São Félix do Xingu não figurava entre as cidades mais desenvolvidas em termos de infraestruturas, e seus indicadores de produção agropecuária estavam muito baixos, em relação àquilo que podiam realmente alcançar. Obviamente que isso justificaria uma ampla gama de investimentos governamentais

¹⁷⁷ “Na condição de ocupantes foram classificados os que exploravam terras alheias a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário” (IDESP, 1968, p.28).

nas próximas décadas, mas os fundamentos não seriam para o fortalecimento dos sistemas ribeirinhos ou da agricultura tradicional, como era predominante e bem relatados por Schmink e Wood (2012 [1992]), antes, ao contrário, mais do que em outras regiões (como aquelas por onde a transamazônica atingiria), para ali se encaminhavam os grandes projetos e não os planos de colonização mais voltados para o fortalecimento da agricultura familiar. Esse será o foco do próximo capítulo, analisar o período que vai especialmente dos anos 1970 até os nossos dias, direcionando nossa atenção para as imagens, os discursos e outras práticas investidas de maneira mais focal na microrregião de São Félix do Xingu e na pecuária bovina.

4.4 DESDE DEPOIS DA METADE DO 20 ATÉ PRÓXIMO DE NÓS: OS MÚLTIPLOS DISPOSITIVOS QUE CONSTITUÍRAM A PECUÁRIA E(M) SÃO FÉLIX DO XINGU

Aqui continuaremos a narrativa, tentando localizar e focalizar cada vez mais na microrregião de São Félix do Xingu e na pecuária bovina, aproximando-nos cada vez mais das análises contemporâneas.

4.4.1 Apresentando São Félix do Xingu para outra ocupação

Não foi diretamente pela pecuária bovina que São Félix do Xingu apareceu no cenário nacional e internacional após 1969 de forma efervescente, antes, foram os recursos naturais, especialmente os minérios que parecem ter sido os principais gatilhos desse estrelato. Mas, como se deve imaginar, mesmo os garimpos nunca são capazes de fazer funcionar dinâmicas tão abruptas sem a constituição de outras possibilidades e outros discursos que favoreçam as investidas do Estado e de agentes privados em sua “exploração”. Nas páginas antes de concluir o tópico anterior mostramos brevemente alguns dados do diagnóstico do IDESP que apontou São Félix do Xingu como uma das menos desenvolvidas em termos demográficos, de infraestruturas e de “presença” do governo. Conforme apresentam Schmink e Wood (2012)¹⁷⁸, embora houvesse solos potencialmente bons na região, as populações tradicionais se dedicavam mais às atividades extrativistas. As atividades agrícolas se restringiam à agricultura de milho, arroz, feijão, mandioca e algumas frutas e um inexpressivo rebanho bovino local no período dos anos 1970.

¹⁷⁸ Para um estudo sobre as dinâmicas de ocupação da região no entorno de São Félix do Xingu essa obra é fundamental.

Pois bem, a transformação desse quadro é que justificaria, em partes, as principais ações posteriores, seja a integração pelas estradas, a atração de novos moradores, a transformação da agricultura, os investimentos em infraestruturas e toda uma série de outras mudanças, incluindo, o efetivo controle dos indígenas e redução dos seus espaços, que ainda não tinha sido concluído nos períodos anteriores, tudo isso para finalmente possibilitar também a exploração dos recursos naturais e a constituição de uma nova população. Mas, apesar de parecerem sempre muito benéficas, e em nome do progresso, as transformações das décadas posteriores sempre foram ambíguas, como pode ser observado na expressão de um morador antigo entrevistado pelos pesquisadores abaixo citados: “Com a estrada, tudo mudará. Vai ter vinte por cento de melhoras e oitenta por cento de problemas, principalmente com a terra. Isto é o progresso. O progresso chega do mesmo jeito em todo lugar; ele faz tudo ficar igual” (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 372).

De acordo com esses mesmos autores, de uma maneira geral, foi a previsão da construção da rodovia PA-279 que possibilitou o maior impulso para a ocupação de São Félix do Xingu, ocorrendo concomitantemente com a divulgação dos estudos do governo, realizados na década de 1970, que revelaram o grande potencial de mineração e de solos agricultáveis da região. Imagens do satélite Radar da Amazônia (RADAM) divulgadas em 1970, mostravam haver 10% de terra roxa fértil, e mais de 700 mil ha de terra apta para cultivos anuais e perenes e cerca de 200 mil ha aptos para pastagens. A corrida dos grandes especuladores de terra e empresas de mineração foi travada. Em 1973 já tinham sido registradas 2.000 (duas mil) requisições por terra nas agências fundiárias estaduais. Em 1975, centenas de licenças para pesquisas de minérios foram protocoladas por empresas nacionais e multinacionais. No final daquela década, o órgão estatal responsável por boa parte da área da microrregião de São Félix do Xingu passou a leiloar terras de até 3.000 (três mil) ha, permitindo a compra apenas pelas empresas e fazendeiros, que chegavam a adquirir mais de 10 blocos de 3.000 ha (CLAUDINO, 2011).

Mas não foram apenas os grandes grupos econômicos que para São Félix do Xingu se dirigiram. Com a expectativa da construção da estrada, muitos imigrantes iniciaram o processo de ocupação da microrregião de São Félix, vindos especialmente de barco ou mesmo a pé (pela região do Araguaia) ou em pequenos aviões, estes chegavam com a intenção de abrir a área e em seguida reivindicar os direitos de posse antes da chegada da estrada. Aquém das possibilidades de mineração, a maioria dos migrantes chegavam em busca de terras para cultivar e para trabalhar nas grandes propriedades (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004; SCHMINK; WOOD, 2012). Para os antigos residentes e também para os migrantes pobres, o

forte interesse pelas terras significava muitos problemas em relação à posse, pois como disse um dos moradores antigos: “o pobre ou vende barato (a terra) ou deixa por medo dos tubarões (os latifundiários).” (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 372). Para estes, a chegada se constituía principalmente em uma aventura, onde a ideia de ocupação dos espaços vazios não se dava de forma perfeitamente pacífica. Os conflitos pela posse das terras envolvendo os migrantes pobres, os fazendeiros, as empresas de garimpo e depois de madeira, grileiros, pistoleiros e por vezes indígenas, marcaram esse processo (ESCADA et al., 2005).

E assim, a estrada e o conjunto de transformações, para quem já estava em São Félix do Xingu por volta dos anos 1970 e para os que chegavam, vinham acompanhados de dúvidas e expectativas, mas também da certeza de que os conflitos se intensificariam. De um lado, a possibilidade de reduzir o “isolamento” elevando as possibilidades de desenvolvimento local, por outro, a dúvida quanto aos agentes externos que viriam e as consequências desses fluxos. De fato, poucos lugares estiveram tão dinâmicos naquele período como aquela microrregião. Garimpos “estourando” em muitos lugares, instalação de mineradoras, planos e início de obras de estradas e outras infraestruturas, milhares de migrantes chegando. A mídia dando a ver o dinamismo e as possibilidades de enriquecimento. Enfim, para aqueles de espírito mais aventureiro, um lugar fabuloso para chegar e constituir uma história exitosa. No entanto, nem todos tinham livre acesso. Houve um tempo de interdição à passagem de migrantes pobres para a área do projeto Tucumã, demonstrando o caráter autoritário que se daria o processo de ocupação. Nas palavras de um interlocutor: *“Lá era assim tipo uma gurita. Quando chegava lá, ou só passava para São Félix, ou só passava para Tucumã. Quem fosse pobre não passava não. É por isso que formou aquela cidade lá, Ourilândia, que é formada de garimpeiros, gente pobre. Aí o pessoal foi ficando lá, foi amontoando ali. Aí por isso que se criou aquelas duas cidades ali pertinho”*¹⁷⁹.

Como muitos outros, esse interlocutor veio do Goiás com a intenção de adquirir terra, e assim disse: *“Lá nós sempre tinha umas coisinhas. Eu vim no Pará em [19]75, eu tinha uns conhecidos que morava lá, aí a gente foi lá em Conceição [do Araguaia], que eu sempre gostei de andar, de conhecer lugar. Toda vida eu tinha vontade de vir no Pará, aí eu peguei e vim”*. Sr. Maurício contou que não viu nada na televisão, foi muito mais pelo contato com os conhecidos que vinham e depois informavam que o lugar era promissor para conseguir terra. Ao falar sobre como era sair de uma região já com paisagem de pastagens e encontrar outra

¹⁷⁹ Maurício (nome fictício), pecuarista familiar que chegou ao Pará em 1975, morador do Km 23. Entrevista realizada no estabelecimento, 27 de agosto de 2014, entrevista gravada (duração 00:47:33 min). Caderno de campo 2014, p.43-48.

com muita floresta, disse: *“Era aquela sensação, aquela sensação de você derrubar, botar capim e criar gado. Era aquela sensação de você dizer assim, daqui a dois, três anos, essa mata aqui, tô com ela toda em pasto. Sentava o cacete pra cima. Era aquela terra com água, muita água, terra fresquinha. O cabôco endoidava. Aí a vontade era derrubar e sentar capim em cima”*. Embora, dito dessa forma, isso pareça até se tratar de um desejo de realizações individuais, quando observamos os dados relatados antes, sobre os planos de constituir e modernizar a pecuária bovina local, além da produção governamental que tornava heroico o ato de “desbravar a floresta” entendemos que essa “sensação” de que fala o Sr. Maurício é resultado também desse estímulo social que fez parte das práticas de governo da época, de transformar a região e constituir outra população.

Nada parecia mais natural do que transformar floresta em pastagens. Decidi perguntar se não pensavam no depois, em como ficaria a situação. Assim me respondeu: *“Nãh, nãh, ninguém nunca pensou. O negócio de que ia desbravar e acontecer o que está acontecendo isso? Não, ninguém pensava isso não”*. Isso que ele se referiu foi a mudança de imagem, e o que estão chamando localmente de criminalização do produtor. De fato, a forma como foi apresentada a microrregião e o modo como foram constituídos os planos de ocupação – ou mesmo o “deixar acontecer” – sempre pressionaram para o desmatamento e implantação de pastagens de forma extensiva. Ao lado disso, os discursos sobre as populações indígenas seguiam linhas similares de narrativas. Sr. Maurício informou que *“nessa região nossa aqui índio sempre foi normal, nunca foi problema aqui, nessa região nossa. Porque índio sempre tem né, nas cidades aí pra todo lado tem índio. Mas problema nunca tivemos não”*. Porém, à parte desse relato apontando para a “normalidade” das relações ou uma certa convivência amigável, documentos da época mostram outros tipos de relações de força.

Publicado como manchete do Jornal Gazeta do Xingu, de 9 de novembro de 1980¹⁸⁰, a chamada em letras garrafais *Vereadores de S. Félix do Xingu ACUSAM A FUNAI DE USO DO PODER*, tendo como título da reportagem *FUNAI quer ocupar 80% da área de S. Félix do Xingu*, é indicativa da luta que se travava na época, como pode-se ver nas imagens abaixo (Imagem 56).

¹⁸⁰ Biblioteca Pública Arthur Viana. Jornal Gazeta do Xingu, ano 1, n. 11, 9 de novembro de 1980. Notícia: FUNAI quer ocupar 80% da área de S. Félix do Xingu, p. 8. Fotos do arquivo pessoal: 7317-7320.

Imagem 56 – Manchete de capa e reportagem do Jornal Gazeta do Xingu, Altamira, 9 de novembro de 1980. Acusações contra a FUNAI em São Félix do Xingu



Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (1980).

Na reportagem são apresentados elementos que configuram o que estão chamando de abusos do poder, usando principalmente os argumentos demográficos, em um documento chamado de *exposição de motivos* assinado pelos vereadores de São Félix do Xingu. Nesse,

informam que os indígenas “protegidos” pela instituição Fundação Nacional do Índio (FUNAI) são em número insignificante (1.500, incluindo crianças e idosos) para a extensão territorial designada (117 mil km²) por decreto presidencial de Jânio Quadros, e pedem a revogação do mesmo. Já que essas terras não podem pertencer a este *“pequeno número de indivíduos que vivem dispersos e perdidos dentro de uma região tão extensa que eles jamais terão condições e oportunidade de conhecer, visto que sua tendência é a regressão, pois são quase que infecundos quanto a lei da espécie”*, conforme consta na “exposição de motivos”, página 8 do referido jornal. Nesse mesmo período, em que ocorria essa luta, inclusive nessa mesma edição do jornal Gazeta do Xingu, outra reportagem dava a ver os avanços da pecuária em uma região mais abaixo do rio Xingu.

Intitulada de *Agricultura e pecuária no município de Altamira*, a reportagem, da página 3 daquela edição, trazia uma rápida história da trajetória da pecuária bovina no município, indicando que era uma atividade que desde muito tempo era praticada, mas que passava por um acelerado processo de expansão, especialmente após as obras da rodovia Transamazônica, tendo atraído investimentos de grandes fazendeiros que estavam transformando a economia regional, de forma que:

Seguindo uma trajetória firme a fim de alcançar as metas colimadas, a agricultura e a pecuária tornar-se-ão, em breve, os sustentáculos da economia do município, ficando com o passado as indústrias extrativas da borracha e da castanha, isto devido ao município de Altamira possuir ótimas condições climáticas e solo apropriado para pastagens e alcançará um lugar de destaque entre as regiões agropastoris do Brasil¹⁸¹.

Esse caminho, traçado por célebres homens da política e pecuária regional deveria ser copiado e expandido. A reportagem fala ainda da importância das exposições agropecuárias para a celebração e também da apresentação e disseminação de animais premiados. Até aquele momento, 4 exposições já tinham sido realizadas, tendo contado com a presença de personalidades como o presidente da república João Figueiredo, o governador Alacid Nunes, o ministro Delfim Neto, entre outros que tinham se deslocado até Altamira (Imagem 57).

¹⁸¹ Biblioteca Pública Arthur Viana. Jornal Gazeta do Xingu, ano 1, n. 11, 9 de novembro de 1980. Notícia: Agricultura e pecuária no município de Altamira, p. 3. Foto do arquivo pessoal: 7321.

Imagem 57 – Jornal Gazeta do Xingu, Altamira, 9 de novembro de 1980. Agricultura e pecuária no município de Altamira

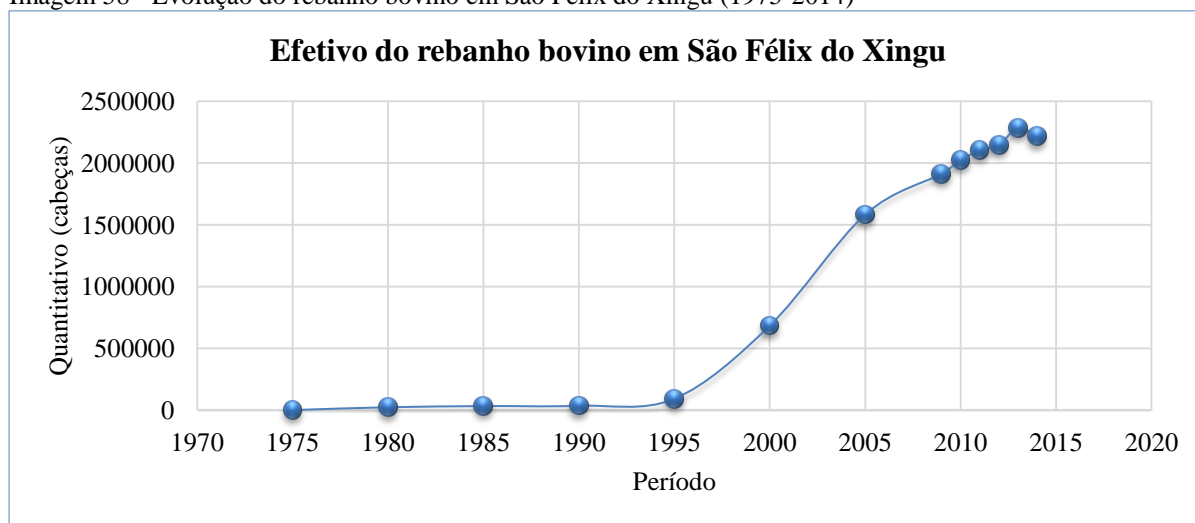


Fonte: Biblioteca Pública Arthur Viana (1980).

O modelo de ocupação pela agropecuária de larga escala era, nessa reportagem, comemorado como exitoso. Se algo parecia poder transformar as condições regionais, certamente não seriam os sistemas de produção tradicionais indígenas, ribeirinhos ou outros locais. Antes, ao contrário, seriam os sistemas de produção bovinos em larga escala que gradualmente passaram a ocupar a maior parte dos espaços nas décadas de 1980 e principalmente após os anos 1990. A evolução do efetivo do rebanho bovino das cidades de São Félix do Xingu atesta essa transformação gigantesca (Gráfico 1). Conforme nos relatou o interlocutor Pablo¹⁸², que é comerciante de gado, até o final dos anos 1990, em São Félix do Xingu, quase não havia gado para comprar, sendo que ele mesmo pegava gado “*aqui e ali, era uma luta, era muito à granel*”, e hoje só vende de carretas fechadas para apenas 1 frigorífico.

¹⁸² Pablo (nome fictício), comprador-vendedor de gado, entrevista realizada em sua loja em 26 setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p.134-141.

Imagem 58 - Evolução do rebanho bovino em São Félix do Xingu (1975-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do sistema SIDRA/IBGE (2016).

A passagem para os anos 1990 em São Félix do Xingu foi muito dinâmica em termos de ocupação e luta pelos espaços. Conforme pesquisa realizada especificamente entre os pecuaristas na microrregião de São Félix do Xingu, no ano de 2008, 28,6% dos entrevistados chegou à essa microrregião na década de 1980, 44,4% na década de 1990 e outros 22,2% na década de 2000 (CLAUDINO, 2011). Os motivos para a chegada desses pecuaristas e a expansão das pecuárias e, com isso, dos desmatamentos, são inúmeros e constam na farta literatura sobre o assunto, destacando-se: os fatores econômicos (mercado da carne, mercado da terra, etc.), fundiários (como baixo preço da terra, possibilidades de ocupação de terras devolutas, etc.), técnicos (fertilidade inicial do solo, eficiência do sistema de pastagens, sanidade animal, etc.), entre outros estiveram envolvidos nos processos de decisão que permitiram transformar essa microrregião do Xingu naquilo que ela se tornou, qual seja, um local onde predominou a especialização em pecuária bovina (MARGULIS, 2003, 2003; PIKETTY et al., 2005; POCCARD-CHAPUIS et al., 2005; VEIGA et al., 2004).

Todo esse dinamismo foi acompanhado de muitos problemas de diversas naturezas desde que esses espaços passaram a se tornar um enorme criatório de gado. Um dos que mais se destacou midiaticamente, bem além dos problemas sociais e de conflitos violentos, foi sobre a degradação ambiental. Inúmeros movimentos de contestação, incluindo ONGs ambientalistas, outros grupos sociais menos formais, agentes individuais, etc., passaram a denunciar a forma como aquelas áreas de florestas iam dando lugar às pastagens. Foi justamente no correr dos anos 1990, especialmente em seus anos finais, que esse movimento de “contestação” dos desmatamentos e da própria pecuária ganharam mais folego. As denúncias partiam de muitas

direções e gradualmente se avolumavam, dando condições para a emergência de outras imagens, outros discursos e novas ações cada vez mais intensas, sobre o espaço que mais uma vez parecia se configurar enquanto “margem do estado” (DAS, POOLE, 2008), sobretudo após 2005, que discutiremos nos próximos itens dessa pesquisa.

4.4.2 As pecuárias bovinas em São Félix do Xingu depois de 2005: imagens, discursos e os efeitos locais

Nos próximos itens abordaremos especificamente o que se disse em São Félix do Xingu sobre a pecuária bovina e os principais efeitos locais das imagens e dos discursos lá investidos.

4.4.2.1 A trama institucional: operando com imagens e discursos para transformar vigiando, punindo e premiando

A minha chegada pela primeira vez à cidade, no ano de 2008, coincidiu com uma efervescência de instituições que buscavam soluções para os problemas relacionados principalmente ao desmatamento e, por consequência, à pecuária bovina. Não por acaso, durante a primeira missão coletiva da equipe, o Ministro de Assuntos Estratégicos Mangabeira Unger, a governadora do Estado, Ana Júlia, e uma comitiva de secretários de Estado estiveram em São Félix do Xingu para apresentar o Plano Amazônia Sustentável (PAS)¹⁸³, no dia 20 de agosto de 2008, justamente quando eu estava em campo, sendo que os coordenadores da equipe de pesquisas participaram do evento. Entre as falas do ministro, os pesquisadores anotaram no relatório da equipe:

São Félix do Xingu foi eleita a região prioritária para o PAS. A ideia do PAS é de concentrar os esforços em alguns lugares apenas, para ter os recursos e condições duma boa implementação. [...] O Ministro destacou a “atual confusão a respeito da tese do desenvolvimento sustentável” [...] tese que ainda se encontra “vazia de conteúdo prático”. O que vamos fazer concretamente para ser sustentável? Esse aspecto toca muito a questão das alternativas técnicas para os produtores, no quadro da intensificação agropecuária e do manejo florestal, entre outros” [...] O Ministro lembrou o papel do Estado na situação atual da Amazônia: “o Estado chamou os migrantes e deu incentivos para desmatar. Depois fez legislação para punir aquilo que ele exigia. Precisamos de um debate nacional, uma correção histórica (POCCARD-CHAPUIS; THALÊS; CLAUDINO, 2008, p. 8).

¹⁸³ O plano está disponível na internet (<http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf>. Acesso em 06 mar. 2016).

Mas não se tratava apenas de discursos exagerados sobre a situação de desmatamento. Ao nos dirigirmos para os interiores do município, depois de atravessar o rio Xingu, uma descrição da paisagem ajuda a entender o que se passava no momento, e os motivos da grande preocupação internacional com a floresta. Assim segue o relatório produzido pela equipe:

Atmosfera fumaçando... O fogo é o elemento que domina a paisagem na margem esquerda do Xingu, pelo menos no verão. [...] O céu fica totalmente tomado por uma camada espessa de fumaça, tanto que em pleno meio dia nós não vimos um raio de sol [...]. A cor verde desaparece da paisagem, da mesma forma que o azul do céu vira um branco amarelado (POCCARD-CHAPUIS; THALÊS; CLAUDINO, 2008, p. 9).

O trabalho feito nessa época revelou diversas dinâmicas de ocupação do espaço que tinham o fogo como meio de limpar as áreas novas e demarcar as posses e/ou para o manejo dos pastos já em uso. O gado sempre vinha após os desmatamentos e o fogo, e isso sempre se destacava em todas as imagens e discursos produzidos sobre a Amazônia na época. Uma rápida busca nos sites de notícias, ligados ou não às ONGs ambientalistas, vai mostrar algumas fotos que se tornaram clássicas desse período, notadamente retratando rebanhos de gado branco correndo em pastagens mal formadas rodeadas de algumas árvores em floresta bastante degradada. Essas fotos quase sempre eram tiradas desde uma aeronave e, depois de 2008 (após as operações batizadas de “boi pirata”) foram frequentes as imagens em que aparecem agentes, veículos ou helicópteros do IBAMA¹⁸⁴, que passaram a representar uma outra condição de presença e vigilância do Estado, que pode ver e chegar a qualquer instante (Imagem 58).

Imagem 59 – Fotografias (famosas) da Operação Boi Pirata II - IBAMA



Fonte: IBAMA (2008).

¹⁸⁴ As fotos estão disponíveis no acervo do IBAMA e disponíveis na internet (site do IBAMA com as imagens da operação <<http://www.ibama.gov.br/documentos/fotografias-da-operacao-boi-pirata-ii>>. Acesso em: 07 mar. 2016), tendo sido utilizada em algumas reportagens de revistas impressas e também em sites como o do Greenpeace (<<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/ibama-fecha-opera-o-boi-pirat/>>. Acesso em: 07 mar. 2016).

Esse cenário se constituiu em um campo aberto e vastíssimo para muitas intervenções que foram realizadas desde então, todas em torno do controle dos desmatamentos, afetando diretamente a pecuária bovina. Durante todo o trabalho de campo, morando em São Félix do Xingu e passando muitos dias em algumas vilas, era notável a apreensão das pessoas sobre o que se podia fazer quanto às transformações pelas quais essas últimas ações do Governo Federal implicavam. Ao mesmo tempo, agravava-se o problema das pastagens que degradavam mais rapidamente, intensificado pelo grande ataque de cigarrinhas das pastagens (*Deois flavopicta* sp entre outras) e do longo período de estiagem naquele ano (CLAUDINO, 2011). O olhar dos interlocutores quase sempre estivera desconfiado quando eu chegava para as entrevistas. Havia sempre a possibilidade de se tratar de um “agente do governo” em busca de informações sobre os desmatamentos para depois tramar contra eles. Falava-se muito na época sobre as tecnologias de satélite, e eu sempre ouvia dos interlocutores: “agora o governo olha tudo lá de cima”. Mesmo nas mais distantes vilas, todos sabiam que o desmatamento estava sendo monitorado, pois os noticiários não paravam de mostrar os mapas, as imagens de satélites, entre outras produções visuais que indicavam locais precisos e quantidades de áreas em que a cobertura vegetal tinha sido removida.

Cientes de que a constituição de uma “imagem” negativa da pecuária poderia estar influenciando localmente a percepção dos pecuaristas sobre a atividade, incluímos naquele questionário que foi aplicado por mim a 64 pecuaristas, as seguintes perguntas, que marcavam os momentos finais da entrevista: *O que pensa da imagem atual da pecuária Pará? /O que pensa das reservas ambientais? / Acha que a pecuária em São Félix do Xingu prejudica o ambiente? Muito, pouco ou não. Por que sim? Por que não? / Quais ideias tem para melhorar o impacto da pecuária?* Havia, naquele momento (em 2008), muitas dúvidas sobre a percepção que aquelas pessoas tinham das questões ambientais e se estavam preocupadas com as recentes mudanças que a imagem da pecuária provocava. Obtivemos as seguintes respostas para a primeira pergunta, sobre a imagem da pecuária, assim distribuídas: a imagem está sendo exagerada pela mídia (39%); a imagem apresentada na mídia condiz com a realidade, e a pecuária está destruindo a floresta (28%); não opinaram ou não sabem sobre “essa imagem” (28%); e, a imagem é boa, pois o rebanho é muito grande (5%). Essa pergunta muitas vezes levava os entrevistados a argumentarem que os governos anteriores incentivaram muito os desmatamentos e agora querem frear de uma vez, já punindo.

Sobre a segunda pergunta, acerca das reservas ambientais, ninguém disse que não devem existir, mas ponderaram que 80% era proporcionalmente muito grande, pois restaria pouco a ser aproveitado para a agropecuária. Sobre se a pecuária prejudica o meio ambiente na

região, dos 59 que responderam (outros 5 se omitiram em opinar sobre essa questão), 31% responderam que muito, 27% responderam que pouco e 42% responderam que não prejudica. Entre as justificativas destacam-se: para os que responderam que a atividade prejudica muito, acham que para formar pastos muita gente está desmatando excessivamente; para aqueles que responderam negativamente ainda há muitas matas inexploradas, superando em muito aquelas que já foram transformadas em pastos. E para a última pergunta, sobre quais as alternativas poderiam ser adotadas para reduzir o impacto da pecuária: 44% responderam que não sabe o que poderia ser feito; 19% propuseram a diversificação dos sistemas de produção com lavouras e também reflorestamento; 17% consideraram que as tecnologias de manejo alimentar do rebanho, especialmente melhoramento/reformas de pastagens era a atitude mais adequada, outros 9% consideraram que o impacto só pode ser reduzido se houver fiscalização mais rígida em relação aos desmatamentos; já para 8%, a solução é criar áreas de proteção dentro das reservas indígenas e outras terras do governo; por fim, 3% consideraram que a melhor maneira é reduzir o efetivo de animais¹⁸⁵.

De uma maneira geral, esses dados revelam que havia ainda muita controvérsia e dúvidas sobre os temas ambientais e sobre a imagem da pecuária bovina e seus efeitos locais em 2008. No ano seguinte, as ações de vigilância e punição continuaram intensas, mas a busca de soluções já se desenhava localmente. Dois eventos que participei em 2009¹⁸⁶ são interessantes para revelar essas discussões e ações naquele momento: o primeiro foi uma reunião realizada na Câmara Municipal de São Félix do Xingu no dia 17 de julho de 2009, promovida pela ONG TNC (*The Nature Conservancy*) em parceria com órgãos governamentais locais, com a finalidade de estabelecer um termo de cooperação técnica entre a TNC, a Prefeitura Municipal e Secretaria de Meio Ambiente e os frigoríficos Frigol e Bertin. A pergunta central do evento era: como conciliar desenvolvimento econômico com sustentabilidade? O discurso do representante da Secretaria de Meio Ambiente (na época Claudio Cunha) começou assumindo que o desmatamento avançou muito, mas estão dispostos a mudar a situação. Em seguida, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais (na época Jose Wilson) ponderou que as ações do “arco de verde e arco de fogo” mostraram que a adequação às normas ambientais é necessária para a promoção de uma boa imagem de São Félix do Xingu. Muitas respostas surgiram, incluindo a constituição e consolidação de cadeia produtiva e de comercialização para produtos bovinos, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), as Boas Práticas Agropecuárias (BPA), intensificação no uso da terra, certificação dos produtos e

¹⁸⁵ Todos os valores percentuais foram arredondados.

¹⁸⁶ Estas anotações estão no Caderno de campo 2009, São Félix do Xingu – julho/agosto 2009.

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Todas essas ações e estratégias deveriam constar no Termo de Cooperação técnica, assinado por muitas instituições.

Na época, pouco se sabia, especialmente por parte dos pecuaristas, o que esses termos significavam. Como expressou a vice-prefeita, Rosana, “*esse CAR assusta o produtor*”, pois sabem ou pensam que é como um raio X da propriedade. E realmente, as conversas de rua, bem além dos espaços formais, mostravam muitas dúvidas. Claro que a adesão a essas propostas era um dos principais desafios, e não apenas a falta de recursos humanos para gerir os processos ou de capital econômico. Como convencer as pessoas de que não podiam mais desmatar, pois tão pouco tempo antes, desmatar é que legitimava o direito de uso? Entre as diversas ações, umas mais punitivas – como a criação de uma lista de desmatadores, a interdição à possibilidade de comercializar, as multas, etc. –, outras ações estimulantes foram adotadas, como a possibilidade de conseguir insumos para quem aderisse a um dos projetos, a titulação das terras, entre outras medidas¹⁸⁷.

Ações mais pontuais também foram realizadas em diversas localidades mais distantes da cidade, mas sempre tendo como metas o controle dos desmatamentos e consolidação da exploração agropecuária mais sustentável, desde o ponto de vista econômico e ambiental. Foi em uma dessas reuniões que participei. Tratou-se de uma reunião realizada na Vila Clareane, no dia 27 de julho de 2009, promovida pela ADAFAX (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu) com participação do IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil). Também nessa reunião as questões fundiárias e ambientais estavam no centro das discussões, havendo muitas dúvidas sobre as possibilidades de punição para quem desmatasse ou mesmo plantasse quaisquer alimentos. Os agricultores participantes questionaram se os pequenos seriam multados da mesma forma que os grandes, e até mesmo se para plantar qualquer área era preciso pedir autorização e para quem. Sobre essas dúvidas, um dos representantes do IEB esclareceu na reunião que muitos rumores serviram para atrapalhar as ações do Governo Federal, que deveria ser direcionada para os grandes empreendimentos. O pesquisador informou ainda que diversas vezes, durante esse processo recente de interdições, os grandes fazendeiros e latifundiários estrategicamente patrocinaram viagens para as lideranças dos agricultores familiares pressionarem durante as negociações acerca das questões ambientais.

¹⁸⁷ Um quadro síntese das ações da operação Arco Verde encontra-se na internet (Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/_arquivos/quadro_agenda_so_felix_do_xingu_138_1.pdf>. Acesso 06 mar. 2016).

Uma das questões técnicas principais, relacionadas à pecuária, levantadas na época era como recuperar as áreas degradadas, já que não podiam colocar fogo, como sempre fizeram para a gestão das pastagens? Durante esse processo surgia frequentemente a proposição “*se não pode queimar, tem que usar máquinas*” e usar adubos, entre outras ações ainda não colocadas em discurso daquela forma até então, e muito menos em relação à pecuária bovina. Nessa reunião também se constituíam argumentações sobre as possibilidades de receberem Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e “bolsas verdes” ou “bolsas floresta”, quase sempre acompanhados da ideia de que esses recursos adviriam de capitais estrangeiros. Muitas possibilidades surgiam, constituídas em torno da ideia principal de que a pecuária precisava ser totalmente transformada, pois daquela forma estava interdita de continuar. As ações diretas mais propositivas de apoiar as mudanças foram adotadas especialmente nos anos seguintes (2010-2012), como descrito abaixo.

Ao chegar a São Félix do Xingu em 2013, mesmo que eu não perguntasse a ninguém, poderia perceber pelos muitos cartazes afixados nas paredes de algumas instituições públicas as ações e estímulos ao controle dos desmatamentos que ocorreram entre os trabalhos de campo anteriores e o de 2013. Alguns desses informativos já estavam bem desgastados pela ação do tempo e das intempéries, mas deixaram registrados atividades importantes durante o período, como se pode ver nas fotos abaixo: informativo sobre o CAR, indicando data da Audiência Pública que foi realizada em novembro de 2011 (Imagem 59); a faixa sobre o Pacto para o fim do desmatamento, localmente conhecido apenas como *Pacto*¹⁸⁸ (Imagem 60). E ainda o cartaz informando que produzir sem desmatar pode ser um bom negócio, elaborado no âmbito do Programa Municípios Verdes (Imagem 61)¹⁸⁹. Como veremos abaixo, em quase todas as conversas com os representantes de instituições públicas, privadas ou mistas, em algum momento essas ações do Governo Federal foram mencionadas.

¹⁸⁸ O conteúdo completo com a ata da reunião está disponibilizado na internet (<<http://municipiosverdes.com.br/files/03904afd76c716b7f27936188719a0f9/78f2e88f9ac886e342894969fcedc683/sao%20felix%20do%20xingu%20PACTO%202026-08-2011%20completo.pdf>>. Acesso 07 mar. 2016).

¹⁸⁹ Durante uma entrevista realizada com um pesquisador da Embrapa, em Belém, o mesmo informou que institucionalização dos Municípios Verdes funciona como uma vitrine do ideal, sendo uma forma de produzir uma boa imagem do local. Ele informou que o fluxo de recursos e pesquisadores que esteve muito intenso até por volta de 2010 para São Félix do Xingu migrou para Paragominas, o município Verde. É como se São Félix do Xingu não fosse conseguir acompanhar a evolução das questões ambientais, não valendo a pena investir, caindo num tipo de esquecimento por parte dos acadêmicos. O mesmo ressaltou que a questão da violência no local desestimulou muitos de continuarem pesquisando por lá. Ele lembrou a dificuldade que foi encontrar um bolsista que fizesse trabalho de campo em 2009, que eu aceitei. (Conversa informal, pesquisador da Embrapa, Belém, 29 de ago. 2013. Caderno de campo 2013, p. 27).

Imagem 60 – Banner convidando para audiência pública com diversos organismos governamentais para tratar sobre o CAR, desembargar o município, etc., em 2011



Fonte: Trabalho de campo, São Félix do Xingu (2013).

Imagem 61 – Cartaz na fachada do prédio onde funciona a TNC e o MMA. Comissão municipal do Pacto para o fim do desmatamento ilegal



Fonte: Trabalho de campo, São Félix do Xingu (2013).

Imagem 62 – Banner sugerindo uma nova forma de pensar o não-desmatamento. Ações para implementação do CAR



Fonte: Trabalho de campo, São Félix do Xingu (2013).

Dessa vez, em 2013, eu estava mais focado na questão das imagens, dos discursos e dos seus efeitos nas transformações locais. Aquele ponto que não fora explorado durante os anos anteriores em minhas pesquisas parecia totalmente renovado. Entre os inúmeros contatos institucionais, um que merece destaque foi feito no escritório da TNC¹⁹⁰. A conversa girou principalmente em torno do projeto “Pecuária mais sustentável”, que visa promover a transição

¹⁹⁰ O contato com essa instituição foi marcado por alguns conflitos. Em um primeiro momento, enquanto ainda era uma pesquisa exploratória, consegui falar informalmente com algumas pessoas que trabalharam em projetos dessa ONG. Porém, após tentar formalizar o contato com a diretoria de um dos projetos relacionados à pecuária, minha conversa com qualquer funcionário foi interdita. Todos passaram a ser proibidos de falar dados do projeto, já em fase final, para “o pesquisador da UFRGS”, a não ser a própria responsável máxima pelo projeto, que nunca foi possível um contato direto. Ao final, os dados aqui referem-se a uma conversa anterior à interdição, que foi obtido mais informalmente e que revela apenas dados de conhecimento público e de confirmação no site da instituição na internet (disponível em: <<http://www.tnc.org.br/>>. Acesso 07 mar. 2016).

do modelo de pecuária e fortalecer as ações ao longo de toda a cadeia de produção e comercialização, conseguindo parcerias, especialmente com os grupos fortes ligados aos setores econômicos, como bancos, supermercados, frigoríficos e ONGs. Uma das etapas do projeto visa alcançar a adequação das propriedades por meio de compensação ambiental e modificações nas práticas de manejo dos rebanhos, as Boas Práticas Agropecuárias (BPA)¹⁹¹. Outra etapa é a “adequação social”, pela redução da rotatividade de trabalhadores, a regularização fundiária, a adequação ambiental e econômica dos produtores envolvidos, sendo essas etapas da primeira fase.

A segunda fase do projeto consiste no estabelecimento de parceria com apoiadores em outros elos da cadeia, a fim de pressionar ou mesmo de favorecer economicamente o processo de transição. O projeto começou com apenas algumas grandes propriedades pilotos. No entanto, as vantagens de adesão têm atraído muitos produtores, pois, ao final do projeto esses já recebem as recomendações técnicas necessárias para adequação dos 80% de área, além de se inserirem em cadeias de comercialização e financiamentos. A TNC estabeleceu parcerias com os grupos Walmart, Fundação Moore e Marfrig Group, para que esses pressionem os fornecedores a se adequarem, sob a pena de não conseguirem vender legalmente os produtos bovinos. Além da pressão, existe o incentivo por meio de premiações, que servem para diferenciar os fornecedores à medida que eles vão se adequando, indo da categoria bronze, para prata e depois ouro, e assim sucessivamente. Junto com a premiação, eleva-se a rentabilidade do fornecedor, já que receberem descontos ou um melhor valor pago pelo frigorífico à medida que sobem de categoria.

No âmbito do projeto maior, foi lançado o subprojeto “Carne sustentável – do campo à mesa”, no dia 18 de agosto de 2013¹⁹² (Imagem 63). Os objetivos desse são: estabelecer a confiança dos produtores e consumidores; monitorar por meio de ferramentas de rastreabilidade; capacitar trabalhadores ao longo de toda a cadeia de produção; identificar os entraves e melhorar a infraestrutura de logística e transporte. Segundo uma pessoa que fez interlocução¹⁹³, a maior intenção do projeto é conseguir mudar a visão que se criou sobre o pecuarista de São Félix do Xingu, de que esse é causador de destruição ambiental e que a pecuária bovina não é sustentável. Os esforços agora são para desmistificar a negatividade da

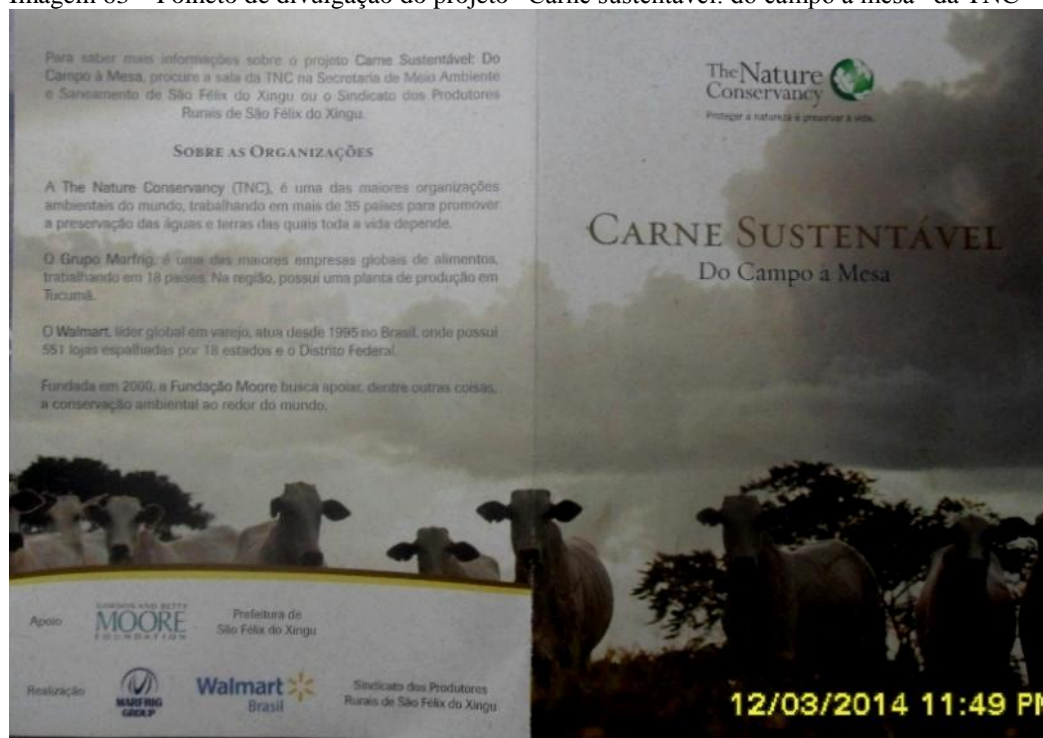
¹⁹¹ Por exemplo, reduzir o uso de arames farpados para não danificar o couro dos animais.

¹⁹² Informações mais específicas estão disponíveis na internet (<<http://www.tnc.org.br/por-que-a-tnc/trabalhamos-em-parceria/nossos-apoiadores/pecuaria-legal-boas-escolhas-do-campo-a-mesa.xml>>. Acesso 07 mar. 2016).

¹⁹³ Noah (nome fictício). Entrevista realizada em São Félix do Xingu, setembro de 2013 [entrevista gravada]. Caderno de campo 2013, p. 119-122.

atividade e construir uma imagem de produtor responsável. Esses são os elementos fundamentais para o processo de transição, destacados no projeto.

Imagem 63 – Folheto de divulgação do projeto “Carne sustentável: do campo à mesa” da TNC



Fonte: Trabalho de campo, São Félix do Xingu (2013).

Segundo Noah, os responsáveis pelo projeto perceberam que quando um pequeno produtor vê um grande se adequando às normas ambientais ele se mostra interessado em adequar-se também. Por isso, os grandes fazendeiros são utilizados como pilotos, servindo como modelos para os demais. Quando perguntei se houve mudanças no pensamento dos pecuaristas após as ações realizadas alguns anos antes (como “arco de fogo”, “arco do desmatamento”, “boi pirata”, lista de desmatadores, multas, etc.), a resposta foi: *“Agora querem ser vistos como pecuaristas responsáveis, limpar a imagem de criminosos”* veiculada desde 2009. A desestabilização da imagem teve forte impacto nos produtores locais, especialmente alguns dos responsáveis pelo Sindicato Rural, que se sentiram particularmente estimulados a promover ações que pudessem desconstruir essa imagem negativa. Assim, tendo a ONG ampla atuação internacional, uma das finalidades da mesma foi projetar uma nova e boa imagem da pecuária de São Félix do Xingu para fora do estado e do país e, futuramente, a perspectiva era conquistar um selo ambiental.

Na opinião da pessoa interlocutora, os próprios pecuaristas não percebiam que estavam desmatando tanto e não conseguiam ter em perspectiva a dimensão do impacto que causavam. Com a projeção da imagem negativa deles para fora do município puderam notar o

tamanho do impacto, tanto em termos ambientais quanto em relação à própria identidade. A chegada das ONGs, de repórteres, da Polícia Federal, do IBAMA e da Força Nacional causou grande choque ao conjunto de produtores. Após o período de efervescência desses acontecimentos, muitas ONGs se instalaram em São Félix do Xingu, interessadas em participar no processo de adequação das práticas, sendo que a cidade de Paragominas passou a ser um modelo, já que essa conseguiu mudar os rumos da imagem negativa, quando conseguiu alcançar a categoria Municípios Verdes¹⁹⁴. Além das ações mais focadas, uma das formas de dar publicidade a esse processo é por meio de *outdoors* espalhados pela região e também pela vinculação de notícias nos jornais locais.

Terminada essa entrevista, aproveitei para tentar um contato, no mesmo prédio, com o representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) em São Félix do Xingu. Chamemo-lo de Vando¹⁹⁵. Fui recebido com certa apreensão e ansiedade por parte do mesmo, apesar de eu ter sido apresentado pela pessoa da TNC, demonstrando grande curiosidade em saber quem era eu e o que eu buscava, ao mesmo tempo em que parecia não mostrar muito interesse em nossa conversa. Após me apresentar e explicar quais eram os meus objetivos em São Félix do Xingu e de nosso encontro, ele aceitou conversar naquele momento mesmo em uma sala onde havia outro funcionário do MMA e um estudante estagiário estrangeiro (possivelmente alemão). Comecei explicando que tinha interesse em compreender a evolução da pecuária bovina no local e quais as mudanças aconteceram em relação aos desmatamentos nos últimos anos.

Vando começou contextualizando que com o surgimento do movimento ambientalista no Brasil diversas ONGs se instalaram em São Félix do Xingu ainda na década de 1980, a fim de intervir no cenário que se desenrolava, especialmente devido à chegada de muita gente para ocupar as terras. O gado, durante a chegada dos migrantes, servia para indicar a ocupação da terra e a cerca para marcar os limites das áreas, se constituindo em mecanismos auxiliares ao processo de ocupação da região. Nesse sentido, para ele, internamente a visão que se construiu sobre o gado era de que esse se constituía um meio de indicar posses, de terra e capital, sendo fortemente associado ao poder e ao prestígio local. Nesse momento, o colega de sala, que vamos chamar de Lídio, interveio e disse que não é qualquer gado, pois predomina o pensamento de que “o bom é ter gado branco, nelore”, gado de corte; ter vacas malhadas não é tão valorizado, não tendo o mesmo valor simbólico que o gado branco. Vando discordou e

¹⁹⁴ Trata-se do Programa Municípios Verdes (PMV), desenvolvido pelo governo do Pará e diversas instituições da sociedade civil, privada, etc., que tem por objetivos combater o desmatamento e promover o desenvolvimento rural sustentável. A cidade de Paragominas foi a primeira no Pará a alcançar todos os critérios para obter a classificação (disponível em: < <http://municipiosverdes.com.br/>>. Acesso 07 mar. 2016).

¹⁹⁵ Vando e Lídio (nomes fictícios), entrevista com técnicos do MMA – 25 de setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p. 123-125.

ponderou que é a renda que faz a diferença, não importando se é de cacau ou de gado, questões simbólicas ou de *status* não são relevantes.

Os dois debateram um pouco. Quando terminaram, questionei sobre quais ações eles consideraram terem sido fundamentais para a redução dos desmatamentos, no que me responderam:

a) o uso e divulgação das imagens de satélite, tendo sido excelente forma de controlar criando a (in)certeza de que poderiam estar sendo vigiados e poderiam ser punidos;

b) a criação da lista de desmatadores que foi divulgada;

c) o Decreto Presidencial (referente à demarcação das áreas indígenas em parte do município), que teve por consequências apreensão de gado (“boi pirata”), entre outras penalidades.

Eles contaram que a listagem com os nomes dos produtores como criminosos e o nome do município como embargado foram muito estratégicos por parte dos organismos do governo, e a apreensão de gado e encaminhamento a leilão com verba revertida aos fundos públicos, se constituíram em ações punitivas de impactos impensados anteriormente. Essas sinalizavam que os pecuaristas realmente teriam que mudar. Nesse sentido, para Vando, embora os representantes de órgãos públicos municipais estivessem pouco interessados na solução do problema, a proporção do conflito, a entrada de grandes instituições, especialmente ONGs e de outros grupos ligados à produção de alimentos, pressionaram a prefeitura e o Sindicato Rural a se posicionarem e a se movimentarem em torno da resolução do problema.

Os interlocutores ainda informaram que, depois das ações mais incisivas, e no sentido de dar continuidade e efetividade às ações de monitoramento, o MMA passou a manter um consultor para dar apoio na manipulação de imagens de satélites. O objetivo foi expandir o conhecimento dessa tecnologia e promover a formação de novos agentes de monitoramento, gerando a certeza de que muitos podem estar vigiando os processos de desmatamento. Disseram também que, entre as ações, estavam elaborando a mídia de um *outdoor* a ser colocado, nos meses seguintes, em 19 locais estratégicos do município, informando as ações realizadas pelo MMA e ressaltando a importância de adesão ao *Pacto* e ao CAR. Para Vando, a atuação do Ministério Público no reordenamento territorial e da EMATER e outros organismos de ATER local estavam sendo fundamentais na identificação e construção de modelos de produção e no redirecionamento das políticas públicas.

No entanto, apesar das mudanças no comportamento dos pecuaristas, o técnico acredita que continuam querendo desmatar mais e mais. Porém, fugir da fiscalização dos

satélites é mais difícil. Antes deixavam apenas uma cortina de árvores na parte da frente do estabelecimento, inibindo a probabilidade de os fiscais pararem para averiguar, agora, com as novas tecnologias de monitoramento, essa estratégia não funciona tão bem. A sensação de estar sendo vigiado e que pode ser punido é constante. Vando reiterou que durante as movimentações em torno da reformulação do Código Florestal, os pequenos produtores foram utilizados para pressionar o governo, engodados pelos discursos vinculados pelos grandes fazendeiros que os fizeram pensar que a reformulação do Código atingira a todos da mesma forma, e que todos estavam passíveis das mesmas punições, o que não era verdade. Quer dizer, aquela estratégia identificada em 2009 durante uma reunião na Vila Clareane foi constatada também pelo representante do MMA em momento posterior.

Ao final da conversa, e já em um ambiente bem mais acolhedor, falei para os interlocutores sobre a possibilidade de utilizar um filósofo francês (Foucault) para a elaboração da tese, explicando a similaridade com o *panóptico* e as ações de vigilância por meio de satélites. Foi um momento muito interessante. Na hora, eles acharam curiosa a ideia e trocamos algumas anotações, sendo esse o único momento em que o estudante estrangeiro que estava na sala interveio na conversa por um instante. Terminamos essa conversa de forma similar às aquelas outras situações em que precisei fazer entrevistas com agentes de instituições: um sentimento desagradável de desconforto e desconfiança. Sempre há muita gente de fora fazendo pesquisas, querendo saber coisas sobre desmatamento, sobre pecuária, sobre crimes ambientais, sobre trabalho escravo, sobre as terras indígenas, sobre ilegalidades, etc. A sensação que fica é de sempre estar tocando em assuntos delicados (como se eu estivesse levando deles algo muito precioso), a não ser que se fale apenas em termos técnicos relacionados aos manejos de pastagens, dos rebanhos bovinos, do reflorestamento, etc. Também há uma rotatividade grande de funcionários, dificultando reencontrar nos anos seguintes a mesma pessoa.

Outras duas situações de contatos institucionais relevantes aconteceram com um padre que atua na parte jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de São Félix do Xingu, desde 1989; e com um técnico da EMATER, durante uma reunião de restituição de diagnóstico. Com o padre, após me apresentar e lembrar-lhe que eu já estivera ali há alguns anos realizando outra pesquisa, fui convidado a acompanhá-lo até a sua sala, que fica no mesmo prédio da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do alto Xingu (ADAFAX). Como eu expliquei que estudava a pecuária bovina, passou toda a conversa reafirmando que as suas informações se referiam aos agricultores familiares e não aos fazendeiros, fazendo questão de distinguir que a sua fala sobre pecuária se referia aos pequenos, pois há muitas diferenças entre os grupos e suas dinâmicas. O padre destacou que têm ocorrido mudanças na mentalidade dos

pequenos produtores atendidos pelas instituições de apoio à Agricultura Familiar acerca da decisão de ter ou não gado bovino. Para ele, muitos têm se desiludido da ideia de se tornar fazendeiros por perceberem que com lotes pequenos de 80 – 100 ha não dá para criar gado de corte. As pastagens degradam rapidamente e esses não possuem recursos para reformar e nem podem mais desmatar para formar novos pastos. A alternativa é ter um pequeno plantel de vacas de leite, como forma de complementar a renda e as despesas da família. No entanto, para quem mora nos locais mais distantes, a criação de gado ainda é uma das únicas opções de retorno econômico, pelas restrições logísticas para outros produtos.

Apesar do impasse, continuou o padre, o poder dos grandes importantes grupos políticos e econômicos que possuem terras na região leva à configuração de políticas públicas pensadas nos grandes empreendimentos e não no fortalecimento da agricultura familiar. Para ele, as barreiras que foram levantadas contra os desmatamentos, como as reservas indígenas e de conservação ecológica, podem ser facilmente derrubadas pela pressão dos fazendeiros e políticos que possuem terras na região, como deputados, senadores, etc. No entanto, reconhece que as apreensões de gado ilegal (“boi pirata”), juntamente com o *Pacto* contra o desmatamento atingiram principalmente os grandes fazendeiros e se constituíram elementos fundamentais para controlar o comportamento dos atores e reduzir o desmatamento naquele momento.

Além desse contato com técnicos e com o padre, também participei de um seminário de reposição de um diagnóstico da sustentabilidade da agricultura familiar de São Félix do Xingu, intitulado “Projeto Xingu: ambiente sustentável”, realizado pelo Instituto de Educação do Brasil – IEB e ADAFAX, recebendo apoio do Fundo Vale¹⁹⁶. Nesse, entrei em contato com um dos técnicos da EMATER local que esclareceu, durante a pausa para o almoço, os motivos da bovinocultura avançar tanto entre os pequenos produtores, reiterando elementos discursivos dos demais interlocutores, que apontam para as relações de proximidade entre diferentes grupos de pecuaristas: muitos pequenos agricultores, especialmente os que “vem de fora”, do Goiás e do Sul, trazem a perspectiva de se tornarem grandes fazendeiros, sendo esses os principais responsáveis pelas mudanças tecnológicas recentes, e por isso servem também de modelo aos outros. O técnico destacou que existe uma aproximação entre o Sindicato Rural (patronal) e o dos Trabalhadores Rurais, especialmente entre os criadores de gado menos capitalizados, havendo a constituição de relações quanto à força de trabalho e ao comércio de animais, pois

¹⁹⁶A pesquisa buscou identificar as situações de maior ou menor sustentabilidade, utilizando critérios multivariados, como renda, proteção ambiental, diversidade de produtos, entre outros. Destaca-se que os agricultores que possuem mais gado ou misto de gado e cacau, apresentam situações de maior estabilidade econômica, no entanto, maior fragilidade ambiental.

agricultores e pecuaristas familiares fornecem mão de obra e vendem bezerros para serem recriados pelos médios fazendeiros.

Cerca de um ano depois, em agosto de 2014, de volta a São Félix do Xingu para outro trabalho de campo, pude retomar algumas questões levantadas antes e identificar quais foram os resultados das ações nesse intervalo, atento a como as imagens e os discursos permitiram produzir práticas que conduziam os rumos da pecuária. Durante esse trabalho de campo, que durou cerca de 30 dias, encontrei-me com muitos representantes de instituições, de onde retiramos alguns dos relatos relevantes para elucidar o nosso problema de pesquisas. Dessas entrevistas, três são particularmente interessantes para mostrar que, apesar da força, imagens, discursos e mesmo a vigilância não são, de uma vez por todas, determinantes para conter as práticas das pessoas envolvidas com os desmatamentos relacionados à pecuária bovina. De uma maneira geral, decorrido o tempo entre os trabalhos de campo anteriores e esse último, os interlocutores vinculados às instituições pareciam mais pessimistas em relação às possibilidades de mudanças radicais. Passada a efervescência da produção de imagens e discursos negativos e das ações intensas e violentas, certa rotina e monotonia do cotidiano se impunha sobre a ação dos fiscais, abrindo o caminho para a continuidade e novas estratégias de desmatamentos (como colocar produtos químicos em algumas árvores maiores até que ela morra mais lentamente, ou então desmatar áreas muito pequenas em cada vez) e expansão da pecuária.

Na Secretaria de Meio Ambiente, por exemplo, encontrei-me com um técnico que eu já conhecia, o João¹⁹⁷, que dessa vez atuava nos assuntos relacionados aos impostos sobre terra (ITR). Quando perguntei sobre os efeitos das ações relacionadas ao embargo, ele disse que muito “gado morreu naquela área”, quando mandaram retirar, nas pressas, muitos animais ficaram abandonados e também perdidos nas travessias dos cursos d’água. Para ele, “a imagem de criminosos deu um baque na cidade”, envolvendo a todos em um clima ruim para o desenvolvimento da atividade, tendo até mesmo aparecido no programa “Globo Repórter” que havia “40 cabeças de gado por habitante”, deixando as pessoas assustadas com os números. Enquanto conversávamos, alguns agricultores/pecuaristas chegaram pedindo para realizar os cadastros, sempre com a mesma preocupação de como utilizar uma área que ainda está toda florestada, já que estava proibido desmatamento. Em um caso, o técnico informou sobre a possibilidade de “vender carbono”, pois é um mercado que está se constituindo, mas a pessoa

¹⁹⁷João (nome fictício). Entrevista realizada na SMM, 22 de agosto de 2014. Caderno de campo 2014, p.1-3.

que buscava documentos disse que não entendia o que era e não tinha ouvido falar sobre isso ainda, mas esperava que em breve pudesse desmatar para começar a produzir.

Já no escritório da ADEPARÁ, no dia 22 de agosto, consegui conversar com um responsável técnico por um dos setores da instituição¹⁹⁸. Chamemo-lo de Cícero. Atendeu-me prontamente, dispondo-se a conversar e a apoiar no que fosse possível, mas sempre justificava que não conhecia muito bem as coisas, pois estava lá há menos de 3 anos. Disse-me que São Félix do Xingu sempre é considerada como “*uma cidade fim de linha, onde há muita violência no campo. Aqui só vem quem tem negócios para resolver, ou viagens rápidas de passeios [...] aqui não é de passagem*”, diferentemente de Marabá onde há circulação para ir a outros lugares. Contou-me que devido trabalhar com fiscalização, sente que deve ter “*cuidado na abordagem*”, pois tem muita gente com problemas com a justiça, o que pode gerar algum perigo de violência. Mas considera que a relação entre violência e a expansão da pecuária esteve mais forte no passado, “*naquela época [em que a] terra não tinha preço*”, agora é menos importante.

Disse também que em São Félix do Xingu “*até quem não tem terra prefere investir em gado*”, as pessoas “*respiram gado*”. O dinheiro que possuem é investido em gado que passa a ser criado “*na meia*”¹⁹⁹. Segundo Cícero, trata-se de “*algo cultural, que veio com os migrantes do Goiás*”, sendo que o convívio com os fazendeiros locais afeta as decisões de optar pela pecuária, já que “*o cara vê fazendeiro andando de caminhonete [...]. Se ele faz e dá certo*”, também deve dar certo para mim. Pondera que o papel da mídia não é relevante, de maneira direta para estimular a expansão da criação animal, no entanto, os programas de TV específicos (especialmente no Canal do boi e Terraviva) influenciam as opções genéticas, pois “*quando vê um touro sendo vendido por 10-15 mil, e vem vender o seu por 3 mil, pensa que pode melhorar o seu rebanho*”. Os grandes e médios passam então a vislumbrar um negócio de fazer tourinhos para vender aos menores, pois esses maiores conseguem acessar melhor as tecnologias e a genética. Assim se forma um mercado em nome dos touros premiados, que passam a direcionar e dar publicidade aos descendentes, estimulando o interesse pela compra, atraindo todas as categorias de pecuaristas durante os leilões.

Ainda naquela mesma semana tive a oportunidade de entrevistar um importante membro da equipe responsável pelo *Pacto* que tratamos acima. Esse técnico é natural de uma cidade do Sul do país e já morava em São Félix do Xingu desde 2011. Chamemo-lo de Victor.

¹⁹⁸ Cícero (nome fictício). Entrevista na sede da ADEPARA, 22 de agosto 2014, Caderno de campo 2014, p.4-10.

¹⁹⁹ Sistema de partilha em que se dividem em partes iguais ou outros arranjos as “crias” da vaca, ao final do período contratado. Uma parte fica com o dono da terra e outra metade com o dono do bovino.

No ano de 2013, já o havia conhecido e conversado brevemente com ele, e, como das outras vezes, a entrevista é sempre um pouco tensa. Eu mesmo fico nervoso, com a sensação de que o contato nunca é muito bem-vindo, não por ser eu, mas pelas questões que conduzo²⁰⁰. Na ocasião havia quatro pessoas na sala, membros da equipe fixa do projeto, sendo duas ligadas também à FAO e ao MMA. Falei do meu interesse em saber sobre as ações e os efeitos oriundos do Pacto. Ele respondeu que o objetivo do projeto é reduzir o desmatamento, e se organiza em 4 eixos:

- a) a assinatura do pacto;
- b) a implantação do CAR²⁰¹;
- c) plano municipal de recuperação de áreas degradadas;
- d) fortalecimento das instituições.

Não são apenas eles que desenvolvem as ações, outras empresas são contratadas para desenvolver diferentes atividades, como por exemplo, a da publicidade.

Em alguns minutos revelou, em linhas gerais que o desmatamento caiu logo em seguida à implantação do *Pacto*, tendo alcançados índices muito baixos, mas voltou a subir novamente nos últimos dois anos (2012-2014). A meta é alcançar 40 km² /ano, sendo que o desmatamento no momento da entrevista estava em torno de 219 km². Apesar disso, Victor acredita que os objetivos estão sendo alcançados, pois seria “*difícil definir como estaria [o desmatamento] sem o projeto*”. Nesse momento, falou meio desanimado que as pessoas continuam a desmatar quando não há fiscalização, e que sozinho seria impossível conter os índices, tendo sido fundamental a participação de outras instituições trabalhando com os mesmos objetivos. Segundo o interlocutor, alguns dos fatores que impulsionaram o aumento nos desmatamentos pós-2010, foram:

a) as movimentações no Código Florestal em 2012, pois os agentes sabiam que em breve não poderiam desmatar nada e apressaram-se em fazê-lo;

²⁰⁰ Há de se considerar que esse desconforto é sempre maior nas instituições que atuam diretamente com fiscalização, penalização ou quaisquer outras ligadas ao meio ambiente. Nem eles mesmo estão livres desse desconforto. Ele contou-me que por muito tempo foram confundidos com o IBAMA (“*pensavam que nós somos IBAMA*”), levando muito tempo até que as pessoas soubessem que a missão do *Pacto* não era a repressão ou fiscalização. Ninguém em São Félix do Xingu quer ser confundido com o IBAMA, como ele mesmo disse: muitos produtores, se pudessem “*abateriam os helicópteros*” a tiros. Isso eu ouvi de muitas outras pessoas.

²⁰¹ Informou que para a implantação do CAR não precisou de tanta divulgação direta, pois o banco incorporou rapidamente (e passou a exigir para fazer financiamentos), as lideranças de associações e a mídia passaram a fazer a divulgação, de forma que no momento 84% da área cadastrável já possuía CAR (e fez questão de me mostrar que a área cadastrável não inclui Terras Indígenas (TI), Parques Ecológicos, etc.).

b) o preço da carne aumentou consideravelmente, estimulando e financiando as novas aberturas;

c) a existência de muita “terra sem dono” em outras regiões no entorno, especialmente na direção de Altamira (nesse momento, ele apontou para um mapa afixado na parede da sala, indicando as áreas que ainda estão por ser “ocupadas” e desmatadas).

Victor pondera que mais uma vez, como na história recente, a pecuária, de uma maneira geral, sempre teve uma boa imagem, sendo representativa de progresso regional, fartas contribuições ao Produto Interno Bruto (PIB) e sinônimo de sucesso empresarial. A lista de desmatadores e a percepção dos danos ambientais trouxe à tona outra face da atividade. Por outro lado, ponderou: *“Para os pecuaristas daqui, essa imagem negativa não influenciou consideravelmente [...], o mercado deles não deixou de comprar”*. Ele destacou que, apesar dos embargos e das mudanças decorrentes do acordo, o mercado continuou bastante estável, com restrições que foram rapidamente superadas ou contornadas. Porém, ocorreram transformações mais de longo prazo, especialmente na *“mentalidade burocrática”*, já que *“até para limpar o pasto, muitos buscam informações se precisam de licença”*. Também, se antes os desmatamentos gigantescos eram realizados com correntões, sem o menor constrangimento, agora as ações ilegais ocorrem em pequenas porções da floresta, mesmo nas grandes fazendas. E outras transformações mais pontuais, relacionadas às tecnologias, também estavam sendo alcançadas por meio de parcerias com a Embrapa e outras instituições de pesquisa e ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

De uma maneira geral, podemos considerar que as imagens e os discursos e mesmo as práticas punitivas não são suficientes no médio prazo, talvez sendo mais eficazes no curto e longo prazo (primeiro ano e após o quinto?). Apesar disso, abriram-se brechas para a produção de novos discursos que transformam completamente a atividade, criando, dessa feita, outros tipos de sujeitos pecuaristas, acoplando-se algo como “responsabilidade ambiental”, que implica não apenas em indicadores de produção e produtividade de menor impacto ambiental. Porém, assim como em outros momentos, as alternativas principais majoritariamente são oriundas de soluções de tecnologias baseadas em conhecimento científico, seja a manipulação das raças, das pastagens, novos adubos, novos maquinários, etc. No longo prazo tem um efeito de seleção, ficando os grandes grupos ou aqueles mais capitalizados aptos a continuar na atividade, conforme será melhor evidenciado quando tratamos das entrevistas com atores não vinculados a instituições, no próximo tópico.

4.4.2.2 A ambiguidade dos efeitos locais das imagens e dos discursos: intensas movimentações em torno do controle dos desmatamentos e da expansão da pecuária

Como descrito no tópico anterior, em 2008, quando interrogados sobre os efeitos das imagens negativas da pecuária e sobre as questões ambientais, os interlocutores relataram muitas dúvidas e controvérsias, ao mesmo tempo em que os organismos do governo e da sociedade civil passaram a atuar de maneira enérgica em torno da questão principal, o desmatamento que, naquela época, sempre era apresentado em relação direta com a bovinocultura. Assim, retornei ao campo em 2013 e 2014 interessado principalmente naquilo que, a partir das imagens e dos discursos negativos e positivos, foi possível transformar e constituir, desde vários ângulos. Por isso, foi necessário fazer uma distinção entre as narrativas produzidas a partir de determinada instituição formal ligada à agropecuária (tópico anterior) e aqueles muitos outros, incluindo moradores antigos, pecuaristas em diversas escalas, professores, etc. Isso foi estratégico para completar o processo que viemos tecendo até aqui, de perseguir o fluxo das imagens e dos discursos, atentos às suas circulações, seus efeitos em muitas direções bem como as práticas que por fim se exerciam sobre os indivíduos, de maneira mais localizada e minuciosa em São Félix do Xingu.

Foi durante esses trabalhos de campo que a problemática da violência e medo apareceram entranhadas na própria evolução da pecuária bovina, conforme explicitado na metodologia e também no tópico 4.4.2.3. Antes, será importante demonstrar alguns discursos e imagens daqueles que viveram em São Félix do Xingu durante esse período pós-ações de intervenção mais forte da trama institucional que foi investida tendo como meta o controle dos desmatamentos. Apesar de raramente (ou quase nunca) discutido de maneira ampla nos meios de comunicação, o desmatamento custa muito caro. Muitos estudos mostraram que o mesmo só foi viabilizado em tamanhas proporções graças aos incentivos de crédito, isenções fiscais, e outras formas de apoio econômico (LESSA, 1991), embora outras pesquisas tenham mostrado que mesmo com o raleamento dos investimentos, o avanço dos desmatamentos e da pecuária continuaram (FEARNSIDE, 2005; MARGULIS, 2003; WOOD, TOURRAND, TONI, 2015). As narrativas a seguir são interessantes por mostrarem, em um primeiro momento, que não é tão simples assim efetivar os desmatamentos, ou pelo menos para quem não possui capitais e, por outro lado, ao mesmo tempo em que muitos são afetados por uma imagem negativa e um conjunto de restrições, outros atores sociais encontram a oportunidade de se estabelecerem. Novas possibilidades de constituição de sujeitos e práticas vão se fecundar nesses momentos. Como dito em outro texto (CLAUDINO, 2014b), a questão da crise da pecuária constituiu-se

numa importante estratégia de negócios e, mobilizar essas imagens e discursos é uma estratégia eficaz.

A narrativa de Kémi²⁰², que na época da entrevista (2013) trabalhava como moto-taxista na cidade, especialmente fazendo o deslocamento de passageiros desde o porto da balsa no rio Xingu, ajuda a compreender a dificuldade de aplicar capitais privados para o desmatamento. Em nossa conversa, no porto da balsa mesmo, ele contou que no ano de 2004 recebeu 45 ha de terra na vila São Sebastião, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que toda a área podia ser toda desmatada, já que a compensação ambiental (a reserva) era coletiva. No entanto, para desmatar era preciso ter recursos econômicos, pois as aberturas implicam custos muito elevados, não sendo possível para quem não tem muita força de trabalho disponível (filhos/agregados), capital, maquinários ou ferramentas, ou não tem reserva de capital para ir vivendo enquanto realiza a formação dos pastos e aquisição de rebanho. Relatou-me que, com muitas dificuldades, conseguiu formar um pouco de pasto e passou a criar um pequeno rebanho bovino de leite. Porém, não conseguiu manter-se nessa atividade por muito tempo, já que o rebanho demandava muito trabalho e o preço do leite era baixo, tendo ele decidido vender o lote e mudar-se para a cidade. Ele contou que muitos pequenos fizeram e estão fazendo a mesma coisa, fomentando a formação de grandes e médias fazendas, intensificando o processo de concentração da terra.

Para Kémi, em São Félix do Xingu, nas terras mais afastadas, só compensa a pecuária bovina e, por isso, não conseguiu trabalhar com roças de lavoura branca. Ele considera que o bom é trabalhar com criação de bovinos, pois é economicamente mais rentável e é fácil de vender em qualquer período do ano, embora o preço varie muito. Segundo o interlocutor, a posse de umas 150 cabeças e uns 100 ha de terra são suficientes para um nível de vida bem tranquilo, só da renda oriunda da venda dos bezerros para criadores locais. Enquanto conversávamos, observei que a cada vez que uma balsa atravessava o rio para as vilas, levava pelo menos uma carreta de bois descarregada; no retorno, a balsa sempre trazia entre 1 a 4 carretas cheias de gado para abate. Esses iam direto para os frigoríficos que, embora paguem um preço menor que aquele que seria pago localmente, estão controlando a compra, pois fazem sistema de compra em lotes maiores. Além disso, a fiscalização mais forte tem pressionado os compradores (atravessadores) de gado a se “filiarem” a um grande frigorífico.

Quem explicou melhor esse processo de comercialização e se a “imagem negativa” afetou foi o comprador e vendedor de gado Pablo, entrevistado em sua loja na cidade de São

²⁰² Kémi (nome fictício), moto-táxi, entrevista realizada no porto da balsa, 24 setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p. 116-117.

Félix do Xingu²⁰³. Segundo o comerciante, foi entre os anos de 2000 e 2008 que começou a crescer exponencialmente o rebanho, vindo gado particularmente do estado de Tocantins. Hoje ele só compra de “carreta fechada”, de 18 a 20 animais prontos para o abate. Pablo considera que nos últimos anos aumentou muito a quantidade de animais disponíveis e também a qualidade genética, sendo que muitos estão fazendo inseminação artificial, principalmente da raça nelore. Para ele, a maior parte das mudanças genéticas e de controles sanitários se destinam a atender as demandas da exportação, pois os consumidores de outros países são mais exigentes nesses requisitos. Antes ele vendia para alguns frigoríficos, agora vende apenas para o Frigorífico Mafripar (entre 1500 e 3000 cabeças/mês), servindo como um comprador direto²⁰⁴. Durante a conversa, o comerciante informou que a imagem negativa da pecuária desde 2008 não afetou de maneira direta os comerciantes de gado, e sim os criadores que ainda estavam desmatando. Ele mesmo continuou entregando para o frigorífico, comercializando apenas animais com a nova documentação exigida (no caso, o CAR).

Há outros conflitos que também derivaram, ou pelo menos se fortaleceram nessa discussão sobre as transformações pelas quais a pecuária bovina local teria que passar. Em uma das estradas que levam a São Félix do Xingu reencontrei Paulo²⁰⁵, um dos entrevistados que conheci em 2008, ao fazer trabalho de campo nessa área (já mencionado na metodologia, quando tratamos da questão da violência e afecções). Até 2012 sua propriedade media 88 ha, no entanto, as pastagens estavam muito degradadas e ele não conseguiu reformar com recursos próprios. Ele contou que procurou ajuda da EMATER local para conseguir recursos, mas a proposta dos técnicos incluía aplicar adubos e calcário para corrigir a fertilidade (60 toneladas de calcário e mais 40 toneladas de adubo). Porém, ele considerou absurda a quantidade de insumos que estavam pedindo e, além do mais, “*onde já se viu adubar pastagens em São Félix do Xingu. Ninguém está fazendo isso*”, expressou-se visivelmente aborrecido, “*se fosse no Goiás tudo bem, mas aqui não, o capim rebrota muito bem, não tem precisão*”. Ele acredita que os técnicos estão interessados apenas em ganhar suas comissões pelos projetos assinados, e afirmou preferir fazer as mudanças no lote sozinho a depender da assistência técnica local, que sempre impõe dificuldades para acessar o crédito rural, por solicitarem mudanças técnicas que

²⁰³ Pablo (nome fictício), comprador-vendedor de gado, entrevista realizada em sua loja em 26 setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p.134-141.

²⁰⁴ Esse grande frigorífico, localizado em Xinguara, exporta gado para a China e também para o mercado nacional. O preço do gado varia em função do período do ano, das oscilações do mercado, do sexo do animal, além de algumas diferenças relativas à localização das fazendas. Na época da entrevista, o preço de compra era de R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais) a arroba do boi (15 kg), enquanto que a da vaca custava cerca de 10-15% a menos, sendo que o boi era vendido por R\$ 92,00 e a vaca em torno de R\$ 82,00.

²⁰⁵ Paulo (nome fictício), pecuarista familiar, entrevista realizada em sua propriedade, 29 de setembro de 2013, Caderno de campo, 2013, p.148-153 (fiz muitas omissões para impedir qualquer identificação).

ele considera desnecessárias. Sua estratégia foi dar 35 ha para um vizinho em troca de uma reforma e implantação de nova pastagem²⁰⁶.

Quando eu perguntei sobre as mudanças em termos de questões ambientais que aconteceram após 2008, ele prontamente lembrou-se de um quadro que estava afixado na parede, e me convidou para entrar na casa e olhar, contando em seguida a história desse quadro. Aproveitando a movimentação, em 2010, após a forte atuação midiática para redução dos desmatamentos e adesão ao CAR, etc., alguns helicópteros começaram a sobrevoar as propriedades tirando fotografias. Dias depois, alguns homens passaram ofertando a confecção dos quadros, onde o dono poderia também incluir alguma foto de família que seria impressa na mesma imagem. Os vendedores o fizeram associar a posse da fotografia aérea como um documento formal que seria importante para a obtenção e legitimação do título definitivo de sua propriedade sobre a terra, além de agregar um valor sentimental, que é ter a imagem da sede de sua área vista de cima. O Sr. Paulo pagou R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) pelo quadro impresso em lona, com moldura de madeira de caixote medindo cerca de 60-50 cm. E como ele, muitos também o fizeram. Ao final dessa parte, resumiu: “*o papel aceita tudo*”, indicando saber que é possível manipular e utilizar da legislação, dos documentos e de como eles são politicamente importantes e decisivos.

Outra entrevista, realizada com um morador de uma área que foi declarada Terra Indígena revela micronegócios e estratégias ilegais que se tornam possíveis nessas movimentações. Em uma barraquinha que serve refrescos e guaraná da Amazônia, conheci o senhor Serafim²⁰⁷. Com um largo sorriso, informou-me que aquele era o dia do seu aniversário de 60 anos, e isso lhe dava o direito de “*começar a andar atrás do governo para receber meus direitos, pois trabalho desde os 7 anos*”. Nascido no Espírito Santo, tendo morado por muitos anos no estado de Roraima e no Amazonas, veio para o estado do Pará no ano de 1976, indo morar primeiro na vila Taboca, antes de ir para Apyterewa, onde hoje reside, e atualmente é uma TI²⁰⁸. Possui 190 ha no total, sendo 40 ha formado com pastagem. Ainda não tem gado,

²⁰⁶ Implantou capim Massai (*Panicum maximum* cv. Massai) e Quicuiu (*Brachiaria humidicola*). Após essa troca de pastagens o pasto passou 5 meses vedado e sem gado. Como está sem gado, pois teve de vender uma parte para viajar e investiu na outra terra que o filho está no Triunfo, fez uma negociação com um vizinho para colocar o gado para “quebrar o capim” (significa deixar o gado entrar por um breve período, às vezes bovinos ainda jovens, para diminuir a quantidade de folhas ou derrubar sementes, ajudando na formação da pastagem).

²⁰⁷ Serafim (nome fictício), agricultor familiar morador em área de reserva indígena (Apyterewa), banca de refrescos e guaraná da Amazônia em São Félix do Xingu, 26 de setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p.141-142.

²⁰⁸ “A Terra Indígena (TI) Apyterewa, localizada no município de São Félix do Xingu, no estado do Pará, é um território de ocupação tradicional do povo Parakanã homologado por decreto presidencial, em 19 de abril de 2007. A região faz parte do complexo de terras indígenas afetadas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte e sua regularização fundiária, incluindo a retirada dos ocupantes não indígenas, é uma das condicionantes

está primeiro formando os pastos. Ele relatou que quando ocupou essa terra, “*no grito*”, não fazia ideia que ela se tornaria, por Decreto Presidencial, uma reserva indígena. No momento da entrevista a área era controlada pelo Exército brasileiro e, segundo Serafim, “*não entra nem saído, nem madeira, e até mesmo o sal mineral não pode entrar, está proibido de entrar*”, se tentarem passar ele fica detido. Todos os suplementos ou animais que entram são de forma clandestina, algo como contrabando.

A conversa girou basicamente em torno de suas angústias no que concerne a propriedade da terra. Informou que desde 2002 vem pagando dinheiro para “*ladrões*” que fundam Associações, recolhem dinheiro prometendo que vão conseguir a documentação da terra e depois somem com o dinheiro. Ele calcula que até 2012 já tinha gastado R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com despesas relacionadas a essas associações. Agora suspendeu qualquer pagamento e diz que só vai pagar algo se a documentação sair, aí ele manda calcular o valor que foi gasto e paga para quem o merecer. Para ele, a existência de indígenas na localidade é apenas ilusão (e quando disse isso, passou o dedo indicador logo abaixo do nariz, suspirando juntamente com o movimento, indicando que a presença de índios é apenas engodo). Ele disse que “*o índio da FUNAI é o dinheiro da Vale*”. Contou-me que há rumores que a demarcação da reserva indígena aconteceu porque lá é uma “segunda Serra Pelada”, havendo muito minério para ser explorado, mas por enquanto o Estado não vai mexer²⁰⁹. Quer dizer, algumas ilegalidades inusitadas propiciaram a constituição de estratégias também ilegais de ultrapassar os bloqueios, possibilitando a formação de redes de agentes e de serviços que se especializaram em furar esses bloqueios, seja passando sal mineral ou outros suplementos para bovinos, seja valendo-se da expectativa de que a participação em Associações pode reverter a ilegalidade.

Esses relatos indicam a infinidade de possibilidades que se constituíram através da movimentação que ocorreu em São Félix do Xingu em torno das ações para controle dos desmatamentos e da expansão da pecuária bovina. Para alguns, mesmo aqueles situados em importantes elos da cadeia de comercialização, não houve mudanças significativas, pois, de

governamentais presentes no processo de licenciamento ambiental do empreendimento”, conforme informativo no site da FUNAI (disponível em <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3593-funai-inicia-operacao-de-desintrusao-na-terra-indigena-apyterewa>> acesso em 14 mai. 2017).

²⁰⁹ Companhia Vale do Rio Doce, que paga à FUNAI um percentual por realizar exploração de minérios em algumas áreas que pertencem à jurisdição dessa instituição. Essa é uma das áreas mais problemáticas desse período, ainda sem uma solução definitiva. A mobilização midiática é gigantesca, havendo além das notícias veiculadas na grande mídia, muitos blogs, páginas nas redes sociais, etc., que fomentam os rumores, contra os indígenas e contra a FUNAI (por exemplo: <<https://www.facebook.com/apyterewa.areaindigena>>; <<http://apyterewaareaindigena.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10 mar. 2016). No início de 2016, a Força Nacional foi enviada para fazer a retirada de cerca de 2000 famílias que estavam ocupando a área (Disponível em: <<http://g1.globo.com/para/noticia/2016/01/forca-nacional-realiza-operacao-de-retirada-em-terra-indigena-no-para.html>>. Acesso 10 mar. 2016).

fato, todas as pressões convergiram para a desestruturação de redes menos formais de comercialização, abrindo muitos campos de ação para grandes grupos empresariais. Por outro lado, uma miríade de práticas ilegais ou valendo-se dos rumores foram implicadas, desde a venda de fotografias que não seriam possíveis sem a movimentação de helicópteros de fiscalização, sem as promessas de interdição e as novas exigências de documentações que foram amplamente mostradas na mídia e discutidas intensamente no local, também passando pela criação de associações que não cumpriam seus objetivos até um mercado ilegal de insumos comuns (como sal mineral) em áreas embargadas.

Dessa forma, ao inquirir sobre os efeitos das imagens, discursos e de outras práticas que se investiram em prol da contenção dos desmatamentos e do avanço da pecuária bovina em São Félix do Xingu, defrontamo-nos com efeitos múltiplos e de longo alcance, variando em relação aos grupos ou aos indivíduos mais ou menos implicados em cada etapa da produção bovina. Além disso, encontramos também uma proliferação de práticas locais de enfrentamento às recentes constituições de ilegalidades por meio de Decretos e ações diretas de órgãos de fiscalização que permitiam investidas governamentais cada vez mais potentes. Ou seja, os efeitos das imagens e discursos negativos que foram intensamente produzidos naquele período não foram recebidos de maneira passiva localmente e nem muito menos provocou uma total dissolução das formas locais de relação com a pecuária, antes, ao contrário, permitiu a proliferação de muitas outras estratégias para manter-se na atividade.

O trabalho de campo realizado no ano seguinte (2014) possibilitou um balanço melhor de quais foram os efeitos das imagens e dos discursos e dessas ações governamentais sobre a pecuária. Uma das primeiras entrevistas desse trabalho aconteceu no micro-ônibus em direção a São Félix do Xingu, saindo de Marabá²¹⁰. Quando conheci Joana. Para ela, a pecuária bovina é uma atividade que vinha crescendo muito, mas após o controle feito pelo IBAMA teve rápida queda no desenvolvimento, sendo que até mesmo muito gado morreu (afogado) quando tentaram às pressas retirar os animais das áreas de reserva. Apesar disso, acha que o gado representa o progresso da região e que ainda é possível enriquecer, ou pelo menos, melhorar muito de vida, embora a renda do cacau (*Theobroma cacao*) seja melhor. Essa primeira entrevista apenas reiterou o que eu já tinha escutado muito nos trabalhos anteriores, e antecipou também o que eu ouviria nas semanas seguintes, que indicavam a manutenção local de uma imagem muito boa, considerando-se a possível ascensão individual proporcionada pela pecuária. Isso pode ser retratado no diálogo com dois jovens interlocutores durante conversas

²¹⁰ Joana (nome fictício). Entrevista realizada no interior do microônibus, saindo de Marabá até a cidade de Tucumã, dia 20 de agosto de 2014. Moradora do PA São Sebastião. Caderno de campo 2014, digitalizado.

informais. Um deles disse: *“Ter uma terra e tornar-se fazendeiro é o sonho de todos sãofelenses”*²¹¹. O outro²¹², em tom de brincadeira, disse: *“Vou ver o gado que eu comprei, eu vou me tornar o ‘rei do gado’²¹³ e o rei das mulheres”*. Depois dessa última frase, todos riram e eu questionei como isso era possível, que relação tinha entre gados e mulheres. A resposta foi a de que ter muito gado resulta na possibilidade de ter muitas amantes.

Voltando à entrevista com Joana, aproveitei que ela estava com a televisão para perguntar sobre os programas que assiste. Joana disse-me que seu marido gosta muito de assistir os programas tipo o “Globo Rural” e também um programa que passa *“às 8 e meia [20:30], que dá toda qualidade de gado”*. Segundo ela, a descoberta desse canal, que ela não soube precisar o nome, aconteceu enquanto ela mexia nos canais e viu um *“monte de vaca bonita”*, daí chamou *“o Zé”*, que é *“incutido com gado”*, para ver o canal. Quando ele viu, ficou contente e disse para ela: *“Mulher, até que enfim tu fez uma coisa que presta”*. Depois disso, ele sempre acompanha esse canal, disse-me Joana, visivelmente empolgada, e continuou dizendo que o mais importante é que agora ele sabe os gados melhores e acompanha o preço dos animais. E isso é muito bom, pois quando chega *“um picareta”²¹⁴ para comprar o gado, ele já sabe direitinho o preço do gado”*, daí quando eles querem *“passar a perna”* o Zé já diz para os picaretas: *“êpa, o preço do gado é esse [outro], que eu vi ontem na televisão”*. Ela acredita, mesmo assumindo que não entende muito de gado, que os animais que aparecem na televisão, especialmente nos leilões, só podem ser gado bom, pois são selecionados e não iriam aparecer na TV se não fossem muito bons. Disse ainda que o sonho de seu marido é participar de um leilão em Xinguara, pois é o mais famoso. No entanto, antes de participar ele precisa comprar um carro para poder ir até o leilão.

Outro interlocutor, o Chagas²¹⁵, explicou também sobre como funciona isso de olhar na televisão e depois tentar comprar os animais. Segundo ele, em São Félix do Xingu, *“os grandes daqui dão a direção das atividades, puxando sempre para o gado [...]. Os médios são parecido com os grandes, acompanham os grandes. Os pequenos não conseguem, mas tem*

²¹¹ Fabrício (nome fictício), 22 anos, morador de São Félix do Xingu. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2013, São Félix do Xingu.

²¹² Alício (nome fictício), 45 anos, morador de São Félix do Xingu desde sempre. Conversa informal, 23 de agosto de 2014. Cadernos de campo de 2014, digitalizado.

²¹³ A referência aqui, “rei do gado”, é relativa à novela exibida na Rede Globo no ano de 1996, escrita por Benedito Rui Barbosa, tendo como protagonistas Antonio Fagundes, Patrícia Pillar, Raul Cortez e outros (Conferir em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/o-rei-do-gado.htm>>. Acesso 15 mar. 2016).

²¹⁴ Termo comum na microrregião do Xingu para designar os atravessadores. Não é necessariamente pejorativo localmente, embora em outras microrregiões, como em Marabá, o termo é muito pejorativo e denota pessoas trapaceiras.

²¹⁵ Chagas (nome fictício), 48 anos, morador de São Félix do Xingu. Conversa informal, 20 de agosto de 2014. Caderno de campo de 2014, digitalizado.

vontade” de fazer como os grandes. Ele acredita que o Canal do boi funciona como uma vitrine, onde é possível ver a “*descendência*” do gado produtor de leite, pois, embora “*os caras não compram aquelas que estão lá*”, mas tomam decisões tendo em vista os conhecimentos que são transmitidos pelo canal. Ele pondera que praticamente todos os “*colonos*” possuem televisão com antenas parabólicas e que essas servem para instruir sobre os melhores tipos de animais, substituindo uma parte do trabalho dos técnicos e ajudando a conduzir o processo de seleção de animais na região.

Também falaram da televisão e da importância dos canais os amigos Maurício (60 anos) e João (25 anos), pecuaristas familiares em São Félix do Xingu²¹⁶. Ambos informaram que assistem aos programas de leilão, especialmente no Canal do boi. Então, segundo um dos interlocutores, justificando que tem uma produção baixa e não compra animais selecionados, explica que “*hoje a vaca de leite está muito cara, e nós ainda não tem assim uma produção de gado assim bom, um gado próprio, um gado selecionado para leite*”, sempre aprendem um pouco nesses programas, e ambos também participam da ExpoXingu para ver o gado, os rodeios e os leilões. Assim que perguntei sobre a imagem do pecuarista na atualidade, Sr Maurício respondeu: “*Hoje quem derrubou muito já não está bem visto pelas leis. Sendo que, nos começos, era eles que incentivava a derrubar. E hoje, o cara já não está bem visto. Igual um dia desses eu falei numa reunião lá: então, que de primeiro nós era incentivado a derrubar, aí hoje, nós que derrubou, nós é criminoso?*”. Essa última fala foi dita por muitos interlocutores durante o trabalho de campo, aparecendo também em pesquisas realizadas na microrregião do Xingu (VAZ et al., 2012). Apesar disso, Maurício disse que não teve nenhum problema com as fiscalizações, tendo sido um dos primeiros a fazer o CAR, pois para vender o leite esse documento passou a ser uma exigência quase imediata dos laticínios locais.

Duas situações seguintes foram esclarecedoras para entender acerca dos processos de estímulo e depois restrição da pecuária. Essas ocorreram no dia 23 de agosto de 2014, quando um ambiente bastante tenso se formava na cidade. Aconteciam os preparativos para a caravana e comício da coligação de um dos partidos que disputavam os cargos ao governo do estado (governador Simão Jatene, do Partido da Social Democracia do Brasil – PSDB). Esse enfrentava pouca popularidade na cidade, o que foi constatado na pequena quantidade de pessoas que compareceram ao evento²¹⁷. Ao lado esquerdo do palanque, enquanto os

²¹⁶Maurício e João (nomes fictícios). Pecuaristas familiares, Km 23, entrevista realizada na propriedade, 27 agosto de 2014, entrevista gravada 00:47:33 min., caderno de campo 2014, p.43-48.

²¹⁷ Havia um ressentimento recente contra esse governador, pois o mesmo foi contra a divisão do estado, que tornaria São Félix do Xingu parte desmembrada do Pará, e comporia o estado de Carajás, tendo como capital a cidade de Marabá. Fui acompanhado de apenas duas pessoas entre os meus conhecidos locais. A maior parte não

candidatos discursavam, outra movimentação chamava mais a atenção. Integrantes de algumas organizações sociais protestavam contra o atual governo, enfrentando o comício por meio de faixas abertas com dizeres desafiantes, direcionados especificamente ao governador que ali se encontrava. Aproximei-me, mostrando interesse nos dizeres constantes nas faixas, sendo prontamente percebido pela meia dúzia de manifestantes que aumentaram o tom das palavras de ordem a fim de chamar a minha atenção, também pensando que eu fosse um jornalista.

Um desses manifestantes era Luan, que mora na microrregião de São Félix do Xingu desde 1977, quando veio do Tocantins²¹⁸. Ele me explicou, quando perguntei sobre a evolução da pecuária:

“A nossa pecuária aqui. O que fez ela tá com o volume que está hoje, de 2.320 mil cabeças, foi por falta de políticas públicas, dentro do estado, que não teve. O valor que chegou aqui, dos anos 80, até agora, em 2011, foi o valor que chegou para terra pra facilitar as pessoas derrubar e criar gado, que é uma produção fácil de vender, tem campo, se toca, se leva pela estrada, você passa com o gado na picada, se leva de um lado para outro; isso que se deu esse valor, a fazer a pecuária se desenvolver aqui mais [...]. Os financiamentos do governo federal [...], FNO e PRONAF [...], que levaram a pecuária a se desenvolver [...]. Você ia fazer financiamento, era gado de corte, gado, gado, gado!”.

[Daí eu perguntei: E essa mudança que está tendo agora, o pessoal plantando cacau, outras frutíferas?]

Justamente por conta das medidas que estão sendo tomadas, e agora a gente entendemos, todo mundo. Hoje, tanto os grandes pecuaristas, como os médios e os pequenos pecuaristas estão entendendo que é preciso preservar, é preciso produzir de forma sustentável, sem agredir a natureza. Hoje os pecuaristas estão pagando muito caro, porque não estavam preparados; e muito mais a agricultura familiar, que é quem produz 80% do gado do município, aqui é tudo da agricultura familiar... porque aqui não tem 20% dos latifúndios, dos empresários grandes do ramo de pecuária que criam gado, o bezerro, o boi, desse volume grande que tem é todo da agricultura familiar, que eles é tudo que financiaram, e é eles é quem produz os bezerros para formar o agronegócio da carne aqui”.

apoiava esse candidato. A reduzida quantidade de pessoas na carreata indicava a preferência da maioria, sendo que geralmente, quando há comícios, a praça de eventos (a antiga rodoviária) fica lotada, e as carreatas são enormes. Lembro-me que em 2008 acompanhei movimentações políticas e os moradores ficavam completamente envolvidos, diferente do que aconteceu dessa vez no comício.

²¹⁸ Luan (nome trocado). Entrevista realizada durante um protesto contra um candidato a governador do estado. São Félix do Xingu em 23 de agosto de 2014. Entrevista gravada, duração, 00:08:05 (começou uma chuva causando a dispersão e o fim da entrevista).

Em seguida ele explicou quando foi que a pecuária começou a se desenvolver localmente:

“Dos anos 1990, [19]85 começou, foi começando mais de uma forma mais devagar. Aí dos anos 90 até 2011 aqui, vou te dizer uma coisa, foi acelerado. Quando começou foi demais, uma época dessas, numa hora dessas [19:00-20:00], você tinha muita dificuldade para respirar por causa da fumaça, tudo queimando. Agora todos os empresários estão conscientes, e já tem muitos, 70%, que já estão recuperando, fazendo recuperação das terras degradadas, e preparando um modelo de produção de gado de corte diferente, um sistema rotativo, melhoramento genético, essa coisa. Estão começando a trabalhar muito”.

Quando questionado sobre a questão das mudanças na imagem da pecuária, Luan respondeu-me:

“Ela mudou. Ela começa a mudar de 2 anos para cá, bem rápido ela mudou”. [Como é que ela é agora? Perguntei] “Pararam de derrubar, mas ainda tem desmatamento. Porque nós éramos os campeões no desmatamento no Brasil [...]. Aqui em 1977, quando eu cheguei aqui, aqui só tinha 37 cabeças de gado, no município de São Félix do Xingu, não tinha Cumaru, não tinha o Banach, não tinha Ourilândia, e nem tinha Tucumã, isso aí era tudo o município de São Félix. O gado que existia aqui era bem ali no porto do Santa Rosa. Aqui vivia do extrativismo, da pele de gato, do couro de lontra, do jacaré, da seringa, da castanha, era a vivência daqui, ouro e... cassiterita, sempre teve garimpo aqui, jaborandi”.

Perguntei se ele acha que mídia influencia a expansão da pecuária. Sua resposta foi:

“A mídia tem influenciado mais para reduzir do que para desenvolver a pecuária aqui. [Como? Indaguei]. Porque eles tem feito uma divulgação aqui, que tem judiado de nós, que prejudica nós, que deixaram de mostrar o que é bom, as coisas boas, e mostraram muito o lado, esses pontos, a área que desmatam. E por isso, têm se pago um preço caro. E hoje está todo mundo com medo, todo mundo assustado com medo da lei, entendeu?”.

O outro diálogo, realizado ainda durante o comício, com uma manifestante, traria novos elementos para compreender a constituição da pecuária bovina no interior dos assentamentos. Esse foi realizado com uma representante de assentados do INCRA, que reclamava que o estado fez uma APA (Área de Proteção Ambiental), em 2006, dentro do Projeto de Assentamento, sem fazer o plano de manejo, implicando na impossibilidade de aplicação de recursos públicos que só poderiam ser acessados após a elaboração e validação dos planos de manejo, especialmente depois desse período de embargos²¹⁹. Contou-me: “Agora

²¹⁹ Alice (nome fictício). Entrevista realizada durante um protesto contra um candidato a governador do estado. São Félix do Xingu em 23 de agosto de 2014. Entrevista gravada, duração 00:10:13.

o IBAMA está lá multando todo mundo, ninguém vai morrer de fome. Se tivesse um apoio político, uma política pública que apoiasse, nós tinha como pagar uma patrulha mecanizada que era para não desmatar. Tamos desmatando porque somos obrigados, não vamos morrer de fome”.

Perguntei se lá não podia criar gado, no que ela respondeu:

“Lá é um curral só, a pecuária lá é ostensiva, porque o projeto de assentamento, a APA todinha é pecuária ostensiva [...]. Aqui em São Félix do Xingu não tem jeito, não tem jeito, a cultura daqui, a cabeça do povo é gado. [Perguntei: Como isso começou?] Os bancos, só soltam dinheiro para quem cria gado, porque é fácil para pagar o banco. Cê vai no banco, o BB que tem o plano SAFRA, eles não tem interesse em trabalhar com Agricultura Familiar, só com agronegócio. É por isso que só tem boi aqui. É o município de maior rebanho bovino do mundo, é esse aqui! [...].E eles estão multando colono todo tempo. Eu não sei se quem tem 15 alqueires, que são 75 ha, tem condições de pagar 150 mil de multa [...]. É por isso que precisa do plano de manejo, para poder trabalhar na área e receber recurso [...]. Aí o povo zangou esse ano e desmatou, estavam esperando a patrulha mecanizada, mas não veio, os recursos voltaram.

Depois indaguei sobre o que está acontecendo com a pecuária atualmente, e se a publicidade sobre a região provocou algumas mudanças. Ela respondeu:

“Aqui está havendo muitos cursos sobre como criar gado semiconfinado, aí você tem o gado, aí você faz aquele negócio do capim, que eu não sei como é... [ajudo... “a silagem?”]. Éh, isso, a silagem. Ai aqui não diminui nunca, aqui aumenta. Porque o pequeno quer criar também o gado. Eu mesmo quero criar o gado. E eu não tenho nem uma. Eu quero para ter meu queijo, meu doce de leite, eu quero a vaca pra ter minha carne, fazer a manteiga, o iogurte, eu quero. Quem é que não quer? Todos do meu PA quer. E ainda não acessamos PRONAF nada. Tem uma APA lá na Serra dos Carajás que até o gado é ele quem dá, e por que ele não faz isso com nós? [...] E veio foi 20 milhões, e 20 milhões dava para comprar é 20 cabeças para cada um. Que são 520 famílias no Projeto de Assentamento, Pombal [...]. Tem um monte de fazendas lá dentro, mas como nós temos CPF no INCRA é fácil de fazer qualquer coisa contra nós. Os outros chegam lá e dizem que são dos empregados [...], e nós não, chega lá no INCRA e pega a lista de assentados, pega o ponto geográfico e sabe de quem é o lote e tudo. Nós estamos lascados, os assentados [...]. [Sobre os satélites] Aqui você tá derrubando, eles estão vendo. Aqui tem é um observatório [...]. Quem desmata mesmo é os grandes, porque os pequenos não têm condições de desmatar”.

Esse trabalho em campo permitiu mostrar, conforme dito antes, a dispersão dos efeitos das imagens e dos discursos sobre alguns membros da população em São Félix do Xingu, indicando muitas transformações que estão acontecendo, mas que as ações diferem bastante daquilo que é mostrado por outros interlocutores ou mesmo na mídia. Enquanto que se seguirmos apenas os fluxos de enunciações e focos de visibilidades produzidos pelos representantes de instituições e também na mídia, não poderemos perceber como as pessoas se movem e constituem novas subjetividades apesar das evidentes seletividades que essa forma de constituir problemáticas midiáticas implicam.

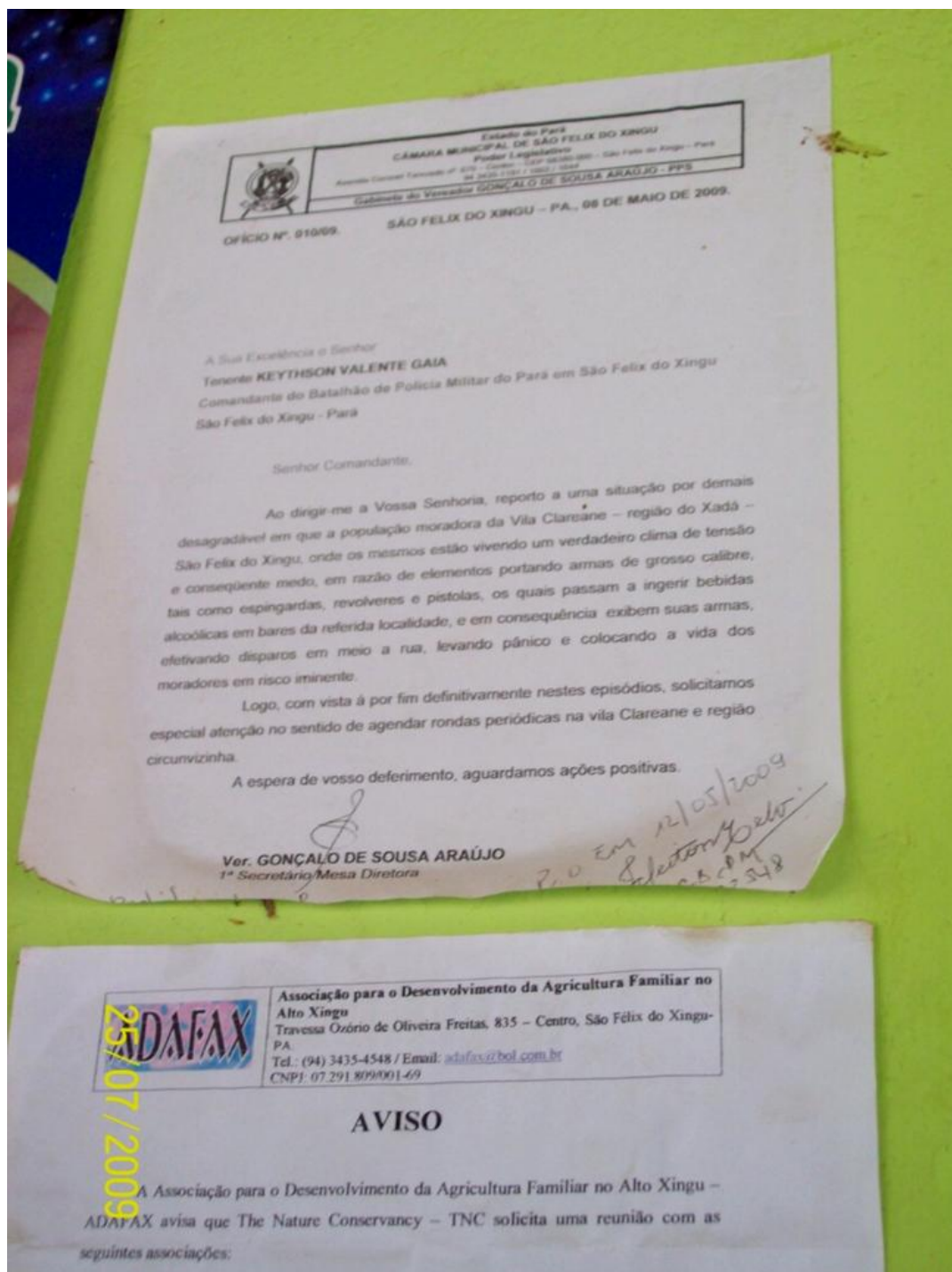
Ao observarmos, concomitantemente, as ações sendo dos governos, seja para vigiar, para punir ou para estimular outras formas de relação com a pecuária, vemos o quanto essas formas, de modo similar ao que se passou no início do século 20, que permitiu transformar a Amazônia em um polo agroprodutivo, convergiu novamente, nesse início de século que nos é próximo, para reconfigurar o uso dos espaços em São Félix do Xingu, abrindo uma enorme fenda para as proposições que selecionam, classificam, hierarquizam e caracterizam os indivíduos ou grupos que podem permanecer. Também nesse caso, são as métricas de eficiência, ou em sua forma mais complexa, os dispositivos de eficiência, é que aparecem de forma nítida dirigindo as ações. Nesse momento, aquilo que chamamos de emulação-força vem encontrar seu lugar favorável nas disputas que ocorrem nos leilões, nos torneios e outras atividades que nem sempre são diretamente competitivas – nas feiras agropecuárias, na televisão, etc. Mas, isso não diz muito a respeito de outro elemento que fundamentou a evolução da pecuária em nossa região em estudos, e sempre esteve implicado na sua formação enquanto uma instituição, o medo e a violência, tratados no próximo tópico.

4.4.2.3 O medo e a violência na constituição da pecuária local

Conforme discutido no capítulo metodológico, as categorias o medo e a violência passaram a ser centrais durante a realização dos trabalhos de campo, não como uma estratégia retórica ou apenas parte de um percurso a ser relatado, mas como um processo que não está isolado em relação à própria constituição da pecuária no local e, de uma maneira mais sofisticada, da forma como essa veio a ser uma instituição, além do já explicitado processo de afecção constituído sobre o próprio pesquisador. Assim, nesse tópico, aprofundaremos a discussão sobre esse assunto, demonstrando como o medo e a violência fazem parte do cotidiano das pessoas e estão intimamente relacionados, direta ou indiretamente, com a pecuária bovina praticada localmente. Optamos por utilizar apenas os relatos e outros dados

coletados diretamente em campo, deixando de lado o vasto acervo disponível em documentos impressos e na internet, especialmente dados jornalísticos e relatório de ONGs sobre violência no campo que podem ser facilmente encontrados.

Obviamente que as formas de violência e o medo aparecem em diferentes formas. Por exemplo, durante um trabalho de campo em 2009, em que acompanhei uma equipe de articuladores locais das associações de apoio à Agricultura Familiar à Vila Clareane, distrito do Xadá, encontrei afixado na parede de um açougue, juntamente com outros avisos de importância comunitária, um apelo escrito por um vereador solicitando maior atenção por parte do tenente do batalhão de polícia militar de São Félix do Xingu e demandando a realização de rondas periódicas na localidade e vizinhança. A justificativa era a de *“uma situação por demais desagradável em que a população moradora da Vila Clareane, onde os mesmos estão vivendo um verdadeiro clima de tensão e conseqüente medo, em razão de elementos portando armas de grosso calibre, tais como espingardas, revólveres e pistolas, os quais passam a ingerir bebidas alcoólicas em bares da referida localidade, e em conseqüência exibem suas armas, efetivando disparos em meio a rua, levando pânico e colocando a vida dos moradores em risco iminente”*. No canto inferior direito consta a data de 12 de maio de 2009, e a assinatura do tenente informando o recebimento (Imagem 63). Embora não possamos explorar a fundo esses episódios, nos dizem muito a respeito de formas locais de uso da violência e a informalidade/anonimato das denúncias.



Fonte: Pesquisa de campo, julho de 2009.

Como já foi dito, naquele campo eu não me interessava em investigar esses fatos, mesmo estando o aviso exposto em um açougue ao lado de muitas carcaças de gado, e sendo o proprietário um interlocutor. O registro concreto mais interessante que ficou foi essa foto de má qualidade, que se deve ao fato de que eu realmente nunca me senti confortável em tirar fotos em São Félix do Xingu, especialmente de coisas como as descritas no papel afixado na parede. Fora isso, e o que já foi explicitado na metodologia, em 2013 e 2014 outras interconexões entre

esses eventos de violência e o tema em estudos foram se tornando mais nítidas. E vale lembrar que um dos fatores que conduziram ao tratamento da questão do medo e da violência começou com o assassinato de Welbert, em julho de 2013, como já tratado, envolvendo fazendeiros e políticos, um cemitério clandestino e os rumores de uma represa que possivelmente ocultava corpos humanos. Claro que não apenas por esse evento, mas, na pesquisa para a tese, tornou-se praticamente impossível falar de pecuária bovina em São Félix do Xingu e os interlocutores não associarem à violência contínua, em relatos repletos de angústia e medo.

Um desses interlocutores foi aquele ancião aqui chamado de Paulo, de quem transcrevo parte dos registros feitos naquela entrevista de setembro de 2013, onde ele explica o processo pioneiro de chegada, interligando os eventos de ocupação, grandes empresas, fazendeiros e violências, que agora se repetem com seus filhos em outro local mais “mata adentro”. Conforme transcrição do Caderno de campo 2013²²⁰, ele me informou que:

“Conseguiu uma primeira terra do outro lado do rio por meio do INCRA. Na época não havia estradas e se transportavam por picadas feitas na mata, por onde caminhavam às vezes por dois dias consecutivos entre sua terra e a cidade mais próxima (São Félix do Xingu ou Tucumã). Outra forma de transporte eram as embarcações que vinham de Altamira. Sr. Paulo lembrou, com emoção, que na metade dos anos 1980 a empresa Andrades Gutierrez, que se dizia proprietária da área inteira de Tucumã colocou uma corrente gigante para impedir a passagem das pessoas para o outro lado, no caso, São Félix do Xingu. Muitas pessoas que tentavam passar e ocupar a área eram expulsas ou desapareciam. A empresa havia recebido uma licitação para construir e asfaltar a estrada que ligava Tucumã até São Félix do Xingu e mais outras três cidades próximas. No entanto, a empresa não concluiu nem mesmo a de Tucumã (ainda no final dos anos 80, e apenas agora 2013 esse trabalho está sendo concluído), enquanto recebia os recursos para isso, e ainda se apropriava das terras (cerca de 84 km²). O pessoal da CPT, juntamente com um deputado (que depois foi assassinado), conseguiram pressionar a empresa, por meio de ações na justiça, a liberar a ocupação da área, especialmente a partir do argumento de que as licitações da empresa estavam vencidas. Após isso, a área passou a ser ocupada por “posseiros” que passaram a tirar os lotes por conta própria.

Já havia alguns pastos formados, mas o gado não podia entrar devido aos impedimentos levantados pela empresa. Segundo seu Paulo, o primeiro rebanho a entrar na

²²⁰ Paulo (nome fictício), pecuarista familiar, entrevista realizada em seu estabelecimento, 27 de setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p.148-153.

região foi de 700 cabeças no ano de 1984, na fazenda que hoje é de propriedade dos A., localizada entre o km 23 e a vila Carapanã.

[...]

Pela conversa ele parece gostar muito do lugar, e se sente bem de tê-lo escolhido para viver, mas desabafou que em São Félix do Xingu “existe muita gente mal, gente perversa que só pensa em si e que apenas eles precisam viver”. Inclusive se mostrava preocupado – mas nem tanto – com a possibilidade de eu ser um dos amigos dos poderosos políticos locais, e que ele estava falando esse tipo de coisa.

Acredita que devido aos últimos acontecimentos envolvendo um assassinato [do Welbert] em uma grande fazenda, a cidade vá dar uma parada, especialmente devido o envolvimento de políticos locais influentes no ocorrido. Relata que uma dessas pessoas, ele conhece desde pequeno, e que é bom de conversa, tendo tomado café e passado tempos no mesmo lugar onde eu me sentara, e que era muito mal, e agora deve piorar devido ter mais acesso ao poder.

Seus próprios filhos estão em outra terra, em uma das vilas, que no momento passa por processos judiciais envolvendo pessoas muito poderosas, que estão brigando entre si pela terra. Um grupo reclama a posse de toda a área, que engloba mais de um assentamento e uma área de pequenos produtores, mas há ainda, no interior dessa terra pretendida pelo grupo uma grande área de um outro grande interessado. A esperança dos pequenos é que o outro grande interessado consiga intervir e impedir o despejo.

Terminei a conversa, ele muito mal das tonturas, [me convidaram para almoçar] eu almocei e me ofereci para permanecer um pouco lá até que um dos filhos que ele disse que vinha visitá-los todos os dias chegasse. O tempo foi passando e o filho não chegava, comecei a me sentir mal de estar lá. Ele e a esposa pareceram sentir-se incomodados com a minha presença depois de terem me dito tantas coisas. Quando percebi o incomodo, meio sem saber se ficava mais, pois ele poderia piorar a saúde, e desconfiando que nenhum filho viria visitá-los, perguntei se tinham certeza que não queriam alguma coisa da vila, me despedi e fui embora.

Essa foi umas das entrevistas que marcaram esse trabalho de campo e parte das escolhas metodológicas que conduziram o olhar atento para como esses eventos e ações estiveram imbricados na evolução da atividade. E mais, outras entrevistas mostravam que essas violências praticadas desde os espaços institucionais formais não se constituíam eventos do

passado e muito menos contingenciais. Como no desabafo de Jalcione²²¹, já citada(o) na metodologia: *“Eu gosto daqui... aqui não é melhor por causa dos políticos”*. Segundo essa pessoa, por muito tempo na cidade apenas dois prefeitos foram se revezando no cargo. Agora entrou um novo e existe a esperança de que isso possa trazer alguma melhora para o local, mas expectativas não são tão boas tendo em vista a *“fama de fazendeiro”* que esse carrega, fortemente associada a violência e ao poder autoritário. E continuou: *“as pessoas ficam com medo dos prefeitos... eles são terríveis [os políticos e os fazendeiros], não pode falar... pois só deus sabe o que pode acontecer...”*

No ano seguinte, quando já não se falava mais no caso Welbert, tive acesso a muitos outros relatos, dos quais, o de Joana, já no ano de 2014, mencionado na metodologia, é bastante revelador de formas de violência não vinculadas diretamente a esses espaços institucionais de poder, mas que se relacionam com os fluxos proporcionados pela pecuária bovina no local²²². Dona Joana me contou muitos casos de violência e falou de seus rituais de verificação, além de descrever delitos que culminaram em linchamentos ou tentativas do mesmo²²³, indicando a

²²¹ Jalcione (nome fictício). Entrevista realizada em uma loja de São Félix do Xingu, 26 de setembro de 2013. Caderno de campo 2013, p.136.

²²² Joana (nome fictício). Entrevista realizada no interior do micro-ônibus, saindo de Marabá até a cidade de Tucumã, dia 20 de agosto de 2014. Moradora do PA São Sebastião. Caderno de campo 2014, digitalizado.

²²³ Caso 1: um rapaz fez-se de amigo de um senhor que vivia sozinho na comunidade. Depois de um tempo, alguns agricultores em uma jornada de caça desconfiaram do sumiço do idoso, e em uma busca encontraram o corpo do idoso no meio do cacau. Foram procurar o suspeito e o encontraram a caminho da casa do velho em um caminhão, vindo da vila para a propriedade. A intenção era carregar objetos do idoso, mas principalmente roubar o gado. Tomaram-no, fizeram confessar o crime, levaram-no até o local do crime e cometeram um linchamento. O caso não teve julgamento, e ela confirma que as pessoas estão de acordo com a prática, pois garante maior segurança para os moradores (faz 4 anos). Caso 2: Um rapaz que “veio de fora” roubou uma moto, mas arrependeu-se. Pediu para um amigo ir com ele devolver a moto. O amigo recusou-se, temendo a revolta popular, mas combinou um local onde poderia deixar a moto que esse amigo avisaria ao proprietário. D. Joana relatou que em poucos minutos, cerca de 30 homens começaram a persegui-lo; ele adentrou em um bar da vila e pediu proteção, ajoelhado pedindo “até pelo amor de deus” para que não deixassem matá-lo, pois ele estava arrependido do que cometera e por isso tinha tentado devolver a motocicleta. O dono do bar disse para os possíveis justiceiros que não permitiria que o matassem em sua casa. Demorou muito tempo até que eles saíssem de ao redor da casa. Quando se dispersaram, depois de súplicas, o dono do bar perguntou se um dos rapazes que lá estavam o apoiando no controle dos pretensos linchadores “teria coragem” de levar o criminoso até um ponto bem longe e o abandonar à própria sorte fora da Vila. Informou ao criminoso, que se ele voltasse a “mexer no que é alheio” ele mesmo ia “amolar o ferro de cabo branco” para matá-lo. O “salvador” 2 (que decidiu pilotar a moto) disse que sairia armado, enquanto o ladrão pilotava a moto. Abandonou-o longe da vila; mandou-o correr e desaparecer no meio do mato... deu ainda uns tiros para cima. O criminoso nunca mais foi visto. O “salvador 2” ficou por 2 dias escondido em casa, pedindo apenas para sua mãe verificar na vila se tinha alguém querendo se vingar por ele “acoitar o bandido”. Depois pode voltar a frequentar a vila (faz 3 anos). Caso 3: um certo morador “que chegou depois” tinha mania de “panhar” gado que ficava solto. “Toda vez que uma rês saía da cerca, desaparecia”. Desconfiaram dele, e “os chefões” da vila investigaram e descobriram que ele era o ladrão. Juntaram-se alguns de uma família que foi roubada, tomaram armas e começaram a busca. Ao encontrá-lo, mataram-no a tiros sem esconder-se de ninguém. Depois disso, os membros dessa família que praticaram o assassinato sumiram da vila, mas continuam com a propriedade. D. Joana desconfia que eles devem estar por perto, pois todo o gado da terra foi vendido e o dinheiro deve estar sendo enviado para mantê-los em outro lugar (menos de 2 anos antes da entrevista). Quando perguntei sobre o que ela e os moradores acham dos linchamentos, tive como resposta que “os mais antigos” sempre afirmam que lá não vai ter bandido, pois eles

convivência bem próxima com essas experiências, conforme transcrito do Caderno de campo 2014:

“Dona Joana, que é da Assembleia de Deus, disse que sempre ao sair de casa faz uma oração ‘pedindo proteção para a vida da gente, e para as posses [...]’. Peço proteção contra os homens sanguinários, invejosos; na ida, na vinda e para a casa enquanto estamos fora’. Segundo a interlocutora, já é um costume, sempre faz oração na hora de sair, e sempre que chega ‘ajoelho-me e agradeço a proteção’. Todas as vezes que chega da rua dá a volta na casa pelo lado de fora, vendo se está tudo bem (se as portas e janelas não foram arrombadas), depois entra na casa e verifica embaixo das camas. Contou que uma ‘irmã na fé’ chegou e não olhou as coisas; o bandido estava escondido, ‘voou no pescoço da irmã, e fez ela dizer onde estava o dinheiro, depois cortou o pescoço dela, e matou ela’. Ela já avisou para as irmãs fazerem sempre esse ritual de verificação. Uma das vizinhas disse a ela que não tem coragem de verificar ao redor da casa.

Dona Joana relatou também que uma vez a sua casa foi arrombada. Quando ela chegou com o esposo, ela pediu para ele olhar embaixo da cama, mas ele correu para verificar a pasta que eles guardavam dinheiro, pois havia R\$ 3.000,00 que foi enviado por uma filha que mora em Belo Horizonte para comprar de bezerras. ‘Felizmente os bandidos tinham revirado tudo, as gavetas, os travesseiros, o colchão e não encontraram o dinheiro’”.

Os momentos que antecedem e precedem compra e venda de gado são frequentemente envolvidos em inseguranças. A própria notícia de que alguém está procurando gado para comprar ou acabou de vender alguns animais gera medo de assaltos, especialmente devido a que boa parte das transações são feitas em “dinheiro vivo” (pagamento à vista), implicando que os envolvidos nas transações estão portando dinheiro. Não é apenas por *status* que o Zé, companheiro de Joana, quer comprar um carro para poder participar dos leilões em Xinguara. Isso também é pela segurança. Manter segredos sobre as trocas também faz parte do cotidiano, embora nem sempre seja suficiente. Por isso, D. Joana desconfia que alguém avisou ao bandido que a sua filha tinha mandado dinheiro desde Minas Gerais para comprar de gado e que o Zé estava tentando fazer negócios, logo, devia ter dinheiro guardado em casa.

Não será possível, e nem relevante aos nossos objetivos, colocar mais relatos sobre essa questão. Para finalizar, lembro apenas a exortação calma e firme de uma interlocutora, que

matam mesmo. Ela mesma “entrega nas mãos de deus, ele é quem sabe”, mas a prática de linchamentos é comum e bem aceita pela comunidade, segundo a interlocutora.

atua na área educacional em São Félix do Xingu²²⁴: “*aqui a gente precisa aprender o silêncio. Precisa aprender a saber o que falar. Para viver aqui é preciso saber ser geógrafo, é preciso saber ser pedagogo, é preciso até saber ser agrônomo. Eu demorei um pouco, mas logo aprendi*”. Algo muito próximo daquilo que um técnico, já citado, que faz trabalho mais direto em instituição pública (ADEPARA) disse sobre a importância de “*saber abordar o fazendeiro*”, quando realiza visitas mais de fiscalização. Vale destacar também a referência ao pesquisador da Embrapa que admitiu ser muito complicado até mesmo conseguir bolsistas para trabalhar com o tema da pecuária em São Félix do Xingu, por causa do medo de violência. Não foram poucas as vezes em que fui interpelado a desistir de pesquisar naquela cidade em favor de outra que tivesse uma situação menos instável. Uma das pessoas que me foi anfitriã em outras vezes, confessou-me, em 2014, que ficava de “*coração apertado*” quando eu saía dizendo que ia entrevistar fazendeiros, e que nunca quis me dizer isso antes para não me fazer ficar mais preocupado ainda.

Ao final desse trabalho considero que foi acertada a decisão de continuar a pesquisa nessa cidade. Esses elementos que hora penso ter conseguido interconectar só foram possíveis graças às experiências, a persistência e a um olhar mais treinado para perceber quando certos fenômenos sociais aparentemente desvinculados participam na tessitura de teias institucionais absurdamente complexas. A pecuária em São Félix do Xingu possivelmente não poderia ser o que é sem a constituição dessas dinâmicas que, entre os seus componentes, o medo e a violência participam, de maneira mais ou menos direta. Desde o nível das relações mais interpessoais entre rivais que disputam a posse das terras, ou aqueles que não podem se constituir enquanto rivais e terminam por serem expulsos, até o nível das ações de instituições de controle sanitário, de pesquisa e extensão relacionadas à agropecuária terminam por serem afetadas pela forma como a violência e o medo se impõem entre as relações. Obviamente que isso abre inúmeras possibilidades de formas de ação e intervenção singulares por meio do Estado e de particulares, seja a repressão muito severa por parte de órgãos governamentais, seja o relativo abandono e migração para outros locais, seja usar esse “ambiente” para conquistar interesses próprios. Não foi apenas duas vezes que ouvi de interlocutores que uma prática que fora comum em um passado recente era ameaçar “as mulheres casadas, chamando-as de viúvas, caso não aceitassem vender as terras”. Em outros relatos, informaram-me que após o assassinato de alguma liderança dos posseiros, sempre aparecem os compradores da terra, que induzem a venda por um baixo preço alegando se tratar de um lugar violento, e que apenas os

²²⁴ Manuela (nome fictício). Entrevista realizada em escritório de instituição público-privada relacionada ao ensino. Entrevista gravada – duração 59:08’. 26 de agosto de 2014. Caderno de campo 2014, p.21-30.

corajosos (e muito capitalizados) são capazes de permanecer. Os compradores são, quase sempre, fazendeiros de gado.

4.4.3 Fora de São Félix do Xingu I: o funcionamento das feiras agropecuárias, dos leilões e torneios e a efetividade dos dispositivos de eficiência e da emulação-força

Nesse tópico trataremos especificamente sobre como as feiras e as exposições agropecuárias fazem funcionar os dispositivos de eficiência e a emulação-força. Embora o foco recaia sobre os eventos mais locais, os trabalhos de campo realizados em outras cidades e também as observações de eventos pela internet e televisão comporão o conjunto de análises aqui pretendidas. É importante ter em mente como as dinâmicas desses eventos se modificaram ao longo do tempo e, desde as Exposições Universais da metade do século 19, passando pela constituição de autonomia no século 20, como foi demonstrado, as exposições agropecuárias são hoje bem diferentes, embora haja algumas similaridades. Uma das similaridades é o potencial político mais abrangente, como visto nas análises dos vídeos da TV Tupi, que mostram os eventos direcionando os rumos que a agropecuária, seja pela mostra dos mais importantes estadistas celebrando ou pela apresentação dos animais, dos maquinários ou os símbolos do progresso e da eficiência, concomitante à negação de outros sistemas de produção.

Nesse tópico privilegiaremos a apresentação de dados coletados *in loco*, mas sempre buscando também na exterioridade dos eventos em busca de compreender os efeitos possíveis e as estratégias que estão em jogo e que produzem múltiplos e intensos fluxos de discursos e de imagens que vão muito além das cercas dos parques. Assim, enquanto em alguns eventos privilegiaremos acompanhar e analisar a participação de uma instituição de assistência técnica para agricultores familiares que pela primeira vez está participando da exposição (na cidade de Itupiranga, Pará), não abordando concursos, torneios ou leilões, em outros eventos analisaremos justamente essas últimas atividades, preocupando-nos menos com as relações ambíguas entre as instituições voltadas ao apoio aos agricultores familiares e aquelas que efetivamente promovem o evento. Em outros, fora do estado do Pará, não nos preocuparemos com nenhum dos aspectos mencionados acima, antes, contudo, em perseguir o fluxo das imagens e dos discursos daqueles que o evento deu voz e visibilidade; nessas será relevante observar como as celebridades têm sido mobilizadas nas estratégias da constituição dos dispositivos que viemos tratando. Dessa forma, deve-se ter em mente que mais do que dissecar comparativamente estratégias similares em eventos diferentes, o que o trabalho em campo nesses acontecimentos singulares pretendeu revelar é que localmente os dispositivos de

eficiência e emulação-força podem residir e proliferar em qualquer espaço onde seja possível constituir meios de comparação.

Se, por um lado, essa metodologia abre-se a um grande risco, de não permitir a constituição de uma relação com os interlocutores, viabilizando outros níveis de informações, por outro, possibilita uma analítica dos modos de produção e táticas de dispersão de imagens e discursos que não são como espelhos umas das outras, mas que se constituem nas especificidades de cada conjunto de possibilidades locais. Para facilitar a leitura e apresentação seguiremos a ordem cronológica dos eventos, a começar pela Expointer que foi realizada em agosto de 2013 na região metropolitana de Porto Alegre (RS), passando depois para a Feira de Itupiranga (Pará), em outubro de 2013. Em seguida, a exposição acompanhada nas cidades de Ourilândia e Tucumã (ExpoTuOr), terminando pela FAX, realizada na cidade de Xinguara, essas no sul do Pará, em setembro de 2014.

4.4.3.1 Expointer 2013 (Esteio - Rio Grande do Sul): seguindo o fluxo das imagens e discursos das celebridades

Considerada uma das maiores feiras agropecuárias da América Latina, a 36ª Expointer – Exposição Internacional de animais, máquinas, implementos e produtos agropecuários –, foi realizada na cidade de Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, entre os dias 24 de agosto e 01 de setembro de 2013. Teve por tema central: “É hora de festejar o nosso crescimento”. Nessa edição, mais de 384 mil pessoas visitaram a feira, movimentando um montante total maior que 3 bilhões de reais durante os 9 dias de Exposição, conforme registrado no site oficial do evento²²⁵. O parque de Exposições é organizado de forma que no centro ficam as arenas onde as mercadorias de elite permanecem expostas à visitação (animais, implementos agrícolas e muitas outras), facilitando o acesso. Além disso, há salões para os leilões, arenas de rodeios, palcos e outros espaços destinados às atrações culturais e educativas.

Para uns, é o lugar de entretenimento e negócios, para outros, constitui-se o momento de clímax após uma longa preparação para as apresentações musicais, desfiles de animais, leilões, torneios leiteiros ou de montarias. É uma feira, mas também uma festa. Como já dito antes, embora os espaços da cena espetacular nesses eventos são circunscritos, o evento não é destinado ao cotidiano, pois a prioridade é para aquilo que é grandioso e emocionante, aquilo que se distingue dos demais, a elite da elite, especialmente no que concerne aos animais e aos

²²⁵ Foi uma semana de muitas chuvas, e isso deve ter desanimado muitos visitantes (Conferir em: <<http://www.expointer2013.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em 17 fev. 2016).

implementos agrícolas²²⁶. Mas não tão grandioso que não possa ser comprado e nem tão espetacular que não possa ser utilizado. Como bem destacado por Leal (2014), a pecuária de elite brasileira se constrói recuperando a tradição e, ao mesmo tempo, produzindo outros discursos sobre as práticas modernas de seleção e manejo, o que pode ser bem visualizado nas exposições maiores.

Na Expointer, a ala dos animais de exposição (touros, vacas, novilhos, etc. de elite) foi composta de baias padronizadas separadas, dispostas especialmente por espécie animal ou finalidades (bovinos de leite e de corte, ovinos, etc.), sendo que o galpão principal reunia bovinos de corte/leite e ovinos. A ideia fundamental da distribuição espacial e também da disposição dos *stands* e baias, foi permitir, de forma operacional, que os visitantes possam olhar, sentir o cheiro, tocar e às vezes observar em funcionamento as máquinas e os animais expostos enquanto esses executam algum movimento. Uma dessas máquinas que chamava a atenção era a ordenhadeira mecânica funcionando em um piso mais elevado no pavilhão dos animais. Muitos jovens, a maioria homens, paravam por muito tempo e observavam atentamente os movimentos da máquina (Imagem 64a). Em outro caso distinto de interação, alguns expositores colocavam mesas e cadeiras entre as baias dos animais de elite expostos, onde era possível tomar bebidas (alcoólicas, refrigerantes, chimarrão, etc.) ou alimentar-se de modo a permitir olhar para os animais, sentir seus cheiros misturados aos agradáveis odores dos alimentos (feno, silagens e churrasco) e, ao mesmo tempo, degustar da carne, possivelmente de animais da mesma linhagem daqueles expostos (Imagem 64b).

²²⁶ Uma excelente etnografia da pecuária de corte de elite brasileira pode ser encontrada nos textos de Natacha Leal, especialmente em sua tese de doutorado (LEAL, 2014). Além disso, também a dissertação de mestrado da autora foi uma etnografia dos peões de rodeios que atuam nas exposições agropecuárias (LEAL, 2008).

Imagem 65 – a) Espaço de interação animal-máquina-operador-espectador. Várias pessoas paravam para olhar a ordenha automática. b) Espaço de interação entre os visitantes e os animais de exposição. É possível comer e beber ao lado dos animais



Fonte: Pesquisa de Campo, Expointer (2013).

Em outra localização, no parque, ficam as empresas de comunicação, que utilizam o espaço não apenas como base de transmissão de informações, mas também para promover

eventos menores e facilitar a articulação de grupos sociais. Em geral, as empresas ficam instaladas nas laterais do parque, permitindo ao mesmo tempo a privacidade necessária para o trabalho, pela distância e silêncio, mas próximas o bastante para tornar fácil o acesso a todos os espaços do parque. Os profissionais das diversas etapas de produção das informações se dividem em grupos, cobrindo os acontecimentos ao mesmo tempo, havendo, no entanto, uma espécie de centro de processamento que reúne e retransmite as informações para os públicos. Na Expointer, entre as empresas de comunicação presentes, destaca-se a rede de comunicações RBS – afiliada da Rede Globo no Sul do Brasil –, que utiliza o espaço também para organizar palestras, premiações, encontros com celebridades, que por vezes são exibidas na televisão por meio do “Canal Rural” e nos diversos outros meios de comunicação, impressa e pela internet, de forma muito rápida.

No dia da abertura da 36ª Expointer (24/08), uma das atividades promovidas nesse espaço, em parceria com a Federasul – organismo de representação empresarial que se tornou na década de 1940 um órgão consultivo e técnico do governo do estado do Rio Grande do Sul²²⁷ –, foi o seminário *O valor do agronegócio no Brasil*²²⁸, que participei como ouvinte. Nesse seminário, diversos palestrantes puderam expor o que eles consideram como avanços do agronegócio brasileiro e os principais gargalos a serem superados, destacando pesquisas sobre a opinião pública acerca do agronegócio e a importância da mídia para a informação dos consumidores. Todos ressaltaram o papel dos meios de comunicação na construção da percepção mais geral, tanto por parte dos consumidores urbanos como dos políticos (chamados no seminário de “o pessoal de Brasília”), sobre o que acontece no meio rural e na agricultura de uma maneira mais geral.

Um dos destaques foi o jornalista, publicitário e professor José Luiz Tejon, que apresentou o estudo *A imagem do agronegócio na percepção da população brasileira*, onde frisou que atualmente as empresas de comunicação são obrigadas a mostrar dados do meio rural, pois está havendo um processo de mudanças na percepção sobre o mesmo e concernentes às prioridades sociais. O meio rural, segundo o pesquisador, é hoje sinônimo de tecnologias e não de atraso, e alertou: o setor do agronegócio e também das comunicações deve ficar atento às manipulações que possam surgir no que diz respeito a essa imagem de campo *versus* tecnologias. Essa palestra proferida na Expointer é parte de um estudo que foi apresentado por Tejon em outras ocasiões, tendo sido possível “seguir o fluxo” pela internet em busca de discursos que não foram expressos por ocasião da exposição, mas que fazem parte do mesmo

²²⁷ Fonte: <<http://www.federasul.com.br/institucional/institucional.asp>> (acesso em 28 jan. 2014).

²²⁸ Programação disponível em: <<http://www.expointer.rs.gov.br/lista/468/2013-08-24>> (acesso em: 18 fev. 2016).

conjunto de enunciados. Gravada meses antes, e exibida no programa *Agrishow*, em palestra com o mesmo tema, Tejon destacou que a imagem do agronegócio frente ao cidadão urbano está boa, em geral, e que as estratégias de divulgação devem partir do pressuposto de que o agronegócio é bem visto pela população urbana. Em relação às estratégias de publicidade, Tejon ponderou: “o que eu acho é que o setor precisa falar suas coisas positivas. Por exemplo, meio ambiente está na cabeça das pessoas, isso é importante, água está sendo importante; o cidadão urbano não gosta dessa conversa de pegar índio; agora o que precisa é que o setor fale as suas virtudes”²²⁹.

Enquanto ocorria esse seminário, certo burburinho fez chamar a atenção para algo que se passava do lado de fora da casa. Era o ator da Rede Globo de comunicações e produtor rural Tarcísio Meira. Após a recepção, esse foi encaminhado para uma sala no interior da casa. O objetivo era gravar entrevistas, tornando-se ele uma atração à parte da *Expointer*²³⁰. Perseguindo um fluxo de discursos dessa celebridade sobre as questões da agropecuária, foi interessante constatar como ele esteve há muito sendo interpelado a opinar sobre temas polêmicos, inclusive sobre o código florestal e sobre pecuária na Amazônia. Particularmente durante o ano de 2013, o ator foi apresentado sucessivamente como alguém com legitimidade para falar dessas questões. Sua própria trajetória de vida passou a ser alvo para uma intensa produção midiática mostrando que o ator era também “fazendeiro”²³¹. Um exemplo, e que iremos explorar a fim de compreender como funciona essa produção de imagens e discursos que têm por efeitos certa legitimidade é a entrevista gravada para o programa *Globo Rural*, disponível no canal do Youtube (Imagem 65).

²²⁹ Essa palestra gravada no programa *Agrishow* é bem parecida com aquela ministrada durante a *Expointer*, porém mais longa e aprofundada, intitulada: “A imagem do Agronegócio na Percepção da População Brasileira” realizado no Auditório do Canal Rural na *Agrishow* 2013. (Youtube: *Agrishow* 2013 29/04/13 - Confira a palestra com José Luiz Tejon. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w7dB0HpFaZw>>. acesso em: 18 fev. 2016).

²³⁰ Ele aparece na manchete eletrônica do jornal de Economia do UOL – Agronegócio: “*Expointer* leva pônei rosa, Tarcísio Meira e touros premiados a Esteio”, com a seguinte descrição: “O ator global Tarcísio Meira visitou a *Expointer* na tarde do sábado (24), com uma cuia de chimarrão nas mãos. Meira é garoto-propaganda da New Holland, empresa fabricante de máquinas agrícolas, que tem estande na feira que acontece no Rio Grande do Sul” (Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/agronegocio/album/2013/08/29/veja-as-novidades-da-expointer2013.htm>>. Acesso em: 19 fev 2016).

²³¹ Vale lembrar que a trajetória de destaque na televisão desse ator tem momento marcante no final dos anos 1960 com a novela “Sangue e areia”, onde protagoniza o papel de um toureiro. Trata-se de adaptação do romance homônimo de Vicente Blasco Ibáñez e protagonizada por Tarcísio Meira e Glória Menezes. Autoria: Janete Clair Direção: Daniel Filho e Régis Cardoso. Períododeexibição:18/12/1967–25/06/1968. Horário: 20h. Nº de capítulos: 135. (Informações resumidas sobre a trama, curiosidades da gravação, etc. estão disponíveis em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/sangue-e-areia.htm>>. Acesso 18 fev. 2016).

Imagem 66 – Entrevistando Tarcísio Meira no programa Globo Rural – imagens de abertura, 2013



Fonte: Globo Rural, canal do Youtube (2013).

Nessa entrevista, ele conta que no final dos anos 1960, durante uma gravação de um filme na cidade de Itu (São Paulo), um amigo ofereceu um sítio para ele ficar²³². Ele gostou do lugar, e pediu para outra pessoa procurar um sítio para comprar. Terminou por alugar uma área e, junto com um amigo, fizeram “confinamento” de bovinos que não deu muito certo. Mas essa experiência fez com que ele tomasse uma decisão: *“chegou uma hora e eu quis ser fazendeiro. Então eu procurei um conhecido meu lá de São Paulo, que eu fui numa feira e encontrei em Belém e ele falou: eu tenho uma fazenda pra você como você quer! Aí ele tinha um avião, nós fomos lá. Eu gostei, e fiquei, e virei fazendeiro... é”*. O entrevistador (Bruno Blecher) pergunta: *“No Pará?”* – ele acena com a cabeça que sim – e o é, pausando, parece responder a interpelação. O entrevistador ainda indaga: *“De gado? Gado nelore?”* Tarcísio responde: *“É! Eu faço meio sangue. E tenho uma fazenda aqui em São Paulo, que é onde eu recrio esses animais, os bezerras que vêm do Norte [...]. Essa é a minha trajetória. [...] Eu tô há 40 anos mexendo nisso”*. Em seguida ele vai explicando a importância de ter uma vida e uma relação com o meio rural como forma de escapar ao desgaste da vida de ator e da vida urbana. Depois ele conta sobre o seu próximo personagem que será na telenovela Saramandaia, onde ele ficará literalmente enraizado, de tanto esperar e de permanecer no mesmo lugar.

O entrevistador pergunta: *“Você acompanha, por exemplo, essas discussões, sobre o Código Florestal? Essas questões todas?”* O ator responde: - *“Meio de longe!”* (e recosta-se à cadeira, fazendo gestos de visível desconforto). O entrevistador prossegue, refazendo a pergunta e contextualizando (buscando palavras, tentando afirmar, ao mesmo tempo em que questiona): *“Porque hoje o homem do campo... o chamado ruralista, tem uma imagem... até os próprios... até as próprias atrizes falam... nãh... são pessoas que devastam a natureza e tal... E*

²³² “Entrevista: Tarcísio Meira. Rural Rural, o canal de vídeos da revista Globo Rural. Publicado em 19 de mai de 2013. O ator fala com Globo Rural sobre seu trabalho no campo e nos palcos. Categoria: Notícias e política” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_o1jRjt8awo>. Acesso em: 19 fev. 2016).

você que é produtor, você sabe que não é bem assim. Como é que você vê isso aí!”. Tarcísio responde:

Eu vejo como um processo. As coisas estão caminhando. Estão andando [...]. Quando eu comprei minha fazenda no Pará eu queria ser fazendeiro, mas eu não tinha como, eu não tinha dinheiro para ser fazendeiro. Então tinha lá no Pará. Então eu vendi um pequeno lote que eu tinha, uma parte do meu sítio, e comprei uma fazenda grande lá, muito barato! E... naquele tempo, a única coisa que se falava de ecologia era [...]. E para você ter ideia, naquele tempo, o que eles preconizavam era transformar a Amazônia em um lago. Não tem cabimento um negócio desses [...]. E, hoje em dia, fazer um laguinho na Amazônia, como aliás, fazer um laguinho em qualquer lugar, é um problema muito sério, né? É uma transgressão da natureza. [...] Mas eu, eu preservei a minha mata, no que eu pude preservar, dentro da legislação direitinho. Era 50%.

Após isso, o entrevistador questiona se o mesmo vai fazer integração lavoura-pecuária-floresta. Tarcísio responde: *“no Pará, não sei se estou falando uma tolice [...], mas eu tenho a impressão que o Pará é muito bom para a pecuária, é ótimo para a pecuária! Mas, agricultura, agricultura talvez não seja para o Pará, porque os pingos d’água lá são deste tamanho* (sinalizando que são grandes). *Então, erodir é muito fácil*”. Depois ele explica que é preciso ter muita técnica para alcançar bons resultados com a agricultura no Pará pois pode-se facilmente perder a fazenda para a erosão do solo. Por fim, o entrevistador pergunta se ele e a esposa vão muito à fazenda no Pará, no que Tarcísio responde que ele sim, a cada 2 meses vai passar uns dias, mas a esposa não, pois lá (no Pará) *“ela fica muito isolada*”. A entrevista termina mostrando o cenário de uma sala, com muitas pessoas no apoio e alegremente o ator e produtor rural colocando o chapéu na cabeça, um dos símbolos da pecuária nacional (Imagem 66).

Imagem 67 – Entrevistando Tarcísio Meira no programa Globo Rural – imagens do encerramento, 2013



ENTREVISTA: TARCÍSIO MEIRA

Fonte: Globo Rural, canal do Youtube (2013).

Essa entrevista mostra uma forma de constituir os discursos das celebridades como legítimos. Tarcísio, antes de ser questionado sobre a delicada questão do Código Florestal, primeiramente apresentou sua trajetória como fazendeiro, destacando principalmente a sua experiência em uma fazenda no estado do Pará, marcadamente um dos mais “complicados” estados quando se tratou da constituição do novo Código Florestal. Não foi por acaso que, mais do que o carisma, mas o conhecimento técnico e empírico do ator foram colocados em evidência para que o mesmo pudesse, ao final de uma entrevista que parecia ser apenas a celebração de uma carreira de sucesso, permitir pautar o tema político referente ao meio rural mais importante daquele momento. Vale destacar que o entrevistador reitera a ideia de que os críticos dos “ruralistas” são principalmente “as atrizes”, ou seja, mulheres, que pouco entendem do que se passa no meio rural, diferentemente de Tarcísio, que “é produtor, [e] sabe que não é assim”. De maneira muito perspicaz o debate é isolado pelo desconhecimento de causa, deslegitimando aqueles que se manifestam desfavoráveis. Assim, a trajetória de sucesso – com a reiteração do mito do fazendeiro – encontra nessa ocasião um momento chave: o sulista com pouco dinheiro, que vende uma parte das terras e compra uma grande terra no Norte, trabalha duro e torna-se um grande fazendeiro. Porém, agora, esse mesmo produtor está tendo restrições de produzir devido às regulamentações ambientais pressionarem contra o avanço da pecuária bovina no Pará, que é “ótimo para a pecuária”.

Essas estratégias de constituir discursos legítimos, não necessariamente científicos, mas pela trajetória das celebridades pode ser vista em outras situações durante a Expointer 2013, que exploraremos agora. Do lado de fora da Casa RBS, no parque de exposições, havia um caminhão com um letreiro digital gigante que exibia imagens do ex-jogador de futebol Pelé (Edson Arantes do Nascimento) de um lado, e do outro, o ator e produtor rural Murilo Benício, conforme se pode ver nas fotos abaixo. A cada instante, frases apresentando resultados produtivos do agronegócio e em combate à criminalização ambiental dos produtores surgiam no letreiro nos idiomas português e inglês. Algumas frases eram: “O Brasil é campeão mundial em produção e preservação”, “No Brasil, a agropecuária ocupa apenas 27,7% do território. Nenhum país preserva tanto” (Imagem 67). É preciso entender então como duas celebridades, constituídas em outros espaços de reconhecimento (cenários de novelas ou jogos de futebol), legitimam-se para produzir efeitos sobre tão específicas questões.

Imagem 68 – Letreiro digital sobre a agropecuária brasileira na Expointer. Pelé e Murilo Benício, produtores rurais



Fonte: Trabalho de campo, Expointer (2013).

Também para esse caso, foi importante perseguir o fluxo dos discursos que se produzia em torno dessas celebridades naquele momento, não em busca de uma constituição

biográfica, mas tentando entender a produção de legitimidade tática para falar. Como visto anteriormente, para o caso de Tarcísio, se permanecermos imaginando apenas que o carisma seria suficiente para a escolha dele enquanto “garoto propaganda” e, ao mesmo tempo, alguém com conhecimento de causa do meio rural, não compreenderemos a constituição da legitimidade de quem fala. No caso de Murilo Benício e Pelé, exibidos no *outdoor* digital, utilizamos as revistas rurais impressas e alguns textos da internet publicadas em 2013, que estiveram a produzir os contextos e trajetórias dessas celebridades para além dos palcos e dos campos de futebol ou de alguma vida privada, antes, especificamente como produtores rurais de sucesso. Não foi preciso ir longe em busca de material pertinente a essa problematização. Durante a Expointer 2013 mesmo tive acesso a duas revistas que faziam essa interessante constituição de legitimidades com o meio rural. Uma das revistas é a *Animal business Brasil* (Ano 3, n. 9, 2013), uma publicação da Sociedade Nacional de Agricultura, que trazia como capa a manchete: *Murilo Benício: cria gado de raça no Rio de Janeiro*. A outra é o informativo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), *Contribuição Sindical 2013*, que trazia na capa a imagem de Pelé e os seguintes dizeres: *‘Eu tenho orgulho de contribuir para as vitórias do nosso time, da nossa agricultura’*. *Pelé, produtor rural e embaixador do Time Agro Brasil* (Imagem 68).

Imagem 69 – Pelé e Benício na capa de periódicos relacionados à agropecuária em 2013



Fonte: Revista Animal business BR; Impresso CNA – Contribuição Sindical Rural (2013).

Em primeiro lugar é importante destacar que o uso dessas celebridades carismáticas tinha por objetivos produzir uma nova imagem da agropecuária brasileira. Como explicado pela senadora Kátia Abreu, nessa edição da publicação Contribuição Sindical 2013:

Este ano, passamos a contar com um grande aliado neste desafio de mostrar ao mundo a qualidade, a produtividade e a eficiência de uma das maiores e mais sustentáveis agropecuárias do mundo. Entrou em campo para defender as cores do Time Agro Brasil Edson Arantes do Nascimento – o Rei Pelé. Fechamos o ano com essa campanha na rua, reforçando nossa força e teses, que começam a se consolidar e a lastrear as políticas públicas brasileiras (CNA, 2013a, p. 5).

Esse reforço com garotos propaganda vindos de outras esferas da publicidade cumpria, a um só tempo, o objetivo de apresentar a agropecuária brasileira aos compradores mundiais e consumidores nacionais e também legitimar a constituição de políticas públicas que pudessem reforçar a pressão contra o endurecimento do Código Florestal e a políticas agrícolas específicas, como as do Plano Agrícola e Pecuário, conforme destacou a senadora. Isso explica, em período de preparação para a Copa do Mundo, a celebração e o *marketing* com um dos futebolistas mais famosos do mundo, sendo também um dos brasileiros mais conhecidos e carismáticos no exterior.

Conforme expresso pela assessoria de comunicação da CNA, sobre a campanha estrelada por Pelé²³³ lançada em 10 de julho de 2012:

O objetivo é consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no País e no exterior. A campanha será realizada até 2014, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para divulgar as práticas sustentáveis adotadas pelos produtores rurais brasileiros, além de outras iniciativas que assegurem a boa qualidade do produto nacional.

O Time Agro Brasil mostrará que o País tem uma das maiores, melhores e mais sustentáveis agropecuárias do mundo, utilizando apenas 27,7% do território nacional para produzir grãos, carnes, matéria-prima para biocombustíveis e plantar florestas. Além disso, o País mantém intactos 61% dos seus biomas, a partir de práticas e tecnologias que, além de conservar a qualidade da água, solo e biodiversidade, também proporcionam aumento de produtividade sem precisar desmatar novas áreas. Considerado o melhor jogador de futebol de todos os tempos e eleito o “Atleta do Século XX”, Pelé, que também é produtor rural, tem presença confirmada no evento (CNA, 2012).

Já em 2013, a campanha recebeu um “reforço de peso”, “o produtor rural e ator Murilo Benício [que] entr[ou] em campo com o Rei Pelé para mostrar ao Brasil e ao mundo a nossa

²³³ O vídeo de lançamento da campanha pode ser conferido na internet. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=bZXyGS-D3MU>. Acesso 25 fev. 2016).

agropecuária sustentável, que ocupa apenas 27,7% do território nacional e preserva 61% dos biomas do País”. Conforme disse Pelé, em uma reunião da Campanha: “Parece que é o pontapé inicial, mas não é, porque o Brasil já é referência na agricultura. Mas vamos fazer do Brasil o primeiro do mundo na agricultura porque Deus só me bota em equipes vencedoras”. Na plateia estavam o vice-presidente Michel Temer²³⁴, ministros, senadores, deputados, presidentes de federações de agricultura e pecuária, dirigentes do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e produtores rurais de vários estados. Assim, segundo a assessoria da CNA, “com Pelé e Murilo Benício, produtores rurais, no Time Agro Brasil o mundo vai saber que o Brasil, famoso por revelar grandes jogadores de futebol, também tem craques na agricultura e na pecuária” (CNA, 2013b).

É bem instigante o fato de que os dois garotos propaganda tenham uma relação com o futebol. Naquela mesma época, Murilo Benício fez muito sucesso em uma das novelas brasileiras mais assistidas no mundo, *Avenida Brasil*, como um famoso jogador de futebol, representando o personagem Tufão²³⁵, que é citado na revista *Animal Business Brasil* (2013) para referir-se ao ator e produtor rural²³⁶. Isso foi levado em conta para a escolha dos garotos propagandas para estrear essa campanha que tinha por objetivo “consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no país e no exterior”. Nada mais oportuno que esses dois personagens que lembram a simpatia, a vontade de vencer e a cordialidade do brasileiro, bem como a destreza nos “campos”, possibilitando que durante toda a campanha os agentes implicados valerem-se sempre dos trocadilhos com a palavra “campo”, referindo-se ora ao futebol ora aos campos de cultivo para a agropecuária.

Essas características peculiares que constatamos ao perseguirmos o fluxo de imagens e de discursos sobressalentes na Expoiner 2013 revelam que não se tratam apenas de relações econômicas e mercadológicas e mesmo recreativas, indicam alguns modos pelos quais as imagens e os discursos sobre a agropecuária, e particularmente a pecuária bovina, são constituídas nas exposições, nunca estando isoladas ou circunscritas apenas a esses locais.

²³⁴ Na época, era vice-presidente, depois de um processo de impeachment considerado por muitos legistas e pela maior parte da sociedade e comunidade acadêmica como “golpe civil parlamentar”, a presidenta à época, Dilma Rousseff, foi afastada em abril de 2016.

²³⁵ Escrita por João Emanuel Carneiro, a telenovela exibida de março a outubro de 2012 (179 capítulos), no horário das 21h, pela emissora de televisão Globo. Segundo consta no site a emissora: “Dados consolidados pela Diretoria de Negócios da Globo comprovam o sucesso da trama em mercados internacionais: até janeiro de 2016, 132 países compraram os direitos de exibição da novela. Avenida Brasil, segundo a mesma fonte, está no topo do ranking de programas mais vendidos ao exterior pela Globo” (conferir informações em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/avenida-brasil/curiosidades.htm>>. Acesso em 25 fev. 2016).

²³⁶ A revista informa que Murilo Benício iniciou essa criação de gado gir leiteiro em 2009, por meio da empresa Agropecuária Copacabana, com fazendas em Minas Gerais. Essa atividade será uma alternativa para quando se aposentar, segundo relato do mesmo.

Como demonstrado nos capítulos anteriores, parece que antes era principalmente a idoneidade dos produtores e dos cientistas que serviam para a defesa de interesses mais específicos do setor, porém, de algum tempo para cá, a trajetória e carisma das celebridades vieram a ser incorporadas nessa constituição dos dispositivos que legitimam certas formas de conduzir a pecuária bovina, mais do que para apenas vender algum produto. E mais, esse modo de conduzir genericamente as formas de falar da pecuária é indicativa da incessante construção e desconstrução das imagens da própria atividade. Quer dizer, produzir gado em grande escala no Pará (ou na Amazônia), mais do que nunca, foi defendido também utilizando o carisma de celebridades que reiteram dados estatísticos de produção, produtividade e uso dos espaços, “limpando a imagem negativa” relacionada à degradação ambiental e os conflitos com outras populações.

4.4.3.2 Festa Agropecuária de Itupiranga 2013 (Itupiranga – Pará): laços institucionais que se estreitam para aumentar a eficiência

Conforme já mencionado, no estado do Pará, as feiras específicas de bovinos e máquinas agrícolas estão se tornando cada vez mais frequentes, tanto nas cidades maiores quanto nas vilas, proliferando onde quer que a agropecuária esteja mais ou menos expandida²³⁷. Realizei trabalho de campo durante a 13ª Festa Agropecuária de Itupiranga, que ocorreu entre 03 e 06 de outubro de 2013, feira (festa) essa que promovida pelo Sindicato Rural da cidade, localizada a 40 km de Marabá e cerca de 540 km de São Félix do Xingu. É tradicional a participação de moradores das cidades vizinhas, especialmente pelas atrações musicais, mas também, como informa o cartaz de divulgação, pelos rodeios, leilões, exposições e palestras (Imagem 69).

²³⁷ A multiplicação desses eventos levou o governo paraense a editar, desde 2008, um calendário anual dos eventos no estado, incluindo todos os setores (notícia Disponível em: <<http://www.amazoniasa.com/2013/04/faepa-sedip-sagri-e-orgaos-parceiros.html>>. Acesso em 20 fev. 2016).

Imagem 70 – Cartaz de divulgação da Festa Agropecuária de Itupiranga 2013



Fonte: Trabalho de campo, Itupiranga (2013).

Cheguei ao local do evento no sábado (04/10) à tarde. Um parque espaçoso, com um prédio administrativo, alguns currais, muitos estandes de expositores, arena de rodeios e local montado para shows. Fui informado que não havia palestras programadas, embora constassem no cartaz, mas que nas outras edições do evento sempre ocorrem. Conversei brevemente com um dos administradores e solicitei algum informativo. Gentilmente ele me presenteou com um cartaz de divulgação que media 110x70 cm, pois todos os menores já haviam sido distribuídos. Ele me disse que não poderíamos conversar naquele momento, pois havia muito trabalho a fazer, mas que eu poderia fazer minhas observações no parque e voltar em outro momento. Depois desse primeiro contato, fui conhecer o parque e as atividades que ali se desenvolviam.

Já ao lado da sala administrativa localizava-se uma sequência de currais, cheios de bovinos agrupados em lotes numerados, agitados pela incessante movimentação dos peões que os manejavam e das pessoas que, desde passarelas instaladas logo acima dos currais, observavam. Entre muitos gritos de peões que separavam e contavam os animais e crianças que

se agitavam com as correrias dos bovinos, acontecia naquele momento o embarque de bovinos arrematados no leilão realizado no dia anterior (movimentando mais de 1 milhão de reais)²³⁸, que seguiam em lotes de 10 a 30 animais. Predominava animais da raça nelore ou mestiços ‘anelorados’ (cruzamento de outras raças com nelore), que eram tangidos para os caminhões e seguiam para os novos proprietários. Nessa feira não havia animais de exposição e nem leilão de animais de elite, conforme informado por um dos organizadores. Além do gado, também se destacavam no evento os implementos agrícolas (tratores e outras máquinas) e os carros de passeio. Muitos expositores aproveitavam as sombras das árvores ou das instalações e assavam carne e recreavam, enquanto as bancas de comidas e bebidas se preparavam para receber os visitantes que chegariam à noite para os eventos culturais (apresentações musicais, rodeios, atividades educativas e premiações).

Em forma de corredor, muitas instituições públicas e privadas possuíam estandes onde realizavam suas atividades, que incluíam explicações aos visitantes, distribuição de folhetos, de amostras de produtos, etc. Entre esses estandes um que chamava muito a atenção pela movimentação naquele sábado, pois estavam em uma intensa e alegre atividade coletiva (no momento enchiam sacos de ‘geladinho/sacolê’ com sementes, que seriam distribuídas), era o da EMATER local. Organizado embaixo de um gazebo, com *banners* apresentando diferentes projetos da instituição e um mural com fotografias de diversas ações que a EMATER fora protagonista no município, alguns funcionários realizavam inúmeros trabalhos decorativos e de organização da tenda. Ao me aproximar, fui atendido por uma veterinária catarinenses, que já morou no Mato Grosso e, desde 2011 (2 anos antes da entrevista), tinha assumido vaga na instituição do município de Itupiranga. Depois de me apresentar e falar de meus interesses de pesquisas, a interlocutora ficou bastante estimulada a conversar, especialmente pelo fato de eu morar no Rio Grande do Sul, retomando constantemente esse referencial em comum. Quando interroguei sobre a relevância das feiras para o desenvolvimento da agropecuária local, ela me explicou que o evento tem finalidade educativa e de negócios, sendo importante que os agricultores familiares também comecem a participar mais ativamente. Segundo a veterinária, apesar da relevância, e de se tratar da 13ª edição, essa foi a primeira vez que a EMATER local foi convidada para participar do evento, que é organizado pelo Sindicato Rural, tradicionalmente patronal. Porém, esse ano, novos acordos políticos possibilitaram algumas relações entre a instituição de assistência técnica e o Sindicato patronal. Ela afirmou se

²³⁸ Alguns dados do evento foram publicados em blogs de notícias locais, como o Zeca News (Disponível em: <<http://www.zecanews.com.br/xii-feira-movimenta-agronegocio-em-itupiranga%E2%80%8F/>>. Acesso em 28 jan. 2014).

preocupar muito com o encaminhamento da agricultura familiar na região, pois está chegando muita gente de fora disposta a investir e que vai ser complicado aos moradores locais permanecerem em suas terras se continuarem sem a mentalidade empreendedora.

Esses elementos ampliam a tessitura analítica sobre as diferentes nuances que os eventos possibilitam para a constituição dos dispositivos de eficiência e emulação-força regionalmente, conforme veremos de maneira mais aprofundada nos próximos tópicos referentes à outros eventos. Como foi informado por essa interlocutora, cada vez mais as políticas públicas voltadas para os agricultores familiares convergem para torná-los mais competitivos, mais empreendedores localmente. Isso ajuda a explicar porque os gestores do Sindicato Rural, que sempre se esquivaram de convidar representantes do setor de produção familiar, agora estão abrindo um espaço nesse evento, tradicionalmente patronal, para uma das principais instituições que representam o direcionamento técnico dos agricultores familiares. O papel educativo desses eventos, pelas possibilidades de emulação entre os grupos de menor poder aquisitivo não está sendo desprezado, especialmente tendo em vista os direcionamentos regionais em termos de modernização das práticas agrícolas. Esse trabalho de campo reforçou a importância de ficar atento, no ano seguinte, a essas relações institucionais nos demais eventos.

4.4.3.3 ExpoTuOr 2014 (Tucumã e Ourilândia – Pará): seguindo os fluxos do torneio leiteiro e de outras relações intersindicais

O nome do evento deriva da junção das duas cidades, Tucumã e Ourilândia, que são cidades muito próximas entre si (menos de 10 km) e próximas de São Félix do Xingu (pouco menos de 100 km), e, por isso, a decisão de realizar o evento anualmente em parceria. Tradicionalmente, alguns dias antes do início oficial da feira, é realizada uma cavalgada de abertura, que é um show à parte, merecendo um trabalho etnográfico específico²³⁹, que não foi possível nessa pesquisa. De forma geral, muitos se preparam para a exposição como sendo o evento festivo mais importante do ano. No ano em que fiz trabalho de campo, em 2014, a feira foi realizada do dia 03 até o dia 07 de setembro, promovida pelo Sindicato Rural de Tucumã e Ourilândia do Norte (SRTON), recebendo apoio também das prefeituras dos dois municípios e da Companhia Vale. Nesse, foram patrocinadores com direito a exposição cerca de 40 empresas, como frigoríficos (JBS, Mercúrio, Frigol), fazendas, lojas de produtos agrícolas, uma empresa de internet (APANET), entre outros. No cartaz de convite, distribuído em diversos pontos das

²³⁹ Trata-se de um tipo de desfile em que caracteristicamente se vai montado em animais (especialmente equinos, assininos, etc.).

idades vizinhas, podia-se visualizar principalmente as atrações musicais, não aparecendo algo como “leilões”, rodeios, ou outras programações não musicais. A abertura musical foi realizada por um cantor gospel (Elias), seguido por outras bandas, com ritmos sertanejos, tecnobregas e forró. Acompanhei todo o evento, indo às vezes pela manhã e permanecendo o dia inteiro, em outros dias chegava ao parque apenas no período da tarde e ficava até cerca de 23h. Como não houve exposição de animais de corte fiquei a maior parte do tempo observando o torneio leiteiro, aproveitando as oportunidades para ouvir e realizar algumas entrevistas.

Cheguei ao local no dia da abertura por volta de 19h, entrei no parque, fiz uma volta completa para observar as instalações e identificar o local onde estavam os bovinos. A área do parque é retangular, com instalações de expositores distribuídas paralelamente em fileiras, sempre deixando corredores centrais. São duas fileiras principais onde ficam os expositores com as lojas de sementes, tratores, etc., ao fundo do parque, mais para a direita, uma arena para rodeios, ao lado esquerdo, o espaço onde está montado um palco para as apresentações artísticas, e à direita da entrada as baias dos animais (Imagem 70). Após essa primeira volta dirigi-me ao local onde ficavam os bovinos, apresentando-me às pessoas que lá estavam. Eram pecuaristas participantes do torneio leiteiro e alguns membros de instituições de assistência técnica e da prefeitura local.

Imagem 71 – Aspectos gerais do parque e distribuição dos estandes de expositores e instalação para apresentações artísticas



Fonte: Trabalho de campo, Tucumã-Ourilândia (2014).

Chegando ao galpão, falei com uma jovem responsável pelo tratamento de alguns animais explicando meus objetivos de pesquisa, no que ela me indicou conversar com o Mendes, técnico na ADEPARÁ²⁴⁰. Após apresentar-me e falar sobre a pesquisa, ele já começou a explicar que Tucumã tem uma bacia leiteira em plena expansão. Contou-me que a competição em decurso era o 3º torneio de leite patrocinado pelos frigoríficos (Iogurte da Vaquinha, Ilda,

²⁴⁰ Mendes (nome fictício). Entrevista durante o torneio leiteiro. 04 de setembro de 2014. Caderno de campo 2014 digitalizado, p. 33.

Soberano, Nata e laticínios da Amazônia), sendo parte dos incentivos fornecidos pelas empresas, especialmente o laticínio Ilda, para a expansão da bacia leiteira local (Imagem 71). Explicou-me que a rede de coleta conta com poços de resfriamento em algumas propriedades, servindo como pontos de armazenamento de leite até que passem os caminhões transportadores. Quando perguntei sobre as relações ou competições entre a pecuária de leite e a de corte, Mendes informou que elas progridem de forma conjunta: *“Tem gente que mexe só com o leite, mas prepara bezeros e vende para melhoramento ou para engorda”*. Lá em Xinguara estão se especializando em leite, mas o forte ainda é o corte, disse o interlocutor. E completou que o galpão onde ocorria o torneio foi construído por neloristas (criadores de nelore), mas nenhum produtor de corte está expondo nessa feira, sendo que o incentivo dos laticínios está mais forte e a pecuária de corte está enfraquecendo na região.

Imagem 72 – Galpão dos bovinos – local do torneio leiteiro e faixa de apresentação do torneio



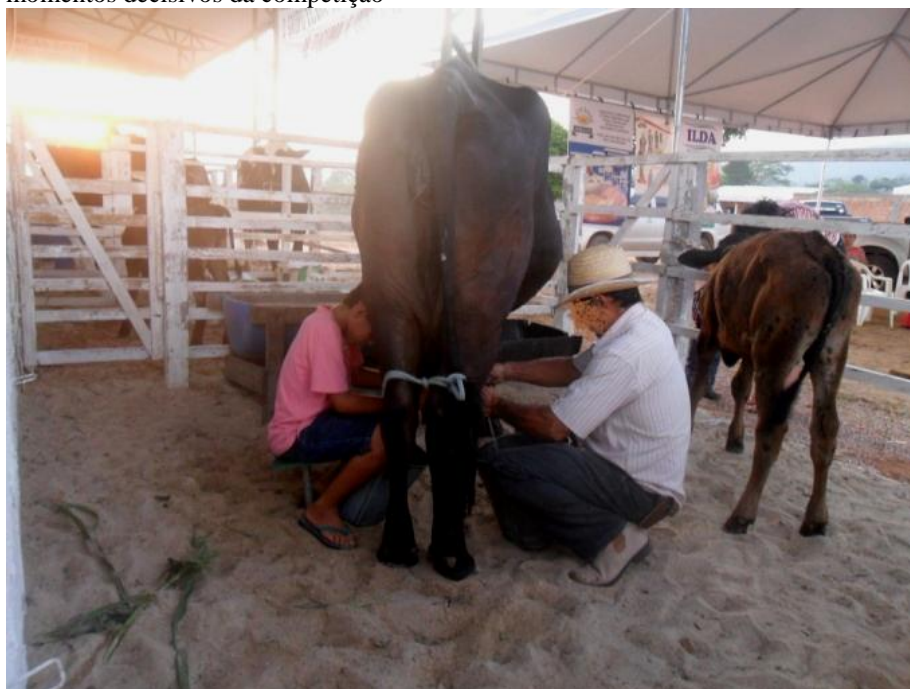


Fonte: Trabalho de campo, Tucumã-Ourilândia (2014).

Esse torneio de leite ainda é uma experiência recente, em pleno processo de construção e redefinições, como explicou Mendes. Mas o sucesso percebido e o crescente número de participantes têm levado os organizadores a repensarem as regras e à necessidade de fiscalização mais intensamente, pois, como é provável que grandes produtores de fora da região invistam em concorrer, é necessário traçar boas estratégias de controle e regulamentação. Essa pauta gerou controvérsias durante nossa conversa coletiva: alguns acham que a entrada de pessoas de fora estimula a competição, elevando a produção local, enquanto outros pensam que

isso inibe os produtores locais, pois reduz as possibilidades de ganharem os prêmios. Uma das regras, que ainda funciona, é a interdição do empréstimo de vacas, pois apenas o proprietário pode concorrer (ou então sua esposa concorrer com outro animal), mas, nesse certame, podem participar vacas nascidas ou compradas em outras regiões. Durante esse torneio, também discutiram informalmente as situações que geravam vantagens para alguns que deveriam ser corrigidas ao longo do tempo, por exemplo, as vacas adaptadas à ordenha mecânica levavam vantagens na velocidade (pois o tempo é cronometrado) em relação às aquelas de ordenha manual; as vacas acostumadas à alimentação no estábulo também tinham melhor adaptação, mantendo a taxa de produção de leite mais constante; aquelas mais acostumadas aos grandes movimentos também produziam melhor; as acostumadas ao cabresto eram mais fáceis de manejar, etc. (Imagem 72).

Imagem 73 – Cenas do torneio leiteiro. Ainda não há uma padronização da ordenha. Grande expectativa nos momentos decisivos da competição





Fonte: Trabalho de campo, Tucumã-Ourilândia (2014).

Todas essas observações e a empolgante atmosfera de competição levaram a muitas discussões mais ou menos acaloradas durante o torneio, sendo que alguns possíveis concorrentes já falavam em preparar uma vaca para os próximos concursos, acostumando-a aos manejos necessários, pois visavam levar algum prêmio antes que o evento cresça muito. Os organizadores informaram que há grande fluxo de experiências vindas das exposições que ocorrem no estado de Goiás e também da cidade de Xinguará, no advento da FAX 2014 (Feira Agropecuária de Xinguará). Mesmo quem não participa do torneio costuma trazer os animais

para mostrar aos possíveis compradores, como é o caso das vacas premiadas em um torneio na cidade de Uberaba/2009, que, mesmo não participando do torneio na ExpoTuOr, ficaram à mostra durante toda a exposição (Imagem 73). E, a agenda de exposições dessas vacas estava lotada para aquele final de ano, com muitas viagens para diversas cidades fora do estado do Pará.

Imagem 74 – Vacas de exposição – duas premiadas em concursos nacionais



Fonte: Trabalho de campo, Tucumã-Ourilândia (2014).

Mendes destacou que há um grande incentivo para a expansão das ordenhas mecânicas e, além disso, a prefeitura de Ourilândia pretende implantar o SIM (Sistema de Inspeção Municipal para produtos de origem animal) para se adequar às normas sanitárias (que ainda não está completa), para que o leite possa ser utilizado na merenda escolar. No entanto, o volume destinado às escolas é muito pequeno, não compensando ainda fazer adequações apenas com essa finalidade. Há também outras ações de incentivos, como a da prefeitura de Ourilândia em parceria com o SEBRAE (que dá capacitações) e o laticínio Ilda, que fornecem trator, um carro e um técnico para atender a 22 produtores participantes de um projeto. Mendes destacou que os agropecuaristas estão acompanhando as notícias sobre a pecuária leiteira na televisão, especialmente por meio do canal “Terraviva”²⁴¹, influenciando manejos e principalmente a busca pela seleção de touros melhorados (predominando a raça girolanda). Porém, apesar das mudanças e incentivos, todo o gado ainda é alimentado a pasto, sendo que poucos fornecem alguma complementação no cocho, havendo também falta de trabalhadores mais especializados para os manejos mais sofisticados²⁴².

Sobre as questões ambientais o técnico afirmou que, diferentemente de São Félix do Xingu onde muitas áreas foram embargadas por desmatamento ilegal, Tucumã já não possuía muitas áreas com matas, sendo que o embargo não afetou significativamente a “*imagem do pecuarista*” localmente. Porém, como informado por outro interlocutor, Ricardo²⁴³, também técnico da EMATER, apesar da lista de desmatadores não ter afetado a imagem do pecuarista de Tucumã, muitas mudanças aconteceram, e o tratamento a quem desmata se diferenciou. Assim explicou Ricardo: “*não sabe se é por conta das leis ou pela mentalidade. Antigamente fulano era conhecido por ter desmatado tanto. Agora...fulano desmatou tanto, vixe!*”. A prisão de Zezim, em 2006, que desmatou 2000 alqueires, que “*deu no jornal, no fantástico*” fez muitos repensarem e, apesar de o mesmo ter ficado detido por apenas algumas semanas, “*deixou a galera de orelha em pé*”. Assim, para esse técnico, o trabalho da mídia, mostrando intensivamente essa problemática, tem feito os agropecuaristas repensarem.

²⁴¹ O “Terraviva” é o canal de agronegócios do Grupo Bandeirantes de Comunicação, que pode ser acessado na TV paga, internet e dispositivos móveis (tablets e smartphones). O canal está disponível na internet no site: <<http://tvterraviva.band.uol.com.br/>>. Acessado em 29 fev. 2016.

²⁴² O técnico informou também que as ações relacionadas à definição de trabalho escravo provocaram mudanças nas dinâmicas de trabalho. Seu argumento é o de que os antes era possível ter agregados, que recebiam o pagamento em forma de uma porcentagem em leite ou podiam utilizar as pastagens, mas agora não pode mais, pois os agregados não assalariados “podem querer se tornar donos das propriedades”.

²⁴³ Nome fictício. Técnico da EMATER, torneio leiteiro, 05 out. 2014. Caderno de Campo 2014/2.

Também foi possível conversar com alguns dos competidores do torneio²⁴⁴. Um deles foi o tocantinense Gil, que veio para o Pará quando a propriedade de seus pais no Tocantins foi dividida para herança. Ainda bastante jovem, aparentando 45 anos, de pele morena e magro, informou ter uma terra de 64 alqueires em Ourilândia, onde trabalhou boa parte de sua vida com “gado branco” (termo comum para se referir aos rebanhos nelore). Porém, ele percebeu que a propriedade era muito pequena para continuar com o gado de corte, pois na época tinha 17 alqueires para manejar o gado branco, que era prioridade na região. Segundo Gil, um dia ele recebeu indicação de um amigo para começar a assistir ao programa “Terraviva”, para ele ir vendo o quanto a pecuária de leite poderia ser interessante. Daí por diante, ele começou a acompanhar o programa e, em 2007, a prefeitura municipal, juntamente com o SEBRAE ofertaram um curso de capacitação em inseminação, despertando finalmente o seu interesse e as possibilidades de trabalhar com gado de leite. Ele começou a comprar sêmen e foi gradualmente mudando o rebanho, de branco para cruzado; e hoje tem 400 cabeças de cruzadas para leite. Reafirmando essa posição, insistiu: *“Qualquer gado branco no rebanho é do vizinho”*. Na época da entrevista ele empregava 5 funcionários e disse que troca de carro sempre, o que não seria possível com a pecuária de corte, considerando as suas possibilidades fundiárias.

Outro interlocutor, também concorrente no torneio era o Prudêncio²⁴⁵, que também veio do Tocantins, em 1982. Contou-me que chegou ao Pará e trabalhou apenas com gado branco durante muito tempo. Foi por incentivo de um técnico local (Samuel), que começou a mudar o perfil do rebanho para explorar o leite. Prudêncio mesmo já via que para quem tinha pequena propriedade era impossível continuar apenas com o gado de corte, pois na época tinha apenas 20 alqueires, hoje são 45. Quando questionei sobre os motivos de participar no torneio, explicou que agora está fazendo inseminação artificial, decidiu participar para ir *“se entrosando”*, para participar com mais experiência no ano seguinte. Acha que os prêmios são valiosos, mas, sua grande motivação é que o evento é uma forma de divulgar seus produtos aos possíveis compradores, pois vende tourinhos. O incentivo e também boa parte do aprendizado sobre inseminação e seleção dos animais (compra de sêmen, escolha dos reprodutores) ele recebe na televisão, nos canais específicos. Ele, assim como muitos dos que passaram pelo torneio, ostenta um enorme conhecimento sobre touros e matrizes famosas nacionalmente,

²⁴⁴ Os expositores são convidados a participarem do torneio, sendo que geralmente são aqueles vinculados aos projetos ou mais próximos das ações das instituições de assistência técnica, notadamente aqueles que se destacam no setor, pois a premiação é em volume considerável e a participação é onerosa. Os prêmios são uma ordenhadeira (no valor de R\$ 10.000,00), roçadeira, motosserra, vacinas, ração, etc.

²⁴⁵ Nome fictício.

como os filhos do Jaguar, do Sansão, da Profana, etc. (tratados no tópico 4.4.3.4) falando sobre as características de temperamento, os índices produtivos, as características fenotípicas que são predominantes em suas progênes, etc.

No dia 05 cheguei mais cedo ao parque e, depois de passar algumas horas conversando no galpão do torneio leiteiro, saí a caminhar a fim de realizar algumas entrevistas com outros expositores. Foi assim que conheci a Angélica²⁴⁶, responsável pelo estande do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tucumã (STTR)²⁴⁷. Ela informou que essa era a primeira vez que estavam participando oficialmente do evento como expositores. Segundo a interlocutora, a pecuária de leite tem se desenvolvido muito entre os agricultores familiares, sendo que a expansão da atividade “*veio através dos fazendeiros*”. Ela justifica: “*Nós temos que ter os fazendeiros, os médios. Se fosse só o pequeno não estava tão evoluído*”. De acordo com a interlocutora, são também as grandes empresas que trazem as tecnologias, enquanto que a televisão, por meio de programas como o Globo Rural, “*ensinam muitas técnicas*”, por sua vez, as prestadoras de serviços de assistência e extensão rural, a EMATER e o Procampo (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo) ficam responsáveis pelos cursos mais específicos.

Na tentativa de reforçar o diálogo entre os segmentos patronais e dos trabalhadores, Angélica informou que a presidente do STTR convidou o Sindicato Rural (patronal) para participarem do 1º Congresso da Agricultura Familiar, realizado em março de 2014²⁴⁸, tendo eles recebido apoio monetário desses convidados e ainda de empresários locais. Essas relações, que se reforçam nas participações em eventos, são importantes para o desenvolvimento da agropecuária local, pois, “*influenciam a mentalidade*”, já que os agricultores familiares “*são estimulados a selecionarem os melhores materiais, as matrizes. A premiação também estimula. Quem não quer ganhar uma ordenhadeira?*”, brincou ela. O próprio estande do STTR estava fazendo seu próprio concurso durante a ExpoTuOr, o primeiro torneio da agricultura familiar, premiando os maiores e mais exóticos produtos agrícolas (como mandiocas, abóboras, etc.), distribuindo botinas, esporas, etc. (Imagem 74).

²⁴⁶ Nome trocado. Membro do STTR, por ocasião da ExpoTuOr no estande do STTR, 05 out. 2014. Caderno de Campo 2014/2, p.23-29.

²⁴⁷ O sindicato tem uma página no Facebook onde são divulgadas as principais atividades (Disponível em: <<https://www.facebook.com/Sindicato-dos-Trabalhadores-Rurais-de-Tucum%C3%A3-PA612135958903155/>>. Acesso 29 fev. 2016).

²⁴⁸ Mais informações sobre o evento e algumas fotos estão disponíveis em: <<http://www.liderfmourilandia.com.br/ver-fotos/189/tucuma-realiza-o-i-congresso-da-agricultura-familiar.>> (Acesso em 29 fev. 2016).

Imagem 75 – Estande do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tucumã



Fonte: Trabalho de campo, Tucumã-Ourilândia (2014).

Em outra oportunidade, saí para conversar com expositores em lojas agropecuárias, onde geralmente havia comidas e bebidas para os clientes, especialmente churrasco de carne bovina. Nessas ocasiões, como eu já estava circulando há algum tempo, sempre encontrava alguém que me apresentava de maneira genérica: “esse é o pesquisador lá do Rio Grande do Sul. Ele quer saber sobre a pecuária”. Assim começaram algumas conversas já direcionadas pelos outros interlocutores. Em uma dessas, no estande da loja Firme e Forte Agropecuária, um dos expositores (Rafael)²⁴⁹ me explicou sobre a evolução da atividade e o encaminhamento genético local e como esse se relaciona com a pecuária de leite de elite: “*Antigamente ninguém falava em inseminação artificial, agora o pessoal já pergunta por que o sêmen é bom*”, também as empresas estão mudando e já sabem explicar. Algum tempo atrás, revela Rafael, todo mundo era focado no nelore, agora estão expandindo a genética, visando também a valorização recente do leite. Ele informou que sempre que os animais que aparecem na televisão despertam muito o interesse pelas mudanças no perfil genético dos rebanhos.

De forma bastante sofisticada, quando alguns compradores famosos, como a cantora Ivete Sangalo, que já comprou animais por até 500 mil reais (quinhentos mil reais), faz uma

²⁴⁹ Rafael, nome trocado. Funcionário da loja Firme e Forte Agropecuária, por ocasião da ExpoTuOr no estande da loja, 05 out. 2014. Caderno de Campo 2014/2, p.47-50.

grande aquisição, isso empolga o comércio de elite, afetando também produtores menos capitalizados, que ficam atentos para aquela raça ou outras características dos animais. Animais que são muito valiosos, geram progênes altamente valorizadas. Por exemplo, o sêmen do Sansão, um desses touros muito famosos, pode custar de 3-3,5 mil reais (três a três mil e quinhentos reais) o pacote com doses; ou uma vaca de 500 mil reais (quinhentos mil reais) pode ter crias que valem 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), garantindo o retorno dos elevados investimentos na aquisição e manutenção desses animais. Esses animais, incluindo suas progênes distantes (netos, bisnetos, etc.), segundo Rafael, tornam-se *“figurinhas carimbadas. A mesma que ganha ou é comprada aqui, depois aparece nas mãos de outro que a comprou”*, intensificando a disputa pela posse desses premiados que chegam a valer milhões. Como são valiosíssimos, cada animal é assegurado com seguros de vida milionários, destacando-se o Banco Bradesco como agente financeiro. Retomaremos essa parte do comércio de sêmen e leilões no próximo tópico, deixando aqui apenas a informação de que essa forma peculiar de trocas está presente nas principais cidades do sul do estado e que o fluxo de material genético tem muito a nos revelar sobre a constituição dos dispositivos de eficiência e da emulação-força no desenvolvimento da pecuária local.

Em resumo, foi possível constatar durante o trabalho de campo na ExpoTuOr algumas formas pelas quais os dispositivos de eficiência e a emulação-força têm funcionado na constituição dos direcionamentos da pecuária bovina regional, através de efeitos acoplados entre a produção midiática da pecuária de elite, do fluxo de informações oriundos de outras regiões produtoras, dos concursos e estímulos ao aumento na produtividade com fins de competição, bem como a constituição de relações que aproximam produtores de diferentes escalas, tendo sempre aqueles mais tecnificados como modelos. A exposição em si, enquanto macroevento, possibilita a proliferação interna de uma miríade de novos mecanismos de seleção, cada vez mais específicos e especializados, afinados com padrões de produção e produtividade locais, ao mesmo tempo em que permite vislumbrar alcançar indicadores de eficiência cada vez mais espelhados na pecuária de elite. Seja na forma de conduzir os regulamentos dos concursos, que leva em conta principalmente os resultados imediatos, medidos pelas quantidades de produtos obtidos, seja na valorização daqueles animais que estão muito acima dos perfis regionais de produção, esses eventos possibilitam a mediação/contato entre o local e aquilo que é mais sofisticado no nível nacional e internacional. Um outro efeito disso, que também foi observado em Itupiranga, é que esses eventos têm possibilitado a constituição de formas de relações entre trabalhadores e patrões de maneira a reduzir os antagonismos inerentes aos interesses e possibilidades diversas, algo muito perceptível também

em São Félix do Xingu. Deixando agora Tucumã e Ourilândia, seguimos para a exposição mais esperada regionalmente: a FAX, onde nos importará especialmente os leilões.

4.4.3.4 Feira Agropecuária de Xinguara – FAX 2014: seguindo o fluxo dos leilões presenciais e virtuais

Realizada no parque de Exposição Orlando Quagliato, do dia 13 a 21 de setembro de 2014, ou seja, iniciando uma semana após a ExpoTuOr, a FAX já tem uma bem consolidada trajetória. Aqui, distintamente das demais que realizei trabalho de campo no estado do Pará, ocorreram ao mesmo tempo muitas atividades com pecuária bovina, tornando-se necessário tomar uma decisão metodológica: acompanhar mais de perto uma das atividades que eu já analisara em outro evento, aprofundando assim as análises sobre aquela ação (como o torneio leiteiro) ou observar e seguir múltiplos fluxos, escolhendo um deles – o mais dinâmico e significativo para a composição da tessitura analítica das imagens, dos discursos e dos dispositivos –, sem me preocupar nas especificidades e nem tentar constituir redes de relações que permitissem observações e entrevistas mais aprofundadas. A decisão foi por continuar o percurso metodológico de seguir os fluxos mais dinâmicos em busca da circulação das imagens e dos discursos e da efetividade dos dispositivos de eficiência e emulação-força. Também nesse caso, assim como na Expointer (no Rio Grande do Sul) e na ExpoTuOr, eu estava bem mais distante da minha rede de relações já constituída, como em São Félix do Xingu. A decisão foi por aproximar-me e permanecer pelo maior tempo possível onde houvesse movimentos mais intensos, mais voltados à produção de imagens e discursos que pretendessem o direcionamento e padronização das formas de praticar a pecuária bovina. Assim, optei por acompanhar mais de perto os leilões.

Desde a minha chegada para o trabalho de campo no Pará, já tinha notado que centenas de cartazes sobre leilões ocupavam todos os espaços físicos e virtuais imagináveis. Qualquer pessoa que se desloque entre as cidades no sul do estado, especialmente em cidades próximas de Xinguara, perceberá as chamativas propagandas. Sejam presos nas árvores, em *outdoors*, cavaletes nas ruas, entre as gôndolas de supermercados, nos jornais impressos, nas revistas, nos informativos das igrejas, na televisão, na internet, nas paradas de ônibus ou quaisquer outros lugares onde seja possível e fique bem visível, lá é provável que esteja algum cartaz de leilão! (Imagem 75). Além desses, carros de som circulam pelas ruas anunciando os leilões que estão próximos de acontecer. E isso já tinha me chamado a atenção desde os primeiros dias de campo, instigando a um olhar mais focado para esses eventos.

Imagem 76 – *Outdoor* anunciando leilão, exposto em São Félix do Xingu (2014)



Fonte: Trabalho de campo, São Félix do Xingu (2014).

Imagem 77 – Cartazes de diferentes leilões expostos na cidade de Xinguara (2014)







Fonte: Trabalho de campo, Xinguará (2014).

Imagem 78 – Cartazes de leilões ou vendas permanentes de gado expostos nas cidades de Tucumã e Ourilândia, nas ruas, paredes no parque de exposições e supermercado em 2014







Fonte: Trabalho de campo, Tucumã e Ourilândia (2014).

Imagem 79 – Cartaz antigo de leilão afixado na parada de ônibus próximo à cidade de Eldorado dos Carajás (201?), sobreposto por anúncios de atrações humanas (cantor e lutadores)



Fonte: Trabalho de campo, Eldorado dos Carajás (2014).

Comecei o trabalho de campo na FAX sendo espectador de um leilão. Antes, é importante relatar a entrevista realizada com Joel, um dos organizadores do evento e presidente do Sindicato Rural de Xinguara, um dia depois desse primeiro leilão. A conversa, que tive a

permissão de gravar no celular, ocorreu no escritório do Sindicato no interior do parque de exposições, no dia 15 de outubro de 2014²⁵⁰. Embora durando apenas 30 minutos, Joel esclareceu elementos importantes sobre o funcionamento da feira e da própria evolução da pecuária no município. Segundo o interlocutor, a FAX é uma das melhores exposições em termos de volume de negócios do estado do Pará, pois permite o acesso de compradores diretamente com as grandes lojas, que não existem na cidade (e a população deixa para trocar de carros e máquinas durante a feira), enquanto que em outras cidades grandes, como Marabá, o evento tornou-se mais festivo. Além disso, a população de Xinguara é bem mais rural que em outras regiões de economias mais diversificadas.

Para Joel, a feira é o momento de “*aproximar a tecnologia do produtor*”, seja em termos de maquinários e, principalmente, continuou ele:

“Acesso à genética de seleção de raçadores já tradicionais que fazem seus leilões nessa época do ano aqui durante a feira. É o momento de disseminar a genética. E o pequeno produtor vem cá e compra 1 touro, o médio compra 10, compra 20. Então é o momento de o produtor rural, principalmente o criador, ter acesso à genética. Ele compra os rebanhos melhorados, e isso faz com que melhore o rebanho como um todo, inclusive para o pequeno produtor rural. Éh, e sem sombra de dúvida, esses canais aí ligados ao agronegócio, que, durante o ano fazem alguns leilões aqui na região ajudam a propagar o tanto que nós aqui estamos adiantados em relação à genética”.

Em seguida comentei que tinha percebido, em conversa com produtores, que eles sabem o nome dos touros, dos filhos, da família inteira dos animais, e quando anunciam no leilão o nome, os leiloeiros apresentam a origem e muitas características dos descendentes. Joel explicou que a cada nome de touro famoso, o conjunto de características é conhecido para a família do animal: “*A carcaça traz a linhagem. Então se você quer um touro mais baixo, mais comprido, etc., na linhagem ele te mostra*”. Eu continuei indagando: “Mas isso é algo recente? Essa preocupação com e esse conhecimento da origem desses animais celebridades?” Ele respondeu: “*Isso não é recente é claro, mas isso de dar especial atenção a isso é relativamente recente*”, e continuou explicando:

“É que durante a feira, a gente tem ciclos de palestras para você mostrar o aumento de produtividade para o produtor rural, porque olha só: o produtor hoje não pode desmatar mais, então a área de terra para ele produzir é a mesma, porque antes aqui na Amazônia você precisava de mais pasto, você derrubava a mata. Hoje não. A área que você tem para produzir

²⁵⁰ Joel, presidente do Sindicato Rural de Xinguara, conversa gravada realizada no parque de exposições de Xinguara, na manhã de 15 de out. 2014.

é a mesma. Então, o produtor rural percebeu que para aumentar a produtividade, a lucratividade, ele tem que partir para a tecnologia, então, genética, para você produzir mais carne na mesma carcaça, quer dizer, a mesma boca comendo que vai dar duas arrobas a mais em menos tempo [...], de outro lado, as técnicas de reformas de pastagens, vão produzir mais por hectare, adubar, gradear, aí no mesmo hectare de terra você consegue produzir mais quilos de carne, então a área é a mesma. Então é por isso que o produtor foi obrigado a conhecer de linhagem de boi. Pois ele tem que produzir mais e o espaço é o mesmo”.

Questionei sobre a motivação de participar dos leilões na condição de comprador, se há diferenças entre outras formas de comerciar e se fatores emocionais influenciam a compra. Joel explicou que ele mesmo só compra quando está precisando, que o salão de leilões produz conforto e é um lugar onde pode encontrar uma grande quantidade de animais reunidos disponíveis para comércio. *“É o momento confortável de você se sentar num tatersal de leilões, bebendo refrigerante, comendo alguma coisa, e você comprar alguma coisa do preço que você acha que deve [...]. E facilita para o grande pecuarista também, pois existe uma grande dificuldade de mão de obra para terceirizar esse serviço de compra”.* No leilão o comprador sabe o que comprou e quanto pagou, elimina um tipo de atravessador, aproximando o vendedor e o comprador, explicou Joel. Eu insisti sobre a emoção de jogar com os valores, a disputa pelos lotes. Joel explicou:

“Sem dúvida, isso deve ter um percentualzinho aí de pessoas que compram também impulsionados pela, pela..., para alimentar o ego, para ter seu nome falado pelo leiloeiro que foi o comprador, tem uma parcela mínima também que tem um superego aguçado aí na hora dessas compras, com certeza. Mas normalmente prevalece a razão, a pessoa só compra até onde acha que realmente vale”.

Assim terminou nossa breve conversa e, como eu já tinha acompanhado um leilão no dia anterior, decidi que a maior parte do trabalho de campo na FAX, e na cidade de Xinguara de uma maneira geral, seria em torno dessa forma de comércio de animais. O referido tratou-se do *13º Leilão Fax Rio Vermelho e Convidados*, realizado na tarde do dia 14 de setembro de 2014²⁵¹. Cheguei ao tatersal um pouco antes de começar o leilão, mas já em seus momentos iniciais, e dirigi-me a um dos jovens que “pegava os lances” (pessoa que grita os lances dos compradores para o leiloeiro que os anuncia), e perguntei se aquelas mesas próximas dele estavam reservadas, e ele já me respondeu com outra pergunta: *“O que o senhor está*

²⁵¹ Mais informações com dados quantitativos de animais comercializados (630 bovinos) e valores movimentados estão disponíveis na internet (conferir: <<http://www.portaldbo.com.br/Jornal-de-Leiloes/Resultados/Rio-Vermelho-tem-oferta-variada-no-Norte-do-Pais/10636>>. Acesso em 02 mar. 2016).

comprando?” Após explicar sobre a pesquisa, sentei-me por alguns minutos, bastante desconfortável de ocupar um lugar sozinho enquanto muitos começavam a chegar e a ocupar mesas com grupos. Aparentemente eu seria um dos únicos a ficar sozinho e completamente estranho em uma mesa com muitos lugares. Decidi caminhar um pouco no recinto e fui para a parte detrás de onde ocorreria o leilão, ao local onde estavam os animais que mais tarde estrelariam no palco (isso me permitiria conhecer o espaço e, ao mesmo tempo, livrar-me do desconforto de estar completamente desconhecido e sentado sozinho em uma mesa. Esperava que as mesas melhores fossem ocupadas para que eu permanecesse em algum lugar com menor visibilidade. Tudo o que eu queria era que aparecesse alguém conhecido, mas isso não aconteceu). Nessa parte detrás apenas observei e fiz algumas fotos, não encontrando nenhuma oportunidade favorável para conversar.

Retornei após alguns minutos para o espaço dos leilões, e apenas acompanhei todo o desenrolar do evento. Foi um verdadeiro espetáculo, com fogos, luzes, fumaça e muita música. Nas mesas, cheias de famílias ou de grupos de homens, eram servidos refrigerantes, bebidas alcoólicas e comidas. A cada grupo de animal que era chamado, muito barulho de sirenes e buzinas tomava conta do lugar (para alguns tipos de animais, especialmente nelores adultos, o show de fogos, barulho e fumaça era ampliado). Em todas as mesas havia algumas folhas de papel com a descrição do lote de animais. Uma tela eletrônica dava mais detalhes, e o narrador/leiloeiro era quem conduzia as principais movimentações. Começava por uma apresentação da linhagem (nomes de pai e mãe, avós, filhos, etc.), nome dos vendedores, número do lote, etc. (Imagem 79). Algumas frases como essas a seguir foram repetidas muitas vezes: Essa(e) aí é uma “Máquina de reprodutores!”, “Sangue aberto, dá para colocar nas filhas do Fajardo²⁵²!”, “Olha o tamanho das bolas!”, “Doidinho para trabalhar, doidinho querendo vaca!”, “Lindo garrote, muita masculinidade!”, “Poderia abrir qualquer leilão de touro no Brasil!”. A cada lance, mais emoção, mais fogos e gritos. Ao final de cada compra o anúncio do nome do comprador e da fazenda. Ao término do leilão, uma premiação para os maiores compradores em cada categoria: um troféu, medindo uns 40 x 30 cm, com a estatueta de um nelore.

²⁵² Trata-se de um dos touros da raça nelore mais famosos da pecuária nacional. Como noticiou a revista Dinheiro Rural, em seu site, “Embora não esteja mais entre nós, estes touros são parte da pecuária nacional. O legado que deixaram ultrapassa o tempo que permaneceram vivos. O exemplo mais recente é o do touro Fajardo, da Agropecuária J. Galera, que morreu este ano com 16 anos de idade. O reprodutor da raça nelore é recordista brasileiro de produção e comercialização de doses de sêmen. Foram 460 mil doses, entre sêmen convencional e sexado. ‘O Farjado contribuiu para democratizar a genética. Tem mais de 270 mil filhos. [...] A dose estava sendo vendida a R\$ 350, mas agora a central e o criador estão discutindo um novo preço. O valor deve, no mínimo, dobrar’”, após a morte do animal (Disponível em: <<http://dinheirorural.com.br/secao/agrofinancas/vale-mais-morto-do-que-vivo>>. Acesso em 02 mar. 2016).

Imagem 80 – Bovinos em momentos do leilão Rio Vermelho FAX 2014



Fonte: Trabalho de campo, Xinguara (2014).

Esse foi o primeiro evento dessa natureza que participei na FAX. Ao final, estava muito cansado de toda aquela movimentação e saí a caminhar novamente pelo parque, indo visitar os galpões dos bovinos de corte e de leite. Parei em uma lanchonete, aproveitando o momento para fazer anotações no caderno de campo enquanto aguardava a refeição. Em seguida, retornei, por volta das 20h, para o hotel que fiquei hospedado durante os 5 dias de trabalho de campo, decidido a acompanhar mais leilões nos dias seguintes. Mas não foi

necessário esperar o outro dia e nem sair do quarto. Ao ligar a televisão, nada menos que os três canais com melhor sinal (27 – “Terraviva”, 13 – “Canal do boi”, e o 11) exibiam leilões de gado de corte ao vivo, em que a compra ocorria por telefone²⁵³. No “Canal do boi”, às 20:40 daquele 15 de setembro, entre cenas de touros/garrotes desfilando, o narrador falava: “*Melhores touros da linhagem do Rambo e do Grafite*”; “*Sansão da Tradição* (um touro em coleta – pacote com 130 doses = R\$ 2.000,00 (dois mil reais) [...], *esse tem o pedigree aberto*”, “*Esse é filho do Sansão da Tradição e da vaca Ômega FIV (Fertilização in vitro). Tem pedigree aberto, sem Rambo e a vaca Y [não entendi o nome]*”. Após cada arremate por telefone, o nome do comprador, da fazenda, do estado e do município eram anunciados. Alguns lotes esgotavam em menos de 15 minutos, como foi o caso do touro Bitelo DS²⁵⁴, anunciado como as últimas 10 doses de sêmen. Esse foi comprado por fazendeiros da Bahia, de Minas Gerais, do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Outros nomes famosos a venderem sêmen naquele leilão televisivo foram o touro Vértice da Tradição, Bitelo DS, Urco Pechy, Enfeito Snan (Imagem 80), além de muitos outros, como o Cael 26 Deco, Auge da Tradição, etc. E assim os fluídos seminais desses touros celebridades, juntamente com as suas imagens e discursos sobre os mesmos e sobre a pecuária, iam sendo distribuídos para todas as regiões do país.

²⁵³ Também o canal 11 exibia a cerimônia de encerramento de um leilão realizado em Ituiutaba (Minas Gerais), com orações católicas.

²⁵⁴ Famoso touro nelore neto de Rambo em matriz Lemgruber. Mais detalhes sobre o animal podem ser encontrados no site da multinacional ABS – Pecplan (Pecuária planejada) (Disponível em: <<http://www.abspecplan.com.br/bitelo>>. Acesso em 03 mar. 2016).

Imagem 81 – Leilão virtual Vanguarda do nelore, transmitido desde Araçatuba – São Paulo, Canal do boi, 15 de setembro de 2014 às 21h





Fonte: Trabalho de campo, Xinguara (2014).

Mas esses animais, não eles, mas suas crias, não ficavam apenas na virtualidade, antes, ao contrário, podiam ser vistos circulando pela cidade durante a exposição. Na ExpoTuOr era possível encontrar, em exposição, filhos de alguns desses touros famosos, permitindo uma instigante interação entre aqueles que aparecem na televisão, e têm seus líquidos seminais comercializados, e aqueles outros vivos e desfilando ou expostas pelos espaços do parque, como é o caso de Califórnia, filha de Bitelo DS (Imagem 81).

Imagem 82 – Animais de elite passeando pelos espaços do parque e descendentes de animais famosos em exposição





Fonte: Trabalho de campo, Xinguara (2014).

Já no dia 16, acompanhei, no mesmo tatersal, o *Leilão Caracu Mocho da Fazenda Primavera* (que aparece em uma das fotos que introduzem esse tópico). Para essa ocasião, cheguei bem antes do horário previsto para o início e, já familiarizado com o local e com algumas pessoas, dirigi-me aos currais que abrigavam os animais que seriam leiloados (Imagem 82). Dessa vez, tive a oportunidade de realizar algumas conversas informais, enquanto observávamos o gado desde as passarelas instaladas entre os currais. O primeiro contato foi com o leiloeiro Ancelmo²⁵⁵. Ao saber que eu vinha do Rio Grande do Sul, já foi me falando que a carne bovina produzida pelos gaúchos é diferente, “*pois a gordura é entremeada na carne*”. Por acaso, ao nosso lado havia um médico que é também criador de bovinos que disse: “*É gostosa, mas mata mais!*”. Conversamos por alguns minutos sobre qualidades e diferenças de carne, e logo em seguida os dois saíram para outro lado.

²⁵⁵ Nome fictício.

Imagem 83 – Espaço para avaliação dos animais antes do início do leilão



Fonte: Trabalho de campo, Xinguara (2014).

Próximo de nós havia um homem, aparentando mais de 50 anos, acompanhado de dois jovens (que pareciam ser funcionários ou familiares distantes), que eu já havia cruzado o olhar e que possivelmente, pela proximidade, escutaram parte da conversa que tive com o leiloeiro e com o médico, facilitando assim um primeiro contato. Fui até eles, me apresentando brevemente e explicando os meus interesses de pesquisa. Ele se chama Otacílio e tem uma terra (que ele se referiu como “sítio”) próxima da cidade de Água Azul do Norte (distante 70 km de Xinguara, na mesma estrada que vai para São Félix do Xingu). Explicando seu interesse no leilão, contou que viu tantos cartazes de caracu mocho que decidiu vir ao leilão ver pessoalmente, pois estava curioso para saber quais os cruzamentos levaram ao mocho, quais raças foram utilizadas, sendo essa a mesma dúvida que ele tinha sobre o nelore mocho, já que em suas memórias esse sempre teve chifres. Continuando a conversa perguntei sobre os leilões virtuais, e ele respondeu que assiste pela televisão. Assim como os interlocutores nas outras cidades, ele mostrava um enorme conhecimento sobre os touros mais importantes, a ancestralidade e características dos principais reprodutores famosos.

Para Otacílio, o leilão é importante devido a vinda de animais de fora, já selecionados e premiados, além de ser divertido, pois se come, se bebe, tem churrasco e animação. Contou-me que chega mais cedo para olhar os animais e vai tomando notas daqueles que se interessa em uma caderneta para depois ficar atento na hora do leilão. Fiz uma pergunta parecida àquela

que dirigi ao Joel, se quando alguém insiste na disputa, se ele costuma competir. No momento ele lembrou-se de um conhecido, dono de um estabelecimento comercial, que certa vez insistiu que ia comprar um touro, e realmente ficou na disputa até pagar mais de R\$ 8.000,00. Lembrou-se também de um outro conhecido que comprou um animal acima do valor de mercado leilado fora do estado do Pará, mas que tinha rota de entrega em Xinguara, devido à vontade ter seu nome e o de sua fazenda divulgados na televisão. Depois desses relatos, afirmou: *“Eu prefiro, quanto mais escondido melhor. Tem cara que não tem nada e quer aparecer [...]. Tem uns que fica querendo aparecer no meio dos grandes. É emocionante ter o nome aparecendo na televisão”*.

Diferentemente disso, falou que a estratégia de muitos é ficar esperando os últimos animais, quando o preço começa a cair. Certa vez ele mesmo fez isso, contou-me. Gostou de um tourinho que viu no catálogo, era filho do 1646²⁵⁶, *“já era 1:00 da manhã, os casais já tinham bebido muito, alguns já tinham ido embora, outros tavam namorando, ou com as mulheres de cabeça no ombro”*. Deram R\$ 150,00 (14 parcelas), ele ia dar R\$ 170, *“outro deu em cima, aí deu uma aceleradinha, foi a 200; aí eu pensei que não ia levar [...]. O pessoal se distraiu um pouco”*, deram R\$ 210,00, *“quando ia bater o martelo, eu gritei 220; aí eu levei o tourinho por 3 e pouco”*. Foi uma rápida e animada conversa, mas logo percebi que eles tinham que continuar a olhar os animais, pois o leilão começaria em alguns minutos – os seus colegas, que não falaram nada, já se mostravam um tanto inquietos –, nos despedimos e eles seguiram olhando para os animais.

Previsto para começar às 19h, bem antes já começava o serviço de *buffet*, com comidas e bebidas. Aos poucos pequenos grupos começavam a chegar, sendo que as mulheres geralmente ficavam nas mesas, enquanto os homens iam olhar os animais. Antes de começar o leilão propriamente dito, foi feita uma apresentação de dois touros nelores que estavam em exposição, de propriedade da Fazenda Morro Verde. Era apenas para demonstrar. Notei que as mesas da frente sempre demoravam mais a serem ocupadas, implicitamente reservadas para aqueles mais capitalizados. O leilão começou, assim como o outro descrito anteriormente, com muitos sons, jogos de iluminação e fumaça. Esse, no entanto, com uma raça ainda menos predominante regionalmente que o nelore, permitiu ao leiloeiro (Célio) tecer interessantes argumentos: *“Estamos usando o que há de mais moderno na pecuária”*; *“Graças às muitas famílias que vieram de fora trazer emprego, muito trabalho!”*; *“O governo está criando moda, proibindo o desmatamento, e nós vamos inventar moda... óia os cruzamentos!”*. Os maiores

²⁵⁶ Possivelmente o Sr Otacílio se referia ao famoso touro nelore 1646 da Mundo Novo (disponível em: < <http://www.crvlagoa.com.br/animais.asp?idA=150#.VthaEZwrLIU>>. Acesso em 03 mar. 2016).

arrematadores, que comprassem o lote mais valorizado, também receberiam como prêmio um carro – Montana – e uma moto Honda Bros como recompensas pelos investimentos. E isso foi muitas vezes destacado pelo leiloeiro.

Durante esse leilão eu já começava a encontrar pessoas conhecidas de outras entrevistas. Para alguns já acenava; fui convidado para sentar-me em uma mesa de um grupo empresarial que havia entrevistado em Tucumã, sendo sempre chamado, nesse caso, de doutor-agrônomo que morava no Rio Grande do Sul. Foi bastante desconfortável estar como desconhecido em um grupo muito fechado de pessoas totalmente voltadas para a realização de negócios, mas continuei agrupado por algum tempo. Obtive algumas informações pontuais sobre os leilões, e pude notar como funciona o apoio técnico para a escolha dos animais. Muitos profissionais acompanham os arrematadores e vão ajudando na seleção daqueles mais adequados para compor os rebanhos. Sem dúvidas é uma atividade muito emocionante, na qual as capacidades de rápida escolha, muito mais do que em outros tipos de compra, são postas em prova. Todo aquele show pirotécnico, sons, músicas de “fórmula 1”, leiloeiro que atíça, as mulheres bonitas – as candidatas a premiações em concursos de beleza foram apresentadas e permaneceram algum tempo no tatersal – não são sem propósitos. Terminado o leilão, tentei alguns contatos, mas o ambiente não era favorável para conversas com estranhos. As pessoas acertavam detalhes das compras, aproveitavam para reencontrar conhecidos, entre outras relações sociais com os próximos. Decidi sair do tatersal e caminhar por outros ambientes do parque. Nisso, visitei novamente as baias dos bovinos de corte e leite, acompanhei rodeios e atrações musicais, repetindo essas circulações nos próximos dias do evento.

Finalizando essa parte do trabalho de campo, especificamente no contexto dos eventos, foi interessante perceber os contínuos fluxos entre as imagens e os discursos que produzem a pecuária bovina em Xinguaara sempre como muito eficiente e moderna quando praticada por aqueles que integram ou circulam pela rede do mercado de elite. Existe uma ampla estrutura de relações oriundas de muitas direções que estimulam a todo o tempo – seja pela televisão, internet, vendedores e suas lojas, técnicos, leiloeiros, etc. – as mudanças em um sentido mais ou menos padrão, que é alcançar os níveis de produtividade individual animal máximos. Boa parte do esforço se direciona em fazer da pecuária local um espelho e ao mesmo tempo reflexo daquilo que há de mais moderno em termos de genética e manejos diversos. Além disso, como visto também em outras cidades, esse evento propicia ampliar a porosidade das relações entre os distintos grupos (grandes, médios e pequenos pecuaristas, representantes de organizações, do poder público, etc.), ao possibilitar a constituição de parcerias que facilitam os fluxos de imagens e discursos e fazem funcionar os dispositivos de eficiência e

emulação-força em um ambiente altamente festivo. Toda essa dinâmica de relações faz lembrar os apontamentos de Veblen (1965) sobre o funcionamento da transmissão de hábitos de pensamento e comportamento entre classes sociais distintas.

De maneira muito sofisticada a participação recente dos segmentos da agricultura familiar tem servido para a concretização ou pelo menos o estímulo a muitas transformações na pecuária regional. Obviamente, como já demonstrado, a força e os efeitos não são conseguidos isoladamente, pois há produção midiática comercial ou não (p.e., com celebridades), há articulação com as políticas públicas, há o acoplamento de questões mais gerais que dizem respeito ao meio ambiente, regulamentação fundiária ou direitos trabalhistas. Essas questões mais gerais encontram nesses eventos uma espécie de laboratório para as mais instigantes misturas, pois, desde sua fundação são pensados como marcadores de legitimação daquilo que é moderno, eficiente, selecionado, premiado, ideal e passível de replicação. Em diversos momentos durante o trabalho de campo em São Félix do Xingu o desejo de comprar um animal de exposição ou de participar de um arremate de bovinos me foram revelados, não sendo justificados apenas em termos de estratégia econômica, mas de certa satisfação pessoal de aquisição. Outro foco dessas produções de imagens e discursos que são apresentados como modelos será analisado no próximo tópico.

4.4.4 Fora de São Félix do Xingu II: construindo novas imagens e discursos colocando os enunciados da sustentabilidade em ação para gerar uma boa imagem

Tendo feito esses movimentos de direcionar a investigação para São Félix do Xingu, acompanhando o fluxo de imagens, discursos e outras práticas locais, doravante, nesse último tópico, o olhar será direcionado para fora das fronteiras regionais, em busca dos fluxos que têm ocorrido principalmente por meio da internet. Devido principalmente à extensão que esse tópico poderia ter, considerando o farto material coletado e ainda em crescente produção (na televisão, na internet, na imprensa, etc.), restringiremos a apenas um exemplo emblemático, que foi, inclusive, o gatilho de algumas constatações iniciais para essa tese. Mais do que dissecar as inúmeras imagens e discursos recentes produzidos sobre a pecuária na Amazônia, será mais importante mostrar os principais elementos que permitem atualmente a constituição e funcionamento dos mesmos, apontando para os principais enunciados.

Já foi destacado em outros textos sobre a relevância de investigar como os discursos e as imagens que circulam em eventos técnicos e acadêmicos relacionados à pecuária têm possibilitado a construção de uma nova imagem da pecuária bovina nacional, especialmente

para os biomas da Amazônia e do Cerrado, notadamente aqueles que passam pelas mais duras críticas atuais que trazem como ênfase a questão ambiental. Nesses textos, utilizando-se dados empíricos distintos, seja o conteúdo dos eventos técnicos e acadêmicos (CLAUDINO, 2013a, 2014a) ou dados da literatura científica, bem como relatórios governamentais (CLAUDINO, 2014b), possibilitaram parte do conjunto de reflexões que convergiram para essa forma de ver a própria evolução da pecuária bovina a partir daquilo que se diz e mostra sobre a mesma. Aqui faremos análises específicas do conteúdo de um vídeo disponível na internet que contém expressivos enunciados para a discussão atual que aponta para certa convergência de setores predominantes para o que se pretende chamar de pecuária sustentável.

Trata-se do vídeo produzido pela ABIEC, mencionado na introdução e na metodologia, que foi exibido no ano de 2011 e passou a se constituir no novo “cartão de visitas” da pecuária nacional²⁵⁷. Apenas pelo canal do Youtube em português, com legenda em inglês, o filme tinha mais de 13.400 visualizações em abril de 2016, sem contar outras versões com legendas em diversos idiomas²⁵⁸. O vídeo circulou entre mais de 1000 jornalistas, dezenas de feiras pelo mundo, entre outras ações, como a divulgação na ANUNGA, uma feira internacional das indústrias de bebidas e alimentos, além de ser utilizado também para a abertura de apresentações sobre a produção bovina brasileira no exterior.

O vídeo apresenta a pecuária de corte nos biomas Pantanal, Amazônia e Pampa. No entanto, faremos uma descrição mais densa na parte sobre a Amazônia e um pouco sobre o Pantanal. Começando pelo Pantanal, a gravação mostra um rebanho bovino correndo por um pasto bastante verde. A imagem é deslocada para a copa de árvores que são filmadas de baixo, dando a ver também o céu azul. Em outra cena, pode-se ver uma novilha ao lado de uma ema (*Rhea americana*); ao mesmo tempo surgem na tela, espaçadamente, as palavras “produzir” e “preservar”. Após essas imagens da paisagem, surge o pesquisador Ezequiel do Valle (Embrapa) informando: do *“jeito que segue, o Brasil deve se consolidar cada vez mais como celeiro de alimentos do mundo, especialmente devido às tecnologias disponíveis para produção de carne”*. Enquanto ele fala, mas em lugar da sua imagem, surge um bando de pássaros voando de uma árvore (que parece estar próxima). Simultaneamente, no alto da tela aparece,

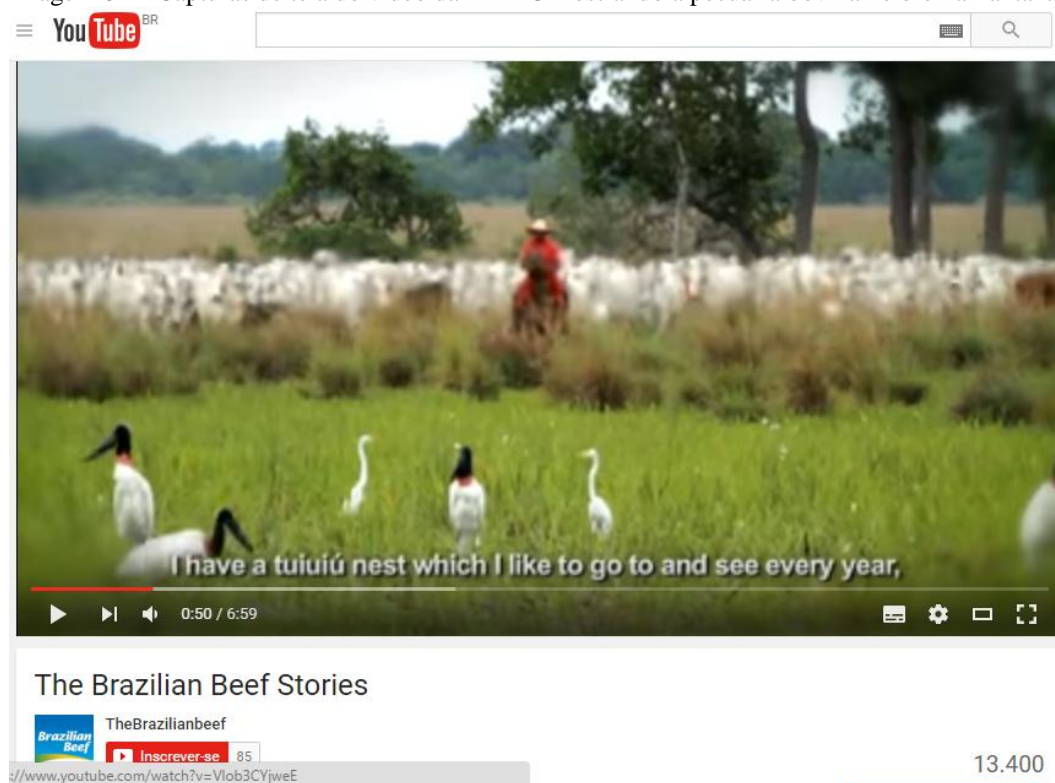
²⁵⁷ No ano de 2013 foi produzida a parte 2, o vídeo “Brazilian Beef Stories - part II”, também disponível na internet (<<https://www.youtube.com/watch?v=Vlob3CYjweE>>. Acesso em 24 de abril de 2016), no entanto, nesse, apenas o bioma Cerrado é apresentado.

²⁵⁸ O vídeo possui tradução ou legendas em 9 idiomas (incluindo mandarim). Abiec e ApexBrasil “Assista o vídeo: ABIEC na Anuga/2011”, postado em outubro de 2011; duração: 6:59 (<<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-productiva/giro-do-boi/assista-o-video-abiec-na-anuga2011-75290/>> acesso em 09 mar. 2014). Disponível também no youtube (<<http://www.youtube.com/watch?v=mGuhaYV2JKI>> acesso em 09 mar. 2014)

espaçadamente, a mensagem: “by employing hard work, partnership and technology, Brazil has increased beef exports by 731% and reduced pastures áreas by 2% em the last 15 years”.

Ainda nessa cena, aparecem tuiuiús (*Jabiru mycteria*), garças (*Ardeidae*) e bovinos ao fundo, certa harmonia entre eles é notável (Imagem 83). Ao mesmo tempo, Nilson Barros, da Associação Brasileira de Produtores Orgânicos, diz: “*nós temos mais de 270 anos de ocupação econômica com a pecuária no pantanal sul mato-grossense, e tem mais de 87% da vegetação nativa intacta*”. A fala é tomada pela produtora rural Jussara Negrão, que informa sorridente sobre um ninho de tuiuiús que ela visita todos os anos, destacando que produzem gado, mas preservam a fauna local. Em seguida, Nilson afirma que “*somos*” um exemplo para o mundo, de como produzir de forma sustentável, com produtos de qualidade.

Imagem 84 – Capturas de tela do vídeo da ABIEC mostrando a pecuária bovina no bioma Pantanal



Fonte: ABIEC, canal do Youtube (2011).

Após essas falas, aparece o mapa do Brasil, com destaque em verde para a Amazônia e depois para o estado do Pará (marcando a legenda justamente em uma parte que ficou conhecida como “arco do desmatamento” e “arco de fogo”). Uma legenda informa, em inglês, que 85% da área original de floresta Amazônica está preservada. A paisagem seguinte é de uma floresta separada ao meio por um pasto com algumas cabeças de gado bovino pastejando (Imagem 84). Enquanto ainda aparecem essas imagens, o pesquisador da Embrapa, Benjamim

Nahun, diz: “a legislação ambiental brasileira é uma das mais rígidas do mundo [aparece gado nelore pastando] e, na Amazônia, essa legislação é mais forte ainda. O produtor aqui tem que trabalhar somente com 20% da sua área e, 80% ele tem que preservar”.

Imagem 85 – Capturas de tela do vídeo da ABIEC mostrando a pecuária no bioma Amazônia, localizando e mostrando a paisagem

The Brazilian Beef Stories

TheBrazilianbeef

Inscrever-se 85

13.388

The Brazilian Beef Stories

TheBrazilianbeef

Inscrever-se 85

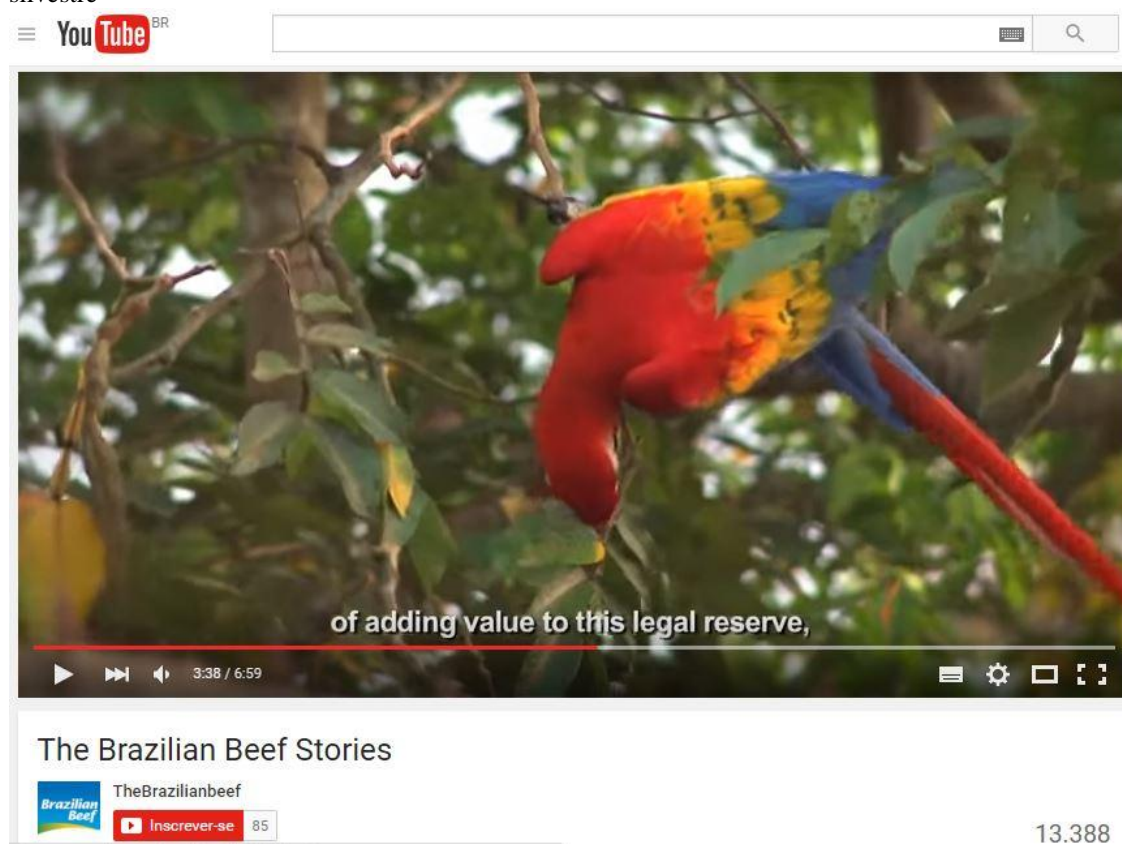
13.388

Fonte: ABIEC, canal do Youtube (2011).

Em seguida, uma arara-vermelha em uma árvore ocupa toda a cena, enquanto o pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Ricardo Rodrigues, fala:

Então o que nós estamos incorporando é a perspectiva de dar valor para essa reserva legal, e o que a gente faz é reconhecer as espécies de maior valor econômico na região, e a gente planta essas espécies. Nós conseguimos com isso transformar a reserva legal numa área de produção, numa área de alternativa de produção, mas produção com alta tecnologia [aparece um vaqueiro montado, seguido por um grande rebanho nelore], com um pacote tecnológico apropriado.

Imagem 86 – Capturas de tela do vídeo da ABIEC mostrando a pecuária no bioma Amazônia, mostrando fauna silvestre



Fonte: ABIEC, canal do Youtube (2011).

Após essa parte, o pesquisador da USP, Moacyr Corsi, fala: “hoje já é bastante comum propriedades que adubam pastagens, que manejam os pastos, que tem rentabilidade elevada e o ambiente da propriedade começa a ter sustentabilidade cada vez maior”. Em outra cena, mostra-se o gado pastejando e uma área de floresta ao fundo, dando voz ao produtor rural Pércio, que diz: “nós sabemos fazer tudo, e principalmente que nosso boi é verde, esse vai ser o nosso diferencial” (Imagem 86). Em seguida, o produtor Mauro Lucio fala que “o Pará e a Amazônia em si, têm grande capacidade para trabalhar dentro da legalidade”. Por fim, surge na tela um rebanho de gado branco conduzido por um vaqueiro. Ao final da cena, aparece

novamente o mapa do Brasil esverdeado, com relevos para o Pará e Pantanal, indicando as áreas que já foram apresentadas no vídeo, destacando-se gradualmente a região do Pampa gaúcho.

Imagem 87 – Capturas de tela do vídeo da ABIEC mostrando a pecuária no bioma Amazônia, mostrando rebanho e vaqueiros

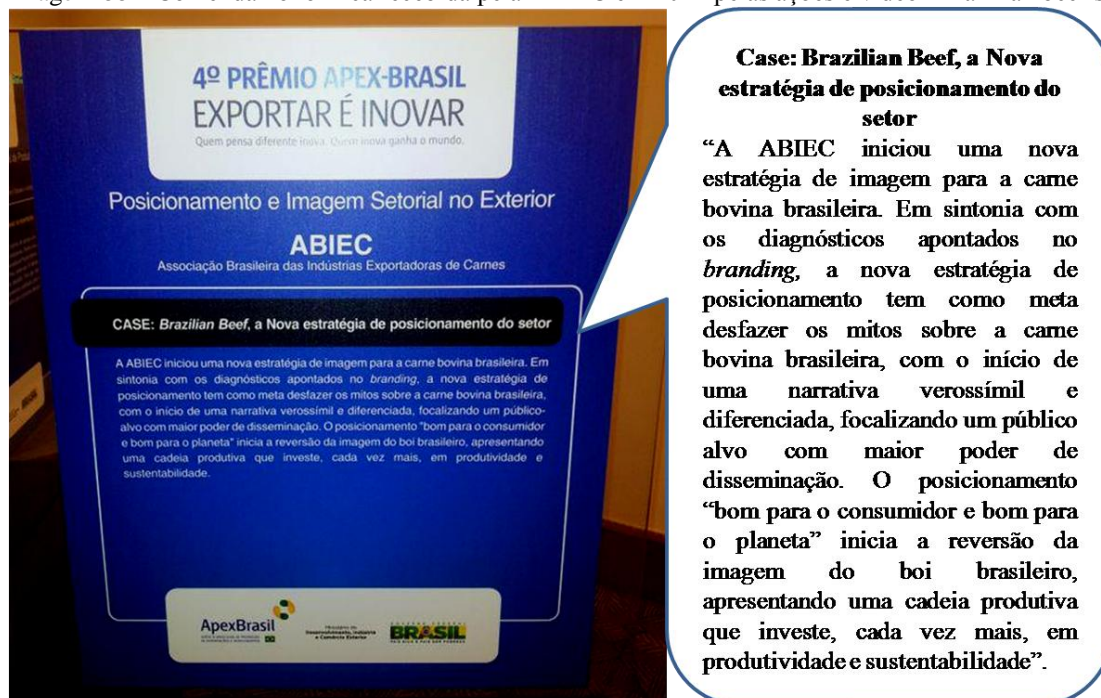


Fonte: ABIEC, canal do Youtube (2011).

Apresentando o Pampa, nenhum pesquisador falou, apenas os próprios produtores, que destacaram para a qualidade da carne, as tecnologias moleculares, etc.; as imagens privilegiadas foram associadas aos elementos de tradição gaúcha, como roupas e adereços da lida campeira (a parte referente ao Pampa foi a mais curta de todas). Ao final aparecem os dizeres: “*Brazilian Beef. Naturally good. Good for you. Good for our planet*”. Não é demais ressaltar o fato de que, em todo o vídeo, especialmente nas partes que tratam da Amazônia (e também do Pantanal), os animais e a preservação da flora aparecem de maneira prioritária, destacando-se principalmente que é por meio das tecnologias modernas que essa “preservação” e constituição de relações amigáveis entre plantas, animais silvestres, gado e pecuaristas é possibilitada. Assim, termos como sustentabilidade, preservação, reserva florestal e boi verde são reforçados nas falas de grandes fazendeiros, inúmeros renomados pesquisadores e nas imagens e ângulos cuidadosamente selecionados para mostrar esses biomas.

O que se quer destacar com esse vídeo é a construção de uma imagem positiva da pecuária na Amazônia, que é elaborada de modo a destacar que essa pecuária é possivelmente sustentável e se constitui a partir de relações harmônicas com os demais elementos da fauna e flora regionais. O que parecia ser apenas um vídeo comercial é, como se pode ver, muito mais do que uma propaganda para vender produtos bovinos. De fato, trata-se de uma produção midiática que tenta negar ou, possivelmente, mostrar outro lado de uma narrativa sobre a pecuária no Brasil, que esteve extremamente negativada nos últimos anos. Por isso, o que mais sobressai nos trechos sobre o bioma amazônico é a possibilidade de preservação ambiental. Ampliando ainda mais as argumentações sobre a potência desse vídeo, vale destacar que trata-se de uma produção que foi premiada em 2012 pela APEX (Agência Brasileira de Promoções de Exportações e Investimentos), na categoria posicionamento e imagem setorial no exterior²⁵⁹ (Imagem 87). O texto que aparece ao lado da comenda é indicativo da importância estratégica da produção audiovisual, indo muito além da simples venda de produtos, pois considera-se capaz de promover a transformação da imagem do “boi brasileiro”, desfazendo “mitos sobre a carne bovina brasileira”, e introduzindo os enunciados de “produtividade e sustentabilidade” como inerentes ao setor.

Imagem 88 – Comenda honorífica recebida pela ABIEC em 2012 pelas ações e vídeo “Brazilian beef stories”



Fonte: Site ABIEC, adaptado pelo autor (2012).

Case: Brazilian Beef, a Nova estratégia de posicionamento do setor

“A ABIEC iniciou uma nova estratégia de imagem para a carne bovina brasileira. Em sintonia com os diagnósticos apontados no *branding*, a nova estratégia de posicionamento tem como meta desfazer os mitos sobre a carne bovina brasileira, com o início de uma narrativa verossímil e diferenciada, focalizando um público-alvo com maior poder de disseminação. O posicionamento “bom para o consumidor e bom para o planeta” inicia a reversão da imagem do boi brasileiro, apresentando uma cadeia produtiva que investe, cada vez mais, em produtividade e sustentabilidade”.

²⁵⁹ Nesse link é possível acessar o case completo que levou à premiação (<<http://www.abiec.com.br/imagens/case-apex141112.pdf>> acesso em 09 mar. 2014).

Obviamente que essa produção midiática não é aleatória, antes, foi planejada para responder às crises de imagem do setor. Assim, é importante destacar que se há uma produção, no sentido de construir uma boa imagem “ambiental”, significa que essa estava ruim, ou seja, caso esse “imagem ruim” não tivesse sido produzida e revelada por outros atores sociais não haveria a necessidade de tamanha produção, não sendo, pois, esse trabalho de construção de uma boa imagem a consequência natural da evolução de uma percepção sobre degradação ambiental, ou coisas do tipo, antes, são dinâmicas que revelam um verdadeiro campo de batalhas. Embora muitos dos efeitos dessas produções já possam ser constatados, especialmente pelos usos que já foram feitos do vídeo e sua ampla circulação no mundo midiático, não será possível detalhar no escopo dessa tese quais foram e nem quais efeitos ainda estão por vir relacionados a essas investidas de transformação da imagem do setor. Por outro lado, não se pode esperar que os outros grupos permaneçam imobilizados diante dessa luta, antes, ao contrário, novas formas de resistência e contestação à própria pecuária surgem constantemente, como se pode ver exemplificado nas imagens colocadas em apêndice no final desse documento. Qualquer estudo que se proponha a analisar as estratégias de formação e funcionamento das instituições deve tomar em conta o modo pelo qual as imagens e os discursos participam dessas dinâmicas e, de modo particular, no setor agroprodutivo, atentar-se aos dispositivos de eficiência e emulação-força aqui esboçados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abrimos a narrativa da tese com a pergunta: “quem poderia prever que a maior floresta tropical do mundo se tornaria, no início do século 21, uma das regiões brasileiras com a maior quantidade de pastagens cultivadas, onde a atividade que mais ocupa espaço de uso agrícola é a pecuária bovina?” Chamamos de imprevisível com a pretensão de movimentar a naturalidade do fenômeno e de suas explicações. Talvez podíamos ter chamado de absurdo o processo, no sentido de algo que, apesar de coerente em suas proximidades, pode ser visto como estranho quando distante no tempo e no espaço sociais que o produziram, mas isso nos teria levado por outro caminho. Optamos por analisar a pecuária como uma instituição e, assim, os escritos de Veblen foram fundamentais, principalmente nesse processo de estranhamento inicial, ou, em ver como absurdo algo que estava naturalizado. Isso conduziu a algumas escolhas, por exemplo, não poderíamos apenas trabalhar com os dados já publicados sobre a pecuária na Amazônia, nem utilizar as principais variáveis explicativas (variáveis econômicas, técnicas, fundiárias, tradição, etc.) ou mesmo, isoladamente, os meios convencionais de obter informações (entrevistas, dados quantitativos dos censos, etc.).

A opção que parecia ser um terreno pouco explorado, ou pelo menos não trilhado da maneira aqui proposta, era refletir sobre as formas de falar, de mostrar e de agir sobre a própria Amazônia, sobre suas populações e sobre a pecuária que é nesse espaço praticada. Mas, ao fazer essa proposição e tomar como fundamento uma abordagem institucionalista para constituir esse olhar, até então desconhecido, vimo-nos embaraçados com um arcabouço teórico repleto de polissemias que poderia, em nosso estudo, mais do que ajudar, fazer-nos perder em sua profusão, especialmente se nos mantivéssemos vinculados à definição genérica de Veblen para instituições como “hábitos de pensamento e de comportamento compartilhados”. Foi preciso constituir uma bagagem mais plural, multidisciplinar, desde o início, para então fundamentar uma definição mais adequada ao estudo, a fim de que pudéssemos mostrar como uma atividade agropecuária tinha se tornado uma instituição.

Assim, aos poucos, fomos agregando novos autores, diferentes abordagens, outras fontes de dados e também ampliando o espaço e o tempo abrangidos pela pesquisa. Especialmente da interface entre as leituras de textos de Foucault, Veblen e também de Deleuze e Guattari, e dos acúmulos em campo, surgiu a possibilidade de explicitar que a pecuária bovina não é, mas torna-se uma instituição quando “focos de experiências em movimento” são de algum modo capturados e passam a ser tutelados, controlados, classificados, estimulados e conduzidos. Nisso, o modo como esses processos de capturas, conduções, restrições e estímulos

ocorrem é que se tornou o caminho pelo qual a tese ganhou seu corpo. Não houve, inicialmente, a intenção de uma antropologia do Estado ou mesmo de estudar mais diretamente as práticas de governo. Porém, cada vez que aprofundávamos as pesquisas nos arquivos antigos ou recentes, mais se tornava evidente essa relação umbilical entre a constituição da pecuária moderna na Amazônia e as práticas de governo, ou, de um modo mais específico, do próprio estado constituir e de se constituir n(as) margens, no sentido atribuído por Das e Poole (2008).

Esse encaminhamento, já em processo avançado nas leituras dos dados e também das abordagens teóricas, levou-nos a produzir dois conceitos que se tornaram centrais: “dispositivos de eficiência” e “emulação-força”. Ambos, fecundados pelas leituras das obras de Veblen e de Foucault e nas análises preliminares dos arquivos, tinham muito a dizer sobre o modo como uma atividade agropecuária pode vir a ser instituição. Esses ajudaram a ver de que forma alguns estímulos positivos à produtividade e à competição têm por efeitos legitimar alguns “focos de experiências em movimento”, já que são estratégias de seleção e classificação que tornam certas práticas e comportamentos os modelos adequados de como fazer (a pecuária, a agricultura), de como ser (gente, produtor, pecuarista) e de como administrar (o território, o espaço do estabelecimento, os sistemas de criação, etc.), resultando em instituições muito singulares e fortemente datadas.

Mas, para compreender como a pecuária tornou-se decisiva em nossa área de estudos, desde pelo menos os últimos 100 anos, mas, principalmente depois da década de 1970, escolhemos o caminho por entre os arquivos, que, ao serem revirados, passaram a revelar inúmeras disputas em torno da definição do que era e como deveria ser gerida a Amazônia em si, seus territórios e suas populações. E, como pretendíamos verificar, de forma não tradicional, esses processos de disputas, logo vimos que as imagens e os discursos eram tanto o meio pelo qual seria possível tecer as análises quanto os próprios dispositivos que faziam funcionar as relações e práticas responsáveis pelas dinâmicas institucionais. Porém, nada estava dado, os discursos e as imagens estavam dispersas em uma infinidade de fontes discursivas e não-discursivas, e o trabalho consistiu em estabelecer as relações entre os mesmos, atentos às regularidades, aos fluxos e aos efeitos das imagens e dos discursos encontrados. Foi assim que se tornou imprescindível remontar aos primeiros episódios documentados da invasão europeia, revelando o que se disse e se mostrou sobre os territórios e as populações amazônicas, para depois seguir o fluxo, atento às transformações dessas narrativas, espreitando como elas faziam funcionar práticas de intervenção, que levaram à prioridade da pecuária bovina.

Seguindo esse trilheiro, já para o primeiro período analisado (séculos 16 a 18), ficou evidente que boa parte do investimento português esteve direcionado a conhecer, classificar,

civilizar e colonizar tais territórios e populações, porém, nada disso teria sido possível sem a produção de distinções e hierarquias entre umas e outras populações e territórios, ou sem a produção de imagens e discursos que legitimassem essas ações, menos ou mais violentas. É nesse momento que o modo de falar e de mostrar os indígenas tornou-se a pedra fundamental desses investimentos transformadores, quando foram colocados em questão as suas aptidões, seus comportamentos morais, suas disposições aos trabalhos manuais, etc. Definitivamente, eles nunca pareceram muito adequados aos planos que se desenhavam para a Amazônia, mas muitos dos seus serviços e conhecimentos seriam valiosos, conforme demonstramos. Era preciso constituir estratégias locais de controle, e nisso os missionários demonstraram excelentes habilidades.

Ao mesmo tempo, ao espreitarmos o que se disse sobre a pecuária bovina, não a que já estava no Pará, mas aquela que saiu do Nordeste e foi ocupando os sertões nordestinos, fugindo do sistema de produção açucareiro (pois foi dessa linhagem que predominou a ocupação bovina no sul do Pará), identificamos que a mesma sempre foi interpretada como sendo de “subsistência”, atávica e de baixa produtividade, colocando-se em relevo também as características morais e psicológicas dos pecuaristas e vaqueiros. Da nossa parte, optamos por olhar para essa pecuária em fuga e transgressora a partir de outro ângulo, qual seja, o da constituição de estratégias de autonomia, sempre fugindo aos controles do estado, sejam eles na forma clerical, política ou jurídica, fazendo uma aproximação com aquilo que Deleuze e Guattari (1997) chamam de “máquina de guerra”, quando falam das estratégias nômades.

Isso fez aproximarmo-nos cada vez mais de entender o funcionamento dos dispositivos que aqui tratamos. Primeiramente as formações discursivas baseadas em alguns parâmetros de produtividade, adequação moral ou ao trabalho ancoradas nos conhecimentos formulados sobre as populações indígenas e também sobre os “sertanejos de cultura pastoril”, ou pecuaristas de que fala Vânia Vaz (2013), mostrando-os como improdutivos. Ao mesmo tempo ou um pouco depois, e de maneira dispersa, modelos de comportamento e parâmetros de produtividade, bem distinto daqueles praticados por esses grupos acima citados, iam se estabelecendo. Foi o caso, já no século 19, das mostrações feitas no âmbito das Exposições Universais (e também nacionais e regionais). Essas exposições funcionavam como laboratórios de legitimação de saberes e das formas ideais de fazer a agropecuária nacional, servindo como centros de acumulação e dispersão de modelos, colocando em pleno funcionamento os dispositivos de eficiência e a emulação-força.

Ainda no século 19 foram notáveis os investimentos em conhecer, mostrar e falar dos territórios, dos recursos naturais e das populações, cada vez mais em direção ao interior do

estado do Pará, o que permitiu um certo esquadramento minucioso de toda a província paraense. Concomitante a isso foram formulados muitos dispositivos que possibilitavam o controle das populações que itineravam, pela restrição de fluxos e circulações (como as colônias agrícolas para indígenas e outros cercamentos e a própria Lei de Terras). Aos poucos, no texto, pudemos revelar como se articulavam a constituição dos dispositivos que estimulavam a produtividade e a competição, ao mesmo tempo em que se criavam novos mecanismos de interditar, de classificar, de agrupar e de separar aqueles outros considerados improdutivos ou incapazes, no caso, para realizar as mudanças ou alcançar os planos que se desenhavam para a região. Essas constatações nos aproximavam cada vez mais do entendimento de como o estado produzia margens articulando discursos e práticas sobre grupos específicos, abrindo o espaço para as ações de intervenção muito severas.

Ao chegarmos, nas análises, ao final do século 19 e início do 20, defrontamo-nos com dois enunciados principais que permitiram muitas ações em torno de si para com a Amazônia: o “medo de perder” e a “vontade de transformar”. Esses enunciados, fundamentados em toda a rede de saberes e de outras relações que foram constituídas nos períodos anteriores, vieram a ser funcionais para dizer quem eram os capazes e como seria possível proteger e transformar a Amazônia. Pelo menos até a metade do século 20, em diversas nuances e matizes, boa parte dos investimentos, para não dizer todos, foram direcionados a proteger transformando ou transformar protegendo. Nisso, um amplo processo de seleção e classificação atingia diretamente todas as populações, todos os sistemas de produção, todas as relações sociais e econômicas.

Pouco a pouco, as formas de agricultura indígenas eram colocadas em comparação com outras formas não indígenas, populações camponesas eram comparadas com investidores capitalizados, pecuaristas tradicionais com aqueles outros modernos, e novos parâmetros de produtividade funcionavam como uma régua que definia as capacidades. Chegamos à metade do século 20 e defrontamo-nos ao mais intenso processo de transformação do sul do Pará e da perspectiva de finalmente ocupar massivamente e revirar a Amazônia de cima a baixo, para torná-la moderna. Os sucessivos planos colocados em ação, o direcionamento para as grandes empresas, para a agricultura e pecuária em larga escala indicavam que todo o investimento discursivo e imagético feito ao longo dos períodos anteriores, com fins de classificar e separar os capazes, alcançava um momento favorável ao pleno florescimento e frutificação. Pouco a pouco, as formas de agropecuária e mesmo de relações sociais que já existiam foram sendo gradativamente substituídas, pressionadas também pela reconfiguração dos dispositivos de eficiência. A máquina de guerra, aqui entendida como a pecuária que avançou pelos campos

nativos, já estava bem domesticada pelo intenso processo de transformação que foi encetado no início do século 20.

Chegamos aos anos 1970, e a microrregião de São Félix do Xingu é apresentada como um dos mais dinâmicos e promissores locais para quem quisesse se aventurar e iniciar processos de acumulação econômica e fundiária. Garimpos, construção de estradas, a luta pela ocupação e posse das terras constituíam parte de dinâmicas impensada anteriormente, pelo menos naquelas proporções. É nesse momento, com a máquina de guerra já domesticada, que aquelas experiências dos pecuaristas de deslocar-se e guerrear, que já tinha favorecido a ocupação dos sertões e facilitado o combate aos indígenas (e também algumas relações não tanto combativas), podia ser utilizada, mas já modificada, já tutelada, estimulada e financiada.

Nesse momento da ocupação, as imagens e os discursos sobre a pecuária bovina revelavam se tratar de uma atividade promissora e dignificante; ao lado disso, desmatar era um ato heroico, sendo também financiado pelo estado. Mas o processo foi muito intenso, e não apenas na Amazônia, mas em outras partes do mundo e, em pouco tempo, o tipo de exploração nas fronteiras, nesses moldes, mostrava sua face ambiental perversa (a face social perversa foi mais fácil de se tornar dispersa e difusa). O desmatamento e a própria pecuária passaram então, no final da década de 1980 e início da década seguinte, a serem vistos como possivelmente prejudiciais ao bioma, tendo se iniciado inúmeros discursos e algumas ações localizadas que mostravam esses efeitos negativos. Ao longo dos anos 1990 e principalmente no início do século 21, a situação tornou-se mais agravante. Em termos internacionais a imagem negativa relacionada aos desmatamentos e à pecuária tornou-se insustentável. As ações de controle, vigilância e punição tornaram-se cada vez mais intensas e frequentes.

São Félix do Xingu apareceu então, na metade dos anos 2000, como uma das principais áreas por onde se estava destruindo a Amazônia, transformando-a em um grande criatório de gado. As informações dos satélites sobre a evolução dos desmatamentos, a expansão das pastagens e o efetivo do rebanho não deixavam dúvidas: o gado está comendo a floresta ao longo do médio Xingu. Muitas ações do governo foram realizadas, entre elas, aquelas que localizavam São Félix do Xingu no “arco de fogo” ou “arco do desmatamento”. Ações antes legais e estimuladas, como o desmatamento e a pecuária, entraram na ilegalidade e passaram a ser combatidas em determinados locais e condições, como nas ações de apreensão chamada de “boi pirata”. Vimos emergir uma nova régua para a parametrização dos capazes e adequados a permanecer na pecuária, novos elementos para a constituição dos dispositivos de eficiência e novas estratégias para colocar em funcionamento a emulação-força, especialmente em torno de enunciados como sustentabilidade e seus correlatos.

Como últimas palavras, gostaríamos de destacar que não há, e nunca houve, uma imagem e discursos únicos e os efeitos podem não se distribuir de forma homogênea, sendo que as margens são sempre móveis. Por exemplo, se por um lado, há uma negatividade quanto ao sistema mais geral que implica em desmatamento, por outro, a criação de elite vem encontrar uma enorme fenda para se proliferar enquanto possibilidade, expandindo para outros sistemas próximos, que não são de elite, algumas das práticas e outras formas de fazer. Enquanto aparece uma imagem negativa da pecuária, de outro lado leilões milionários acontecem e mostram o enorme sucesso na mesma região; o mesmo estado que vigia e pune, financia outros organismos em seu corpo para produzir boas imagens da pecuária. Novos critérios de produtividade e produção são sugeridos, a régua que faz a balize das ações e dos resultados muda de posição. Não é, no entanto, uma repetição do passado, antes, trata-se de um outro processo com elementos completamente novos e justificativas impensadas anteriormente. Se há algo similar, são algumas das estratégias e direções, como por exemplo, o uso de argumentações científicas. No mais, outros valores são produzidos, como aqueles referentes ao meio ambiente ou ao bem-estar animal. Não que eles tenham surgido apenas agora, mas as condições que os possibilitaram é que estiveram plenamente amadurecidas apenas recentemente (indicadores de carbono, relações entre consumo animal e aquecimento global, tecnologias de monitoramento das ações antrópicas, novas relações entre humanos e animais, etc.).

A sustentabilidade e sua régua móvel de indicadores dos mais diversos tipos, as medidas de produtividade, entre outros, estão provocando uma reestruturação da pecuária local (e nacional). De fato, não houve aqui a pretensão de achar uma saída para esse processo de seleção e classificação que, desde sempre, aumenta ainda mais as desigualdades já existentes, proporcionando a concentração dos meios de produção (terra, capitais, trabalho). Mais do que achar uma saída, essa tese se limitou a mostrar os processos e como eles funcionam, além de apontar para alguns dos efeitos, saindo das explicações tradicionais que não consideram que a pecuária pode ser analisada como uma instituição e não levam em conta o efeito que as imagens, os discursos e toda essa gama de dispositivos aqui tratados exercem sobre a condução da pecuária bovina na Amazônia. Se não podemos dizer o que a pecuária bovina no sul do Pará será, ao menos podemos ponderar que sabemos como ela se tornou o que é e, com o olhar assim projetado, podemos ver o que está em vias de se tornar.

6 REFERÊNCIAS

AARTS, G.; BAUER, M. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39–63.

ABREU, M. de P.; LAGO, L. A. C. DO. **A economia brasileira no Império, 1822-1889**. [s.l.] Department of Economics PUC-Rio, 2010. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/riotexdis/584.htm>>. Acesso em: 9 set. 2015.

ADALBERTO, P. da P. **Brasil: Amazonas–Xingu**. Brasília: Senado Federal, 2002.

ADORNO, T. W. El ataque de Veblen a la cultura. In: ADORNO, T. W. **Crítica de la cultura y sociedad I**. Madrid: Ediciones Akal, 2008. v. 1, p.63-84. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=LIZTMUbKZSAC&pg=PA736&lpg=PA736&dq=El+ataque+de+Veblen+a+la+cultura.&source=bl&ots=JC9uk_DcM0&sig=koQ2_nkXlvUfs4tquZWGEROtGec&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjy5LjlufjTAhXDkZAKHexMCegQ6AEILzAB#v=onepage&q=El%20ataque%20de%20Veblen%20a%20la%20cultura.&f=false>. Acesso em: 17 mai. 2017.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, v. 5, s.n., p. 9–16, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. C. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, 2000.

AGNE, C. L. **Mudanças institucionais na agricultura familiar: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ALMEIDA, J. A Agronomia entre a teoria e a ação. **Revista de Educação Agrícola Superior**, Brasília, ABEAS, v. 18, n. 2, p. 7–13, 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/temas/artigos/2000_agronomia_teorica_acao.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2017.

ALVES FILHO, A.; SOUZA JÚNIOR, J. A. De; NETO, J. M. B. **Pontos de história da Amazônia**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001. v. 1

AMOROSO, M. R. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 101–114, jun. 1998.

ANDRADE, K. dos S.; BASTIANI, C. A hodonímia do rio Araguaia nos séculos XVIII e XIX. **Tabuleiro de Letras**, n. 4, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/161/112>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

ARAGÃO, M. B. Ainda a Amazônia. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 5, n. 2, p. 219–227, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1989000200009>. Acesso em: 17 mai. 2017.

ARANTES, E. P. Theodor Adorno: vida e obra. In: ARANTES, E. P. **Theodor Adorno: textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 7–17. (Coleção os pensadores).

ARAÚJO, H. R. De. Técnica, trabalho e natureza na sociedade escravista. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 35, p. 287–305, 1998.

AUGÉ, M. **Les nouvelles peurs**. Paris: Manuels Payot, 2013.

AUMONT, J. **A imagem**. 13. ed. Campinas: Papyrus Editora, 1993.

AUMONT, J. Entrevista com Jacques Aumont: “O cinema é o último dispositivo que diz: ‘olhe’”. **Significação**, Entrevistas. v. 34, p. 173–186, 2010.

BAHIANA, H. P. **As forças armadas e o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974.

BAITELLO JUNIOR, N. **A era da iconofagia: reflexões sobre a imagem, comunicação, mídia e cultura**. São Paulo: Paulus, 2014.

BAROIN, C. **Les Toubou du Sahara central**. Paris: Vents de sable, 2003.

BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In: BANJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1. p. 91–107. (Obras escolhidas).

BIBLIOTECA NACIONAL. **Exposição comemorativa do centenário de nascimento de Euclides da Cunha: 1866-1966**. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, 1966.

BISSIGO, D. N. Notas sobre o Censo de 1872: Relações entre a Diretoria Geral de Estatística e as Províncias do Império. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

BLANCHARD, P. L’union nationale: la “rencontre”: des droits et des gauches à travers la presse et autour de l’exposition de Vincennes. In: BLANCHART, P.; LEMAIRE, S. (Ed.). **Culture coloniale: la France conquise par son Empire (1873-1931)**. Paris: Autrement, 2002. p. 213–232.

BLANCHARD, P.; LEMAIRE, S. (Ed.). **Culture coloniale, la France conquise par son Empire (1873-1931)**. Paris: Autrement, 2002.

BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA - BNF; **Globos de Coronelli**. Exposição permanente BNF. 1722. (Descrição da obra)

BOLLE, W. A travessia pioneira da Amazônia (Francisco de Orellana, 1541-1542). In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Ed.). **Amazônia, região universal e teatro do**

mundo: como a maior floresta do mundo pode determinar os rumos do planeta e a sobrevivência da espécie humana. São Paulo: Editora Globo, 2010.

BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. **Amazônia, região universal e teatro do mundo:** como a maior floresta do mundo pode determinar os rumos do planeta ea sobrevivência da espécie humana. São Paulo: Editora Globo, 2010.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, p.20-28, 2002.

BOULAY, R. **Kannibals et vahinés:** imagerie des mers du Sud [exposition,]. In: Musée National des Arts d’Afrique et d’Océanie, 23 octobre 2001-18 février 2002. Paris: Réunion des Musées nationaux, 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).** 1972/74. República Federativa do Brasil, 1971.

BRETTE, O. **Un réexamen de l’économie “évolutionniste” de Thorstein Veblen :** théorie de la connaissance, comportements humains et dynamique des institutions. 2004. Thèse (Doctorat en Sciences économiques), Analyse et Histoire Économiques des Institutions et des Organisations, École Doctorale de Sciences Humaines et Sociales, Université Lumière, Lyon 2, França, 2004.

BRETTE, O. Connaissances technologiques, institutions et droits de propriété dans la pensée de Thorstein Veblen. **Cahiers d’économie politique**, v. 48, n. 1, p. 111–146, 2005.

CAPDEVILLE, G. O ensino superior agrícola no Brasil. **Revista brasileira Estudos Pedagógicos**, v. 72, n. 172, p. 229–261, 1991.

CASTRO, E. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Ed.). **Amazônia, região universal e teatro do mundo:** como a maior floresta do mundo pode determinar os rumos do planeta e a sobrevivência da espécie humana. São Paulo: Editora Globo, 2010. p. 105–122.

CASTRO, E.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na Rodovia Cuiabá-Santarém. Belém: **Paper do NAEA**, n. 179, 2004.

CAVALIERI, M. A. **O surgimento do institucionalismo norte-americano: um ensaio sobre o pensamento e o tempo de Thorstein Veblen.** 2009. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CHAGAS, M. de S. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, jun. 2002.

CHELINI, M. J. E.; LOPES, S. G. B. De C. Exposições em museus de ciências: reflexões e critérios para análise. **Anais do Museu Paulista**, v. 16, n. 2, p. 205–238, 2008.

CHIGNOLA, S. Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze. **Cadernos IHU Ideias**, v. 12, n. 214, p. 3–25, 2014.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Porto: Afrontamento, 1979.

CLAUDINO, L. S. D. **Ocupação dos espaços, gestão e degradação das pastagens entre pecuaristas da microrregião de São Félix do Xingu - PA**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

CLAUDINO, L. S. D. **Pecuária sustentável ou “conversa para boi dormir”**: refletindo sobre sustentabilidade e a atividade pecuária. Artigo de disciplina. Curso de Doutorado em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. No prelo.

CLAUDINO, L. S. D. **A sustentabilidade da pecuária**: análises dos direcionamentos dados em eventos acadêmicos. Artigo de disciplina. Curso de Doutorado em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013a. No prelo.

CLAUDINO, L. S. D. **Análise da construção de discursos e práticas sociais da sustentabilidade a partir da pecuária bovina brasileira**. P Artigo de disciplina. Curso de Doutorado em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013b. No prelo.

CLAUDINO, L. S. D. Pecuária e sustentabilidade: análises a partir de eventos acadêmicos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2014a.

CLAUDINO, L. S. D. Discursos e práticas sociais da sustentabilidade a partir da pecuária bovina brasileira. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 184–202, 2014b.

CLAUDINO, L. S. D. et al. Desiguais desde a chegada, mas a distância aumenta: análises sobre desigualdades entre pecuaristas familiares numa área de fronteira na Amazônia brasileira. **Revista Ensembles**, n. 1, 2014.

CLAUDINO, L. S. D. **Instintos**: categoria discursiva em movimento? **Revista Clareira - Revista de Filosofia da região Amazônica**. v. 3, n. 1, p. 160-175, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaclareira.com.br/index.php/clareira/article/view/82/63>> Acesso em: 13 jan. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA. **Contribuição sindical rural 2013**. Brasília: CNA, 2013a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA. **Time Agro Brasil ganha reforço**. Informativo. [S.I.]. Disponível em: <<http://www.senarpb.com.br/noticia/time-agro-brasil-ganha-reforco/>>. Acesso em: 25 fev. 2016b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA. **Pelé lança Time Agro Brasil em Brasília.** Informativo. [S.I]. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/pele-lanca-time-agro-brasil-em-brasilia>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Etnografia e imaginação histórica. **Proa – Revista de Antropologia e Arte**, v. Ano 2, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2360>> Acesso em: 13 jan. 2016.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial. **Horizontes antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 57–106, 2001.

CONCEIÇÃO, O. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2002. (Teses FEE, 1).

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Belém: NAEA, 2012. v. 1

COUCEIRO, L. A. A. **Magia e Feitiçaria no Império do Brasil: o poder da crença no Sudeste e em Salvador.** 2008. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Antropologia Cultural), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp075394.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2014.

COUDREAU, H. A. **Voyage au Xingú: 30 mai 1896-26 octobre 1896.** Paris: A. Lahure, 1897.

COUTINHO, E. **Rondon: o civilizador da última fronteira.** Rio de Janeiro: Olivé, 1969.

CRARY, J. **Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CRUZ, M. **Thorstein Veblen: o teórico da economia moderna, teoria econômica, psique e estética da ordem patriarcal.** Rio de Janeiro: E-book, 2014. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/publicacoes/livros/veblen_murillo_cruz__2015__word_14__com_obra_colorida_96ae3.pdf> Acesso em: 14 jan. 2015.

CUNHA, E. da. **Euclides da Cunha: Obra completa.** Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1966.

CUNHA, E. da. **Os sertões.** São Paulo: Nova Cultural, 2003a.

CUNHA, E. da. **Canudos: diário de uma expedição.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2003b. v. 134

CUNHA, E. da. **Peru versus Bolívia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1970.

CUNHA, E. da. **Euclides da Cunha: um paraíso perdido (Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia).** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

CUNHA, E. da; FABIO, R. **Euclides da Cunha: uma poética do espaço brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. (Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional, de agosto a outubro de 2009).

DA MATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**, v. 27, 1978.

DA SILVA, C. V. Magia e feitiçaria na colônia: a originalidade das práticas sincréticas. **Revista Historiador**, v. 4, n. 4, p. 77-86, 2011. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/quatro/camilas.pdf>> Acesso em 09 jun. 2015.

DA SILVA, F. C.; DE LIMA LEANDRO, L. M.; MARCONDES, R. L. Crédito Privado na economia da Borracha: o mercado hipotecário em Belém (1870-1874). **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n. 34, p. 20-51, 2015.

DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 9-41, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200002> Acesso em 07 ago. 2015.

DAS, V. Entre palavras e vidas: um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos. Entrevistadores: Michel Misse, Alexandre Werneck, Patrícia Birman, Pedro Paulo Pereira, Gabriel Feltran, Paulo Malvasi. **Dilemas**, v. 5, n. 2, p. 335-356, 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7331>> Acesso em 07 ago. 2015.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de antropología social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

DEBORT, G. **A sociedade do espetáculo** [Comentário sobre a sociedade do espetáculo]. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DE GENARO, E. **Ainda na Questão da Técnica Heideggeriana?** O Conceito de Dispositivo em Agamben. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 35., 2012, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: INTERCOM. v.1, p.1-19. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1796-1.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2015

DE LAGENEST, H. B. **Marabá, cidade do diamante e da castanha: estudo sociológico**. São Paulo: Anambi, 1958.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo. In: _____ **O Mistério de Ariana**. Lisboa: Vegas, 1996.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra In: _____ **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997. v.5. p.11-110.

DELGADO, G. C. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. **IPEA**, 2004. (Texto para discussão, 1025).

DELIÈGE, R. **Une histoire de l'anthropologie: écoles, auteurs et théories**. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

FELTRAN, G., de S. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, v. 79, p. 201–233, 2010.

DE SOUZA MARTINS, J. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

DOCKHORN, G. V. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento, 1964-1974**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. v. 46

DURET, P. **Sociologie de la compétition**. Paris: Armand Colin, 2009.

DUTRA, M. S. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta**. Belém: NAEA, 2005.

DUVIOLS, J.-P. In: STADEN, H. (Ed.). **Véritable histoire et description d'un pays habité par des hommes sauvages, nus, féroces et anthropophages: situé dans le nouveau monde nommé Amérique, inconnu dans le pays de Hesse avant et depuis la naissance de Jésus-Christ jusqu'à l'année dernière**. Paris: A.M. Métailié, 1979.

EMMI, M. F. **A oligarquia e o domínio dos Castanhais**. Belém: NAEA, 1999.

ENCICLOPÉDIA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E ISA. **Da primeira expedição à criação do Parque Xingu**. Site internet. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xingu/1541>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Editora Escala, 200-?.

ERTZOGUE, M. H. Insubmissos e desertores: os barqueiros do Araguaia e a divisão do trabalho na navegação interprovincial (Goiás-Pará – século 19). **Revista Litteris**, v. 14, n.1, p. 46–69, 2014.

ESCADA, M. I. S. et al. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia: o interflúvio do Xingu/Iriri. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 9–23, 2005.

EXPLORATEURS. **Explorateurs à la découverte du monde: de l'Antiquité à nos jours**. Paris: Hachette Littératures, 1997.

FAVRET-SAADA. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 113–123, 2005.

FERREIRA, R. N. **Amazônia: realidade cheia de perspectivas**. Belém: SUDAM, 1989. (Concurso interno).

FLEURY, L. C. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira**: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Isto não é um cachimbo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Ed.). . **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 2015.

FRANÇA, A. Foucault e o cinema contemporâneo. **Revista Alceu**, v. 5, n. 10, p. 30–39, 2005.

FRANCISCO DE SOUZA, L. Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Michel Foucault para uma analítica da modernidade. In: FRANCISCO DE SOUZA, L.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. DE (Ed.). **Sexualidade, corpo e direito**. São Paulo: Oficina Universitária, 2011, p.193-216.

FREderico, C. Debord: do espetáculo ao simulacro. **Matrizes**, v. 4, n. 1, p. 179–191, 2010.

FREYRE, G. **Perfil de Euclides e outros perfis** (1944). 3. ed. São Paulo: Global, 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 13. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GHEERBRANT, A. **L'Amazone, un géant blessé**. Paris: Gallimard, 1993.

FEBRE do ouro em Serra Pelada. In: Jornal Globo on-line. **Acervo histórico**. São Paulo, 27 jun. 2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/febre-do-ouro-em-serra-pelada-9224854>>. Acesso em: 17 maio. 2016.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, v. 46, n. 2, p. 423–444, 2003.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOMES, F. A. **Transamazônica**: a redescoberta do Brasil. São Paulo: Livraria Cultura, 1972.

GOMES, G. M. **Euclides da Cunha**: literatura e história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968. v. 4

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2004. v. 1

HOUAISS, A. Experiência. In: _____ **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Versão on-line. Disponível em: <<http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=AGB.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=241263>>. Acesso em: 18 maio. 2016

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO PARÁ - IDESP. **Zona do Rio Xingu**: diagnóstico socioeconômico. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico Social, 1968.

JADÃO, P. B. R. **Marabá**: a história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização. De 1892 até nossos dias. Marabá, Pará: Prefeitura Municipal de Marabá, 1984.

LABORIE, J.-C. **La mission jésuite du Brésil**: lettres e autres documents 1549-1570. Paris: Chandeigne, 1998.

LA CONDAMINE, C.-M. De. **Viagem na América meridional**: descendo o rio das Amazonas. Brasília: Senado Federal, 2000.

LA CONDAMINE, C.-M. De; NOUAILHAT, A. **En descendant la rivière des Amazones**: 1743-1744. Paris: Épigones, 1991.

LEAL, N. S. **“É de agronegócio!”**: circuitos, relações e trocas entre peões de manejo, peões de rodeio e tratadores de gado em feiras de pecuária. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07042009-162728/pt-br.php>>. Acesso em 05 jun. 2014.

LEAL, N. S. **Nome aos bois**: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12052015-102330/fr.php>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

LEÃO, V. **Euclides da Cunha na Amazônia**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1966.

LEIRNER, P. C. O Estado como fazenda de domesticação. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 4, n. 2, p. 38–70, 2012.

LEMÕES, T. **Vigiar, defender e lutar**: sobre direitos e intervenção nas margens do Estado. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 11, 2015, Montevideu. **Anais...** Montevideu: RAM, 2015. p. 1-26. Disponível em: <https://www.academia.edu/19625685/Vigiar_defender_e_lutar_sobre_direitos_e_interven%C3%A7%C3%A3o_nas_margens_do_Estado>

LEROI-GOURHAN, A. et al. **Les Explorateurs célèbres**. Genève: L. Mazenod, 1947.

LÉRY, J. de. **Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil (1578)**: 2e édition, 1580. Paris: Librairie générale française, 1994.

LÉRY, J. de. **Les Indiens du Brésil**. Paris: Éd. Mille et une nuits, 2002.

LESSA, R. **Amazônia**: as raízes da destruição. São Paulo: Atual, 1991.

LIMA, L. C. **Euclides da Cunha**: contrastes e confrontos do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Petrobras, 2000.

LINS, F. Uma aventura chamada Tupi: os primeiros anos da Tv brasileira. **Rumores**, v. 7, n. 13, p. 120–137, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/58935>>. Acesso em 26 out. 2015.

MACHADO, R. **Foucault**: a ciência e o saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MACHADO, V. de F. A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2005, s.p.

MAGALHÃES, J. V. C. De. **Viagem ao Araguaia**: 1852. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo social**, v. 7, n. 1/2, p. 83–103, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/85208/88047>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

MAIO, A. M. D. de. A busca por relações humanizadas no trabalho de assessoria de imprensa da Embrapa Pantanal. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, 5, 2010, Corumbá. **Anais...** Corumbá: SSRNS, 2010, s.p. Disponível em:

<<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/868175/1/sp17238.pdf>>. Acesso em: 17 maio. 2016

MALAURIE, C. **L'ordinaire des images: puissances et Pouvoirs de l'image de peu**. Paris: L'Harmattan, 2014.

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110–117, 2009.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia brasileira**. Brasília: Banco Mundial, 2003.

MARTINS, M. A. **A Amazônia e nós**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1971. v. 419

MARTINS, M. T.; ANSELMO, R. de C. M. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril: formação territorial e modernização do interior brasileiro na obra de Nelson Werneck Sodré. **Boletim de Geografia**, v. 32, n. 3, p. 28–47, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/19675>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

MEDEIROS, R. A. L. de. **Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11296>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

MIAGUSKO, E. A produção das margens do Estado no centro de São Paulo: sem-teto nas ruínas de um presídio abandonado. **Etnográfica**, n. vol. 18 (1), p. 33–52, 1 fev. 2014.

MONASTERIO, L. M. **Guia para Veblen: um estudo acerca da economia evolucionária**. Pelotas: EDUFPEL, 1998.

MORAES, A. Q. de. **Pelas trilhas de Marabá**. São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais: Chromo Arte, 1998.

MULLER-WIRTH, A. C. Le voyage scientifique et “mytique” de Charles de La Condamine en Amérique du Sud. In: BARTHÉLEMY, T.; COUROUCLI, M. (Ed.). **Ethnographes et voyageurs: les défis de l'écriture, le regard de l'ethnologue**. Paris: Éd. du CTHS, 2008. p. 109–125.

NICOLAZZI, F. À sombra de um mestre. Gilberto Freyre leitor de Euclides da Cunha. **História**, v. 29, n. 1, p. 254–277, 2010.

NICOLAZZI, F. F. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 11, n. 19/20, p. 101–138, 2004.

NONATO DE CASTRO, R. O quadro Conquista do Amazonas de Antônio Parreiras e a ideia de nação. **19&20**, v. 4, n. out./dez, 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/ap_rnc.htm>. Acesso em: 26 abr. 2015.

ORELLANA, R. C. As palavras e as imagens: uma arqueologia da pintura em Foucault. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 21, n. 35, p. 5–35, 2014.

PESAVENTO, S. J. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PIKETTY, M. G. et al. Determinantes da expansão da pecuária na Amazônia Oriental: consequências para as políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 221–234, 2005.

POCCARD-CHAPUIS, R. Seguindo os caminhos do gado numa estrada de colonização: Cadeias produtivas bovinas e viabilidade da agricultura familiar na Transamazônica. In: TOURRAND, J. F.; VEIGA, J. B. (Ed.). **Viabilidade de sistemas agropecuários na agricultura familiar da Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003. p. 325–354.

POCCARD-CHAPUIS, R. et al. A cadeia produtiva da carne: uma ferramenta para monitorar as dinâmicas nas frentes pioneiras na Amazônia brasileira? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 125–138, 2005.

POCCARD-CHAPUIS, R.; THALÊS, M.; CLAUDINO, L. S. D. **Relatório de missão em São Félix do Xingu. 15 a 23 de agosto de 2008: Pecuária e modelagem**. Belém: Embrapa/CIRAD/MPEG, 2008. (Circulação restrita)

RAVAGNANI, O. M. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 9-10, s.n., p.119-143, 1986. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1866/1533>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edinova Limitada, 1965.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 22, n. 22, p. 5-30, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ROCHA, A. L. C. de; ECKERT, C. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. **Revista de Antropologia**, v. 41, n. 2, p. 107–136, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011998000200004>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, v. 9, n. 21, s.p., 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301>>. Acesso em 30 out. 2015.

ROCHA FREIRE, C. A. Vida de Sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles. **Tellus**, v. 8, n. 14, p. 87–114, 2008. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/151/182>>. Acesso em 27 nov. 2015.

RUI, T. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SAAVEDRA, R. Recenseamento e conflito no Brasil imperial: o caso da guerra dos marimbondos. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, v. 33, n. 1, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/444/440>>. Acesso em 15 mai. 2017.

SANTANA, J. C. B. de. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6, p. 901–917, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000500008>. Acesso em 17 mai. 2017.

SANTANA, L. F. **São Félix do Xingu e sua história: 1889–1997**. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, 2007.

SCHMINK, M.; WOOD, C. **Conflitos Sociais e a formação da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2012.

SILVA, R. I. da. **Amazônia: paraíso e inferno!** São Paulo: Biblioteca do Exército, 1970. v. 407.

SILVA, V. L. da. Arqueologia da sociologia econômica: a contribuição de Thorstein Veblen. **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 25, 2008a. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1149>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

SILVA, V. L. da. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política & sociedade**, v. 9, n. 17, p. 289–323, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15681>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

SILVA, F. C. **Frentes pioneiras e campesinato na Amazônia Oriental brasileira**. 1982. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1982.

SILVA, F. C. A economia pastoril e os primórdios do capitalismo na região do Araguaia paraense (1890-1960). **Novos Cadernos NAEA**, v. 10, n. 1, 2008b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/68/142>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 4. ed. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1937. v. 100

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUZA E MELLO, M. E. A. A reconquista da liberdade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, v. 2, n. 23, p. 76–79, 2007.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

STADEN, H. **Véritable histoire et description d'un pays habité par des hommes sauvages, nus, féroces et anthropophages: situé dans le nouveau monde nommé Amérique, inconnu**

dans le pays de Hesse avant et depuis la naissance de Jésus-Christ jusqu'à l'année dernière. Paris: A.M. Métailié, 1979.

STADEN, H. **A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens, encontrados no Novo Mundo, a América:** e desconhecidos antes e depois do nascimento de Cristo na terra de Hessen, até os últimos dois anos passados, quando o próprio Hans Staden de Homberg, em Hessen, os conheceu, e agora os traz ao conhecimento do público por meio da impressão deste livro. 3. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

STUMPF, L. K. O indígena nas pinturas de Antônio Parreiras: uma leitura republicana. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014, Natal. **Anais...** Natal: ABA, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7774871-O-indigena-nas-pinturas-de-antonio-parreiras-uma-leitura-republicana-1.html>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

TAVARES, F. **O dia em que Getúlio matou Allende: e outras novelas do poder.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

THIEME, I. Karl von den Steinen: vida e obra. In: COELHO, V. P. (Org.). **Karl von den Steinen:** um século de antropologia no Xingu. São Paulo: Editora da USP, 1993.

TOCANTINS, L. **Amazonas, natureza, homem e tempo:** uma planificação ecológica da Amazônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Civilização Brasileira, 1982.

VAZ, V. et al. A pecuária na agenda ambiental da Amazônia brasileira: Percepções e representações dos atores locais. In: ALMEIDA, J.; GERHARDT, C.; MAGALHÃES, S. B. (Org.). **Contextos Rurais e Agenda Ambiental no Brasil:** práticas, políticas, conflitos e interpretações. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012. p. 65–90. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/download/dossie3.pdf>>. Acesso em 17 mai. 2017.

VAZ, V. **A formação dos latifúndios no sul do Estado do Pará: terra, pecuária e desflorestamento.** 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14836/1/2013_VaniaVaz.pdf>. Acesso em 17 mai. 2017.

VEBLEN, T. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor. **The American Journal of Sociology**, v. 4, n. 2, p. 187–201, 1898.

VEBLEN, T. **Teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

VEBLEN, T. O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, v. 6, n. 2, p. 188–202, 2007. Disponível em: <<http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/15/11>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

VEIGA, J. Da et al. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia:** Pará, Brasil. Brasília: Editora da UbB, 2004.

VELHO, G. Observando o familiar. In: _____ **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 122–131.

VENTURA, R. Euclides da Cunha. **Remate de males (Campinas)**, v. 13, p. 41–46, 1993. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636193/3902>>. Acesso em 17 mai. 2017.

VEYNE, P. **Foucault: sa pensée, sa personne**. Paris: Albin Michel, 2008.

VIANA, N. Debord: espetáculo, fetichismo e abstratificação. **Panorama**, v. 1, n. 1, p. 5–14, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ucg.br/index.php/panorama/article/viewFile/1601/1008>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

VON DER STEINER, K. **O Brasil Central: expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. v. 3

WACQUANT, L. Esclarecer o Hábitus. **Educação & Linguagem**, v. 10, p. 63–71, 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/126/136>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

WOOD, C. H.; TOURRAND, J. F.; TONI, F. **Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia: um estudo comparativo do Brasil, do Equador e do Peru**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 284 p.

WEIZENMANN, M. **Foucault: sujeito, poder e saber**. Pelotas: NEPFil online, 2013. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/pensarcomfoucault/leituras/o-sujeito-e-o-poder.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Gilles Deleuze**. Rio de Janeiro: IFCH-Unicamp, 2004. Disponível em: <<http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

7 APÊNDICE A – AMAZÔNIA E PECUÁRIA NO MUSÉE DE L'HOMME – PARIS

Imagem 89 – Fotos no *Musée de l'Homme* na exposição sobre o futuro climático do mundo e as questões relacionadas à crise hídrica e as zonas críticas. Amazônia em destaque





Fonte: Arquivo pessoal. *Musée de l'Homme*, Paris novembro de 2015.

8 APÊNDICE B – PROTESTOS DISPERSOS EM PARIS: DURANTE O SALON INTERNATIONAL DE L’AGRICULTURE OU PELAS RUAS (2015)

Imagem 90 – Manifestantes do coletivo L-214 (casacos de cor laranja), grupo de defesa dos direitos dos animais, realizando abordagens e entrega de panfletos denunciando ações dos pecuaristas



Fonte: Arquivo pessoal, Paris (2015)²⁶⁰.

Imagem 91 – Mensagem inscrita em calçada na Avenue de France (à esquerda, ao fundo a Biblioteca Nacional da França – François-Mitterrand) “Viande = Meurtre” (abaixo no centro d fotografia)



Fonte: Arquivo pessoal, Paris (2015).

²⁶⁰ A agenda de atividades e o conteúdo do panfleto entregue na ocasião podem ser encontrados no site do coletivo (Disponível em: <<http://www.l214.com/salon-agriculture>>. Acesso em 20 de mai. 2015).

9 APÊNDICE C – PROTESTO DISPERSO EM PORTO ALEGRE: NÃO COMA A VACA! NÃO MATE

Imagem 92 – Intervenções contra o consumo de bovinos em obra de arte privada na rua Lima e Silva (Porto Alegre - Rio Grande do Sul)



Fonte: Arquivo pessoal, Porto Alegre (2016).